

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**BREJOS DOS CRIoulos NO SERTÃO NORTE MINEIRO: DESORDEM E
REARRANJOS EM TERRITÓRIOS RELACIONAIS**



HEBERT CANELA SALGADO

**UBERLÂNDIA – MG
2015**

HEBERT CANELA SALGADO

**BREJOS DOS CRIoulos NO SERTÃO NORTE MINEIRO: DESORDEM E
REARRANJOS EM TERRITÓRIOS RELACIONAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.

**Uberlândia – MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S164b Salgado, Hebert Canela, 1981-
2015 Brejos dos Crioulos no sertão norte mineiro: desordem e rearranjos
em territórios relacionais / Hebert Canela Salgado. - 2015.
737 f. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia humana - Minas Gerais - Teses. 3.
Comunidades agrícolas - Brejo dos Crioulos - Minas Gerais - Teses. 4.
Quilombos - Vida e costumes sociais - Teses. I. Santos, Rosselvelt José,
1963-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

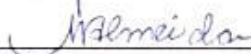
Programa de Pós-Graduação em Geografia

HEBERT CANELA SALGADO

**“BREJOS DOS CRIoulos NO SERTÃO NORTE MINEIRO:
DESORDEM E REARRANJOS EM TERRITÓRIOS RELACIONAIS”.**



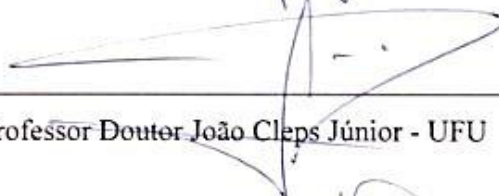
Prof. Doutor Rosselvelt José Santos (Orientador) - UFU



Profª. Doutora Maria Geralda de Almeida – UFG



Professor Doutor Cássio Alexandre da Silva – UNIMONTES



Professor Doutor João Cleps Júnior - UFU



Professor Doutor Vicente de Paulo da Silva – UFU

Data: 30 / 01 de 2015

Resultado: Aprovado

DEDICATÓRIA

A Rosselvelt, pela orientação na grande viagem com a Geografia no despertar para novas possibilidades.
A Andréia, companheira em mais uma travessia.
Aos meus pais Eliana e Adilson, por compartilharem uma vida inteira.
A Rodrigo, irmão amigo fundamental.
A Comunidade-território Brejo dos Crioulos que deram sentido a esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Governo Federal do Brasil na pessoa da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Aos Ministérios integrantes do Programa Brasil Quilombola, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e à Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais nas pessoas da então Ministra-Chefe Sr^a. Luiza Helena de Bairros e da atual Ministra-Chefe Sr^a. Nilma Lino Gomes. Ainda, da então Gerente de Projetos, Sr^a. Maria do Socorro Guterres, bem como da Professora Sr^a. Maria Auxiliadora Lopes então representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação, pela atenção e aprendizado ao longo dos encontros possíveis durante a construção do trabalho. À Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais (Incra/MG) na pessoa da chefe do serviço de regularização de territórios quilombolas do Incra/MG, Lucy Espeschit, pela atenção, respeito e esclarecimentos fundamentais desse complexo processo, bem como à Fundação Cultural Palmares, aqui lembrada pelos diversos técnicos e representantes, que oportunamente conheci, dialoguei e aprendi ao longo dos diversos momentos de campo realizados.

À Associação Brasileira de Geógrafos (AGB) pelo respeito e incentivos ao movimento das ideias e olhares geográficos.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na pessoa do Magnífico Reitor Professor Elmiro Santos Resende. À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) na pessoa do Professor Marcelo Emílio Beletti e ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG) na pessoa de seu Diretor Professor Dr. Cláudio Antoniodi Mauro.

Ao meu orientador, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Professor Dr. Rosselvelt José Santos, pela oportunidade, confiança, competência, persistência, firmeza, amizade e exemplar dedicação à vida acadêmica em seus fazimentos fundamentais. Tenho muito orgulho e felicidade pela experiência de imersão na Ciência Geográfica, ao participar dessa importante construção traduzida no Instituto de Geografia, especialmente no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo. Parabéns pelo trabalho realizado, pelo percurso geográfico. A imersão na ciência, o percurso reflexivo, a autonomia engajada, o descortinar dos enigmas, a crítica libertadora, a superação dos tropeços e dos desafios das lutas cotidianas só foram possíveis pela dedicação do olhar atento, pelas cobranças oportunas, pelo rigor necessário, pelo silêncio

didático, pela amizade e respeito ao longo desses anos de convívio, diálogo e compartilhamento. Sinto-me verdadeiramente honrado por ter feito tão importante travessia sob a sua orientação e amizade. Muito obrigado Professor! Meu respeito e eterna admiração. O Sertão Gerais também é sua casa! Seja sempre bem-vindo ao Vale do São Francisco!

A toda Coordenação, Professores e Funcionários do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Geografia nas pessoas de João Fernandes, Yara e Izabel. Eternamente grato a vocês pela atenção e respeito. Muito obrigado!

Ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IG-UFU pelo respeito, atenção e, em especial por reforçar a existência desse espaço para construções coletivas e democráticas.

Aos meus colegas do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT) pela amizade, respeito, conexões e compartilhamentos tão essenciais à minha trajetória. Foram momentos felizes e importantes na vida de um chegado do Norte de Minas. Meu abraço e admiração, Leomar Tiradentes, Arlete Mendes, Ricardo Costa, Mônica Zuffi, Jaqueline Paulo Irineu, Marília Arantes, Jéssica Soares, Carlos Roberto Junior, Antônio Miranda, Jean Vieira, Edevaldo Souza, Ronaldo Milani, Nelson Dantas, Leomar Tiradentes, Fernando Braconaro, Luana Marques, Cássio Alexandre, Cláudia Costa, Raphaella Portes, Matheus, Antônia Márcia, Bruna, Manuel Jundo, Rui David, Letícia Limonggie e João Pedro Silveira. Ainda aos colegas de Instituto, Luiz Andrey Gonçalves Pereira, Leticia Michelotto, Manuel Reinaldo Leite, Antônia Marcia Duarte Queiroz, Kênia Alessandra, Joycelaine Oliveira, Alessandra Fonseca Leal.

A Professora Dr.^a Maria Geralda de Almeida que mais uma vez participou de meu percurso acadêmico ao participar da Banca de Exame e Avaliação da Tese dedicando suas valiosas acumuladas leituras, interpretações, percepções e contribuições ao aprimoramento desse trabalho, bem como enriquecendo os debates com seu primoroso olhar sertanejo comprovando que sempre é possível ir além à vastidão dos pensamentos geográficos. Muito obrigado Professora! Meu orgulho, felicidade, admiração e respeito. Senti-me honrado com a sua presença.

Ao Professor Dr. Vicente de Paulo da Silva por aceitar o convite e também participar da Banca de Exame e Avaliação da Tese de maneira singular, dedicando suas decisivas contribuições à otimização da apresentação dos resultados da pesquisa, promovendo o

alargamento de entendimentos despercebidos e doando percepções fundamentais aos desarranjos que ainda imperavam. Muito obrigado Professor Vicente! Levo a dedicação, atenção e respeito por toda a vida. Obrigado por estar presente na minha travessia geográfica, sinto-me honrado por isso.

Aos Professores Dr. João Cleps Júnior e Dr. Cássio Alexandre da Silva reunidos neste especial agradecimento. Primeiramente pelos aceites, atenções e importantes contribuições dedicadas à pesquisa quando ainda em curso, ao participarem da Banca de Qualificação da Pesquisa. Foi um momento essencial e marcante no percurso desse trabalho. Mas não poderia atravessar essa quadra sem dizer do aprendizado maior absorvido diante do engajamento acadêmico que os dois Professores fazem refletir com seus trabalhos. Foi de fato também uma grande honra receber tantas e importantes contribuições ao longo desse percurso. A práxis que revolucionou a ação geográfica anima verdadeiramente o “espírito geográfico” na busca por direitos, liberdades e, compartilhamentos será sempre decisiva na busca pelos sentidos do espaço. Sou eternamente grato pelos direcionamentos, esclarecimentos, aprendizados e, ao exemplo de dedicação à vida acadêmica dos Professores. Muito obrigado por participarem desse momento tão importante em minha vida.

À Associação Quilombola dos Moradores de Brejo dos Crioulos por meio da qual abraço toda a Comunidade do Brejo e todo o lugar-território que marcou a minha vida, fazendo de mim um humano melhor para um mundo ainda tão difícil. Eis uma imersão e travessia, transformadoras. Araruba, Furado Seco, Furado Modesto, Caxambu I, Caxambu II, Cabaceiros, Orion, Arapuim, Cabaceira, Serra D’Água, Sebo, cada canto de mundo que ali existe. João Pinheiro de Abreu, Romeu Cardoso de Oliveira e sua esposa Maria, Eliseu Fernandes, Carlos de Oliveira, João Manuel Lima, Nercesa, Atanisia, Carla, Rogério, Lucia, José Luiz, Gilson, Lindalva, Gislene, Elizabeth, Francisco Cordeiro Barbosa, José Mário Fernandes de Souza, Maria da Conceição Rodrigues de Aquino, Rogério Fernandes de Souza, Leandra Batista Lima, Célio Barbosa de Jesus, SamayGraciele de Oliveira Antunes, Jurandir Batista dos Santos, Ademir Batista dos Santos, Nilda Fernandes da Silva, Valdivino Ferreira Rocha, Warley da Silva Pereira, Elma Pinheiro de Abreu, Edson Luiz de Souza, João Pinheiro de Abreu, Iuzenete Pinheiro Barbosa, Rondonery Ferreira dos Santos, Eliane dos Santos Jácome, Domiciano Rodrigues da Silva, Regiane Cardoso de Oliveira, Nilson Reis Silva de Santa Rosa, Maria Ferreira da Silva, José Claudionor Ferreira, Warley da Silva Pereira. Seu Papa e Dona Elizarda *in memoriam*. E todos aqueles que mesmo aqui não citados, são lembrados com o mesmo carinho.

Aos Professores Dr. Paulo Almeida e Dr.^a Maria Clara Tomaz Machado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujos olhares, conhecimento e provocações foram primordiais para as análises que seguiram do início do trabalho. À Professora Dr.^a Salete Kozel Teixeira da Universidade Federal do Paraná (UFPR), quem

oportunamente pude encontrar nos sertões da Universidade Federal de Goiás em momentos ricos de reflexões, debates e aprendizados. Ao Professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão da Universidade Estadual de Campinas e às Professoras Dr.^a. Maristela Corrêa Borges e Dr.^a. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula com quem compartilhei dias e prosas fundamentais nas salas de aula da UFU, da Unimontes e à beira do Velho Chico. Com o Professor, das etnografias à geopoética do espaço encontrei a ‘clara cor da noite escura’ dos Sertões do mundo. Aos Professores Dr. Elton Dias Xavier e Dr. João Batista de Almeida Costa da Universidade Estadual de Montes Claros, cujas contribuições permitiram que, mesmo ainda de modo restrito e incipiente eu aproximasse o olhar geográfico aos estudos do Direito e da Antropologia. E foi através do olhar do Professor João Batista, que eu conheci as primeiras dimensões de Brejo dos Crioulos. Vocês traduzem parte fundamental do que guardam minhas compreensões, percepções, visões de mundo e busca permanente ao desafio do conhecimento orientado. Para além das reflexões teórico-metodológicas e todo processo de ensino-aprendizagem pelo qual passei durante o curso das disciplinas, encontrei em vocês, esteios que fortalecem o importante percurso, que só encontrei pelo olhar dos Professores de minha vida. O meu muito obrigado a todos vocês que contribuíram para essa passagem, sinto-me honrado!

Aos meus Professores, colegas e amigos do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), nas pessoas das Professoras Dr.^a Maria da Graças Campolina Cunha, Ms. Marina de Fátima Brandão Carneiro, Dr.^a Ana Ivânia Alves Fonseca, Dr.^a Yara Maria Soares Costa da Silveira, Dr.^a Sandra Célia Muniz Magalhães, Ms. Maria Ivete Soares de Almeida, Dr.^a Anete Marília Pereira, Dr.^a Priscilla Caires Santana, Ms. Carmem Cassia Velloso e Silva, Ms. Romana de Fátima Cordeiro Leite, Dr.^a Iara Soares de França, Dr.^a Janete Aparecida Gomes Zuba, Ms. Gildete Soares Fonseca, e dos Professores Dr. Cássio Alexandre da Silva, Dr. Marcos Esdras Leite, Ms. Guilherme Augusto Guimarães Oliveira, Dr. Expedito José Ferreira, Dr. Antonio Maurilio Alencar Feitosa, Dr. Ronaldo Belém e Ms. Ivo das Chagas, pelo apoio e incentivo. Muito obrigado!

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) nas pessoas dos Professores Dr.^a Ana Paula GlinfskoiThé, Dr.^a Andrea Maria Narciso Rocha de Paula, Dr.^a Anete Marília Pereira, Dr. Antônio Dimas Cardoso, Dr. Carlos Renato Theóphilo, Dr. Elton Dias Xavier, Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos, Dr.^a Luci Helena Silva Martins, Dr.^a Luciene Rodrigues, Dr. Luiz Antonio de Matos Macedo, Dr. Marcos Esdras Leite, Dr.^a Maria da Luz Alves Ferreira, Dr.^a Maria Elizete Gonçalves, Dr.^a Maria Helena de Souza Ide, Dr. Rômulo Soares Barbosa, Dr.^a Sarah Jane Alves Durães, Dr.^a Simone Narciso Lessa, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas e amigos pesquisadores, bolsistas e colaboradores do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em especial aos colegas Ms. Geraldo Inácio Martins e Ms. Natália Lorena Campos.

Aos amigos pesquisadores, bolsistas e colaboradores do Instituto de Estudos Ambientais (IESA), em especial do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER) da Universidade Federal de Goiás, Ms. Jakelline Pinto, Ms. Maisa França, Ms. Luana Nunes e Ms. Jorgeanny Moreira.

Aos Professores, colegas, amigos pesquisadores, bolsistas e colaboradores do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA/UNIMONTES na pessoa do Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa.

Aos amigos pesquisadores, bolsistas e colaboradores do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) nas pessoas da Coordenadora, Professora do DAA e do PPGAN/FAFICH/UFMG Dr. Andréa Zhouri do Professor do DAA e do PPGAN/FAFICH/UFMG Dr. Aderval Costa Filho, das graduandas em Ciências Sociais/UFMG; bolsistas PROEXT Taísa Domiciano e Ana Paula Rodrigues e das pesquisadoras Iara Freitas, Bárbara Martinez e Giulia Volpini.

Ao Centro de Agricultura Alternativa, essa grande família bonita, nas pessoas de Braulino Caetano, Carlos Alberto Dayrell, Leninha Alves de Souza, Helen Santa Rosa, Aline Silva, Samuel Leite, Daniel Costa, Camilo Antonio, Graziano, Honório Dourado, Edna Silva Lapa, Camilo, Neto, Anilde, Fábio Lopes, Anna Crystina, Fábio Dias, Anildes Lopes, Luciano Ribeiro, Germana Platão, Thiago Sales, Álvaro Alves Carrara, toda equipe técnica, colaboradores, apoiadores e amigos com quem tanto aprendi nesse tempo de conexões e trabalhos, especialmente no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de onde oportunizou-se o trabalho de elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em área quilombola em processo de regularização fundiária iniciados pelo INCRA. Obrigado pelo apoio, paciência, colaboração e respeito.

À toda Rede Social de Apoio a Brejo dos Crioulos movimentos sociais, pesquisadores, professores, pastorais, militantes, advogados, antropólogos, assistentes sociais, demais profissionais e instituições que compreendem a importância dos clamores da realidade do Brejo e que pude conhecer durante a pesquisa. À Rede Cerrado, à Cooperativa Grande Sertão, à Cooperativa Sertão Veredas, ao Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, ao Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, à Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas, ao Movimento Geraizeiro, ao Movimento Graal do Brasil, ao Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil

desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), à Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia, ao Movimento Sem Terra (MST), à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), à Cáritas Diocesana Regional de Januária na pessoa de Jerry Sales, à Articulação no Semiárido Mineiro (ASA/MG), ao Portal Combate ao Racismo Ambiental na pessoa da Sr^a. Tânia Pacheco. Ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais, à Rede de Ação e Reação pelo Direito Humano Alimentar - FIAN Brasil, e ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). E todos aqueles integrantes da rede citados ao longo do trabalho, bem como aqueles que não foram mencionados.

A Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais N'Golo, na pessoa de Sandra Maria da Silva Andrade pela atenção, respeito e colaboração.

À Rede de Ação e Reação pelo Direito Humano Alimentar - FIAN Brasil, o Diretor Presidente Marcelo Brito.

À Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Deputados que acompanham de perto os desafios de Brejo dos Crioulos e dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

À Comissão Pastoral da Terra nas pessoas de Sônia Oliveira, Avilmar Ribeiro, Paulo Roberto Faccion e Alexandre Gonçalves pelo apoio, incentivo e respeito.

Ao Colégio Marista São José de Montes Claros, nas pessoas de seu Diretor Aparecido Camelo Oliveira da Coordenadora de Pastoral Aparecida Vieira Gomes e do Professor Rafael Martins. Especialmente pelo apoio, incentivo e colaboração na oportunidade de conhecer e participar na realidade da Missão Marista de Solidariedade realizada em Brejo dos Crioulos durante trabalhos de campo.

Ao Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu, nas pessoas de seus Conselheiros pelo apoio, incentivo e por tantos aprendizados ao longo desse percurso.

Ao Instituto Rosa e Sertão e ao Ponto de Cultura Seu Duchin nas pessoas de Damiana de Sousa Campos, Meire Jane, Diana de Souza Campos e Daiana de Souza Campos. Pelo apoio e aprendizados tão importantes durante os trabalhos do Projeto Turismo Ecocultural com Base

Comunitária no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Oportunidade que aproveite para agradecer ao Ministério do Meio Ambiente – Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), ao Instituto Chico Mendes (ICMBio), às Gerências do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Área de Proteção Ambiental do Peruaçu, ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), às Gerências do Parque Estadual da Serra das Araras, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Parque Estadual da Mata Seca, Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros, Área de Proteção Ambiental do Pandeiros, Área de Proteção Ambiental do Cocha e Gibão, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (IBAMA/MG), Administração Executiva Regional da Fundação Nacional do Índio de Governador Valadares (FUNAI), Décima Sexta Companhia de PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito, Promotoria de Justiça da Comarca de Arinos – MG, EMATER - Regional de Januária – MG, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Instituto IFNMG (Campus Januária), Prefeituras Municipais de: Arinos, Formoso, Urucuia, Chapada Gaúcha, Januária, Bonito de Minas, Conêgo Marinho, Itacarambi, São João das Missões, Manga (MG) e Cocos (BA). Instituto BIOTRÓPICOS, ADISC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha, Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária, CEIVA, Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu, Associação Indígena Xakriabá, SESC Laces Januária, Associação de Pequenos Produtores Rurais de Várzea Grande, Associação de Moradores de Pandeiros, Associação Quilombola Vó Amélia, Comitê da Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Urucuia, Circuito Turístico Velho Chico, Casa de Cultura de Januária, e à RPPN Fazenda Porto Cajueiro. No contexto dos trabalhos integrados aprendi a perceber com mais sossego a complexidade das relações institucionais.

À Fundação Pró Natureza na pessoa do seu diretor executivo Cesar Victor do Espírito Santo pelo apoio e incentivo.

Ao Instituto Socioambiental pela acolhida no contexto do 1º Encontro sobre Turismo em Comunidades Quilombolas durante trabalho de campo.

Aos meus pais José Adilson Salgado, Eliana Canela Salgado e meu irmão Rodrigo Canela Salgado pelo apoio e confiança e, a todos os meus familiares pela paciência e dedicação. Aos meus avós Terezinha e Tereziano no sossego da esperança lá alto do Morro Dona Germana e aos meus avós Paulo e Ana no sossego das pessoas que ficam encantadas.

A todos os meus familiares, queridas primas e primos, tias e tios...tantos..., que nos laços de amizade, solidariedade e amor animaram a minha difícil travessia.

A minha esposa Andréia Ferreira Tiago e família pela dedicação, compreensão, e incentivo permanente que traduziram o amor nesse tempo tão difícil e marcante em nossas vidas compartilhando o cansaço, as tristezas e a grande alegria de concluir esse trabalho.

Ao Instituto Grande Sertão (IGS) e ao Espeleogruppo Peter Lund (EPL) nas pessoas dos amigos Vanessa Veloso, Felipe, Viviane, César, Ramom, Sergio, Leonardo e, em especial o companheiro Eduardo Gomes de Assis, pelo apoio, colaboração, aprendizado e paciência ao traduzir um olhar cartográfico que percorreu minhas imersões durante os trabalhos.

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais de Montes Claros (IFNMG/Montes Claros), na pessoa do Magnífico Reitor Professor Dr. José Ricardo Martins da Silva, do Diretor Professor Antônio Carlos Soares Martins, dos Coordenadores e colegas Professores Ramony Maria Silva dos Reis Oliveira, Maykon Thiago Ramos Silva, Jorge Adriano Pires Silva, Hejaine de Oliveira Fonseca, Catarina da Conceição Rodrigues Efraim, Leonardo Estefanini Barreto Costa, Tatiane Fernandes Pinheiro, Grace Kely Souto de Carvalho, Daniela Rocha, Jean Carlo Fonseca Oliveira, Diego Francis Silva, Alessandra Meira, Maria Luar, Thiago Neves Silva, Telma Pereira de Souza, Eulália de Cássia Souza Nunes, Gisele Lopes, Wanise Sanguinete, Carla Soares, Gilmar Wernek, Érika Viviane Vieira e Aparecida Ribeiro da Silva, Silma Neves e tantos outros com quem tenho aprendido tanto e animado no somatório de esforços para ampliar e otimizar o importante projeto em seus princípios e objetivos.

Ao amigo Thiago Neves e Thallyta Maria Vieira toda sua família pelo apoio e pelas experiências compartilhadas em meio aos sonhos e trabalhos durante as andanças.

Aos amigos André Luis da Silva, Bruno Rabelo e Martinha, Chico Mineiro e Ingrid, Felipe Barros, Gu Ferreira, Túlio Ferreira, Igor Godinho, Jader Koller, Ney Antunes e Rejane, William Barbosa, William César, Tulio Cesar, Geralda Magela, Carlos Denner, Marlon, suas famílias e todos os irmãos artistas, músicos e agitadores culturais e inquietos que bagunçam esse mundão para que fique mais bonito. Muito obrigado por tornarem leve o peso do difícil e suportável nos desarranjos das distâncias.

Aos amigos Edna Silva, Lucivaldo Gomes, Ms. Pedro Henrique Mourthé, Izadora Acypreste pela amizade e pelas importantes contribuições e debates ao compartilhar as angústias e análises sobre a complexidade de Brejo dos Crioulos.

Ao amigo Thiago Veloso pela amizade e colaboração e aprendizado na lida com outros idiomas e, aos demais amigos que compreenderam as distâncias da grande travessia que se impôs.

A todas as pessoas, instituições, coletivos e redes que não são aqui citadas, mas que contribuíram direta ou indiretamente para a travessia que aqui é concluída.

Meus sinceros agradecimentos. Muito obrigado!

#gratidão

EPÍGRAFE

“A colheita é coletiva, mas o capinar é sozinho”

“Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe”.

“E me inventei neste gosto, de especular ideia”

“a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total”

“O sertanejo é antes de tudo um forte”

João Guimarães Rosa

Grande Sertão Veredas

RESUMO

O estudo de doutoramento, inserido no contexto das leituras geográficas territoriais destaca o contexto socioespacial de novos sujeitos políticos que buscam requalificar seus espaços de vida por meio do enfrentamento diversos, na apropriação dos espaços de reconhecimento. Na ocupação das esferas de poder e, no movimento dos diversos relacionamentos, processos territoriais consolidam a reprodução social, material e simbólica da comunidade. Consequente o reconhecimento, a titulação e legitimação do território se manifesta como desafio. A tese apresenta o Brejo dos Crioulos como território relacional a partir da pesquisa de campo, documental e bibliográfica, nos registros, na participação, percepções e observações das relações, aproximações, distanciamentos, representações e experiências ambientadas, nos últimos quatro anos junto ao território e, às relações nele processadas, no contexto dos conflitos agrários, da validação de direitos constitucionais e no exercício de cidadania em meio à luta pelo direito à manutenção de seu cotidiano, seus meios de vida, modos de produção, relações, identidade e cultura, com foco na vida que guarda o ‘lugar-território’ Brejo dos Crioulos, por eles pronunciado. O objetivo da pesquisa se volta a análise de como a heterogeneidade dos territórios quilombolas pode ser lida no espaço geográfico, considerando as especificidades entre propriedade, apropriação, território e territorialidades, no contexto da homogeneização espacial pela globalização. As reflexões à luz da Geografia apontam para uma imersão nas compreensões sobre processos territoriais regionais, que resultam historicamente da diáspora dos negros no Norte de Minas para uma reflexão acerca da produção do território tradicional quilombola Brejo dos Crioulos no espaço da luta, a partir das relações estabelecidas em diversos campos de poder, espacializados no contexto da questão quilombola no Brasil. O poder simbólico materializado frente à opressão histórica do latifúndio e à flexibilização por parte do Estado brasileiro de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais em um trecho do Sertão Gerais elabora novos espaços para a reflexão sobre direitos coletivos e garantias constitucionais. No contexto é entendido que a produção espacial do que é apresentado como lugar-território Brejo dos Crioulos se dá pela propriedade relacional do território nas multidimensionalidades do espaço vivido e dos usos do território. A paisagem cultural de sua identidade espacial, seus conteúdos existenciais, produtores e articuladores de poder dão potência aos desdobramentos espaciais e à expansão de novas fronteiras. Da fusão dos espaços brejeiro e crioulo, o território relacional é então projetado como síntese do conteúdo social e das formas espaciais que traduzem sua existência. Nesse caso, compreender o as relações de fronteira entre espaços mercantilizados para as desordens e territórios desmercantilizados que a partir de suas identidades espaciais produzem o desdobramento de suas existências por meio da ação geográfica crítica que resulta no território relacional

Palavras-chave: Brejos dos Crioulos, território, território relacional, Geografia, ação.

ABSTRACT

PhD study, inserted in the territorial geographic reading studies highlights the social spatial context of new political subjects seeking to requalify their life space through diverse confronts, in the appropriation of recognition spaces. Occupying positions of power, and in many relationships, territorial processes consolidate the social, material and symbolic reproduction of the community. Consequent the territory recognition, titration and legitimacy manifested as a challenge. The thesis presents the Brejo dos Crioulos as a relational territory from field research, documental and bibliographic research, in the participation, perceptions and observation of relations, approaches, distances and acclimated experiences, in the last four years of the territory and, its relation processes, in the context of land conflicts, validation of constitutional rights and in the exercise of citizenship through the struggle for the right to maintain their daily routine, their ways of life, production modes, relations, identity and culture, focused on life that keeps the 'place-territory' called by them Brejo dos Crioulos. This research is intended to analyze how the heterogeneity from 'quilombolas' territory can be read in the geographic space, considering the specialties between propriety, appropriation, territory and territorialities, in the context of spatial homogenization by globalization. The geographic aspects indicates an immersion in the comprehension of the regional territorial processes, resulting historically from the diaspora of the black people from the north of Minas to a reflection about the production of the Brejo dos Crioulosquilomba traditional territory in the space of struggle, from relations established in many power fields, specialized in the in the context of the quilombola issue in Brazil. The symbolic power materialized regarding the historic oppression of the land property and the flexibility of the Brazilian state of territorial rights from traditional people and communities in part of the SertãoGerais creates new opportunities for reflection about collective rights and constitutional assurances. In this context it is understood that the spatial production from what is presented as 'place-territory' Brejo dos Crioulos is a result of the relational propriety of the territory in the multi dimensionalities from the space lived and the used territory. The cultural landscape of its spatial identity, its existential content, producers and power managers feeds the spatial developments and the expansion of new frontiers. From the fusion of the brejeiro and crioulo space, the relational territory is then designed as a synthesis of social content and the spatial forms that translates its existence. In this case, comprehend the frontier relations between commoditized spaces for the disorders and not commoditized territories that from its spatial relations produces the development of its existence by the critic geographic action resulting in the relational territory.

Key-words:Brejos dos Crioulos, territory, relational territory, Geography, action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos	160
Figura 2	Ambiente e pressões na região do território Brejo dos Crioulos	186
Figura 3	Situação em relação a terra	205
Figura 4	Tempo na propriedade	205
Figura 5	Recorte da área mais povoada do território	209
Figura 6	Recorte da área mais povoada do território.	210
Figura 7	Estratificação Etnoambiental – Unidades da Paisagem - Território Brejo dos Crioulos	213
Figura 8	Tipologia das Estruturas Espaciais das Comunidades Quilombolas no Brasil – Alguns Exemplos	220
Figura 9	Unidades de paisagem, as terras e usos – Território Brejo dos Crioulos	222
Figura 10	Caracterização dos diferentes ambientes e limitações identificadas pelos quilombolas no Território Brejo dos Crioulos – Comunidade de Orion	224
Figura 11	Tipologia - Lavrador / Pequeno Pecuário - Diagnóstico 263 famílias – Território Brejo dos Crioulos	225
Figura 12	Carta-Imagem Uso e Ocupação do Solo – Distribuição da Vegetação Nativa – Território Brejo dos Crioulos	226
Figura 13	Assentamento Para Terra I	233
Figura 14	Recorte - Assentamento Para Terra I	234
Figura 15	Recorte - Assentamento Para Terra I (cima) e Comunidade Caxambu II	234
Figura 16	Recorte Território Brejo dos Crioulos – Mapa Áreas Protegidas e Projetos de Assentamentos - Mesorregião Norte de Minas	235
Figura 17	Recorte Território Brejo dos Crioulos – Mapa Áreas Protegidas e Projetos de Assentamentos - Mesorregião Norte de Minas	236
Figura 18	Mapa Brejo dos Crioulos	305
Figura 19	Carta-Imagem – Limites do território Brejo dos Crioulos	317
Figura 20	Print do Blog Brejo dos Crioulos	331
Figura 21	Notas Públicas da CPT	332
Figura 22	Revista Brejo dos Crioulos através da Fotografia em Quadrinhos	334
Figura 23	Esferografias Quilombolas de Gu Ferreira	335
Figura 24	Recorte Legenda - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos – Territorialidades	344
Figura 25	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	345
Figura 26	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	346
Figura 27	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	347
Figura 28	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	348
Figura 29	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	349
Figura 30	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	350
Figura 31	Recorte – Mapa Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	351
Figura 32	Recorte Mapa - Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	352

Figura 33	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	353
Figura 34	Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades	354
Figura 35	Território Negro Ampliado da Jahyba/Campo Negro da Mata da Jaíba na Mesorregião Norte de Minas – Minas Gerais - Brasil	382
Figura 36	Território Negro Ampliado da Jahyba ou Grande Campo Negro da Mata da Jaíba em destaque no contexto dos municípios com registros de territórios quilombolas	383
Figura 37	Territórios Quilombolas Brejo dos Crioulos (vermelho) e Gurutuba (amarelo) no Norte de Minas	384
Figura 38	Terras Quilombolas – tituladas e em processo no Incra	389
Figura 39	Registros Municipais de Territórios Quilombolas no Brasil	478
Figura 40	Representação da Multirelacionalidade no contexto do território	613
Figura 41	Esboço datilografado da letra da canção "Sonho impossível", versão de Chico e Ruy Guerra da canção norte-americana "The impossible dream", de Joe Darion e Mitch Leigh.	647

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Griô Quilombola no Território Brejo dos Crioulos	34
Foto 2 -	Dona Elizarda, moradora Quilombola de Araruba (<i>in memoriam</i>)	35
Foto 3 -	Criança Quilombola no território Brejo dos Crioulos	36
Foto 4 -	“Igrejinha” da Comunidade de Araruba no território de Brejo dos Crioulos	162
Foto 5 -	Placa na entrada do Centro de Referência do território de Brejo dos Crioulos	164
Foto 6 -	Quilombolas de Brejo dos Crioulos no Palácio do Planalto	187
Foto 7 -	Dia da assinatura do Decreto Presidencial com a Presidenta Dilma Rousseff	189
Foto 8 -	Casa abandonada no território Brejo dos Crioulos	257
Foto 9 -	Sr ^a . Nercesa, moradora da Comunidade de Orion no contexto do Fórum Internacional de Agrobiodiversidade/Encontro Nacional de Agroecologia (2013)	259
Foto 10 -	Romeu, morador do território Brejo dos Crioulos	279
Foto 11 -	Eliseu Fernandes de Souza	283
Foto 12 -	“Minha casa cercada por pistoleiros”. Desenho feito por uma criança – Brejo dos Crioulos	307
Foto 13 -	Paisagem na região do território Brejo dos Crioulos	317
Foto 14 -	Brejo dos Crioulos-MG	331
Foto 15 -	"Viver na comunidade é viver em comunidade" - Espaço de enraizamento da cultura negra no país, o Brejo dos Crioulos vive uma disputa por seus territórios. A terra de morada se transformou em terra de negócio, mercadoria	333
Foto 16 -	Capa do Plano de Etnodesenvolvimento	337
Foto 17 -	Oficina de Mapeamento – Ambientes e Infraestruturas	337
Foto 18 -	Estrada vicinal no território	355
Foto 19 -	Placa Centro de Referência quilombolas Brejo dos Crioulos	355
Foto 20 -	Mulheres do batuque	355
Foto 21 -	Dia da eleição da Associação Comunitária do território Brejo dos Crioulos	355
Foto 22 -	Prosa de lideranças de Brejo dos Crioulos	355
Foto 23 -	Crianças aguardam os pais em reunião da comunidade	355
Foto 24 -	Moradora prepara rapadura	356
Foto 25 -	Moradora retornando para casa com filhas	356
Foto 26 -	Dona Catarina apresenta o ritmo do batuque	356
Foto 27 -	Reunião de moradores na Associação	356
Foto 28 -	Crianças brincando no terreiro	356
Foto 29 -	Família quilombola reunida	356
Foto 30 -	Miro: o artesanato	357
Foto 31 -	Representação de mulheres do batuque no artesanato	357
Foto 32 -	Representado de trator no artesanato	357
Foto 33 -	Milho colhido	357
Foto 34 -	Sacas de Milho colhidas em 2011 na comunidade de Araruba	357
Foto 35 -	Moradora de Brejo dos Crioulos catando feijão na peneira	357
Foto 36 -	Cerca de propriedade	358
Foto 37 -	‘Pé no chão do território’	358

Foto 38 -	Representação da casa no desenho da criança	358
Foto 39 -	Tijolos de barro para casas	358
Foto 40 -	Igreja de Araruba	358
Foto 41 -	Gado no carro-de-boi	358
Foto 42 -	Moradores quilombolas reunidos para eleição da Associação Comunitária	359
Foto 43 -	Morador na porta de casa	359
Foto 44 -	Territórios reunidos no Encontro da Federação Mineira de Comunidades Quilombolas em 2012	359
Foto 45 -	Moradora quilombola Carla, apresentando a comunidade no III Colóquio Internacional sobre povos e comunidades tradicionais em 2014	359
Foto 46 -	Quilombolas de Brejo dos Crioulos participam de Grupo de Trabalho no III Colóquio Internacional sobre povos e comunidades tradicionais em 2014	359
Foto 47 -	Romeu Cardoso de Oliveira, o ‘Nequinha, quilombola de Brejo dos Crioulos, apresenta à plenária os desafios do território n contexto do III Colóquio Internacional sobre povos e comunidades tradicionais em 2014	359
Foto 48 -	Quilombolas de Brejos dos Crioulos participam do Fórum Internacional de Agrobiodiversidade em 2013 e do Encontro Nacional de Agroecologia	360
Foto 49 -	Quilombolas de Brejos dos Crioulos participam do Fórum Internacional de Agrobiodiversidade em 2013 e do Encontro Nacional de Agroecologia	360
Foto 50 -	Violeiros da Folia de Reis	360
Foto 51 -	Celebração da Folia de Reis	360
Foto 52 -	Dia de levantamento de mastro	360
Foto 53 -	Dia de levantamento de mastro	360
Foto 54 -	Velas ascendidas ao pé do mastro	361
Foto 55 -	Quilombolas dançando batuque	361
Foto 56 -	Fogos durante a Folia de Reis	361
Foto 57 -	Final do campeonato de futebol de Brejo dos Crioulos	361
Foto 58 -	Quilombola cuidando da roça	361
Foto 59 -	Quilombola cuidando da mandala	361
Foto 60 -	Quilombolas afinam violão para Folia de Reis	362
Foto 61 -	Quilombolas afinam violão para Folia de Reis	362
Foto 62 -	Crianças reunidas no Centro de Referência Brejo dos Crioulos	362
Foto 63 -	Família quilombola reunida	362
Foto 64 -	Morador quilombola posa para fotografia	362
Foto 65 -	Morador quilombola posa para fotografia	362
Foto 66 -	Moradoras quilombolas carregam feijão colhido	363
Foto 67 -	Moradoras quilombolas dançam batuque no Centro de Referência	363
Foto 68 -	Porta celular em artesanato	363
Foto 69 -	Criança brinca com estilingue	363
Foto 70 -	Momento de fé na reza do Santo na Igreja de Orion	363
Foto 71 -	Quilombolas fazem batuque na comunidade de Araruba	363
Foto 72 -	Olhares no território I	364
Foto 73 -	Olhares no território II	365
Foto 74 -	Ponto de Referência com informações gravadas na pedra	366
Foto 75 -	Dona Catarina apresenta batuque na sala de sua casa	368
Foto 76 -	Casa no Centro Referência Quilombolas Brejo dos Crioulos	446
Foto 77 -	Moradores na porta da casa nas proximidades do Centro de Referência da Comunidade	448
Foto 78 -	Vaqueiro	516

Foto 79 -	Cancela no território Brejo dos Crioulos	518
Foto 80 -	Grafite produzido por acadêmicos no Centro de Ciências Humanas da Unimontes	570
Foto 81 -	Dona Justina no Batuque em Brejo dos Crioulos	572
Foto 82 -	Travessia – Território Quilombola Brejo dos Crioulos	603
Foto 83 -	Crianças na porta da Escola – Território Brejo dos Crioulos	614
Foto 84 -	Caixa de batuque	616
Foto 85 -	Crianças do território Brejo dos Crioulos desejando boa viagem	646
Foto 86 -	Moradora Quilombola em roda de prosa no território Brejo dos Crioulos	648

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Território Quilombola Brejo dos Crioulos	161
Mapa 2 -	Uso e Ocupação: Comunidades e Moradias na área delimitada e na franja do território	211
Mapa 3 -	Uso e Ocupação - Plantações e Criações Domésticas	232
Mapa 4 -	Uso e Ocupação – Escolas, Igrejas e Cemitérios	237
Mapa 5 -	Uso e Ocupação – Principais Temáticas	238
Mapa 6 -	Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos – Territorialidades	343
Mapa 7 -	Uso e Ocupação – Fazendas Pastos e Currais	555
Mapa 8 -	Território Quilombola Brejo dos Crioulos – Trijunção dos Municípios São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia - Minas Gerais	612

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Estratificação Etnoambiental – distribuição das terras de acordo com a unidade da paisagem	226
Quadro 2 -	Situação do Domicílio Quilombola – Dados das famílias quilombolas inseridas no CadUnico	255
Quadro 3 -	Territórios Quilombolas – Situação de identificação, certificação e titulação	388
Quadro 4 -	Composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)	467
Quadro 5 -	Território “Atual” e Território “Real” em Módulos Fiscais: Brejo dos Crioulos	553
Quadro 6	População Relativa e IDH	557
Quadro 7	Matriz de observação das espacialidades em colisão	590

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição da População brasileira rural e urbana (1900-2000)	544
-------------	---	-----

LISTA DE SIGLAS

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABC/MRE	Agência de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
ABEEF	Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal
ACBANTU	Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADISC	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha
AGB	Associação Brasileira de Geógrafos
AGU	Advocacia Geral da União
AL	Alagoas
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMANS	Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene
AMONAPE	Associação Movimento Nacional dos Pescadores
APMMG	Arquivo Público Mineiro
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
APOP	Associação Pomerana de Pancas
APRECI	Associação de Preservação da Cultura Cigana
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER-Quilombola	Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola
BA	Bahia
BR	Brasil
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CC	Código Civil
CADUNICO	Cadastro Único
CDJ	Cáritas Diocesana de Januária

CEDRO	Centro de Estudos e Discussão Romani
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEIVA	Centro de Educação Integrada do Vale de São Francisco
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIME	Conselho Indigenista Missionário
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CODAE	Corporação de Desenvolvimento Afro-equatoriano da Presidência da República do Equador
CODECEX	Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CpiSP	Comissão Pró-Índio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CR/88	Constituição da República de 1988
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DataUFF	Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense
DF	Distrito Federal
DFQ	Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra
DOU	Diário Oficial da União
DPDH	Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais de Minas Gerais
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento

EGAL	Encontros dos geógrafos da América Latina
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCONASA	Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro
EPL	Espeleogruppo Peter Lund
ES	Espírito Santo
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEABE	Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
FEC-UFF	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FIAN Brasil	Ação pelo Direito a se Alimentar
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIP - MOC	Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNRA	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNATURA	Fundação Pro-Natureza
GESTA/UFGM	Grupo de Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais
GO	Goiás
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBIO	Instituto Chico Mendes e de Conservação da Biodiversidade
IDENE/Sedonor	Instituto de Desenvolvimento do Norte de Nordeste de Minas Gerais

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH	Instituto de Direitos Humanos
IE	Instruções Especiais
IEF	Instituto Estadual de Floresta
IESA - UFG	Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IG - UFU	Instituto Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
IGS	Instituto Grande Sertão
IH-UFU	Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IRS	Instituto Rosa e Sertão
ISA	Instituto Socioambiental
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
KM	Quilômetros
LABOTER	Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais
LABOTER/IESA-UFG	Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás
LAGECULT	Laboratório de Geografia Cultural e Turismo
LAGECULT/IG-UFU	Laboratório de Geografia Cultural e Turismo no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.
LAGEA/IG-UFU	Laboratório de Geografia Agrária d Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-de-Babaçu
MJ	Ministério da Justiça
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MSVP	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAC/UFVJM	Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
N'GOLO	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais
NIISA/Unimontes	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros/MG
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PB	Paraíba
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PDL	Projeto de Decreto Legislativo

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PI	Piauí
PIR	Promoção da Igualdade Racial
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNGATI-GATI	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PPA	Plano Plurianual
PPGDS	Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social
PPDDH	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PR	Paraná
PROECOTUR	Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental do Turismo
PROMESO	Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Subregionais
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RENAP	Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEN	Secretaria Executiva para a Etnia Negra da Presidência da República do Panamá
SENAES/MTE	Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e

	Emprego
SESC	Serviço Social do Comércio
SIPAF	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SISEMA-MG	Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais
SMA-SP	Fundação Florestal da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SOLTEC/UFRJ	Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro
SP	São Paulo
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
TDR	Territorialização-desterritorialização-reterritorialização
TO	Tocantis
UC's	Unidades de Conservação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	37
INTRODUÇÃO	44
<i>...travessia...primeira...pessoa...</i>	44
Geografia na sola do pé e no dedo de prosa para compreender o território relacional Quilombola: notas sobre metodologia na pesquisa	87
Tese: do desdobramento da espacialidade profunda ao territorial relacional quilombola	113
1BREJO DOS CRIoulos RECONHECENDO O TERRITÓRIO TRADICIONAL QUILOMBOLA	165
1.1 Do Kilombo ao território Quilombola: a espacialidade profunda e a representação do lugar de viver	165
1.2 Primeiros olhares	185
1.3 Do espaço brejeiro ao espaço crioulo: a voz do território relacional	200
1.4 “Vamos chegar...”: a chegada, o contexto...primeiras trilhas....	239
2SER-DO-LUGAR, SER-NO-LUGAR, TERRITÓRIO-PARA-SI	260
2.1 Ocupar e Resistir: viver e territorializar para existir	260
2.2Das representações simbólicas aos mapas mentais: o território fala no “silêncio” das fotografias	300
2.2.1 Um pouco de silêncio para olhar o território relacional	343
2.2.1.1 Carta-Imagem	343
2.2.1.2 Fotografias	355
3GEOGRAFIA, GEOGRAFIAS: TOTALIDADE, CULTURA E AÇÃO...	369
3.1 Espaço e lugar: por um poder das geografias da diversidade	369
3.2 O desafio da totalidade na leitura geográfica do Brejo	393
3.3 Geografia Cultural: da cultura do espaço e a ação geográfica	403
3.4 Por uma Geografia da ação para a ação geográfica	421
4 ESTADO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS	449

4.1O sentido das territorialidades do Estado na direção dos direitos territoriais.	449
4.2 Estado e Diversidade: o paradigma multiterritorial e o desafio da reterritorialização constitucional	464
4.2.1 A Espacialidade Sertaneja: olhares sobre a diversidade norte-mineira	464
4.2.2 Entre o ser e o devir: da espacialidade profunda ao reconhecimento: breves olhares ao Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano	479
5 ‘A VACA FOI PRO BREJO’ E O TERRITÓRIO, ENCURRALADO: TERRITÓRIO, PROPRIEDADE E O DESAFIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	519
5.1 A questão da terra no Brasil e os territórios tradicionais	519
5.2 Territórios Quilombolas: processos territoriais especiais	535
5.3 O desafio da função social do território	556
6 BREJO DOS CRIoulos: UM TERRITÓRIO RELACIONAL QUILOMBOLA	573
6.1 Territórios Relacionais: olhares, ação, devir	573
CONSIDERAÇÕES FINAIS	617
REFERÊNCIAS	649
ANEXOS	702

Foto 1 - Griô Quilombola no Território Brejo dos Crioulos



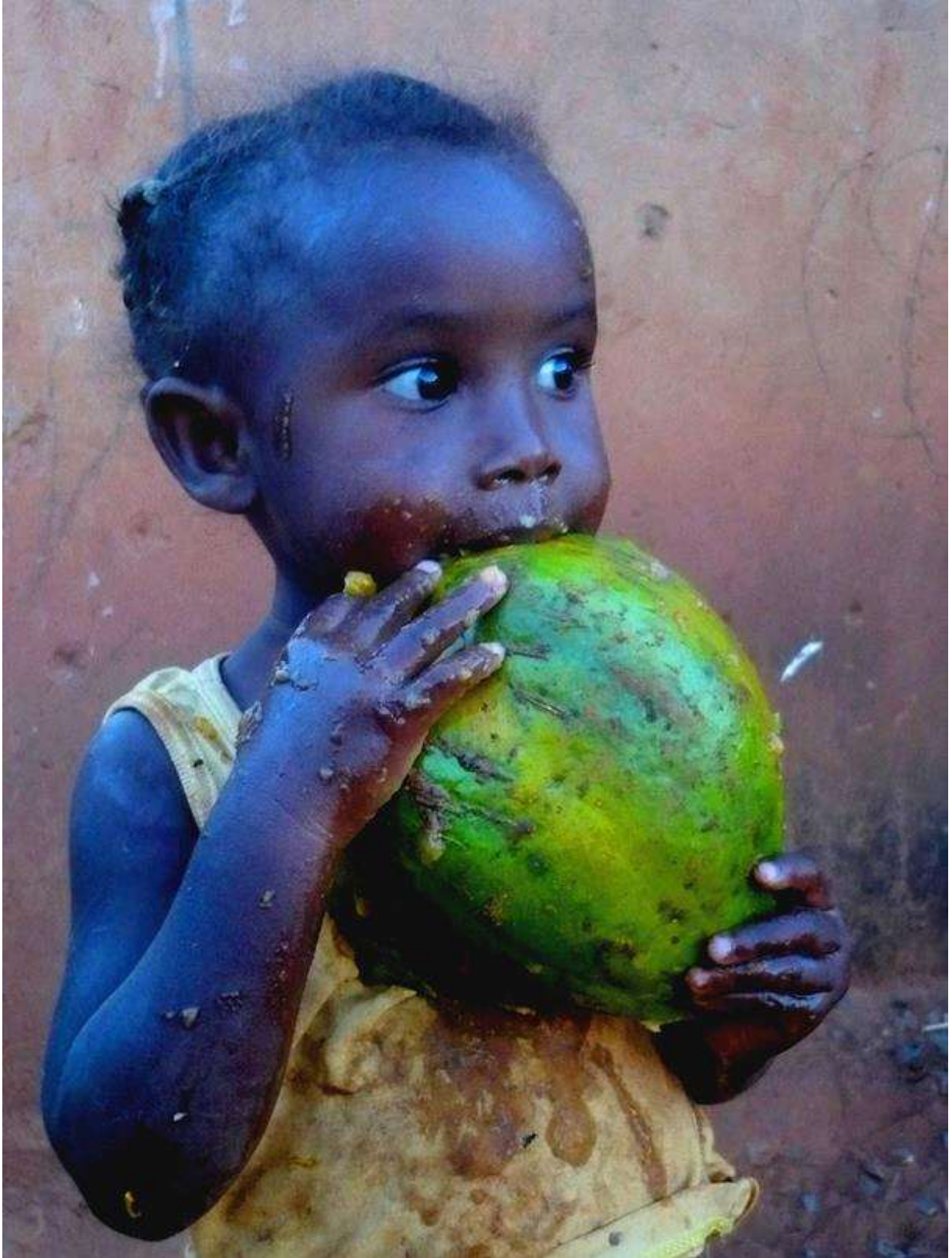
Fonte: COSTA, 2005a, p.13.

Foto 2 - Dona Elizarda. Moradora Quilombola de Araruba. (*in memoriam*).



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

Foto 3 - Criança Quilombola no território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

APRESENTAÇÃO

Intergeracional, multidimensional, multiescalar e plural o território relacional é aqui apresentado a partir das abordagens da geografia cultural humanista reunindo a perspectiva cultural enquanto ação política aos arranjos produzidos pela geografia humana crítica conectada à realidade socioespacial do mundo moderno, esse grande ‘maciço calcário’ a romper-se com as ‘águas da diversidade’ há tempos congeladas na superfície dos desarranjos do mundo.

Os ‘movimentos sísmicos’ e a ‘eruptividade’ derivados da espacialidade profunda configuram o prenúncio da noção da auto-organização biopolítica e do sujeito político geograficamente coletivizado resistente à espacialidade forjada. Esta que em sociabilidades restritivas e liberdades destruidoras instalou territórios impositivos da homogeneidade espacial e sociocultural, alinhados dimensionalmente na produção do espaço do medo e do mundo vivido pelo limite, ancorado nos conflitos do passado.

A contra-espacialidade que resulta da ação coletiva relacional da diversidade, atualizada nas novas territorialidades produzidas por liberdades transformadoras e sociabilidades plurais da heterogeneidade reverbera em rede o poder simbólico dos territórios relacionais na reprodução do espaço de esperança com o afloramento da espacialidade profunda brasileira. O reconhecimento que busca essa natureza identitária-territorial até então mimetizada espacialmente em defesa da multiplicidade dimensional de suas práticas, noções, concepções, cosmovisões, de suas territorialidades ao apreender a realidade a partir de referências compartilhadas não está a pedir licença pela própria existência, mas a assegurar o poder do direito de existir e o poder do direito de se reproduzir na contramão do êxodo, das migrações forçadas, da expropriação territorial, das diásporas do passado.

Ao recodificar e reincorporar, em mimetismo espacial e territorialidades intermitentes a objetividade das relações de transformação aparentemente imperceptíveis e simultaneamente desinvisibilizadas e abertas também na multidimensionalidade-multiescalaridade do meio técnico-científico-informacional, o território relacional modulando as diferenças na diversidade e compartilhando experiências nas geografias da ação conceituam a ação geográfica produzindo o pluralismo da organização comunitária frente às soberanias que se hegemonizaram mediante espoliação de direitos, expropriação de lugares de originais de viver, fragilização da vida simples e desconstrução de humanidades.

As espacialidades em colisão no contexto da globalização perversa incorporam às contradições da modernidade como palco para o teatro e representação do esgotamento estrutural capitalista. O fracasso da ordem dada pela dissolução da materialidade histórica vitimou frágeis noções de mundo em cenários de opressão, covardia e violência. A fragilização do contraponto e da possibilidade de existência da verdade agrediu a práxis transformadora nas suas dimensões mais densas até então mimetizadas, imperando à socioespacialidade brasileira profunda o antagonismo dos ordenamentos dilaceradores dos arranjos produtivos no espaço vivido por cidadãos onde sociabilidades simples produziram gêneros de vida e meios de viver ligados de modo incondicional à natureza e à cultura.

Os desarranjos produzidos pela retroespacialidade – aqui lida geograficamente a partir da tríade destemporalização-desubjetivação-desreferencialização – com o encurralamento do território desfiguraram lógicas e dinâmicas de reprodução econômica da comunidade e, ao mesmo tempo a destituiu das possibilidades positivas de reconhecimento sociocultural para além da realidade estabelecida no próprio cotidiano, no próprio lugar de viver. Tal empreendimento está vinculado à articulação dos mitos da democracia racial e da democracia espacial brasileira produzindo um quadro de racismo espacial, muito próximo do que pode ser lido pela denominação já conhecida como racismo ambiental.

É perceptível que o encontro de leituras geográficas autóctones e alóctones sobre a realidade socioespacial brasileira profunda ainda constitui desafio dos mais importantes à produção do conhecimento. A busca por compreender o território relacional a partir da geografia encontra no território Brejo dos Crioulos as possibilidades de ampliação das conexões entre as distintas epistemologias e visões de mundo, acompanhando também outros diversos trabalhos produzidos sobre sua realidade. A partir das dimensões do desdobramento da espacialidade total do território origem e dos arranjos analíticos socialização na espacialidade, socialização da espacialidade, espacialização na sociabilidade e espacialização da sociabilidade são evidenciadas algumas percepções sobre a espacialidade territorial diante de suas múltiplas dimensões e escalas.

O contexto das abordagens apresenta uma ação geográfica coletivizada contra-espacial movida pela existência de grupos sociais diferenciados em processo de legitimação identitária-territorial Quilombola que projetam nas representações de sua existência material, social e simbólica os rearranjos para o reordenamento de seus gêneros de vida em desinvisibilização e, simultaneamente produzindo o poder de suas identidades espaciais. O tensionamento derivado da fronteiridade território-propriedade evidencia o choque entre as espacialidades desmercantilizada (profunda) e mercantilizada (forjada).

Na trijunção dos municípios de São João da Ponte (MG), Varzelândia (MG) e Verdelândia (MG) aproximadamente três mil pessoas em seiscentos e oitenta e quatro famílias vivem historicamente em situações desafiadoras da subsistência, autoidentificação identitária e reconhecimento territorial em virtude da complexidade envolvida no território Quilombola que historicamente vivem a produzir. Nesse sentido, a zona de contato entre os recortes expõe os limites já quase insuperáveis tanto da resiliência socioespacial do território mimetizado em resistência, quanto do esgotamento estrutural dos arranjos capitalistas nele estabelecidos, uma vez consolidados pela imposição da ordem hegemônica dos desarranjos

sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos no lugar de viver dos Quilombolas de Brejo dos Crioulos.

O território não é uma prisão, mas o encurralamento de sua socioespacialidade produziu em sua realidade novas feições distintas e incompatíveis com o seu ordenamento original, o que o aproximou da noção de aprisionamento. A sobreposição de diferentes percepções sobre a espacialidade sertaneja estabeleceu o conflito de fronteiridades entre diversas representações da espacialidade forjada e da espacialidade profunda, bem como tencionou a dialética temporalidades-destemporalização no contexto multidimensional territorial.

A realidade ampliada do território Brejo dos Crioulos situa sua comunidade no contexto dos novos sujeitos políticos e dos novos sujeitos de direito cuja realidade brasileira aponta para a existência estimada de cinco mil territórios Quilombolas abrigando aproximadamente dezesseis milhões de brasileiros. A organização do movimento espacial-identitário político que extrapola os limites do território nacional considera os diversos relacionamentos e alinhamentos em rede com outros territórios negros da América Latina e o Caribe, países lusófonos, comunidades Africanas, bem como com Povos e Comunidades Tradicionais de todo o mundo que buscam assegurar direitos, reparar prejuízos socioculturais históricos e, o reconhecimento de suas existências socioespaciais na consolidação das noções de liberdades individuais e coletivas na diversidade para o século XXI.

‘O Brejo, são muitos’, representa muitos e por isso também é plural. A pluralidade de vidas, esperanças e liberdades que se conectam à sua geohistória dizem bem da potência relacional que produzem em seus espaços vividos. Se em algum momento o território deixou de ser espaço para ser a ‘prisão que os homens construíram para si’, é possível afirmar que território tradicional Quilombola deixou de sê-la e, em desdobramento, rearranjado em espaço de liberdade e esperança. Não há lugar de viver, território, propriedade ou qualquer outra

natureza de arranjo que suporte a irracionalidade do desprezo à função social da totalidade espacial e, no tempo de reconhecimento da diversidade, à função social dos territórios tradicionais. Tal como não há qualquer sociabilidade pragmática ou ideológica que resista ao descompromisso com a preservação e valorização da vida e da pluralidade de meios de viver.

Para além de um conformismo socioespacial os ordenamentos e arranjos que se atualizam em desdobramento na diversidade da espacialidade profunda tendem a projetar o futuro no presente. Natureza, cultura, história e as diversas geografias multidimensionais-multiescalares produzem uma nova espacialidade para o século XXI. O reestabelecimento dos sentidos do espaço público pela e para a diversidade das identidades socioespaciais parece exigir das diversas compreensões um grande encontro transformador. Cabe salientar que as percepções do percurso mais apontam às transformações via espacialidade profunda, do que a própria noção de transformações profundas pautadas pelas visões radicalizadas no grau zero do conhecimento, cujo primitivismo também habilita vazios de humanidade. A transformação está viva, o desafio está em reconhecê-la.

A ressemantização do espaço público no século XXI está diretamente conectada ao reconhecimento da função social do território dos Povos e Comunidades Tradicionais brasileiros e Latino-Americanos. É nesse sentido que o trabalho visita alguns entendimentos sobre noções e ações do Constitucionalismo Pluralista em um olhar inicial. As Epistemes autóctones que geohistoricamente produzem e examinam a realidade subjacente da espacialidade profunda mimetizada nas desordens do mundo são guardiãs das epistemologias emergentes capazes de romper com a cristalização hegemônica conveniente à produção privilegiada de conhecimento. O dinamismo no pluralismo geográfico da diversidade produz a multidimensionalidade epistêmica da espacialidade profunda e, com ela novas cartografias que traduzem a realidade concreta relacional das inúmeras identidades espaciais e, também as relações de poder que às conectam.

Considerando o rearranjo dessas identidades espaciais na corporificação do poder relacional que as conecta são observados outros significados atribuídos à tradição e à tradicionalidade na reprodução social, material e simbólica do território Quilombola, o que expressa o desdobramento político da ação geográfica a partir da cultura. Nesse contexto o lugar de viver é reposicionado na condição de lugar-território como estratégia de desinvisibilização e desencurralamento socioespacial, bem como materialização de seu poder simbólico. A sociabilidade profunda que produz o território relacional evidencia sujeitos geografizados coletivamente no espaço da transformação objetiva e subjetiva das ordens homogeneizantes, por meio da ação cultural territorial.

Com efeito, o movimento contra-espacial do território Brejo dos Crioulos é também delimitado por uma ação contra-epistêmica ao referenciar novas territorialidades no tempo da luta pelo reconhecimento com fins a reprodução do território relacional a partir de narrativas próprias, desconstruindo com a espacialidade territorial o histórico empreendimento de expropriação, espoliação e desconsideração de sua existência. A revisão crítica de seu processo geohistórico rompe com a subalternidade espacial e social no qual esteve imerso e realinha sua condição existencial com outras lutas do mundo que também estabelecem novas cartografias socioespaciais.

Daí, o abismo filosófico com o qual depara a geografia neste início de século em razão da clivagem de objetos multidimensionais e multiescalares parece exigir da ciência um retorno aos seus primeiros compromissos assumidos na história do pensamento que edificou suas bases. O ir além da totalidade parece demandar o reconhecimento da sua história e isso passa pelo empoderamento das geografias autóctones ainda desconsideradas nos circuitos hegemônicos de produção do conhecimento. Assim como territórios tradicionais, a geografia demanda o reconhecimento de sua espacialidade profunda invisibilizada na pressa dos imediatismos especialmente forjados no produtivismo da virada de século. Se não consegue

ler a si mesma, não conseguirá ler o espaço da transformação, se não consegue interpretar a si mesma, não interpretará o espaço na transformação, suas novas feições, realidades e noções. Eis o grito do território Quilombola à Geografia, que pode ser percebido no silêncio da espacialidade profunda brasileira.

Este trabalho propõe uma leitura geográfica a partir das noções e conceitos de espaço, lugar e território evidenciando a realidade de Brejo dos Crioulos como aporte na busca por compreender a produção espacial relacional a partir de um contexto contra-espacial. Os deslocamentos dialéticos desse percurso acabam por valorizar as possibilidades crítico-interpretativas da ciência geográfica e seu compromisso com a realidade objetiva da função social do espaço e com os direitos de existir.

À disposição das regras está inteiramente o desafio da simplicidade, tal com estão os atributos da intuição, os arranjos da dedução, os devaneios da percepção e a incrível materialidade do sensível. A espacialidade profunda brasileira não se perdeu ao resistir, ao contrário, mimetizada se encontra cada vez mais em sociabilidades produtoras de futuro. E, bem certo que um tanto distante dos conhecimentos perdidos na soberba do produtivismo majestoso que ainda corrói as mãos da ciência em vertigem. No espaço real as dores do dia e da noite continuam sentidas nas fragilidades desprotegidas dos corpos que persistem pela vida. É no auto-reconhecimento que as geografias da diversidade se conectam em desdobramento na produção de um novo sentido à espacialidade.

INTRODUÇÃO

...travessia...primeira...pessoa...

A infância compartilhada na simplicidade de uma família ligada à vida na roça e outra na cidade, avivou percepções em um olhar observador das diferentes paisagens cotidianas e um desejo permanente por viagens entre os diferentes e complementares mundos rurais e urbanos. Em meio às vivências, experiências, histórias, fotografias, relatos, registros, memórias, ‘*Estrela d’Alva*’ e ‘*João-de-Barro*’, dois lugares fundamentais ancorados no passado familiar, reunidos a outras representações como acampamentos às margens dos rios São Francisco e Verde grande, à pesca, às hortas, à criação de pequenos animais na solta, à infância nos terreiros dos quintais, à vida comunitária e suas relações de partilha no sossego e na cumplicidade, às inúmeras festas e seus significados diversos, evidenciam nas determinações acumuladas em distintas temporalidades dessa história um importante percurso do vivido nas geografias de minha vida.

Relendo a trajetória pessoal neste cruzamento da vida acadêmica percebo que a humanidade envolta em minha existência, as visões de mundo análogas e os desafios evolutivos de meu ser que estão a cumprir sua jornada, se ambientam na conexão dos lugares que articulam a identidade espacial na qual me reconheço. Diz-se da identidade elaborada nas sociabilidades simples, nas múltiplas relações cotidianas, nas territorialidades dinâmicas do vivido, nas viagens de experiência com e sem deslocamento desse corpo, nas linguagens infinitas assimiladas constantemente, nos processos colaborativos aprendidos, nas trocas simbólicas permanentes, nos conflitos espaço-temporais envolvidos, mediações, conciliações e porvir.

A travessia dessa quadra complexa evidencia movimentos de idas e vindas, cuja dinâmica retrospectiva se equilibra nas projeções possíveis que emanam das experiências vividas. Reconhecer as dimensões do vivido nos lugares de nosso breve percurso como o

corpo e os territórios interiores, evidencia um interessante percurso na antecipação do *si mesmo*, de nossas razões e emoções. Inevitável sendo o susto das transformações profundas que passam de maneira desafiadora pelos conceitos e esquemas conceituais que nos surgem e que nos cercam, parece difícil compreender como ainda paira nas construções a insistência, nos resquícios de determinados ordenamentos, pelo domínio a vida. Ela é maior.

Na cidade, se quatrocentos metros distanciaram duas casas entre o “*alto do Morrinho*” e o “*pé do Morrinho*”, a grande feira do *Mercado Sul*¹, ampliou as relações entre as famílias. A aproximação de dois quintais repletos de frutas, hortas, animais, gentes e histórias, registra o *desdobramento espacial e da espacialidade* do mundo vivido em incontáveis e saudosos dias. Poeticamente pronunciado e aqui recordado Morrinho ou Morrinhos como ainda se ouve, o Cerro, Morro, Encosta ou Colina da Dona Germana é um dos bairros mais antigos e tradicionais de Montes Claros-MG onde vivi por vários anos e onde de outras maneiras permaneço. Por lá (aqui), nos sertões das ruas Cônego Chaves, Juca Prates, Professor Álvaro Prates, Melo Viana, Ceará, Dona Tiburtina, Ferroviário, Correa Machado, Leonel Beirão, Circular, Santa Efigênia, Paraíba, Tupiniquins, Rio Grande do Norte, Urbino Viana, Piauí, e tantas outras somadas aos becos, viadutos, vielas e ferrovia, ainda permanecem amigos e familiares. Ainda e também permanece meu lugar de viver, origens.

A ocupação mais intensa na área é da década de 1930, apesar da Capela (‘de Santa Cruz’, ‘do Morrinho’, ‘do Senhor do Bomfim’, ‘do São Geraldo’), marco importante da cidade, ter sido inaugurada no ano de 1886, pela devoção e promessa de sua benfeitora Sr^a. Germana Maria de Olinda. A topografia acidentada registra um dos pontos culminantes do perímetro urbano da cidade, área central, com elevação de 702 metros². Na descrição de Paula (2007, p.53) “o antigo Cecé (Encosta Norte), beira da linha, Cemitério Bonfim, o antigo

¹ Inaugurado em 1970, o Mercado Sul, que historicamente abrigou um importante espaço feirante em Montes Claros-MG, está totalmente abandonado. São poucos os comerciantes e populares que por ali resistem à incompreensão socioespacial.

² (GOOGLE EARTH, 2014).

Macacos”, nas tantas histórias de meu pai e meu avô Tereziano, as várias Vilas ali estabelecidas (Valquíria, das Formigas, do Senhor do Bonfim, do Modesto...). Por ali (por aqui) um viver comunitário que guarda representações significativas e importantes temporalidades da cultura popular do ‘Arraial das Formigas’³.

A boemia, a malandragem, a loucura, o carnaval de rua, as feiras e comércios populares, o mercadão, o jogo, a reza das benzedadeiras, a participação política, a religiosidade, a comunicação, o futebol de rua, a poesia, as charadas, a seresta, os personagens folclóricos, o turismo, a contemplação, o abastecimento hídrico e os conflitos amenos grafam uma vastidão histórica socioespacializada que resiste às mínguas na convulsão urbana. Ainda assim, as geografias do morro são desenhos reais dos pertencimentos-desenraizamentos e ocupações-distanciamento que ali se expressam, bem como das múltiplas dimensões ali produzidas e reproduzidas. Uma espacialidade traduzida pela “multiplicidade de estórias-até-agora”, como “devires coetâneos”. (MASSEY, 2009, p.267).

Na espacialidade de onde emerge esse morro híbrido, transitório, aberto e multiterritorial, os mapas mentais (KOZEL, 2006), as representações simbólicas (MOSCOVICI, 2007), a vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991), a natureza do sensível⁴ e as conexões topofílicas (TUAN, 1980) envolvem e são envolvidas pelo espaço vivido e suas diversas geografias multidimensionais. A rua era casa, a casa de muitos e todos se conheciam

³ Diz-se do povoado que surgiu com a Fazenda Montes Claros (1707), fundada na pelo colonizador Antônio Gonçalves Figueira. Posteriormente, passando a Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José das Formigas, à Vila de Montes Claros de Formigas (1831) e, Cidade de Montes Claros (1857). Tenho profundo apreço pela ideia e, de algum modo percebo vivo o Arraial de outrora.

⁴ A sugestão assimila uma leitura positiva do conceito ligado ao inteligível a partir de multidimensões sensíveis e relacionais do espaço. Nesse caso, recebe atenção a experiência da pesquisa enquanto experiência estética com a realidade escalar territorial do lugar de viver expresso nas coisas do lugar, passíveis de serem lidas geograficamente como representações do lugar-território (objetiva) e artisticamente como expressão criativa da realidade (subjetiva). Tal experiência é conduzida com a fotografia considerando que o território, nesse caso, imagético, mesmo não se traduzindo na identidade da forma, se materializa simbolicamente a partir do fundamento ontológico da viagem ao espaço da alteridade (sujeito-objeto), cujo sentido é atribuído na produção do lugar de viver. Enquanto experiência estética, o empreendimento potencializa o aprofundando à percepção sobre a determinação social do ser do espaço geográfico. Essa quadra, apesar de não constituir olhar prioritário da pesquisa, permitiu diálogos importantes ao longo da construção, com diversos trabalhos artísticos, em especial com a obra do artista Gu Ferreira que ilustra o início deste trabalho, marcadamente no momento que tece leituras sobre o espaço social das ruralidades sertanejas quilombolas do Sertão Gerais.

bem. Marcas de um tempo de simplicidades profundas e infância livre nos terreiros e ruas da comunidade, enraizado nos laços fortes de solidariedade entre os vizinhos do bairro. Tudo isso sempre aguça nossas reminiscências mais antigas, seus distintos lugares e diferentes pessoas em realidades tão próximas. Imersos nos desafios do cotidiano, vivíamos razoavelmente tranquilos em ‘ruas soltas’⁵ de um tempo do morro.

O contexto não me permite desconsiderar que a ligação com os Vales dos rios São Francisco, Verde Grande, Gorutuba e Jequitinhonha é de longa data e forte. Desde a infância naveguei muitas de suas distâncias e dinâmicas. Foram nas águas regionais que acumulei muitas de minhas experiências, foram elas que aproximaram meus olhares ao mundo natural. Foram pelas águas que encontrei os povos do Cerrado, da Caatinga, da Mata Seca. Por elas conheci cavernas, cachoeiras, animais, plantas, gentes do Sertão de Minas Gerais. Conheci rios tributários de perto, suas lagoas marginais, moradores de suas beiras, pescadores e suas histórias. Com a família comecei aprender a perceber sobre a imensidão das águas e o tamanho de suas importâncias para a vida das pessoas na região, conheci os rios Gorutuba, Pardo, Pandeiros, Cochá, Gibão, Vieiras, Carrapato, Riachão, Quem-Quem, São Lamberto, Arapuim e tantos outros ribeirões e lagoas da região.

As raízes dessa história mergulham nas primeiras viagens que fiz em diversas cidades do norte e noroeste de Minas. Januária, Pedras de Maria da Cruz, Pirapora, São Francisco, Varzelândia, Glaucilândia, Guaraciama, Juramento, Bocaiúva, Mirabela, Patis, São João da Ponte, Ibiracatu, Janaúba, Verdelândia, Jaíba, Manga, Montalvânia, Monte Azul, Mamonas, Gameleiras, vieram outras, Francisco Sá, Grão Mogol, Salinas, Botumirim, Cristália, Novo Horizonte, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Várzea da Palma, Chapada Gaúcha, Arinos,

⁵ Na etnografia de Brejo dos Crioulos Costa (1999) apresenta o recorte temporal definido por categorias nativas que auxiliam a compreensão sobre a história da comunidade. As narrativas dizem, entre outros, do tempo das terras soltas que expressam sobre um período de vivências produtivas em terras livres, desimpedidas, de um tempo da fartura. Ao reconhecer, no morro, durante a infância, um tempo de ‘ruas soltas’, considero possível certa aproximação reflexiva de realidades diferenciadas marcadas, contudo, por lógicas similares em relação ao exercício das liberdades e à natureza de suas fronteiras subjetivas. Dois lugares de viver que permitem revisar e aproximar diferentes arranjos socioculturais.

Buritis, Brasilândia de Minas, e com elas os Vales dos rios Urucuia, Jequitaiá, Jequitinhonha, Paracatu, das Velhas e do Sono e outras tantas águas desse canto de mundo. Sempre que é possível mergulho na ‘doce geografia’ dos ‘aquíferos de minha vida’, Urucuia e Bambuí. Pescarias, estudos, trabalhos, pesquisas, manifestações, romarias, expedições, festas, aventuras, errâncias caminhanças, as águas sertanejas abraçaram meus caminhos de diferentes maneiras. Poderia ser mais não fossem os outros sertões do mundo que, permanentemente nos convidam a correr trecho e andar por aí.

Às margens de minhas travessias, no rio e na rua, aprendi a conversar com várias Franciscas e Franciscos, Anas e Paulos, Terezinhas e Terezianos, ribeirinhos, veredeiros, gentes de lagoas e calçadas marginais, moradores de rua, do alto e dos pés do morro, habitantes de tantos quintais, famílias inteiras. E, entre uma prosa e outra, suas percepções, narrativas e visões de mundo. Ouvi histórias de vida, fatos e relatos de alegrias e sofrimentos, de águas e mágoas, de dor e de labor, causos de suor, lágrimas e sangue. Com o passar dos anos a grande feira acabou, as hortas e os animais sumiram. Os alimentos das roças quase perderam todo o espaço aos enlatados, transgênicos e envenenados.

Nos supermercados, a velocidade sem freios do grande mercado chegou e com ela, além dos desacordos, a especulação dos imóveis se estabeleceu. Muitos se mudaram dali (daqui), alguns obrigados, outros resistiram. As casas já não são de todos, todos já não se conhecem tanto, subiram seus muros que ganharam cacos de vidro, pregos, alarmes e concertinas. Janelas ganharam grades e a sensação de cerco ecoou na rua dos horários, novos limites, novas fronteiras estabelecidas em territorialidades transitórias. (BHABHA, 2007). O que era solto, ficou fechado, o que era aberto ficou murado, um espaço livre foi parcelado e passou a ser disputado entre a vida e a morte que já não é tão natural. Os sentidos dos quintais foram alterados, a casa passou a propriedade. A família já não tem a roça, o vivido é na cidade, os mais velhos morreram e com eles muitas histórias, saberes, fazeres e sonhos.

Ficaram as memórias dos lugares e das pessoas, testemunhos do legado, do passado e do presente, guardiães de um poder que ainda existe na lembrança, nas narrativas, no chão que ainda pode ser pisado, na vista das frestas dos muros e suas paisagens escondidas no cotidiano, no alto do morro de onde se vê a cidade, no colo das mães que guardam a saudade dos filhos, nas festas que ainda resistem, nos carnavais de rua que respiram com dificuldade, na fé que faz abrir a Capela da Santa Cruz para o casamento, nas bolas de meia, nos pneus e rolimãs que desciam ladeiras.

Ainda, na capoeira e nas artes marciais, nas traves feitas com sandálias de borracha e tijolos, nas pipas coloridas que dançam ao vento sobre os antigos telhados, nas conversas que ainda protegem os assentos nas portas das casas, nas prosas dos resistentes botecos e mercearias, na queima forte das boas cachaças brindadas nos cantos do antigo mercadão, no preparo do pão pelas madrugadas, nos trabalhos que encerram com o dia e outros tantos que se iniciam com a noite. A cidade mudou e com ela, também mudamos um pouco. Situações aparentemente inevitáveis que guardam a dureza da vida nas espacialidades⁶ contemporâneas, plurais e *plurilocalizadas*. Ainda assim permanecemos, e em essência resistimos. “Vidas na fronteira, a arte do presente”. (BHABHA, 2007, p.19). Tal como nós, os lugares mudados de várias maneiras, também resistem.

As paisagens foram alteradas, dinâmicas espaciais modificadas, a originalidade dos lugares ao mesmo tempo em que versam sobre a realidade do presente, em escalas multidimensionais guardam os acúmulos do passado. O fato é que ainda estão ali, mimetizados nas desordens e rearranjos espaciais do morro, nas relações diversas que as tantas famílias produziram em seus cotidianos, nos desdobramentos do ser no percurso da

⁶ “A espacialidade é concebida a partir do fato de os processos e fenômenos tanto naturais como sociais, inscrevem-se diferencialmente em termos de distribuição espacial. Pode ser primariamente definida em termos de distribuição-diferenciação espacial, no entanto encaminha novos questionamentos envolvendo, de um lado, aspectos não-materiais e, de outro, as distribuições espaciais únicas. Inclui também os trajetos percorridos pelo homem que não tem como lógicas aquelas envolvendo distância-tempo-custo, mas lógicas estabelecidas no âmbito de valores simbólicos específicos”. (CORRÊA, 2008, p.302-3).

história e nas geografias do lugar vivido. Um balé espaço-temporal das diversas centralidades e marginalidades ali conectadas.

Essas geografias diversas grafitam nossa existência no espaço e registram nossas marcas, nossas territorialidades. Permanentemente, elas nos convidam a refletir as diversas conexões entre as fontes orais e suas narrativas sensíveis ao espaço vivido, os registros imagéticos que fazemos da materialização simbólica das ações de produção e reprodução socioespacial e, o íntimo das identidades espaciais que envolvem as diversas relações de conflito, adaptação e transformação, dinamizadas ao longo da vida. A aproximação entre diversas realidades, espacialidades, sociabilidades e temporalidades assimiladas sensorial e materialmente em cada percurso e canto de mundo vivido evidencia múltiplas dimensões relacionais que podem ser analisadas nas dinâmicas de conexão-interação-transformação socioespacial (*forma-espaço-processo social*).

No caso deste trabalho, as análises, potencializadas por abordagens da geografia cultural humanista são desencadeadas por arranjos⁷ configurados a partir das percepções sobre as relações, representações, escalas, dimensões, estruturas e sentidos atribuídos ao recorte territorial de Brejo dos Crioulos por onde se materializou esta imersão reflexiva acerca do território relacional. O tratamento dado pela comunidade ao território como lugar de viver auxiliou não apenas o ponto de vista que edita categorias de análise no contexto científico, como também se aproximou das referências particularizadas construídas no percurso do autor.

Assim, o lugar de viver ocupou, localizou e conectou os caminhos analíticos desse período. Foi a partir do lugar que se permitiu olhar o espaço vivido. Conforme Moreira (2007a, p.80) “no sentido aristotélico, o espaço nasce na forma inicial do lugar. Vai-se do lugar ao espaço, e não do espaço ao lugar, como no conceito cartesiano. (...). Com o recorte nasce o território”. Frente à dialética da origem amparada pela questão a opção no trabalho

⁷ No terceiro capítulo serão apresentados quatro arranjos analíticos utilizados para compreensão dos processos de produção espacial em Brejo dos Crioulos que subsidiam os apontamentos sobre o território relacional. Compreendendo arranjo como “um complexo de territorialidades”. (MOREIRA, 2007a).

pelo sentido aristotélico, ainda considera a determinação social na produção da singularidade espacial brejeira, de seu lugar-território, especialmente, pelo desdobramento do lugar mimético e territorializado na espacialidade sertaneja, se desinvisibilizando em desdobramentos à região.

As categorias que editam as compreensões, distante de serem previamente elencadas resultam da imersão na produção do espaço da pesquisa, no contexto dos apontamentos e contradições verificadas à luz dos arranjos conceituais e, especialmente nos trabalhos de campo. Geografizadas na história, as abordagens recentes sobre o movimento quilombola e análises aqui pretendidas ganharam os contornos das determinações teóricas que cercam o objeto da geografia com as quais chocou a intencionalidade⁸ (*locus* da ação do ser/sociedade-espaço socioespacializado) que percorria a incipiente pesquisa. (HUSSERL, 2001).

O deslocamento da zona de conforto que pretendia a viagem como categoria de análise foi estabelecido não por uma escolha aleatória, mas pelo fundamento ontológico a rigor da determinação social do ser do espaço geográfico. Para a questão cabe a compreensão de Santos (1988, p. 26-27) quando reflete que “as formas, pois, tem um papel na realização social. (...) o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço (...). A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência”. De acordo com Moreira (2007a, p.73) “a sociedade é o seu espaço do ponto de vista dialético da história”. Parafraseando o sociólogo urbano Robert Park (1967)⁹, seria dizer que ao refazer o espaço, o homem refaz a si mesmo. No contexto do Brejo, ao desinvisibilizar ‘o território’ (recorte-direito constitucional), a comunidade desinvisibiliza a si mesma (totalidade socioespacial multidimensional/multiescalar-sociabilidade).

⁸ Na compreensão de Santos (2012, p.90) “a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o mundo e o seu entorno”.

⁹ IN: (HARVEY, 2013, p.27).

Ao informar sobre o território, encontramos na equivalência pronunciada pelo Sr. Francisco, morador do Brejo, um apontamento importante ao contexto: “- Esse terreirão todo ai é território, é a comunidade. Nossos ancestrais estão enterrados aqui, então permanecem aqui, por isso nós permanecemos, é o nosso lugar. O território é a comunidade, a comunidade é o território”¹⁰. Diante do exposto, parece possível compreender a morte enquanto expressão ontológica da existência socioespacial comunitária, atualizada na identidade espacial dada pelo reconhecido território e pela identidade sociocultural quilombola.

Assim, a ancestralidade não constitui um fragmento das formas geográficas, do conteúdo corporificado do espaço, mas o próprio espaço em sua totalidade, territorializado pelo lugar de viver.¹¹ O território é então apreendido como uma construção cultural e simbólica baseada nas relações do lugar de viver, articuladora de novas noções de mundo e novas espacialidades, gerida no contexto das resistências insurgentes da contra-espacialidade e das conexões da dádiva (MAUSS, 2003) editadas pelos gêneros de vida de povos e comunidades tradicionais. (SORRE, 1984); (VIDAL DE LA BLACHE, 1954).

Na reflexão, o processo de desvelamento do que se corporifica como *lugar-território*, localiza a subjetividade estimulada à produção autônoma da singularidade espacial (essência – existência – indivíduo – lugar / território) que contraria um estímulo à produção induzida voltada ao confinamento epistemológico. É a partir da pluralidade epistêmica (matrizes - coletividade) que ganha foco a compreensão da realidade em questão, a partir do problema existencial do lugar vivido (transcendência - fronteira - limite). No exercício da pesquisa, essa dinâmica se deu no encontro dos movimentos do existir (ação espacializadora do ser-sociedade) com a luta Quilombola (liberdade subjetiva - processo social - espacialidade), no

¹⁰ Entrevista realizada durante trabalho de campo realizado em julho de 2010.

¹¹ A tentativa de captar a materialidade desse empreendimento simbólico é praticada na elaboração dos laudos antropológicos que integram os procedimentos de reconhecimento, titulação e legitimação dos territórios quilombolas.

contexto das viagens ontológicas (experiência consciente – formas - espaço) que acabaram por (re)ordenar a abordagem pretendida e (re)problematizar a reflexão em curso¹².

Na errância da experiência de viagem, despretensiva da objetividade científica, as reflexões sobre uma ontologia do espaço permitiram o despertar de percepções às multidimensões da existência socioespacial Quilombola, contextualizadas no espaço da alteridade, onde se consolidam em escala crescente as relações entre diversos grupos país afora sob “culturas alternativas”¹³. Ao destacar que no país “as comunidades negras tradicionais, os remanescentes de quilombos, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidades quilombolas ou terras de preto referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável”, Anjos (2009, p.105) afirma que são recentes os interesses e a atenção da academia, do Estado, de algumas autoridades e organismos oficiais sobre as questões que os envolve.

Os limites ou fronteiras culturais apresentam na cartografia contemporânea da sociedade a emergência das culturas alternativas (Cosgrove, 1998). São aquelas que, ao se realizarem – [por gêneros de vida diferenciados e também por] subversão de grupos sociais (inseridos no processo de identidade/alteridade), estabelecendo um contraponto à cultura hegemônica -, permitem delimitar territórios que têm, no cerne de sua constituição, ações embasadas pela prática cultural.

A inventividade subjetiva de um grupo que funda categorialmente a expressão de sua existência por meio de sua identidade espacial forneceu elementos que permitiram reconhecer distintas geografias radicadas e radicalizadas fora dos cercos do conhecimento científico e

¹² O marco fundante desse reposicionamento categórico será apresentado quando for abordado sobre trabalho de campo no contexto do 1º Encontro Nacional sobre Turismo em Comunidades Quilombolas (2010).

¹³ Apesar das “culturas alternativas” estarem mais comumente compreendidas no contexto da subversão ao modelo hegemônico de sociedade, expresso nas narrativas dos movimentos contestatórios, da contracultura, do movimento hippie, por exemplo, a perspectiva de distanciamento das espacialidades forjadas no reconhecimento das espacialidades profundas pode ser tomada como realidade humana desde a antiguidade. Nesse caso, é feita a opção por reconhecer as espacialidades Quilombolas enquanto uma forma de cultura alternativa que a partir de suas especificidades e gêneros de vida encontram na etnicidade e na identidade espacial a possibilidade de ser apresentarem como tal. Mello Corrêa (2008) destaca ainda a relevância dos geosímbolos enquanto territorialidades que semiografam no espaço alternativo o território cultural. Ampliando percepções ver documentários “Unha Preta”, realização Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais e Centro de Agricultura Alternativa, direção de Luciano Dayrell; e, “Malucos de Estrada” produzido pelo Coletivo Beleza da Margem, direção de Rafael Lage.

suas determinações teóricas. A “vida que se desdobra do Brejo”, as pessoas que se “desdobram para viver no território”, o território como “sertãozão”, “cerradão”, “pedaço da vida”, como “lugar dos ancestrais”, “lugar de nascer”, “lugar de morar”, o lugar como “casa”, a casa como “canto” e “canto de mundo”, como “roça”, o “espaço da luta”, “do conflito”, “da reza”, “das vazantes”, “dos brejos”, “do carrasco”, “dos murundus”, “o espaço da solta”, “do gado bravo”, “a cultura de furado”, “a cultura de batuque”, e tantos outros signos locais que ajudam a compreender a vida do lugar, do território, da comunidade enquanto suposto “território da minoria” (BHABHA, 2007, p.317) questiona e coloca em suspensão certas exigências de uma “civildade” espacial hegemônica local.

Distante de estarem enfraquecidas, as multidimensões espaciais da vida social, cada vez mais percebidas na evidência dos limites que o seu reconhecimento impera ao aprofundamento na assimilação dos conflitos que as movem, reterritorializam noções e perspectivas sobre a espacialidade e sobre a contra-espacialidade. Entre a conciliação e os conflitos, movimentos intensos produzem novas paisagens culturais, despertam para novos lugares de viver, evidenciam novos territórios, resignificam as noções e conceitos de espaço. “Multiplicam-se os movimentos de responder ao espaço do dominante num contra-espaço da afirmação do outro, o excluído do bloco histórico”. (MOREIRA, 2007a, p.103).

O entendimento de Ortega (2008, p.13), já aponta para a percepção de um aparente consenso em torno do desenvolvimento territorial, considerando que na América Latina políticas e estratégias de desenvolvimento elaboradas com perspectiva territorial, adotadas por recomendação das agências multilaterais e iniciativa dos governos nacionais, cada vez mais encontram “respaldo nos movimentos sociais localistas, que reivindicam maior participação na formulação e gestão das políticas públicas”. Sobre a exposição, cabe considerar que grande parte dos atuais avanços e conquistas socioterritoriais, constitui muito mais resultado da

articulação desses movimentos, do que especialmente das agências e governos nacionais. Isso não significa desconsiderar o papel e a contribuição de cada força.

A história profunda do Morro Dona Germana, não está distante das temporalidades acumuladas de Brejo dos Crioulos e tantos outros territórios quilombolas, no Brasil, América Latina e África. A aproximação da singularidade dessas realidades traz à superfície um movimento cada vez mais renovado de “questionamento da ordem espacial existente”¹⁴ operado na concretude “de processos complexos e que refundam as sociedades humanas a partir da destruição e reconstrução de suas teias de sociabilidade, a partir do pior e do melhor que a condição humana pode dizer de si mesma”. (ZAGNI; BORELLI 2013, p.7).

As evidências destacam a operacionalização desse empreendimento sendo viabilizado com a substância da contestação pós-esclarecimento, potencializada pelo ordenamento / desdobramento do “ciberespaço” (LÉVY, 1999) no contexto da “sociedade em rede”. (CASTELLS, 1999ab); (MATOS, 2005). Sobretudo, constituem realidades diferentes que também acabam por apresentar arranjos e questionamentos diferentes que não serão aqui aproximados para outras análises. Especialmente, considerando que o recorte que funda a análise sobre a natureza do território relacional é o lugar de viver Brejo dos Crioulos.

Não se trata de uma simples contestação das pressões acumuladas, superado o regime de escravidão há pouco mais de um século, ou apenas consequência do confinamento histórico-espacial, rural e urbano, a qual diversas realidades socioespaciais brasileiras foram submetidas. A isso se soma a propagação da liberdade de produção espacial de distintas autonomias, por tempos invisibilizadas e deprimidas na ordem de forças que historicamente ofuscaram suas existências impedindo-as, especialmente, de se comunicarem com a história que sempre produziram, com o próprio espaço usado, com seus lugares de viver e para além deles.

¹⁴ Moreira (2007a, p.103).

A real natureza da transformação em curso pode ser lida geograficamente, pelo processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) (HAESBAERT, 2011)¹⁵. No caso de Brejo dos Crioulos, a complexidade envolvida diz-se da manifestação concreta de uma entidade (recorte) territorializada-desterritorializadas-em reterritorialização no próprio lugar de viver, cujas multidimensões que registram sua existência, se expressam por meio da ação geográfica relacional multidirecional e multiescalar que funda o *lugar-território*. O rompimento do mimetismo¹⁶ socioespacial é simultâneo ao questionamento da ordem espacial fortalecida cada vez mais, na subordinação da existência material e simbólica (trabalho e cultura) ao capital.

Visitar a memória de uma identidade espacial como a de Brejo dos Crioulos, a reconhecendo também como um potente fio condutor da cultura, nos permite redesenhar esteticamente as paisagens que habitam o imaginário do lugar na perspectiva de seus sujeitos e, como isso, reordenar regressivamente os processos de territorialização e espacialização das sociabilidades nele estabelecidos, bem como territorialidades específicas que geo-historicamente lhe atribuem sentido.

Assim, a ação que envolve a produção deste trabalho, enquanto desafio multidimensional, de olhares diversos, inevitavelmente se movimenta inicialmente, entre a velha infância vivida, as memórias guardiãs de tantas lembranças, o percurso acadêmico transmutado na ‘doçura’ e na ‘salobridade’ do cotidiano e, os tantos relatos experientes que deparei nas andanças desse ligeiro e denso período de imersões.

¹⁵ Para aprofundar reflexões sobre desterritorialização acompanha sugestão de (HAESBAERT, 2011) em relação a imersão a Deleuze Guattari, especialmente nas obras “*O Anti-Édipo*” (1972), “*Mil Platôs :capitalismo esquizofrenia*” (1997), “*Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*” (1987) e “*O que é Filosofia*” (1991). Em “*O Mito da Desterritorialização*” (HAESBAERT, 2011) [2004] dedica o capítulo 3 ao encontro da filosofia deleuze-guattariana e sua relação e contribuições a geografia.

¹⁶ Para Costa (2005a, p.12), no caso Quilombola, a invisibilização origina-se de estratégia interna a cada grupo, construída historicamente por seus membros, para garantirem a vivência do grupo e para se inserirem, sem diferenciação, nas relações vividas no contexto social e político em que se encontram, e, de estratégia externa, como negação de suas existências na história local, regional e nacional.

Essa dinâmica avança para os encontros com colegas de meu tempo, as percepções primeiras que conduziram alguns rascunhos, as raízes das orientações, o campo, a investigação teórica, mas principalmente o contexto geo-histórico que se espraia aos meus olhos: o da inquieta busca da compreensão sobre o povo brasileiro e das identidades socioespaciais do Brasil que dizem de nós mesmos. Principalmente, considerando que ainda imperam forças do contrário revigoradas continuamente na forja da justiça conveniente cujas razões debruçam na elaboração de máscaras para narrativas catastrofistas incrédulas da transformação real necessária e em curso; na invisibilização da ralé brasileira e da diversidade cultural do país; na incompatibilidade entre realidade e direitos constitucionais; na cristalização das ordens espaciais anacrônicas frente à diversidade social contemporânea, com destaque à função social do espaço; e na consequente fragilização da democracia.

Trata-se de um ambiente rigorosamente contraditório conforme se realiza a história, paisagisticamente surpreendente e ambíguo como descrevem as geografias não fragmentadas. Diversos caminhos convidam à espacialidade contemporânea que se desdobra aos meus olhos, percepções e vivências: revisão da ‘história oficial’, comissões da verdade, classe média dos mitos, combate ao parasitismo das elites, cidades rebeldes, genocídios e massacres, clamor popular contra a espoliação histórica dos trabalhadores, territórios tradicionais, grito dos excluídos, expansão da universidade pública, ampliação de coletivos, fortalecimento e criminalização de movimentos sociais. Ingênuos, cínicos e trágicos, reacionários, conservadores e militantes cansados, alienados resistentes, utópicos atualizados, revolucionários documentados, leis antiterror, políticos terroristas, povo aterrorizado, paz e violência, arte e delinquência, sons, sinos, sinais, taxas e taxações, democracia, libertação dos gêneros e a gênese democrática das novas mídias. Utopia e realidade, transculturação, multiterritorialidades, *selfs* sem fim, sem fins a olhar o outro e uma rede cada vez mais forte ainda tão frágil. Coletividade, seletividade e os mesmos ismos sociais.

E seguem os olhares às incontáveis geografias em curso. Povos e Comunidades conectados, instituições fortalecidas e questionadas, vaqueiros esclarecidos e estudados, bancadas ruralistas lucrando e ressentidas, ricos assustados com pobres comendo, artistas pedreiros, ralé sem direitos, fortunas sem taxas, novos bárbaros, novas barbáries, crise neoliberal de valores, democracia sem comunicação, redes sociais na contramão da manipulação e os novos defensores do mal-estar inconformados com a democracia.

Poucos passos e já deparamos com o desafio ligado à Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 3239/2004, com objetivos obscuros e interesses em derrubar o decreto 4.883/2003 que regulamenta a demarcação de terras ocupadas por quilombolas. Mais alguns e chegamos ao ambiente controverso da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 215/2000 que retira do executivo a prerrogativa de demarcar Terras Indígenas transferindo para o Congresso tal competência, com potência a fragilizar ainda mais os direitos dos povos e comunidades tradicionais do país. Entre consensos e conflitos, transições e dilemas, as cartografias do presente nos convidaram a refletir a realidade socioespacial brasileira em suas contradições.

Não será aqui a moradia do alívio, muito menos da exaustão. O olhar cansado de uma difícil viagem retorna ancorado nos espaços de esperança. Longe da rigidez linear que possa apontar ao acúmulo preciso de episódios, o movimento que produz esse convite é livre das prescrições universalistas que se aglutinam na tábua rasa da história e das vaidades acadêmicas, afinal, talvez seja esse um primeiro rascunho do que irei escrever na velhice e, que seja sobre viagem, diversidade e democracia. São reflexões que a geografia permite diante da vida que produz seu espaço, nosso lugar de viver.

Improvável dizer das múltiplas identidades espaciais evitando o seu conteúdo social. Seria pronunciar a natureza do espaço evitando a transformação produtiva na qual embrenhamos ao longo da vida, seria negar a espacialidade profunda. “Não há território sem

algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. (HAESBAERT, 1999, p.172). Não há território que resista ao boicote de sua própria existência, de seu lugar original, especialmente o território do ser, que no contexto da fatura ontológica, beira o abismo surgente das linhas, fronteiras e fraturas epistemológicas contemporâneas. Na compreensão de Hissa (2009, p.40) “a modernidade é essencialmente produtora de limites, de zonas de *apartheid*” e, acentua, acompanhando Boaventura de Souza Santos, ao salientar que “o pensamento moderno é fraturante: é um pensamento *abissal* (...) que produz linhas-limite, dicotomias naturalizadas, que se exercita culturalmente para dividir o que não se divide sem mutilações”¹⁷.

Refletir a espacialidade territorial de Brejo dos Crioulos enquanto identidade espacial que emana da produção sociocultural materializada no lugar de viver exige a percepção sobre o parcelamento do espaço com foco nas relações de poder projetadas nas multidimensões do território: simbólicas (BOURDIEU, 2002); culturais (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007; 1999), (CORRÊA, 1997) (CLAVAL, 2001); políticas e relacionais (RAFFESTIN, 1993) (HAESBAERT, 2011) (FOUCAULT, 1999ab; 2008). O caminho a tal empreendimento é dado pelo desvelamento de “realidades duplamente invisibilizadas na cena histórica, social e política regional e do Brasil (...), seja pela reversão da negatividade posta na cor da pele, seja pela possibilidade de atualização de relações ancestrais no território negro da *Jahyba*”. (COSTA, 2005a, p.12). O que segundo Ratts (2003) pode ser considerado com uma “abordagem geográfica da etnicidade [Quilombola] e de sua espacialidade”.

Contudo, não há como movimentar a reflexão em questão sem percorrer as dimensões da paisagem, processos econômicos, imaginário espacial, questões históricas, jurídicas e a dimensão experiencial que auxiliam na aproximação das várias dimensões dadas pelos limites, fronteiras, entre-lugares, contra-espacialidades e demais conteúdos territoriais. Seja

¹⁷ Op.cit.p.41.

para dizer de uma genealogia do espaço¹⁸ ou das identidades territoriais relacionais que permitam investigar sobre uma geometria dos poderes territoriais e a natureza de suas espacialidades qualificadoras de um espaço sociocultural marcado pelas dimensões do poder que o atravessam.

Entretanto, o exercício exaustivo que dê conta de tamanha quadra não constitui pretensão deste trabalho. Serão feitas escolhas que permitem reconhecer o território relacional no contexto da contra-espacialidade a partir do caso de Brejo dos Crioulos. Ao organizar uma reflexão em torno do poder, Raffestin (1993) convida os geógrafos que segundo ele, quase sempre rebeldes “à introdução de noções que não são objeto de uma tradução espacial imediata”, a novos olhares sobre a geografia que, “na qualidade de ciência do homem, não se libera por “etapas”, mas se dá de uma só vez, completa e totalmente.”¹⁹

Explicitar o conhecimento e a prática que os homens tem das coisas é, involuntariamente, desnudar o poder que esses mesmos homens se atribuem ou procuram se atribuir sobre os seres e as coisas. O poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apoia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável. Falta-nos somente saber fazê-lo, ou então poderíamos sempre reconhecê-lo. (RAFFESTIN, 1993, p.6).

Durante a construção pesou a necessidade da reflexão sobre a asfixia dos conceitos em virtude dos intensos desentendimentos derivados dos distanciamentos da realidade em movimento. A velocidade dos episódios decorrentes do cotidiano ligeiro onde se processa o território relacional, não parece ser a mesma da reflexão acadêmica, isso porque o tempo da

¹⁸ Ao refletir sobre as contribuições de Michel Foucault à Geografia MORAES (1987) destaca a possibilidade de uma genealogia da organização do espaço na compreensão da espacialidade do poder. De acordo com o autor “a relação entre espaço e poder sobre a ótica dos dispositivos disciplinares e o destaque para o estudo da governabilidade, abrem uma fértil perspectiva de indagação para os geógrafos.” (Op.cit. p.13). Ao depreender algumas provocações de Foucault aos Geógrafos no livro “Segurança, território e População” Haesbaert (2010) destaca que na visão foucaultiana o território “aparece de forma geopoliticamente mais restrita e, geograficamente, “tradicional”, vinculado, sobretudo ao “poder soberano”, ao poder centralizado na soberania do Estado.”. Em sua análise Alves (2013, p.232) destaca que “a relação entre espaço e poder é antiga e sempre permeou assuntos relacionados às preocupações da geografia como as batalhas e as guerras, o que ficou nítido nas formulações de alguns teóricos da geografia política clássica no final do século XIX e início do século XX. Posteriormente, Yves Lacoste explicitou esta relação entre a geografia e o poder do Estado-nação na obra *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Uma característica forte desta abordagem do poder é entender o Estado como o aparelho central e exclusivo do poder”.

¹⁹ Ibid., p.5.

reflexão parece substituído pela velocidade produtivista. Estacionar conveniências epistemológicas no momento em que são criados os dispositivos legais incapazes de avançar no campo dos direitos coletivos em situações espaciais específicas, mesmo que amparadas constitucionalmente, apenas ofusca as multidimensões dos territórios tradicionais. Ainda, contribui para a manutenção de anacrônicas inseguranças jurídicas frente aos direitos territoriais que nesse momento, por exemplo, resguardam apenas o direito às terras ocupadas uma vez tituladas.

Nesse caso, o movimento conceitual se torna fundamental na gênese dos entendimentos elaborados. Segundo Deleuze; Guattari (1992, p.27-28) “todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução”. Estes autores afirmam ainda que “um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes”²⁰.

O debate sobre o território e outros conceitos geográficos ganha destaque nos últimos tempos, no bojo, sobretudo, da chamada virada ou giro espacial (*spatial turn*) nas Ciências Sociais, sobretudo a de origem anglo-saxônica. Correntes como a dos chamados Estudos Culturais, principalmente a de matriz pós-colonial, passaram a considerar a própria contextualização geográfica e histórica como definidora dos nossos modos de pensar o mundo e de fazer teoria (ver a este respeito, por exemplo, Mignolo, 2004, e suas “localizações epistemológicas”). A leitura espacial ou geográfica passou a compor com outras leituras que, em diferentes perspectivas teóricas, tentam explicar o desdobramento das mudanças contemporâneas em termos de suas diversas crises e/ou reestruturações (incluindo, no nível econômico, a “crise do trabalho” e a reestruturação produtiva, no âmbito do poder, a chamada “crise de governança”, e a crise identitária, em suas mais diversas manifestações). Mas, em meio a toda esta ebulição social, porque um certo privilegiamento ao espaço, até esse momento tão negligenciado? Entre os grandes pensadores da segunda metade do século XX, sem dúvida um dos que teve maior sensibilidade para com as questões espaciais foi Michel Foucault, sempre lembrado quando se fala dessa mudança de uma perspectiva predominantemente temporal para uma perspectiva espacial da sociedade. (HAESBAERT, 2011b, p.19).

Narrativas que privilegiam situações socioespaciais subalternas, historicamente carentes de serem pensadas nas especificidades de sua geograficidade, ainda esbarram em longas muralhas epistemológicas, que por tempos estão a proteger sistemas de pensamento e

²⁰ Op.cit. p.30.

estruturas totalmente descontextualizadas da “ralé brasileira” (SOUZA, 2009). A ação contra-espacial vigente passa também pela Universidade cuja potência, por tempos estigmatizada pelo distanciamento da realidade social, ainda se esgota na cátedra dos saberes hegemônicos impraticáveis dominados pela teoria do conhecimento, que nos termos da resolução das injustiças sociais em significativo espaço perece à mingua na condição de refém da ordem hegemônica.

Determinadas reflexões do campo subalterno ainda são consideradas não gratas nos espaços do produtivismo acadêmico de simpatias avessas e, desconexo das demandas urgentes de vidas que estão sendo massacradas, ameaçadas, coagidas e espoliadas de bens e direitos legítimos. Não por acaso naturalizou-se uma forma de fazer ciência que em espécie, de natural pouco se ocupa. Mesmo com significativas conquistas, reconhecimento de direitos e ações políticas, o sangue dos massacres silenciados continua a escorrer nas veias abertas do território nacional, por exemplo.

Apesar das positivas conexões transformadoras do real vivido concebidas na *experiência*²¹ da liberdade, que resultam no encontro entre intuição, intencionalidade e capacidade criativa produzindo novas percepções do campo sensível do *mundo da vida cotidiana*²² territorial significado a partir dos *gêneros de vida*²³ e do campo relacional constituído a partir da intersubjetividade e das *sociabilidades*²⁴, a força do contrário, desestimuladora da multidimensionalidade dos meios de viver que contrariadamente sustentam a ordem espacializadora vigente permanece a ofuscar a percepção original sobre a natureza da ação espacializadora.

O formalismo gnosiológico que finca os pés na rigidez epistêmica europeia pós-século XVI subordinando e inferiorizando outros saberes, atendendo sociedades burguesas

²¹ (HUSSERL, 2001; 2008); (MERLEAU-PONTY, 1999).

²² (SCHUTZ, 1979); (LEFEBVRE, 1991).

²³ (SORRE, 1984); (VIDA DE LA BLACHE, 1954; 1985).

²⁴ (LUKÁCS, 2010).

preconceituosas, racistas, construtoras de verdades absolutas e convenientes, precisa ser superado. Atualizado, ainda aponta para o controle e a reprodução e expansão das fronteiras coisificadoras, dos domínios de propriedades que instauram territórios do medo, da opressão, dos abusos de poder, da barbárie, homologando leis que subalternizam existências fragilizadas e limitam a expansão de outras formas de conhecimento.

Se aproximado de uma leitura geográfica sobre os territórios tradicionais quilombolas, nos termos filosóficos desse mesmo formalismo que nega a materialidade das existências (conteúdo territorial) reconhecendo formas (limite territorial), seria dizer do reconhecimento de áreas delimitadas (formalismo matemático) negando territorialidades e identidades espaciais, invisibilizando comunidades territorializadas (conteúdo). (SANTOS, 2012). Cabe na especulação da espacialidade contemporânea (SOJA, 1993) a disputa entre territórios predeterminados e territórios intuitivos, constituindo apenas um dos códigos possíveis na leitura sobre as territorialidades desinvisibilizadas e dos mimetismos territoriais aqui tratados à luz dos debates sobre espaço-tempo. (HARVEY, 1993).

Nesse caso, a síntese histórica das narrativas dominantes estabeleceu formas discursivas que sequestraram por tempos a diversidade da realidade espacial brejeira (natural), inibindo a realidade territorial crioula (ontológica)²⁵ cuja produção existencial funda o espaço das sociabilidades naturalizadas no lugar de viver que origina o lugar-território. No caso de Brejo dos Crioulos a evidência das percepções sugere um complexo processual interrelacional do par transmutação territorial-desdobramento espacial cuja totalidade permite ser lida territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) (HAESBAERT, 2011) que representa um modo de adaptação socioespacial ativo “em que o novo tipo de relação

²⁵ Vale a consideração de Lukács (2010) sobre complexos processuais e inter-relações inseparáveis dos pares categoriais hegelianos (quantidade-qualidade/forma-conteúdo/parte-todo). “Nesse sentido, Hegel, tratando de forma e conteúdo, fala acertadamente sobre tais relações: “Em si, existe aqui a relação absoluta do conteúdo e da forma, isto é, o tornar-se delas umas nas outras, *de modo que o conteúdo nada é senão a transformação da forma em conteúdo, e a forma é senão a transformação do conteúdo em forma.*”

ontológico-prática entre o gênero e o exemplo possa expressar-se de um novo modo” (LUKÁCS, 2010).

Os movimentos de pesquisa ancoraram os primeiros pensamentos em leituras sobre o território, “um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”. (SAQUET, 2007, p.13). A partir dos trabalhos de campo a noção de território se ampliou. A abertura aos lugares conectados e inseparáveis, desterritorializados e em reterritorialização no próprio espaço, mimetizados e em desdobramentos relacionais multidimensionais trouxe às leituras iniciais o desague de uma complexidade metamorfoseada no cotidiano vivido. A densidade multiescalar inaugurada na imersão condensou novos sentidos à percepção e à análise, fundamentais à compreensão territorial. A aproximação do lugar de viver ali constituído evidenciou no acolhimento e na mistura de nossas identidades espaciais referenciais, a naturezas da dádiva (MAUSS, 2003), os espaços da alteridade onde o estranho embrenha-se no familiar (BHABHA, 2007), os valores de reciprocidade e de troca (SABOURIN, 2009).

Desse modo, as identidades que se ambientam no encontro fazem emergir um espaço simbólico onde o lugar é casa e o território, abrigo que acolhe. A identidade, para além da materialidade espacial é percebida por Ortiz (2000, p.64) como “uma construção simbólica que se faz em relação a um referente.”. Para Guattari; Rolnik (1996, p.323) “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente ‘em casa’”. E mesmo que fosse tratado como um “lugar de passagem” conforme apontam Deleuze; Guattari (1997, p.132), o território é sempre um convite à permanência do acolhimento.

O hábito do registro, a imagem habitada e as lembranças que nos habitam encontram vozes diversas narrando geografias distintas permanentemente inaugurando na pesquisa outras textualidades. A voz do avô na prosa, o canto da avó no quintal, a fotografia antiga na

paisagem atual, o olhar do feirante, os aromas de cada lugar (PITTE, 1998); (STASZAK, 1998), a casa imutável, o quadro da parede, o lugar de brincar, a sombra da centenária árvore, os cabelos grisalhos, os amigos do passado, contadores de causos, o jardim como era, a cadeira balança em seu mesmo lugar, uma reforma na casa com as cores mudadas, um antigo pilão e os temperos que ficaram, e alguns velhos documentos da caixa, a coleção de vinil no canto de uma parede e um computador aberto ao mundo. Segundo Bosi (1979, p.13) “a memória é a reserva que se dispõe da totalidade de nossas experiências”.

Afinal, “de que é feito o sujeito do conhecimento desprovido das suas subjetividades, das suas histórias, subtraído do seu contexto social?” (HISSA, 2009, p.55). “O trabalho da memória orienta e dinamiza o passado em destino, em futuro, em desejo.” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p.150). Como pensar as geografias do morro na ausência das inúmeras vidas que a ele dão sentido? Como realizar uma leitura geográfica no ‘Brejo’ sem revelar a existência dos ‘Crioulos’ que nele reconhecem a originalidade do lugar de viver, o lugar-território? Como falar do Brejo sem falar do morro? Acompanhando Santos e Harazim (2011) é possível ressaltar que o ponto de partida são os valores, o local, que podem até se tornar mundiais, mas aqui, compreendidos enquanto representações sociais (MOSCOVICI, 2007) das identidades espaciais relacionais, o lugar que é casa, a casa que é território e o território que se relaciona na produção do espaço.

O contexto permite refletir que diante dos objetivos do trabalho, para compreender a realidade geográfica e o contexto histórico em questão, pesa conhecer os pressupostos geoantropológicos subjacentes aos posicionamentos, entendimentos políticos e visões de mundo neles circunscritos e, a partir daí dizer das percepções em análise. Cabe sublinhar que grande parte dos devaneios aqui conectados, tem raízes profundas na ideia de viver, experienciada no passado do lugar vivido e, com os anos ligeiros, registrada nos olhares e na memória coletiva brejeira que materializou o lugar-território dos Crioulos.

Nesses termos, a travessia aqui apresentada, diz-se da conexão dessa ideia ao desejo profundo de liberdade, apreendida dos diversos relatos sobre a perda de referência espacial, encontrados no ‘território’ quilombola Brejo dos Crioulos, ‘lugar’ pesquisado. Terras e ruas soltas, gentes tranquilas e valentes, bichos soltos, alimento nos quintais, simplicidade e solidariedade comunal, águas fartas, trabalho livre, conhecimento profundo do outro, infância de brincar, criar e sonhar, um ‘viver para existir’ distante do ‘resistir para sobreviver’ instalado no presente. Afinal, se o Brejo é dos Crioulos porque deixaria de ser? Porque não haveria de ser mais? A existência da identidade territorial na permanência das coações provocou um conflito categórico, a questão fronteirizada que envolve as categorias território e propriedade no contexto da contra-espacialidade.

As temporalidades acumuladas, desiguais no fazeres e substâncias da pesquisa dizem da própria vida, do espaço vivido na sua produção, no caminho empreendido cuja representação metodológica é dada pelo percurso geográfico, feito a “travessia” que nos põe permanentemente a refletir, Guimarães Rosa (2001)²⁶. As percepções que derivam dessa jornada reconhecem o Sertão como travessia, e animam a compreensão do espaço, também metafórico, como travessia. Sertão, espaço e travessia, o próprio percurso geográfico, e os seus trechos corridos.

Cabe salientar que as conexões entre reflexão epistemológica e literatura ocorrem também na busca por outras textualidades de onde se evidenciam noções distintas e complementares entre a geografia da literatura, a geografia literária, as elaborações teóricas, a poesia, a fotografia, a música, o documentário, a viagem, ambas experienciadas no percurso das percepções do espaço e, conseqüente construção textual, a exemplo dos diálogos possíveis com a poética dos Sertões de Guimarães Rosa (*Grande Sertão-Veredas*), Cândido Canela (*Rebenta Boi*), José Nunes Oliveira e Domingo Nunes Oliveira (*O tempo passa a história*

²⁶ “Digo: o real não está na saída, nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Rosa (2001, p.80).

fica), a vasta obra de Téo Azevedo (*Brasil com “s; Cantos do Brasil profundo; Abecedário Catrumano; A estrada de minha vida – com Patativa do Assaré –*)”, bem como a obra de Pedro Boi, do *Agreste*, passando pelo *Coração Estradeiro* e *Passarinho*, além dos incríveis Zé Coco do Riachão e Tião Carreiro e tantos outros cujos olhares continuam a tecer leituras geográficas sobre o Sertão Gerais Veredas Peruaçu do São Francisco, suas territorialidade, sociabilidades, espacialidades, gêneros de vida e naturezas multidimensionais do vivido.

Ao analisar a conexão geografia-literatura na poética dos cantos sertanejos de Patativa do Assaré, Almeida (2010) destaca que poucos são os geógrafos que abordaram a literatura em seus estudos, todavia os estudos de obras literárias com interesse geográfico não são recentes. A autora analisa que os geógrafos que procuram fazer a geografia literária voltam os interesses pela representação da realidade geográfica, pela expressão de um imaginário dos lugares ou de outra maneira de habitar, poeticamente o espaço, de onde saltam o valor documental ou pedagógico do texto literário para a geografia, o valor fenomenológico pela transcrição da experiência dos lugares ou o valor do reflexo das condições materiais de produção.

Salienta a autora que no caso da geografia, a linguagem literária por ganhar outros significados evidencia a necessidade de se distinguir geografia literária, incorporando à interpretação conceitos, categorias geográficas e contexto social e, geografia da literatura ligada ao contexto de produção da obra e condições de produção da escrita. Nesse caso, a construção do imaginário produzido nas viagens literárias e nas experiências de campo da pesquisa, quando encontradas na textualidade dos escritos e das imagens fotográficas do percurso buscam refletir dimensões possíveis do *percebido conectável* da travessia entre realidades e ficções. (KOSSOY, 1999). Ao refletir sobre o papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico Serpa (2008) aponta a necessidade de se pensar o futuro sob outras bases, o que indica um deslocamento das preocupações analíticas “da esfera da

produção para a esfera de reprodução da vida cotidiana, onde as imagens poéticas podem aflorar, por exemplo, nas relações entre seres humanos e os lugares onde habitam e vivem seu cotidiano, aparentemente banal e corriqueiro”²⁷.

Não há sentido dizer deste trabalho acreditando que comece pelo ingresso no Programa de Pós-Graduação. Suas raízes são longínquas, profundas, seu espaço escapa muito além de seus limites e rigores. As ‘linhas’ das fronteiras científicas, permanentes e objetivas, foram se rompendo nos olhares acumulados. As desautorizações historicamente impostas pelos campos metodológicos hegemônicos, por vezes perdidos na intencionalidade das capturas convenientes e na sede pelo poder sobre os territórios acadêmicos, ainda guardam força na desconstrução da realidade como ela é, trabalhando diuturnamente para construir as bases do discurso que insiste em dar fim à história.

A realidade é maior e, como afirma Bensaïd (2008, p.97) “a corrente inflamada da indignação não é solúvel nas águas mornas da resignação consensual”. Na compreensão de Santos (2000, p.11)²⁸ há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual e, a universidade constitui, segundo o autor, um exemplo formidável dessa questão. “Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas (...). Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual.” E concluí, salientando que a norma “rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério”.

Da infância no morro à imaturidade aventureira nas cavernadas do Norte de Minas junto ao Espeleogruppo Peter Lund (EPL), passando pelo envolvimento ambientalista curioso com as viagens e ações do Instituto Grande Sertão (IGS) até a imersão no espaço acadêmico da Faculdade Pitágoras de Turismo e Hotelaria (FIP-Moc), os olhares debruçados pelo Sertão Gerais se condensaram. O percurso registra o encontro do desassossego inquietante com o espaço da graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e

²⁷ Ibid., p. 64.

²⁸ IN: (SEABRA; CARVALHO; LEITE, 2000).

no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes – PPGDS em um tempo de andanças e prosas pelas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Cricaré. O momento é marcado pelas investigações iniciadas sobre a rede do turismo no Norte de Minas, sobre o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso) e sobre a implantação e gestão do Sistema Municipal de Meio Ambiente da cidade de Montes Claros-MG no contexto do Centro de Referência em Gestão Ambiental do Norte de Minas. Trabalhos que permitiram a ampliação das percepções sobre as sociabilidades e espacialidades produzidas na região Norte de Minas.

A imersão no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (LEGE CULT) registra o momento das investigações, conversas e viagens que marcam este trabalho. A intensificação nos estudos sobre a região Norte de Minas percorreu o contexto do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico de Áreas Protegidas Sertão Veredas-Peruaçu e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural a Comunidades Quilombolas do Território Gorutuba, do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, conduzido pelo Centro de Agricultura Alternativa (CAA). No contexto, o curso das disciplinas “Região e Populações Tradicionais” com Professor Dr. João Batista de Almeida Costa e “Teorias do Poder”, com o Professor Elton Dias Xavier, ambos no PPGDS/UNIMONTES.

Ainda, “Espaços, Culturas e Sociabilidades” com o Prof. Dr. Paulo Almeida e “Cultura, Práticas e Representações” com a Profª. Drª. Maria Clara T. Machado, ambos no IH/UFU; “Formação Territorial e Pensamento Geográfico no Brasil” com a Profª. Drª. Rita de Cássia Martins de Souza e, “Teoria e método em Geografia Humana” com o Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, ambos no IG/UFU “Tópicos Especiais em Geografia: Antropologia das Comunidades Tradicionais” com o Professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão; e, “As

Representações Simbólicas e os Mapas Mentais na Geografia” com a Prof^a. Dr^a. Salete Kozel no IESA-LABOTER/UFG ambientaram os importantes espaços de diálogo e reflexões essenciais ao trabalho.

A conexão da travessia, em seu sentido metafórico de transformação permanente entre o particular e o universal, possível na vastidão das experiências diversas, com as multidimensões do Sertão enquanto espaço imaginado de gentes, paisagens e tempos, sobrepostos no acúmulo das diferentes temporalidades ora individualizadas, ora coletivizantes, traduz um fio-guia das percepções aqui projetadas numa busca reflexiva sobre a essência das aparências materializadas no território tradicional quilombola, sobre a natureza da existência espacializadora que resignifica as sociabilidades comunitárias e suas diversas dimensões territoriais. Parafraseando Maia (2008, p.10)²⁹ toda produção social é uma produção geograficamente estabelecida. A análise, nesse caso, encontra no pressuposto ontológico das relações sociedade/natureza, homem/meio um passo inevitável para o caminho pretendido.

Sobretudo, as reflexões sobre o que compreendemos como território relacional reconhece fundamental o estatuto ontológico que reordena espaço e tempo na análise das espacialidades brejeiras, pelo reconhecimento acerca da indivisibilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade territorial em questão, mas, principalmente, considerando a indissociabilidade das multidimensões espaciais, ambientais, sociais, culturais, existenciais, fenomenais, materiais, imateriais e simbólicas espacializadas pelas territorialidades crioulas.

Medições se tornam mais e mais problemáticas quando nos movemos em direção a um mundo de espaço-tempo relacional. Mas por que seria presumível que o espaço-tempo somente existe se é mesurável e quantificável em certas formas tradicionais? Isto nos leva a algumas reflexões interessantes sobre o fracasso (talvez seja melhor falarmos de simples limitações) do positivismo e empirismo para desenvolver abordagens adequadas dos conceitos espaço-temporais para além daqueles que podem ser mensurados. De certo modo, concepções relacionais de espaço-tempo nos levam ao ponto onde matemática, poesia e música convergem, se não mesmo se fundem. E isto, de um ponto de vista científico (em oposição ao estético), é um

²⁹ IN: (BENSAÏD, 2008).

anátoma para aqueles de inclinação positivista ou materialista vulgar. (HARVEY, 2013, p.13).

Não há, nesse caso, pretensões em evitar quaisquer concepções da geografia, sejam dos enfoques naturalistas ou funcionalistas, pós-funcionalistas, ou pós-colonialistas. Ou mesmo, a saliência que acentua radicalismos entre marxistas e empiristas lógicos. A redescoberta da experiência e da vivência que compreendo reorganizar a arte da geografia dada pela viagem enquanto categoria geográfica fundamental, de modo sofisticado, acaba por reabilitar um percurso rudimentar que percorre a ciência geográfica e, nem por isso diminuindo-a. Ao contrário estabelece novos olhares sobre a dinâmica do espaço.

Não há tamanho que explique, luz que ilumine ou revelação que responda a infinita angústia do conhecimento total sobre o espaço, especialmente por um olhar individual, particularizado, apesar dos tantos encontros, prosas, estudos e da própria orientação envolvida, fundamental diga-se. Qualquer imersão no lugar alheio ao próprio passo, não nos liberta da busca exilada sobre os fundamentos da razão, da loucura, da paixão, da utopia, da ideologia, da imaginação, do sonho e da síntese materializada, real. O que movimenta o percurso diz-se da ação geográfica enquanto luta política calcada no pensamento geográfico crítico e na utopia permanente.

Até o momento final destes escritos, não se encontra ao certo como dizer de um início deste trabalho e, muito menos ser possível concluí-lo considerando que as reflexões sobre o espaço geográfico nunca se encerram, tal como sua produção. Em síntese seria sensato compreendê-lo como uma travessia, um terceiro possível, um caminho do meio, um vão na possibilidade de realizá-lo. Não há, contudo, a ligeira negação de sua existência, de sua realização ou de importância, ao contrário, constitui um momento de sossego após tantas andanças, leituras e conversas, que inaugura novas inquietudes. Mesmo havendo um Sertão ‘dentro da gente’, os esgotamentos que espocam feito flor de pequi no tempo da floração, são inevitáveis em um exercício dessa natureza.

O início da travessia não dizia, mesmo que possível imaginar, de terrenos tão áridos e difíceis quando de suas complexidades percorridas, em uma trajetória na busca de reflexões profundas sobre a abordagem pretendida. Escolher caminhos nem sempre é a garantia de trilhar caminhos escolhidos. Diante da imersão-convite que a reflexão possibilita, é possível afirmar com a serenidade de um esgotamento nada tranquilo, que a realidade de qualquer escolha é vulnerável ao passo seguinte. Algo essencial às outras pesquisas que estão por acontecer. A narrativa de Rosa (2001, p.327) metaforicamente resolve esse entendimento: “porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente – o que produz os ventos”.

A Geografia deve se constituir em um desafio permanente. Fosse pelas incertezas de um convite reflexivo pretendido, fosse pelas escolhas metodológicas e seus desencontros ou mesmo pelo porvir que guardou surpresas, inesperados, sustos e dilemas, não seria possível, ao menos agora, reduzir tantos episódios variantes e suas determinações a um único passo que se torne didático, para uma explicação totalizante acerca de caminhos e descaminhos que se impregnaram no cotidiano, feito a poeira que se tornou pele nas solas dos pés, no suor da face ou tantas vozes que se tornaram pensamentos nas profundezas de nosso “espírito geográfico” que testemunha e experiencia o mundo vivido. (TUAN, 1980); (RELPH, 1979); (BUTTIMER, 1982).

Na reinterpretação temática que impera a ebulição do mundo, novos horizontes e expectativas sobre a produção do espaço surgem e, com eles, novos enfoques, representações e inserções epistemológicas cujas pretensões primeiras apontam para novas maneiras de apreender o social na espacialidade. Em conformidade a realidade em movimento surge o desafio de legar o conteúdo das percepções sobre a totalidade apreendida sem, no entanto, correr o risco das pretensões totalizantes na análise possível.

Afinal, quem escreve? No emaranhado multidimensional e escalar do vivido, o menino do morro que brincou nos quintais e roças da família, nas ruas do bairro, nos pátios da escola, o sonhador juvenil que descobriu um pouco do mundo nas viagens que fez, com as pessoas que conheceu, o aspirante a viajante aventureiro, o curioso espeleólogo em formação, o geralista, o mineiro, o brasileiro, o mundano, o estudante, o pesquisador iniciante na vastidão acadêmica, o romântico de tantas causas.

Como não pesar o sofrimento dos medos vividos, a vontade de conhecer, explicar, o encontro dessas vontades, sujeitos-objetos, as vozes, a vitória e o choro daqueles que ouvimos, a incerteza frágil do porvir, a esperança, a convicção, a loucura. O eco dos olhares alheios, o somatório das paisagens e lugares visitados. Um tanto de cada circunstância, porque não seria diferente dizer do vivido em outros termos. Tudo, de alguma maneira vai se impregnando nos desejos de traduzir o espaço.

São múltiplas, realidades e dinâmicas. A conexão de toda experiência se torna guardiã do relato, das percepções. Não há fragmento de nossa história que não esteja em movimento compartilhado com outras existências, não há percurso de nossa passagem que não se conecte a outras percepções. Vivemos relações inevitavelmente geografizadas e não há alteridade adormecida que evite a condição. As geografias de nossas vidas, portanto, é que tornam possíveis olhares, prosas, leituras e tantas outras experiências infinitas.

No artesanato desafiador dessa construção, o exercício final de respiro só nos convida a seguir em frente. Os caminhos perdidos expuseram caminhos encontrados. A busca real pelo sentido maior de um despertar simbólico, que se encontrasse geografizado na passagem ligeira de tantos cantos de mundo, nos trouxe até este metafórico 'marcador de livros' que acumula andanças, olhares, leituras possíveis e tentativas.

Reconhecendo a necessidade de se enfrentar o desafio de compreender a natureza relacional do território a partir do lugar-território tradicional quilombola Brejo dos Crioulos

enquanto representação da manifestação geográfica e, ao mesmo tempo, os riscos expressos na vontade de interpretá-lo para traduzi-lo às angústias que a ciência traz aos anseios que ela desperta, o trabalho destaca uma leitura geográfica possível. Suas interpretações, enquanto dimensões que ainda não se realizaram se inscrevem no campo das expectativas para uma contribuição aos debates. Seu primeiro fim expressa a intenção pelo movimento das ideias que cercam as relações da geografia com a questão quilombola. Nesse caso, um convite aos colegas de meu tempo a se debruçarem sobre a necessidade urgente de ampliação dos estudos sobre a espacialidade quilombola, suas dimensões e escalas diversas.

Se, ainda há pouco, os próprios geógrafos colocavam dúvidas a respeito da pertinência da análise espacial como instrumento útil à compreensão da realidade social, mais difícil seria admitir uma leitura do espaço na modernidade dentro da multiplicidade de elementos que se oferecem como questões concretas a serem trabalhadas. Fecham-se, assim, muitos caminhos para o novo e se corrobora a pretensão de certo segmento da ciência “moderna”, que busca a grande e unívoca teoria, resposta encarcerada que, por mais “dialética” que se proclame, permanece im-positiva. (HAESBAERT, 2002, p.79).

A cada viagem, em campo aberto, livre, errante, aventureiro e intenso, momentos de surpresa distintos, inúmeras situações, pessoais e profissionais, se cruzam. Nos encontros, formais e informais da universidade isso ganha *status* e sentidos diferentes. Os arranjos teórico-conceituais, uma vez esgotados no imediatismo das compreensões apontam a necessidade do método, e uma suposta “segurança” que assegure resultados efetivos, especialmente ao campo produtivista em vigor na Universidade.

Contudo, mesmo que se considere fundamental a suposição e o método, um prenúncio do poder ir além, numa suposta “condição de coerência” como destaca Feyerabend (1977) optamos pelo usufruto da liberdade e pelo respeito às possibilidades que anunciam a pesquisa em construção em um campo de conflitos abertos e maiores, onde reféns de hegemonias desestruturantes sequer, por vezes, sabem escrever o próprio nome, quando não ceifados da possibilidade de um dia aprender a fazê-lo, ou da própria vida.

Conforme a compreensão de Sartre (2002) toda filosofia é prática, mesmo aquela que inicialmente pareça ser mais contemplativa. Sendo seu método uma arma social e política. Assim, na busca do “espírito geográfico” que desse sentido à realidade apresentada com a imersão, duas premissas conciliatórias deram luz à trajetória. A primeira apontava para o desafio de conciliar a vontade que previamente define procedimentos metodológicos e permite inscrever o objeto científico nas premissas do rigor e da ortodoxia acadêmica, do campo ideológico, das utopias e da condição participante, com a impessoalidade possível no campo da observação distanciada, vazia de escolhas prévias e ao mesmo tempo imersa na essência da neutralidade. E, como isso a subjetividade aparente e a objetividade resultante expressassem uma terceira margem depurada capaz de permitir uma leitura geográfica mais condizente com as multidimensões da realidade geografizada escolhida.

A segunda, expressa na contemporaneidade como um convite desesperado do tempo, ainda que, dividindo opiniões, se mostrou logo no início do percurso, reclamando a síntese inviabilizada pelas distâncias e consequentes prejuízos entre epistemes autóctones e alóctones quando se trata de construir outra geografia possível para outro mundo possível, ao contrário de segui-la tratando como um quebra-cabeça, passível de ser montado, com peças que nunca se combinam.

Qualquer afirmação que aponte um caminho reflexivo prudente corre o risco de atestar falsa generalização na análise dos fatos. De todo modo, o ponto de partida aqui expresso, antes de outros entendimentos representa um olhar particular e, narrativa primeira, sossego de uma travessia, resultados de experiências e imersões do indivíduo que observa e tenta perceber no íntimo das expressões, abordagens, concepções e movimentos de temporalidades particularizadas, elementos que tornem plausíveis, as tentativas de traduzir o porquê de determinadas escolhas. Os reflexos oriundos desses movimentos particulares são carregados de respostas outras, distantes do ponto de referência tomado pelo sujeito da construção. Quase

sempre, tudo parece ir além do previsto, quando não escapa definitivamente da intenção inicial.

As análises de discurso³⁰ e de conteúdo ainda que não conduzidas ao rigor dos procedimentos, a partir de estereótipos metodológicos permitiram elaborar quando possível, a ordem dos enfrentamentos que balizam o artesanato reflexivo deste trabalho. Daí foi depreender leituras geográficas que contribuíram com as percepções dialógicas sobre poder e alteridade na espacialidade contemporânea. No contexto, as diversas imersões permitiram observar distintas perspectivas sobre a natureza ideológica envolvida na produção espaço-territorial e na materialidade inscrita pela ordem-(des)ordem espacialidade-contras-espacialidade.

Das condições de produção do discurso territorial expressas pelas determinações geográficas, pelas especificidades históricas e relações de poder buscou-se a marcação de particularidades que permitissem maior aproximação do campo relacional a fim de compreendê-lo. Não houve a pretensão de um exercício denso nesse sentido, visto que tal empreendimento exigiria maior aprofundamento na questão. De todo modo, a possibilidade anexou ao percurso importantes contribuições.

No curso desse caudaloso e bonito rio outras ferramentas surgiram e outras escolas se sobrepuseram. A vastidão conceitual, complexa e contrastante da ciência geográfica apontava um mergulho de profundezas oceânicas e um percurso para além de um simples trecho. O difícil equilíbrio entre a condensação de certas intuições resultantes de experiências vividas e a possibilidade de aproximá-las à simplicidade na transmissão das percepções exige a leveza de um olhar sem dores aos problemas investigados. Eis um grande desafio àqueles que estão sensíveis ao sofrimento humano, especialmente ao padecimento resultante da opressão covarde tão comum à operação das injustiças vigentes.

³⁰ (PÊCHEUX, 1995; 1990); (FOUCAULT, 1987); (RICOEUR, 2014; 1990); (HABERMAS, 2004; 2002bcd; 1990); (OLIVEIRA, 2013); (SILVA, J., 2009).

Compartilhar tais experiências com os colegas de meu tempo ressalta um exercício fundamental. De todo modo, não há porque provar o sabor da erudição descompromissada e tornar tudo mais difícil do que parece. O presente trabalho se ambientou em cotidianos simples, de homens e mulheres simples, que na simplicidade de suas vidas optaram por desdobrar a complexidade socioespacial na qual estão imersos para defender suas identidades, suas histórias, memórias, os lugares de suas vidas e o direito fundamental às suas existências, manifestações de fé, conhecimentos e práticas, a produção de sua materialidade simbólica. Ainda assim, não resolve a razão de ser para um trabalho que pretende refletir o espaço geográfico, simplesmente se entregar à superficialidade das questões que cercam o caminho reflexivo escolhido, na tentativa de compreender a conexão multidimensional entre o território relacional e a função social do espaço no contexto das narrativas geográficas contemporâneas.

Tal escolha, se inicialmente parecia planejada deixou de ser devido aos diversos encontros desencadeados na travessia. As viagens, as prosas de cada lugar, a mágica da fotografia e os retratos de cada olhar, os eventos, as diversas narrativas, os embates, os convites, opressões, medos, sonhos, se havia o tempo da chegada, havia o tempo da partida, se havia o tempo do abraço, também havia o tempo da resistência, esse direito silenciado às sórdidas conveniências de tantos. Impossível é fugir dos fatos em sua ocorrência direta, legítima, real. Os devaneios em meio às prosas de cada sertão pousaram nas diversas vozes, memórias sem fim de homens e mulheres, jovens, crianças, idosos, sonoridades diversas que se somavam para narrar seus tempos e temporalidades, suas lutas e espacialidades, suas crenças, suas visões de mundo, seus modos de vida, seus conceitos de justiça, território, moral, liberdade e cultura.

Territórios quilombolas são multidimensionalmente ricos, sensíveis e estão ameaçados antes mesmo de se desinvisibilizarem na totalidade espacial brasileira. O “autismo espacial”

de algumas dimensões da propriedade configuram ambientes de isolamento territorial em determinados recortes inviabilizando experiências espacializadoras de (re)arranjos socioculturais, políticos, simbólicos e produtivos libertadores. Assim, poder-se-ia dizer da ocorrência de “espacialidades esquizofrênicas” cujas desordens, por vezes, são capazes de resolver a complexidade matemática de áreas-limite, mas incapazes de potencializar relacionamentos produtivos em sociabilidades simples, estabelecendo seletividade relacional, restrição de arranjos espaciais, cristalização do cotidiano do lugar de viver, esteriotipização de narrativas e sujeitos, ritualização da violência com fins à normose e particularização de dinâmicas frente à totalidade.

Era preciso tocar aquelas terras, seu preparo e a colheita que delas deriva, conversar com aquelas pessoas, sentir o vento, o luar, o sereno, a chuva e o porvir daquele lugar de viver, saber da noite e dia que ali se alternavam, o preparo dos alimentos, os sentimentos de festa, as prosas de terreiro e a acolhida familiar, os desacordos e seus reflexos. Se o território constitui um derivado relativo do espaço, e a geografia aprofunda suas preocupações com as razões de ser do espaço também lhe atribuindo sentido a partir das sociabilidades, refletir o sentido, ou os sentidos do território também demanda, em essência, a análise sobre as razões das sociabilidades que o fundamentam.

Refletir e apresentar estes olhares sobre o território Brejo dos Crioulos ao quadro da ciência geográfica por meio de suas categorias, somadas às referências de localização, realidade, recorte, representações e percepções derivadas constitui, ao mesmo tempo, um retorno aos acumulados teóricos, um mergulho no residual por vezes dispensado do cotidiano ligeiro e um convite a novos entendimentos em curso acerca das epistemologias territoriais. São leituras e percepções primeiras. Desse modo, oportunizando a ampliação do importante debate que é, também, geográfico. Isso porque, aos olhos menos atentos à ciência geográfica, tudo que dela deriva parece óbvio. Não por acaso, fica fácil encontrar seu conteúdo de

preocupações, sintetizado e simplificado nos entendimentos mais distanciados de sua real natureza, sintetizado ao espaço ou, sob a luz da desinformação que evita a análise, tudo, a ciência que tudo estuda.

Longe dos rigores de qualquer pretensão em evitar o inevitável, talvez, até seja verdade que a totalidade desafiadora situe a Geografia no complexo de sua própria busca, na toada do infinito percurso do pensamento geográfico. A percepção, contudo, rastreada nas andanças desta travessia, também não pretende revelar uma totalidade ao rigor analítico de leigos ou à lógica formal das compreensões alheias à ciência geográfica. A busca se dá pelo pensamento livre que reivindica o movimento das ideias. Ressaltam Deleuze; Guattari (1992, p.53) que a imagem do pensamento só retém aquilo que o pensamento reivindica de direito. “O pensamento reivindica “somente” o movimento que pode ser levado ao infinito. O que o pensamento reivindica de direito, o que ele seleciona, é o movimento infinito ou o movimento do infinito. É ele que constitui a imagem do pensamento”.

Talvez seja esse o caminho fundamental e primeiro para compreender o conteúdo da possibilidade evidenciada, especialmente por apresentar estas primeiras anotações sobre como percebemos os territórios relacionais. Se as travessias realizadas até aqui apresentaram em seus acúmulos, múltiplas narrativas, distintas simetrias, temporalidades e formas específicas, dinâmicas, movimentos, estéticas variadas, olhares diversos e entendimentos plurais, como definir então uma escala que nivele a assimilação dos conteúdos e dinâmicas espaciais sob um prisma geográfico, capaz de dizer da realidade social e cultural do lugar-território Brejo dos Crioulos em suas diversas e complexas abordagens sem reduzir a geografia à ciência do espaço enquanto ciência do vazio, do nada e, conseqüentemente, a que tudo estuda? Como não estacionar uma leitura geográfica nos olhares do passado fundamental à sua consolidação, mas que já não sustenta a complexidade de sua expansão?

Ao visitar reflexões, debates e críticas ao pronunciado e reservado tempo de crise da ciência, capaz de acumular na história severos rigores em defesas e ataques multiescalares à suas diversas razões, observamos o trabalho da contradição subsidiando uma permanente substituição de paradigmas, afinal categorias também trabalham. Fazer, produzir, construir, desfazer, destruir, por circunstâncias distintas a contradição impera ao movimento um encontro com sua própria natureza. Não seria preciso ir tão além dos radicais livres e dos livres radicais para assimilar a organicidade das contradições que nos movem e que também movem a Geografia. Quaisquer leituras geográficas que sejam feitas à luz das contradições vigentes poderão ser tratadas como equilibradas nas diversas texturas epistemológicas contemporâneas. É preciso reconhecer a necessidade de ampliação do espaço das mesas e do caráter dialógico com que são retoricamente proclamadas.

Pertencendo à natureza da ciência geográfica, o aprofundamento das maneiras de se ver o mundo sob uma diversidade de abordagens para a ampliação do conhecimento sobre a realidade socioespacial, em suas múltiplas dimensões e escalas, se mostra fundamental na legitimação das variadas perspectivas que elaboram os constantes avanços da Geografia em meio às contradições e injustiças que vigoram aos seus olhos. O refinamento teórico metodológico e a densidade crítica produzem maiores significados e resultados quando aproximados de situações distanciadas das realidades hegemônicas e dos protecionismos acadêmicos.

Isso não significa desconexão com o movimento teórico, mas sua conexão com o mundo da vida que processa aos olhos de qualquer imersão profunda no viver alheio, tanto de quem escreve, quanto de quem se abre à reflexão do outro. Não há como evitar o ato teórico como movimento e representação singular da existência. (BAKHTIN, 2010). Se há nisso uma contradição, eis um caminho prudente, se não há e for ordem da natureza do presente, ainda

surge fundamental ao porvir. O movimento das ideias não deve ser esgotado nos pragmatismos, muito menos em cruzadas epistemológicas.

Em meio ao acúmulo de tempos orientados pareceu oportuno e necessário visitar a densidade de algumas obras, suas límpidas interpretações, clarividências, no complexo e difícil trabalho de equilibrar conceitos e intencionalidades na aproximação da realidade. Uma pesquisa geográfica sóbria não se encerra no esquema teórico, geografia se faz antes de tudo na sola do pé e no dedo de prosa com sujeitos reais em seus gêneros de vida, seus meios de viver. O encontro de verdades e saberes diversos, múltiplos olhares e tradições distintas encontradas na Academia e fora dela como no território Brejo dos Crioulos evidenciou a esses entendimentos uma experiência até então não visitada, de caráter conciliatório-produtiva. Naturalmente, considerando as resistências, interesses e recuos.

Em meio a tantas andanças, com tamanha expansão no grau de relacionamentos entre sujeitos invisibilizados socialmente e instituições de ensino, ainda é comum deparar com quadros de profunda resistência e receio. Este último, por vezes resultante de aproximações malsucedidas quando o oportunismo cínico, observador dos clamores e narrativas subalternizadas, se mobiliza aos discursos salvadores impregnado na representação dos profetas modernos. Trata-se de um aspecto comumente identificado sob as vestes de setores da política, da universidade, do setor privado, da igreja, profissionais liberais e das organizações da sociedade civil, sempre travestidos de “homens e mulheres de bem”. Lamentavelmente, ainda são correntes episódios de espoliação e exclusão decorrentes dos abusadores da ingenuidade e simplicidade que transborda os espaços de alteridade analisados.

No caso em questão, a disposição percebida é justamente potente à superação dos rancores de outrora, fossem internos ou alheios à própria realidade. A comunidade ali territorializada reconhece a importância institucional que produziu, manifestando consenso sobre o poder relacional que construiu nos últimos anos em meio ao reconhecimento e

legitimação territorial. O foco está dado pela ação transformadora intersetorial, interinstitucional, contraditória e dialética.

O encontro percebido entre conhecimentos empíricos e uma ciência atualizada nos desafios contextualizados aponta para um pragmatismo reformista na superação dos quadros de terror, omissão, ausência e invisibilidade arquitetados politicamente para a conveniência das misérias socioespaciais no Norte de Minas. Destaca ainda o abandono da produção de um saber convenientemente conectado à desaceleração da mudança, à fragilização da continuidade transformadora e à desvalorização de estudos regionais sobre a importância socioespacial e cultural do Norte de Minas. A Universidade Estadual de Montes Claros, que reúne esforços sob a narrativa de integração regional constitui um bom exemplo onde isso pode ser lido.

Contudo, tais desdobramentos ainda se corporificam mais pelos esforços de parcela de seu corpo docente e discente do que pela estrutura de Estado que representa e, a maior evidência talvez seja dada pela perspectiva político-ideológica que instrumentalizou a Universidade por tanto tempo. Essa constitui uma quadra em profundas alterações, mesmo porque já não há espaço-tempo para o “mito da desterritorialização” (HAESBAERT, 2011a) na região, como não há para a estigmatização mitológica dos territórios tradicionais, eles estão a se desinvisibilizarem mostrando os reais valores socioespaciais e culturais do Sertão Gerais em sua espacialidade profunda.

O redirecionamento dos propósitos das pesquisas nos núcleos e laboratórios cada vez mais cancela o espaço de direito de grupos historicamente excluídos na realidade regional e, naturalmente, dos espaços de diálogo, produção de conhecimento e compartilhamentos dos saberes na Universidade. Não parece consolidado um ambiente revolucionário que seja transformador da ordem injusta, apesar dos trabalhos cada vez mais ecoarem os gritos de pavor e urgência, que as altas esferas do poder institucionalizado parecem não ouvir,

embebidos mais na construção da burocracia do acesso do que na ação para além das muralhas Acadêmicas. Vale a atualidade das considerações de Ianni (2004, p.110) ao refletir sobre a carência de maior “empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.” “Parece que ninguém quer a gente estudando aqui não moço! A sensação é essa. Pra nós tudo parece mais difícil pra chegar aqui, a vontade é só desistir. Eles não querem nós aqui não!”³¹

A teoria e o processo social aí construído, historicamente reféns da inconsequência de grupos políticos e econômicos começa a superar obstáculos de meio século. A resistência silenciosa perdeu espaço para ações concretas no campo das incompatibilidades e o denunciismo ideológico caminha ao reformador. A disputa minimalista, que também é memética ganhou os corredores por tanto tempo silenciados.

Há sim um rompimento evidente com o passado e, pela fresta da fratura uma mudança possível, lenta e conflituosa muito mais pelos históricos vícios insensíveis à realidade regional original, profunda, do que pela resistência à dimensão real do quão transformador e benéfico constitui o olhar sereno aos equilíbrios necessários e possíveis nos processos de justiça histórica contra a exclusão e a exclusividade, dos quais ainda carece o Norte de Minas. Nas palavras de Fernandes (1986),

Um povo que comprimiu a sua história durante tanto tempo, em virtude de sua origem colonial, do modo de organizar a sociedade e, das sobrevivências negativas e interferentes dessa “tradição a privilegiar os privilegiados” ao se libertar das últimas tutelas libera os oprimidos e sua força revolucionária, se irradia por toda a Nação oprimida e reconhece dentro de si, uma história nascente e cadente, que não vem de fora, mas de dentro e das profundezas daqueles que ficaram por tantos anos reduzidos à impotência e à nulidade social, barrados da condição humana. (FERNANDES, 1986, p.92).

³¹ Jovem morador de Brejo dos Crioulos durante entrevista realizada no contexto do III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, no período de 22 e 25 de abril de 2014, com o tema “Contribuição dos Povos e Comunidades Tradicionais para outro Desenvolvimento”.

O entrelaçamento de diversas assimetrias analíticas, por vezes alheias aos propósitos desse trabalho, articulou a possibilidade de se recolher elementos originais em situações diversas, campos distanciados e entendimentos variados sobre a vida, em um exercício profundo de expansão e leitura geográfica crítica. Falar do lugar dessa vida e do direito ao território é, ao mesmo tempo, falar do direito ao lugar e do direito ao espaço. Se a vida existe, ela é e está no espaço e o seu conteúdo aparenta, no caso, definido pelas multidimensões dos territórios tradicionais e suas identidades espaciais.

Na perspectiva de Marx (2004, p. 106-112) "o homem produz o homem, a si próprio e a outro homem (...). O caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesma produz o 'homem' enquanto 'homem', assim ela é produzida por meio dele." De outro modo, para além de vasculhar conceitos na busca de reconhecê-los na realidade aparente, a vida simples também é percebida na simplicidade das percepções, das imersões e experiências que delas derivam. O 'objeto' ocupa então, antes de qualquer outro espaço, a realidade e seus matizes, tons, texturas, sabores, aromas, brilhos, contrastes, harmonias e desequilíbrios; permanentemente convidativos a luz da 'fenomenologia das percepções'. (MERLEAU-PONTY, 1999).

A paisagem, o Cerrado do Sertão Gerais; a região, o Norte de Minas; o Território, Brejo dos Crioulos situado na trijunção dos municípios de São João da Ponte-MG, Varzelândia-MG e Verdelândia-MG; o lugar de viver, dividido entre o do oprimido e do opressor, da ordem e da des-ordem, das identidades espaciais, dos desdobramentos, da materialidade e da imaterialidade, da espacialidade e da contra-espacialidade. O espaço, produzido, usado, vivido, banal, do conflito, da luta, da contradição, da injustiça, da dialética entre brejos e crioulos, do território brasileiro, do Estado-nação, do sistema-mundo, dos sertões do infinito, dos sem-fins da existência possível. Na plataforma das categorias o lugar fragmentou a escolha, inicialmente fadada às profundezas únicas do território. Contudo, uma

vez encontrado nas narrativas locais, enquanto categoria nativa, como lugar-território, não havia porque desconsiderar tão importante singularidade. O lugar de viver como o lugar-território, que trataremos no decorrer do texto.

A história, em tela branca, ganhou quantas versões fossem possíveis ao longo dos anos. Tintas variadas definiram a plástica territorial sempre aos olhos e desejos daqueles que oprimiram, foi assim com o território brasileiro. A escolha que baliza a pesquisa resulta da intenção de olhar a ideia ou ideias de território a partir das narrativas do oprimido, um dos caminhos possíveis. Mas como refutar uma narrativa estabelecida sem uma imersão mínima em sua lógica pronunciada? Se existem lados opostos, era preciso ouvi-los. E isso é possível independente de qual pronuncia ganha voz.

Sobretudo, não parece imprudente depreender que a silêncio dos excluídos e o grito dos oprimidos até então ecoou em escala menor. Todo processo visitado foi dialético. A travessia reservou a dúvida sobre a distância ideal dos posicionamentos e realidades avessas às essas para uma análise crítica legítima que não expusesse as compreensões sob um texto vazio e parcial. Exercício difícil, especialmente porque a mesma ciência maior que se encontra nos caminhos da atualização para a ação, cobra *pari passu* a imparcialidade distanciada e fria das análises.

A imersão no cotidiano do campo pesquisado e nos conteúdos que as diversas narrativas produzem permanentemente como lágrimas de dor, discursos de esperança, trocas simbólicas, solidariedade produtiva, quer seja dos indivíduos, da comunidade, dos movimentos, dos territórios, quer seja das instituições, de outros agentes, outros sujeitos, outros mundos exteriores à realidade local, em passo natural surgiu como caminho razoavelmente livre dos entendimentos fundamentados na dureza dos rigores acadêmicos e, por vezes, percebidos no campo hegemônico das ideias absolutistas em demasia elaboradas na frieza dos laboratórios, naturalmente impregnadas nas bibliotecas, impiedosamente

proclamadas por alguns autodeclarados arautos da moralidade científica e vaidosamente regurgitadas na autofagia de tantos congressos, seminários, colóquios, distantes da vida e do calor de seus movimentos fundamentais.

No entanto, isso não significou uma entrega sem freios à empiria ou a negação dos pressupostos teóricos, das essenciais referências balizadoras da travessia, esteios de uma formação incipiente e, ainda imatura. Ou mesmo, a desconsideração dos importantes espaços de diálogo os quais foram participados e, fundamentais ao esclarecimento das angústias no árduo compromisso assumido. Ao contrário, é justamente no campo das razões compartilhadas, das visões de mundo acumuladas e das experiências consolidadas que o trabalho foi possível.

E, nesse caso, a função de sua existência passa prioritariamente pelo trabalho acadêmico pretendido, seus espaços de reprodução material e simbólica, suas contribuições à realidade. O movimento das ideias e a profusão das construções teóricas permanecem como esteios do pensamento orientado assegurando o avanço da compreensão crítica sobre os vazios desmobilizadores, ao mesmo tempo em que se projeta à comunhão dos diferentes saberes na construção de novas possibilidades interpretativas e transformadoras da sociedade.

Tomar verdadeiramente o partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em ação os conhecimentos teóricos adquiridos, investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscursão, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dele retirar diretamente benefícios, fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador.” (BOURDIEU, 2002, p. 59).

Razoavelmente porque mesmo diante de quaisquer esforços para uma aproximação na tentativa de compreender e informar realidades para além da condição de sujeito que busca ler e interpretar geograficamente um território que se evidencia relacional à intencionalidade das

percepções, as análises sempre estarão vulneráveis às defensivas alheias e suas inseguranças, ao simulacro do receio, às táticas e estratégias que flutuam no espaço das temporalidades incompreensíveis, especialmente daqueles que historicamente subalternizados, encurralados³², esquecidos, invisibilizados, amordaçados e escravizados pelos desequilíbrios humanos em suas sórdidas vontades despertadas pelo poder de qualquer soberania possível sobre o outro, ainda resistem a preservar a “condição humana” (ARENDT, 2010) e suas singularidades de viver.

Geografia na sola do pé e no dedo de prosa para compreender o território relacional

Quilombola: notas sobre metodologia na pesquisa

São idas e vindas de uma travessia maior, guardadas na alma do lugar destes escritos. E, apesar das circunstâncias mais imediatas, elaborados em uma projeção geografizada e, coletivizada na ação histórica das múltiplas dimensões do vivido. Na sola do pé e no dedo de prosa com se diz no Sertão, é que busco recuperar a geografia do meu ser na tentativa de perceber o lugar do outro, o lugar-território do outro.

Todos nós cheios de nós, todos nós repletos de lugares, corporificados nos territórios de nossas dúvidas e convicções, de nossas essências e experiências, de nossos desejos e projeções, de nossos corpos, intencionalidades e ações, repletos de conteúdos materiais e simbólicos, fragmentários e relacionais, permanentemente imersos nos desafiadores exercícios de interpretar o mundo, produzir espaços e assimilar alteridade às existências diversas.

³² (ARAÚJO, 2009).

Na análise de Cosgrove (1983, p.1) “a tarefa da geografia cultural é apreender e compreender esta dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço.” Ainda, segundo o autor

a produção e reprodução da vida material é, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, e a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo esta lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Esta apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (genres de vie) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. (COSGROVE, 1983, p.1).

Não há porque negar a construção social, suas substâncias coletivizadas, seus lugares interferentes e suas determinações, seu contexto cultural e ideológico, muito menos evitar a unidade subjetiva particularizada no olhar do indivíduo e suas percepções, especialmente nas diversas viagens possíveis sobre nossa existência e origem, depreendidas dos percursos geográficos, da memória, das temporalidades seus compassos e multidimensões, sobre nossa cultura. De acordo com Brandão e Assumpção (2009, p.54) “o processo social de criação da cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber. Enfim, como um sujeito que habita de modo singular a sociedade e constrói uma história.”

Na análise de Bosi (2003, p.53) encontramos que a memória “é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.” Da superficialidade à profundidade sensível das diversas geografias de nossas vidas, dos mapas mentais às representações simbólicas, das relações diversas ao residual do cotidiano é que surge um caminho para a imersão na reflexão sobre o lugar-território relacional e suas expressões nas multidimensões do vivido.

As percepções de tal empreendimento reflexivo desencadeadas com o *‘revisitar a memória’* no *‘tempo de lembrar’* para *‘lembrar o espaço’* sempre reserva possibilidades ao desconhecido, ao despercebido e a novas descobertas. Ao recordar a infância, em essência, descobri Brejo dos Crioulos no enredo de minhas andanças iniciais. Pela memória dos mais velhos e por fotografias da família fui lembrado que nas viagens pelo Sertão Gerais, ainda criança, nas primeiras pescarias e aventuras de um saudoso e ingênuo tempo, conheci a bacia do médio rio Arapuim, suas diversas lagoas e um pouco do viver de moradores locais. Ainda menino, estive no Brejo, tempos atrás do percurso aqui traduzido. Cabe a compreensão de Thompson (1992) ao afirmar que,

pelo sentimento de descoberta nas entrevistas, o meio ambiente imediato também adquire uma dimensão histórica viva: uma percepção viva do passado, o qual não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente. Isto se dá particularmente com alguém que acaba de se mudar para uma comunidade ou bairro. Uma coisa é saber que as ruas ou campos em torno de uma casa tinham um passado antes que ali tivesse chegado; bem diferente é ter tido conhecimento por meio das lembranças do passado, vivas ainda na memória dos mais velhos do lugar, das intimidades amorosas por aqueles campos, dos vizinhos e casa em determinada rua. (THOMPSON, 1992, p.31).

Visitar a partir da memória, um passado que inaugurou em determinado espaço a possibilidade de conhecê-lo projeta inicialmente, na atualização dos contextos, duas perspectivas: uma metafísica, cuja envergadura exigiria mais alguns muitos anos de imersão reflexiva e analítica para quaisquer procedimentos e publicações; e outra, um tanto objetiva, cuja ocorrência possa ser resultante da própria espacialidade na qual estou inserido, valendo dizer dos distintos percursos realizados na região entre uma travessia e outra. De todo modo, as evidências de um movimento maior são assimiladas com potência prudente às considerações aqui desencadeadas.

Não parece sensato à produção científica superar-se a partir de um suposto esgotamento epistemológico, negando a complexidade ainda não alcançada como rejeitos do inexplicável. O passo das compreensões aqui estendidas opta por considerar as tantas vozes

encontradas em campo como essência prima dos mistérios não revelados. Por vezes, diz-se desses encontros de paz com as ancestralidades. Nesse caso, a leitura geográfica evidenciada, se realiza anterior a qualquer proposição epistemológica assimilada no campo teórico, sob o campo dos conhecimentos tradicionais. Ao mesmo tempo, sem negar os arranjos das leituras complexas editadas pela cientificidade orientada ao caso em questão. Refletir o espaço não constitui tarefa simples. No entendimento de Claval (2004a).

O que se critica hoje são os procedimentos utilizados para adquirir esses conhecimentos: os pressupostos nos quais se baseavam estão sendo contestados por um movimento de desconstrução das bases tradicionais da ciência, em geral e das ciências humanas, em particular. Para uma minoria, a revolução epistemológica pós-funcionalista vem acompanhada de um ceticismo generalizado: rejeita-se a ideia de que o conhecimento desinteressado e a ciência sejam possíveis. A moda das epistemologias pós-colonialistas foi tanta que ela conhecerá com certeza um refluxo rápido. (...). Uma concepção mais modesta da ciência se impõe: não se tem mais certeza de que as “rupturas epistemológicas” que garantiram o estatuto dos conhecimentos de ontem tenham realmente dado a luz a modos de pensar e a práticas narrativas distintas daquelas que sempre atuaram nas sociedades humanas. Os geógrafos que pensam em reconstruir a geografia devem continuar tendo em mente que o que estão fazendo não difere muito das geografias vernaculares praticadas pelos povos sem escrita, dos relatos, das recensões e dos guias produzidos pelas civilizações históricas. (CLAVAl, 2004a, p.11).

Em essência não há dimensão que guarde a hegemonia do saber. A polissemia das percepções, por vezes errantes e aventureiras, de outro modo, ortodoxas e pragmáticas, reformistas ou revolucionárias, é que permitem um caminho à união relativa das resistências diferenciadas para um grande encontro alternativo capaz de referenciar criticamente o espaço produzido, usado e vivido em sua totalidade, expondo suas contradições na dialética das ordens e desordens.

Assinalam Corrêa; Pimenta (2014, p.10)³³ que na busca das “convergências possíveis” entre ideologias e geografias se instaura o desafio dos contrapontos à fragmentação, capazes de “diminuir as lacunas metodológicas e epistemológicas que dificultam a apreensão dos processos de transformação do espaço, mas, principalmente, de evidenciar as potencialidades

³³ IN: (DEL GAUDIO; PEREIRA, 2014)

de uma perspectiva crítica de fenômenos complexos, interconectados, integrados num todo.”

Superar a fragmentação nos aponta então à necessidade de reconhecimento da totalidade envolvida nas pesquisas. Nesse contexto, Spósito (2004) reflete que

não se pode isolar o cientista e sua produção do seu grupo social, de seu laboratório, de sua universidade, de sua comunidade, para compreender sua contribuição científica. A complexidade das relações sociais e individuais na elaboração coletiva (pois não se pode mais compreender o “cientista Robinson Crusoe”, aquele pensador solitário, isolado em seu gabinete, “descobrimo” novas ideias sozinho) do conhecimento exige a compreensão das características humanas do próprio ser humano e de suas contradições inerentes exatamente por ser humano. Isso não elimina a utopia ou a necessidade de se ter clareza da ideologia subjacente à produção intelectual. A utopia é necessária porque ela permite pensar na frente, permite elaborar esquemas abstratos e provocar o surgimento de novas ideias. A ideologia também é necessária porque as pessoas precisam compreender claramente os diferentes papéis que cabem a elas mesmas na conjugação de forças que são as relações sociais, que se exprimem tanto na divisão do trabalho quanto no cotidiano do indivíduo concreto. (SPÓSITO, 2004, p.196-197).

O movimento que se expressa na produção do conhecimento geográfico não evita a realidade de qualquer dimensão espacial. Sua concretude carece da espacialidade e seus desdobramentos tanto quanto são estudados, daí a infinitude de seu compêndio. A projeção da utopia da espacialidade deriva então do alargamento das especulações sobre o espaço. Sobre o entendimento, Santos (2000) assinala que

Toda teoria é, pois, embrião de uma utopia. Quando se exclui a utopia, nós nos empobrecemos imediatamente. O próprio ofício de teorizar pressupõe uma utopia. As épocas que subestimam a utopia são épocas de empobrecimento intelectual, ético e estético. O processo de teorização é largamente especulativo e bebe profundamente no aleatório. E é preciso jogar-se para frente, o que pode parecer suicida. Mas, do contrário, ficamos paralisados pelo pragmatismo. (SANTOS, 2000, p. 48)³⁴.

Depois de percorrer mais de 120 países nos últimos trinta anos e, com mais de 400 mil fotografias narrando o viver de diversos trabalhadores, migrantes, imigrantes, refugiados, exilados e, registrando a pobreza, a miséria, diferentes culturas e paisagens mundo afora, o fotógrafo Sebastião Salgado após concluir seu trabalho denominado *Genesis* (2013) destacou

³⁴ IN: (SEABRA; CARVALHO; LEITE, 2000).

a surpresa com os sertões ainda não habitados do mundo. A poética visual de suas percepções espaciais o faz concluir que praticamente metade das áreas do globo ainda permanece preservada.

Desse fio condutor podemos refletir os desafios de tantos cientistas em compreender possibilidades de vida e habitação em outros planetas, ou mesmo analisar o tamanho empreendimento dos físicos em buscar respostas às origens da matéria escura em partículas elementares e a formação do universo. O espaço intocado não constitui um mito, mas corresponde também à liberdade de não ser encontrado.

As distintas percepções que assimilam a natureza profunda e eruptiva da espacialidade, cujos desdobramentos traduzem a presença-ausência humana em sua produção, registram leituras e conexões por vezes imprudentes. Contudo, é na expansão da espacialidade que se produz a diversidade interpretativa da realidade geográfica. É o desdobramento multidimensional das interpretações que guarda a natureza da produção espacial. Evitar a travessia desta quadra complexa significa ofuscar o curso dos desdobramentos espaciais tal como eles se projetam a esses olhares: permanentemente únicos; resultantes do encontro de forças contrárias; sempre abertos a outras dimensões relacionais; e marcados por temporalidades incomuns no ordenamento de um tempo comum. Cabe a percepção de Claval (2004a) quando afirma que

os geógrafos estão fartos do caráter convencional e sem brilho das análises propostas tanto por parte da tradição naturalista quanto pela corrente funcionalista. Os lugares não são vistos, não são sentidos. As pessoas que os ocupam não tem mais consistência do que a das sombras. [cita FRÉMONT, 1976]. Estamos prontos a desdenhar os conselhos de prudência metodológica aos quais nos conduzia a preocupação com a objetividade. O geógrafo é uma testemunha do mundo: quando é convocado à depor, tem o direito e do dever de dizer o que viu e com o viveu. Isso não prejudica em nada a seriedade e a imparcialidade das posições que assumirá depois, mas enaltece o que apresenta e garante autenticidade. A geografia restabelece, portanto, as ligações com o indivíduo e com uma certa especificidade que é proporcionada por um certo espaço. (CLAVAl, 2004a, p.26).

Considerando que os estudos de geógrafos e das ciências sociais são percebidos em escalas de realidades elementares faladas, descritas e vividas ao mesmo tempo por aqueles que as animam em atitudes, costumes, práticas e discursos Claval (2004a, p.32) destaca que a perspectiva cultural implica na renúncia aos pontos de vista totalizadores. De acordo com o autor o ponto de partida é o indivíduo e suas experiências “porque é através delas que os homens descobrem o mundo, a natureza, a sociedade, a cultura e o espaço”, indagando também “a respeito do real, da maneira como é percebido, das palavras que dizem e das imagens que o traduzem [cita BERDOULAY, 1988]”.

A geografia humana se constituiu sobre o princípio da diferenciação espacial – entre outros –, a partir do qual alguns tentam, ainda hoje, construir uma axiomática. A geografia política, concebida como a geografia das relações de poder, poderia ser fundada sobre os princípios de simetria e de dissimetria nas relações entre organizações. Só em seguida seria possível construir uma morfologia política. A dificuldade de uma tal empresa reside, por um lado, no fato de que uma problemática relacional é difícil de ser elaborada e, por outro, no fato de que o poder é ainda mais difícil de se identificar, supondo-se até mesmo que ele nunca o seja. Portanto, a empresa é, de antemão, destinada ao fracasso! Ela o será se não tivermos a coragem de propor um esquema, antes que um modelo analítico, e não o será se não o arriscamos. É exatamente esse risco que vamos correr e por várias razões. Primeiro, pelo simples gosto da aventura intelectual, ou melhor, pela recusa em reproduzir, em repetir, incansavelmente; em seguida, para tentar mostrar que a relação, embora sempre evocada na geografia, não foi bem explorada na qualidade de conceito; enfim, para tentar destacar com maior clareza esse papel do poder, que se manifesta em todas as ações humanas. (RAFFESTIN, 1993, p.29).

Do risco esquemático a um modelo analítico possível que aproxime as percepções à natureza profunda da relação nos arranjos conceituais geográficos e do poder no desdobramento espacial ecoa no exercício aqui empreendido um vão, uma dimensão pontual da travessia. O tratamento da filosofia da geografia como movimento da construção epistemológica voltada à ordem-(des)ordem imprime seus limites no encontro das interpretações multidimensionais da espacialidade. A aventura da explicação nos parece possibilitar novas realidades interpretativas, posteriores à produção e reprodução da espacialidade até então projetada. Nas palavras de Spósito (2004, p.15) um pensamento decorrente do trabalho epistemológico “de discussão e reflexão daquilo que é acumulado

pelas leituras da realidade, resultando em novos conhecimentos em níveis mais abstratos e mais profundos sobre aquilo que é produzido pelos geógrafos”.

Uma filosofia, quando está em sua plena virulência, nunca se apresenta como uma coisa inerte, como a unidade passiva e já terminada do Saber; nascida do movimento social, ela própria é movimento e age sobre o futuro: essa totalização concreta é, ao mesmo tempo, o projeto abstrato de prosseguir a unificação até seus últimos limites; sob esse aspecto, a filosofia caracteriza-se como um método de investigação e de explicação; a confiança que tem em si mesma e em seu desenvolvimento futuro limitasse a reproduzir as certezas da classe que a sustenta (SARTRE, 2002, p. 20)

Desafiar hipóteses e publicá-las não submissas ao que é simplesmente aceito e postulado à luz dos dogmas, reunindo entendimentos ao diálogo permanente com conteúdos já elaborados e com o que ainda não se produziu às novas realidades, exige a busca sem fim pelo equilíbrio entre a coerência filosófica da tríade metodológica tradicional, suas contestações abertas ao cientificismo metodológico expresso em cada disciplina, a própria filosofia e as percepções ao mundo aberto. É fato, portanto, “que a ideia de um método estático ou de uma teoria estática de racionalidade funda-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e de sua circunstância social”. (FEYERABEND, 1977, p.34).

A ideia de conduzir os negócios da ciência com o auxílio de um método, que encerre princípios firmes, imutáveis e incondicionalmente obrigatórios vê-se diante de considerável dificuldade, quando posta em confronto com os resultados da pesquisa histórica. Verificamos, fazendo um confronto, que não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento. Torna-se claro que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso. (FEYERABEND, 1977, p.29)

No passo da desconstrução dos pré-conceitos como regra das ordens, escolhas foram sendo feitas com o avanço das imersões. É, também, nesse campo, órbita da produção dos espaços de análise, das relações e forças sociais que os enigmas se processam. É nesse campo

que o real e suas possibilidades multidimensionais são experienciadas. É desse campo que emana a busca pela potencia das relações na expansão e desdobramento da geograficidade (*géographicité*) territorial Quilombola, geograficidade definida por Dardel (2011[1990], p.42) como “a Terra como lugar, base e meio de sua realização”. Nesse campo, a coerência filosófica hipotético-dedutiva, dialética e fenomenológica abandona a natureza de qualquer preconceito em relação à multiplicidade e se abre às relações múltiplas com a liberdade da investigação científica e seu encontro com outros conhecimentos produzidos na rudimentariedade do cotidiano dos sertões sem-fim do devir geohistórico.

Os diversos desafios, distorções, desdobramentos e enfrentamentos que submetem a sociedade aos seus limites temporários, adaptações e superações face aos esgotamentos socioespaciais cada vez mais sintetizam a potência do porvir nas forças que se movimentam para ação transformadora das ordens unilaterais que hegemonizam inclusive a ideia de modernidade. A estabilidade que se elabora na heterogeneidade das identidades espaciais e o compartilhamento multidimensional processado em rede ampliam as conexões, a intensidade das relações de simplicidade e a capilaridade espacializadora edificadora de uma força complexa e efetiva frente às ‘máscaras sociais’³⁵.

Eis uma das percepções depreendidas do território relacional Brejo dos Crioulos: trata-se do resultado de conexões interpretativas da realidade geográfica que reconhecem a experiência vital ambientada na nulidade das fronteiras geográficas multidimensionais no contexto da unidade paradoxal desumanizadora que nos despeja “num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”, (BERMAN, 2000, p.15), que nos despeja na fetichização espacial de um cotidiano helicoidal artificializado, seus desafios e suas novas formas de dominação.

³⁵ (MOREIRA, 1982)

Cabe a compreensão de Moreira (1982) sobre ser cada vez mais premente a necessidade de tomar a tarefa do estudo do espaço geográfico com vistas a uma maior compreensão dos processos sociais gerais das formações econômico-sociais contemporâneas. Segundo este autor, uma vez tratada como a ciência da organização do espaço, a geografia até então negligenciara seu próprio fundamento de cientificidade. De acordo com o autor, o desprestígio dos geógrafos no contexto do campo teórico e da prática da transformação social reflete uma incômoda realidade. Destaca que “os geógrafos não perceberam que o que lhes falta é pôr os pés no seu próprio chão, e, então, propor uma teoria do espaço, que seja uma teoria social”. (MOREIRA, 1982, p.13-14).

A função ideológica essencial do palavreado da geografia escolar e universitária foi, sobretudo, de mascarar, através de processos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, assim como para a organização do Estado e a prática do poder. É, sobretudo, a partir do momento em que surge como “inútil”, que o palavreado da geografia exerce sua função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus fins “neutros” e “inocentes” parece supérflua. É por isso que é particularmente importante desmascarar uma das funções estratégicas essenciais e demonstrar os subterfúgios que a fazem passar por simples e inútil. (Lacoste, 1977, p.3 apud Moreira, 2007b, p. 61).

Analisando a revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia, Claval (2004a, p.20-21) nos provoca sobre o enfoque funcionalista de uma geografia humana, que ao se portar como ciência social, fala muito pouco dos homens. Não resta dúvida sobre o desafio da geografia se debruçar cada vez mais a uma nova maneira de apreender o social. “O enfoque naturalista e o enfoque funcionalista são, igualmente, incapazes de fazer sentir e de explicar a diversidade dos homens”.

De acordo com Moraes (2005, p.17) conceitos, significados e a própria linguagem constituem produtos sociais. Segundo o autor, a faculdade do pensamento “só se faz potência na apropriação/transformação do ambiente, e este é um aprendizado societário. Assim, indivíduo e sociedade não devem ser opostos na análise. Dar conta de suas relações é captar a

dialética do conhecimento”. “Com efeito, é a um nível mais elementar que aprendemos a constituição do social: este se implanta através do jogo das representações que as pessoas recebem do mundo que as cerca, e que constituem as grades através das quais percebem o real”³⁶.

Nas conversas, os interlocutores, a observação, a fotografia, os vídeos, a música, a geografia dos aromas e dos sabores dos lugares, o tom, a forma e o timbre das falas, os desconfiados discursos, olhares e incisivas afirmações decorrentes é que permitiram os entendimentos iniciais. A riqueza das percepções, discursos e modos de vida experienciados acabaram por conduzir as reflexões na realidade que se apresentou produtora do espaço da vida.

Aponta Lefebvre (1991, p.30) que “o conhecimento racional sempre incidiu sobre condições existentes, mas nem por isso as aceitou ou ratificou, concedendo-lhes um atestado de cientificidade. A atitude que valoriza as opressões contém de fato uma ideologia disfarçada de racionalidade e de ciência” se apresentando disposto a refutar essa ideologia. Inevitavelmente o entendimento nos convida a refletir as provocações de Freire (1997) quando questiona sobre o porquê de não se discutir, por exemplo, com os alunos a realidade concreta

a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma necessária digamos "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e à experiência social que eles tem como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste caso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada a ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 1997, p.33-34).

³⁶ Op.cit, p.32.

Com a expectativa da construção nas fissuras das divergências foi iniciada a procura possível por espaços de consenso que oportunizassem o sentido enigmático dos esclarecimentos que amparassem a pesquisa. Ao reconhecer que o trabalho de campo apresentou momentos de valorização e negação na história do pensamento geográfico, Santos R. (1999, p.111) afirma que geógrafos vivem na atualidade experiências semelhantes. Segundo o autor “na realização de trabalhos de campo, considerando-nos sujeitos da pesquisa e do conhecimento, muitas vezes procedemos como objetos daqueles que pesquisamos. Enfim, somos ao mesmo tempo sujeito-objeto da pesquisa”³⁷. Salienta Moreira (1982) que,

enquanto objeto secular de uso ideológico, por meio do qual "a maioria das pessoas formam sua "visão do mundo", se não sua "visão global", o espaço geográfico tem seu arranjo fortemente confundido com a instância ideológica. Como exemplo, o arranjo espacial ideológico contém as instituições pelas quais os valores circulam e são assimilados, como a família, a escola, os centros culturais, a Igreja, os asilos, os cárceres. É no interior desses "espaços sociais" que os valores se tornam concretos. Espaços específicos, cada qual é uma síntese do todo, prescrevendo, segundo a ideologia dominante, as noções de mundo e hierarquia. Tais noções seguem uma escala de espaço que vai do "espaço social" específico ao mais geral. (MOREIRA, 1982, p.36-37).

Afinal, onde se localiza a conexão entre território e espaço no conceito geográfico? O território só é possível pela existência reconhecida do espaço, ou seria um residual de natureza humana? Vasculhar o real sentido do *lugar-território* em sua geograficidade para além de sua realidade fática e constelação semântica nas construções teóricas exige imersão reflexiva em sua natureza essencial e dialeticamente a superação de uma vinculação epistemológica específica.

Segundo a compreensão de Haesbaert (1999, p. 172) é possível afirmar que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos habitantes”. A análise de Duarte (2008) sobre a complexidade da realidade

³⁷ Op.cit, p.111.

contemporânea a partir da intersubjetividade auxilia a refletir sobre o composto lugar-território apresentado aqui enquanto categoria nativa.

O uso do termo composto “lugar-território” não é uma categoria encontrada na literatura geográfica. Ele figura aqui como uma proposta frente a alguns discursos que delimitam o espaço por este viés e não assumem esta proximidade como parecem desejar. A categoria “território” sempre esteve ligada às questões políticas e seu conceito atrelado, muitas vezes, equivocadamente somente a essas relações de poder. Algumas iniciativas recentes buscaram outras formas de delimitação espacial, que não pela política, mas continuam utilizando o “território” sem alavancarem as diferentes nuances que a complexidade e pós-modernidade vêm imprimindo às relações sócio-espaciais. O neologismo “lugar-território” não carrega em si o objetivo de simplificar as categorias espaciais abrangidas, nem muito menos procura uma redefinição de “território”, o que demandaria outro trabalho à parte de uma profundidade e direções diferenciadas. O que se pretende é mostrar uma possível “sujeição” do “território” à categoria “lugar”, de modo a entendermos suas diferentes leituras, que partem de dinâmicas territoriais em múltiplas estâncias: econômicas, políticas e culturais. (DUARTE, 2013, p. 186-187).

Assim posto, olhares sensíveis às sociabilidades e territorialidades que o envolvem são fundamentais, mesmo que por natureza todos os conceitos estejam “impregnados de vida social, de experiência cultural, dos olhos do sujeito, do próprio *corpo do mundo* que os contextualiza e lhes concede a sua existência representativa”, Hissa (2009, p.57). Em sua análise Massey (2000, p. 184) considera que “o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular”.

No contexto das mutações e hibridismos conceituais que percorrem as distinções feitas entre espaço e território, observadas por Hissa (2009), a renúncia pela distinção categorial é apresentada por Santos (2000a, p.26)³⁸ quando informa que “houve um tempo em que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indissociáveis ao verdadeiro debate substantivo”. Na compreensão de Hissa (2009, p.58). “o alargamento teórico do conceito de território permite pensar a

³⁸ IN: (SEABRA; CARVALHO; LEITE, 2000).

geografia em termos teóricos ampliados”. Nos termos da compreensão de Foucault (2001, p.413) “estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos”. É nesse contexto de alargamento teórico possível acerca das relações de posicionamentos, ordenamentos e desdobramentos socioespaciais que ganhou força a imersão na busca por compreender o lugar-território Brejo dos Crioulos e, por ele, o lugar-território nos sertões da ciência geográfica.

Conhecer o território exige conhecer a unidade comunitária que nele se reproduz tão forte e tão frágil em suas territorialidades. Demanda o complexo exercício de aproximação com a vida do lugar, com a cosmovisão³⁹ que dele deriva, com os indivíduos que em suas dimensões se elaboram, com a coletivização da espacialidade ali dinamizada e com a forma de encontro com ideia de território ambientada na luta. O desejo pelo direito ao espaço territorial existia silenciado pela opressão ou foi despertado, implantado, provocado por outras fronteiras em diluição? Quais eram os entendimentos sobre divisibilidade da terra e como esses entendimentos se articulam à lógica de indivisibilidade do território? Qual a ideia dos indivíduos e da coletividade sobre propriedade? O fato é que o indivíduo portador de sentidos é capaz de elaborar um sem-fim de territórios e a eles atribuir outros sentidos quantos forem necessários saciando provisoriamente a inconstância das necessidades, afinal o território está em permanente desdobramento espacial.

Da estética existencialista materializada geo-historicamente a partir dos signos e significados sociais atribuídos ao espaço do lugar de viver ao racionalismo definidor dos limites da área que resguardam as relações socioculturais, os sentidos que reformam a

³⁹A partir de uma abordagem psicossocial em diálogo entre distintas realidades, Veronese; Carvalho (2006) investigam a emergência de uma cosmovisão que se apresentaria como uma tentativa de superação de duas cosmovisões, hegemônicas e opostas, típicas das sociedades ocidentais modernas, o individualismo e o totalitarismo. A análise percorre cosmovisões emergentes definidas pela *cultura da partilha* (Araújo, 1998, 2002; Lubich, 2002), o *paradigma da dádiva* (Mauss, 2001; Caillé, 2000; Godbout, 1999) e o *comunitarismo solidário* (Guarechi, 2004) para apresentar o que compreendem como “*cosmovisões relacionais*” caracterizadas por apresentarem o ser humano como um sujeito-em-relação propondo um modelo de sociedade pautado por solidariedade e cooperação. Tal análise auxilia a percepção sobre o que aqui é apresentado como território relacional.

natureza do indivíduo é que lhe permitem conceber a ideia, por exemplo, de parcelamento do espaço produzido e, a partir disso, dizer da representação de seus usos, qualificando suas escolhas. A problematização espacial, seja parcelar-geométrica, seja essencialista-humanista, na questão analisada, evidencia um desprendimento do sujeito da realidade do lugar de viver para se projetar a outras realidades nas quais se inclui a realidade regional.

Assim, a região assume a condição de espelho, refletindo a imagem do lugar onde se materializa o reordenamento das narrativas brejeiras que elaboram o lugar-território na condição de um ‘terceiro possível’, de uma ‘terceira margem’, entremeio da utopia e da heterotopia onde segundo Foucault (2001, p.415), haveria “uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho (...) um lugar sem lugar”. É nesse contexto, que as percepções aqui evidenciadas apontam para a reterritorialização do território Brejo dos Crioulos pactuada na diluição do mimetismo de sua identidade espacial territorializada e, consequente desinvizibilização sociocultural do espaço que ambienta o lugar vivido, cujo desdobramento culmina na materialização do lugar-território.

É a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe. A partir desse olhar que de qualquer forma se dirige para mim, do fundo desse espaço virtual que está do outro lado do espelho, eu retorno a mim e começo a dirigir meus olhos para mim mesmo e a me constituir ali onde estou. (FOUCAULT, 2001, p.415).

A interlocução primeira é que possibilita a desinvizibilização do sujeito oculto, subalternizado e o ofuscado na opressão invisível à realidade regional. Este sujeito se desprende do lugar para proteger o lugar. Isso se dá pela ampliação das redes por onde se desdobra a identidade espacial do lugar provocando um reordenamento socioespacial do território, consolidando o lugar-território. A visualidade didática imediata para efeito da imersão na produção social do espaço que representa o desdobramento territorial sobre a rede e, consequente desinvizibilização da essência que evidencia o lugar-território relacional pode

ser dada pela ideia do origami desconstruído em múltiplas dimensões sobre o sistema estabelecido em ‘rede’ de ‘fixos e fluxos’, ‘horizontalidades e verticalidades’, ‘objetos e ações’, ‘formas e conteúdo’. (SANTOS, 2012).

A percepção primeira aponta para a diversidade territorial quilombola estabelecendo conexões basicamente sob duas formas: uma ligada à similaridade de suas dinâmicas e estéticas espacializadoras e, a outra, por diferentes estilos territoriais que dizem desde suas ações espacializadoras de produção, reprodução e gestão, simultâneas à materialização de seu poder simbólico, compreendendo poder, enquanto origem, processo e destino da produção do espaço político, interno ou externalizado, considerando especialmente as manifestações subjetivas na produção do lugar-território.

Vale destacar à luz desses entendimentos que o território por si só nada significa até que seja reconhecida a natureza de seu amparo, enquanto identidade espacial territorializada (espaço produzido) que resguarda a existência geométrica e essencial e, a ela, atribuídos os seus signos escalares, simbólicos, estéticos, matemáticos, sociais, culturais, políticos, dentre outros que acabam por definir a identidade territorial do lugar, que seja o lugar-território.

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (...) trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Para Foucault (1987, p.51) “o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não pré-existe a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Nesse caso, dizer de um lugar-território pressupõe primeiramente reconhecer o lugar que guarda e protege um território

mimetizado nas sociabilidades ocultas e nos sentidos territoriais ilocalizáveis, invisibilizados em multidimensões relacionais repletas de significados, dimensões estas, negadas, ofuscadas, invisibilizadas, encurraladas pela rigidez espacial das narrativas hegemônicas.

Na fala de ‘Dona’ Catarina, matriarca do batuque de Brejo dos Crioulos, perguntada sobre a natureza do batuque, o esconderijo da existência é anunciado na seguinte prosa: “- Tem dois batuques, né!? Um é esse ai que você tá vendo, o outro é só os do batuque que vê. Esse, quase ninguém vai ver nessa vida. Quem sabe um dia você vê né?” E seguiu a prosa com gargalhadas. Se por um lado a sacralização do íntimo se manifesta, noutro passo a resistência do simulacro também se mostra passível de ser diluída, contudo de modo positivo. Uma ruptura talvez seja possível, desde que seja para conhecer o lugar do outro e, nesse caso, se (re)desinvisibilizar tenderia a ampliação das relações pela maior aproximação e materialização do espaço da alteridade.

Creio que a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço. (...) apesar de todas as técnicas nele investidas, apesar de toda a rede de saber que permite determina-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo talvez não esteja ainda inteiramente dessacralizado (...). E talvez nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais não se pode tocar, as quais a instituição e a prática ainda não ousaram atacar: oposições que admitimos inteiramente dadas: por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho; todos ainda são movidos por uma secreta sacralização”. (FOUCAULT, 2001, p.413).

No campo das últimas observações não parece fugir à problemática espacial objetiva, que na possível ‘terceira margem’, entremeio dos pares de oposição ocupado-desocupado, humanizado-desumanizado, ordenando-desordenado, vivido-desvivido, representado-desrepresentado, aglomeração-dispersão, conexão-desconexão, situe o espaço simbolicamente construído na dinâmica das representações, dotado de sentidos sociais multidimensionais. O

espaço a ser descortinado e também desencurralado epistemologicamente. O sem-fim no miolo da contradição. O lugar que situa o espaço de dentro e o espaço de fora.

Nas palavras de Rosa (2001, p.245) “é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. (...) o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe”. A conexão entre o relacional e o simultâneo parece atribuir à realidade o status de corpo do desdobramento espacial, de materialização da subjetividade da espacialidade em curso. Para Foucault (2001) a época atual seria talvez de preferência a época do espaço, a época do simultâneo.

Estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. (...). A obra-imensa- de Bachelard, as descrições dos fenomenólogos nos ensinaram que não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado de fantasmas; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal. (FOUCAULT, 2001, p.411-414).

É justamente nessa ‘terceira margem’ que reside a percepção sobre a conexão-articulação entre territorialidades estáticas e territorialidades dinâmicas corroborando para o movimento espaço-territorial do lugar. É nela que a subjetividade relacional aponta para a materialização simbólica dos modos de existir agindo para a transformação da espacialidade. É nela que se anuncia o lugar-território como resultado do encontro entre a *produção-de-si* e o *território-para-si*, o devir espacial do desdobramento do *ser-no-lugar* para o *ser-do-lugar*.

A quebra da rigidez espacial e consequente assimilação da transformação permanente é que possibilita a transfiguração do espaço e, nesse caso, produzindo o desdobramento do lugar de viver em lugar-território e, no curso do poder de transformação de sua plasticidade que também é simbólica, o desdobramento do mesmo em território relacional. Nesse caso, o

conteúdo relacional do território só é efetivo no reordenamento da espacialidade quando do desdobramento da natureza espacial do lugar de viver expresso pelos gêneros de vida que lhes dão sentido. Diante disso, compreendendo gêneros de vida enquanto potência da realidade que reúne técnicas e sentidos espaciais multidimensionais capazes de corporificar o lugar-território, cujo desdobramento possível se dá como rearranjo do lugar de viver no espaço da luta pelo reconhecimento das identidades espaciais em sua totalidade de ocorrências e conexões possíveis.

Na quadra complexa das multidimensões espaciais, das multiterritorialidades e das distintas representações, (re)arranjos espaciais marcados pelos desdobramentos do lugar (guardião do vivido e seus meios) em território, estabelecem uma paisagem cultural heterogênea dos conflitos entre processos de significação e processos de relação, cuja complexidade só pode ser visitada na dialética fragmentação-indivisibilidade, real-imaginário, material-imaterial. É nesse sentido que pesam as considerações de Foucault (2001) quando apresenta no texto “Outros Espaços” (1967) a ideia de heterotopia. A concepção de espaço heterotópico, aqui lida junto à perspectiva dos espaços de esperança (HARVEY, 2011), parece apresentar elementos importantes à leitura geográfica que localiza a complexidade territorial de Brejo dos Crioulos no contexto dos conflitos agrários.

A heterogeneidade espacial que recai sobre o contexto polarizado entre território e propriedade privada, bem como sobre suas respectivas identidades espaciais e representações em disputa apontam para um emaranhado reflexivo que evidencia o espaço da desigualdade, da barbárie e da despolitização conveniente para construção da autonomia dos imediatismos individualizantes frente ao desafio da imaginação utópica voltada a construção política das coletividades comprometidas com a expansão da vida, seu desencurralamento, e não a restrição da mesma.

As formas residuais e paisagens culturais da história brejeira e crioula, natural e social, guardiãs de estética territorial, da formação socioeconômica local na diversidade de suas práticas, bem como da produção simbólica, mimetizadas no lugar-território, aparentam essenciais para a abordagem pretendida, principalmente considerando a amplitude das conexões entre identidades espaciais quilombolas no país e na América Latina. Entende Cosgrove (1983, p. 8) que “a incorporação de uma sensibilidade e a compreensão do significado dos lugares na teoria marxista seria uma contribuição inestimável da geografia cultural”. Na compreensão de Dematteis (2007, p. 8) as “grandes revoluções conceituais não teriam sido suficientes para nutrir a ideia de território na geografia atual se não ocorresse, contemporaneamente, a crítica marxista da economia política e da sociedade capitalista.” Segundo este autor, as contribuições nesse caso, incluindo o trabalho recente de teóricos neomarxistas do território se mostraram decisivas especialmente em dois pontos de vista:

no primeiro, podemos considerar uma espécie de extensão, ao território, do conceito de fetichismo das mercadorias. É o ponto de vista que nos impediu de tratar o território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, nos condiciona a compreender como relações sociais de produção, as interações sociais que se estabelecem no espaço em escalas diferentes. Dessa forma, a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial (...). Ao contrário, (...) exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas (...) da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si. Essas relações sociais (...) substantivam o território. O segundo aspecto (...) é aquele do território entendido como conflito social [que] vai além de aplicações ortodoxas da teoria marxista. (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

É a luta quilombola, cuja objetividade é alcança os sistemas território-identidade, socioespacialidade-cultura, poder-política, que traduz a dialética do cotidiano na produção do lugar-território. É nela e a partir dela que refletem a própria história, que reconhecem e legitimam direitos e, conscientemente se engajam na produção, reprodução e desdobramentos do lugar e dos meios de viver, do espaço de esperança, brejeiro e crioulo, natural, social, material e simbólico. A partir do reconhecimento de suas identidades espaciais

territorializadas, a cultura quilombola está a reformular e espacializar via campo relacional, sociabilidades corporificadas na simplicidade geohistórica de sua existência.

Nesse caso, o poder territorial derivado do campo simbólico também resulta da produção do espaço territorial da luta, que é política. “O território ontem, hoje e futuramente é a vida daquele lugar, é o espaço das crianças que vão crescer lá, que hoje, ainda, tá complicado”, assuntava Francisco Cordeiro Barbosa durante entrevista em viagem de campo no contexto do V Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais⁴⁰.

O fato é que a realidade histórica e geográfica do território Brejo dos Crioulos não é a mesma do latifúndio, nem a do Estado, a do mercado, a do capital, mas os reflexos que essas outras imprimem a ele, especialmente no contexto da captura da política pelo mercado. A complexidade se amplia uma vez que o latifúndio e seus correligionários também se mimetizam no lugar de viver do território quilombola e, sob narrativa violenta tenta continuar a dar escrita à própria história apagando o próprio passado e, conseqüentemente apagando o passado dos Crioulos e seus ‘gêneros de vida’ (SORRE, 1995) que resistem no espaço-tempo por um sofisticado e original mimetismo territorial elaborado a preservar uma identidade espacial que diz de uma cultura, de um modo de vida tradicional.⁴¹ A disputa estabelecida entre as narrativas e representações em questão evidenciou uma paisagem cultural⁴² cuja realidade se pretendeu compreender epistemologicamente a partir da aproximação entre as categorias de análise lugar e território, que fundam o conjunto de objetos de investigação científica da Geografia.

⁴⁰ O evento, realizado pela Federação N’Golo no período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2012 na Escola Agrotécnica de Ipocarmo, distrito de Ipoema, município de Itabira-MG ocorreu sob o tema “Direito ao Território e às Políticas Públicas de Educação, Saúde e Geração de Renda”.

⁴¹ “Essa realidade de justaposição e de conservação da cultura, em cada indivíduo e grupo, numa mesma área, teve lugar, na Geografia de Max Sorre, como sendo determinada pelas marcas do gênero de vida sobre os homens e seus grupos sociais.” (SANTOS, R., 2008, p.59).

⁴² (CABRAL; BUSS, 2002); (COSGROVE, 1998); (CONSGROVE; JACKSON, 2007); (COSTA, 2003ab); (BERQUE, 1998); (GOMES, 2001); (GOMES, 2004); (HOLZER, 2008); (LUCHIARI, 2001); (MELO, 2001); (RISSO, 2008); (ROMANCINI, 2005); (SILVA, T., 2009); (ROSENDAHL; CORRÊA, 2007; 2004); (SAUER, 2004; 2007).

No contexto do sequestro de narrativas que se dilui nas vestes da apropriação do outro, especialmente no campo da luta política no qual o território Brejo dos Crioulos e diversos outros territórios tradicionais estão inseridos, é relevante a posição de Žižek (2011b, p.42) ao afirmar que “a era contemporânea volta e meia se proclama pós-ideológica, mas essa negação da ideologia só representa a prova suprema de que, mais do que nunca, estamos imbuídos na ideologia. A ideologia é sempre um campo de luta – entre outras, de luta pela apropriação de tradições passadas”. Conforme nos apresenta Almeida (2008)

uma característica do estudo geográfico é ser ele uma representação do mundo, uma representação mental abstrata que adquire sentido próprio dentro do marco de uma ideologia e de uma problemática. A forma como os geógrafos convertem em discursos e imagens suas análises espaciais e das ações humanas corresponde à valoração de distintos pontos de vista, que são sempre restritivos, pois se referem a fenômenos vistos por um ângulo determinado. Ela é, pois, uma representação dos geógrafos. A geografia das representações, conforme Bailly (1998), tem dois axiomas basilares: a realidade objetiva não existe fora de nossas construções e nossas construções constituem uma imagem parcial da realidade tal como a formatamos. Breve, a geografia é, simultaneamente, imagem e ideologia do mundo. (Almeida, 2008, p.315).

Este trabalho se insere no âmbito das leituras geográficas territoriais e destaca o contexto socioespacial de novos sujeitos políticos que buscam requalificar seus espaços de vida por meio do enfrentamento jurídico, político e ideológico na apropriação dos espaços de reconhecimento, na ocupação das esferas de poder e, no movimento dos diversos relacionamentos voltados à consolidação dos processos de reterritorialização de sua existência socioespacial a partir de sua reprodução social, material e simbólica e, consequente reconhecimento, titulação e legitimação de seu território tradicional pelo Estado brasileiro.

Ao realizar diversos trabalhos de campo, disciplinas para orientação reflexiva-analítica, participar de diversos espaços de diálogo em encontros, congressos, seminários e simpósios e visitar diversos estudos⁴³ sobre comunidades tradicionais do Norte de Minas,

⁴³ (GAWORA; SOUZA IDE; BARBOSA, 2011), (ZHOURI, 2005), (THÉ, 2003), (LUZ DE OLIVEIRA, 2005), (DAYRELL, 1998), (GONÇALVES, 2007), (PARANHOS, 2006), (SANTOS, A. 1997), (RIBEIRO, 1995), (ARAÚJO, 2009; 2012); (ASSIS, 2012).

especialmente de Brejo dos Crioulos (COSTA, 1999)⁴⁴ e dos Gurutubanos⁴⁵ (COSTA FILHO, 2008)⁴⁶, pretendeu-se à luz da Geografia uma imersão nas compreensões sobre processos territoriais regionais, como foco na diáspora dos negros no Norte de Minas para uma reflexão acerca da produção do território tradicional quilombola Brejo dos Crioulos no espaço da luta, a partir das relações estabelecidas em diversos campos de poder, espacializados no contexto da questão quilombola no Brasil. Segundo Almeida (2009, p.176) “ a diáspora é um fenômeno que implica a territorialidade, a desterritorialização e reterritorialização que podem envolver uma ou um número variado de pessoas alterando as relações entre espaço e tempo”.

O poder simbólico materializado frente à opressão histórica do latifúndio e à flexibilização por parte do Estado brasileiro de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais em um trecho do Sertão Gerais elabora novos espaços para a reflexão sobre direitos coletivos e garantias constitucionais. No contexto é entendido que a produção espacial do que é apresentado como lugar-território Brejo dos Crioulos se dá pela propriedade relacional do território na multidimensionalidade do vivido. Estando expressa na paisagem cultural de sua identidade espacial, seus conteúdos existenciais produtores e articuladores do poder local.

Apreender da socioespacialidade tradicional impressa no cotidiano territorial e na “luta” pelo lugar-território, os sentidos de ser do Brejo dos Crioulos transformou esse movimento de ideias em uma plataforma para percepções acerca do reposicionamento ideológico⁴⁷ evidenciado na construção de novas autonomias e concepções de mundo para o século XXI, objetivas e subjetivas, que reconhecem na práxis político-socioespacial a ação relacional transformadora, alternativa e voltada a possibilidades emancipatórias que negam a

⁴⁴ O referencial neste caso é o trabalho “Do tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos: Identidade através do Rito em Brejo dos Crioulos” do Professor Dr. João Batista de Almeida Costa, 1999.

⁴⁵ Diz-se do trabalho “Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro” do Professor Aderval Costa Filho, 2008.

⁴⁶ Produzidos à luz da Antropologia, ainda assim os dois trabalhos são também profundamente geográficos e fundamentais a quaisquer leituras e interpretações geográficas pretendidas sobre a região e, sobre os respectivos territórios.

⁴⁷ (CHAUÍ, 2001; 2013); (MARX E ENGELS, 2002); (GRAMSCI, 1978); (MÉSZÁROS, 2004).

exatidão das essências aparentes na contemporaneidade. Pela última questão, trata-se em especial, do espaço do simulacro na luta, das táticas e estratégias relacionais que estabelecem um poder coletivizado por meio do não-esvaziamento da potencia das lideranças e dos guardiões do lugar, protetores das multidimensões relacionais.

O desdobramento socioespacial em questão que se liga ao reposicionamento ideológico diz-se mais de um encontro percebido entre a subalternidade mimetizada territorialmente e o desconhecido espaço de direitos daqueles que lutam. A constatação no processo de desinvizibilização territorial de Brejo dos Crioulos expressa a reconhecimento ontológico do espaço no exercício da luta pela renovação do ser. Noutros termos, é possível olhar a desinvizibilização do lugar-território por meio da reflexão-ação e seu reflexo correspondente, a ação-reflexão que dialeticamente transforma para indagar e indaga para transformar a realidade evoluindo e radicalizando os limites atuais da democracia brasileira.

Nesse sentido, a quadra ideológica dialógica se situa para além do reconhecimento dos saberes envolvidos, especialmente na sua produção comprometida com a intencionalidade e com a transformação socioespacial de ambientes antidemocráticos. No contexto em que tece, sob apontamentos preliminares, análise comparativa entre Gramsci e Lukács, Coutinho (2011) observa a definição de ideologia de Lukács (2010) como “algo que transcende o nível epistemológico e se liga diretamente à ação prática”.

Ele nos diz: Mesmo sendo uma forma de consciência, a ideologia não é absolutamente idêntica à representação cognitiva da realidade, mas - mas enquanto meio para enfrentar conflitos sociais - é eminentemente dirigida para a práxis, como esta partilhando, naturalmente no âmbito de sua própria especificidade, a orientação de transformar a realidade (e a defesa da realidade dada contra as tentativas de mudança tem a mesma estrutura prática). (COUTINHO, 2011, p.166).

Nas palavras de Gramsci (1978 p. 16) a ideologia é “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. A ideologia enquanto resultado da realidade de

uma sociedade, existe na quadra onde "as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real". (op. cit, p. 22).

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, "desejadas". Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade "psicológica": elas "organizam" as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são "arbitrárias", elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1978 p. 62-3).

A travessia experienciada no campo relacional do território brejeiro permitiu antes de tudo compreender sobre a reterritorialização da utopia no contexto dos conflitos agrários e dos direitos fundamentais por meio de leituras geográficas. A partir da Universidade e da ciência geográfica enquanto, respectivamente, portal e instrumento facilitadores desse processo foi possível acessar os entendimentos e as pessoas do lugar-território Brejo dos Crioulos.

Os tantos corredores labirínticos e portas possíveis da vida acadêmica e o "tenso e denso cotidiano universitário" (SPOSITO, 2004) representam a verdade das escolhas aqui expressas e o esteio da construção destas contribuições possíveis frente aos inúmeros desafios da vida. Nas conexões e diversos relacionamentos que o território produz e na construção conjunta do conhecimento e da práxis é que fica depositada a esperança pelo espaço de paz no lugar de viver, no lugar-território Brejo dos Crioulos.

É a práxis que liga a vida cotidiana dos seres humanos com a preparação e execução consciente, da qual surge não apenas a linguagem, mas, pouco a pouco, também a ciência. É, porém, igualmente a práxis que impele e controla sua inevitável orientação para a constituição categorial do ser no sentido da filosofia. Por mais que ciência e filosofia se distingam em seu objeto imediato de conhecimento, por mais que, por isso mesmo, possam se defrontar muito crítica, até antagonicamente, em última análise, têm um objeto de conhecimento comum: esclarecer cada vez mais os caminhos da práxis, em um sentido sempre mais elevado e socializado da sociabilidade, isto é, orientar de modo cada vez mais unívoco as atividades humanas para a constituição categorial das totalidades, da totalidade do ser. (LUKÁCS, 2010, p.297)

A intenção primeira no curso da pesquisa apontava para uma investigação sobre a relação *Geografia e Viagens no Sertão* numa perspectiva ontológica do espaço, cujo foco destacaria as viagens culturais de experiência no “*lugar-do-outro*”, que derivou dos primeiros estudos sobre etnoturismo de base comunitária. Questões iniciais sobre uma possível investigação acerca dos processos de produção espacial em comunidades que se alinhavam às lógicas do etnoturismo deram início à travessia recente.

A imersão e confirmação das contradições que se evidenciaram nas investigações, nesse caso, apontavam para “a manipulação e uso do espaço geográfico pelo capital como ferramenta de acumulação de poder” (MOREIRA, 1982, p.13), “usando a paisagem com fins turísticos (...), planejando a exploração e consumo de recursos naturais (...), fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos (...)” (op.cit, p.12). As questões se ampliaram e outras urgências surgiram. Na compreensão de Santos R. (1999, p.114) “o pesquisado representa uma grande possibilidade de partirmos não da “ignorância” empírica do fenômeno que se estuda, mas podemos seguir um caminho repleto de questões e alternativas importantes para se alcançar os objetivos da pesquisa”.

Diante das exigências da cientificidade, o recurso ao senso comum é polêmico e questionado pela sua validade quanto a ser ou não “verdadeiramente” científico. Isso é reflexo de uma cultura que elabora seus saberes em “termos sensíveis”, pois na definição de Levi-Strauss, o conhecimento popular tem seu valor pela qualidade narrativa própria. O conhecimento popular é tão legítimo quanto o outro, vale dizer, em razão de sua importância na vida social, da clareza que ele traz sobre os processos cognitivos e as interações sociais. (ALMEIDA, 2003a, p.73).

Mas afinal, qual seria o espaço da pesquisa? Qual o recorte? Qual categoria geográfica indicaria o caminho prudente à análise? Lugar de viver, paisagens do Sertão Gerais, região Norte de Minas, espaço da viagem? O descortinamento da proposta inicial seu deu no correr do trecho onde a natureza das andanças abriu caminho para o reordenamento das intenções e realinhamento das investigações estabelecendo o sossego necessário para novas angústias,

novas indagações. Entre a imersão das novas reflexões e a intencionalidade primeira, novas viagens trouxeram ao campo analítico pretendido questões até então não enunciadas à pesquisa que se iniciava.

Tese: do desdobramento da espacialidade profunda ao territorial relacional quilombola

No contexto das primeiras imersões da pesquisa, a participação no “1º Encontro Nacional sobre Turismo em Comunidades Quilombolas”⁴⁸ permitiu o encontro com o enigma que resolveria impasses das primeiras angústias da travessia. O software da contra-espacialidade instalado por representações de 43 territórios quilombolas durante o encontro, frente às narrativas de turismo propostas pelas instituições organizadoras do evento logo no início das primeiras prosas definiu um caminho dialógico para o campo.

A disparada da contestação no ambiente de pretendidos consensos culminou no episódio de “inversão das mesas” e das prioridades cujas determinações iniciais apontavam para a expansão do espaço das viagens considerando o *ser quilombola* das comunidades ali representadas, expresso pela identidade socioespacial em reconhecimento, legitimação e empoderamento, pretensiosamente foi apresentado como potencial produto turístico. Cabe o entendimento de Almeida (2003b, p.7) quando entende que o novo contexto destaca a “multiplicidade de questões que o debate contemporâneo a respeito do turismo suscita, bem como para a diversidade possível de abordagens distintas que o tema apresenta”. Segundo a autora, não por acaso se fala em paradigmas do turismo. O episódio, nesse caso, guarda um “registro” importante:

“Não será de turismo que iremos falar aqui, nós temos que falar aqui é de território, para depois, se quiser, quem quiser falar, que fale de turismo no seu espaço, no seu território. Mas pra falar de Turismo, tem que falar de território, sem território não tem turismo em comunidade, vai ser assim, porque o território que é nosso não é

⁴⁸ Trabalho de campo realizado na cidade de Registro-SP, Vale do Ribeira em junho de 2010.

nosso. Então quer dizer que nós vamos receber turista em um território que não é nosso? Você recebe visita na casa de outra pessoa? Se a visita é pra sua casa, ela tem que ser na sua casa. Se não for no território quilombola é turismo ilegal. Os ministérios estão propondo um turismo ilegal na Copa? Nas olimpíadas? Na vida nossa? Então nós temos que mudar de lugar, eles descem de lá, vem pra cá e nós vamos pra frente e nós vamos falar de território ao invés de falar de turismo. Nós entendemos que as viagens são importantes, é bem-vindo todo mundo que quer ajudar, mas ajuda primeira que precisa é reconhecer os territórios quilombolas, dar o título das terras.” Sr. Bonifácio Modesto Pereira –Líder Quilombola da Comunidade de Morro Seco–SP⁴⁹.

No momento de imersão junto a 43 territórios quilombolas de várias regiões do país, a viagem deixou de ser ‘objeto’ para ser caminho, método. A partir do reposicionamento das narrativas quilombolas no contexto do encontro, as percepções sobre o poder territorial frente às lógicas do turismo possibilitaram à compreensão mais legítima e atualizada no campo das experiências e expectativas da pesquisa. Na distância do Vale do Ribeira, imerso em diversas experiências no território quilombola de Ivaiporunduva, foi feita a opção por visitar a realidade de Brejo dos Crioulos. De acordo com Almeida (2013b, p. 13) o turismo tem ocupado um lugar, enquanto espaço vivido e de existência para as populações locais e, paralelamente, um lugar de representação e de imagens para os turistas. Segundo a autora esse lugar estaria situado numa esfera de entendimento, comportando tanto o vivido, como o experienciado; ou seja experienciado no sentido de ser “qualquer conhecimento adquirido por meio de sentidos”.

Não se tratava de elaborar um sistema reflexivo coerente a partir de uma matriz empirista, mas compreender o território inicialmente a partir da experiência de viagem individual e imersão no espaço relacional (HARVEY, 1973) de diversos territórios. Encontrar o território no espaço relacional dos territórios, para além da subjetividade, dos significados, da inteligibilidade envolvida constituiu a possibilidade de investigação sobre uma “dialética sócio-espacial”. (SOJA, 1993). Na compreensão de (BOURDIEU, 1996, p.15) a captura da lógica mais profunda do mundo social só é possível “submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como 'caso

⁴⁹ Entrevista realizada durante o 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas em Registro-SP em 7 de junho de 2010.

particular do possível', (...) como uma figura em um universo de configurações possíveis.” Em outro sentido pesa a busca pela compreensão sobre a espacialidade envolvida nos desdobramentos territoriais relacionais. Nesse caso, “relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente, sociais e espaciais”⁵⁰.

Desse modo, leituras geográficas sobre a espacialização territorial quilombola no Brasil ganharam centralidade na análise superando as primeiras intenções da pesquisa. Isso não significou perder de vista as dimensões da viagem, reforçando-a enquanto categoria analítica interna da noção de espaço geográfico. Após tantos deslocamentos, ávido pela imersão nas relações de integração das intencionalidades vigentes no espaço da luta, o ambiente de relações complexas estabelecidas no contexto do evento, ampliou a necessidade de reflexão sobre as ordens impressas nos deslocamentos e viagens dos representantes quilombolas, cujos desejos de reconhecimento e legitimação territorial traduziam sua própria luta pela sobrevivência nos apuros da invisibilidade.

É diante dessas primeiras questões que o território relacional começou a ser investigado no trabalho. A busca pela espacialidade resiliente e pela capilaridade territorial inicialmente percebidas nas fímbrias da ação da viagem pelo espaço da luta quilombola elaborada em rede, teve início com a realidade empírica do referido encontro. O mesmo encontro que guardava as fagulhas do pressuposto ontológico das relações identitário-espaciais de territórios tradicionais, o qual possibilitou imaginar sobre a natureza relacional do espaço. Apreender o espaço geográfico nesse caso implica em perceber as formas, funções, dimensões e escalas diversas que, produzidas no acúmulo de temporalidades sociabilizadas coletivamente traduzem a realidade territorial geografizada no cotidiano de Brejo dos Crioulos. Na compreensão de Santos (2012) outra possibilidade se anuncia ao se trabalhar

⁵⁰ Op.cit, 1993, p.99.

com um par de categorias, de um lado, a configuração territorial e, de outro as relações sociais. De acordo com o autor,

a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia. (SANTOS, 2012, p. 62).

Da aproximação entre a Geografia Cultural, noutros tempos pronunciada Antropogeografia (RATZEL, 1990)⁵¹ e, a etnografia quilombola da comunidade Brejo dos Crioulos (COSTA, 1999) surgiram os primeiros campos, as primeiras leituras, revisões, as primeiras viagens especificamente orientadas à imersão. Congressos, seminários de pesquisa, espaços de diálogo, reuniões, encontros, colóquios, eventos de diversas naturezas, que permitiram ampliar as reflexões no processo de delimitação do campo de pesquisa e análise. Não demorou, começaram as prosas e a poeira subiu nas andanças.

Com o título “Brejos dos Crioulos no Sertão Norte Mineiro: (des)ordem e rearranjos em territórios relacionais” o trabalho focado em uma leitura geográfica sobre espacialidade da etnicidade Quilombola de um território rural do Gerais, que são muitos e “corre em volta (...) sem tamanho”⁵², tal como é apresentado no plural, Brejos, que também são muitos. Lugares de viver reunidos, vazantes diversas de uma cultura brejeira, dolinas diversas e uma cultura de furados, troncos familiares diversos, batuques diversos, cantados na unidade multidimensional-multiescalar crioula. O Brejo são muitos, espacializados no Sertão Gerais, Sertão-Mosaico de territórios, no Sertão Brasil, território de territórios, Brejo de Brejos, território de lugares infinitos.

⁵¹ IN: (MORAES, 1990).

⁵² (ROSA, 2001, p.24).

A problemática instalada evidenciou a contra-espacialidade movida pela existência de grupos sociais diferenciados em processo de legitimação identitária-espacial quilombola, imersos em um espaço fragilizado pela homogeneização de processos produtivos fragilizadores de seus gêneros de vida. Nesse caso, ao significarem o espaço vivido pelos usos na afirmação de sua identidade territorial, esses grupos se tornam heterogêneos e, assim, estabelecem o desdobramento de sua identidade espacial, partindo do lugar de viver ao rearranjo que produz o território relacional. O empreendimento reflexivo apontou para uma leitura e interpretação geográfica sobre espacialidade da heterogeneidade no contexto das contra-espacialidades. Eleva-se então a necessidade de compreender a natureza espacializadora do território relacional, mas também analisar o território enquanto categoria analítica relacional capaz de ser adjetivada e conectada a outras categorias, nesse caso, para compreender o lugar-território.

Assim, considerando o histórico da geografia quilombola no país com o qual dialoga o caso do território Brejo dos Crioulos envolvendo processos de espoliação territorial e, consequente perda da autonomia espacial com fim último à subordinação sociocultural e à homogeneização, como o território Brejo dos Crioulos se mantém espacializado em seu contexto original frente às pressões diversas, sendo capaz de estabelecer resistência à imposição da (des)ordem que interfere no lugar de viver quilombola e, ao mesmo tempo, projeta a representação de sua existência material, social e simbólica rearranjando e reordenando lógicas próprias a ponto de desinvisibilizar-se produzindo poder espaço-territorial?

O objetivo da pesquisa se volta à análise de como a heterogeneidade dos territórios quilombolas pode ser lida no contexto das contra-espacialidades, considerando as especificidades entre ocupação, uso, propriedade, apropriação, identidade, cultura, território e territorialidades, no contexto da homogeneização espacial impressa pelos reflexos do modelo

de globalização em curso, cujas distorções evidenciadas na região Norte de Minas encontram resistência no poder relacional articulado por uma rede de lugares-territórios tradicionais que se desinvisibilizam para a sociedade como estratégia de manutenção de suas existências no limite das pressões multiescalares e multidimensionais em curso. Nesse caso, compreender as relações multidimensionais de fronteira entre espaços mercantilizados para as desordens e territórios desmercantilizados que a partir de suas identidades espaciais produzem o desdobramento de suas existências por meio da ação geográfica que resulta no lugar-território relacional.

Em evidência, um choque multidimensional das espacialidades e contra-espacialidades que atualiza o conflito entre as lógicas do *apartheid* socioespacial contemporâneo e a espacialidade em desinvisibilização de “grupos que se definem tradicionalmente por um *modus vivendi* integrador [relacional] sociedade-natureza”. (HAESBAERT, 2006, p.46). Então se mostram fundamentais compreensões sobre a espacialização dos territórios quilombolas nos espaços de democracia e burocracia de Estado, as bases vetoriais de sua reprodução social, material e simbólica, a diversidade de suas representações e o compartilhamento em rede de sua identidade espaço-territorial enquanto marca fundante dos relacionamentos que produzem as dimensões espaciais do lugar de viver e o empoderamento territorial em curso.

As especificidades envolvidas no objetivo da pesquisa estão focadas em analisar a partir dos estudos existentes e da realidade atualizada, como o território quilombola Brejo dos Crioulos se encontra organizado na realidade regional em que se insere e, a partir daí como é reconhecido pelo Estado brasileiro no contexto das questões quilombolas. Ainda, em interpretar à luz das percepções da pesquisa, a geograficidade impressa no lugar de viver da comunidade local para uma leitura geográfica sobre o território Brejo dos Crioulos no Norte de Minas.

O trabalho propõe investigar sobre a natureza do *espaço da luta no tempo da luta* de Brejo dos Crioulos; compreender como se dá o compartilhamento da identidade espacial quilombola em Brejo dos Crioulos na consolidação do lugar-território a partir de seu poder espacializador relacional; analisar as estratégias de empoderamento do território quilombola no processo de desinvisibilização de sua identidade espacial; e, por fim contribuir para leituras geográficas sobre territórios relacionais a partir do caso de Brejo dos Crioulos.

No Sertão Gerais, complexo de biomas, povos e comunidades, uma histórica diversidade cultural destaca a existência de territórios tradicionais e multiterritorialidades complexas onde se situa o território quilombola Brejo dos Crioulos cujo histórico lugar de viver daqueles que lhe dão sentido, na posse do santo, é organizado na agrobiodiversidade, nas relações de compartilhamento dos saberes, nas razões e emoções da vida simples à luz da resistência possível que expressam as territorialidades articuladoras de totalidade territorial. O território quilombola Brejo dos Crioulos está ambientado entre o cerrado, a mata seca, e a caatinga, na bacia do médio rio Arapuim, em sociabilidades simples, via mimetismos territoriais, resistência coletiva, relacionamentos estratégicos e negociação política, almejando reconhecimento e valorização acerca de seus espaços de reprodução social, material e simbólica.

Nesse sentido, o reconhecimento dos territórios de povos e comunidades tradicionais, a titulação de suas terras originais, assegurando seus direitos territoriais, seus modos de vida, a natureza de seus sujeitos, os desafios culturais das ancestralidades ancoradas na vida do lugar, seus diálogos entre modernidade e resistência, subalternidade, limitação e imposição, lógicas de produção e reprodução, representação, liberdade, sonhos e disputa, solidariedade e direito, órbitas residuais de variados cotidianos, suas noções de espaço, lugar e, tempos acumulados, estão no horizonte dos olhares aqui lançados.

O contexto ampliado da pesquisa aponta para a questão quilombola no Brasil, a complexidade dos conflitos fundiários no país, a luta por direitos por reconhecimento de identidades múltiplas em suas simplicidades e complexidades, a legitimação do lugar de viver e, consequente surgimento de novos sujeitos políticos, o sequestro da política pelo mercado no contexto do modelo hegemônico de globalização das questões fundiárias e territoriais e, leituras geográficas contemporâneas a partir dos novos arranjos espaciais. É evidenciado pela ocupação dos espaços de poder e pelo movimento das diversas relações estabelecidas interna e externamente ao lugar de viver quilombola por processos territoriais que consolidam a reprodução social, material e simbólica da comunidade local, bem como a manutenção de suas identidades espaciais. É também compreendido à luz da articulação dos mitos da democracia racial e da democracia espacial brasileira, que acaba por convidar à reflexão sobre racismo⁵³ espacial e dominação no país, na flor da pele dos debates sobre “ideologias geográficas” na contemporaneidade. (MORAES, 2005). Sobre isso, HISSA (2014) nos assinala que

a diversidade contemporânea de processos de dominação, em pleno curso, coerentes com as dinâmicas da globalização hegemônica, põe à mostra o quanto as ideologias podem recobrir as mais variadas práticas sociais e políticas. No entanto, há em curso, também, certo exercício generalizado de ocultação ideológica que, insidioso, é próprio da ideologia. Ele é mais paradoxal, revelador do falseamento mais improvável, quando se trata de pensar a política e as territorialidades. (HISSA, 2014, p.426)⁵⁴.

A densidade primeira da geograficidade de Brejo dos Crioulos foi visitada na obra de Costa (1999), seus trabalhos e ações, de onde derivaram as primeiras compreensões sobre as “fronteiras demarcatórias que organizam a identidade morena” no grande território do “campo negro da Mata da Jaíba”. As pesquisas sobre territórios e territorialidades dos Negros no Norte de Minas realizadas pelo Antropólogo, em especial o caso de Brejo dos Crioulos, foram

⁵³ (BOBBIO, 2002); (TODOROV, 2012).

⁵⁴ IN: (DEL GAUDIO; PEREIRA, 2014).

fundamentais para o entendimento sobre a formação sociocultural regional e toda a trajetória histórica do grupo cuja diáspora registra o surgimento de “pequenas comunidades em bairros periféricos, formando uma rede de parentes e pessoas nascidas no médio Arapuim” que ao longo de seus percursos desenvolveram práticas sociais autônomas frente ao encurralamento (ARAÚJO, 2009)⁵⁵, à discriminação e à inferiorização de seus modos de viver e, com isso constituindo-se em sujeitos políticos na defesa de seus princípios de vida. Os estudos também lançaram à leitura geográfica aqui pretendida importantes elementos sobre a identidade social do lugar que, uma vez conectada à categoria nativa lugar-território possibilitou refletir sobre a identidade espacial do lugar e melhor compreender o *modos vivendi* sociedade-natureza operado no território.

Na mesma medida o trabalho e a pesquisa de Costa Filho (2008) sobre o território Quilombola Gurutubanos, a conexão dos entendimentos e o encontro das pesquisas e ações conjuntas no contexto do *Território Negro Ampliado da Jahyba* (COSTA, 1999) ou *Grande Campo Negro da Mata da Jaíba*, tal como o somatório das duas importantes pesquisas, engajadas e em desdobramentos constantes, também foram essenciais às compreensões e imersões pretendidas. Ainda, os trabalhos de Brandão (1977; 2009ab), em especial o marcante trabalho “*A Clara Cor da Noite Escura*”, bem como os olhares aos espaços e tempos no mundo rural apresentado na obra “*No Rancho Fundo*”.

Outros trabalhos de naturezas distintas e complementares também se mostraram essenciais aos olhares sobre o território pesquisado e ao dimensionamento primeiro da realidade geográfica, histórica, política, cultural e socioambiental de Brejo dos Crioulos⁵⁶. Por

⁵⁵ Em sua pesquisa sobre expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua nas margens do São Francisco (ARAÚJO, 2009, p.240) apresenta a categoria *encurralamento* que segundo a autora “se caracteriza pela perda de liberdade e pela subjugação dos lugares ao interesse do capital”. A proposição analítica ofertada pela categoria serve ao entendimento sobre o caso de Brejo dos Crioulos, principalmente pela pressão espacial que sofre o território com o histórico dos currais do latifúndio que se instalaram no lugar de viver brejeiro.

⁵⁶ O contexto regional foi visitado inicialmente por meio do percurso de investigações dos principais grupos de pesquisa da UNIMONTES que se debruçam a identificar, caracterizar, compreender e traduzir a realidade

exemplo, a pesquisa de Matos (2008) sobre o conhecimento na análise de ambientes integrando pedologia e saber local, decisiva nas percepções aproximadas à produção da geografia física sobre o lugar; a pesquisa de Ferreira (2006) também sobre a importância dos saberes tradicionais locais na afirmação do território; a pesquisa de Guimarães; Souza; Andrade (2012) sobre direitos territoriais e patrimoniais no contexto da cartografia dos territórios quilombolas de Minas Gerais; as pesquisas de Anjos (2009) sobre a geografia africana e cartografia étnica de territórios tradicionais quilombolas expressos no ‘Projeto Geografia Afro-Brasileira: Educação e Planejamento do Território’; a pesquisa de Costa, (2014) sobre a etnografia dos documentos e retomadas no espaço da luta pelo território e, diversos outros pesquisadores que se debruçaram principalmente na última década à compreender e construir entendimentos junto aos diversos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. Dos trabalhos de Silva, (2012) sobre políticas públicas de acesso ao território estudando o caso de Brejo dos Crioulos, de Mota; Neto (2013) que registram em fotodocumentário em quadrinhos um olhar sobre Brejo dos Crioulos.

Ainda, as Pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais, Sertão, o Relatório Técnico de Identificação e Laudo⁵⁷ Antropológico INCRA; Fundação Palmares (2004), o Censo IBGE (2010), os trabalhos, relatórios e pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Agricultura Alternativa, condensados no Plano de Etnodesenvolvimento de Brejo dos Crioulos (CAA, 2012), o Relatório/Censo de pesquisa qualitativa (SENAES/MTE, 2013) realizado em nove comunidades do território Brejo dos Crioulos no contexto do Projeto Brasil Local Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, os

socioespacial do Norte de Minas. Investigações geográficas, sociológicas, antropológicas, econômicas e históricas evidenciam diversos pesquisadores regionais que serão apresentados ao longo do texto.

⁵⁷ Em Julho de 2004, o grupo técnico designado pela Presidência da Fundação Cultural Palmares conclui o Relatório Técnico de Identificação/Laudo Antropológico da Comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos. Tomando como ponto de partida a unidade, a forma de organização social, aspectos históricos, caráter comunal de controle da terra, as tradições, os padrões de assentamento atual e outros, os peritos, junto com a população, puderam identificar a área ocupada pela comunidade definindo divisas como se infere do Laudo. (SANTOS, E., 2004).

Relatórios das Missões Marista de Solidariedade desenvolvidas em Brejo dos Crioulos pelo Colégio Marista São José de Montes Claros, no período de 1997 a 2012.

Dados da Associação⁵⁸ de Moradores da Comunidade de Brejo dos Crioulos, do Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (GESTA/UFMG), do Ministério da Cultura (MINC), da Fundação Cultural Palmares, do Programa Brasil Quilombola da Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (SEPIR, 2013), do Movimento Negro Unificado (MNU) e da Gerência Geral de Taquigrafia e Publicação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Integram às análises também, estudos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT/IG-UFU), do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA/IG-UFU), do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER/IESA-UFG), do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/Unimontes), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes) por meio dos Projetos “Negros do Norte de Minas: Cultura, Identidade e Educação Étnica na Comunidade Quilombola do Agreste” e “Negros do Norte de Minas: Relações Intercomunitárias e Processos Sociais em Comunidades Quilombolas” sob coordenação de (SOUZA IDE, 2009), do Grupo de Estudos e Pesquisas do São Francisco (OPARÁ/UNIMONTES), do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFVJM).

Dos trabalhos e ações da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), da Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), da Mitra Arquidiocesana de Montes Claros, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – (CESE), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Comissão Nacional de Comunidades Negras Rurais (Conaq), do website Combate

⁵⁸ Fundada em 27 de janeiro de 2001 com finalidade principal é lutar pela regularização fundiária do território.

Racismo Ambiental, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, da Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (FIAN Brasil), da Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo, da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), do Instituto de Direitos Humanos (IDH), do Arquivo Público Mineiro (APMMG), da Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) de Minas Gerais, da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), do Observatório Social de Educação em Direitos Humanos (UNIMONTES).

Os debates e documentos da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Geraizeiro, Conselho Nacional de Extrativistas, Vazanteiros em Movimento, dos Assentamentos e Assentados do Brasil, do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pró-Índio (CPI/SP), da Rede Cerrado, Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), da Cáritas Diocesana de Januária (CDJ), da Associação dos Trabalhadores Rurais do Para Terra I, da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia, da Rede Matas Secas (*Tropi Dry* Brasil), do Movimento Geraizeiro, da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, do Instituto Grande Sertão (IGS), do Espeleogrupo Peter Lund (EPL), do Instituto Rosa e Sertão (IRS).

E, também debates e ações do Movimento Pastoral dos Pescadores de Pedra de Maria da Cruz (MPP), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Capitão Enéias e de Rio Pardo, Movimento dos Pequenos Agricultores da Fundação (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Pro-Natureza (FUNATURA), do Instituto de Desenvolvimento do Norte de Nordeste de Minas Gerais (IDENE/Sedinor), da Associação do Municípios da Área Mineira da Sudene (AMANS), da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra (DFQ), do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (SISEMA-MG), da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Polícia Federal (PF), do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre outros.

Na vastidão de pesquisas, funções e ações institucionais as primeiras imersões tinham como objetivo atualizar a realidade pesquisada e buscar a partir das diversas narrativas, as diversas relações vigentes no âmbito dos movimentos sociais, das investigações científicas e das políticas públicas voltadas à garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais do país, especialmente dos direitos territoriais quilombolas. Em outro sentido, conhecer Brejo dos Crioulos exigia do trabalho um percurso de campo que foi iniciado posteriormente ao 1º Encontro Nacional sobre Turismo em Comunidades Quilombolas onde se evidenciou a questão territorial da pesquisa.

O somatório de elementos pesquisados e realidades vivenciadas destacou uma vasta rede de relacionamentos que traduz o enraizamento (sociocultural-ambiental) no território e a significativa capilaridade territorial de Brejo dos Crioulos no ambiente extraterritorial,

principalmente nos espaços institucionais, evidenciando no contexto de seu processo de reconhecimento e titulação, dimensões importantes de sua espacialidade e de seu poder territorial. As imersões, observações e participações apontaram um caminho reflexivo que inicialmente destacou a reciprocidade ação-dependência na relação homem-ambiente (Médio Arapuim-Quilombolas) conduzindo os entendimentos a partir da concepção de *espaço vital*, bem como o papel da cultura e das paisagens e os processos de mediação política à luz dos apontamentos de Ratzel (1990).

No segundo estágio desse processo de pesquisa as contribuições do possibilismo geográfico de Vidal de La Blache (1954) a partir das transformações do meio pelo vivido (Médio Arapuim-lugar de viver Quilombola), dos gêneros de vida de uma população tradicional quilombola, dos estudos regionais e da função tempo-história na leitura geográfica também se mostraram importantes. O caminho dialógico entre as vivências e a imersão teórica se mostrou fundamental aos estudos de Lefebvre (2001; 1991; 1981) na percepção da diversidade conflituosa de distintas concepções de vida rural e seus tempos históricos e os sentidos da vida cotidiana no e pelo território de Brejo dos Crioulos. O pensamento de Milton Santos, sua teoria geográfica do espaço e a investigação filosófica da natureza espacial para se pensar uma epistemologia do espaço e as contribuições à relação espaço-lugar/lugar-território foram fundamentais para as reflexões sobre as metamorfoses do espaço habitado em Brejo dos Crioulos e as geografias cidadãs que são elaboradas na luta pelo lugar-território.

A análise das noções de território foi conduzida a partir da compreensão de Raffestin (1993) uma vez o considerando como resultado das relações de uma coletividade com uma porção do espaço “que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros”⁵⁹, evidenciando relações de poder derivadas das territorialidades. Os entendimentos desse autor somados às abordagens de Santos, R. (2008), Haesbaert (2011) e Sack (1986) conduziram os

⁵⁹ Ibid., p.160.

olhares à perspectiva relacional do território que destaca desde aspectos étnico-culturais da diversidade em condições socioeconômicas diferenciadas nos espaços que tendem ao homogêneo, passando por processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização até a compreensão da territorialidade humana como base de poder que funda a espacialidade (econômica-cultural-política) a partir do “conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos [cita RAFFESTIN, 1988].” (HAESBAERT, 2011, p.87). Na compreensão de Sack (2011, p.63) “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo”.

As compreensões dos primeiros levantamentos e entrevistas se conectaram às percepções do primeiro campo realizado em julho de 2010 no contexto da Missão Marista de Solidariedade. Os primeiros entendimentos foram compartilhados com a comunidade local e em espaços de diálogo de diversos Congressos, Encontros, Colóquios, Seminários, Reuniões, Grupos de Estudo, Cursos, Expedições e Fóruns com destaque para os espaços de diálogos e práticas participados no contexto do XVI Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Porto Alegre-RS, na UFRGS no período de 25 a 31 de julho de 2010 sobre o tema “Crises, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistências e de Esperança”.

As investigações iniciais oportunizaram diálogos e debates que se consolidaram a partir das abordagens culturais da geografia com destaque para o conteúdo cultural das paisagens sertanejas; a complexidade da vida social em face da humanização do espaço na região norte de Minas Gerais; a cultura como fator de mediação da relação sociedade-natureza no Sertão; as especificidades da cultura regional, suas identidades complexas e

estranhamentos diversos; e, os desafios culturais da espacialidade contemporânea, suas tensões territoriais e estratégias de coexistência.

Não constitui tarefa simples expressar ao imediatismo das agonias existentes o significado profundo do exercício proposto. Justificar entendimentos exige mergulhos profundos que nem sempre resolvem com objetividade a natureza das percepções, das geografias íntimas envolvidas em cada estudo. Os exercícios aqui apresentados respondem a uma quadra específica do doutoramento, mas também são destinados ao esboço de uma busca por elementos que subsidiem imersões futuras a uma geontropologia filosófica voltada à perspectiva ontológico-social do espaço. Tal esforço encontra na articulação das categorias lugar e território um caminho relevante à possibilidade de investigação sobre a categoria analítica composta e a partir de seus conceitos clássicos vislumbra-se um caminho para avanços na quadra epistemológica da geografia, revelando sua dimensão prática na geografia da ação.

Ao analisar a importância da categoria lugar na geografia humanista, Holzer (1999, p.76) reflete sobre a necessidade de “um retorno à ontologia da geograficidade e uma análise da importância do lugar para a constituição da própria geografia”. Analisa que hoje o "lugar" constitui um conceito fundamental nos estudos geográficos, contudo, só recebendo importância a partir de 1980. “Desde a implantação da geografia como disciplina acadêmica - a partir de uma ideia positivista da ciência - o lugar foi eventualmente estudado pelos geógrafos, mas sempre em um plano secundário.” (op.cit, p.67). Este autor salienta ainda que “entre os filósofos, Heidegger (1992) foi quem mais contribuiu para que se possa desincumbir dessa tarefa”.

Segundo ele, a habitação e o lugar se configuram como a morada do Quadripartido (das Geviert), composto pela terra, pelo céu, pelo divino e pelos mortais em sua Unidade original. "A habitação (no sentido de habitar a terra)", nos diz ele, como organização, preserva o Quadripartido naquilo em que os mortais residem: nas coisas. (HOLZER, 1999, p.76).

A sensibilidade do sujeito, uma vez recuada no reconhecimento da complexidade espaço-temporal em evidência e nos limites de um longo percurso reflexivo, é capturada pelas franjas da abordagem geográfica cultural-humanista que revela a condição humana e as relações sociedade-natureza no contexto dos fenômenos geográficos e, que reconhece a cultura como potência transformadora dessas relações. Brejo dos Crioulos traduz um ambiente relevante para uma reflexão sobre as conexões lugar-território, especialmente considerando o lugar como expressão e experiência do espaço vivido. Entre a localização que representa e a experiência que possibilita, o lugar é guardião de multidimensões espaciais e identitárias, materiais, sociais e simbólicas. Para Relph (1976, p.29) “a maioria dos lugares são localizados – mas eles indicam que a localização ou posição, não é nem necessária, nem condição suficiente de lugar, mesmo que seja uma condição muito comum”⁶⁰. No contexto, Holzer (1999) aponta que

o lugar tem uma importância ímpar para a geografia humanista, pois, se para as técnicas de análise espacial o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um - a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço - como estruturação do espaço mítico-conceitual. (HOLZER, 1999, p.71).

Cabe ressaltar que a intensificação da análise percorre reflexões sobre o paradigma espacial contemporâneo desde o contexto estabelecido pelo desenvolvimento geográfico desigual no contexto do neodesenvolvimentismo, percorrendo a busca por alternativas ao modelo de globalização vigente, considerando a homogeneização, estetização e fetichização dos modos de vida tradicionais, a fragilização da imaginação utópica e a perda da capacidade mobilizadora no contexto da mudança nos padrões de relacionamento e nas formas organizativas. A imersão observa ainda o vão entre a concepção de ‘Sujeitos de Direito’ do

⁶⁰ Grifos do autor.

Constitucionalismo Social e o reconhecimento de identidades espaciais e culturais ainda invisibilizadas na sociedade.

Nesse caso, ganha atenção os limites do constitucionalismo brasileiro e as perspectivas instaladas com o novo constitucionalismo pluralista latino-americano, bem como os desafios e contribuições da geografia ao debate⁶¹ e estudos sobre territórios Quilombolas como aporte para se pensar o estudo das regiões brasileiras, bem como o reposicionamento da cultura sertaneja⁶² nas narrativas nacionais, os processos de justiça histórica para com os Povos e Comunidades Tradicionais e os movimentos de empoderamento das populações em seus territórios originais a partir do encontro entre os novos olhares da ciência geográfica e os conhecimentos autóctones, para o século XXI.

Este trabalho resulta da imersão nos conteúdos territoriais da existência tradicional *brejeira-crioula* (natural-social) por tempos invisibilizada no Sertão do estado de Minas Gerais. Aos poucos seus sujeitos aprimoram tecnologias socioespaciais⁶³ próprias, potentes por natureza, na tentativa latente de desdobrar suas identidades espaciais no tecido sociocultural local, regional e nacional ocupando espaços de representação e poder, direta ou indiretamente articulados nas redes e movimentos da pronunciada ‘luta’, frente às (des)ordens territoriais desestruturadoras de suas relações e, mercantilizadoras de sua natureza socioespacial.

Ao territorializarem suas ações de futuro reterritorializando necessidades do passado e do presente por meio de sua potencia relacional, compartilham sua geograficidade, histórias

⁶¹ Apesar dos desafios evidenciados na aproximação com a ciência do Direito, o curso da análise conduziu ao inevitável desdobramento reflexivo. Isso, contudo, não constituiu quaisquer pretensões de imersão densa ou esgotamento da questão, mas sim uma primeira aproximação do conteúdo e especulação a possíveis diálogos entre as ciências.

⁶² Ao longo da história regional em função da maneira como o homem aqui se localizou, estruturou-se um modo particular de vida a partir do criatório de gado bovino de forma extensiva que viabilizou o estabelecimento de relações com o ambiente e as populações bem com a construção de modos de vida diferenciados entre si, mas vinculados a uma base cultural comum, ou seja, a cultura sertaneja. (COSTA, 2005c, p.299).

⁶³ Entendo como tecnologias socioespaciais o conjunto de saberes e fazeres tradicionais (técnicas, métodos, processos, produtos, linguagens e instrumentos) desenvolvidos ou assimilados no contexto da simplicidade do território com a finalidade de manter a natureza complexa de sua identidade espacial em movimento.

de vida e experiências acumuladas com objetivos claros de estruturar uma nova pedagogia⁶⁴ territorial para o reconhecimento de sua identidade espacial⁶⁵ materializada no lugar-território quilombola, assegurando direitos, em especial à vida e, dando potência às relações utópicas produtoras de outro mundo possível, a partir da produção de “espaços de esperança”. (HARVEY, 2011).

No cenário da precarização do campo em que se atrela a ideia imposta pelos discursos hegemônicos de fragmentação, desqualificação e atraso no mundo rural, ao mesmo tempo conectada às narrativas ideológicas dominantes que edificam as cidades como mundos urbanos de luz e modernidade, refletir o território relacional que resulta das conexões multidimensionais entre o espaço brejeiro, o espaço crioulo, o espaço de luta, os espaços de representação e os espaços de compartilhamento analisando sua produção consciente e sua realidade indomável não constitui um simples exercício analítico.

Compreender um território que resiste para continuar existindo e, que existe cada vez mais visibilizando no empoderamento de suas identidades social e espacial, contrariando o percurso de fragmentação, espoliação, fragilização e invisibilização de sua natureza geográfica, passa primeiramente pela assimilação da geograficidade das determinações que marcam sua história de ocupação espacial, estruturação e assimilação social e, posterior qualificação territorial, destacando as territorialidades na localidade que ainda se mantem como lugar de viver, mesmo consideradas as restrições históricas à sua materialidade socioespacial, cultural e simbólica.

⁶⁴ Ao refletir sobre a elevação de consciência para a transformação, Santos (2001, p. 116) aponta sobre a possibilidade de uma “pedagogia da existência”, sugerindo que “a existência é produtora de sua própria pedagogia”.

⁶⁵ Entendo por identidade espacial do território, o resultado do encontro entre sua primeira natureza, processos ocupação, uso, memória socioespacial expressa no marcos históricos, territorialidades acumuladas e intergeracionalidades, campos simbólicos definidos por rituais, ciclos festivos e representações. Simultaneamente constitui um constructo coletivo que resulta na materialização legal de sua indivisibilidade. Sua natureza profunda se liga às diversas dimensões expressas nos lugares de viver individualizados e socializados no cotidiano territorial voltado às relações de produção e reprodução material, social e simbólica interna e externamente à sua área delimitada.

Em outra perspectiva, pesa a análise das relações de resistência e proteção do espaço vivido frente às relações de produção e reprodução do capital no contexto da globalização que podem ser consideradas contra-relações na espacialidade original, dado o caráter destruturador instalado na unidade territorial dos espaços brejeiro e crioulo. Evidencia-se assim uma dimensão do conflito entre as relações da espacialidade original transformadas em contra-espacialidade frente às contra-relações da espacialidade imperada pela ordem destruturadora do alheio ao território. Nesse caso, a reflexão exige olhar atento aos processos de desterritorializações orquestradas no contexto regional, de onde saltam as lógicas de privatização e mercantilização espacial arquitetadas para serem instaladas no espaço desmercantilizado do território Brejo dos Crioulos.

No terceiro arranjo analítico as percepções consideram as indeterminações do processo de reterritorialização que flutua na esfera da luta sob os artifícios da estrutura política e do ordenamento jurídico, à luz dos desafios de reconhecimento para além do espaço geográfico, da assimilação da unidade que se constrói na tríade natureza-sociabilidade-organização espacial possível de ser percebida por um tempo histórico cronológico, capturada por um “sistema de instantes” poéticos, Bachelard (1988, p.8-9), ou absorvida pelo “acúmulo desigual de tempos”, Santos (2007, p.9) e, da elevação da consciência territorial para o desdobramento da identidade socioespacial na existência.

Cabe salientar que não constitui intenção maior discorrer peculiaridades epistemológicas sobre a categoria tempo aprofundando suas implicações na geograficidade do território a partir de seu empreendimento filosófico possível correndo os riscos imediatos trazidos pelas generalizações que permite. Ainda assim não há como desconsiderar as implicações de uma memória coletiva editada por uma “representação coletiva de tempo” ou mesmo a existência de “um tempo coletivo, em oposição à duração individual” (HALBWACHS, 2006) no contexto da imersão. Nesse último caso, a fotografia cumpriu

papel a tencionar tal percepção, principalmente ao visitar as ideias de *simultaneidade* e *continuidade* no contexto de um *pensamento coletivo*. Assim, o encontro da memória com a historicidade da formação socioespacial do território conduz aos apontamentos acerca das temporalidades⁶⁶ da espacialidade territorial, a sua “sucessão de eventos e sua trama” (SANTOS, 1998, p.41).

A intenção de repensar as temporalidades a partir dos instantes constitui investigação categórica de natureza interna que integra as possibilidades metodológicas acerca da relação *território-fotografia* aqui é pretendida na leitura geográfica do território. De todo modo, o sugestionamento desse interesse no aprofundamento da questão, a reconhece como importante aporte metodológico e caminho analítico cujos sintomas da visita possível são dados pelas lentes de Gaston Bachelard (descontinuidade histórica), de Gaston Roupnel (descontinuidade-instante), de Henri Bergson (tempo único-duração-vivido), de Albert Einstein (relatividade-lugares), de Santo Agostinho (linguagem-identidade-diferença-consciência), dentre outros.

A teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam. Apenas a partir do momento no qual a informação torna-se imediata, é que podemos construir a teoria na ciência geográfica. Na medida em que cada dia posso entender as novas relações criadas pelas novas técnicas, estamos muito mais próximos da teoria geográfica, pois a história nos ajuda a, ver os fatos da globalização. O que prejudica é que não conhecemos o fato em si, mas as interpretações realizadas pelas agências internacionais. Por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas. (SANTOS, 1988, p.21).

Contudo, encontrar um resultado que responda à concretude explicativa almejada e valide uma postura absolutamente defensável tradutora das percepções profundas da experiência, parece distante e contrário à realidade intocável da imersão no cotidiano mutante, imprevisível, carregado de especificidades ligeiras, transitórias, que escapam a todo tempo ao

⁶⁶ (BRAUDEL, 1992); (SANTOS, 1998a); (SAQUET, 2007; 2011); (COMTE-SPONVILLE, 2000).

passo de uma pesquisa. Ainda assim, foi no cotidiano territorial do Brejo dos Crioulos que residiu a maior aproximação do real vivido, enquanto totalidade provisória, aqui apresentada. O aparentemente “insignificante”⁶⁷ olhar distraído, é que permitiu ler a natureza conceitual fluida do que é apresentada como lugar-território, de onde foram abstraídas as “chaves” da intimidade do lugar. Segundo Tuan (1983, p.7) “uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo como conceitual”.

Assim posto, cabe salientar que o encontro com o Brejo dos Crioulos enquanto unidade socioespacial só foi possível pela conexão das duas órbitas, vivendo o lugar e apreendendo seus conceitos possíveis, fosse à ordem empírica elencada por categorias nativas, fosse ao pensamento informado externamente ao território e suas lógicas. Compreender o significado político do território a partir do lugar de viver dos sujeitos de Brejo dos Crioulos considerado o lugar de viver como espaço de reunião dos múltiplos significados territoriais e, simultaneamente, aproximar da vida de seus sujeitos a partir do cotidiano territorial sob uma perspectiva dialética se consolidou como uma escolha razoavelmente livre. Sobre a questão, Almeida (2008) destaca que

o território responde em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam [cita ALMEIDA, 2005, p.108]. Isso não exclui nem lhe atribui apenas a dimensão instrumental. O território é, também, objeto de operações simbólicas e é nele que os sujeitos projetam suas concepções de mundo. O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural. Nestas condições, compreende-se de que maneira o significado político do território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade, e serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam. (ALMEIDA, 2008, p.318).

O contexto permite salientar também sobre o encontro com a fenomenologia existencialista, esteio da Geografia Humanista Cultural, à luz de uma Geopoética desse lugar-

⁶⁷ Para Lefebvre (1991, p.31) “o cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente).”

território. Assinala Tuan (1983, p. 151), que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. E, foi no processo de aproximação dos significados e significantes territoriais da vida diária desses sujeitos com a própria existência que os espaços brejeiro e crioulo passaram a ser percebidos integralizados no lugar-território relacional. Suas expressões estão nas territorialidades resultantes das sociabilidades simples e complexas processadas na quadra dual e contraditória que comparece na apresentação, separação, afastamento e aproximação da realidade aparente entre o rural e urbano.

Ler geograficamente o território relacional exige uma visita ampla e livre às paisagens multidimensionais do lugar-território. Não basta a apreensão da lógica objetiva impressa nos processos territoriais desconsiderando outros estágios da percepção, ou simplesmente a confiança fenomênica idealista que se dedique à pureza de nexos capazes de dispensar a concretude territorial. Também não se trata de especular para sintetizar mistérios e lógicas nos empirismos desprovidos de princípios ou em conceitos cristalizados. O saber geográfico depreendido das operações cotidianas do lugar é guardião da transformação possível, das territorialidades produzidas na práxis, na geografia da ação.

O território se deixa ver na luta, no movimento que imprime sua razão de ser território, lugar-território. É revolucionário de seu próprio cotidiano, permanentemente, e isso é possível nas relações que edifica. Na realidade territorial podem ser lidas as razões que elaboram sua compreensão, apesar de algumas compreensões optarem por compreendê-lo a partir da especulação hipotética, primeiramente. E, antes que a subjetividade possa ser lida como descartada, cabe destacar que palavras e imagens traduzem aqui, realidade e subjetividade. O território não é apenas um texto imaginado, mas também o é. A precisão do lugar-território Brejo dos Crioulos é resultante do contexto cultural complexo no qual estão relacionadas suas multidimensões e multiterritorialidades definidoras de uma espacialidade original. Sposito (2004, p.92) destaca que Harvey, em seu livro *Urbanismo y desigualdade social* (1973)

“afirma que o espaço não pode ser “em si mesmo e ontologicamente” nem absoluto (...) nem relativo (...) nem relacional. O espaço pode “chegar a ser uma destas três coisas – ou as três – segundo as circunstâncias da prática humana.””

Assim, o caminho da busca pela compreensão possível, foi o da escolha pelo não dilema metodológico, o da liberdade pela leitura e escrita do real vivido, inclusive na desconstrução possível da concretude geográfica que o campo ofertou na experiência da viagem e dos devaneios sempre conduzindo este sujeito ao reconhecimento de sua própria existência, reescrevendo-se permanentemente na pesquisa. Para Brandão (1998, p.59) “a escrita é carregada de sentidos e de sentimentos de sua imediata vivência”. Refletindo sobre os escritos de quem devaneia, Bachelar (1988, p. 7) afirma que para comunicar o devaneio é preciso escrevê-lo “com emoção, com gosto, revivendo-o melhor ao transcrevê-lo”.

No contexto, a função subjetiva se funde à espacialidade das representações em um percurso que pretende depreender do espaço vivido, geografizado coletivamente, o sentido do lugar que se confunde com os dados corporais que guardam os indivíduos em suas marcas, calos, cicatrizes e lembranças. Ocupar, despejar, reintegrar, reocupar, titular, gerir, reproduzir para relacionar. Os desafios que se acumulam nas multidimensões do lugar de viver frente às ordens do *espaço banal*, do *território usado* destacam a emergência de novos códigos para um profundo desdobramento espacial no movimento de luta pelo do lugar de viver.

A concretude territorial de Brejo dos Crioulos parece resultar da conexão entre saberes e fazeres com a ação transformadora que explicitam inúmeras geografias com potência a descomplicar a realidade e o cotidiano. Nesse caso, uma leitura geográfica objetiva aponta para a libertação dos rigores proferidos. Dizer de um território que se desinvisibiliza nas condições vigentes é dizer dos territórios da liberdade. Nela estão conectados: as relações de poder, a experiência humana e o significado das vivências que resultam das viagens, a idealização da realidade e os desejos humanos, a investigação e interpretação das

representações na produção do cotidiano, os diversos níveis de compreensão, abstração e tradução, a poética das textualidades e narrativas, a criatividade das expressões, o exagero e o recuo das sensações, o hibridismo das ações, a diversidade material e suas múltiplas estéticas. Enfim, na dialética dos compartilhamentos, na flexibilização das diversas visões, na resiliência das abordagens territoriais é que se oportuniza a operação geográfica no sentido do dilema espacial.

O itinerário reflexivo que conecta as experiências, intencionalidades, percepções e matrizes com a estruturação conceitual, determinação e funcionalidade das categorias geográficas na flexibilidade das relações conceituais com os dados empíricos para uma proposição que dê concretude ao lugar-território, só é possível no reconhecimento da indissociabilidade entre lugar e espaço. De acordo com Tuan (1983)

na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite o movimento, então o lugar é pausa. (TUAN, 1983, p.7),

Em cada canto do Sertão Brejeiro os entendimentos se evidenciavam nas dimensionalidades do lugar, dos lugares, impregnados nos saberes e fazeres dos sujeitos que ali vivem e, especialmente nas diversas relações entre as multidimensões da cotidianidade do território. Os olhares alheios a estas percepções espelhavam as identidades espaciais e suas geografias tradutoras de uma identidade com o lugar e os sentidos a ele atribuídos.

Bastava andar e conversar para perceber a cotidianidade ali produzida. Conforme Santos (2012, p. 315) “impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano”. Na compreensão de Lefebvre (1991) o cotidiano caracteriza a

sociedade em que vivemos, produtora de cotidianidade. Para o autor “trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial (...) o conceito torna-se o fio condutor para conhecer a sociedade, situando o cotidiano no global”⁶⁸.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. (...). O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. (...). É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. (CERTEAU, 1996, p.31).

Não há aqui um tanto absoluto que faça refém o pensamento capturando o porvir. O vivido durante a travessia, no dia a dia dos diversos lugares e tantas pessoas é que permitiu a aproximação real com o território de Brejo dos Crioulos. Nas palavras de Rosa (2001, p.80) “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Neste tempo de andanças (1999-2014), vários Brejos no Norte de Minas foram encontrados: Brejo das Almas, Brejo do Amparo, Brejo do Mutambal, Brejo do Mata Fome, cada um portador de histórias, memórias, complexidades e desafios. Mas foi no Brejo dos Crioulos que a possibilidade deste trabalho ocorreu, nos termos da tríade lefebvriana percebido-concebido-vivido.

As ciências humanas só agora estão descobrindo o nexo desse resíduo da Filosofia, que é a vida cotidiana, com a História propriamente dita. Essa descoberta, porém, para se firmar, depende ainda de um minucioso trabalho de reatamento das manifestações imediatas e aparentes das relações sociais com os seus resultados e significações duradouros e históricos. Ela passa, portanto, pelo vivido, mas o vivido com significado. O vivido, porém, é contraditório: a intenção muitas vezes equivocada do fazer está numa relação de desencontro com aquilo que é feito. A história real se desenrola, pois, no claro-escuro do percebido e do concebido, por meio do vivido, como sugere Henri Lefebvre. Isto é, o cotidiano não é o meramente residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano. (MARTINS, 2000a, p.142).

⁶⁸ Ibid., p. 35.

O enfrentamento da negligência e da conveniência dos tempos ligeiros da mercantilização espacial para a rentabilidade, que esvaziavam conexões profundas ao mesmo tempo em que nos situa incompletos, fugazes e transitórios na liquidez socioespacial também nos conduz à realização manente de um olhar possível à travessia aventurada. A exposição dessas escolhas é que permitem os encontros, como foi com o Brejo e tantos outros que dele derivaram. Abrir caminho ao externo, ao estrangeiro do ser, ao olhar do outro para olhar para si, trouxe liberdade para desconstruir o que era conhecido, reconhecer o que não era sabido e compreender um pouco sobre outras realidades, por vezes tão distantes desse sujeito, mesmo que similaridades e ordens outras, inteligíveis, sejam percebidas.

O destoar emergente das certezas acumuladas, na experiência do vivido descortinou outros espaços, outras viagens. Tal como o absoluto da imersão permaneceu infinito e convidativo ao fim dessa travessia reflexiva, a relativa busca do ser quando nas fímbrias subjetivas do território revelou relações e experiências por outras geografias desconhecidas, perenemente relacionais. E foi na errância das andanças, visitando o lugar profundo da existência humana e os desassossegos de cada sertão ali mimetizado, que a experimentação dos reencontros entre o ser do sujeito e o alheio a ele nos espaços brejeiro e crioulo, evidenciou o lugar-território, o Sertão do território, o Sertão dos muitos lugares de viver que nele se corporificam, o “lugar-sertão” do qual fala Melo (2011), o sertão resignificado e ressemantizado na valorização da realidade social que dele resulta conforme propõe Costa (2003a), que ao analisar a discrepância das interpretações que historicamente situaram o sertanejo e o seu espaço nas distâncias de uma irreidade inclusive pejorativamente contestada, destaca que ela se dá

porque o sertão enquanto um dos signos fundante da geografia pátria sofreu a agregação de valores mais positivos do que aqueles até então que o informavam como lugar do atraso, da barbárie e da não-estruturação do Estado, ampliando assim, a ambiguidade inerente ao signo sertão, apesar da sua resignificação. Desde que Euclides da Cunha e Guimarães Rosa em toda a sua obra se dedicaram a mostrar que

no sertão, há um outro Brasil, voltado para as coisas próprias da nacionalidade e diverso do litoral, cuja visada foi sempre o mundo externo. Ao adquirir outro valor, a população sertaneja nesse processo de resignificação tem propiciado a que aspectos próprios de sua realidade social sejam valorizados. (COSTA, 2003a, p. 47).

Nem fim, nem céu, o Sertão soberano, início do impossível, a paisagem⁶⁹ das leituras geográficas e de todas as poesias da espacialidade, o sossego do dia e da noite, do labor de cada um que ali vive e resiste, seja na herança da luta, na imaginação utópica, na moral revolucionária ou na simples negação das históricas covardias. De acordo com Melo (2011, p.79) o “sertão contém o deserto e muitos outros espaços repletos de diferentes paisagens, lugares, territórios”. Para esta autora “se o sertão é o mundo, um *lugar-mundo*, sua localização pontual, cartográfica pouco importa. O que importa é a “matéria vertente”, ou seja, aquilo que constitui a sua essência de *lugar*, o exercício da condição humana”⁷⁰.

O sertão não se apreende por objetividades e exatidões. É lugar que não se pode mapear, definir. É o mundo do subjetivo, do inexato, do cambiante, daquilo que não se sabe ao certo. O infindável, o interminável, o perigoso, o desconhecido, não apenas no que diz respeito aos territórios físico-sociais, mas também nos mais recônditos territórios interiores dos homens: o inconsciente, o eterno devir, aquilo que está continuamente em elaboração, os territórios da vida, da existência (...). Não se pode saber o que não tem fim, o que está, permanentemente, em elaboração. Não se sabe o infinito, o interminável do viver, da existência, não se sabe o infinito do sertão (...). Sertão é fronteira, limite e abertura, espaço do encontro e do confronto de alteridades diversas e seus territórios. Passagem, transição, transformação. Lugar da mestiçagem, da mistura, da transculturação (...). Não se localiza o sertão, não se mapeia, não se apreende ao exato, preciso. Antes, se divulga. (...). (MELO, 2011, p.87).

O Sertão da vastidão do sem-fim até o limite do medo que impregnava nas cercas e soltava um ranço de terror nas poeiras antigas que ali permanecem. Nem para, nem continua, apenas é, aquilo do ser, distância da passagem, vão da possibilidade, vão dos buracos, esconderijo do infinito, casa dos lugares inesgotáveis. Esse Sertão, que convida para uma vida inteira. O Sertão da gente poeira que finca no tempo o espaço da vida, nos rumos do silêncio e

⁶⁹ Aqui entendendo paisagem como um “conjunto de formas que, num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2012, p.103).

⁷⁰ Op.cit, p.86.

nos gritos de cada lugar. O Sertão dos Pequizeiros, dos Ipês, Embarés, Angicos, Aroeiras, Braúnas, Pereiros, Murundus, Carrascos, Furados e os alagados de paz das soltas, do chão de cada dia na direção do possível, margem de todas as lagoas da vida e seus descaminhos fundamentais. O Sertão das trilhas cheias de bichos, de um tanto de pedras, dos temporais inesperados, dos achados de um dia inteiro de ‘caminhanças’. O Sertão das enxadas, matracas, arados, sementes e suor que molha a terra em tantos perfis, “da cor a cor inexistente” ⁷¹. O Sertão que não se altera se transformando (BRANDÃO, 2009b, p.78).

Esse Sertão, que espoca, em cada curva de olhar e percepção. O Sertão dos antagonismos e oposições, do rural, do urbano, do rurano e seus conflitos. O Sertão que flutua entre espaço idílico e a dureza dos dias, entre a “servidão inconsciente”, a “solidariedade moral”, “os mundos secretos” e o Sertão marcado por desigualdades, pela escravidão, pelos laços de coronelismo, mandonismo, dominação, dependência.⁷² O Sertão das viagens do ser, e da Geografia do infinito. Na profundidade das palavras de Brandão (1998), o “Sertão Errante”. “Como pode esse ceticismo dos olhos ter tantos profetas quando o mundo é tão belo, tão profundamente belo, tão belo em suas profundezas e matérias?” pergunta Bacherlard (2003, p.9). Como não perceber o sentido da profundidade bela na natureza do espaço do brejo? Da beleza profunda de seus tantos lugares? Da natureza real desse espaço de homens e mulheres crioulas?

A viagem supõe uma experimentação em nós que tem a ver com exercícios costumeiros entre os filósofos antigos: o que eu posso saber de mim? O que posso aprender a descobrir a meu respeito se mudo de lugares habituais e modifico minhas referências? O que resta da minha identidade quando são suprimidos vínculos sociais, comunitários, tribais, quando me vejo sozinho, ou quase, num ambiente hostil ou pelo menos inquietante, perturbador, angustiante? O que subsiste do meu ser quando se subtraem os apêndices gregários? O que será do núcleo de minha dura personalidade diante de um real sem rituais ou conjurações constituídas? A grande volta ao mundo permite nos reencontrarmos da maneira como a eternidade nos conserva. (ONFRAY, 2009, p.75-76)

⁷¹ (PEDROSA, 2009).

⁷² (MEDRADO, 2012); (NEVES, 2008);

Os conteúdos, objetivo e subjetivo, movimentados no espaço da escolha, estão no ventre da viagem, em suas contingências fundamentais, na sua intimidade. Estar no território Brejo dos Crioulos ou lembrar-se dele, é sempre um sentir nascente do mesmo e, assim, um sentir nascer em si mesmo, um *nascer-para-si*, que nos reposiciona no espaço de um *território-para-si*, no espaço do território relacional, que produz consciência para o uso de seus infinitos lugares possíveis.

Silêncios solitários são quebrados nos encontros registrados nas paisagens que refletem o constante movimento dos espaços brejeiro e crioulo, contrastando elementos imersos na diversidade de significados territoriais. Signos se cruzam, pessoas passam umas pelas outras, vozes se encontram na ebulição dos sons e na plástica de tantos ajeitos, como as águas que encontram nos furados do brejo o seu caminho, seu curso. Há um ritmo coletivizado localizado e registrado nos instantes do lugar de viver que definem uma *paisagem cultural* ⁷³.

Não há, na verdade, paisagem parada, inerte, e se usamos este conceito é apenas como recurso analítico. A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo, a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. Estes podem ser sujeitos de diferentes relações sociais – uma mesma rua pode servir a funções diferentes em distintos momentos. (...). A sociedade existe com objetos, é com estes que se torna concreta. A paisagem é diferente do espaço. A primeira é materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade dos homens fixos, parado como uma fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade. (SANTOS, 1988, p.25)

A fotografia, inicialmente como técnica metodológica auxiliar na imersão no cotidiano do território passou a ser percebida como método potente às leituras geográficas. A expressão visual da realidade socioespacial passível de registro foi instrumentalizada ao imaginário do

⁷³ (GOMES, 2001); (HOLZER, 2008); (LUCHIARI, 2001); (MELO, 2001).

sujeito chegante e da comunidade que se mostrou timidamente no começo da travessia e aos poucos deixou de simular a profundidade de seu cotidiano. Nesse caso, valorizando a noção de Mauad (2008, p.34) sobre “engajamento”⁷⁴ do olhar como forma de conceituar a prática fotográfica e o conceito de temporalidade para compreender as dimensões históricas na narrativa visual”.

A diversidade de funções que a fotografia guarda em suas possibilidades como lazer, arte, memória, imprensa, ciência, tempo e espaço, no caso de Brejo dos Crioulos participa do processo de justiça histórica e socioespacial contribuindo com o encontro dos sujeitos com eles mesmos e, simultaneamente os desinvisibilizando para si próprios e para a sociedade. Lembrado na reflexão sobre *distância aurática* e o *poder de olhar*, Walter Benjamin citado por Didi-Huberman (1998, p.148), sobre a experiência do *olhar* e do *ser olhado* informa que “sentir a aura de uma coisa é conferir-lhe o poder de levantar os olhos”.

A ideia de “construir uma posição capaz de ultrapassar o dilema, ou seja, de reconhecer na própria aura uma instância dialética”⁷⁵, a partir da fotografia situa o espaço relacional sujeito-objeto na perspectiva da alteridade, do compartilhamento de visões de mundo, experiências, escolhas, necessidades e trocas estabelecendo uma “experiência dialética da distância e da proximidade”⁷⁶ resultando na produção de uma imagem de si mesmo e, consequentemente do território e sua imagem dialética crítica. “Falar de imagens dialéticas é no mínimo lançar uma ponte entre a dupla distância dos sentidos (...). Essa ponte, ou essa ligação, não é na imagem nem logicamente derivada, nem ontologicamente secundária, nem cronologicamente posterior: ela é originária”⁷⁷.

⁷⁴Mauad (2008) considera a noção de engajamento a partir das considerações feitas por Hobsbawn (1998) a respeito do engajamento científico e, também é tributária das discussões realizadas com o antropólogo e fotógrafo Milton Guran sobre as experiências contemporâneas de inclusão visual, traduzindo a ideia de experiência fotográfica e olhar engajado que anima a intencionalidade das reflexões aqui apresentadas.

⁷⁵ Ibid., p.154.

⁷⁶ Id.ibid., p.161.

⁷⁷ Id.ibid., p.169.

Ao encontro da ciência geográfica, a fotografia⁷⁸ permite apreender a realidade cotidiana do homem comum em suas peculiaridades territoriais, materialidades e imaginários. Possibilita outras conexões com espacialização da sociabilidade e socialização na espacialidade em seus movimentos protegidos, timidamente elencados nos pequenos sossegos e nos grandes incômodos do lugar de viver, quase dados pela proximidade da ideia de *valor de culto* e *valor de exposição* (BENJAMIN, 1994) envolvidos no saudosismo, na lembrança, melancolia, na dor, na intimidade, no conflito, na festa.

Como um traço do real⁷⁹, imagem híbrida⁸⁰, “convenção do olhar e uma linguagem de representação e expressão de um olhar sobre o mundo”⁸¹, a fotografia capta os ligeiros instantes da cotidianidade que diz da *alma do lugar*, evidenciados na argúcia de seu residual cotidiano e até das existências não reproduzidas na representação do acontecido (BARTHES, 1984). As distâncias imperceptíveis, conflitos particularizados, receios, labor, orgulho, glória, fé, apego, luto, sonho e deslumbre também são visitados pelas lentes do registro.

A fotografia é também um convite à memória e natureza do espaço quando na lembrança de suas essências silenciadas, de suas paisagens acumuladas e de suas manifestações perpetuadas traduz o conteúdo territorial e suas múltiplas territorialidades. Na compreensão de Barthes (1990b, p.13) “o estatuto próprio da imagem fotográfica é uma mensagem sem código, (...) a mensagem fotográfica é uma mensagem contínua”. A fotografia do território constitui uma das diversas dimensões de suas paisagens. Contudo, impera o desafio entre a subjetividade que guarda o procedimento, uma vez que a pretendida leitura

⁷⁸ A admiração pela fotografia e pelo trabalho de diversos fotógrafos guarda contribuições significativas ao despertar das percepções e visões de mundo deste sujeito. No percurso da pesquisa os trabalhos de alguns desses fotógrafos foram fundamentais à dialética geografia-fotografia, voltada à compreensão da natureza das narrativas territoriais em Brejo dos Crioulos, ao poder da memória do lugar de viver e à inteligibilidade da cultura ali espacializada. Digo especialmente dos trabalhos de João Zinclar, João Roberto Ripper, Sebastião Salgado e Araújo Alcântara, dentre outros.

⁷⁹ (DUBOIS, 1993).

⁸⁰ (BARTHES, 1982).

⁸¹ (MONTEIRO, 2008, p.174)

geográfica também pretende a observação científica objetivada na experiência territorial da vivência cotidiana.

Seria possível uma construção imagética das multidimensões territoriais de Brejo dos Crioulos? Até onde haveria fidelidade ao real territorializado? A imagem do território é vazia dos sentidos do território, das espacialidades brejeira e crioula? Em análise sobre a retórica da imagem, Barthes (1990a, p.27) destaca o fato de a ideia geral, com destaque para os linguistas, considerar a imagem como centro da resistência ao sentido, em nome de uma ideia mítica da vida. Segundo o autor “a imagem é representação, isto é, ressurreição, e sabe-se que o inteligível é tido como antipático ao vivenciado”. Depreende-se que se por um lado alguns pensam a imagem como um sistema rudimentar em relação à língua, outros entendem que a significação não pode esgotar a riqueza indizível da imagem, e conclui “se imagem é, de uma certa maneira, limite do sentido, permite-nos, no entanto, voltar a uma verdadeira ontologia da significação”.⁸²

Carl Sauer, pai da Geografia Cultural – muito próxima da antropogeografia de Ratzel e da geografia humana de Vidal de La Blache – propôs que considerássemos dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. Argumenta dizendo que, à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc. É a marca do homem sobre a natureza, chamada de socialização por Marx. Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. (...). Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (SANTOS, 1988, p.22).

Elencar a fotografia como recurso metodológico da Geografia significou a busca por revelar poses, atitudes e olhares capazes de situar as sociabilidades simples de Brejo dos Crioulos no centro das preocupações territoriais e, assim, revelar o território a partir do seu processo de produção espacial, individual e coletivo, de presente e futuro, recuperando a memória do seu lugar de viver, no contexto do “espaço de esperança”⁸³. Cabe considerar que

⁸² Ibid., p.27.

⁸³ (HARVEY, 2011).

o registro dos instantes vividos também fez despertar a lembrança de temporalidades acumuladas com a carga do passado. Revelar a abordagem territorial a partir da representação fotográfica implica na revisão da problemática espacial⁸⁴ a partir de imagens-guia⁸⁵ mas também do imaginário corporificado na subjetividade do lugar vivido, e na memória coletiva territorializada.

O registro das percepções acerca do espaço vivido, focado na condição humana peculiar que dá sentido ao lugar-território, possibilita uma imersão profunda, objetiva e subjetiva no Espaço Brejeiro alternando imagens e conceitos. Os estudos da vida cotidiana, sob a ótica de Santos (2012), Martins (2000a), Lefebvre (1991), Certeau (1994; 1996), aliados aos devaneios e à imaginação poética de Bachelard (1978; 1994), apontaram cenários interessantes às contribuições e entendimentos a partir de uma dialética das paisagens desiguais acumuladas, especialmente considerando as contribuições da fotografia quando de encontro ao imaginário e memória.

Quando há uma mudança social, há também mudança dos lugares (...). Diríamos como Edward Soja (1983) que a sociedade está sempre espacializando-se. Mas a espacialização não é o espaço. A espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais. O espaço é mais do que isso, pois funciona como um dado do próprio processo social. O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional e o espaço é estrutural. A paisagem é coisa relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural e funcional. A paisagem precede a história e será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre o presente, um presente fugido, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente. O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. (SANTOS, 1988, p. 26).

A apreensão do espaço brejeiro por meio da fotografia para abstração da realidade recriada pelos sujeitos do Brejo dos Crioulos em suas visões de mundo permite traduzir as

⁸⁴ (MAUAD, 2004).

⁸⁵ (MENEZES, 2005).

narrativas cotidianas em imagens poéticas do lugar de viver ao mesmo tempo em que produz potência ao processo de desinvisibilização da realidade territorial, interna⁸⁶ e externamente. Ao refletir sobre o encantamento que as sínteses lhe provocam, Bachelard (1994, p. 81) destaca que elas o fazem pensar e sonhar simultaneamente. Segundo ele, elas constituem “a totalidade de pensamento e de imagem. Abrem o pensamento pela imagem, estabilizam a imagem pelo pensamento”.

O encontro entre imagem e pensamento, entre realidade fotografada e conceitos descortinou um campo aberto à reflexão sobre o lugar-território Brejo dos Crioulos pelo viés da “fenomenologia do olhar”. (BOSI, 1995). Para Moreira Leite (1993, p.49) a noção de espaço “é a que domina as imagens fotográficas explícitas. Não apenas as duas dimensões que a imagem representa e as três dimensões que comunica, mas toda captação da mensagem manifesta dá-se através de arranjos espaciais”. Segundo a autora, a fotografia constitui “uma redução, um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante”.

A uma situação sucedem outras: a situação representa uma instabilidade. Por trás da fotografia de uma situação há o movimento. O processo e a própria história, o movimento, a luta entre contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade. (...). O externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o Mercado são três das grandes contradições de qualquer situação. São três pares dialéticos referentes ao fato geográfico. (SANTOS, 1988, p.95-97).

Há no trabalho uma busca por reflexões sobre espaço, território e lugar a partir das teorias subjetiva e objetiva do espaço e as contingências que as categorias geográficas englobam, a exemplo da categoria identidade, à procura de uma plataforma analítica capaz de legitimar um encontro de entendimentos na ciência geográfica a partir do território Brejo dos Crioulos. Para tanto, a investigação por uma compreensão objetiva e subjetiva acerca da

⁸⁶ A cada momento de campo realizado o material fotográfico produzido era revelado e devolvido à comunidade no campo seguinte. Em certo momento um painel permanente com diversas fotografias foi estruturado no centro de convívio onde são realizadas reuniões da comunidade. Alguns momentos de devolução ficaram marcados por forte emoção, especialmente considerando que algumas fotografias foram as últimas de pessoas que se encantaram, como ocorreu com familiares de Dona Elizarda ao receberem a fotografia que desdobra esse texto.

categoria lugar aponta possibilidades para uma elaboração conceitual sobre o lugar-território, em meio aos movimentos socioespaciais ambientados na dialética (des)ordem territorial estabelecida na comunidade enquanto unidade social e seus rearranjos espaciais.

Nesse caso, se por um lado a construção territorial esbarra nas dificuldades de explicação dos processos que envolvem experiências coletivas contextualizadas e na necessidade de superação da análise puramente categorial inibidora dos sujeitos e suas dimensões intersubjetivas expressas na realidade de seu cotidiano, por outro reconhece as diferentes escalas, projeções e perspectivas que sustentam dinâmicas abertas, imprevisíveis e contraditórias nas múltiplas dimensões econômicas, políticas, ambientais, culturais expressas no espaço em questão.

Do conflito pelo território aos conflitos no território a imersão no cotidiano procurou refletir entendimentos sobre a heterogeneidade quilombola e suas territorialidades relacionais a partir de leituras geográficas possíveis na espacialidade que revela a contra-espacialidade do lugar-território, considerando as especificidades entre identidade socioespacial, propriedade, apropriação e territorialidades. As considerações sobre territórios relacionais traduzem a participação/observação das relações, aproximações, distanciamentos, parcerias, representações e participações ambientadas nos últimos quatro anos no referido território quilombola durante a pesquisa, no contexto dos conflitos agrários, da validação de direitos constitucionais e no exercício de cidadania em meio à luta pelo direito à manutenção de seu cotidiano, seus meios de vida, modos de produção, relações, identidade e cultura, com foco na vida que guarda o 'lugar-território'.

A pesquisa participante⁸⁷ permitiu elucidar questões, angústias teóricas e colocar ideias em movimento em meio aos trabalhos. Observar e debater a busca pela resolução das questões em processos coletivos permitiu um melhor aproveitamento dos trabalhos de campo

⁸⁷ (BRANDÃO, 2006).

na compreensão da realidade espacial em questão. Produzir conhecimento de modo compartilhado legitimou os encontros em verdades simples e práticas sinceras nos diálogos abertos. Compreender o lugar de viver da comunidade exigiu a permanência das vivências e percepções mesmo que isso fosse resignificado nas distâncias do percurso acadêmico. Desde a primeira vez no Brejo, todos os Sertões percorridos no tempo da pesquisa possibilitaram refletir dialeticamente o território, pensado também à luz do devir.

Ao relacionar as possibilidades de conhecimento sobre o território foram anexados ao percurso da pesquisa documental trabalhos acadêmicos de pesquisa⁸⁸ sobre Brejo dos Crioulos, o decreto de desapropriação e inauguração do processo de titulação do território, notas taquigráficas de reuniões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, boletins de ocorrências policiais registrados pela comunidade nas diversas esferas de poder, registros de notícias da imprensa, fotos de eventos diversos, cartas políticas que registram os clamores e a luta do Brejo nos relacionamentos diversos de produção de seu lugar-território, relatórios de gestão administrativa de autarquias da esfera federal, leis, mapas, croquis, planos de gestão territorial, atas de reuniões, músicas, poesias, ‘gritos de ordem’, entrevistas, cadernos de campo, dentre outros.

No estreito das relações com a Universidade, a Comunidade, os Movimentos Sociais, as redes colaborativas e diversas outras instituições, as caminhadas pelo Sertão Gerais despertaram tentativas de perceber o simples da vida no exercício de olhar o mundo a partir de suas contradições cotidianas. Geografizar o olhar nas andanças, prosas, estudos e pesquisas permitiu o desdobramento de compreensões outras até então despercebidas sobre a complexidade regional.

⁸⁸ Nesse contexto, dois trabalhos de investigação documental ajudam a compreender o caso de Brejo dos Crioulos: a pesquisa de mestrado de Costa (2014) sobre a etnografia documental da luta territorial e dos processos de retomada e, a pesquisa de Moura (el. alli., 2014) sobre o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).

Maturidades até então desconhecidas, leituras que pareciam distantes e a aproximação com novas visões de mundo permitiram a resignificação de entendimentos e o esclarecimento sobre determinadas angústias que consumiam um cidadão brasileiro sonhador reanimando o desafiador processo de conhecer a realidade dinâmica tal como se apresenta. Notórios sujeitos de saberes conhecidos dentro e fora dos espaços percorridos durante a jornada carregaram de sentido humanidades adormecidas e deram clareza aos compartilhamentos necessários promovendo importantes transformações no cotidiano dos fazimentos.

A pesquisa é estruturada a partir dessa *Introdução* enquanto convite inicial à travessia pretendida que apresenta um panorama sobre as razões do percurso metodológico do trabalho, um olhar sobre os procedimentos, os caminhos percorridos até o despertar para o problema origem e os objetivos envolvidos. Isso permite um balanço reflexivo sobre as temporalidades acumuladas no espaço da construção, suas implicações e significados. O tencionamento dos territórios Quilombolas no debate sobre *(des)ordens* e *rearranjos* espaciais e a produção dialética do poder simbólico territorial a partir da ampliação do raio de relacionamentos, os conflitos no conflito, o tom dos embates e desencontros epistemológicos, os desafios do ordenamento jurídico brasileiro e seus reflexos nas territorialidades e temporalidades de Brejo dos Crioulos, os primeiros relatos de campo, algumas notas sobre a metodologia da pesquisa, os primeiros olhares e desafios no caminho da tese sobre o desdobramento da espacialidade profunda ao territorial relacional Quilombola, bem como a estrutura do trabalho são aqui apresentados.

No capítulo primeiro “*Brejo dos Crioulos: reconhecendo o território tradicional Quilombola*” o território é apresentado inicialmente visualmente a partir de um mapa do território. O propósito do capítulo para além de apresentar o território Brejo dos Crioulos é situá-lo no contexto da realidade Quilombola brasileira. Nesse caso, dar voz ao território no relato de seus moradores e olhar a questão quilombola do país a partir das diversas pesquisas,

da legislação implicada e das políticas públicas envolvidas contribui aos relatos da chegada ao território nos primeiros trabalhos de campo. São apresentadas especificidades socioespaciais traduzidas na realidade cultural dos territórios Quilombolas do Brasil contemporâneo e um panorama a partir do Programa Brasil Quilombola.

No capítulo é feita inicialmente uma abordagem sobre a reinterpretação em curso da realidade espacial brasileira dada pelo fluxo crescente introspecção-desinvisibilização de territórios tradicionais, bem com o posicionamento dos Quilombolas como novos sujeitos de direito. Evidencia-se o conflito das territorializações entre o que se denominou na pesquisa como espacialidade forjada e espacialidade profunda traduzindo dois ambientes culturais distintos. São lançados primeiros olhares ao percurso histórico do Kilombo ao território Quilombola, à espacialidade profunda e à representação do lugar de viver.

Na busca por leituras geográficas sobre territórios Quilombolas inseridos no bojo das comunidades tradicionais brasileiras é visitado o histórico e o conceito de Quilombo, seu desdobramento semântico, jurídico-normativo, conceitual, categórico e material que o evidencia a partir de distintas referências. Os debates sobre a constelação semântica de noções operacionais próprias envolvidas no conceito e o percurso da espacialidade Quilombola nos últimos cinco séculos registra uma complexidade socioespacial de episódios multidimensionais. Nesse caso, a análise percorre o percurso do desdobramento do Kilombo angolano ao território Quilombola brasileiro que além de representar a profunda conexão África-Brasil, representa a travessia dessa espacialidade profunda envolvida nessa conexão.

Cabe ressaltar que os movimentos multidimensionais e multiescalares que traduzem o desdobramento da espacialidade Quilombola, também implicam na consolidação gradual de garantias no contexto dos ordenamentos jurídicos, conquistadas no percurso da luta, por isso são observados alguns aspectos do percurso sobre os estudos dos negros no Brasil durante o século XX. A atualização do desdobramento socioespacial que resignifica a espacialidade

Quilombola reverbera as narrativas de luta social, simbólica, política e jurídica do Movimento Negro ao mesmo tempo em que fortalece a espacialidade da negritude produzindo novas forças de valorização da diversidade sociocultural brasileira. Ao mesmo tempo, a diversidade sociocultural do país projeta para a primeira metade do século XXI o rearranjo de suas espacialidades territoriais materiais e subjetivas em rede e, no contexto de manutenção das garantias constitucionais e do reconhecimento das múltiplas identidades étnicas e espaciais faz emergir novas complexidades, novas demandas e o aperfeiçoamento dos gêneros de vida comunitários.

Brejo dos Crioulos é apresentado como um território cuja complexidade resulta de um ambiente regionalizado de pressões diversas, que agem simultaneamente a partir de desarranjos internos e externos. Ganham destaques alguns olhares sobre os usos e ocupação do território, a partir da tipologia das estruturas espaciais das comunidades Quilombolas no Brasil. Algumas especificidades territoriais, territorialidades e temporalidades desenham a natureza cartográfica socioambiental e cultural do lugar-território com o objetivo de aproximar o leitor do cotidiano da realidade em questão.

No capítulo segundo “*Ser-do-lugar, Ser-no-lugar. Território-para-si*”, os olhares focam o lugar-território onde não há trégua nas inquietudes oriundas de uma “luta” pelo território tradicional que completa 14 anos. Entre a propriedade e o território, entre a ocupação e a desintrusão, histórias de violência se acumulam, memórias de conquistas reanimam dinâmicas territoriais cada vez mais capazes de reconhecer os limites do presente a partir de suas próprias temporalidades. O olhar sobre tradição e modernidade coloca em perspectiva as fragilidades desenvolvimentistas frente ao campo da reterritorialização simbólica de novos sujeitos políticos na paisagem social que se resignifica.

A insegurança jurídica que confere vulnerabilidade aos direitos territoriais frente a realidade vigente, o costume e a tradição que seguem disputando espaço com o projeto da modernidade, a circunstância do presente que recodifica o espaço-tempo simultaneamente o fazendo com as identidades espaciais, o passado invisível e solto, o presente desinvisibilizado e ainda incerto, são ‘lugares’ visitados. A reestruturação socioespacial, ao reconhecer no susto a realidade disforme da história em curso e, o triunfo de espacialidades ocultas nos discursos hegemônicos feito a verdade do Brejo dos Crioulos acentua a voracidade das suas premissas para avançar sob a luz da constelação desenvolvimentista e ocupar as rachaduras de uma lógica insustentável.

Combinações estratégicas de sistemas hegemônicos espacializados combatem no presente o despertar das identidades sequestradas que, alimentando a insubordinações libertárias se prontificam em rede à especialização unilateral dos acordos mundiais. As estruturas de comprometimento da vida social que se reproduziram em um espaço territorial tão diverso e potente invisibilizando cicatrizes sociais, apropriando de lógicas simbólicas orgânicas e as transmutando para os eixos dos desequilíbrios humanos na sofisticação que historicamente estruturou, alienou, e raptou nas ingenuidades a simplicidade da vida de seu lugar original, se especializam para reproduzir a espacialidade forjada com fins a cultivar a fragilização da comunicação entre sociabilidades simples, ampliando os espaços da discórdia, desarticulando novas propostas e causando mal-estar aos territórios tradicionais e seus meios de viver. O capítulo é marcado por um caminho metodológico específico. O lugar de reflexão sobre a trégua almejada é dedicado ao silêncio da linguagem visual que fala da luta. O fundamento aponta para duas pretensões, o respeito às perdas e a necessidade que implica em novas abordagens geográficas, bem como novas percepções a partir da poética do espaço que se liga à fotografia. Dai a proposta de se conhecer e reconhecer a produção do território a partir de suas imagens.

A construção dos mapas mentais coletivizados na contra-espacialidade, as leituras possíveis sobre o cotidiano do território como expressão-representação do lugar vivido, a natureza da representação territorial, as relações dimensionais e escalares da construção mapa mentais-fotografia produzindo no espaço das representações complexas os movimentos profundos das territorialidades. O território-livro, o território-casa, a construção da categoria lugar-território e as contribuições da fotografia à análise geográfica também são evidenciadas. A dialética da imersão na *espacialidade forjada* e na *espacialidade profunda* e, a abordagem fotográfica sobre o território relacional guarda importantes contribuições à epistemologia do espaço e à filosofia da geografia para se pensar o *território-para-si*.

No capítulo terceiro “*Geografia, Geografias: totalidade, cultura e ação*,” a pesquisa é apresentada como espaço produzido no acumulado de suas temporalidades e como lugar de inquietudes, reflexões, análises, compreensões, relações, possibilidades e desafios geográficos. Dialeticamente produzida, a tese também é lugar de sossego das experiências da travessia e, nesse caso, um convite aos colegas do presente ao debate e, ao território-brejo, um balanço das temporalidades acumuladas até então no período de encontros. Seu conteúdo epistemológico fundante acerca do Brejo dos Crioulos enquanto lugar-território relacional produtor de novos significados à região é apresentado. O desafio da totalidade na leitura geográfica territorial é observado. A reterritorialização no lugar de viver, a ampliação do poder que resulta da articulação dos gêneros de vida ao reconhecimento das identidades espaciais e a geograficidade impressa pelas temporalidades das territorialidades brejeiras expressam a gênese de um fazer geográfico local. Fronteirizados, os sujeitos do território reconhecem o lugar de viver como elo da vida original de outros tempos e assim são construídas as narrativas que protegem o território. A resistência no cotidiano, e as relações diversas permitem a ocupação de novos espaços até então sonhados. O Brejo que produz

conhecimento de *território-para-si*, também é apresentado como produtor de Geografias que expressam uma ação geográfica.

A releitura autóctone do território a partir da leitura alóctone revela o encontro dialético entre a ciência geográfica e as diversas geografias de Brejo dos Crioulos expressas nos saberes locais. A construção do poder das geografias da diversidade e os limites que a escolha geográfica encontra na produção de suas noções culturais. Para o contexto é feito um ligeiro percurso aos sentidos das abordagens realizadas pela Geografia Cultural com foco na cultura do espaço e a ação geográfica. Em meio aos processos de titulação territorial quilombola no país, é apresentado a opção por cinco enunciados que auxiliam na identificação do conteúdo relacional do território e quatro arranjos analíticos elaborados na busca por leituras geográficas sobre o território Brejo dos Crioulos.

No capítulo quarto, “*Estado e territórios tradicionais*,” o sentido das territorialidades no espaço do Estado e a direção dos direitos aos territórios tradicionais são analisados a partir dos conteúdos que produzem o espaço do Constitucionalismo brasileiro, definidor do ordenamento jurídico de Estado. É feita uma reflexão sobre a espacialização das ordens mundializadas nos territórios do Estado e, sobre a diversidade cultural enquanto desafio da reterritorialização Constitucional para legitimação dos Povos e Comunidades Tradicionais como novos sujeitos de direito. As disputas correntes pelos lugares de poder, político, jurídico e administrativo, ordenadores das territorialidades de Estado situam os territórios Quilombolas em um espaço de intervenção ainda não ocupado, estabelecendo assim um campo estratégico para novas territorialidades que assegurem o reconhecimento de suas existências a partir de suas identidades espaciais. O território Brejo dos Crioulos é situado entre o ordenamento jurídico e os desafios administrativos dos processos de consolidação de seu território.

Pretende-se um convite às reflexões sobre o sentido das territorialidades do Estado na direção dos direitos territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais, em meio aos debates sobre Estado e Diversidade no contexto do paradigma multiterritorial e o desafio da reterritorialização constitucional. Ganha destaque a espacialidade sertaneja quando em evidência a diversidade sociocultural norte-mineira. No tópico “*Entre o ser e o devir: da espacialidade profunda ao reconhecimento: breves olhares ao Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano*” são realizadas algumas notas sobre o processo de formação do Estado Constitucional de direito como foco no desafio de se percorrer o espaço da norma e do ordenamento jurídico a partir de uma leitura geográfica, reconhecendo que Geografia precisa cumprir essa travessia ao encontro do Direito.

Considerando que o ordenamento jurídico do país não resolve a totalidade das garantias e direitos à diversidade na qual se inserem também os territórios Quilombolas, uma vez que produzido e reproduzido nos arranjos arcaicos de institucionalidades coloniais e, mesmo que atualizado no “Constitucionalismo Democrático”, permanece descontextualizado das demandas da diversidade que dá sentido à nação e infrator das humanidades do presente e dos caminhos apontados pelo início do século XXI, são lançados olhares ao debate sobre o Constitucionalismo Transformador ou Novo Constitucionalismo Latino-Americano dada a tendência ao fortalecimento das noções de democracia participativa e democracia parlamentar, tal como o Constitucionalismo Pluralista com foco no protagonismo dos Povos e Comunidades Tradicionais e na formação do Estado plurinacional. É nesse contexto que a Geografia Cultural é reconhecida como potência capaz de viabilizar tal projeto mediante a produção espacial dialética dos territórios tradicionais e a potencialização de suas narrativas, determinadas a um projeto maior de conexão ao Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano elaborado a partir da noção da função social do espaço e do território.

No capítulo quinto “*A vaca foi pro Brejo’ e o território encurralado: território, propriedade e o desafio da função social do espaço,*” a função social do espaço territorial é analisada à luz das linhas e fronteiras que produzem instabilidade entre território e propriedade. Os efeitos do território quilombola de Brejo dos Crioulos na sociedade regional e suas multidimensões extrapolam os limites de sua área. Suas relações são para além na manutenção de direitos fundamentais e reconhecimento de direitos territoriais, visto que assume e participa de um processo maior de evolução conceitual, inclusive da ideia de propriedade. Parece sensato perceber que os conteúdos do território não podem ser lidos simplesmente na frieza jurídica ou matemática dos decretos e hectares. O reordenamento do ordenamento jurídico por meio da atualização conceitual da ideia de propriedade inscrita no e pelo território tradicional significa avanços para o próprio campo do direito. Para tanto, leituras geográficas sobre a natureza da existência espacial que funde o espaço brejeiro ao espaço crioulo, reúne no mesmo campo a complexidade e diversidade de lugares e indivíduos, identidades socioculturais e espaciais, de ordem material e subjetiva, social e simbólica. A atualização de fronteiras, as questões da terra no país, os reflexos da concentração fundiária, Quilombos urbanos e a natureza da propriedade territorial participam das reflexões.

O texto *‘Brejo dos Crioulos: um território relacional Quilombola’* é apresentado como capítulo conclusivo que efetiva o olhar sobre a condição relacional da espacialidade profunda e debruça sobre os conteúdos e propriedades do território Brejo dos Crioulos algumas considerações. A travessia do capítulo conduz aos entendimentos sobre o processo de produção espacial do lugar-território Brejo dos Crioulos. Alguns recortes do ambiente relacional e um panorama sobre a realidade atualizada da espacialização relacional do território também é evidenciada.

O território relacional é entendido então como uma identidade espacial cuja existência depende dos desdobramentos de sua socioespacialidade nas conexões, materiais, sociais e

simbólicas, com outros territórios estabelecidos em uma rede de práticas e representações complexas para além de seus limites físicos e intencionalidades imediatas. Sua natureza é percebida e se manifesta na totalidade de suas multidimensões, cujas materialidades se expressam nos rearranjos espaciais relacionais da vida cotidiana que evidenciam sociabilidades geograficamente coletivizadas na ação empírica e na coalisão de conhecimentos e experiências plurais originárias da diversidade sociocultural.

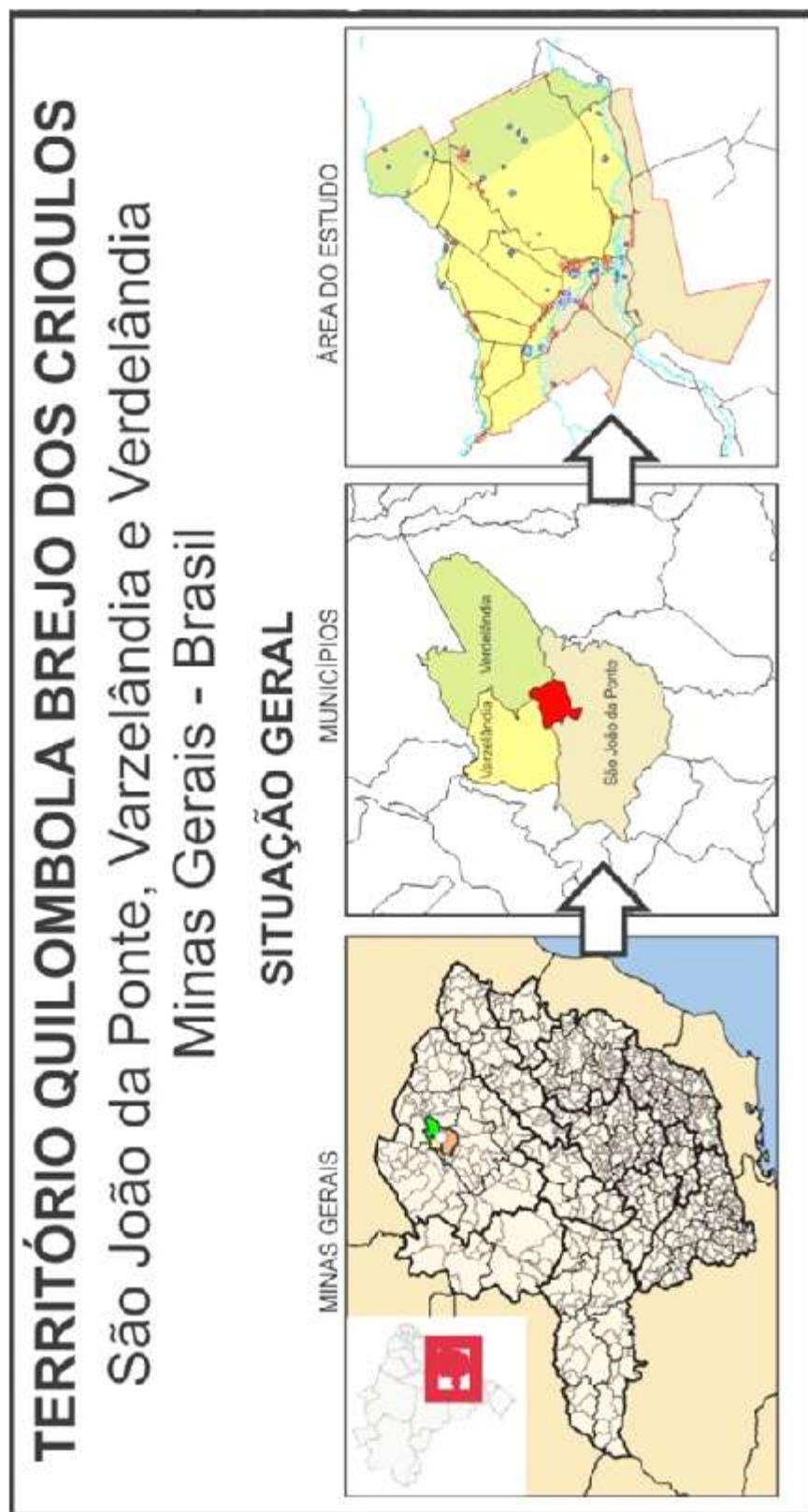
Compreender a realidade relacional a partir da multidimensionalidade territorial e sua espacialidade profunda não permite evitar as determinações naturais e historicidades consideradas pela comunidade. Nesse caso, a multidimensionalidade relacional do Brejo constitui resultado da formação de sujeitos políticos que reconhecem conflitos ambientais e fundiários como processos desestruturantes de suas múltiplas identidades integradas. A partir da matriz de observação das espacialidades em colisão profunda e forjada é observado o movimento de afloramento territorial. No contexto, a cartografia das relações institucionais que integra a cartografia do território relacional de Brejo dos Crioulos se mostrou complexa e fundamental para a compreensão dos processos. Ainda é apresentado que a produção do território de Brejo dos Crioulos está diretamente ligada à conexão entre as dimensões multiescalares da relacionalidade, da complementariedade, da reciprocidade, da correspondência e da interatividade.

Os diversos conteúdos socioespaciais que multidimensionalmente manifestam a espacialidade profunda do território Brejo dos Crioulos se projetam em contínua conexão-dispersão nas temporalidades e territorialidades arrançadas objetiva e subjetivamente nos processos cotidianos. Assim, as narrativas que o território Brejo dos Crioulos produz na espacialidade sertaneja compartilhada junto às outras comunidades-território, redes e, colaboradores, instituições de apoio, movimentos sociais, universidades, conselhos,

comissões, sindicatos e organizações não-governamentais, destacam a materialização de seu poder relacional.

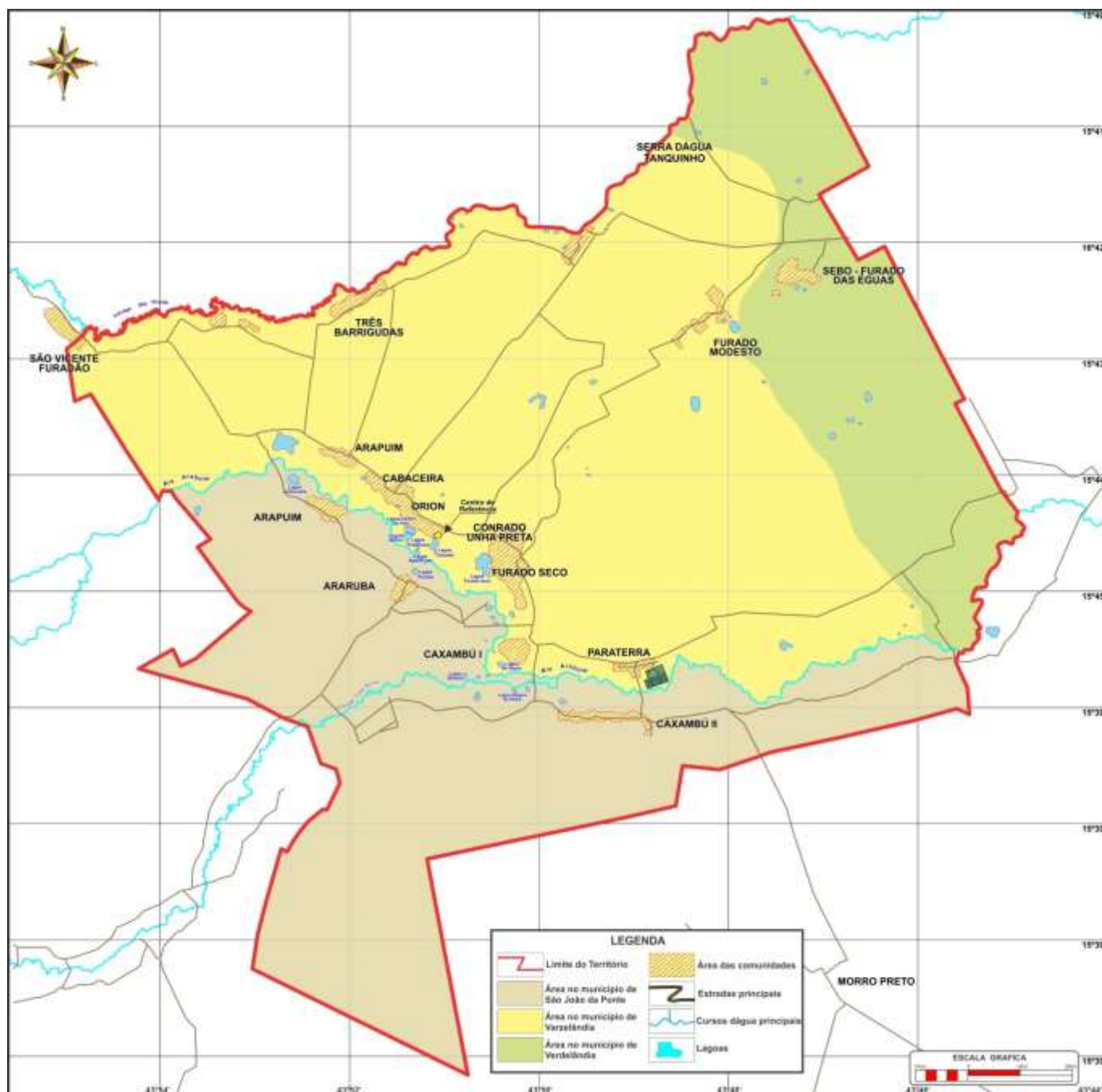
O trabalho conclui sua travessia com as *Considerações Finais* onde uma reflexão sobre os conteúdos substantivos imersos nos processos de produção espacial do território tradicional Quilombola. A reflexão resulta das contribuições e significados da luta pelo reconhecimento do território Brejo dos Crioulos para outros territórios relacionais que se apresentam em rede, na consolidação de novas epistemologias para novas ordens regionais que considerem os Povos e Comunidade Tradicionais como plataforma de novas dinâmicas socioespaciais e políticas públicas no Norte de Minas e no Brasil. Neste contexto, refletir a reterritorialização da Geografia nos Sertões da Ciência, da Universidade e da sociedade constituem os passos finais do percurso que não se preocupa em tirar conclusões, mas em potencializar a partir da ótica nele impressa e do pluralismo multidimensional dos espaços da diversidade, outros debates que possibilitem a reflexão sobre a função social do espaço e as contribuições possíveis desencadeadas pelos territórios relacionais no século XXI.

Figura -1 Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos



Fonte: Autor, 2014.

Mapa 1- Território Quilombola Brejo dos Crioulos



Fonte: Autor, 2014.

Foto 4 – “Igrejinha” da Comunidade de Araruba no território de Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

“Que bloco é esse?
Eu quero saber,
É o mundo negro
Que viemos mostra prá você
Prá você”

Paulinho Camafeu - Ilê Aiyê

Foto 5 - Placa na entrada do Centro de Referência do território de Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

1 BREJO DOS CRIoulos

RECONHECENDO O TERRITÓRIO TRADICIONAL QUILOMBOLA

1 BREJO DOS CRIoulos

RECONHECENDO O TERRITÓRIO TRADICIONAL QUILOMBOLA

1.1. Do *Kilombo* ao território Quilombola: a espacialidade profunda e a representação do lugar de viver

O território nacional tal como está reforça a natureza aparente de sua *espacialidade forjada*. Sua identidade espacial profunda, confirmadamente territorial, se encontra geohistoricamente mimetizada em territorialidades relacionais eruptivamente arranjadas em rede, cujo desdobramento se efetiva em intensos movimentos dialéticos de desinvisibilização e contra-espacialidade, (MOREIRA, 2007a), junto ao “espaço heterotópico” sobre o qual fala Foucault (2001). Territórios e territorialidades originais, mimetizadamente resistentes ao episódio histórico da colonização que se arrasta travestida nas (des)ordens do espaço da democracia por meio do que Harvey (2004) compreende como “acumulação por espoliação” e, também por violência institucional atualizam em velocidade jamais percebida os *softwares* da autogestão relacional com potência à diluição da estrutura que sustenta o espelho das agonias espaciais contemporâneas⁸⁹ e suas máscaras sociais (MOREIRA, 1982).

Na compreensão de Ratts (2003) vivemos numa relação espaço-tempo múltipla e surpreendente que nos situa, mundo afora e especialmente no Brasil numa busca de referências para a aproximação e o entendimento dessa (des)ordem espacial e temporal. Não por acaso estamos diante de um *boom* do que se convencionou denominar geografia cultural.

⁸⁹ Não é incomum registrar entre uma leitura e outra, diversas narrativas que ainda insistem em refundar a nacionalidade ou reinaugurar a pátria. O desafio, no entanto, permanece o mesmo, em estabelecer um espaço de convergência interpretativa sobre o que de fato já foi constatado, é e que, ainda, não está devidamente reconhecido em virtude das covardias invisibilizantes das (des)ordens e dos (des)arranjos do capital. Nesta reflexão a denominada *espacialidade forjada* movimenta sua existência no ideário da homogeneização capitalista ao passo que a *espacialidade profunda* a faz na materialidade e na subjetividade da diversidade sociocultural. De todo modo é importante salientar que a *espacialidade aparente* pode ou não positivar ambas conforme o contexto do *desdobramento espacial* e da leitura geográfica, não significando que as tornem positivas, especialmente quando se tratar da *espacialidade forjada*.

Considerando o contexto aqui analisado, é fundamental a consideração de Costa (2005b) ao afirmar sobre a possibilidade de se pensar o Norte de Minas “como síntese da nacionalidade brasileira”, dada a estruturação de uma sociedade com características próprias em uma zona de transição de ecossistemas diversos em meio à articulação de diversidades culturais, identidades contrativas e racionalidades simultaneamente díspares e complementares.

A reinterpretação em curso da realidade espacial brasileira dada pelo fluxo crescente introspecção-desinvisibilização projeta a ressemantização da espacialidade do território nacional hegemonicamente introjetada por narrativas traduzidas nos custos da ordem e do progresso absolutamente distantes de sua espacialidade profunda. No árido terreno das históricas imoralidades espaciais do país a linguagem jurídica passou a ser disputada sob a frágil película da democracia já que a efetiva superação dos antagonismos do ordenamento espacial hegemônico aponta para a revisão do campo jurídico que os sustenta. A contra-espacialidade que anuncia “novos sujeitos de direito” (BOBBIO, 2002) e com eles novos espaços de poder enfrenta a ampliação e intensificação da lógica de espoliação de direitos espaciais da diversidade sociocultural que dá sentido e razão de ser à espacialidade original brasileira, à sua *espacialidade profunda*, que só é conceitual e simbólica depois de ser real, social, cultural e política em cada sertão Brasil adentro.

A cultura constitui lugar de poder muito além da política e essa compreensão é precisamente combatida no contexto da face perversa da globalização a qual informa Santos (2001), cujos arranjos tendem à homogeneização socioespacial, cultural, política, ambiental, econômica e estética. O conflito das territorializações entre *espacialidade forjada* e *espacialidade profunda* evidencia dois ambientes culturais distintos. Na territorialização assimilada enquanto modo de vida a cultura circula livremente (ORTIZ, 1999), ao passo que na territorialização enquanto estratégia de acumulação por espoliação conforme caso territorial de Brejo dos Crioulos apesar da resistência as lógicas culturais além de

invisibilizadas e estruturalmente vitimadas, são também ceifadas de circularidade no próprio lugar, no próprio lugar-território.

As marcas desse acúmulo temporal evidenciam processos sociais e políticos que põem em jogo valores de natureza sociocultural e político-cultural provocando um desvio em direção às realidades culturais cuja abordagem cultural indica um processo de reestruturação da geografia humana iniciada em 1950 levando em conta o papel das representações⁹⁰, a dimensão subjetiva da percepção, o papel da emotividade, dos sentidos e da significação do corpo na vida humana e social. Nesse sentido, o reencontro com o social é iniciado a partir do indivíduo sob a perspectiva da virada espacial que a sociologia conheceu nos últimos 20 anos. (CLAVALL, 2008).

Sendo possível compreender o lugar enquanto “entidade particular e descontinuidade espacial”, (ORTIZ, 1999) cujas múltiplas dimensões dadas pela vivência dos espaços na percepção dos indivíduos evidenciam um fazer geográfico capaz de integrar as representações espaciais por eles construída em sociedade por meio das práticas espaciais (KOZEL, 2008), compreender o lugar-território Brejo dos Crioulos a partir de suas descontinuidades espaciais aponta para a conexão profunda de sua identidade territorial com outras identidades espaciais geohistoricamente registradas nos processos de desestruturação sociocultural, política, econômica e, conseqüentemente territorial do Estado brasileiro.

Os territórios quilombolas atuais estão inseridos no bojo das comunidades tradicionais brasileiras, que constituem grupos de grande relevância para a configuração da identidade nacional e da manutenção da preservação ambiental no país e, sobretudo, revelam as contradições geradas pelo processo de desenvolvimento econômico e territorial desigual no país. As terras ocupadas pelas comunidades tradicionais⁹¹ não são apenas uma área delimitada por fronteiras fluídas, mas é o espaço de vivência, de produção material e de reprodução das suas

⁹⁰ (MOSCOVICI, 2007); (KOZEL, 2007; 2005).

⁹¹ No país, diversos grupos são caracterizados como comunidades tradicionais dentre eles: indígenas, quilombolas, caiçaras, babaçueiros, cablocos-ribeirinhos amazônicos, açorianos, caipiras, campeiros, jangadeiros, pescadores artesanais, pantaneiros, sertanejos-vaqueiros e praieiros [vazanteiros, veredeiros, campineiros, pequiizeiros, caatigueiros, chapadeiros, ciganos, comunidades de terreiro, de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco, pomeranos, caiçaras, retireiros, seringueiros, pantaneiros, geraizeiros, agroextrativistas, e outros]. Idem. Grifos do autor.

matrizes culturais. Recentemente, estes territórios vêm apresentando de forma crescente um interesse estratégico enquanto áreas com potencial ambiental e econômico, pelo fato básico da conservação natural, das localizações particulares e do conhecimento acumulado e, ainda, não sistematizado. As comunidades quilombolas ocupam os sítios localizados atualmente nos espaços rural, urbano e periurbano do Brasil; constituem territórios étnicos de resistência secular; de identidade marcante; de resgate histórico e de manutenção das heranças africanas sobreviventes no país. (ANJOS, 2009, p.9).

A diáspora africana desencadeada com a indolência dos sistemas escravistas e do sistema colonial vigente entre os séculos XVI e XIX registrou no contexto dos marcantes desatinos humanos na história das civilizações uma das mais resistentes travessias⁹² da humanidade cujo empreendimento analisado em sua totalidade evidencia uma singular espacialidade cultural marcada por rupturas identitárias socioespaciais multidimensionais e multiescalares.

Na compreensão de Almeida (2002, p.78) constitui um equívoco resumir o histórico quilombola nesse início de século como “sobrevivência” ou “remanescente” indicando o conteúdo como sobra ou resíduo, sugerindo um caminho oposto “é o que logrou uma reprodução, é o que se manteve mais preservado, é o que manteve o quadro natural em melhores condições de uso e é o que garantiu a esses grupos sociais condições para viver independentemente dos favores e benefícios do Estado”.

No contexto da invasão portuguesa ao mundo banto e dos registros de intensos conflitos étnicos e disputas territoriais entre as diversas sociedades da África centro-ocidental merecem destaque os imbangala, também conhecidos como jaga, que irão introduzir na região

⁹² Travessia considerada no sentido amplo do desdobramento da espacialidade. Contudo se levada em consideração objetivamente ligada às travessias do Atlântico no contexto do tráfico negreiro, (ANJOS, 2009, p.29) informa como referência em meio a pesquisas divergentes, entre 12 a 13 milhões de seres humanos africanos “retirados e transportados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade.” O autor destaca ainda que “o Brasil apresenta maior estatística, ultrapassando a casa dos quatro milhões de seres humanos transportados” o que, segundo ele permitiria compreender o território brasileiro como o mais “acabadamente escravista e, por sua vez, o, de maior extensão racista.” Destaca ainda que a mortalidade no curso da travessia, contexto da Geografia Negra “em média 15% da população embarcada (...) de 1,6 a 2 milhões de seres humanos africanos, desapareceram no oceano Atlântico, fato que o torna o maior cemitério de registro na história.” Por não dizer da mortalidade que registrou 30% no século XVI, 12% no século XVIII e 15% no século XIX que só reduziram devido à diminuição do tempo das travessias e melhorias nas condições de higiene e alimentação. [cita Dorigny, 2007].

central africana segundo Nascimento (2008a, p.75), “uma instituição verdadeiramente revolucionária na história das grandes migrações humanas: trata-se exatamente do *kilombo*”.

A organização do mundo banto estava num nível tal de ordenação que, na época da chegada dos portugueses, todos os campos de interesse humano eram propícios à recepção de levas provindas de regiões como a Europa: os campos político-administrativo, econômico (variadas formas de produção de bens comerciáveis), cultural, tecnológico e, principalmente, psicossocial (o da força vital). O *Kilombo* sintetizava tudo isso, potencializado no indivíduo e no grupo de indivíduos territorializados em qualquer área, delimitada pelo espaço visível, invisível e, finalmente cósmico. (...). [o *Kilombo*] cortava transversalmente as estruturas de linhagens e estabelecia uma nova centralidade de poder diante das outras instituições de Angola. O ritual de iniciação baseava-se na prática da circuncisão, rito de passagem que incorporava jovens de várias linhagens na mesma sociedade guerreira. *Kilombo*, nesse caso, recebe o significado de instituição em si: seriam *Kilombo* os próprios indivíduos aos se incorporarem à sociedade imbangala. O outro significado de *Kilombo* estava representado pelo território ou campo de guerra que se denominava jaga. Outro significado, ainda, dizia respeito ao local, casa sagrada onde se processava o ritual de iniciação. O acampamento de escravos fugidos era *Kilombo*. Da mesma forma, quando alguns imbangala praticavam o comércio negreiro com os portugueses, chamava-se o grupo de *Kilombo*. Mais tarde, no século XIX, as caravanas do comércio em Angola recebiam também essa denominação. (Nascimento, 2008^a, p.76-77).

Ao discorrer sobre o conceito de Quilombo, Nascimento (2008a) analisa que ao observar a inter-relação Brasil-Angola diante do tráfico negreiro, não é difícil estabelecer conexão entre a história dessa prática na África e no Brasil. “A dificuldade está em estabelecer linhas de contato direto, como entre a formação de um quilombo aqui e suas origens territoriais e de composição étnica em Angola.” Segundo a autora, não foram encontrados registros que comprovasse descendência direta entre componentes nacionais e envolvidos na África ou mesmo, se haveria relação direta entre quilombos combativos aqui e grupos africanos que atuavam na zona de guerra naquele momento. Destaca a autora que “o Quilombo de Palmares [Angola-Janga] é um fenômeno paralelo ao que está se desenrolando em Angola no final do século XVI e início do século XVII. Talvez seja esse quilombo o único a poder ser correlacionado concretamente com o Kilombo angolano”⁹³.

⁹³ Ibid., p.78.

No empreendimento sobre o conceito de Quilombo Nascimento (2008a) realiza importante percurso entre a instituição africana de origem angolana no contexto pré-diaspórico, passando pelas conotações que tal instituição recebe nos períodos colonial e imperial do Brasil, chegando à sua caracterização como forma de resistência cultural até a passagem do quilombo ao âmbito dos princípios ideológicos ambientados no movimento de conscientização do negro e da sociedade brasileira no século XX.

De outro modo, Almeida (2002) apresenta o Quilombo no contexto das novas identidades étnicas construídas coletivamente visitando os desdobramentos semânticos da categoria que se apresenta como resultado de processos de confrontação e mobilização étnica apoiada na expectativa de direitos sustentada, por sua vez, numa identidade cultural. Assim, evidenciada como objeto de reflexão que pressupõe “inúmeras noções operacionais próprias, exigindo o concurso de múltiplas disciplinas e formações acadêmicas”⁹⁴. Este autor analisa tal formalização a partir de cinco elementos que, segundo ele funcionaram como definitivos e como definidores de quilombo: a fuga que remete aos escravos fugidos, a quantidade mínima de fugidos, a localização marcada pelo isolamento geográfico, o tipo de moradia consolidada ou não e expressada pelo racho e, por fim o pilão como símbolo de autoconsumo e capacidade de reprodução.

Jazem encastoados no imaginário dos operadores do direito e dos comentadores com pretensão científica. Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se mostrou inclinada a interpretar o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta auto-suficiência e negando a disciplina do trabalho. (ALMEIDA, 2002, p.49).

As primeiras referências são datadas de 1559, mas a menção a formalização de um “significado oficial” é dada pelo Conselho Ultramarino Português em 1740⁹⁵. A paisagem cultural registrada no nordeste brasileiro com a ascensão, resistência e derrocada da República

⁹⁴ Ibid., p.79.

⁹⁵ Idem.

de Palmares cuja espacialidade fundada em territórios independentes e gêneros de vida ancestrais vigoraram em rebelião sob narrativas de independência e liberdade frente ao domínio colonial levaram as autoridades a definir quilombo como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele”⁹⁶.

Os primeiros estudos levaram a uma referência histórica do período colonial. Quase todos os autores consultados, do presente ou do passado — desde o clássico de Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil : ensaio histórico, jurídico, social, que é de 1866*, até os recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1996 —, trabalhavam com o mesmo conceito jurídico-formal de quilombo, um conceito que ficou, por assim dizer, frigorificado. Esse conceito, composto de elementos descritivos, foi formulado como uma “resposta ao rei de Portugal” em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. (ALMEIDA, 2002, p.47).

Depreende-se de ALMEIDA (2002) que do conceito jurídico-formal de Quilombo atribuído pela coroa portuguesa, os cinco elementos (fuga, quantidade, localização, moradia e consumo) se manterão nas definições sofrendo deslocamento de variação e intensidade entre eles mesmos. No contexto do declínio das plantations brasileiras, a consequente perda de poder das grandes propriedades e a fragilização das formas violentas justiça privada e controle social das revoltas os juristas continuaram operando com a definição colonial de quilombo de 1740. O autor destaca que no período imperial, uma consulta às legislações dos governos provinciais revela que eles apenas reduziram o número de integrantes necessários para formar um quilombo de cinco para três. Ainda, que na legislação republicana nem aparecem mais, pois com a abolição da escravatura acreditava-se que o quilombo automaticamente desapareceria ou não teria mais razão de existir. Indica então a "constatação de um silêncio nos textos constitucionais sobre a relação entre os ex-escravos e a terra, principalmente no que tange ao símbolo de autonomia produtiva representado pelos quilombos". (ALMEIDA, 2002, p.53).

⁹⁶ Ibid., p. 47.

Em 1755 no contexto do confisco e desmantelamento das fazendas das ordens religiosas e da abolição da escravatura indígena instaura-se um quadro de desagregação, desmembramento e apossamento onde a lei de terras que não reconhece formalmente as posses, problema que não foi resolvido nem pela abolição da escravatura, 38 anos depois, nem pela primeira Constituição republicana de 1891, persistindo os antagonismos sociais e conflitos agudos. Na segunda metade do século XIX foram considerados como presa de guerra em relatos militares. De escravos fugidos a agrupados mocambos a condição quilombola pouco oscilou. Quando mencionado na Constituição de 1988, 100 anos depois, o quilombo surge como sinônimo de sobrevivência, como “remanescente”, termo que será utilizado por juristas do final do século XX e início do século XXI, no Brasil conforme artigo 68 do ADTC da Constituição Federal.

Do meu ponto de vista, a questão do denominado “quilombo hoje” passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a essas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado. (...) Reconhece-se o que sobrou, o que é visto como residual, aquilo que restou, ou seja, aceitasse o que já foi. Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras, tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão do quilombo, porquanto não se pode continuar a trabalhar com uma categoria histórica acrítica nem com a definição de 1740. Faz-se mister trabalhar com os deslocamentos ocorridos nessa definição e com o que de fato é, incluindo-se nesse aspecto objetivo a representação dos agentes sociais envolvidos. (ALMEIDA, 2002, p.51-54).

Convida à necessidade de se romper com o dualismo geográfico atribuído ao quilombo que normalmente o situa em oposição à *plantation* e fora dos limites físicos da grande propriedade. "Quem estava fora da grande plantação é trazido compulsoriamente para dentro ou subjugado aos seus desígnios maiores". (ALMEIDA, 2002, p.54-59). De acordo com o autor, o significado de quilombo “transcende à clivagem rural/urbano ou à diferença entre estabelecimento e imóvel rural, ou ainda à distinção jurídica entre propriedade e posse, bem

como aos intervalos que definem a fração mínima de parcelamento do módulo rural”⁹⁷, questões estas que serão abordadas no Capítulo Quinto.

Voltando àquela noção de quilombo, que rompe com os dualismos geográficos e de economia formalista (“civilização” versus “barbárie”, “trabalho” versus “vadiagem”, casa-grande versus matas distantes), cabe atentar para as decisões arbitrárias a respeito dos deslocamentos compulsórios da força de trabalho, que se naturalizam na vida cotidiana das sociedades caracterizadas pelo sistema repressor da força de trabalho. (...). O quilombo, em verdade, descarnou-se dos geografismos, tornando-se uma situação de autonomia que se afirmou ou fora ou dentro da grande propriedade. Isso muda um pouco aquele parâmetro histórico, arqueológico, de ficar imaginando que o quilombo consiste naquela escavação arqueológica onde há indícios materiais e onde estão as marcas runíformes da ancianidade da ocupação. (ALMEIDA, 2002, p.58-60).

O rompimento do dualismo dentro/fora do qual fala o autor é fundamental ser notado no caso de Brejo dos Crioulos, visto que o rompimento com a *espacialidade encurralada* inaugura sua *contra-espacialidade relacional* que rompe a dualidade território-propriedade com fins ao reconhecimento de sua etnicidade espacializada em fronteira e de suas representações coletivas relacionais elaboradas a partir de novos critérios político-organizativos e suas identidades socioespaciais geografizadas na cultura do lugar de viver, do lugar-território.

Cabe salientar que a realidade do território Brejo dos Crioulos é anterior às propriedades rurais posteriormente instaladas, situação aqui compreendida a partir da *espacialidade brejeira*. De todo modo, o fato de descarnar-se dos geografismos arqueológicos não parece significar a negação de sua de sua geograficidade, destacando um estágio do seu desdobramento espacial traduzido pela reterritorialização multidimensional e multiescalar de sua espacialidade original, relacional. Dai a importância, conforme analisa Saquet (2009), em destacar a centralidade do homem, na efetivação dos territórios e das territorialidades, como síntese e mediação entre a sociedade e a natureza.

Marx (1984) já evidenciara a síntese dialética que está no homem como corpus social e natural ao mesmo tempo. Há natureza interior (orgânica) e exterior

⁹⁷ Ibid., p.54.

(inorgânica) ao homem; ambas são fundamentais para a reprodução de nossas vidas (...). Ao se relacionar com a natureza exterior, o homem relaciona-se com sua extensão, tanto objetiva como subjetivamente. É uma relação natural e social, material e imaterial. (...). É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza o homem vive relações. Na sociedade o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo, subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós, redes, constituindo o território. (SAQUET, 2009, p.87).

A produção natural e social de uma cartografia das relações multidimensionais e multiescalares estabelecem sistemas em rede de biocomplexidade e biopolítica, culturalmente geografizadas no poder, nas identidades, na comunicação, nos gêneros de vida e nas estratégias do mundo vivido. Nesse sentido o encontro, por exemplo, da cartografia espacial com a cartografia social que funda a possibilidade cartográfica da socioespacialidade territorial pressupõe o reconhecimento da memória como exercício da representação do lugar de viver a partir dos mapas mentais coletivos ou coletivizados na geograficidade do viver territorial-comunitário, ao mesmo tempo em que conecta ao espaço do reconhecimento novas identidades étnicas construídas coletivamente a partir de suas espacialidades relacionais, solidárias, produtoras de futuro e diversidades culturalmente fronteirizadas.

O desdobramento semântico, jurídico-normativo, conceitual, categórico e material que evidencia o Quilombo a partir de referências e definidores como “guerreiros”; “invasores”, “tribais”, “Calhambola”, “Quilombola”, “agrupamentos de vadios que negam o trabalho”; “mocambos”; “separatistas”; “fugitivos”; “distantes”; “isolados”, “presa de guerra”, “bandidos”, “aquilombados”, “terra de preto”, “comunidades negras rurais”, “comunidades de terreiro”, “comunidades afrodescendentes”, “comunidades remanescentes de quilombos”, ou simplesmente “remanescentes” evidencia que do Reino do Congo à Coroa Portuguesa, dos legisladores coloniais aos grandes proprietários, do banditismo jagunço aos militares do século XX, dos juristas do século XVI aos ordenadores do Direito no século XXI, o

Quilombo passou apenas por um deslocamento de variação e intensidade quanto ao seu significado.

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos. (SEPPIR, 2013, p.7).

A raiz do *Kilombo* cujos indicativos apontam para uma elaboração baseada na auto-identificação que se desdobra no contexto angolano, parece se reterritorializar neste início de século na mesma condição em meio aos processos de “ressemantização” (RATTS, 2001). Assim teria surgido, assim completaria seu desdobramento com a legitimação e reconhecimento real de sua natureza profunda. Vale observar que, no percurso geohistórico do *Kilombo* ao Remanescente, dos guerreiros ao movimento Quilombola, a referência à sua existência sempre esteve diretamente relacionada à socioespacialidade.

Em sua análise Almeida (2002, p.59) afirma que no recorte histórico, de modo geral, “a indisciplina é um dos elementos definitórios do quilombo, acaba se tornando um componente essencial que produz deslocamento geográfico”. Sobre o contexto Anjos (2009, p.114-115) apresenta tipologias de estruturas espaciais verificadas em territórios quilombolas destacando os usos expressos nas territorialidades que marcam desde a habitação como referência primordial da identidade comunitária, passando pela arquitetura, a função das estruturas coletivas de reprodução social, material e simbólica tais como casa de farinha, galpão para fazer utensílios domésticos, campos abertos para esportes, manifestações, rituais, igrejas e, por fim a forma de distribuição das construções.

A lógica dos arranjos expressos pela geograficidade dos critérios de localização e espacialização assume função essencial no processo de corporificação social Quilombola. A genética da indisciplina espacial, posteriormente traduzida na dispersão do espaço ocupado em profundo e permanente diálogo com a unidade que funda a indivisibilidade de sua espacialidade original informa sobre seu contexto naturalmente difuso-coeso que não é dentro e nem fora, mas está dado pelas territorialidades inquietas, basicamente por serem objetivamente e subjetivamente, multidimensionais, multiescalares e, por fim, relacionais.

Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Tampouco constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995, p.1)

Analisando a prática profissional dos Antropólogos no contexto dos territórios Quilombolas, O'Dwyer (2002a) informa que até recentemente, o termo quilombo era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações” sobre a nação. É reitera que foi com a Constituição brasileira de 1988 que o Quilombo adquiriu sua significação atualizada. É, na atualização desse percurso, que se evidencia o espaço-tempo do desdobramento do Quilombo em território Quilombola. O lugar de viver enquanto identidade da espacialidade original (meio/gêneros de vida) se conecta a identidade espacial desse lugar de viver (território/poder), se efetivando no reconhecimento de uma unidade socioespacial corporificada a partir de “novas solidariedades, a qual está sendo construída consoante a combinação de formas de resistência que se consolidaram historicamente e [no] advento de

uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social”. (ALMEIDA, 2002, p. 79).

A constelação semântica de noções operacionais próprias envolvidas no Quilombo e, historicamente conectadas a outras percepções constitui a "via elementar de acesso ao novo significado de quilombo" que não se exaure na arqueologia dos vestígios materiais da norma jurídica tradicional, ou na leitura colonial geográfica e histórica de documentos centenários "com a "ênfase" no isolamento" e, nem mesmo se reduz à questão agrária aos olhos da agronomia. (ALMEIDA, 2002). "Esse mundo das inter-relações e das “novas etnias” que os cientistas sociais estão descortinando requer leituras críticas e uma reinterpretação jurídica, pressupondo, sobretudo em termos epistemológicos uma revisão de esquemas interpretativos cristalizados no mundo erudito" ⁹⁸. Requer a revisão de esquemas e compreensão a partir de "novos conceitos de etnia e de mediação capazes de permitir esclarecimentos sobre esses fenômenos políticos em transformação" ⁹⁹.

Durante sua trajetória, o quilombo serviu de símbolo com conotações de resistência étnica e política. Como instituição, guarda características singulares de seu modelo africano. Como prática política, apregoa ideias de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrigem distorções impostas pelos poderes dominantes. O fascínio de heroicidade de um povo normalmente apresentado como dócil e subserviente reforça o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica com relação às desigualdades sociais a que está submetida. Por tudo isso, o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema a que os negros estavam moralmente submetidos projeta a esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural. (NASCIMENTO, 2008a, p.91).

O percurso da *espacialidade Quilombola* nos últimos cinco séculos registra uma complexidade socioespacial de episódios que misturam conflitos intensos, culturas diversas, covardias, violência, dor, resistência, bravura, luta, relações, laços, simplicidade, beleza, esperança, glória, perdas, tristezas, conquistas, alegrias, injustiças, conexões e liberdade. Em

⁹⁸ Ibid., p.79.

⁹⁹ Idem.

Brejo dos Crioulos a vastidão da imensidão de profundezas desse vão de tristezas e alegrias, desafios e glórias, a vastidão da imensidão de profundezas desse vão de simples bravuras resistentes, de esperança que respira liberdade, de mobilização, expectativa e cultura pode ser percebida.

Na imersão dessa leitura, o desdobramento observado do *Kilombo* angolano ao território Quilombola brasileiro, além de representar a profunda conexão África-Brasil, representa a travessia dessa *espacialidade profunda* que protege o lugar de viver em qualquer sertão mundo afora, a mesma espacialidade profunda guardiã do território Brejo dos Crioulos, a mesma espacialidade profunda do território nacional que em desdobramento espacial e sociocultural crescente está se desinvisibilizando. Cabe salientar que o percurso sociocultural se constituiu também em uma travessia epistemológica historicamente mimetizada que no tempo da luta e do reconhecimento acompanha a desinvisibilidade e a ressemantização.

Cabe ressaltar que os movimentos multidimensionais e multiescalares que traduzem o desdobramento da *espacialidade Quilombola*, também implicam na consolidação gradual de garantias no contexto dos ordenamentos jurídicos, conquistadas no percurso da *luta*. Isso não significa exclusividade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Em sua pesquisa Silva (2010, p. 11) informa que de um modo geral, em toda América Latina existem desafios comuns “aos grupos sociais subalternizados e suas respectivas compartimentações territoriais”. Este autor apresenta em seu trabalho um panorama jurídico-normativo de países da América Latina como Colômbia, Equador, Nicarágua, Suriname, Honduras e Belize, que também possuem o que ele apresenta como *compartilhamentos quilombolas* em processo de reivindicação de seus “direitos à posse definitiva das terras de uso de seus costumes e tradições”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Ibid., p.12.

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro-descendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, consequentemente, uma reflexão científica em processo de construção. (LEITE, 2000, p.333).

Tecendo um percurso sobre os estudos dos negros no Brasil durante o século XX, essa autora apresenta algumas noções que remontam olhares como os de Nina Rodrigues que nos primeiros estudos apresenta dois tipos de territórios para análise da realidade, falando de um território negro permitido outro território negro proibido. Ainda, sobre posteriores imersões que observaram a dimensão do espaço e do território como o caso de Donald Pierson e a análise da ocupação de áreas urbanas, as pesquisas de Florestan Fernandes e Roger Bastide preocupados com a dimensão histórica e socioeconômica do preconceito racial na cidade e, os estudos de Clovis Moura, retomando o tema espaço proibido.

Nesse sentido, destaca que o Quilombo reaparece como uma das várias formas de resistência e tipo de guerrilha, bem como ações e reações nos negros no cotidiano, antes e depois da abolição. “A noção de território como base geográfica e como espaço necessário à sobrevivência de negros, possibilitou certa tendência, desde então, a interpretar todos os tipos de lugares habitados por estes, como espaços de resistência no interior da sociedade branca racista” (LEITE, 1990, p.40). Para a reflexão cabe o entendimento de Anjos (2001) ao afirmar que

A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no Brasil. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais e a heterogeneidade da população. (...). Nesse sentido, (...) assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural no processo de ensino, sobretudo no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais que convivem no espaço nacional, assim como aponta as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, possibilita ao aluno um contato com um Brasil de uma geografia complexa, multifacetada e cuja população não está devidamente conhecida. (ANJOS, 2001, p.173).

Da *plantation* à escravidão urbana, do Quilombo à Favela¹⁰¹, diversas experiências espaciais e temporalidades se acumularam e, passaram a ser investigadas como forma de reconhecer a verdade das espacialidades brasileiras desde o período colonial. No século XX os estudos da escravidão ao ganharem espaço no pensamento social brasileiro fortaleceram a espacialização e o eco das narrativas de luta pelo reconhecimento de direitos e processos de justiça histórica. Nesse contexto Xavier; Farias; Gomes (2012) destacam temáticas que se impuseram, desapareceram ou reapareceram tais como “alforrias, quilombos, irmandades, parentesco, revoltas escravas e famílias nos aproximando das senzalas, dos zungus, dos cortiços e casebres, perscrutando o imaginário, os discursos e a cultura”, salientando o desafio ainda silenciado de reconhecimento das experiências das mulheres negras no protagonismo da sociedade escravista e pós-colonial.

A atualização do desdobramento socioespacial que resignifica a espacialidade Quilombola reverbera as narrativas de luta social, simbólica, política e jurídica do Movimento Negro ao mesmo tempo em que fortalece a espacialidade da negritude produzindo novas forças de valorização da diversidade sociocultural brasileira. A atualização de sistemas culturais construídos nos dissabores das lógicas etnocêntricas, contexto dos mitos de superioridades e inferioridades socioculturais e espaciais, bem como o mito da democracia socioespacial e racial no país tende a fragilizar estruturas psicossociais historicamente cristalizadas no preconceito e na discriminação de Povos e Comunidades.

O desafio semântico, epistemológico e paradigmático estabelecido na psicologia social aponta um percurso de resistências avessas à superação da barbárie que representou o passado colonial de diversos países, tal como o Brasil. Em um estudo sobre segregação espacial que analisa a imagem e a memória do bairro Patrimônio enquanto um território negro na cidade de

¹⁰¹ (CAMPOS, 2007).

Uberlândia-MG, Silva; Caixeta (1997, p.31) percebem que além da segregação apresentar a dimensão territorial na cidade, também se manifesta em escala microespacial.

Depreende-se dos autores que apesar de da existência de uma legislação anti-racista, nas relações cotidianas ainda é possível notar a ocorrência de espaços simbolicamente codificados à reprodução da segregação racial. Em sua análise Gadea (2013) ressalta que os “dispositivos de exclusão por critérios raciais podem persistir no jogo da vida social, as dinâmicas que envolvem esses dispositivos historicamente existentes tem se tornado mais complexas e diversas, na medida em que o espaço da negritude tem se aproximado de espaços sociais antes muito distantes”¹⁰². Aproximando a questão da realidade territorial de Brejo dos Crioulos é possível compreender que na dimensionalidade do rural, a lógica se mantém. Se no urbano, elevadores de shoppings, piscinas de clubes e calçadas estão sendo simbolicamente codificadas, no rural estradas, trilhas, pontes, cancelas, bares, lagoas, rios também ajudam a traduzir a realidade.

Não se pode negligenciar diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais surgidas nos últimos tempos com relação à efetiva participação e visibilidade social do negro nas sociedades contemporâneas. No caso do Brasil, todos os debates e as discussões em torno da “questão negra” tem sido muito significativos. Assim, a experiência negra e o espaço da negritude apresentam novas tensões e contradições. (...). Existe um cenário político e sociocultural enriquecido em elementos que estariam levando a reelaborações identitárias mais complexas e dinâmicas. (GADEA, 2013, p.106-107).

A diversidade sociocultural brasileira projeta para a primeira metade do século XXI o rearranjo de suas espacialidades territoriais materiais e subjetivas em rede e, no contexto de manutenção das garantias constitucionais e do reconhecimento das múltiplas identidades étnicas e espaciais faz emergir novas complexidades, novas demandas e o aperfeiçoamento dos gêneros de vida comunitários. O tencionamento das formas de cidadania no processo

¹⁰² Ibid., p.112.

reivindicatório estão permitindo a ampliação e intensificação das relações que buscam harmonizar os procedimentos de reconhecimento dos territórios Quilombolas, por exemplo.

O nivelamento de informações, o compartilhamento de entendimentos sobre os procedimentos oficiais de reconhecimento, a produção técnica-científica-informacional acerca das questões, a democratização dos meios de comunicação e ruptura com ordens subalternizantes estruturam um arranjo de valorização dos modos de vida tradicionais, seus saberes e fazeres ligados à agricultura familiar, às manifestações culturais locais, e à elaboração de processos pedagógicos voltados à gestão territorial. Diversas políticas públicas estão em convergência na construção das plataformas de reconhecimento, valorização e reprodução das espacialidades da diversidade permitindo que comunidades de diversas regiões compartilhem experiências e consolidem articulações diversas.

Merece atenção no contexto, o Projeto “Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afro-riurais” (SEPPIR, 2012), cujo objetivo geral está voltado para a promoção da soberania alimentar e a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais de comunidades afro-riurais nas Américas, buscando fomentar a construção de rede de cooperação interinstitucional na superação da situação de vulnerabilidade da população negra latino-americana inserida na diversidade cultural da formação dos Estados nacionais na América Latina e Caribe.

Trata-se de uma experiência piloto com comunidades no Equador, Panamá e Brasil e resulta da parceria entre SEPPIR/PR, MDA, EMBRAPA, IPEA, INCRA, a Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), o Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia das Nações Unidas, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), UNIFEM, Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), a Agência de Cooperação do

Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), a Corporação de Desenvolvimento Afro-equatoriano da Presidência da República do Equador (Codae) e a Secretaria Executiva para a Etnia Negra da Presidência da República do Panamá (SEEN).

No Brasil, a base legal Quilombola é apresentada no PBQ (SEPPIR, 2013) nos seguintes termos:

Constituição Federal de 1988:

Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura;
Artigo 68 do ADTC – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos

ECO 1992

Povos e Comunidades Tradicionais são fundamentais ao desenvolvimento sustentável e sua promoção cabe ao Estado.

Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:

Trata da regularização fundiária de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais.

Convenção 169 da OIT de 27 de junho de 1998, promulgada pelo Decreto 5.511 de 19 de abril de 2004:

Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006:

Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007:

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Decreto nº 6.177 de 1 de agosto de 2007

Promulga a Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, assinada em 20 de outubro de 2005.

Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007:

Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007:

Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentro outras denominações congêneres.

Portaria nº 90, de 17 de janeiro de 2008:

Atualiza o quantitativo de residentes em assentamentos da reforma agrária e de

remanescentes de quilombos, por municípios, para cálculo do teto de Equipes Saúde da Família, modalidade I, e de Equipes de Saúde Bucal da estratégia Saúde da Família.

Portaria nº 22, de 14 de abril de 2010:

Institui o selo de certificação de origem de produtos oriundos das comunidades quilombolas denominado “SELO QUILOMBOLA”, e dá outras providências.

Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010:

Estatuto da Igualdade Racial

Portaria Interministerial 507/2011:

Estabelece que a comprovação de ocupação da área quilombola para execução de convênio, inclusive obras, inclui comunidades tituladas ou certificadas com processo aberto no INCRA.

Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012:

Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Portaria Interministerial nº 5, de 21 de novembro de 2012:

Associa e promove a articulação entre o “Selo Quilombos do Brasil”, instituído pela Portaria SEPP/PR nº 22, de 14 de abril de 2010, e o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar – SIPAF, instituído pela Portaria MDA nº 7, de 13 de janeiro de 2010, e dá outras providências.

Ainda assim, não significa que esses dispositivos resolvam as questões ou cristalizem as conquistas. A ampliação do esclarecimento, a intensificação do acesso à informação, o crescimento dos processos de inclusão das demandas, a consequente desinvisibilização dos territórios e a consolidação da rede de territórios Quilombolas a partir das conexões e potência relacional que corporificou o Movimento Quilombola espacializam no território nacional um poder simbólico com foco no reconhecimento e na materialização de direitos que ao mesmo tempo em que desencadeia novas conquistas, encontra forças contrárias dispostas à desconstrução dos processos e à fragilização das garantias. Estão em curso sendo apreciados, negociados, planejados, disputados e/ou aperfeiçoados diversos projetos de lei, emendas constitucionais, decretos, instruções normativas e, dispositivos outros que dizem do presente e

do futuro dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais do país. No decorrer do texto, serão realizadas outras leituras e aproximações sobre essas questões.

1.2. Primeiros olhares

A realidade documental de Brejo dos Crioulos, o fluxo de informações institucionalizadas, os principais estudos até então realizados sobre seu território e região, somados ao tempo da pesquisa e, considerando os diversos campos e entrevistas realizadas destacam que a expansão da pecuária de corte no Norte de Minas a partir dos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) nos anos 1970¹⁰³ provocou uma profunda alteração das paisagens sertanejas, com intensa supressão das áreas de caatinga e mata seca, e o plantio de pastagens. A utilização de mecanização no preparo dos solos, para formação de pastos e áreas de lavouras, sem medidas de conservação; e o uso de agrotóxicos, para o controle da vegetação espontânea e das pragas, contribuíram para o assoreamento e a contaminação das águas dos rios Arapuim e Canabrava. Suas áreas de mata ciliar foram quase completamente suprimidas. As áreas de vazantes e de brejo passaram a ser mais intensivamente utilizadas pelos quilombolas, uma vez que, a grande maioria perdeu suas terras ancestrais.

A diminuição das áreas de cultivo; o secamento das áreas alagadas como brejos, lagoas e, também de poços, limitando a pesca e restringindo o acesso aos recursos hídricos; e a pouca utilização de práticas conservacionistas, nas áreas de cultivo e na implantação e manutenção das estradas, podem ser identificados como os principais problemas ambientais verificados na comunidade. Porém, o principal conflito vivenciado pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos é a luta pela “reconquista” do seu território original. Fato apontado

¹⁰³ (COSTA, 2003ab); (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2000); (LESSA, 1993); (PORTO-GONÇALVES, 2000); (DAYRELL; LUZ, 2000); (CAA, 2012); (CARDOSO, 1996); (CARNEIRO, 2003); (COSTA, 2005d); (RODRIGUES; MAIA, 2003).

recentemente pelo observatório¹⁰⁴ de conflitos ambientais de Minas Gerais como um dos principais e mais importantes conflitos socioambientais do Norte de Minas.

Trata-se de um território cuja complexidade resulta de um ambiente regionalizado de pressões diversas, que agem simultaneamente a partir de desarranjos internos e externos, das quais se destacam: restrição de acesso à terra, comprometimento produtivo, crescimento populacional, pressão demográfica, precarização do trabalho, uso de agrotóxicos, expansão urbana, pecuária extensiva, grilagem de terras, especulação imobiliária, monocultura de eucalipto, assoreamento de nascentes, caça e pesca predatória, biopirataria, poluição das águas, construção de PCH's, construção de barragens, turismo desordenado, conflito fundiário, poluição do ar, desmatamento, prospecção de gás natural, criação de Unidades de Conservação, insegurança alimentar, comprometimento do extrativismo, monocultura de soja, êxodo rural e diversas outras.

Figura 2 - Ambiente e pressões na região do território Brejo dos Crioulos



Fonte: Autor, 2014.

A Comunidade de Brejo dos Crioulos, que lutava até 2011 pela titularização do seu território há 12 anos, conseguiu que todo o processo passasse pelo INCRA (Instituto Nacional

¹⁰⁴ Observatório de Conflitos Ambientais de Minas Gerais do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais GESTA/UFGM.

de Colonização e Reforma Agrária) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e chegasse, em abril de 2011, à Casa Civil. Desde então o processo se arrastava à espera da assinatura do decreto de desapropriação da Presidência da República. No dia 28 de setembro de 2011, aproximadamente 100 quilombolas¹⁰⁵ acamparam em frente ao Palácio do Planalto (DF) para exigir da Presidente Dilma Rousseff, a assinatura do decreto de desapropriação do seu território. Na ocasião, representantes da comunidade ficaram acorrentados em frente ao Palácio em protesto e reproduziam entre palavras de ordem e silêncios alternados algumas músicas¹⁰⁶ que cobravam agilidade no processo de titulação do território e atenção do Estado frente às diversas violências que vinham sofrendo ao longo de sua história:

Ô Dona Dilma venha ver, traz café pra nós beber;
 Eu num vim aqui pra passear, eu vim aqui pra você assinar;
 O Dona Dilma venha ver, traz café pra nós beber;
 Eu num vim aqui pra passear, eu vim aqui pra você assinar;
 (...)

Foto 6 - Quilombolas de Brejo dos Crioulos no Palácio do Planalto.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 29/09/2011.

¹⁰⁵ Na ação em Brasília-DF participaram diversas instituições e lideranças do Movimento Quilombola nacional, especialmente do Movimento Quilombola do Maranhão.

¹⁰⁶ Em diversos eventos, mesmo após a assinatura do Decreto as músicas de protesto foram cantadas sob o argumento de que só perderiam sentido quando fosse concluída a desapropriação e titulação total do território.

A ação buscava justiça socioespacial e reconhecimento de direitos territoriais em virtude das diversas violências às quais estava submetida a comunidade de Brejo dos Crioulos em meio à morosidade dos órgãos competentes na resolução do impasse, denunciadas à Polícia Militar de Minas Gerais, à Polícia Federal, à Ouvidoria Agrária Nacional, aos diversos meios de comunicação do país e, posteriormente à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU).

Nois somo do Quilombo, viemo pra lutar
 Com dignidade a terra conquistar
 Nois somo a raiz de um povo sofredor
 Quilombo dos Palmares é o nosso Protetor
 Se sente, se sente, Quilombo está Presente
 Na luta pela terra eles nunca teve ausente
 Se sente, se sente, Quilombo está Presente
 Na luta pela terra eles nunca teve ausente
 Não queremos guerra, queremo é trabaiair
 Eu já disse o ditado terra é de quem plantar
 Quilombo, Quilombo não vive cansado
 Melhor viver lutando do que ser escravizado

Resistindo às diversas pressões, sobrevivendo na fragilidade legal de um território não titulado pelo Estado brasileiro, aos Quilombolas de Brejo dos Crioulos só interessava a assinatura do decreto de desapropriação das terras e titulação do território quilombola como fator de resolução dos conflitos ali instalados. As preocupações manifestadas também se voltam às ameaças da ADIN 3239¹⁰⁷ ao Decreto 4887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que alegam inconstitucionalidade forma e material em ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal – STF.

Queremos a resposta no barulho do tambor
 Cadê ocê incra falou e não cumpriu
 Queremos a resposta Presidenta do Brasil

¹⁰⁷ O dispositivo, considerado um avanço no processo de titularização das terras de comunidades quilombolas, sofre Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 3239), impetrada pelo partido Democratas (DEM), e pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDL 44/07) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que susta os efeitos do Decreto 4.488/03.

Em Brasília, os protestos marcados pelo temor ao aumento da violência no campo¹⁰⁸ ecoaram na Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família ocorrida no dia 29 de setembro de 2011, data em que a Presidente Dilma Rousseff assinou, no Palácio do Planalto, com a presença de representantes dos quilombolas e do então ministro-chefe da Secretaria-Geral Gilberto Carvalho, o decreto que beneficia o quilombo Brejo dos Crioulos permitindo para fins de interesse social, desapropriações de imóveis rurais abrangidos pelo território do quilombo Brejo dos Crioulos.

Foto 7 - Dia da assinatura do Decreto Presidencial com a Presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Roberto Stuckert Filho/PR¹⁰⁹, 29/09/2011.

De acordo com o texto do decreto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fica responsável por promover e autorizar as desapropriações, além de apurar administrativamente e examinar a situação dos imóveis objetos da ação. O decreto abrange apenas propriedades rurais particulares, excluindo-se as áreas públicas, ocupadas

¹⁰⁸ Dados do Caderno de Conflitos lançado em 2012 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e coordenado pelo Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves apontam para um crescimento de 15% no número total de conflitos no campo em 2011 em relação a 2010. Passaram de 1186 para 1363 os números que inserem os conflitos entre latifundiários e quilombolas como o caso de Brejo dos Crioulos.

¹⁰⁹ Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/presidenta-assina-decreto-que-beneficiara-500-familias-do-quilombo-brejo-dos-crioulos/>, visitado em set. 2011.

irregularmente. A norma entrou em vigor na sexta-feira (30/9/11), data em que foi publicada no Diário Oficial da União, com validade de dois anos. Até a data do decreto a luta pelo território era intensa, especialmente entre 14 latifundiários que disputavam o espaço com as 684 famílias. Algumas fazendas já haviam sido ocupadas¹¹⁰, outras desapropriadas e outras em processo.

Em um olhar ligeiro sobre o recorte foram percebidos 25 eixos vicinais, 7 núcleos educacionais, 4 cemitérios/jazigos, 4 igrejas/templos, casas, lagoas, pastos, currais, várzeas, carrascos, murundus, chiqueiros e galinheiros em criações domésticas, plantações, fazendas, cercas, escolas, rios, matas, ausência de postos de saúde. A memória está, o direito existe, os tempos se acumulam e o espaço em disputa. A opressão, legitimada pelo poder das conveniências é articulada a partir de vícios que corroem o Estado. A comunidade, na tradição de viver a dureza dos dias, em meio à sociabilidade áspera com seus opressores diretos e indiretos, resiste e se reproduz social, material e simbolicamente. Não há trégua. Muitos sossegos foram quebrados, muitas infâncias assustadas dali, muita gente saiu. Muitos saem e voltam. Existem sonhos, desejos, almejos. Cada um com uma história, um dor, uma lembrança, um rancor, uma perda, um conflito particular. Fugidos, corridos, chegantes, partintes, retirantes, agregados e aqueles enterrados nos terreiros das casas.

Cada lugar guarda um fato, cada festa um ato de fé, cada encontro uma prosa, uma prosa surpresa quase amedrontada. Algumas coisas são vistas, outras não. A fé é de canto, de terço, às vezes sozinha, às vezes reunida. A poeira sobe, o mato seca, passa um tempo, chegam as águas, tudo muda, quase tudo. Tem gente que planta, tem gente que colhe, tem gente que cria, gente que acolhe. Tem cancela, cavalo, moto, automóvel, carro-de-boi e madeira. Escola, família, Igreja, Associação e Federação. Tem água, energia, homem, mulher, crianças e idosos. Tem futebol, carnaval, Folia de Reis e Festa do Arroz. Festa do biscoito,

¹¹⁰ Os registros apontam onze processos de ocupação.

carne e café, pão, laranja e rapadura. Tem baião e funk. Tem milho, mandioca, arroz e feijão, fava, melancia, laranja. Tem caixa de feira e caixa de bатуque. Tem estilingue, enxada e sementes. Tem Pássaro-preto, Bem-te-vi, Assanhaço, Cardeal e abelhas, tem cobra e tinha até jacaré. Tem terra, tem cerca, tem boi e tem gente. Tem cultura e simplicidade. Tem arte, artesanato e violão.

As comunidades do território preservam traços culturais específicos, mantendo a tradição de danças como o bатуque de terreiro, a dança de sala, o lundu, o xote de quatro, folia e a reza do terço. Durante o ano, nos grupos familiares são realizados vários festejos religiosos: Santo Rei, Folia de Reis, Bom Jesus e São Benedito, São Francisco, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida, São Cosme e Damião, Dia de Todos os Santos, além de festejos como a Festa do Arroz e as Festas de Agosto.

Os primeiros relatos sobre o vivido na porção do território que ocupam apontam uma produção comunitária de alimentos vigorosa, que registraram em 2010, dentre outras produções a colheita de 14 toneladas de milho. Registrou-se durante um dos primeiros trabalhos de campo a presença de equipes de prospecção de Gás Natural e Petróleo no território confirmando outras complexidades e a especulação local que passou a entender o fato como mais um elemento de atraso na titulação total do território quilombola. O episódio dos “sujeitos com roupas laranjadas cheios de antenas e fios”, em seus carros equipados com sistemas de georreferenciamento vasculhando a comunidade foi percebido com receio. O fato foi tencionado durante o Encontro das Populações Tradicionais do Norte de Minas ocorrido em Montes Claros em agosto de 2011, na oportunidade estavam presentes representantes do INCRA e da Secretaria de Patrimônio da União.

No curso dos eventos se antes o desafio comunitário destacava a conquista do território, com o decreto de titulação os obstáculos apontaram para a conclusão das desapropriações e inauguração da gestão territorial. Tal entendimento é compartilhado pela

comunidade considerando a particularidade de conflitos internos que destacam aspectos individuais ligados às fragilidades emocionais, vaidades, pessoalidades, desafios familiares, disputas políticas do processo associativo e princípios de compartilhamento territorial. Pode-se dizer de conflitos no conflito por territórios no território, o poder está em toda parte, em toda territorialidade. O histórico dos conflitos revela diferentes perfis de liderança e, conseqüentemente diferentes estratégias de reprodução territorial.

Do observado não há, contudo, a fragilização da unidade indivisível do território. O consenso pelo direito coletivo ao território ancestral, simbólico, histórico e material existe. Isso pode ser traduzido pela confecção do Plano Territorial de Etnodesenvolvimento, importante ferramenta de gestão territorial elaborado pela comunidade junto ao Centro de Agricultura Alternativa – CAA por meio do Programa ATER-Quilombola no contexto do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Trata-se de um profundo estudo, que acumula diversas pesquisas, trabalhos e resultados colhidos nos 14 anos de luta pela gestão territorial de Brejo dos Crioulos e resultou em uma publicação que destaca uma densa etnografia do espaço territorial¹¹¹.

Uma vez que o recorte se espraia por três municípios a complexidade territorial de Brejo dos Crioulos se amplia também no contexto da gestão dos serviços públicos. Em virtude dos diversos episódios de violência registrados e da morosidade do processo de titulação, algumas zonas de tensão se acumulam em alguns discursos, mas de um modo geral a perspectiva comunitária está voltada à construção dos processos de paz e produção do território comunitário de maneira aberta, solidária e relacional.

A pobreza é evidente, as carências são muitas. O batuque resiste pequeno na sua grandeza simbólica frente aos tantos problemas, mas definha. A folia de reis também se

¹¹¹ Parte dos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa ocorreu em momentos de atividades ligadas à produção do Plano de Etnodesenvolvimento. Nesse caso, os trabalhos corroboraram para a expansão das compreensões e reflexões sobre o território relacional a partir de entrevistas, registros fotográficos, observação direta de atividades e reuniões de planejamento e de debates sobre os processos de territorialização previstos.

sustenta na tradição. Vivem entre o discurso da manutenção e os desafios da própria vida cotidiana. Os mais velhos sabedores das músicas, dos terços e dos acordes relatam que os conflitos da luta pelo território e os desafios da precariedade do trabalho pela falta de terras para produzir estabelecem espaços de desesperança nos jovens que perdem o interesse nas tradições. Destacam ainda a pressão de religiosidades distintas à sua matriz que acabam desconstruindo suas manifestações culturais e a interferência paradoxal da televisão na vida territorial comunitária.

A simplicidade das construções revela a rusticidade de estruturas propícias à proliferação da doença de Chagas que já vitimou muitas pessoas da comunidade. No curso da pesquisa foi testemunhado o luto comunitário pela partida de importantes lideranças em virtude do histórico mencionado. Aos poucos as casas de pau-a-pique são substituídas por novas estruturas via políticas públicas de habitação. Além de duas escolas municipais e duas estaduais, três novas escolas estão sendo construídas no território pelo governo federal.

Entre os diversos apoios à causa territorial-comunitária e à significativa desatenção das políticas públicas tradutora da falta assistência às famílias revela-se um espaço de contradições compartilhadas entre as esferas municipal, estadual e federal. De modo geral ainda é pouco expressiva a interface federativa nos processos de reconhecimento, legitimação e valorização das identidades territoriais brasileiras, bem como de seus valores humanos, históricos e culturais. Os silêncios institucionais são percebidos no contexto do território Brejo dos Crioulos como “abandono”, “descaso”, “falta de sensibilidade”, “pirraça”, “covardia”, “ignorância”, “desconhecimento”, “falta de cultura”, “massacre”, “irresponsabilidade”, “incompetência” dentre outras percepções.

Os primeiros entendimentos depreendidos das observações feitas durante os trabalhos de campo no território e no acompanhamento de suas representações em situações diversas já mencionadas no início do trabalho apontavam para a produção de relações socioespaciais que

expressavam um interacionismo social, material e simbólico na consolidação dos territórios tradicionais. Isso procedeu sobre duas vertentes. A primeira, à luz de um espaço que Costa (1999) apresenta como “unidade social”, “comunidade imaginada” ou ainda como “território intergeracional”. Nesse caso, as interações e relações situam na escala local, derivada das articulações, táticas, acordos e incompatibilidades manejadas por lideranças dos bairros rurais do Brejo e membros da Associação Comunitária local.

A segunda, mediante a projeção das narrativas do lugar de viver que representadas no discurso de lideranças autorizadas ecoavam em espaços diversos fora dos limites territoriais. Diz-se da presença dessas lideranças em eventos, espaços e instituições diversas alinhadas ou não às questões do território Quilombola que passaram a fazer parte da agenda da comunidade, desde espaços de participação política, reivindicação de direitos, denúncia de descasos, informação e produção de conhecimento ou articulação de parcerias.

Nesse caso, cada sujeito de um determinado território ao se relacionar com outros sujeitos na luta, seja em um encontro de lideranças ou um congresso temático ligado aos conflitos, seja em uma manifestação ou uma reunião estratégica, as visões de mundo particularizadas ao se interagirem expressam que a ação na luta é definida pelo significado que o território representa para sua vida, sendo assim, o lugar de viver enquanto *lócus* de reprodução de social, material e simbólica. No encontro das diversas interpretações do espaço vivido as interpretações individuais são potencializadas no campo das relações emocionais, especialmente quando inseridas nos espaços de afirmação identitária para produção de um espaço coletivo de representação, expresso pelo território.

A identidade espacial de Brejo dos Crioulos reside no território relacional produzido nas multidimensionalidades do lugar de viver e no interacionismo social, material e simbólico elaborado no cotidiano de seus sujeitos, internamente e exterior ao território decretado. Se por um lado a dimensão do indivíduo e sua identidade estão no lugar de viver, ou seja, nas

dimensões do espaço brejeiro (natural) onde o mesmo se reproduz material e simbolicamente e, do espaço crioulo (sociocultural) onde se reproduz social e culturalmente, o interacionismo que corporifica o território relacional vai além de seus limites e determinações, definindo assim o grau de resiliência territorial ali encontrado.

Assim, é possível dizer de não apenas da resiliência material, mas também subjetiva do território considerando o histórico de produção do espaço brejeiro desde o tempo das ‘terras soltas’, passando pelo tempo das divisões forçadas, considerando o tempo de mimetismos territoriais até à desinvizibilização e reordenamento de suas feições no *espaço-tempo da luta*. O território Brejo dos Crioulos constitui a representação das relações estabelecidas entre as diversas particularidades individuais expressas em diversas dimensões localizadas no cotidiano do lugar de viver, mas também estão ligadas às relações socioespaciais do passado, do presente e do futuro que foram coletivizadas na resistência e corporificadas na unidade socioespacial possuidora de uma identidade sociocultural territorializada.

A capilaridade que o território quilombola Brejo dos Crioulos estabeleceu no cenário nacional durante os quatorze anos de luta pelo reconhecimento de sua identidade espacial e consequente desinvizibilização de sua existência frente ao Estado de Direito vigente no país é resultante de um complexo de paisagens e episódios que ajudam a compreender sua importância no processo de legitimação socioespacial frente à sociedade. Primeiramente, porque se trata de um processo que conduz Brejo dos Crioulos a se tornar o primeiro território tradicional quilombola a ser totalmente regularizado em Minas Gerais e um dos primeiros do país. Nesse caso, a expectativa dos reflexos percorre o lugar de viver dos 450 territórios quilombolas de Minas Gerais e dos mais de 3000¹¹² já identificados país afora.

¹¹² (ANJOS, 2009).

Notadamente, a rede de comunicação e proteção de direitos que se elaborou no contexto do território Brejo dos Crioulos serviu a dar potência para diversos movimentos sociais que se conectaram no espaço da luta e produziram novas ferramentas e tecnologias sociais com fins a expansão do espaço relacional no contexto das lutas territoriais e dos conflitos fundiários e ambientais que dele participam. Não pode ser desconsiderado o fato de que os movimentos produzidos pelo território Brejo dos Crioulos fomentaram o aperfeiçoamento e aceleração de processos ainda reféns da burocracia tradicional de Estado e, na mesma medida ampliando canais de comunicação entre Estado e territórios relacionais, assim compreendidos, especialmente pelo poder das representações atualizadas nos espaços de diálogo e enfrentamento legítimos na democracia.

O histórico da luta revela de um lado, o resquício coronelista traduzido pela compreensão tradicional do poder a partir dos critérios de mando e obediência, condicionado na dominação, espoliação e encurralamento¹¹³ espacial e moral, na subalternização, na servidão e na submissão, de outro se destaca a construção da compreensão do poder enquanto capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido em seu contexto original de existência e direitos no tempo e no espaço, cuja equação última, no caso de Brejo dos Crioulos parece dada pelo aspecto relacional do território e sua geohistoricidade.

Segundo Raffestin (1993, p.52) “o poder é a parte intrínseca de toda relação”, já Foucault (1988, p.104) entende que “não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”. No primeiro olhar a “violência” é apresentada com exercício fundamental de produção de poder para a legitimação da vontade do latifúndio (WEBER, 1994) sobre a resistência¹¹⁴ das famílias quilombolas. De acordo com Raffestin (1993, p.53)

¹¹³ (ARAÚJO, 2009)

¹¹⁴ Mesmo considerando a possibilidade de ler a feição da imposição da vontade latifundiária sobre a vontade quilombola a partir de (WEBER, 1994), a compreensão dada à resistência das identidades espaciais do lugar-território quilombola Brejo dos Crioulos acompanha a perspectiva foucaultiana-raffestiniana que supera a

“onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de ‘exterioridade em relação ao poder’[cita FOUCAULT, 1976]”. Segundo este autor a “resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” ¹¹⁵. Na segunda compreensão violência é assimilada como resultado cultural do desalinhamento com a "isonomia" e com o "consentimento" (ARENDT, 2001) que afronta a identidade espacial do lugar ao mesmo tempo em que fere o ordenamento legal-racional estabelecido no contexto constitucional.

Cabe considerar que a identidade espacial do lugar se refere então, objetivamente, ao território enquanto categoria que identifica a geograficidade escalar e dimensional do recorte a partir da projeção de sua espacialidade, ao mesmo tempo em que é possível visitar inúmeras identidades territoriais a partir dos lugares de viver que corporificam o território. A partir desse entendimento que se vislumbra, de encontro com a categoria nativa lugar-território, a possibilidade de um caminho epistemológico à análise.

Se o espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de estórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas estórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não-encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões. Tudo isso contribui para a especificidade do lugar. (MASSEY, 2009, p.190).

Ainda, vale considerar a ampliação nos quadros de projetos, pesquisas, editais e eventos especificamente voltados à realidade dos povos e comunidades tradicionais no país nos últimos quatorze anos na região e no país, não desconsiderando também os intercâmbios de experiências motivados por processos de imersão e produção de viagens para trocas simbólicas, compartilhamento de saberes, aperfeiçoamento de técnicas e formação política.

resistência como um dado eventual nas relações de poder e a reconhece como dado dimensão inerente ao campo relacional. Por outro lado, essa última informa sobre as relações de poder sendo, concomitantemente intencionais e não subjetivas, incidindo sobre um aspecto muito caro ao território quilombola justamente em virtude da ancestralidade que inclusive produz o poder simbólico ali estabelecido. O que inviabiliza o empreendimento puramente objetivo sobre a questão.

¹¹⁵ Idem.

Outro aspecto importante, diz-se da aproximação, que ainda não é profunda, entre entes federados, poderes representados e comunidades no sentido de refletirem e revisarem estruturas do ordenamento, processos jurídicos e a própria norma. De todo modo, esse ainda constituiu um desafio marcante considerando a articulação dos poderes políticos autorizados ambientados na esfera do legislativo federal, cujos sujeitos articulados na contramão dos desejos territoriais das comunidades, tendem a anular direitos e conquistas que dão sentido e potencia à função social do território.

No caso do Brejo dos Crioulos, discorrer sobre processos de desterritorialização implica visitar a história que narra a diáspora das comunidades negras no Norte de Minas considerando processos migratórios que antecedem a ocupação territorial do médio Arapuim e dialogam com o histórico de ocupação dos sertões do país. A opção acompanha as narrativas que apontam para os processos de encurralamento/desencurralamento¹¹⁶ lidos a partir do desdobramento espacial (espaço/lugar de viver/identidade social/identidade espacial/território/mimetismo territorial/lugar-território/território relacional) e simultaneamente da espacialidade (do *Kilombo* ao território Quilombola) uma vez que o olhar lançado ao território visita o período de desinvisibilização de uma identidade socioespacial territorializada e não deslocada de sua originalidade espacial frente às determinações que optaram por enfrentar para se reproduzirem socioculturalmente com suas territorialidades¹¹⁷, considerando o território como “cena do poder e o lugar de todas as relações”. (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Pressões, recuos e perdas parcelares de ordem material, social e simbólica experienciadas nesse tempo não permitiram o esfacelamento da identidade espacial do

¹¹⁶ (ARAÚJO, 2009)

¹¹⁷ Em ‘Territorialidade Humana, sua teoria e história’, (SACK, 1986) apresenta as relações humanas no espaço como resultado do poder e, nesse caso, constituindo as territorialidades como expressões geográficas primárias do poder social. “Apesar de Sack reconhecer que a territorialidade é uma “base de poder”, não a encara como parte de um instinto, muito menos associa poder exclusivamente com agressividade. Outro aspecto importante é que nem toda relação de poder é “territorial” ou inclui uma territorialidade.” Haesbaert (2011 p.86).

território Brejo dos Crioulos que se encontra no processo de recomposição de sua totalidade espacial material. Nesse caso, compreende-se não ser preciso afirmar sobre uma total desterritorialização, tornando o convite mais preciso a reflexão sobre desterritorialidades e reterritorialidades. As supressões diversas empreendidas no corpo e memória espacial do território impactam diretamente aqueles que o produziram originalmente, daí a simples percepção de que as marcas de fratura espacial são as marcas das humanidades fraturadas. O decreto de titulação territorial pode ser reconhecido como o desdobramento do poder de consentimento que dá existência ao ordenamento territorial e, simultaneamente como espaço-tempo fundacional da reterritorialização que passa a assegurar a instituição do território no futuro do Estado. (ARENDT, 2001).

A geograficidade que guarda a identidade espacial do Brejo não acabou soterrada na historicidade do grupo social, ao contrário, foi na dialética ordem-desordem, presença-ausência, visibilidade-invisibilidade, encurralamento-desencurralamento, desterritorialidades-reterritorialidades que o território permaneceu indivisível, ali mimetizando nas multidimensões espaciais de seu recorte. A propriedade privada não foi capaz de sucumbir a identidade espacial territorial, uma vez que espoliou terras originais quilombolas mas não o seu espaço vivido.

Ainda assim, comprometeu significativamente a natureza da função social territorial e seus espaços usados, brejeiro e crioulo. “Tiraram as terras nossa, mas o território tá aí, sempre esteve”, comentava o Sr. Francisco¹¹⁸, morador local. As relações que decorreram nas temporalidades acumuladas até então, seja em mimetismo territorial, simulacro, relações de trabalho, disputa pelas terras ou conflitos sustentaram o território nas suas multidimensões objetiva e subjetivamente territorializadas. O território Brejo dos Crioulos sempre esteve ali.

¹¹⁸ Entrevista de campo realizada em jul. de 2010, no território Brejo dos Crioulos.

1.3. Do espaço brejeiro ao espaço crioulo: a voz do território relacional

“Hoje no estado de MG nos se encontra aí com 480 comunidade quilombola né pré-reconhecida né e já com 116 processo no INCRA né com pedido de regularização fundiária de território comunidade quilombola”. A Federação, ela tá na articulação estadual dessa luta, entendeu, ela movimenta essa luta quilombola no estado e ligado a CONAC que é uma articulação nacional de quilombo, ela é ta na articulação, mobilização, informação política, mobilização mesmo né sobre os direitos né das comunidade ela é uma articulação. A comunidade quilombola negra rural e que a atividade dela, o meio de sobrevivência dela é da terra, porque a comunidade rural ela depende da terra e sem a terra essa comunidade vive na linha de insegurança alimentar né é o território é pequeno né, porque... é grande, mas se torna pequeno porque o território nosso é de 17.300 hectare, e mais de 14.000 mil quase 15.000 mil ta na mão de fazendeiros né, então e a comunidade tem 3.000 mil pessoa, com pequena quantia de terra cria um inchaço, a produção fica prejudicada da comunidade né, aí é obrigado a comunidade deslocando para o Sul de Minas para as fazenda de café, corte de cana são Paulo, e outros lugar né, cê não consegue segurar o povo no lugar. Então com base nisso a gente que já tem um, um... desde de 2002 que a gente vem, tamo aí na luta com retomada do território que né, nós tamo reivindicando o território para que o governo vem desapropriar esses fazendeiro que ta, vem ocupando aqui nossa terra para que volta esse território para que essa comunidade voltar a produzir e se autosustentar nessa comunidade para melhorar um pouco a vida desse lugar, e aí a respeito da, e aí a gente vem lutando por estrada, por educação melhor, por uma saúde melhor, esse...a luta é pela terra mas também a luta por tudo né, por todo desenvolvimento. A cultura marca né, ela, a cultura quilombola ela mostra, é o símbolo vivo aí do quilombo né, isso o negro traz com ele, sem essa cultura o negro deixa de mostrar as diferenças, o que é um grupo étnico, o que é a diferença né, porque o que tem na comunidade quilombola não tem na outra comunidade que não é quilombola, então é isso aí que traz a diferença que é um grupo étnico, racial porque é a diferença, o território porque antes de 1930 essa terra era uma terra devoluta, uma terra coletiva era toda da comunidade né, a partir de 1930 que vem o governo do Estado medir terra e vender terra começou a entrar não quilombola comprando que na divisão o Estado vem vendendo terra compra quem tem condição de comprar né, compra quilombola e não quilombola, o tempo da divisão quem acompanhou comprou. A partir daí começa muitos quilombola comprou e outros não, que acha que a terra é dele, a terra é de Deus, a terra não precisava comprar, muitos compro, vendeu alguma vaquinha que tinha e comprou, acompanhou a divisão e comprou, mas depois de 1930, depois da compra mesmo os que comprou perdeu parte e outros perderam todos, de uma forma ou de outra com opressão, ameaça, mão armada, de uma forma ou de outra, venda enganada, né, forçada, comprava uma parte tomava o outro, de uma forma ou de outra acabou o pessoal tomando esse território que é o meio da sobrevivência que é a vida da sociedade, então hoje a luta é por esse território, aí você encontra o desafio que quem ta aí dentro do território é os grandes latifundiários né, os grandes políticos ligado aí aos grandes políticos né, que é os ruralistas, o povo do agronegócio né. Então é um inimigo muito grande, você enfrenta o agronegócio que até partido político tem no meio eh, contra a gente né. Igual hoje você vai em Brasília tem as bancada, a bancada ruralista que contesta contra todos os direitos da comunidade quilombola, então esse é o desafio para conquista desse território porque aí ta o inimigo que é os latifundiário, o povo do agronegócio né, então cê vai peitar quem, comunidade não tem dinheiro, não tem organização para peitar esse grande inimigo que é o capital mesmo... até o Estado contra você, o Estado deve, ele é um devedor, mas cê vê aí até o Estado contra você e junto com o agronegócio então o grande desafio é retornar esse território para essas família voltar a produzir. Oh o maior sonho que tenho é que porque as outras coisas ta acontecendo, devagarinho ta acontecendo as outras políticas né, é que esse território seja breve demarcado, não, já é demarcado, titulado e entregue na mão da comunidade para que ela possa se autosustentar. Com a presença de vocês aqui na comunidade reanima o povo na luta, isso vem animar o povo na luta que é, vocês chora com os que chora”. Francisco Cordeiro Barbosa, o “Ticão”¹¹⁹.

¹¹⁹ Entrevista de campo realizada em julho de 2010 durante gravação do documento curta-metragem ‘Brejo-Nosso-Lugar-Território’. Disponível em <vimeo.com/64459850>.

O nascimento, o choro, a voz, as múltiplas cognições, as linguagens e a independência para viver em sociedade. Não seria exagero ler o território sob esses estágios de emancipação. Tal como o corpo, o território fala. As marcas de sua espacialidade e os signos de suas temporalidades acumuladas remontam o desdobramento de sua geohistoricidade. Seus processos de ocupação, territorialização, desterritorialização¹²⁰, reterritorialização e multiterritorialização¹²¹ produziram narrativas diversas assimiladas dialeticamente pelos indivíduos e pela coletividade geografizada no espaço vivido.

O depoimento de Francisco revela o território no contexto da própria complexidade geohistórica. Ao revisitar a realidade multidimensional de sua experiência, analisa, interpreta e avalia as diversas questões da espacialidade de Brejo dos Crioulos. Propondo distintos olhares sobre a própria existência, elabora, justifica, reflete, posiciona, expressa, convida e conclui a textualidade com a imagem dramática da esperança compartilhada, cujo sentido dialógico e intersubjetivo diz da representação de um território que chora e se reanima na luta. O território chora, o território fala, o território vive.

Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como o Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como o Celso Furtado quis fazer falar a economia –, o território também pode aparecer como uma voz...E uma boa parte dos brasileiros não se dá conta de que o país está cada vez mais sendo fragmentado, e numa fragmentação que não possibilita a reconstrução do todo. Porque o Estado nacional se omitiu, e o comando do território, naquilo que há de hegemônico, é entregue às grandes empresas. Então, a reconstrução do todo nacional, que os franceses chamam de *lien social*, a solidariedade, não existe mais no Brasil [...] O território brasileiro é esquizofrênico, [...] porque de um lado, recebendo esses insumos de modernização globalitarista, ele se fragmenta, se fragiliza; de outro lado, descobre que esse processo não lhe convém. E talvez lhe falte descobrir qual é a lógica mais geral que permita a produção de um discurso novo. Primeiro acadêmico, quando possível também de mídia, e depois o discurso político. (SANTOS, 1998b).

¹²⁰ O início do processo de desterritorialização vivenciado pelas comunidades negras do território negro ampliado ocorreu subjacente à expansão da fronteira agrícola nacional, no escopo da modernização conservadora da agricultura, a partir dos anos 1960. Pouco antes, nos anos 1940, com a implantação da estrada de ferro ligando a região sudeste ao nordeste e com o combate à malária, no Governo Dutra, nos anos 1950, transformaram as terras existentes em terras mercantis, conferindo ao valor de uso, o valor de troca que posteriormente com a vinculação da região à SUDENE, viabilizaria o aporte financeiro para transformação de fazendas em empresas rurais. (COSTA, 2005a, p.16).

¹²¹ (HAESBAERT, 2011).

O território quilombola Brejo dos Crioulos localiza-se no Sertão do Norte de Minas Gerais, região semiárida, nas divisas dos municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia onde se concentra a maior parte de seu recorte. A área total é 17.302,6057 ha, de acordo com carta topográfica elaborada pelo INCRA-MG. Constitui a representação espacial total da unidade social de uma comunidade negra camponesa espacializada em seu lugar de viver original ancestral e, que se apresenta reconhecidamente como remanescente de quilombos “e como tal, adquire o direito de reapropriação de seu território”. (FERREIRA, 2006, p.59).

Sua história se confunde como o processo de ocupação do Norte de Minas no contexto da diáspora de famílias de ex-escravos migrantes de outras regiões do país. E uma análise mais profunda, os processos de ocupação da lagoa da Peroba no médio rio Arapuim remontam a fuga de escravos fugidos da escravidão no século XVII. A proliferação da malária na bacia do rio Verde Grande¹²² comprometendo o consumo das águas para brancos e indígenas transformou o campo em uma área de refúgio que registrava ao final do século XIX 30 troncos familiares com organização sociocultural e produtiva peculiar. (COSTA, 1999).

Em toda a sua extensão, apesar de poucos cursos d'água que o cortam, existem milhares de lagoas formadas pela sedimentação de dolinas, regionalmente chamadas de furados. Em torno delas, desde antes da penetração de baianos e paulistas no território regional no século XVII, negros fugidos de diversas partes do Brasil, instituíram um território negro, que tornou-se branco após os anos de 1960, no processo de expansão da fronteira agrícola viabilizada com recursos do Governo Federal através da SUDENE. Ai existiu invisibilizado um campo negro¹²³. (COSTA, 2003a, p.51).

A história local ganha contornos lamentáveis com as dinâmicas de expropriação espacial, perda de autonomia pela espoliação territorial e subordinação socioespacial entre os

¹²² Ao descrever a bacia do Verde Grande no período (COSTA, 2003a) destaca uma paisagem de caatinga arbórea, denominada de Jaíba cuja denominação em tupi significa água podre, “lugar de difícil acesso e esquisito, água ruim ou brenhas do mato e propícia à proliferação de doenças tropicais, como a malária.

¹²³ “A noção de campo negro foi cunhada por Flávio Gomes (1996) para dar conta da interação dos quilombos e mocambos com o mundo branco circundante. Eram espaços complexos e originais de lutas, havendo interação entre as comunidades negras e as comunidades brancas, que eram supridas com os produtos produzidos e comercializados pelos negros aquilombados.” (COSTA, 2003a, p.51).

anos de 1925 e 1930, que Costa (1999) apresenta como “tempo da divisão” e “tempo da violência” em virtude das primeiras demarcações “oficiais” de terras e processos de grilagem “quando agrimensores registraram imensas glebas das fazendas onde atuaram como terras de ausentes, adjudicando-as em seus nomes e depois as vendendo para terceiros, que vieram apossar-se delas, expulsando aqueles que nelas viviam.” (COSTA, 1999, p.72)¹²⁴.

No território comunitário com área de 3.979,46 ha. (atual) / 17.302,6057 ha. (real/decretado) vivem aproximadamente 3000 pessoas em 684 famílias, registrando no quadro atual população relativa média de 75,56 hab./km². De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)¹²⁵ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MG) que inclui o Relatório/Laudo antropológico da comunidade elaborado por uma Equipe Técnica constituída pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e o levantamento dos imóveis localizados na área com fins à regularização de território quilombola de Brejo dos Crioulos foram identificadas no perímetro territorial diversas propriedades cujas aquisições constam de escrituras públicas de doação, de compra e venda e de cessão de direitos hereditários, processos de divisão judicial de fazendas, pagamentos de direitos hereditários e autos de arrolamento de bens.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XII, do Artigo 19, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 20 de outubro de 2006, com fundamento no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e em cumprimento ao disposto no Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, TORNA PÚBLICO que tramita nesta Superintendência Regional o Processo Administrativo nº 54170.008821/2003 -12, que trata da regularização fundiária do território da comunidade remanescente do quilombo de BREJO DOS CRIoulos, localizado nos municípios de Varzelândia, Verdelândia e São João da Ponte, no Estado de Minas Gerais. (DOU, 2007, p.132-134)¹²⁶.

¹²⁴ Na etnografia realizada, Costa (1999) apresenta depoimentos marcantes de moradores que viveram o terror do “tempo da divisão” e a realidade da desterritorialização que sofreram no período.

¹²⁵ Publicado em 24 de dezembro de 2007 no Diário Oficial da União.

¹²⁶ Diário Oficial da União (DOU). p.132-134. Seção 3. De 24 de Dezembro de 2007. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/868499/pg-134-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-12-2007>>. Visitado em dez. de 2010. Vide anexo.

As aquisições pertencem aos proprietários cujos títulos de domínio estão registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João da Ponte/MG, nos Cartórios de 1º Ofício do Registro de Imóveis das Comarcas de Montes Claros/MG e Brasília de Minas/MG e no Cartório de Registro e Notas de Varzelândia/MG, aos posseiros com justo título¹²⁷, aos posseiros adquirentes de direitos hereditários ou possuidores de outros documentos relativos a transações de áreas de posses e aos posseiros por simples ocupação. O INCRA-MG identificou na área de 17.302,6057 hectares mais de 100 imóveis particulares, apresentando no RTID um total de 35 espólios, duas pessoas jurídicas, 86 pessoas físicas, 65 processos, uma Associação de Trabalhadores Rurais, quatro escolas (duas estaduais e duas municipais), quatro igrejas (duas evangélicas e duas católicas) envolvendo onze bairros rurais/comunidades/núcleos de povoamento, com destaque para três de nove grandes fazendas existentes.

Os estudos antropológicos, históricos e socioculturais que resultaram na identificação e delimitação desse território estão registrados no documento intitulado Relatório Técnico de Identificação/Laudo Antropológico da Comunidade Remanescente do Quilombo de Brejo dos Crioulos - elaborado por uma Equipe Técnica constituída pela Fundação Cultural Palmares (FCP) -, que reconhece a citada comunidade como um grupo étnico remanescente de quilombo, dotado de trajetória própria e relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. O território identificado e delimitado possui uma área de 17.302,6057ha (dezessete mil, trezentos e dois hectares, sessenta ares e cinquenta e sete centiares), cujos limites e confrontações constam da planta e memorial descritivo que integram o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo Grupo Técnico constituído através da Ordem de Serviço INCRA/SR-06/GAB/Nº 68/07, de 28 de agosto de 2007. (DOU, 2007)

De acordo como dados da pesquisa sobre a situação comunitária em relação à terra e ao tempo de permanência na propriedade, realizada com 263 famílias do território no contexto do Plano de Etnodesenvolvimento de Brejo dos Crioulos (CAA, 2012)¹²⁸, constatou-se que

¹²⁷ Diz-se de todo ato formalmente adequado a transferir o domínio ou o direito real de que trata, mas que deixa de produzir tal efeito, por exemplo, em virtude de não o transmitente senhor da coisa ou do direito, ou de faltar-lhe o poder de alienar. Em suma, é o que seria hábil para transmitir o domínio e a posse se não contivesse nenhum vício impeditivo dessa transmissão. (GONÇALVES, 2011, p.287)

¹²⁸ Para o estudo as categorias utilizadas no questionário não consideraram as categorias nativas relacionadas com o direito territorial.

65% das unidades de produção familiares estão localizadas no município de Varzelândia e 35% no município de São João da Ponte, na maior parte com terras menores que 10 ha. Já sobre a situação legal das terras, o mesmo levantamento apresenta que apenas 16,7% dos entrevistados responderam que se constituem como proprietários e, 82% se consideram como posseiros e menos de 1% são arrendatários, conforme figura 3. A alta porcentagem de posseiros denota a ausência de documentos legais de registro, mesmo considerando o enraizamento territorial secular da comunidade. Para o estudo, 63% responderam que vivem há mais de 10 anos nas atuais propriedades, conforme figura 4.

Figura 3 - Situação em relação a terra



Fonte: CAA, 2012, p.110.

Figura 4 - Tempo na propriedade



Fonte: CAA, 2012, p.111.

O território estudado no complexo Sertão de Minas Gerais, contexto da sociobiodiversidade do Norte de Minas, está localizado à margem direita do rio São Francisco e imerso no campo das distintas matrizes e dimensões das paisagens, racionalidades e multiterritorialidades sertanejas. Região que segundo Costa (1999, p.34) “teve sua ocupação, povoamento e estabelecimento de atividades produtivas, a partir da ação de apreensão de índios e extermínio de quilombos”. As conexões multidimensionais ecossistêmicas que fundaram a socioespacialidade sertaneja dos Gerais possibilitaram a evolução de condições

produtivas e relacionais a partir do *modos vivendi* da diversidade na cotidianidade socioambiental e cultural estabelecida na região.¹²⁹

A estratégia de convivência com os condicionantes de solo e clima e o fortalecimento do potencial endógeno, desenvolvida por estas populações, legaram formas de reprodução social baseadas em sistemas de produção diversos, com variedades de plantas adaptadas ao ambiente, complexas formas de manejo do solo e das culturas agrícolas, em consonância com a integração homem-ambiente. (MATOS, 2008, p.1)

Brejo dos Crioulos está localizado a pouco mais de 600 km da capital mineira e aproximadamente 180 km da cidade de Montes Claros-MG. O percurso pode ser feito pela BR135 sentido Japonvar-MG, pela MG202 sentido São João da Ponte-MG e pela MG 403 sentido Varzelândia-MG ou, seguindo de Montes Claros-MG pela BR251 até o entroncamento da BR122 seguindo sentido Janaúba-MG e, de lá pela MG 401 até Verdelândia-MG de onde se tem mais de uma opção por seguir em estradas vicinais em região de diversos assentamento até o território. Brejo dos Crioulos está situado a aproximadamente 24 km do centro urbano de São João da Ponte-MG com acessos por estradas vicinais e a 23 km da sede de Varzelândia com acesso também por estrada vicinal que passa pelos povoados de Estivinha, São Vicente II e I, até o Centro de Referência Quilombola na comunidade de Orion.

Na Depressão Sanfranciscana, à margem direita do médio São Francisco, o território é atravessado longitudinalmente pelo médio rio Arapuí, afluente esquerdo do rio Verde Grande, conformando uma extensa área de várzea e brejos que o acompanha marginalmente, com terras férteis e uma dinâmica própria com forte impacto na reprodução social e material dos quilombolas. Inclusive, têm nesta condição ambiental e histórica, a afirmação do topônimo “Brejo dos Crioulos”. Ao norte, o território é delimitado pelo córrego São Vicente, de fluxo intermitente. Por meandrar uma área com relevo encaixado, praticamente não apresenta várzeas, mas sobrepõe-se a um lençol freático rico e ressurgente (próprio de paisagem cárstica), que disponibiliza água por meio de cisternas, cacimbas e poços artesianos. (MATOS, 2008, p.11).

¹²⁹(PEREIRA; ALMEIDA, 2004); (RODRIGUES, 2000); (LUZ DE OLIVEIRA; DAYRELL; D'ANGELIS FILHO, 2011); (GAWORA, SOUZA IDE, BARBOSA, 2011); (GLINSKOI THÉ, 2011; 2003); (LUZ DE OLIVEIRA, 2005); (PAULA, 2009ab); (DAYRELL, 1998); (COSTA, 2005ab); (LESSA, 1993); (IDE, 2009); (CARDOSO, 1996); (CARNEIRO, 2003); (COSTA, 2005d); (LUZ DE OLIVEIRA; DAYRELL, 2000); (NOGUEIRA, 2011); (PIRES, 2007;2001); (RIBEIRO, 2010); (ROSA, 2005); (SILVA, 2007); (SILVA, 2012); (COELHO, 2010).

A área decretada correspondente ao histórico espaço de ocupação, no *tempo da luta*¹³⁰ se apresenta multiterritorializada por quilombolas moradores, agregados, fazendeiros, sitiantes, posseiros, ocupantes, arrendatários, invasores, trabalhadores rurais e famílias camponesas assentadas. Nesse caso, cabe salientar que objetivamente não serão aqui aprofundadas as naturezas das identidades rurais expressas no território.

A dimensão da ruralidade apesar de participar da leitura em questão é fundamental ao entendimento da lógica relacional pretendida na análise envolve questões mais complexas e específicas dos estudos geográficos rurais que apesar de essenciais, não toma o foco da perspectiva cultural, suas implicações políticas e epistemológicas. O que não significa omitir a complexidade em questão. Nesse caso, os olhares percorrem também a ideia do território como um mosaico de territórios cujo desdobramento de sua complexidade revela a (des)ordem que desconfigura a identidade espacial do *território origem*¹³¹ e sua indivisibilidade.

Ao recuperar a perspectiva das multiterritorialidades do espaço ocupado, o território apresenta para além das questões multiescalares, distintas dimensões sociais, materiais e simbólicas que percorrem os gêneros de vida, meios de viver, questões de “moradia, acesso a terra, sistemas produtivos, relações de parentesco e interações entre os grupos familiares” (SANTOS, E., 2004), que, embora enfraquecidos e fragmentados com o encurralamento¹³²

¹³⁰ Ao referenciar as temporalidades assimiladas pela Comunidade de Brejo dos Crioulos, Costa (1999) as destaca sob as categorias “tempo da fartura, tempo da divisão e tempo da penúria”. Nesse caso, considerando que seu trabalho de pesquisa participa da inauguração do processo de desinvisibilização para o reconhecimento e titulação do território, parece fundamental considerar a para esta leitura uma quarta temporalidade expressa pelo *tempo da luta* enquanto categoria nativa também assimilada na ordem do desdobramento territorial. É justamente essa quarta temporalidade que permite, a partir do conteúdo que dá o título à sua pesquisa, corporificar na tríade relacional “tempo-memória-relato histórico” (MARQUES, 2008) o tríptico socioespacial “tempo da fartura dos Crioulos-tempo de penúria dos Morenos-tempo da luta dos Quilombolas”. Esse entendimento receberá atenção no Capítulo Segundo.

¹³¹ Compreendido como o recorte original do espaço produzido que institui a identidade espacial do lugar vivido, cujo poder relacional expresso na resiliência de sua espacialidade multidimensional possibilita o desdobramento e o rearranjo multiescalar em suas (des)ordens.

¹³² (ARAÚJO, 2009).

pelas fazendas é possível tratar os grupos familiares como comunidade, sendo núcleos de famílias que coletivamente transmitem seus costumes aos mais novos.

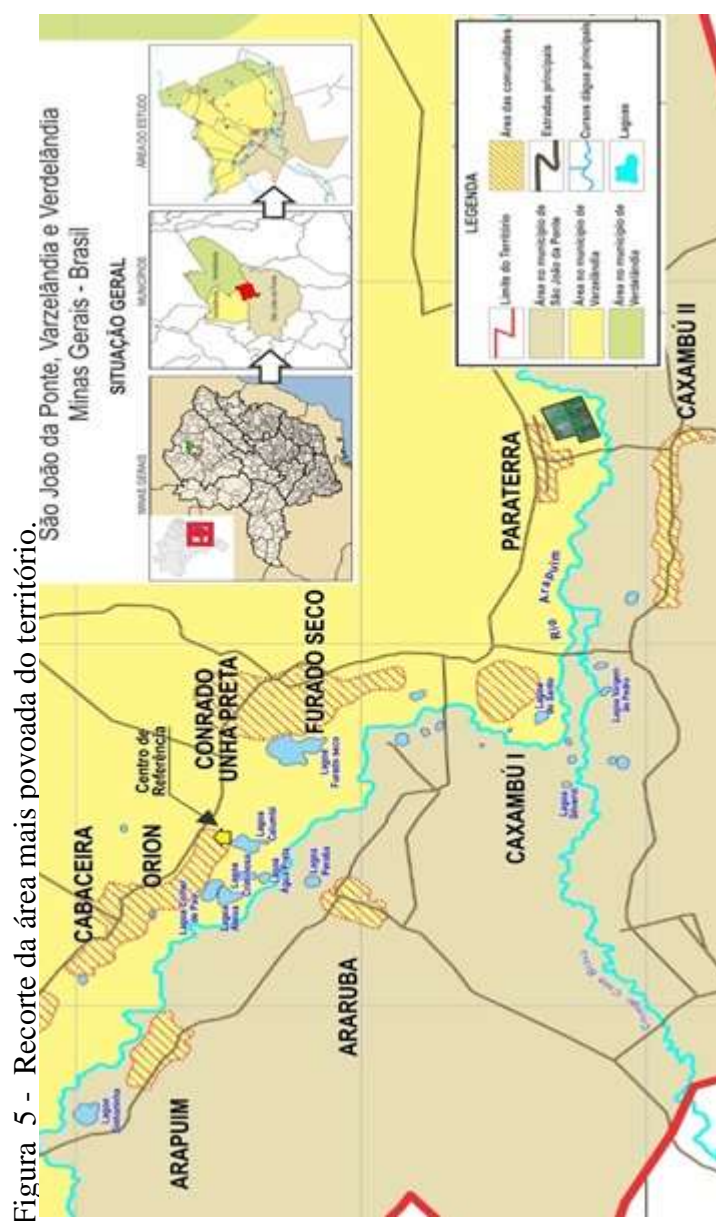
A formação histórica do sertão do alto e médio São Francisco foi tributária da intensa ocupação e povoamento indígena da região, bem como da ocupação de desbravadores portugueses, cuja penetração com seus currais e fazendas de gado datam do século XVII. Com as descobertas das minas, sua exploração e decadência, entre finais do século XVII e praticamente todo o século XVIII, a região se constituiu em atrativo para escravos fugidos, forros, brancos pobres e toda sorte de excluídos. No século XIX, quando da abolição da escravidão, nova leva de negros libertos ganhou os vales dos rios São Francisco, Verde Grande e Gorutuba, aí se fixando. (COSTA FILHO, 2008, p.31)

A complexidade socioespacial do território quilombola Brejo dos Crioulos, segundo Costa (1999, p.9) “distribui-se pelo território sertanejo do Norte de Gerais (...) local onde a comunidade (...) vem produzindo sua história e geografizando seu cotidiano a partir de seus meios de viver.” Constituindo assim “um grupo social, formado por um conjunto de famílias articuladas em alguns grupos locais – Arapuim, Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Furado Seco, [Furado Modesto, Orion, Cabaceiras-Unha Preta, Taquinho, Três Barriguda, Furados das Éguas, Lagoa da Varanda, Boa Vista, Caxambu I, Caxambu II, Serra D’água, Vista Alegre] – aglutinados em [17]¹³³ bairros rurais nas divisas dos municípios de São João da Ponte, Varzelândia [e Verdelândia]¹³⁴.” Ocupado por várias fazendas, o território de Brejo dos Crioulos apresenta área de 17.302,6057 hectares, conforme Decreto de 29 de setembro de 2011 assinado pela Presidenta da República Dilma Rousseff. Segundo informa a Associação de moradores da comunidade atualmente vivem no território 3000 pessoas em 684 famílias, e

¹³³ Quando realizada a pesquisa de (COSTA, 1999), considerava-se a ‘existência’ três “bairros rurais”, atualmente esse número é reconhecidamente superado uma vez que outros lugares do território se desinvisibilizaram desde então. É preciso notar, por exemplo, o desdobramento do núcleo de Caxambu em I e II. Outra questão importante evidenciada diz-se da tríade topônimos-desinvisibilização/afirmação micro-territorial-reconhecimento comunitário de núcleos. Isso porque o processo ocupação-dispersão-desinvisibilização expressa relação direta com lagoas, rios, furados (dolinas), vegetação, relevo, manifestações culturais, conhecimentos locais e história dos troncos familiares.

¹³⁴ Na área de dezessete mil, trezentos e dois hectares, sessenta ares e cinquenta e sete centiares definida pelo Decreto de 29 de setembro de 2011 que “declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território de Quilombos Brejo dos Crioulos” são ampliados e passam ao reconhecimento também os limites territoriais com o município de Verdelândia.

se registram 88 propriedades, com nove fazendeiros detendo aproximadamente 77% dos limites do território.



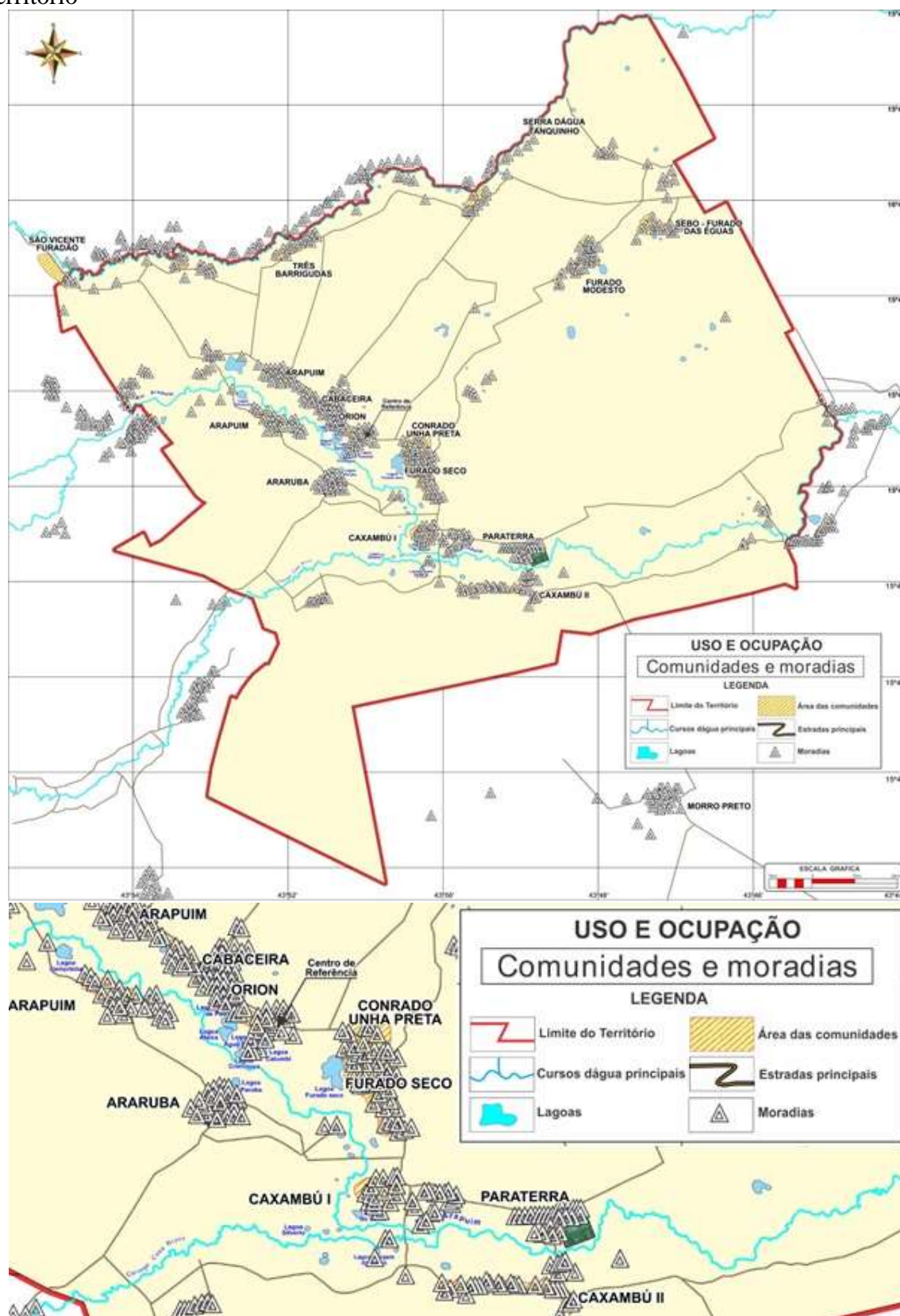
Fonte: Autor, 2014.

Figura 6 - Recorte da área mais povoada do território



Fonte: Autor, 2014.

Mapa 2 - Uso e Ocupação: Comunidades e Moradias na área delimitada e na franja do território



Fonte: Autor, 2014.

Os estudos de Costa (1999) conectados ao RTID/Laudo Antropológico, dialogados com os Relatórios da Comissão Pastoral da Terra, com o Censo (SENAES/TEM, 2013a), com o Relatório (SENAES/MTE, 2013b), com pesquisa de (MATOS, 2008), atualizados com o Plano de Etnodesenvolvimento de Brejo dos Crioulos (2012) e nos trabalhos de campo realizados no contexto desta pesquisa, informam que o território de Brejo dos Crioulos é formado por 10 troncos familiares, espacializados em diversos *elos de povoamento* estruturados em variadas tipologias de arranjos geográficos.

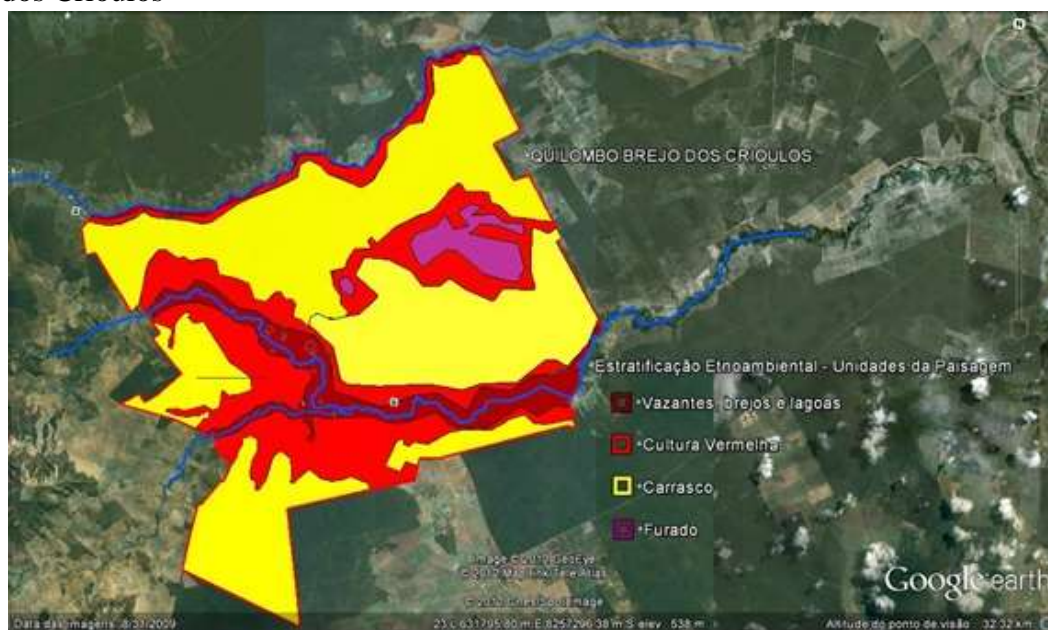
O grupo social quilombola se reconhece e é reconhecido pelo conjunto de diversos núcleos comunitários que são de modo variável, apresentados por vezes como bairros rurais, vilas, povoados, lugarejos ou simplesmente e mais constantemente pelos próprios topônimos. A totalidade social do território é organizada pela Associação de Moradores com sede no povoado de Araruba, município de São João da Ponte. A organização espaço-territorial traduz o histórico de ocupação, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização que narra a espacialidade do lugar de viver quilombola em suas territorialidades.

As compreensões de Claval (2010) indicam que geralmente, a aprendizagem do espaço apoia-se sobre a toponímia, como no caso do território em questão, brejos, lagoas, furados, rios, carrascos, etc. Segundo o autor, são os topônimos que nos permitem falar dos lugares transmitindo conhecimento sobre eles, traçando itinerários, por exemplo, o que constitui ação fundamental na geografia dos povos de cultura oral. Entende que na maioria das culturas tradicionais, a localização dos lugares permanecia relativa, tornando raro o uso do mapa.

O território encontra-se em paisagem formada por material cárstico, com geologia correspondente ao Grupo Bambuí (Pré-Cambriano Superior), especificamente a formação Lagoa do Jacaré, constituída de calcários, dolomitos, siltitos, folhelhos, argilitos, subpostas às Coberturas Detríticas (Terciário / Quaternário), nas maiores cotas. A parte superior da paisagem corresponde às áreas de ocorrência dos carrascos, de grande domínio no território. É uma típica região ecotonal, que suporta uma Caatinga Hipoxerófila, nas cotas mais elevadas, e que transiciona com a Mata Seca (Floresta Estacional Decidual) nas rampas de colúvio-aluviais Pleistocênicos e aluviões Holocênicos. Este último, ambiente de domínio da Mata Seca, consiste em áreas de terras de boa fertilidade natural, normalmente escolhidas para construção

das moradias e para o cultivo das principais culturas que compõem a dieta alimentar dessas populações, salvo algumas exceções, de núcleos instalados nas áreas de carrasco, com uma estratégia agroalimentar diferenciada. O período chuvoso ocorre de novembro a abril, com seis meses de estiagem (período seco) de maio a outubro. Os meses de maior escassez d'água estão compreendidos de junho a agosto. A média anual de precipitação é de 876 mm [cita EMBRAPA, 1976]. O clima, segundo a classificação de Koppen, é Aw, que corresponde a um clima tropical de savana, com inverno seco e verão chuvoso. A temperatura do mês mais frio é superior 18° C e a do mês mais quente ultrapassa 22° C. (MATOS, 2008, p.11).

Figura 7 - Estratificação Etnoambiental – Unidades da Paisagem - Território Brejo dos Crioulos



Fonte: CAA, 2012, p. 94.

Do estabelecimento nas *terras soltas* à fuga forçada, da resistência ao amparo da Mitra na *terra de Santo*, das reocupações aos mandados de despejo, do reconhecimento à assinatura do decreto, da desapropriação à titulação total, os fluxos e refluxos da espacialização das famílias em Brejo dos Crioulos permite a aproximação das ordens e desordens espaciais apresentadas por Deleuze; Guattari (1997) na correspondência-afastamento entre espaços lisos e espaços estriados. Segundo os autores “devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido,

devolvido a um espaço liso”¹³⁵. A comunicação indissociável, historicamente complementar e contraditória expressa pelo lugar de viver insiste no processo aleatório sem a perda de referências ao mesmo tempo em que inaugura dialeticamente sob coesão e imprudência novas estruturas, renovadas estéticas e permanentes dispersões em desdobramento.

O sertão como um espaço liso, como argumenta Schettino (1995), é uma visão decorrente muito mais da perspectiva inerente ao projeto civilizatório português e da elite brasileira para a ocupação desse mesmo sertão do que da perspectiva dos sertanejos. O sertão médio sanfranciscano atualmente constitui-se como um espaço estriado em camadas, cuja ocupação nos remete à narrativa da liberdade dos quilombolas, do aprisionamento dos indígenas e consequentemente extermínio de suas sociedades, da interpretação de culturas díspares e de projetos civilizatórios opostos e da resistência negra na luta por seu território, quando da expansão da fronteira agrícola. (COSTA, 2003a, p.53).

Ao analisar as tipologias das estruturas espaciais das comunidades quilombolas no Brasil Anjos (2009) ressalta a variação das relações sociais no tempo e no espaço conforme os processos historiográficos, suas implicações e especificidades sobre arranjos geográficos. Salienta o autor que a diversidade de ocorrências nas regiões brasileiras em períodos diferenciados destaca tipologias e padrões de estruturas espaciais distintos, citando como principais a configuração radial, a estrutura retangular, a estrutura esparsa com distribuição aleatória, a organização linear orientada para o mar, a organização linear orientada pelo sistema viário, a estrutura conduzida pelo curso d’água principal, a estrutura de uma localidade e a estrutura de um bairro urbano.

Esses distintos padrões de ocupação caracterizados, são fruto de relações de pertencimento e de identidades socioespaciais diversas, pulverizados por todas as regiões geográficas do país e que apresentam um traço comum, com raras exceções; a da insegurança na terra que acredita ser sua; diante dos novos reivindicadores, dos invasores com armas na forma de papéis (escrituras e documentos cartoriais) e de combate (revolver, espingardas, facão, etc) e, de se sentir acuado com a possibilidade de mudança e não poder levar a historicidade do lugar, a identidade com a terra em que foi criado e onde seus antepassados viveram é um contexto comum e recorrente. Esta situação constitui a questão estrutural e o desafio das comunidades tradicionais do Brasil, particularmente das comunidades quilombolas. (ANJOS, 2009, p. 116).

¹³⁵ Op.cit. p.147-148.

No caso específico de Brejo dos Crioulos é registrado nos diversos núcleos, distintos padrões de ocupação a partir do que apresenta Anjos (2009). Contudo, o *arranjo raiz* da espacialidade brejeira pode ser compreendido a partir da estrutura conduzida pelo curso d'água do médio rio Arapuim, pelos córregos Cana Brava e São Vicente e, das lagoas, várzeas e brejos que deles derivam tomando os demais padrões de ocupação ali conhecidos como reflexos da dinâmica geohistórica que confronta e reúne quatro dimensões do desdobramento da *espacialidade total* do *território origem*: a *espacialidade original brejeira* (natural/ambiental), a *espacialidade original crioula* (sociocultural), a *espacialidade encurralada* (mercantilista) e a *contra-espacialidade* (material/simbólica/relacional).

Na totalidade territorial comunitária os processos de diferenciação das áreas ocupadas estão diretamente relacionados às territorialidades e possibilidades de produção e gestão do espaço. Em núcleos menores verifica-se que “o espaço para a produção agrícola e de animais de grande porte é limitado ou mesmo inviabilizado” e, em outros são identificadas famílias com pequenos lotes de terra voltados à “criação de pequenos rebanhos de gado e a produção agrícola condicionada à existência de áreas de cultura dentro dos seus domínios”. (CAA, 2012, p.20.).

O estudo dos padrões de disposição espacial a partir da espacialização dos processos produtivos no território constitui procedimento importante no contexto das leituras geográficas sobre o recorte e também a uma etnografia do espaço. Em Brejo dos Crioulos o aprofundamento desse estudo exige um esforço maior com foco na construção da representação da memória das quatro dimensões da espacialidade territorial, acima citadas e, a sobreposição de suas temporalidades específicas que remontem a paisagem cultural das terras soltas, como um *mundão sem cancelas*, conforme define Costa (2003a),

pois a ausência de cercas e cancelas não escondia a multiplicidade de relações, de interações e de criação de singularidades sociais. Os limites entre a terra de um sertanejo e outro ou de uma comunidade e outra eram dados por trilhas no interior

da mata, cursos d'água, árvores específicas, áreas comuns e outros elementos sociais e geográficos. (COSTA, 2003a, p.52-53).

Ainda que desenhem os fluxos migratórios e de deslocamento a partir da produção e usos socioambientais e culturais do espaço crioulo guardados na paisagem do lugar, na oralidade e nos documentos até então produzidos, passando pela memória do estabelecimento de marcos simbólicos e cartoriais, divisões, expropriações, desconstruções, cercamentos, edificações e encurralamentos até o desdobramento, às reocupações, rupturas, desinvisibilizações, sobreposições, contestações, reestruturações e rearranjos. Onde se reuniam, à sombra de qual árvore, quais eram as trilhas, qual era a disposição das lagoas, dos brejos, das vazantes, o que foi alterado no curso dos rios, qual rio ou nascente secou, onde estão os cemitérios, os marcos simbólicos, onde foram colocadas as primeiras cercas, onde surgiram os primeiros currais, como eles se reproduziram no território, qual fazenda surgiu primeiro, qual veio depois, quem herdou o quê e como estava quando vendeu, quem comprou o quê e como territorializou, onde foi cercado e quando.

O surgimento das primeiras propriedades, o nascimento dos imóveis no espaço, o fatiamento da terra, a supressão de matas, o surgimento das primeiras estradas, qual cerca foi derrubada, onde passou a ter cancela, onde as casas foram erguidas, quais caíram quais permaneceram, quais as casas mais antigas, onde ficavam as que já não existem. Onde plantavam o quê, onde colhiam, onde pescavam. O desdobramento conclui assim a compressão das multidimensões da espacialidade e suas temporalidades diversas no tempo para a projeção-representação do *espaço banal* ¹³⁶.

Conforme já mencionado, a construção do Relatório Técnico de Identificação/Laudo Antropológico da Comunidade de Brejo dos Crioulos toma como ponto de partida a unidade

¹³⁶ Se por um lado pesa a urgência de se olhar o vivido pelas diversas pressões do território, salientando a resolução das (des)ordens do presente e a projeção do equilíbrio espaço-temporal ao curso do desdobramento espacial de Brejo dos Crioulos; por outro a cartografia socioespacial de suas multidimensões geohistóricas elabora potência à previsão primeira evidenciando uma geografia da ação.

socioespacial enquanto área ocupada pela comunidade, sua forma de organização, aspectos históricos, o caráter comunal de controle da terra, as tradições, os padrões de assentamento e a definição de divisas. O grupo técnico¹³⁷ constituído pela FCP contou com uma antropóloga, uma geógrafa, uma advogada e um engenheiro agrônomo que baseados no relatório de pesquisa e na dissertação de mestrado do antropólogo João Batista de Almeida e Costa concluiu o RTID/Laudo com o objetivo de: a) fornecer subsídios que auxiliassem o processo de reconhecimento da comunidade de Brejo dos Crioulos como remanescente de quilombos, bem como para a titulação do seu território; b) mapear as práticas culturais dos grupos (saberes específicos da região, festas, celebrações e rituais, religiosidade e lugares sagrados, sítios arqueológicos) para início de seu inventário e futuro registro como patrimônio cultural afro-brasileiro; c) elaborar um plano de gestão de recursos (plano de sustentabilidade), com base nos saberes e práticas da comunidade, que lhes possibilite, uma vez titulado o seu território, garantir sua reprodução econômica, social e cultural. (SANTOS, E., 2004).

O Relatório Final do CENSO Nacional Quilombola Brasil Local Etnodesenvolvimento e Economia Solidária (SENAES/MTE, 2013a) traçou o perfil de 100 empreendimentos quilombolas do país voltados a processos de economia solidária e autogestão nos quais se insere o território Brejo dos Crioulos. Apresentado sob um de seus objetivos com fins “a publicizar para o poder público o que ele ignora e para a sociedade o que o poder público e a grande mídia omitem”, a pesquisa que originou o Relatório da pesquisa quantitativa em nove¹³⁸ comunidades Quilombolas do Norte de Minas Gerais (SENAES/MTE, 2013b).

é resultado de uma experiência coletiva construída pela equipe de campo formada por agentes locais quilombolas do Projeto Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego através da Fundação COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ junto com a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –

¹³⁷ Elizete Ignácio dos Santos, antropóloga e coordenadora da equipe; Simone Raquel Batista Ferreira, geógrafa; Vera Lúcia Santana Araújo, advogada, e Francisco José Lopes, engenheiro agrônomo.

¹³⁸ Furado Seco, Caxambu I, Orion, Furado Modesto, Serra D'água, Tanquinho, Caxambu II, Arfaruba, Ribeirão.

CONAQ que participaram da iniciativa ao longo de três anos e meio. (SENAES/MTE, 2013b, p. 13).

Ao trabalho se conecta o Plano de Etnodesenvolvimento e ATER (CAA, 2012) e o Projeto elaborado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. No conteúdo do relatório de Brejo dos Crioulos é analisado o perfil dos moradores dos domicílios, aspectos relativos à moradia, às comunidades, a situação do processo de titulação, atividades econômicas desenvolvidas e condições de vida na comunidade, avaliação das condições de vida em itens selecionados, aspectos avaliados como problemáticos, participação em atividades selecionadas existentes na comunidade, satisfação com a vida na comunidade, associações quilombolas: local e nacional, aspectos relativos a emprego, trabalho e renda, habilidades ou profissões identificadas entre os entrevistados e seus familiares, negócios próprios, aspectos relativos a alguns hábitos dos entrevistados, religião professada pelo entrevistado. Ainda, recursos acionados pelos entrevistados quando adoecem, produtos consumidos, aspectos relativos à identidade, à discriminação e aos conflitos, sentimento de pertencimento, tolerância com a diferença, e as relações de vizinhança e conflitos.

O Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) elaborado pelo Centro de Agricultura Alternativa (CAA, 2012), denominado Plano de Etnodesenvolvimento foi elaboração de modo participativo-colaborativo junto à comunidade envolvendo estudos científicos, critérios técnicos e legais sob três eixos: gestão territorial; produção e economia quilombola; e fortalecimento sociocultural do território. Estiveram envolvidos em sua elaboração uma equipe de sistematização do Plano, uma equipe técnica, uma comissão Quilombola, uma equipe de apoio local, uma equipe de monitores e colaboradores das oficinas e a diversos atores entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pastorais e professores, antropólogos, advogados, militantes dentre

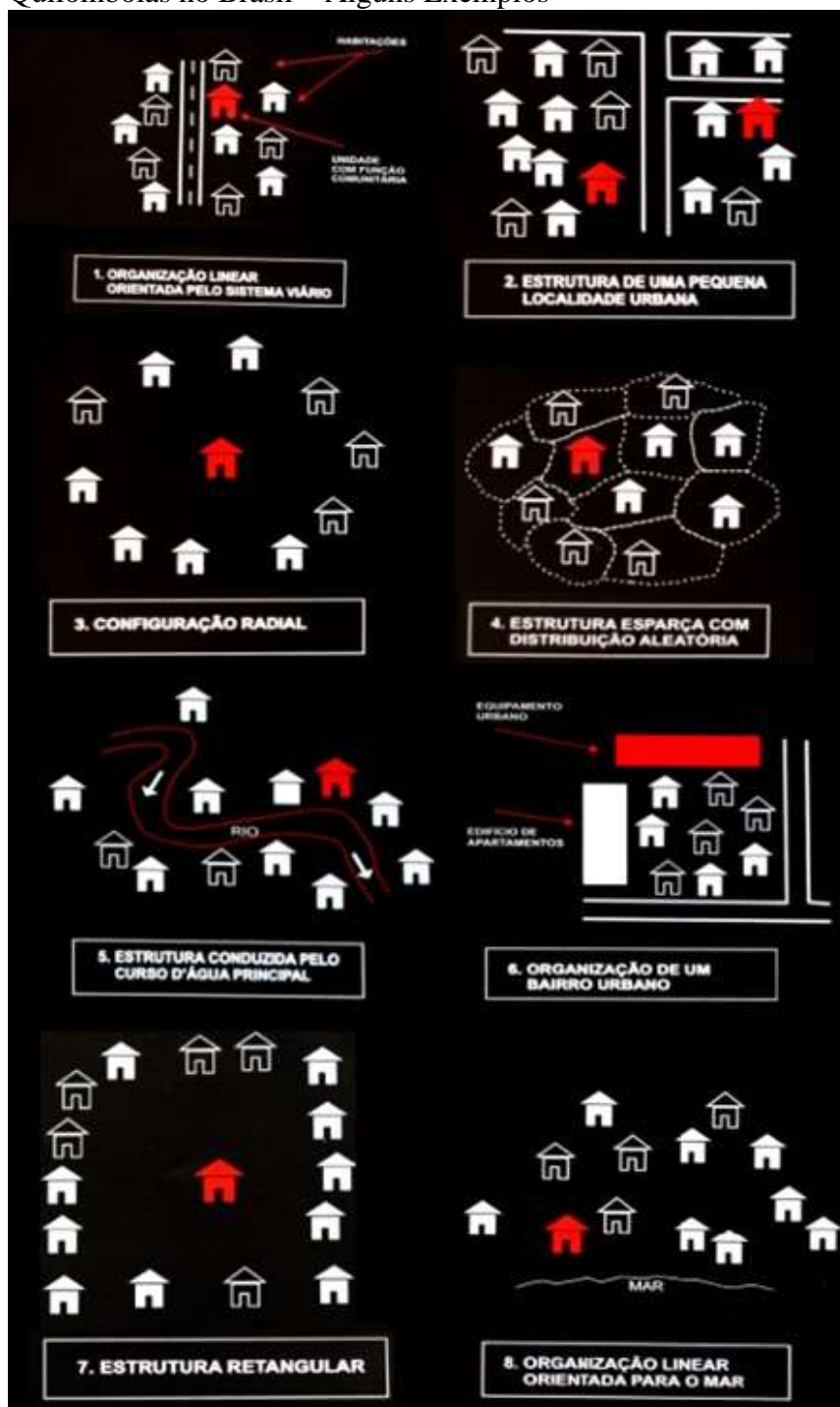
outros profissionais de diversos campos de atuação que integram a Rede Social de Apoio a Brejo dos Crioulos.

Em seu conteúdo, o estudo apresenta caracterização da comunidade, diagnóstico sobre condições físicas e edafoclimáticas, geomorfologia, solos, usos cobertura vegetal, recursos hídricos e aspectos do clima, flora, fauna, áreas de reserva legal e preservação permanente, estratificação ambiental e agrossistemas, capacidade de uso do solo, análise dos potenciais e limitações dos recursos naturais e da situação ambiental, diagnóstico sobre organização espacial e das infraestruturas físicas, sociais e econômicas, diagnóstico sobre sistemas produtivas, diagnósticos quantitativos das unidades produtivas familiares, infraestruturas e benfeitorias, produção agrícola, produção animal, produção extrativista, comercialização agrícola, renda familiar, análise de agrossistemas, articulações e relações institucionais, recursos materiais a serem utilizados, metodologias, diretrizes e objetivos. E também indica a composição de equipe sociotécnica multidisciplinar, preferencialmente oriunda da comunidade à implantação, execução e monitoramento do Plano. Profissionais da agronomia, zootecnia, ciências sociais, antropologia, administração, agropecuária, gestão ambiental. Além de profissionais de educação, saúde, geoprocessamento, processamento de alimentos que somados a especialistas locais como criadores, cultivadores, artesãos, guardiões da memória e da cultura.

A conexão dos trabalhos mencionados indica uma complementariedade a partir de leituras geográficas e/ou geografizadas que revisitam a realidade do território Brejo dos Crioulos e, ao mesmo tempo projetam territorialidades futuras. As percepções então identificam no curso dessa dinâmica relacional um caminho à multidimensionalidade da espacialidade total manifestada pelo território origem. O percurso geográfico que descortina essa totalidade demandará ainda o reconhecimento da multiescalaridade territorial de Brejo dos Crioulos que só pode ser corporificada após o desdobramento de sua natureza final dada

pelo evento reterritorialização-multiterritorialização (titulação total-restabelecimento do viver no lugar-território relacional) cujo produto final indica a consolidação de sua cartografia geohistórica socioespacial.

Figura 8 - Tipologia das Estruturas Espaciais das Comunidades Quilombolas no Brasil – Alguns Exemplos



Fonte: ANJOS, 2009, p.115.

Em julho de 2011 durante uma prosa de campo em Brejo dos Crioulos, indagado sobre as alterações que percebia na paisagem do Brejo ao longo dos anos, o senhor Romeu... “um dia aqui era assim, outro dia eu dormi, acordei, abri a janela e já não era mais igual. Lagoa mudou de lugar, lagoa secou, mas tá tudo aí. O tempo passou, a luta seguiu e o lugar muda né. As pessoas também mudam. A luta mudou o povo que acordou né neca? Para sempre?” O mesmo Romeu, durante prosa de campo no contexto do III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais em abril de 2014, perguntado sobre o Brejo... “tá lá neca, do mesmo jeitin, asfalto, lagoa e gente (risos).” A menção refere-se ao asfaltamento das vias principais da comunidade de Araruba, nesse caso, constituindo a representação da ruptura na imutabilidade do cotidiano representada pelo cenário natural dado pela menção à lagoa que traduz o próprio Brejo e sua potência toponímica.

É importante lembrar que a organização territorial dos antigos quilombos tinha a referência dos espaços existentes na África e influências marcantes dos povos indígenas. As comunidades quilombolas do espaço rural brasileiro, principalmente, apresentam uma variedade de tipologias. Entretanto, algumas características geográficas são comuns, com sobrevivência de matrizes africanas e indígenas. Uma premissa básica na organização territorial dos quilombos, que continuou sendo sítio geográfico, geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas e serras) e/ou vales florestados e férteis. Os povos quilombolas são detentores de uma forte cultura do espaço, fato esse facilmente reconhecido nas localizações de difícil acesso, na qualidade das terras para a agricultura e pecuária, na qualidade das águas dos rios e nas facilidades para caça e pesca onde se instalam. (ANJOS, 2009, p.114).

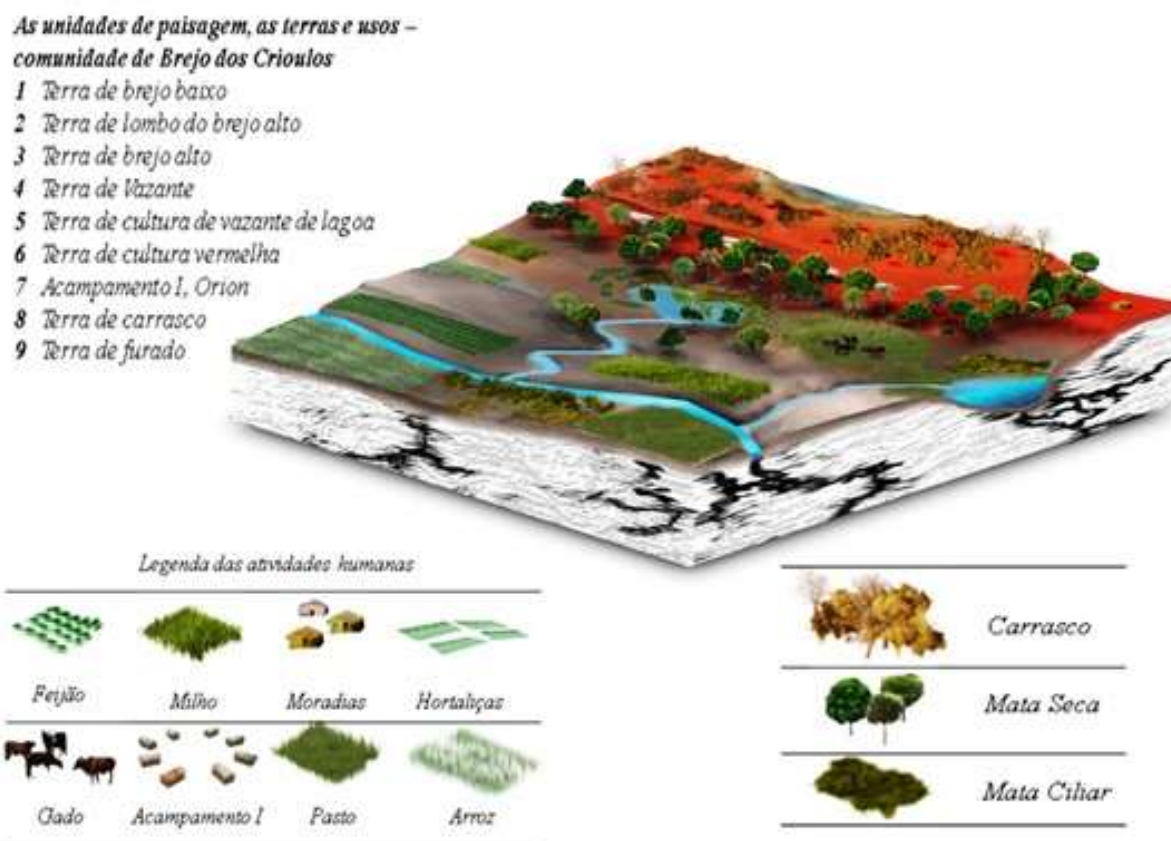
Segundo informa a Associação de Moradores são aproximadamente 684 famílias, totalizando 3000 moradores¹³⁹ que vivem em meio à composição característica de Mata Seca associada à Caatinga com matas ciliares degradadas culminando em crescente assoreamento de espaços hídricos, especialmente das lagoas¹⁴⁰ e vazantes do médio Arapuim. De modo

¹³⁹ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (2004) aponta 2042 moradores e 407 moradias. Em 2007 a base de dados do INCRA registrava 2130 pessoas, fazendo notar um crescimento populacional no território oito anos depois, mesmo com a intensificação dos processos migratórios em virtude da baixa qualidade de vida, das restrições no acesso à terra, da fragilidade de escolarização e da falta de oportunidades de trabalho.

¹⁴⁰ Mesmo cumprindo importante determinação na espacialidade brejeira, que inclusive funda a perspectiva toponímica do território, as lagoas e vazantes do médio Arapuim estão cada vez mais assoreadas tal como os rios que cortam a área. A supressão de vegetação nativa para a espacialização das fazendas de gado, construções

geral as famílias vivem a agricultura familiar, plantando em pequenas glebas de terra, principalmente, arroz, feijão, mandioca, cana, pimenta, entre outros, além da criação de pequenos animais. A maioria delas possui uma pequena unidade produtiva, com alguns moradores não possuindo terras. A principal atividade econômica é voltada para a produção agrícola, animal e extrativista para subsistência e venda de excedentes nas feiras de Varzelândia e São João da Ponte. As unidades de paisagem, terras e usos do território podem ser verificadas nas figuras 9 e 10.

Figura 9 - Unidades de paisagem, as terras e usos – Território Brejo dos Crioulos



Fonte: MATOS, 2008, p. 24.

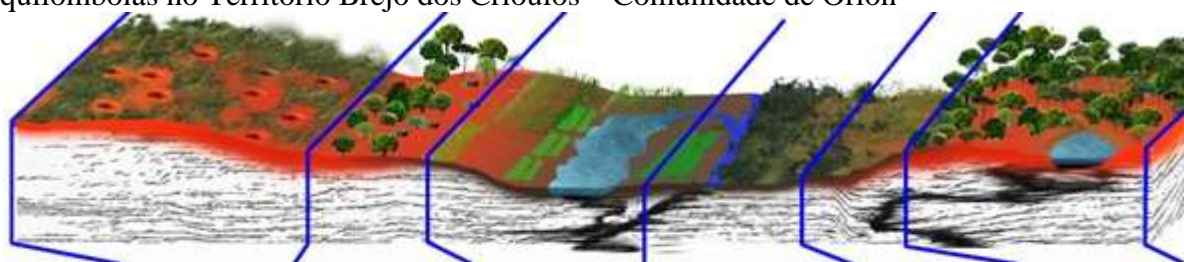
irregulares de estradas, disposição inadequada de resíduos sólidos, queimadas irregulares, envenenamento e consequente infertilidade do solo e desaparecimento de espécies vegetais são traços marcantes da atual paisagem brejeira. Nesse caso, dizer realisticamente e metaforicamente do processo de assoreamento do Brejo implica em dizer do assoreamento do território, o que permite pensar sobre os *territórios assoreados* cuja principal característica se liga ao comprometimento dos recursos naturais que os fundam originalmente.

O território sobrevive em um ambiente de insegurança alimentar e nutricional comprometido pela pressão demográfica, pelo desgaste dos solos e, refém da demora do Estado no processo de titulação total do território. Os quintais cumprem importante papel nas moradias, cujo ambiente funcional é predominantemente ligado às atividades femininas. O espaço é marcado pela “criação de animais associados à possibilidade de produção de fruteiras, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais”. (CAA, 2012).

Em meio às pressões espaciais vigentes no território e quadros crescentes de êxodo rural de jovens, somados ao envelhecimento da população local e comprometimento dos recursos naturais do território, as expressões da resistência dadas pelo vivido cotidiano e pelos gêneros de vida conduzem a uma paisagem cultural elaborada pela produção de culturas anuais, criação de animais e culturas permanentes com o cultivo da cana, a produção de rapadura, ração para animais, laranja, manga, banana. Há ainda o beneficiamento da farinha de mandioca e goma. Existem pequenas produções de cachaça e compõe o cenário algumas hortas comunitárias espalhadas nos núcleos. A atividade extrativista se liga à coleta esporádica de mel, à coleta de lenha e frutos como umbu e manga. Ganha destaque a criação de aves e suínos, a pesca nas lagoas e rios para consumo doméstico.

A pecuária é realizada sob duas lógicas, no caso de pequenos e médios animais, esses são criados para alimentar o grupo familiar, em raras situações são criados com fins comerciais, no caso de suínos também são criados como reserva de valor. Em situações de necessidades eventuais porcos e aves são comercializados. No caso de animais de grande porte, estes são criados como reserva de valor e comercializados em situações de emergência (saúde) ou para aquisição de bens de (moto, realizar enxoval de casamento etc.). (...). Durante todo o ano existem atividades na lavoura, cuidado com a atividade pecuária, e serviços esporádicos dentro da própria UPF, quanto ao calendário agrícola de forma geral podemos dividir o ano em dois períodos, o primeiro se estende setembro a março com preparação do roçado, plantio, capina e colheita da produção, no restante do ano como informa os próprios moradores e foi possível perceber durante as atividades de campo, que há um grande número de pessoas com tempo ocioso dentro da comunidade, na sua maioria jovem. (CAA, 2012).

Figura 10 - Caracterização dos diferentes ambientes e limitações identificadas pelos quilombolas no Território Brejo dos Crioulos – Comunidade de Orion

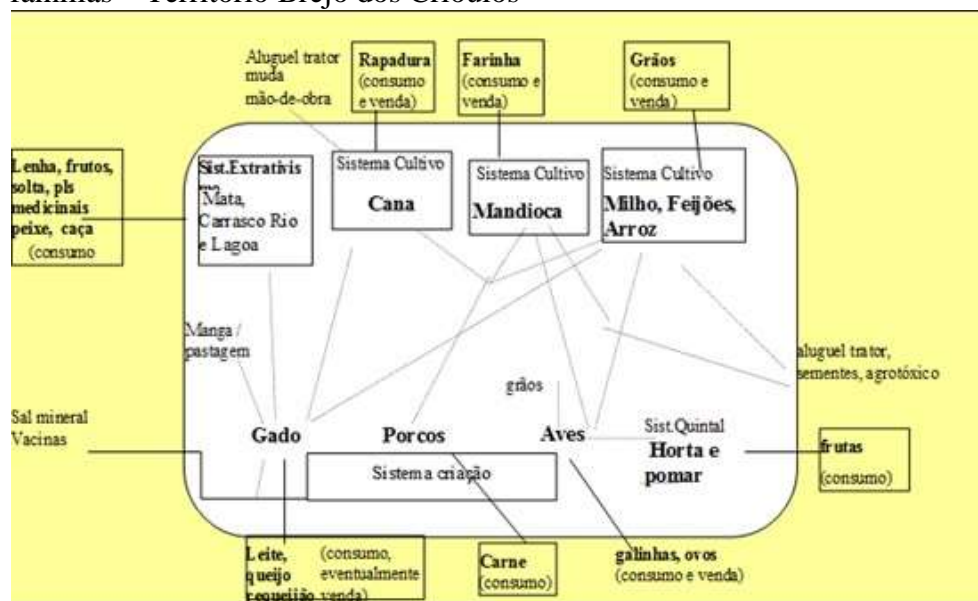


Unidade paisagem	Carrasco	Cultura vermelha	Vazante	Brejo	Vazante	Cultura vermelha
Uso	Solta de gado, pastagem, cultivo de amendoim, feijão catador	Moradia, mandioca, amendoim, feijão catador, milho, fava, cana	Milho, feijão, fava, abóbora, quiabo, melancia, mandioca, amendoim, cana	Arroz, feijão de sequeiro, sorgo	Milho, feijão, pasto, fava	Moradia, milho, fava, pasto, amendoim
Solos	LVd (franco-argilosa e argila) - "terra vermelha"	LVe (franco-argilosa) - "terra vermelho escuro"	CXbe + LVe (franco-arenosa) "terra preta arenosa"	RYbe + RKk + GXve (muito argilosa e argila siltosa) - "terra de barro cinza"	CXbe (franco-arenosa) "terra preto arenosa"	CXbe + RLe (argila, franco-arenosa) "vermelho escuro"
Água	Poços artesanais ou armazenada e furados (dolinas)	Poços artesanais	Lagoas e cisternas	Lagoas, rios e cacimbas	Lagoas e cisternas	Poços artesanais e furados
Vegetação nativa	Surucaba, caatinga de porco, rastelo, vaqueta, malícia, mirorô, bucho de boi, ararico, periquiteira	Aroeira, pereiro, tamboril, farinha seca, mutamba, umbuzeiro	Jau, aroeira, cedro, pau d'arco, angico, pau preto, barriguda, juazeiro	Ingazeira, rosqueira, itapicuru, tamboril, mutamba, gameleira, angico, farinha seca, mangue	Aroeira, pau preto, pereiro, mutamba	Aroeira, pau preto, tamboril, farinha seca
Limitação	Solos com baixa fertilidade natural e elevada acidez, aliada a vulnerabilidade à erosão	Déficit hídrico e suscetibilidade à erosão	Inundação no período chuvoso e déficit hídrico nas culturas de sequeiro	Inundação	Solos rasos, déficit hídrico	Afloramento de rochas, solos rasos e déficit hídrico

Fonte: MATOS, 2008, p.81.

Depreende-se de Matos (2008) que as potencialidades ambientais estão associadas a um sistema agroalimentar, construído a partir das práticas de convivência com os diversos ambientes do território, embasadas em um sistema diversificado de produção. Para isso, os quilombolas reconhecem o melhor momento (tempo), o ambiente adequado (a terra, a umidade, o microclima), as espécies e variedades adaptadas, combinando atividades e práticas de trabalho que permitem a reprodução social de suas famílias. A implantação de agroecossistemas diversos possibilita um melhor aproveitamento dos ambientes e de suas terras, realizando multiusos. Segundo o autor, “essa estratégia resulta na diminuição dos riscos de perdas de produção, com eventuais estresses climáticos, como os veranicos, muito comuns no Norte de Minas”.

Figura 11 - Tipologia Lavrador / Pequeno Pecuarista - Diagnóstico 263 famílias – Território Brejo dos Crioulos



Fonte: CAA, 2012, p.131.

Em sua pesquisa Matos (2008) destaca que os ambientes estratificados e identificados no território pela comunidade conforme apresentado no quadro 1 são os carrascos, a terra de cultura vermelha, as vazantes e os brejos, cujas formas de uso e ocupação dos mesmos se dão conforme a natureza de suas potencialidades produtivas. Apesar de ocuparem até o presente momento apenas 23% do território original decretado, correspondendo a 3.979,46 ha. a força produtiva da comunidade é considerável visto que detém profundo conhecimento sobre os ambientes naturais com os quais se relacionam, mesmo com o intenso uso de queimadas e a baixa utilização procedimentos de manejo e conservação do solo.

Registra-se que não há ocorrência de averbação de reserva legal na área, um dos motivos de se constatar intensa supressão de vegetação e comprometimento do que resta das matas ciliares. É comum a utilização dos carrascos para pastagens, cultivo de feijão e amendoim. Nas vazantes, brejos e pequenas áreas irrigadas são cultivados feijão, milho, hortaliças, milho, fava, melancia, abóbora, quiabo e arroz com grande tradição. As áreas de

cultura vermelha são dedicadas ao feijão catador, fava, cana, mandioca, amendoim, bem como áreas de moradia e terreiros de frutíferas.

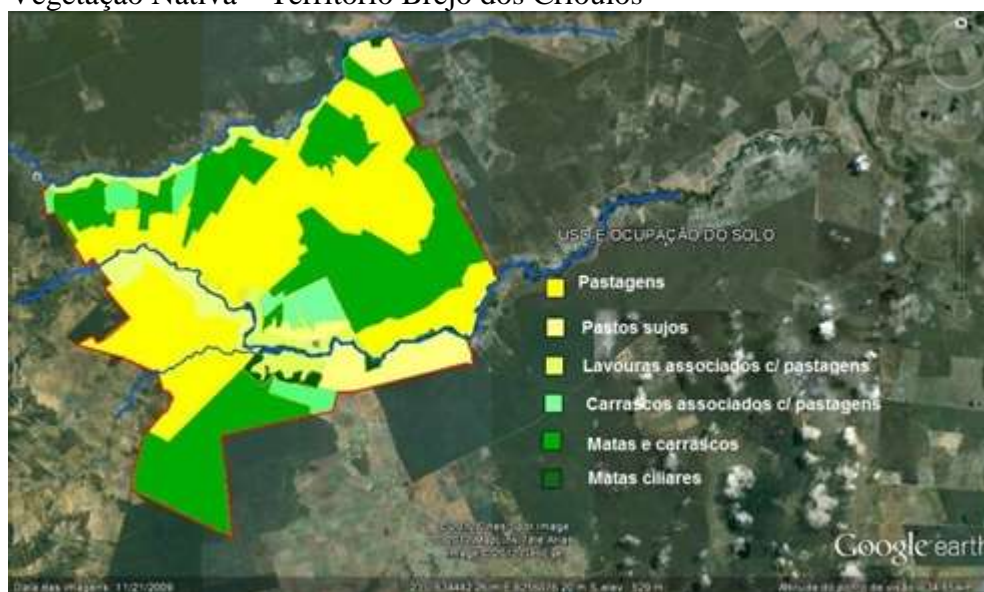
Estas possibilidades de manejo, consolidadas a partir de uma estratégia agroalimentar construída ao longo dos anos, são efetivas com uma combinação de práticas e observações, seja por meio da seleção de espécies ou variedades que mais se adaptam a um determinado local, a época adequada para a realização do plantio, o tipo de preparo do solo, os consórcios, a rotação de culturas, pousio, vinculação da criação dos animais com as áreas de cultivo e até o “manejo das águas”. Este último consiste em um profundo conhecimento que os quilombolas construíram em relação à dinâmica das águas no território, estabelecida a partir de dois grandes marcos: “a subida das águas ou das cheias” com o início do período chuvoso e o início do período de seca, conhecido como a “descida das águas”. Estes fenômenos constituem sérias implicações no sistema de manejo dos quilombolas. (MATOS, 2008, p.27).

Quadro 1 - Estratificação Etnoambiental – distribuição das terras de acordo com a unidade da paisagem

Unidades da Paisagem	Area	%
Vazante	2.684,48	15,5
Cultura vermelha	6.263,79	36,2
Furado	596,55	3,4
Carrasco	7.755,17	44,8
Total	17.299,99	100,0

Fonte: CAA, 2012.

Figura 12 - Carta-Imagem Uso e Ocupação do Solo – Distribuição da Vegetação Nativa – Território Brejo dos Crioulos



Fonte: CAA, 2012, p. 72.

Os processos produtivos comunitários no território se apresentam sob narrativas de compartilhamento socioespacial, experiências materiais e simbólicas de partilha da produção, de valores culturais, princípios sociais fundados na ancestralidade, mas que ao mesmo tempo imersas na fragilidade do sistema territorial fragmentado e desdobramento identitário não concluso também se alinha à ordem mercantilizadora de seu espaço banal, de seu lugar de viver. Os alinhamentos ligeiros nesse caso se inscrevem na lógica das entradas e saídas rápidas dos processos econômicos exteriores à natureza produtiva do território sem distanciamento da espacialidade em resistência no território ancestral e, sem perda nos vínculos da economia solidária no qual estão inseridos internamente. Esses alinhamentos ligeiros que também dizem do desdobramento espacial em curso no território Brejo dos Crioulos convidam à reflexão sobre as conexões e desconexões envolvidas na relação espaço-migração que na compreensão de Paula (2013b) podem ser lidas a partir da percepção que

estamos entre os tempos da sociedade, utilizando espaços e sendo utilizados pelo espaço que nós mesmos construímos, produzimos, transformamos e destruímos. O processo migratório é um processo socioespacial. São os espaços os objetivos dos que migram. São os espaços os sonhos dos que retornam das migrações. São os espaços que dão forma e conteúdo ao processo da experiência migratória. É nos espaços que as pessoas reconstroem as suas identidades e modificam e/ou permanecem em suas ruralidades. (PAULA, 2013b, p.139-140).

O foco está na recomposição territorial original e seus meios tradicionais de viver preservando a reprodução material, social e cultural a várias gerações, com algumas “variações motivadas pela aproximação e influência do sistema hegemônico moderno, pelo processo de expropriação territorial que os obrigaram a adaptarem seu sistema socioeconômico ao encurralamento¹⁴¹ por grandes fazendas e do próprio processo dinâmico da cultura.” (CAA, 2012, p. 19-20). Nesse contexto Costa (1999) faz referência à migração

¹⁴¹ (ARAÚJO, 2009)

sazonal de comunitários às regiões de cafeicultura que ocorrem desde 1995, onde são considerados

trabalhadores de altíssima produtividade, pois sabem que necessitam amealhar o máximo de recursos financeiros quando comercializam externamente sua força-de-trabalho que lhes garante a reprodução material da família. Enquanto o trabalho nas localidades circunvizinhas constitui-se apenas uma ocupação de tempo e uma forma de ganhar algum dinheiro a mais, dentro do período dedicado ao trabalho no interior do território comunal. (op.cit., p.134).

Considerando o estágio de recomposição espacial do território Brejo dos Crioulos e sua complexidade multidimensional-multiescalar, faz-se necessário não perder de vista a realidade envolvida nas territorialidades do Assentamento Camponês hortifrutigranjeiro Para terra I, onde vivem 35 famílias em uma área de aproximadamente 135 alqueires¹⁴². Segundo relata a Associação dos Trabalhadores Rurais do Para Terra I, em 1998, os assentados, camponeses de Varzelândia e região, se reuniram adquirindo crédito fundiário contratado junto ao Banco do Nordeste estabelecendo no contexto do território Quilombola demarcado em 2011, outras territorialidades. Tal como Brejo dos Crioulos, a Comunidade vive da produção¹⁴³ para subsistência e comércio coletivo de milho, feijão, mandioca, abóbora, quiabo, tomate, cenoura, couve, alface, pimenta, dentre outros mantimentos, em uma área irrigada de 12.48 ha, abastecendo mercados e feirantes das cidades de Varzelândia e São João da Ponte. Contam com uma escola municipal e escola popular, um grupo de teatro com projeto aprovado pelo Ministério da Cultura, e uma tradicional Feira de Produção.

Em 2013, na Carta Aberta em defesa das famílias camponesas do Assentamento, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Para Terra I, manifestaram sua preocupação, contrariedade e oposição em relação a considerada “violência que representa a expulsão de

¹⁴² Dados da Associação dos Trabalhadores Rurais do Para Terra I e Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia.

¹⁴³ A Associação do Para Terra I relata que no período 2011/2012 foram produzidos aproximadamente 1.800 kg de sementes de abóbora, 1.418 kg de sementes de alface, além da colheita de 787 kg de abóbora e de 18.000 mil kg de pimenta.

nossas terras e/ou a inclusão forçada [da] comunidade ao “Território Quilombola do Brejos dos Crioulos.””

Nós 35 famílias camponesas assentadas no Para Terra I no município de Varzelândia estamos sendo ameaçadas de expulsão pelo próprio Estado para a suposta criação do “Território Quilombola do Brejo dos Crioulos”. Estamos sendo também coagidos a aderirmos ao suposto território num flagrante desrespeito a nossa autonomia como comunidade. É justo e necessário distribuir a terra para os camponeses pobres da região, mas acreditamos que isso deve ser feito tomando e cortando as terras do latifúndio e não dos camponeses pobres. As ameaças de expulsão do Para Terra I são mais uma forma encontrada pelo Estado para nos dividir. Somos todos camponeses pobres, trabalhadores que lutamos por terra e uma vida digna. Muitos de nós temos parentes quilombolas (avós, tios, sobrinhos, genros, comrades, netos), muitos moradores do Para Terra I são casados com pessoas que farão parte do território quilombola e muitas pessoas que se consideram quilombolas vivem no Para Terra I¹⁴⁴.

Assim posto, é preciso observar dentre as dimensões do multiparadigma territorial Brejo dos Crioulos que o *tempo da luta* pelo reconhecimento do território Brejo dos Crioulos, institucionalizado no final da década de 1990, se confunde o com o *tempo da luta* pelo reconhecimento do Assentamento Para Terra I. A complexidade *Território-Assentamento* se estabelece com o desarranjo de duas espacialidades elaboradas em sociabilidades objetivamente relacionais.

O convívio diário, a microeconomia e as relações de solidariedade, a participação na Feira e na Festa, a construção coletiva da Ponte, a luta pelos direitos de existir, ser reconhecido, produzir e reproduzir suas socioespacialidades, os compartilhamentos ideológico, as conexões pelas dores históricas. As contradições nesse caso, se desdobram espacialmente, visto que temporalmente há um arranjo elaborado de conexões e relacionamentos diversos. Poder-se dizer que o tempo da luta e suas temporalidades, apesar de manifestados no espaço da luta, evidenciam noções de desarranjos territoriais a partir de diferentes espacialidades territorializadas.

¹⁴⁴ Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/noticias/558-carta-aberta-em-defesa-das-familias-camponesas-do-para-terra-i-varzelandia>>, visitado em out.2013.

(...). No ano de 2006 as famílias do Para Terra I, juntamente há várias comunidades da região consideradas quilombolas, com o apoio da Liga dos Camponeses Pobres e da Liga Operária, construímos de forma coletiva e independente do Estado a Ponte da Aliança Operário-Camponesa sob o ribeirão Arapuim entre as comunidades Para Terra I e Nossa Senhora Aparecida. (...). Na construção da ponte nós da comunidade Para Terra I tivemos papel fundamental participando ativamente de todo o trabalho que beneficia hoje dezenas de comunidades. Participaram centenas de pessoas da obra, entre elas dezenas de quilombolas das comunidades Araruba, Nossa Senhora Aparecida, Conquista da Unidade, Brilho do Sol, Boa Vista, Modelo, Furado Seco, São Vicente, Orion e Limeira. (...). A construção da ponte foi e continua sendo um grande e importante exemplo da força que temos quando estamos unidos e organizados. (...). A comunidade do Para Terra I é conhecida e respeitada por toda a população de Varzelândia e região e um exemplo disso é a realização da já tradicional Feira de Produção que, em sua última edição no ano de 2012 em dois dias de intensas atividades, reuniu centenas de pessoas em apresentações musicais/artísticas e torneio de futebol, além de visitantes e apoiadores de Belo Horizonte e Brasília. Nesta feira participaram várias comunidades quilombolas, sendo os vencedores do torneio de viola conhecidos cantadores do Brejo dos Crioulos.¹⁴⁵

O contexto permite refletir sobre a espacialidade profunda brasileira enquanto *locus* de distintos *modus operandi* dos gêneros de vida. Nela as coalisões produtivas se desarranjam em colisões produtivas de novas espacialidades. Sua ontologia é reconhecida no espaço relacional e sua natureza expressada pelo vivido guardião da poder simbólico comunitário e das geografias coletivizadas. Considerando as narrativas distintas, ora convergentes, ora conflituosas, a travessia dessa quadra não constitui um simples arranjo espacial. No território nacional, um estado desigual, uma região que se resignifica, uma trijunção municipal conflituosa, um território Quilombola real-mimetizado-delimitado e um assentamento camponês estabelecido.

Não abrimos mão de nossas terras e não sairemos do Para Terra I. Somos todos parte de um mesmo povo que desde o período da escravidão, passando pela histórica batalha de Cachoeirinha em 1967 (durante o regime militar) e até os dias atuais, lutamos pelo fim do latifúndio improdutivo e pela distribuição das terras roubadas de nossos antepassados aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. (...). Convocamos todo o povo de Varzelândia, São João da Ponte e região a apoiarem nossa luta pelo direito de vivermos e trabalharmos em cima de nossas terras, respeitando nossa autonomia econômica, política e cultural de respondermos nós mesmos sobre nossos destinos.¹⁴⁶

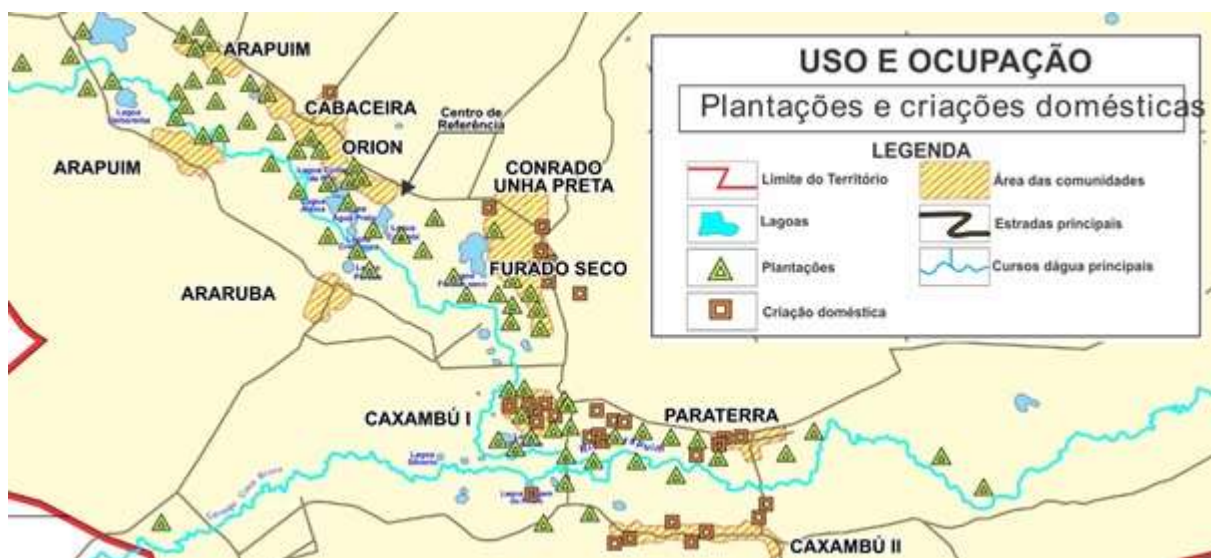
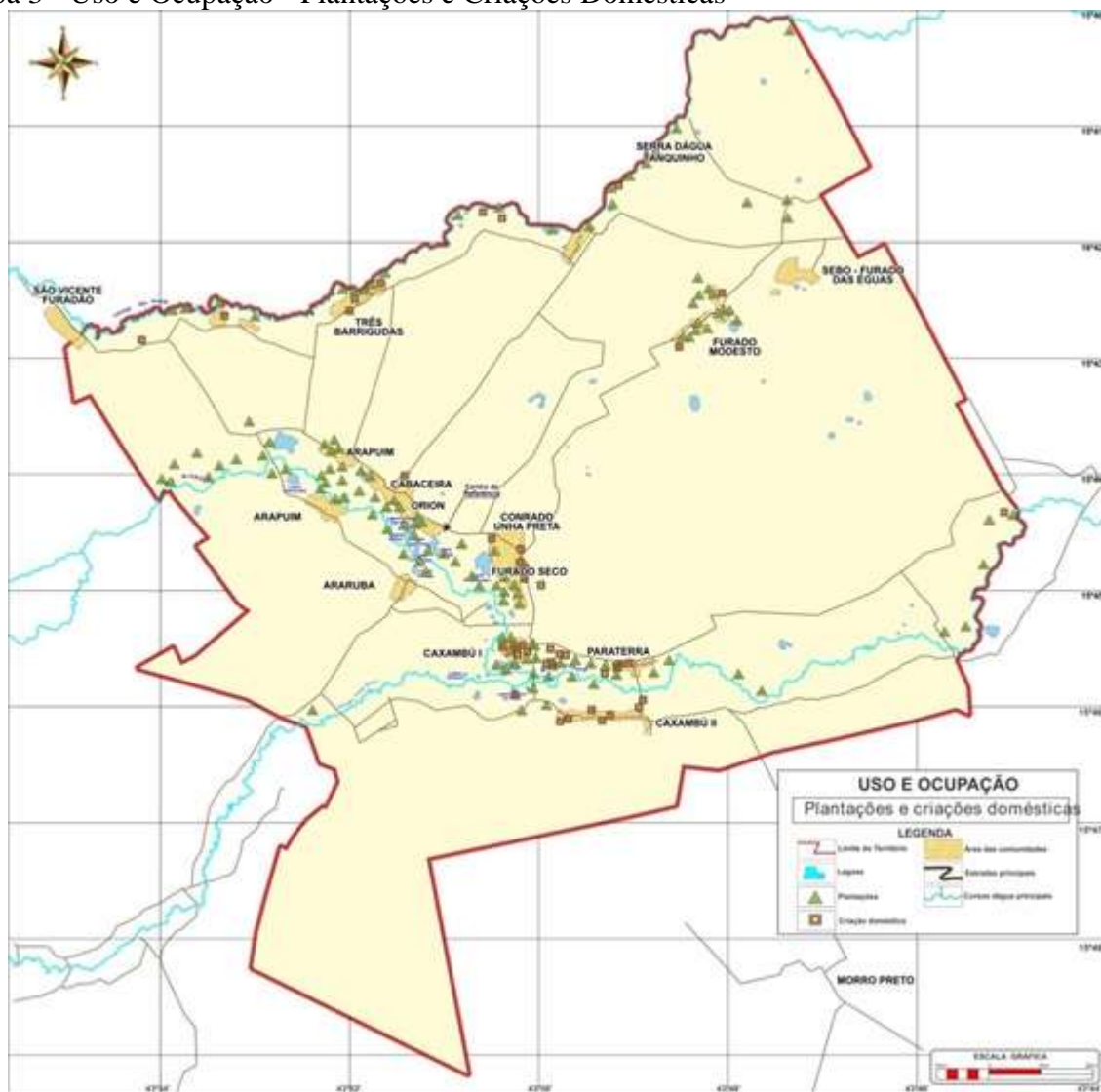
¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Ibid.

Se por um lado a questão implica no tensionamento territorial pela eruptividade das fronteiras mimetizadas, por outro, a conexão das diferentes espacialidades guarda uma potência ímpar aos processos de produção do espaço brasileiro, dos territórios relacionais do Brasil, dos lugares de viver. O rearranjo espacial possível na produção compartilhada para a ressemantização do território ambienta uma reflexão necessária sobre fronteiras, limites, soberania, direitos coletivos e territórios de biocomplexidade assentados na lógica da multidimensionalidade-multiescalaridade.

A evolução dos movimentos sociais e políticos ligados ao reconhecimento de territórios demanda uma evolução normativa que só a espacialidade profunda brasileira é capaz de realizar. A garantia das existências coletivizadas pela geografia territorial (social-cultural-política) passa pela reprodução das territorialidades jurídicas Quilombolas e Indígenas e, mais profundamente pela multiterritorialização dos Povos e Comunidades Tradicionais no ordenamento jurídico do país. Assim posto, o pressuposto indica que os desafios imperados ao *Território-Assentamento* provavelmente encontrarão os arranjos fundamentais nas convergentes espacialidades do *lugar-território*.

Mapa 3 - Uso e Ocupação - Plantações e Criações Domésticas



Fonte: Autor, 2014.

Não há aqui pretensão de realizar uma descrição densa do território visto que o encontro da etnografia realizada por Costa (1999) que embasou o importante RTID/Laudo Antropológico, juntamente com o Censo (IBGE, 2010), o Relatório (SENAES/TEM, 2013a), e o Censo (SENAES/MTE, 2013b), o trabalho de (MATOS, 2008) e o Plano de Etnodesenvolvimento (CAA, 2012) dá foco à importante questão. Esse detalhamento da realidade de Brejo dos Crioulos acompanhou as permanentes imersões e observações no tempo da pesquisa permitindo outras leituras relacionais.

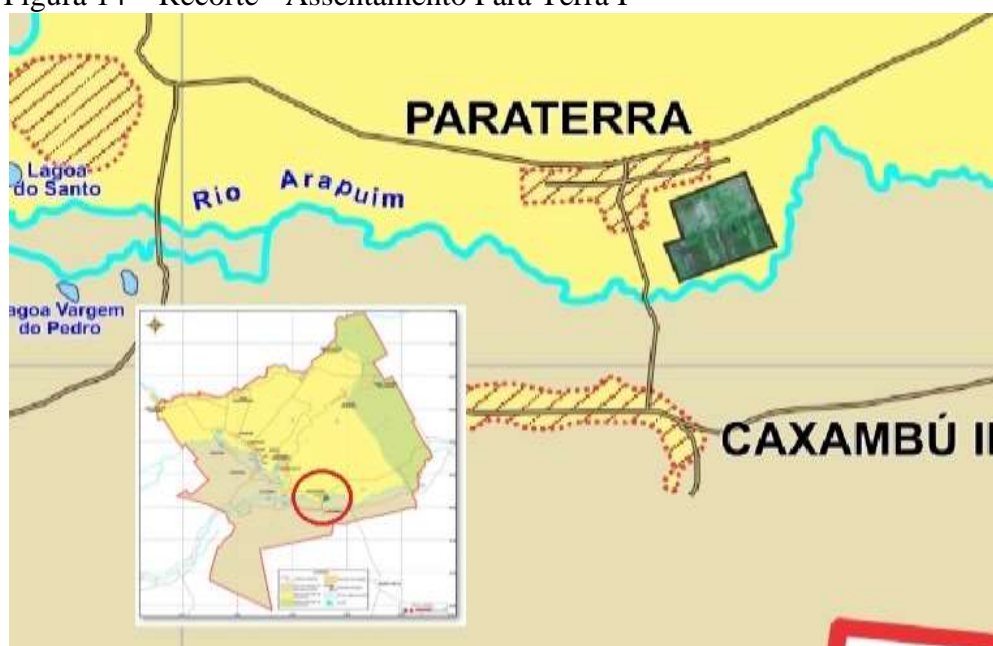
A precisão descritiva das diversas geografias brejeiras, por vezes não são capazes de traduzir as multidimensões das geografias crioulas cujo espaço relacional, para além do brejeiro avança sobre realidades externas à área territorial e, na mesma potência elabora outras territorialidades que nutrem a *espacialidade original* no refluxo (*de-fora-para-dentro*) definindo uma das dimensões da contra-espacialidade. Ganha foco então, olhar o território a partir das diversas compreensões geografizadas no contexto do reconhecimento e, a partir delas refletir a natureza do território relacional no contexto das leituras geográficas ainda não postuladas. Nesse caso, analisar a espacialidade de Brejo dos Crioulos a partir de outras dimensões que contribuam às reflexões sobre a epistemologia do espaço também se mostra essencial.

Figura 13 - Assentamento Para Terra I



Fonte: Associação dos Trabalhadores Rurais do Para Terra I e Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia.

Figura 14 – Recorte - Assentamento Para Terra I



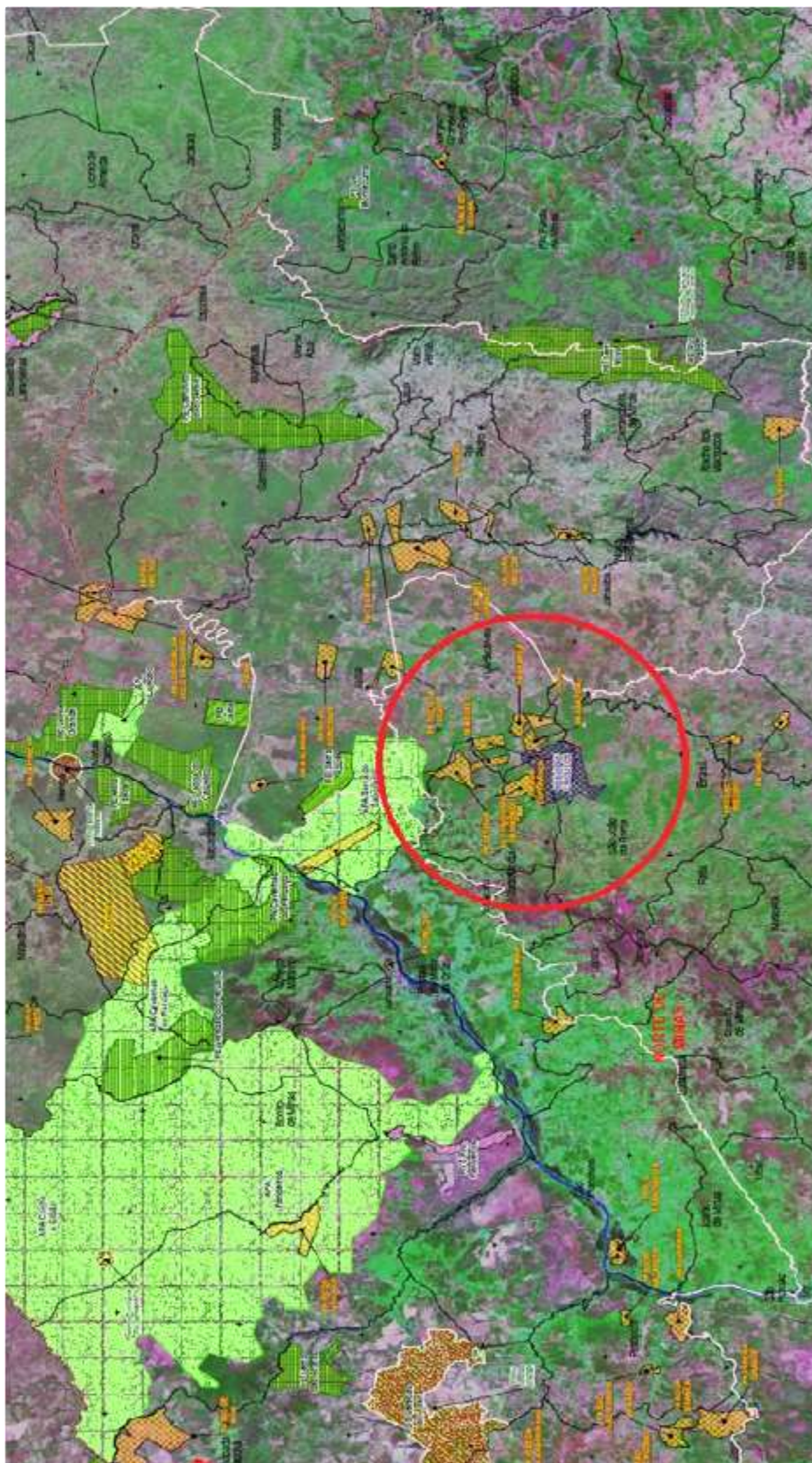
Fonte: Autor, 2014.

Figura 15 – Recorte - Assentamento Para Terra I (acima) e Comunidade Caxambu II



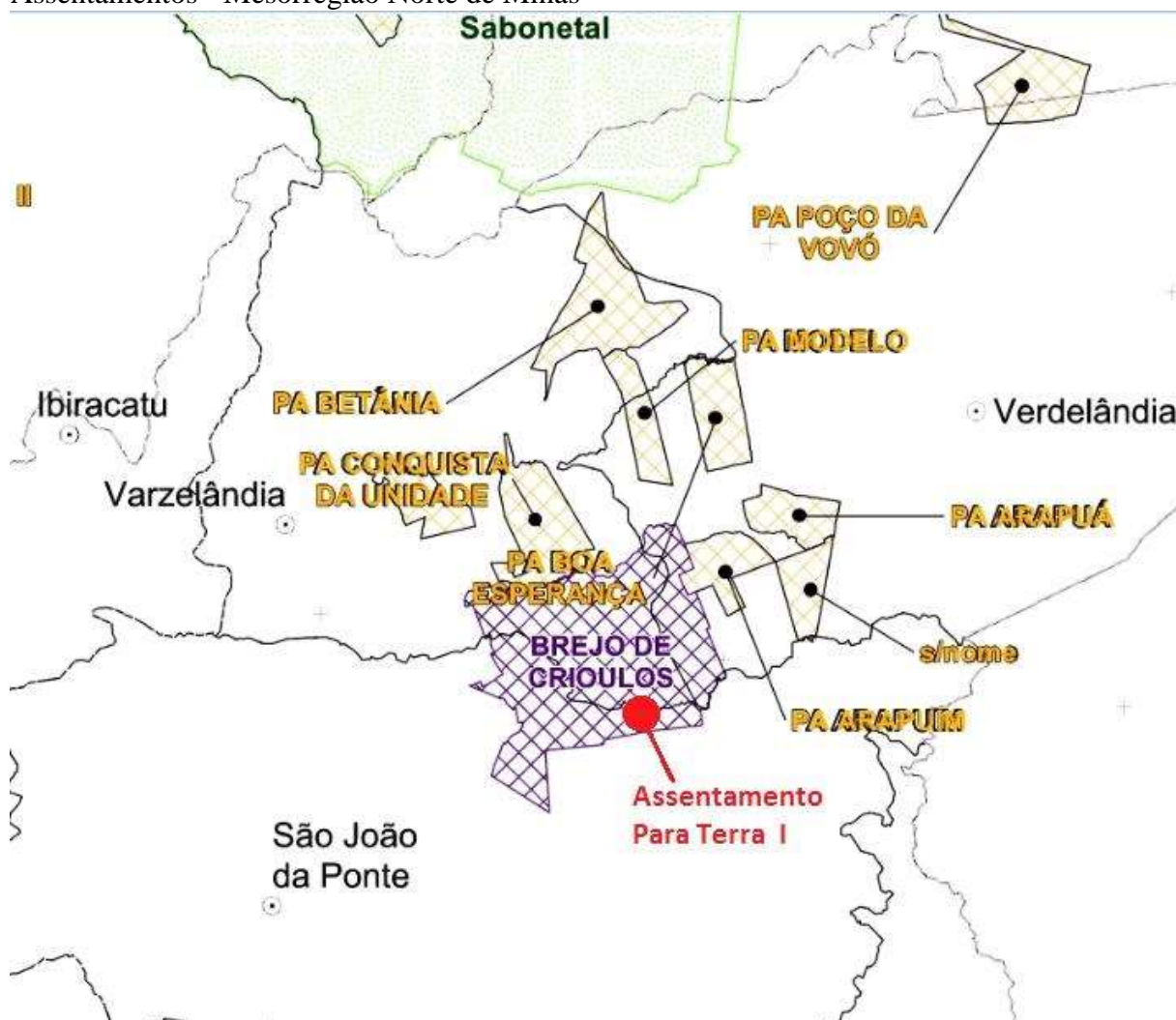
Fonte: Autor, 2013 (Imagem Satélite Google Earth).

Figura 16 - Recorte Território Brejo dos Crioulos – Mapa Áreas Protegidas e Projetos de Assentamentos - Mesorregião Norte de Minas



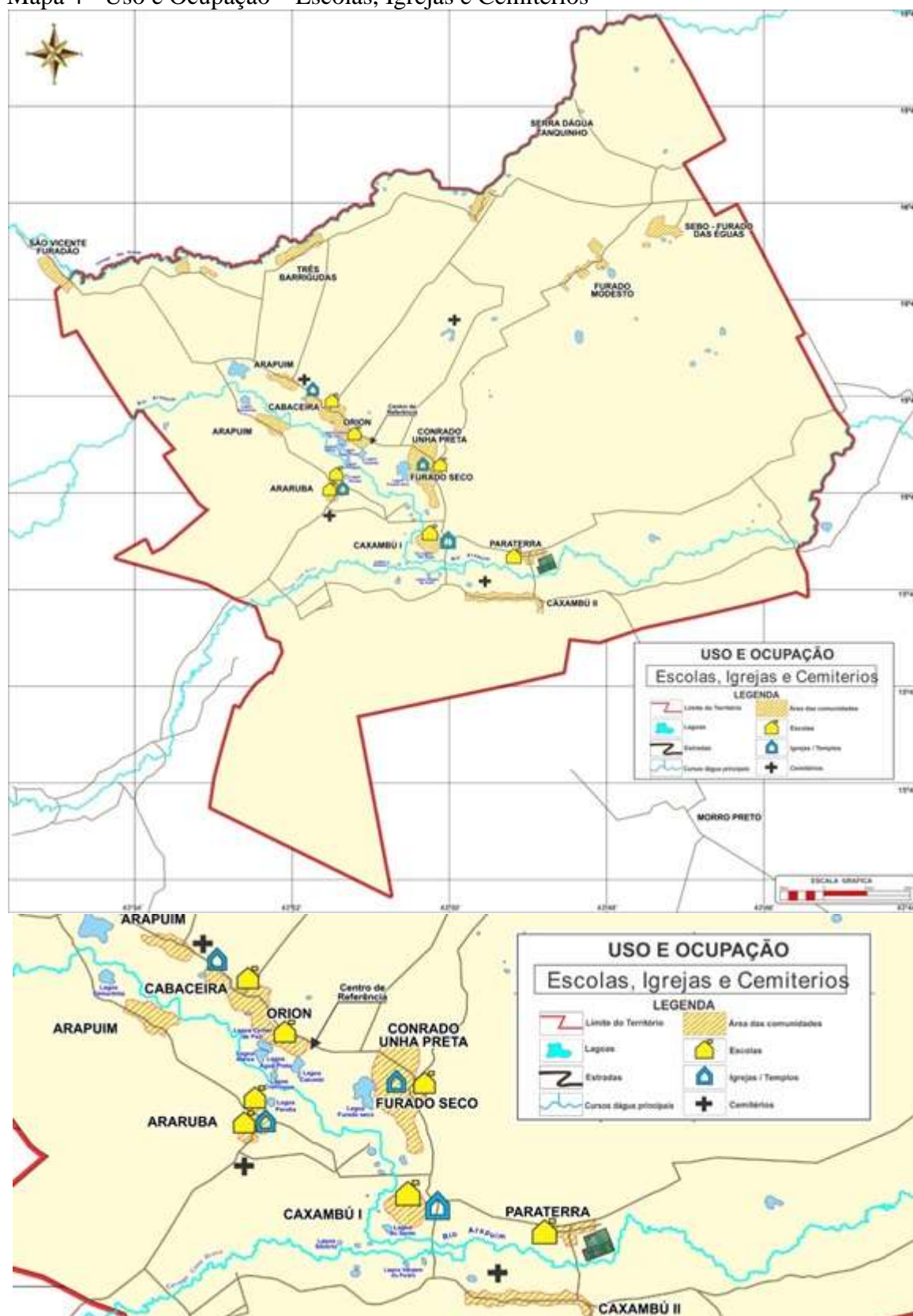
Fonte: Adaptado de MAPSMUT - Tecnologia, Natureza e Sociedade – Série Mapas Temáticos do Brasil – Elaboração Gustavo Irgang - 03/2013.

Figura 17 - Recorte Território Brejo dos Crioulos – Mapa Áreas Protegidas e Projetos de Assentamentos - Mesorregião Norte de Minas



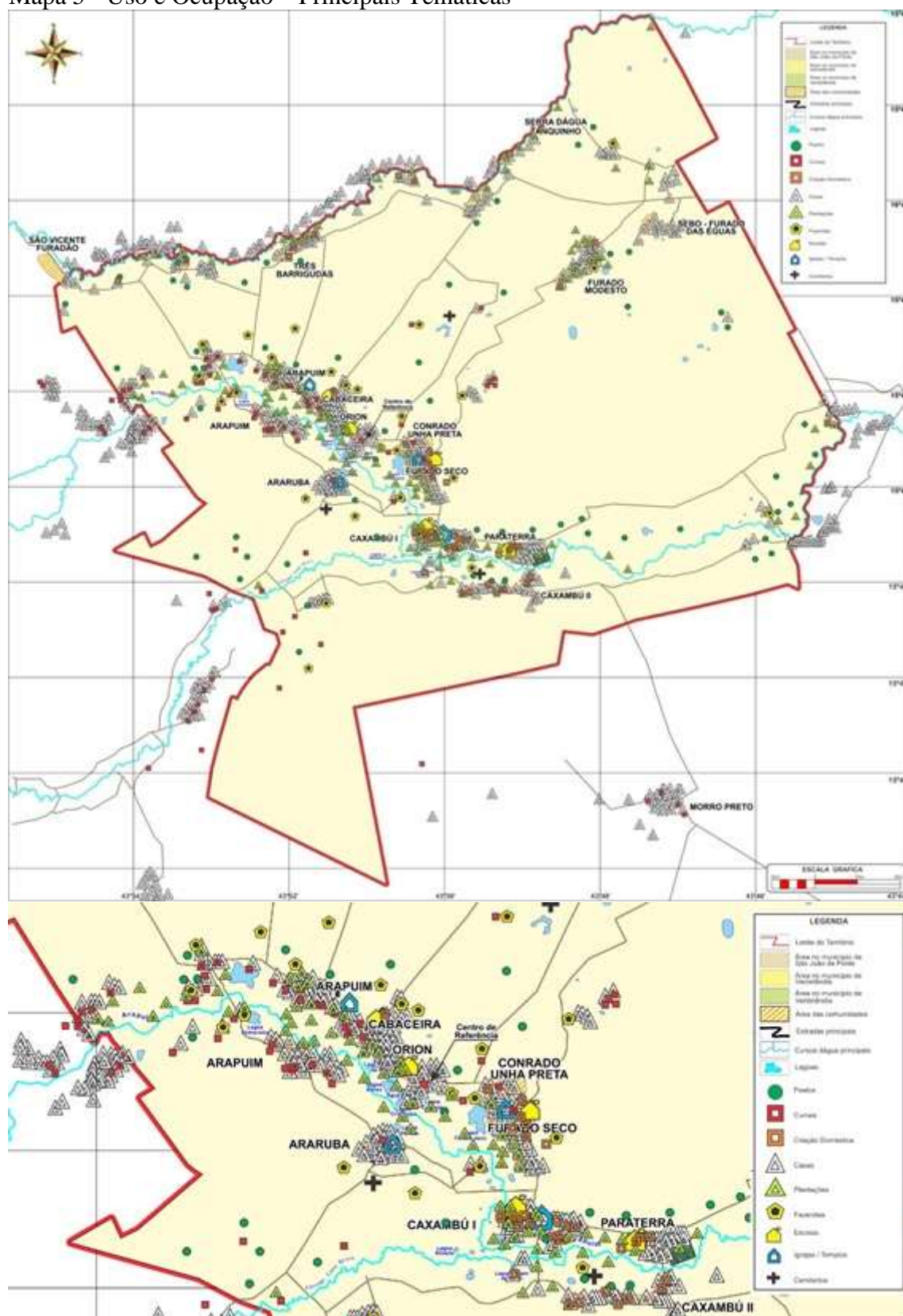
Fonte: Adaptado de MAPSMUT - Tecnologia, Natureza e Sociedade – Série Mapas Temáticos do Brasil – Elaboração Gustavo Irgang - 03/2013.

Mapa 4 - Uso e Ocupação – Escolas, Igrejas e Cemitérios



Fonte: Autor, 2014.

Mapa 5 - Uso e Ocupação – Principais Temáticas



Fonte: Autor, 2014.

1.4. “Vamos chegar...”: a chegada, o contexto...primeiras trilhas....

- ‘Vamos chegar!’ ,...

[...foi o primeiro som do Brejo dos Crioulos...

Um território que acolhe é um território que se protege, ‘o poder é inevitável’¹⁴⁷ e está ali, de viver.]

- Como vão as coisas? Bem?

- Bem...bem...não...mas vai ficar...

- Vamos chegar...chega pra cá...

[depois de uma conversa sobre a vida e sobre a pesquisa] (...)

- “Precisamos de ajuda, inclusive para resgatar nossas tradições”, [afirmava João Manuel Lima, morador local, em uma de nossas primeiras prosas.]

- (...) “Nossa cultura existe, nossos ancestrais existem, nossa história é viva e precisa ser contada, reconhecida, valorizada” [completava Francisco Cordeiro Barbosa, o “Ticão” então Vice-Presidente da Federação Quilombola de Minas Gerais.]

- (...) “Tá indo né, devagar...mas nós tamo na luta e ela é forte, o povo aqui é forte” José Carlos de Oliveira Neto, “Véio”, Presidente da Associação Comunitária.

-“Aqui é lugar de vida. Mas tem gente que quer diferente. Gente que nem é daqui sabe? A história daqui é doída, sofrida, mas é bonita também, tem muito lugar bonito ai, você vai ver...” João Pinheiro de Abreu,”João Pêra”.

Os conteúdos expressos na geograficidade dos *espaços brejeiro*¹⁴⁸ e *crioulo*, que, pressupõem adaptações entre ser e meio na dialética das trocas, encontra na consistência alagada e alargada de suas multidimensões, a singularidade espacial do território Brejo dos Crioulos numa perspectiva relacional. (RAFFESTIN, 1993); (HAESBAERT, 2011); (SACK, 1986). A natureza dessa paisagem guarda um espaço produzido em si mesmo, onde cada lugar possui identidade e o poder de existir em seus múltiplos lugares de viver e gêneros de vida, definidores de uma totalidade espacial que registra uma identidade espacial coletivizada.

No entendimento de Santos (1998a, p. 122) “(...) o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam”. Brejo dos Crioulos

¹⁴⁷ Raffestin (1993)

¹⁴⁸ No trabalho entendo o Sertão como espaço geográfico e metáfora do mundo vivido pelos Povos e Comunidades Tradicionais dos Gerais. O que apresento como *espaço brejeiro* constitui um recorte socioespacial desse Sertão, imaginado e real, que localiza o território Quilombola de Brejo dos Crioulos no Norte de Minas. Mas nesse caso primeiro, faço convite a uma leve digressão à paisagem dos brejos, enquanto terrenos alagadiços para uma conexão reflexiva sobre as antigas paisagens que fundaram o topônimo Brejo dos Crioulos, sua “primeira natureza”.

constitui a representação territorial do espaço produzido pela comunidade que o territorializou e, ainda o territorializa enquanto lugar de viver e *meio de existir*.

O território, não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias”. (RAFFESTIN 1993, p.7-8).

Brejo dos Crioulos se apresenta às leituras geográficas aqui evidenciadas como *lugar-território* que produziu uma conjuntura e com ela o seu paradigma localizado entre a garantia de direitos territoriais vitais de acesso a terra que historicamente qualificaram e o reconhecimento de identidades étnicas e, consequentemente espaciais, que dão sentido à existência de um território quilombola no Sertão de Minas Gerais. O espaço apresenta uma disputa de prerrogativas pelo uso de terras originalmente ocupadas pela população local no contexto das complexidades jurídico-cartoriais e da fragmentação administrativa burocratizada do Estado brasileiro frente aos impasses do ordenamento jurídico nacional, ambientado na lógica das narrativas desenvolvimentistas estruturadas na espacialização do capital na contemporaneidade.

A reflexão se realiza no contexto da busca pela harmonização das relações humanas na construção de entendimentos; das táticas e estratégias da ação na produção de territorialidades e reterritorialidades, das ocupações e emissões de posse ambientadas na complexidade do conflito pela terra; das distâncias entre a burocracia de Estado e a ação territorial localizada; das relações e impasses entre “os de dentro” e “os de fora” envolvendo quilombolas e não-quilombolas; da localização, regionalização, nacionalização e globalização de causas e efeitos nas dimensões territoriais das ruralidades brasileiras; das representações simbólicas à representatividade do Brejo dos Crioulos na história da luta por direitos territoriais e identitários no Brasil, especialmente por ser o primeiro território tradicional no Estado Minas

Gerais a ter suas terras originais tituladas e nelas permanecerem. Nesse caso se evidencia a noção de *território influente* como uma dimensionalidade da espacialidade relacional visto que ao inaugurar a ação geográfica da reterritorialização Quilombola em Minas Gerais convida, envolve e amplifica a espacialização do movimento de reprodução da espacialidade profunda Quilombola para outros territórios mimetizados na *espacialidade encurralada*.

Percebe-se que o debate circunscrito no contexto tenciona as órbitas semânticas, epistemológicas, materiais, sociais e simbólicas do território a partir dos entendimentos sobre território, propriedade privada, direitos jurídicos à propriedade, função social do espaço e os direitos simbólicos ancestrais ao território como conteúdos relacionais que permitem refletir a condição dos territórios tradicionais quilombolas. Ainda, das implicações socioespaciais na identidade; da força de associação e do poder simbólico do lugar e dos meios de viver; dos movimentos dialéticos de dependência-independência da comunidade em relação à presença-ausência do Estado e dos entendimentos-desentendimentos sobre o público-privado e suas implicações no dualismo assistência-conveniência na aproximação-distanciamento entre autoridade e alteridade no território; da história das pessoas, das temporalidades e cicatrizes do lugar de viver, das expressões e representações das identidades espaciais impressas na roça e no corpo dos sertanejos, suas narrativas e significados.

Pesam ainda, as alianças e a alienação na luta; os relacionamentos que produzem e reproduzem discursos variados assimilando-os nas ações e determinando-os às funções possíveis frente os desafios espaciais manifestados na “sociabilidade do homem simples”¹⁴⁹; da disputa de domínios aos domínios da disputa envolvidos nos olhares guardiões do território; das ruralidades e urbanidades contrastivas do cerrado, da caatinga, da mata seca de furados e do carrasco às rurbanidades emergentes; das relações, possibilidades, conexões e implicações que produzem o que é apresentado como território relacional.

¹⁴⁹ (MARTINS, 2000a)

O que é apresentado em tese como territórios relacionais traduz na pesquisa a percepção dos registros nas participações e observações das relações, aproximações, distanciamentos, representações e experiências ambientadas nos últimos quatro anos de conexões entre universidade e território e, às relações nelas processadas no campo de reflexão e análise sobre a consolidação de direitos constitucionais no contexto dos conflitos agrários e, no exercício de cidadania em meio à luta Quilombola pelo direito à manutenção de seu cotidiano, seus meios de vida, modos de produção, relações, identidade e cultura com foco na vida que guarda o *lugar-território* Brejo dos Crioulos pronunciado comunitariamente.

Pareceu oportuno manifestar na chegada que a análise pretendida resultava de uma travessia acadêmica que se confundia com andanças acumuladas de um curioso e sonhador viajante aventureiro pelos Sertões dos Gerais. Na maior das simplicidades, dessas que são transmitidas cotidianamente nos *cantos de viver* espalhados pelo Norte de Minas, a imersão e o avanço dos escritos constituiu o mais intenso desafio trilhado na até então breve trajetória universitária, disforme, fragmentada, descontínua, importante, densa e real iniciada em 2001. Os motivos são muitos e não cabe explicitá-los para além de duas questões fundamentais. A primeira diz-se do percurso complexo, interdisciplinar e profundo que se inicia com uma graduação em Turismo e Hotelaria, posteriormente intercalada com a licenciatura em Geografia, seguidas do ingresso no mestrado em Desenvolvimento Social até o encerramento de um ciclo no doutoramento em Geografia pelo laboratório de Geografia Cultural e Turismo. A segunda, essencial, destacada pelo desafio de entender as narrativas e visões de mundo diversas que perenemente ainda insistem no convite à separação entre razão e emoção quando se trata de compreender a relação condição humana-produção do espaço de viver.

A universidade moderna [nos estados de tipo democrático] deveria existir sem condição. Mais além da chamada liberdade acadêmica, esta universidade exige, e deveria ser-lhe em princípio reconhecida, uma liberdade incondicional de questionamento e proposição, e mesmo, o que é mais, o direito de dizer publicamente quanto exigem uma pesquisa, um saber, um pensamento de verdade. (DERRIDA, 2003, p.9).

É no contexto de crise do paradigma desenvolvimentista do Estado Moderno, cujo planejamento à homogeneização cultural e ideológica da população, nos tempos acumulados da “globalização perversa” apresentada por Santos (2001, p.37), que se propõe a reflexão e análises possíveis sobre as diversas transformações em curso no território nacional, expressas nas diversas formas de relação e produção do espaço, desencadeadas especialmente pelo Estado brasileiro que neste momento tenciona o moroso processo para reconhecimento das garantias territoriais dos povos e comunidades tradicionais do Brasil face à mercantilização dos seus espaços de viver, quase sempre originais e preservados¹⁵⁰.

As análises desse autor informam que os últimos anos testemunharam significativas mudanças em todo o mundo, agora unificado em virtude das novas condições técnicas para uma ação humana mundializadas. Nesse contexto, destaca que tal mundialização ocorre sob a dupla tirania do dinheiro e da informação, intimamente relacionadas, capazes de fornecer “as bases do sistema ideológico que legitima as ações (...) e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas”¹⁵¹. Diz-se de uma perversidade sistêmica, instaladora de novos totalitarismos e “violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos”.

A composição da população quer seja considerada do ponto de vista étnico, linguístico ou religioso, é com frequência abordada por meio da categoria homogeneidade versus heterogeneidade. A homogeneidade é, nesse caso, percebida como uma condição favorável à sobrevivência do Estado, enquanto a heterogeneidade é tida como uma condição mais desfavorável. Em outras palavras, a estratégia do Estado visa a homogeneidade, e é esse o motivo da adequação dos índices de diferenciação. Trata-se, é certo, de uma “leitura estatal”. O Estado que

¹⁵⁰ Cabe sublinhar que as noções de desenvolvimento expressas na constelação semântica da categoria, mesmo que observadas na perspectiva positiva das lógicas não imprudentes, tal como concebe Sachs (2002) ao apontar para o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais onde se inclui a conservação da biodiversidade enquanto componente estratégico ou Franco (2004) dimensionando princípios do desenvolvimento de base local. Por mais complementares que sejam as diversas noções projetadas, ainda urge a necessidade de se ampliar as imersões para o desdobramento de um conceito que renove o paradigma da diversidade para o século XXI. Nesse caso, isso reforça a necessidade de maior conexão entre a produção universitária e os conhecimentos de Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a interatividade desse processo com movimentos socioculturais cujas experiências elaboram espacialidades profundas no vivido da contra-espacialidade das urbanidades.

¹⁵¹ Idem.

procura unificar, torna idêntico por todos os meios. O Estado teme as diferenças e, em consequência, só quer ver uma face das coisas. (RAFFESTIN, 1993, p. 28).

No contexto de síntese da homogeneidade socioespacial em que lógicas viciadas do Estado insistem na invisibilidade da diversidade pesam as diversas situações de descasos, descontextualizada insegurança jurídica e opressões às comunidades negras rurais quilombolas em seus territórios camponeses depois de 126 anos de Abolição da Escravatura no país, desrespeitando humanidades e descumprindo: a Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 1º, 2º, 5º, 215º, 216º, 231º, 232º, e o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias; o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; a Lei Estadual 21.147 de 14 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; os acordos firmados no contexto da Eco 92 e, violando dispositivos internacionais de proteção aos Direitos Humanos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada pelo Decreto Legislativo 143 de junho de 2002 e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992.

Esse conjunto de legislações, tratados e pactos fundamentam garantias às comunidades Quilombolas, juntamente com outras comunidades tradicionais, bem como direitos espaciais sobre seus territórios, determinando o seu reconhecimento e os direitos de titulação das terras que tradicionalmente ocupam. É desse modo que o Estado, em suas três esferas, está obrigado a proteger, respeitar e garantir esses direitos à população.

Quanto à etnogênese do conceito de povos tradicionais e seus subsequentes usos políticos e sociais, o referido autor afirma que o conceito surge para englobar grupos sociais distintos que defendem seus territórios frente à usurpação de outros grupos sociais ou mesmo do Estado-nação. Assim, o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de forma indissociável. (COSTA FILHO, 2008, p.26).

Sobre comunidades e povos tradicionais, a análise de Little (2002, p.23) informa um contexto onde sobressalta a “existência de regimes de propriedade comum, o sentimento de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais mostram na atualidade”. Ao referir-se à incorporação das expressões “populações tradicionais” e “comunidades tradicionais” pelo ordenamento jurídico e burocrático-administrativo pelo Estado, Almeida (2006, p.22-26) reflete que “tradicional” não se vincula à história ou historicidade dessas comunidades e povos, simplesmente. Muito menos aos laços identitários em essência, mas especialmente diz-se de identidades coletivas que se redefinem situacionalmente numa mobilização política continuada. “O critério político-organizativo se sobressai, combinando com uma ‘política de identidades’, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado”.

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis (...). Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena (...). (DIEGUES, 1996, p.87).

Nesse ambiente de especificidades socioespaciais traduzidas na realidade cultura dos territórios Quilombolas do Brasil contemporâneo que comungam desafios estruturais e substanciais, Anjos (2009) destaca as questões principais analisadas e elencadas a seguir:

- a imagem da África no Brasil, ainda tratada como um país, e a hostilidade e indiferença com as temáticas dos Quilombos em virtude da carência de uma perspectiva real sobre a profundidade das conexões entre o país e o continente;
- as fragilidades técnicas, institucionais e pedagógicas sobre o processo de reconhecimento dos territórios étnicos;

- a falta de clareza na política de demarcações territoriais e a mentalidade preconceituosa dominante no espaço rural brasileiro;
- as carências no recenseamento dos territórios Quilombolas do país que alimentam a invisibilidade dos territórios frente à sociedade e às políticas públicas;
- os problemas ligados à mobilidade espacial de onde salta a intensa migração da juventude com perdas inclusive culturais, sobrecarga de estruturas urbanas e desestruturação das comunidades;
- a desfiguração da paisagem Quilombola com a sobreposição descontextualizada de projetos que descaracterizam a estética profunda do lugar de viver diferente do padrão ortogonal e retilíneo de matriz europeia produzindo um tipo de violência espacial;
- a quebra do equilíbrio ambiental local por novas pressões de consumo e consequentes quadros de degradação e sobrecarga;
- a fragilidade da autonomia econômica vigente e potência em que consiste exigem atenção de critérios especiais ligados à economia da criatividade, da solidariedade e da valorização de potencialidades locais;
- os desafios do turismo étnico, os limites da segmentação de base comunitária e suas possibilidades que carecem de ação pedagógica para nivelamento sobre perspectivas, contradições e complexidades na construção da liberdade de escolha em participar ou não das lógicas do turismo;
- os desafios ligados à saúde quilombola, com evidência dos problemas ligados ao consumo de álcool e drogas e, os desafios das doenças sexualmente transmissíveis;
- as fraturas que se estabelecem em comunidades secularmente desconectadas com sistemas de comunicação e que superam rapidamente quaisquer possibilidades de construção de processos graduais de empoderamento com a democratização dos meios como televisão e internet;

- os conflitos de miscigenação nos troncos familiares historicamente excluídos que ao receberem atenção das políticas de infraestrutura passam a ver o território ser procurado por outras populações que instalam possibilidades de casamentos e desestruturação de laços familiares e comunitários;

- a educação Quilombola e as dificuldades educacionais de várias naturezas desde espaços físicos, passando por formação de professores, acesso ao ensino superior e questões ligadas ao rompimento necessário como os currículos tradicionais da educação de base;

- os conflitos institucionais no setor decisório que implicam na dispersão das ações e na ineficácia dos processos, a pulverização de políticas, a desmobilização comunitária, a carência de representações e o desafio da institucionalização das demandas;

- os desafios envolvidos na alocação de recursos que implicam em fratura comunitária e apresentam fragilidade de planejamento, destacando também os limites do processo de formação de lideranças;

- a organização política dos quilombos passa diretamente pela urgente necessidade de maior articulação entre os territórios, que já se reconhecem conectados na partilha de interesses e desafios comuns;

- a pressão, a invasão e a expulsão no contexto dos territórios quilombolas que explicitam quadros de tensão das fronteiras e adjacências, especialmente por forças mercantilizantes do capital ligados à mineração, agroindústria; madeireiras; ecoturismo; barragens, dentre outras;

- quadros de discriminação e racismo institucionalizado e fragilidade generalizada da mentalidade social em virtude da falta de informação e do desconhecimento;

- o resgate, reconhecimento e a valorização da capoeira no contexto dos territórios como ferramenta de referência e expressão cultural, poder simbólico, qualidade de vida e integração comunitária;

- o desafio da inclusão afro-brasileira no contexto emergente de reconhecimentos identitários tradicionais enquanto integrantes legítimos da identidade nacional, bem como a valorização das cidadanias da diversidade sociocultural no contexto do cinismo e da hipocrisia institucionalizados a confrontar o Brasil profundo;

- os ajustes e correções na base informacional dos territórios tradicionais quilombolas que envolvem situações de adjacência municipal como é o caso de Brejo dos Crioulos localizado na trijunção dos municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelândia; as divergências sufixal e prefixal nos nomes de alguns territórios; a paridade de topônimos.

O quadro, porém, se agrava com a burocracia, a parcialidade e inconsistência em determinadas decisões jurídicas e políticas, a morosidade e o desinteresse político nos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas e indígenas; a normose dos interesses dissonantes; a criminalização e o assassinato de lideranças nos movimentos sociais país afora, a repressão, o genocídio, a coação com foco no esvaziamento das articulações mobilizadoras e o aumento dos casos de suicídios em territórios tradicionais, em razão da fragmentação de sociabilidade simples em suas células tão grandes e miúdas, amiúde invisibilizados aos olhos do mundo.

Ainda, quadros de racismo ambiental com a destruição de técnicas de manejo, o envenenamento de terras agricultáveis, a criação e ampliação de Unidades de Conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais; o comprometimento dos ecossistemas e biomas, especialmente do cerrado; a escassez de recursos naturais, dado o avanço de grandes projetos; a criação de gado, as monoculturas e a mineração associadas às grandes obras de infraestrutura (pontes, barragens, usinas e pequenas centrais hidrelétricas) que provocam uma contínua desestruturação das economias diferenciadas; a fragilização dos processos de educação no campo, da agrobiodiversidade e da sociodiversidade do país.

Além de outras pressões, nas quais se inserem a apropriação e privatização não autorizada de conhecimentos tradicionais, a concentração de poder nas esferas de representação, a manipulação da informação para “dominação dos domesticados”¹⁵² e frágil democracia nos meios de comunicação, preconceitos, perseguições e esfacelamento de manifestações culturais tradicionais por movimentos articulados de renovação da fé onde a “espiritualidade do etnocídio é a ética do humanismo”, Clastres (2004, p. 84). Dos desafios e contradições do Estado, cabe ressaltar sobre o desencontro forjado dos tempos e velocidades político-administrativas frente à realidade e ao cotidiano desses Povos e Comunidades.

Segundo Costa (1997, p.91) a ocupação humana na região Norte de Minas, apresenta “três vieses culturais: as nações indígenas Tapuias e Caipós (mortos, escravizados e expulsos da região), os negros provindos de fugas do trabalho escravo em fazendas de criação de gado e de áreas de mineração e os baianos e paulistas, bandeirantes capitaneados por Matias Cardoso e Fernão Dias Paes”. Na compreensão de Luz de Oliveira; Dayrell, (2000); Costa (1997) esse processo de ocupação trouxe aos homens estabelecidos nos Gerais uma identidade própria e uma cultura específica, sertaneja (*modus vivendi*), como fruto da relação estabelecida com a terra e com a natureza.

A cultura aqui denominada sertaneja será o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocam em contato no território norte-mineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes com homens de outras regiões (...). Entretanto, os homens que se instalaram no norte mineiro assimilaram os conhecimentos dos Tapuias e Caiapós, principalmente o conhecimento da fauna, flora e solo bem como suas utilizações, por coleta, caça, pesca, extração e cultivo, para a saúde, agricultura e pecuária. (COSTA, 1997, p.82).

Contudo, Costa (1997, p.88) destaca que após a implantação da SUDENE na região, na “expansão das relações capitalistas de produção” e processo de modernização da agricultura “a região sofreu muito com as mudanças que provocaram rupturas nas diversas

¹⁵² (BOURDIEU, 2002, p. 11).

formas de organização da cultura sertaneja cujas características até então eram eminentemente rurais”. O processo de modernização implantado no Norte de Minas na década de 1960 é marcado por um grande contingente de famílias marginalizadas, expulsão de terras, degradação do cerrado e resistência de modos tradicionais de viver. (CARNEIRO, 1997); (FEITOSA, 2008); (CUNHA, 2012); (CHAGAS, 1999); (FONSECA, 2012). Contexto marcado pela reação do Estado, segundo Costa (1997, p.97), “inserindo suas práticas clientelistas para com a população lá existente, através dos programas assistencialistas sociais, introduzindo no campesinato o poderio do mercado”. Restando a cultura sertaneja se expressar em dois níveis opostos entre si, de um lado a existência de um mundo tradicional e, de outro um mundo moderno e urbano gerador de rupturas ¹⁵³.

A quadra complexa que os povos e comunidades tradicionais atravessam no início do século XXI, especialmente evidenciada pelas contradições no campo de poder do Estado, expressa a ampliação das reflexões sobre os direitos à espacialização de suas existências mediante conquistas recentes, cujas raízes remontam suas ancestralidades e o condensado de suas lutas. A profusão na intensidade das relações e conexões entre os diversos sujeitos dos territórios tradicionais brasileiros está permitindo a eles o vislumbre sobre possibilidades mais equilibradas de reivindicação e legitimação de suas realidades à luz das conquistas constitucionais. Além dos atos de resistência no enfrentamento legítimo aos inúmeros abusos, historicamente acumulados e permanentemente denunciados, a realidade das manifestações e posicionamentos no movimento das ideias e práticas contrárias às forças destruturadoras de suas lógicas territoriais anunciadas como construtoras de um novo mundo possível ao qual se dedicam, evolui no diálogo e intercâmbio de histórias, experiências e conhecimentos.

A estruturação e aproximação de redes para coalisão na ação comunitária de base territorial e capilaridade relacional experimenta momento fecundo no alinhamento de

¹⁵³ Ibid., p.95.

temáticas em debates que buscam oportunizar a dissolução de problemas comuns com o aprimoramento de tecnologias sociais que integram ações específicas com vistas à superação do sectarismo autofágico visto como uma ameaça aos movimentos sociais e aos territórios tradicionais, dada à fragilização da capacidade mobilizadora das instâncias de representação política partidária.

A difícil formação de lideranças, especialmente no campo do direito, a articulação de táticas antigas (denúncias, petições, ações civis públicas, relatórios-sombra, protestos, manifestações, passeatas, petições, *lobbys*, audiências públicas) e sua integração com as novas tecnologias (*internet*, redes sociais, petições virtuais, compartilhamento de arquivos em tempo real, *chats* de debates globais, vídeo conferências) e o “hackeamento” de espaços de poder político na ordem da legitimidade, especialmente nos Sertões do Brasil nos quais se inclui o Norte de Minas, historicamente marcado pelo coronelismo clientelista e mandonista¹⁵⁴ baseado na reprodução de seus espólios eleitorais, constituem desafios que, cada vez mais esvaziados frente à ampliação das conquistas cidadãs, animam a luta dos novos sujeitos dos territórios tradicionais em seus processos de desinvisibilização e acesso a direitos.

O contexto permite pontuar inicialmente sobre os seguintes aspectos: a condição ainda prematura do ordenamento jurídico, como no caso da Lei Estadual 21.147 de 14 de janeiro de 2014 no Estado de Minas Gerais; o processo de aperfeiçoamento pelo qual passam as instâncias de articulação como o exemplo do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais que está sendo configurado; a consolidação da Rede Cerrado e também sobre o importante trabalho de mobilização da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas; o desenvolvimento de instrumentos de informação, mapeamento e atualização das situações de conflito desenvolvida no Projeto do Observatório e Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais do Grupo de Estudos em

¹⁵⁴ (AGUIAR, 2001); (AQUINO, 2013); (COSTA, 1999), (PEREIRA, 2002); (SANTIAGO, 2013); (PEREIRA, 2002).

Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) e pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) com o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

Ainda, cabe destacar a incipiente instalação de novos dispositivos jurídicos a exemplo do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) resultado dos esforços do Ministério Público Federal, junto ao Ministério do Planejamento por meio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e suas Superintendências, pela garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais ao atuar na mediação de conflitos buscando compatibilizar na esfera dos interesses diversos e complexos, especialmente frente às pressões sobre áreas da União ocupadas por povos tradicionais, a exemplo das Comunidades Caiçaras, Vazanteiras, Ribeirinhas e, cobiçadas por forças de mercado, especialmente do setor energético. Também, os diversos trabalhos de pesquisa que estão sendo conduzidos por diversas Universidades junto às Associações de Moradores dos territórios tradicionais com a finalidade de potencializar seus canais de desinvisibilização, reconhecimento, legitimação e valorização territorial conforme já mencionados enquanto fontes dessa pesquisa.

Importante destacar o importante trabalho das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para Comunidades Tradicionais no contexto do Programa Brasil Quilombola, cujo comitê gestor é ainda composto por 11 ministérios. Lançado em 2004 como o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, com o desdobramento do programa foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007)¹⁵⁵, que agrupa as ações voltadas aos territórios a partir de quatro eixos, a saber: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local;

¹⁵⁵ Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm>, visitado em abr. de 2013.

e, direitos e cidadania. (SEPPIR, 2013). Depreende-se da “Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e nutricional em Comunidades Quilombolas tituladas” (FEC-UFF; DataUFF, 2013)¹⁵⁶ que somente após 2003, com a criação da SEPPIR e a implementação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) é que as comunidades Quilombolas “passaram a fazer parte da agenda das políticas de proteção social e ganham espaço nas estratégias de atuação de variados ministérios da área social”.

A pesquisa indica que, na percepção das lideranças entrevistadas, ocorreram alguns avanços desde o momento da titulação do território. Esta percepção deve ser compreendida como o reconhecimento de mudanças avaliadas pelas lideranças a partir do contraste com um longo período histórico em que a gestão pública não tomava as comunidades quilombolas como elemento constituinte da agenda social. De fato, em 1988 a questão da titulação da terra aparece como um elemento de articulação de forças que buscavam o reconhecimento dos remanescentes de quilombos como grupos a que o Estado e a sociedade deveriam garantir a posse e permanência em seus territórios. As lideranças indicaram que a titulação teve efeitos positivos sobre o fortalecimento da identidade negra e quilombola e a mobilização e participação política comunitária (FEC-UFF; DataUFF, 2013, p.4)¹⁵⁷.

Caracterizado pela gestão descentralizada o PBQ (SEPPIR, 2013)¹⁵⁸ envolve entes federados a partir de comitês estaduais. “Sua gestão estabelece interlocução como órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das

¹⁵⁶ (PINTO, Et. al, 2014)

¹⁵⁷ “Nesta pesquisa trabalhou-se com 169 territórios Quilombolas que obtiveram título de posse coletiva da terra, emitido entre 1995 e 2009. A titulação do território quilombola em tese deveria significar o fim dos problemas relacionados à posse da terra. Não é isto, no entanto, o que efetivamente ocorre: aproximadamente 60% das lideranças disseram que tais conflitos ou se mantiveram ou mesmo aumentaram após a titulação. Para além disto, em cerca de 25% das comunidades os moradores não conseguiam ter acesso à totalidade do território titulado. Este resultado é preocupante, pois se a titulação garante a propriedade coletiva do território, casos de não acesso a este constituem uma grave restrição. Nestas comunidades em que havia restrições de acesso, o motivo mais frequentemente citado (quase 80% das respostas) foi a persistente presença de ocupantes. Ainda neste campo, mais da metade das lideranças apontaram que as situações de agressão física ou verbal e discriminações contra a comunidade persistiram ou mesmo cresceram após a titulação. (...). Apesar do incremento da mobilização e participação política da comunidade após a titulação, em mais da metade das comunidades não existia sede própria para o desenvolvimento das atividades associativas (ou para cooperativas). Nem todas as associações comunitárias estavam vinculadas a movimentos sociais mais amplos como coordenações regionais, estaduais ou nacionais; ou federações e etc. De fato, cerca de 30% destas permanecem isoladas neste aspecto (FEC-UFF; DataUFF, 2013, p.7-8).”

¹⁵⁸ A pauta das comunidades quilombolas entrou no Plano Plurianual pela primeira vez na peça 2004-2007, com crescimento permanente de demandas desde então. O Plano Brasil Maior – PPA 2012-2015, no programa temático 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, de execução da SEPPIR, prevê iniciativas de coordenação, monitoramento e avaliação de ações governamentais voltadas para os territórios em 14 programas temáticos do PBQ que possui interface direta como o Programa Brasil sem Miséria. (SEPPIR, 2013).

comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais”¹⁵⁹. Conforme dados da estima-se que existam aproximadamente 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. De acordo com o PBQ a realidade dos territórios quilombolas no país pode ser lida a partir do seguinte ambiente:

- Os territórios se localizam em 24 estados da federação, sendo a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco;
- 2.197 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro;
- 2.040 comunidades certificadas pela FCP, sendo 63% delas no Nordeste;
- 1.229 processos abertos para titulação de terras no INCRA;
- 207 comunidades tituladas com área total de 995,1 mil hectares, beneficiando 12.906 famílias;
- Registraram-se em 2013, 80 mil famílias quilombolas cadastradas no CADUNICO;
- 64 mil famílias, 79,78% do total, são beneficiárias pelo Programa Bolsa Família;
- 5,5 é a média de pessoas por família, baseada na Chamada Nutricional Quilombola (2006);
- 74,73% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza;
- 92,1% autodeclaram-se pretos ou pardos;
- 24,81% não sabem ler;
- 82,2% desenvolvem atividades ligadas à agricultura, ao extrativismo ou à pesca artesanal.

¹⁵⁹ Ibid., p. 5.

Quadro 2 - Situação do Domicílio Quilombola – Dados das famílias quilombolas inseridas no CadÚnico

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO QUILOMBOLA	JUL 2012	JAN 2013
Possui piso de terra batida	63%	48,7%
Não possui água canalizada	62%	55,21%
Não possui banheiro ou sanitário	36%	33,06%
Não possui saneamento adequado	76%	54,07%
Possui esgoto a céu aberto	28%	15,07%
Fossa Rudimentar	48%	39%
Queima ou enterra lixo no território	58%	57,98%
Possui coleta de lixo adequada	20%	21,19%
Possui energia elétrica	78,4%	79,29%

Fonte: SEPPIR/PBQ, 2013, p.8.

Chegar, denotativamente implica no alcance a um lugar (espaço) ou a um momento (tempo), conotativamente a ampliação desse significado pode traduzir a elevação, a ascensão, filosoficamente poder-se-ia dilucidar o chegar na espacialidade da aproximação profunda, nas conexões do íntimo, no espaço revelado, no sertão essencial da casa, do território, no compartilhamento das humanidades. Se conduzido o olhar à epistemologia do espaço, o chegar tal como o partir guarda e protege a chave das relações. Chegar ao Laboratório de Geografia Cultural e Turismo, chegar ao território Quilombola de Ivaporunduva-SP, chegar ao território Quilombola Brejo dos Crioulos, chegar aos procedimentos, às pesquisas, chegar às reflexões, chegar aos escritos diz do percurso. A reprodução e o desdobramento da chegada sempre traduz no espelho da partida, um novo passo, uma nova leitura geográfica.

A receptividade, a abertura à conversa franca, o respeito profundo ao olhar do outro, o encontro das alteridades, onde não há “sujeito”, “objeto”, “CPFs” como tratam certas políticas públicas, há sim pessoas, famílias, relações. O lugar do chegar é o lugar do vivido, do viver, da experiência do compartilhamento, do reconhecimento do outro. O convite à chegada só poderia traduzir o acolhimento, ao mesmo passo que traduz o que foi percebido como *território-para-si*, que será apresentado no próximo capítulo junto à perspectiva de visita o mundo vivido por meio da espacialidade imagética cujas representações simbólicas evidenciaram no período de imersões, referenciais de orientação para construção dialética dos

mapas mentais, de movimento nos balés do cotidiano, de equilíbrio para conexões e relações manifestadas, de forma e conteúdo na percepção da realidade e da subjetividade do território.

Foto 8 - Casa abandonada no território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, nov. de 2012.

Espaço Curvo e Finito

Oculto consciência de não ser,
Ou de ser num estar que me transcende,
Numa rede de presenças e ausências,
Numa fuga para o ponto de partida:
Um perto que é tão longe, um longe aqui.
Uma ânsia de estar e de temer
A semente que de ser se surpreende,
As pedras que repetem as cadências
Da onda sempre nova e repetida
Que neste espaço curvo vem de ti.

José Saramago

OS POEMAS POSSÍVEIS,
Editorial CAMINHO, Lisboa, 1981. 3ª edição.

Foto 9 - Sr^a. Nercesa, moradora da Comunidade de Orion no contexto do Fórum Internacional de Agrobiodiversidade/Encontro Nacional de Agroecologia (2013)



Fonte: Acervo do autor, out. 2013.

2 SER-DO-LUGAR, SER-NO-LUGAR, TERRITÓRIO-PARA-SI

2 SER-DO-LUGAR, SER-NO-LUGAR, TERRITÓRIO-PARA-SI

2.1 Ocupar e Resistir: viver e territorializar para existir

O histórico quilombola no país está imerso no movimento de dinâmicas geográficas territoriais de onde se evidenciam processos de segregação espacial e racial, exclusão social, desqualificação histórica e, fragmentação da diferença. Ao mesmo tempo é marcado por dinâmicas de existência etno-racial, lutas de reintegração e acesso a terra, reconhecimento de direitos, identificação e valorização de ancestralidades, expressões culturais afro-brasileiras, representações e modos de vida, processos de auto-identificação, resgate identitário e enfrentamento ideológico. Identidade e territórios Quilombolas mesmo amparados no ordenamento jurídico brasileiro, ainda são alvos de tramas políticas, embates ideológicos e disputa de poderes, cujos principais prejudicados ainda continuam sendo os territórios tradicionais, seus povos e comunidades. É desigual a luta que estes grupos vêm travando contra fazendeiros, latifundiários, empresas do agronegócio, mineradoras, projetos de grandes barragens, empresas de papel e celulose, criação de Unidades de Conservação, Igrejas, dentre outros.

Quase sempre, essas e outras pressões se mascaram nas vestes do anunciado “progresso”, por vezes aparado pela lógica atenção-desatenção do Estado que assiste na frieza distante dos gabinetes a complexidade socioespacial do país. Nesse caso, o poder político acaba por marcar a sua presença na ausência. Situações essas que anunciam dentre outras questões, a fragilização das “sociabilidades do homem simples” (MARTINS, 2000a) na desterritorialização de modos de vida tradicionais, a criminalização de movimentos sociais da luta por territórios de direito, e a manipulação midiática estratégica que silencia debates sobre

direitos territoriais enquanto expressões das identidades espaciais de grupos historicamente oprimidos, ofuscando o desafio de se pensar a função social do território.

A vida difícil dos povos e comunidades tradicionais, que se apresentam como novos sujeitos políticos reposicionam suas existências, por tempos, ignoradas pelo Estado e por grande parte da sociedade brasileira, a fim de superar o quadro de invisibilização histórica, social, simbólica e material. Reproduzidos na resistência, em *táticas de existir* se reproduzindo frente às diversas pressões, guardam memórias importantes da pronunciada luta e, das relações construídas no contexto das diversas formas de conflito encontram a oportunidade de se mostrarem para o mundo. O desdobramento de suas identidades espaciais ocorre simultaneamente ao enfrentamento das lógicas desestruturadoras de seus meios de vida e lugares de viver.

Não precisamos mais de consultar a ninguém para concluirmos da legitimidade dos nossos direitos, da realidade angustiosa de nossa situação e do acumplicimento de várias forças interessadas em nos menosprezar e em condicionar, mesmo, até o nosso desaparecimento! Temos consciência de nossa valia no tempo e no espaço. (...) é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais, de que devemos estar unidos a todo preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros, e como tais os únicos responsáveis por nossos destinos, sem consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja. (NASCIMENTO, 2002, p.358).¹⁶⁰

O processo de reterritorializações identitárias que destaca o estabelecimento de novas territorialidades quilombolas no país legitima direitos, estabelecem diálogos e reordenam lógicas socioespaciais por meio de resistência compartilhada em múltiplos relacionamentos. A requalificação de seus espaços de vida se dá no balizamento de enfrentamentos ideológicos, na valorização a vida comunitária, na superação de quadros de subordinação e subalternização, na abertura ao engajamento político, na ocupação de novos espaços representativos de poderes institucionalizados, na participação em decisões executivas de instâncias até pouco tempo desconhecidas, nas conexões com movimentos culturais, na

¹⁶⁰ Durante leitura do trecho do Manifesto da Convenção Nacional do Negro Brasileiro de 1945.

promoção da reconstrução social e identitária baseada na coletividade, no acesso às políticas públicas, às redes de educação, na inserção em mercados formais de trabalho.

Enfim, na criação de novas redes de economia solidária, no acesso aos espaços de educação formal com destaque para o ensino superior, na reabilitação de suas dignidades expropriadas. Pesa no contexto a questão étnica complexa em seus conflitos, a historicidade em reconstrução e a organização espacial que dialoga identidades, cultural e espacial, suas perdas a partir da construção semântica acerca dos conceitos de quilombo e quilombola, bem como a desinvizibilização da identidade espacial. Ainda, os entendimentos contraditórios do Estado brasileiro, o debate acadêmico incipiente e as variadas visões de mundo que ainda não percebem o Brejo dos Crioulos como um espaço de vida.

Compreender o contexto das transformações territoriais, de onde salta o caso de Brejo dos Crioulos, suas (des)ordens e os rearranjos espaciais pressupõe, nesse caso, um mergulho na complexidade territorial e cultural brasileira e, regional bem como, na espacialidade das desigualdades socioeconômicas do país. Considerando a proposição a uma leitura geográfica, torna-se essencial as compreensões do espaço geográfico como uma comunhão dialética de fixos e fluxos, como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de tempos e temporalidades, “formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, (...) por um sistema de objetos e um sistema de ações (...) não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 1998a, p.110-111).

Compreender o desdobramento da *espacialidade Quilombola* exige a sobriedade de recuperar a construção do *Kilombo* conforme foi apresentado e, percorrer os caminhos da complexa travessia até a corporificação ressemantizada do território Quilombola relacional, aqui considerado como resultado espacial temporário da “soma de todas as histórias possíveis” dessa jornada até então. (BRAUDEL, 1992). Uma imersão nas multidimensões do

tempo e da temporalidade enquanto categorias de análise fundamentais à leitura geográfica potencializa a análise sobre as *conexões do desdobramento* espacial e, simultaneamente possibilita a aproximação da multiescalaridade envolvida nesse processo.

O reconhecimento do *lugar-território* Brejo dos Crioulos enquanto produto social historicamente construído, pode ser visitado a partir do recorte (geográfico-espacial e/ou histórico-temporal) sob a perspectiva dos eventos desencadeadores dos fatos, dos acontecimentos localizados, dos instantes vividos, da duração das experiências, da *dialética dos frames*, da sobreposição de memórias na contramão da *natureza do irreversível*, da conexão de narrativas, do compartilhamento de visões, das *dimensões da rotina*, “diacronia e sincronia” (SANTOS, 2012) da *variação de inconstâncias*, das *relações do chegar*, das percepções sobre as distâncias entre a vida e a morte, da consciência manifestada entre a realidade e o sonho, das percepções de viagem, da observação do cotidiano, da *alienação da linearidade*, dos espasmos do poder, da *distribuição desencontrada* que rearranja a *coexistência na dispersão*.

Ao refletir sobre as naturezas do tempo curto, do tempo médio e da tendência secular Braudel (1992) indica a fragmentação escalar possível de um caminho total por meio da *dialética da duração*. Tal concepção permite ampliar para além do tempo da pesquisa e da leitura geográfica pretendida, uma *regressão cartográfica* do território e das territorialidades. Conforme já mencionado Costa (1999) partindo de categorias nativas tece a historicidade de Brejo dos Crioulos nos *tempos da fartura, da divisão e da penúria*, por onde acompanho a refletir sobre o *tempo da luta*, outra categoria nativa inaugurada com a conclusão e desdobramento de sua pesquisa que se evidencia como *conexão do desdobramento*. Desse modo, é possível reconhecer recortes do recorte, revelando a multiescalaridade espaço-temporal da espacialidade em questão.

A questão crucial dessas perspectivas e entendimentos se resolve no espaço relacional que também é o espaço da coexistência, “simultaneamente o tempo da vida de todos”. (SANTOS, 2012). Espaço de fluxo contínuo e abordagem relativa. (SAQUET, 2007). O espaço relacional onde “todos os lugares se relacionam com um tempo do mundo”, contingência no “acúmulo desigual de tempos” eventos não “sucessivos e concomitantes” que não descartam uma “geografia retrospectiva” e, que no combinado das convulsões espaciais é capaz de “reverter a empiricização”¹⁶¹ do tempo. É este espaço que “que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionados como possibilidades diferentes de uso do tempo” (SANTOS M., 2012, p.160).

Diz-se de um espaço resultado de diversas formas, cruzamentos e rearranjos de poder. De um espaço multidimensional cuja (des)ordem expressa simultaneamente “uma dimensão de comportamentos obrigatórios, que são formas jurídicas e as formas sociais, e (...) o tempo, tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos frequentemente dificuldade em precisa-la” (SANTOS, 1998, p.68). Nesse caso, resolver a distância que existe entre viver (sobreviver/tempo), vivido (produzido/cotidiano) e vivências (experiências/temporalidades) no espaço (território) relacional aponta para a natureza do devir, para o incerto construído na certeza do *poder-ser* ou do *território-para-si*. “Todo devir é começo: o que não era, o que não é, vai ser; passa do nada ao ser. E todo devir é fim. O que termina deixa de ser, vai do ser ao nada”. (LEFEBVRE, 1995, p. 190).

O território Brejo dos Crioulos compreendido como das identidades espaciais do Sertão Gerais, produzida a partir das conexões dos lugares de viver que evidenciam uma unidade socioespacial geografizada e culturalmente reproduzida, territorializada no complexo cotidiano de homens e mulheres que a partir de suas simplicidades territorializantes são

¹⁶¹ Op.cit.

capazes de reproduzir material e simbolicamente as próprias existências. A *espacialidade Quilombola* ancestralizada em desdobramento guarda o conteúdo que corporifica o poder territorial nas multidimensões e na multiescalaridade de seu espaço relacional cujas temporalidades podem ser lidas no tempo das coexistências da diversidade resolvidas no devir. O espaço geográfico brejeiro é então projetado como

a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”¹⁶² que traduzem sua existência. “Não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo. (MARTINS, 2000a, p. 63).

A espacialização da diversidade no território nacional em diálogo contraditório com a intensificada expansão capitalista baseada na exploração demasiada dos recursos naturais convida à urgente necessidade de se repensar a socialização das espacialidades produzidas no espaço relacional dos Povos e Comunidades Tradicionais fronteirizados com o “meio técnico-científico-informacional”¹⁶³ brasileiro. A conexão de ordenamentos hegemônicos de mercado com dinâmicas territoriais tradicionais, seus processos ancestrais de conservação e manutenção do lugar de viver provoca o tensionamento da *fronteiridade* das espacialidades mercantizante e desmercantilizada. A primeira busca reeditar a histórica subordinação da segunda ao poder político financeirizado que hegemonicamente forjou a espacialidade do país a seus sabores, invisibilizando a natureza profunda do território nacional.

Não há termo que justifique omitir interpretações sobre populações conhecidas, imaginadas, mas não reconhecidas. Suas fortes frágeis existências resistentes à natureza covarde de seus ainda opressores. Para Santos (1998a, p.34) nos espaços de racionalidade o mercado é coroado à tirania e o Estado à impotência. Toda a espacialidade é disposta aos fluxos hegemônicos para que “corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por

¹⁶² (SANTOS, 2008, p. 88)

¹⁶³ (SANTOS, 2012)

isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado”.

Nas fissuras da presença e da ausência do Estado, o território Brejo dos Crioulos é reelaborado, contraditório, fluido, fragmentado, indivisível, repartido e acumulado dialeticamente. Um movimento simultaneamente lento e ligeiro de produção socioespacial define as feições de suas paisagens e os significados de seu cotidiano. Lento como tática, ligeiro como estratégia. De um espaço livre ao cativo das liberdades, nas senzalas da modernidade a ausência da trégua e dos sossegos fundamentais fez do *espaço compartilhado* Brejo dos Crioulos um *espaço dividido* entre o conflito e a esperança.

Trata-se de um território produzido a partir do conflito entre existências e forças desiguais, *espacialidades desiguais*. Aponta Raffestin (1993, p.143-144) que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”. É na apropriação dos espaços de reconhecimento ocupados nas esferas de poder e nos diversos relacionamentos que o Brejo dos Crioulos (re)territorializa sua existência ameaçada, seu território e, conseqüentemente sua identidade espacial.

A existência desigual de um grupo social territorializado como é o caso de Brejo dos Crioulos, se comparada às múltiplas manifestações sociais comuns da urbanidade nas cidades do Norte de Minas em seus cercos e domínios, o território brejeiro se materializa como unidade social e comunidade organizada a partir de sua identidade espacial Quilombola fronteirizada que tende ao homogêneo frente às condições de vida e trabalho mercantilizadas em um espaço rural cada vez mais heterogêneo e, não necessariamente agrário. A especificidade espacial em suas determinações historicamente condiciona meios de viver de certo modo incomuns ao cotidiano das urbanidades regionais, de onde salta uma menor representação política e expressão econômica.

Em sua compreensão Campos (2007) destaca que, de um modo geral, a dinâmica de espacialização da cidade ao longo da história não tem contemplado as denominadas minorias. Para este autor “o *fazer* a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação”¹⁶⁴ independentemente da instância em análise ser política, econômica ou social. Ao analisar, por exemplo, a história da consolidação e manutenção do poder político e econômico de famílias abastadas nos arranjos locais da cidade de São João da Ponte-MG, no contexto dos conflitos vigentes na década de sessenta em Brejo dos Crioulos Costa (1999) aponta que

falar de conflitos entre trabalhadores rurais e suas famílias com grandes fazendeiros, que chegam secundados por bandos de jagunços armados até os dentes para tomar as terras que alegadamente lhes pertenciam, é falar de choque entre forças desiguais, os *fazendeiros* e os *fracos*. E, no caso do *campo negro da Mata da Jaíba* é falar do confronto entre duas etnias: a sociedade negra da Mata da Jaíba e a sociedade branca regional. (...). Entre os dois grupos foi estabelecida uma relação hierárquica, em que o poder e o status criava tensões entre eles. (COSTA, 1999, p. 58).

A região Norte de Minas, heterogênea em sua formação, contraditoriamente resiste em reconhecer a especificidade dos territórios tradicionais, especialmente tratados como alheios ao espaço urbano e aos projetos de desenvolvimento da elite política regional. Ler tal heterogeneidade socioespacial a partir das identidades espaciais expressas nos territórios tradicionais implica em conhecer as diferentes manifestações de domínio desses espaços. Nesse caso, o grau de relacionamento e capilaridade das narrativas socioespaciais dos territórios aponta a possibilidade de compreensão acerca dos limites de coexistência entre espaços singulares ruralizados e espaços hegemônicos alinhados e uniformizados na urbanidade em um tempo histórico marcado pela diluição de fronteiras.

¹⁶⁴ Ibid., p.19.

O quilombo existe desde quando negros importados (eram mercadorias) da África começaram a ser utilizados nas lavouras e logo passou a representar para o Estado e, sobretudo, para os grupos dominantes uma ameaça à ordem estabelecida. Do ponto de vista dos quilombolas, significava tão-somente a possibilidade de resistência ao senhorio e ao próprio Estado colonial [cita Moura, 1987; 1988; Ribeiro, 1996]. Tendo em vista que a Abolição da Escravatura encontrou ainda esses espaços habitados, pois, como relata a literatura pertinente, o Estado não foi capaz de extingui-los ao longo dos períodos colonial e imperial, permaneceram como tal até a cidade incorporá-los ao espaço urbano ou agrário. Portanto, admitir que o espaço quilombola fora transmutado em espaço favelado [por exemplo] é incluí-los no processo maior, ou seja, é admitir que as populações pobres, através de suas apropriações dos espaços periurbanos, ilegais à luz do poder público, participaram da construção do espaço urbano das cidades. (CAMPOS, 2007, p.19).

A lógica destruturadora do capital que busca a operacionalização da mercantilização das espacialidades ancestralizadas conservadas em gêneros de vida tradicionais, ao mesmo tempo em que orchestra limites ao reconhecimento dos territórios, afronta a limitação legitimada dos lugares de viver de comunidades marcadas por cultura específica. Nesse caso, o suporte ao contraditório encontra na região Norte de Minas um campo aberto e potente às conexões interinstitucionais e intersetorias estabelecidas no contexto do neodesenvolvimentismo. A ressemantização das espacialidades dos territórios tradicionais na região em questão destaca o encontro da invisibilidade com o desconhecimento historicamente forjado convenientemente.

Em meio às fragilidades construídas e assimiladas territorialmente, a natureza do comportamento desses grupos frente aos *discursos territorialistas*¹⁶⁵ até há poucos anos estranhos a seus invisíveis cotidianos, denota alinhamento estratégico, uma vez considerados os desafios emergentes ao consenso, ao bom-senso e à sensibilidade por grande parte de legisladores, políticos, operadores do direito e gestores do executivo regional, em reconhecer a urgência por processos de justiça histórica, ambiental, simbólica, social e material desses grupos. Isso passa pelo aperfeiçoamento das instâncias de poder, pelos avanços e conquistas

¹⁶⁵ Entendo como *discurso territorialista* as narrativas contemporâneas que capturam na polissemia circundante a espisteme do conceito de território suas propriedades fundamentais com fins ao equilíbrio entre a funcionalidade de sua natureza, a produção simbólica do espaço, o exercício de poder na autonomia criativa, a legitimação de direitos e, a promoção da liberdade existencial e identitária. No caso do Brejo dos Crioulos, a assimilação do Território enquanto um direito constitucional ocorreu mediante o conhecimento do discurso territorialista que assegurou na Constituição brasileira a previsão do direito ao território. Isso acontece em 1999, durante pesquisa do Antropólogo João Batista de Almeida Costa.

dos movimentos sociais, pelas temporalidades acumuladas na mobilização de novos sujeitos políticos, pelo aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, pelo engajamento de novas representações, pela ampliação dos espaços de diálogo, mas principalmente pela articulação comunitária dos sujeitos oprimidos.

A abertura às narrativas de ordem territorial no campo da luta por direitos coletivos impressos no Movimento Quilombola tende à assimilação de variados discursos, oriundos dos diversos movimentos sociais existentes no país. É nas relações de campos heterogêneos que a homogeneidade do Brejo dos Crioulos permite ser lida, uma vez que ao se alinharem à diversidade de visões de mundo, pactuadas com o reordenamento territorial das inúmeras identidades espaciais resistentes na luta Quilombola, reafirmam a natureza de seu lugar de viver se apresentado como guardiões de lugares ancestrais, de espaços de esperança e futuro. Nesse caso, a ação que percorre princípios e sentimentos de proteção local é apresentada nos relatos resistente às inúmeras intempéries, conflitos e pressões multilaterais.

Se de um algum modo, a condição guardiã anuncia uma das dimensões da *resiliência territorial*, por outro deixa escapar os limites da mesma. A pluratividade como alternativa à fragilização produtiva, a intensificação dos movimentos migratórios, o fraturamento das células familiares, a intolerância e seus quadros de violência latentes, o desligamento para com o mundo rural, o descompromisso com a preservação das tradições, a perda de encamentamento pela capacidade mobilizadora, a alienação às novas ordens religiosas e consequente esquecimento de valores culturais, são alguns sinais observados nesse caso.

De acordo com Almeida (2012, pg.11), a luta pelos direitos territoriais e as práticas de delimitação das territorialidades específicas, fundamentais à reprodução social do povo ou da comunidade, evidenciam uma forma de autoconsciência cultural coextensiva à capacidade de ampliar suas relações, consolidando o território. Assim posto, a afirmação reforça o entendimento sobre a natureza dos territórios relacionais. Em sua compreensão, Santos R.

(2008a, p.57) acompanhando o entendimento de Candido (1964, p. 9) destaca que a despeito da persistência de modos de vida tradicionais ligados à cultura rústica, por vezes mencionada por Rosa (2001), processos produtivos originais do cerrado passam por “perdas parciais e, em certos casos totais, do caráter estritamente natural das suas relações produtivas e comunitárias, para se tornarem produtores determinados socialmente”.

No caso do Brejo dos Crioulos, o reconhecimento e a autodeterminação sociocultural Quilombola apesar de se justificar também pelas perdas parciais de sua reprodução material e simbólica, informa o não abandono da totalidade de suas lógicas produtivas e comunitárias. A luta, por vezes se opõe aos processos produtivos determinados justamente pela manutenção e/ou resgate de seus procedimentos originais, de seus gêneros de vida.

O enfrentamento dessa natureza é um enfrentamento pelo território original e pela rusticidade de sua cultura, de seus costumes e tradições, mas também pelo garantia de futuro da coletividade territorializada. Contudo, diante do histórico de fragilização da paisagem brejeira, primeiramente com o avanço das pastagens e rebanhos após o *tempo da divisão* da década de 1930 e, posteriormente com a construção da estrada de ferro na no vale do rio Verde Grande, posteriormente seguida da abertura de novas estradas, modernização produtiva, projetos de irrigação, industrialização e envenenamento de terras e águas, a retomada de campos produtivos e lugares de viver originais que recuperam a memória espacial do *tempo da fartura* destacam outros limites da resiliência territorial, visto que muitas dos usos praticados nas terras soltas esbarram em *paisagens desfiguradas* que marcam os *territórios resilientes*¹⁶⁶.

¹⁶⁶ O entendimento objetivo sobre territórios resilientes destaca a invariabilidade das formas territoriais, contudo, parece imprudente a compreensão, visto que geohistoricamente a resiliência dos territórios é dada por seus conteúdos. Dificilmente encontrar-se-á caso territorial cuja forma não tenha sido alterada mantendo, contudo, o conteúdo que lhe dá sentido e razão de ser, inclusive pronunciado sob narrativas de indivisibilidade, imprescrição e inalienabilidade. A materialidade de Brejo dos Crioulos, por exemplo, só ainda é possível considerando todas as pressões acumuladas, em virtude da mimetização de seus conteúdos sociais e simbólicos. O lugar de viver combinado com os gêneros de vida ali estabelecidos é que justificam a resiliência que potencializa seu espaço relacional.

Compreender a produção do *território relacional* a partir da conexão entre o espaço brejeiro e o espaço crioulo passa pelo entendimento sobre a afirmação territorial processada no espaço-tempo da luta. A dialética do desdobramento espacial imperou ao território, em meio às contradições do poder, o reconhecimento de suas (des)ordens e, conseqüentemente de suas territorialidades. A contra-espacialidade produzida a partir da resiliência reconhecida projetou o espaço de seu poder relacional.

O ambiente de conflito que no início fragmentou a unidade social por coagir parte de um grupo social historicamente subalternizado na geograficidade do próprio lugar de viver permitiu, simultaneamente, a ampliação das relações de coesão do grupo. As análises compartilhadas que evidenciam a *socialização na espacialidade* destacam: o estabelecimento de parcerias e apoios por meio da representação reconhecida às lideranças; a assimilação da possibilidade de superação do quadro de insegurança produtiva; a fragilização das sociabilidades comunitárias; a fragilização de políticas públicas no âmbito do território; a inferiorização cultural por exclusão planejada; a evasão escolar; a precarização do trabalho; o distanciamento familiar; a instalação dos espaços de insegurança e medo; a manipulação da informação; e diversas outras situações que apontavam para a fragilização das sociabilidades na *espacialidade Quilombola* do território Brejo dos Crioulos. Para Almeida (2012, p.11) “a persistência da identidade étnica¹⁶⁷ pressupõe um rompimento com a fixidez do território, destruindo a imobilidade de suas “muralhas” e lhe emprestando uma dinamicidade a toda prova, que a torna uma construção do presente”.

Em tempos de esclarecimento, emergência étnica e rearranjos espaciais, as *almas*¹⁶⁸ do *lugar-território*, suas naturezas diversas e existências compartilhadas, para além dos vínculos topofílicos¹⁶⁹ quase sempre reféns ao domínio político e econômico da microrregião na qual se insere, constituem a projeção das representações culturais transmitidas de modo

¹⁶⁷ (BRANDÃO, 1997).

¹⁶⁸ (YAZIGI, 2001)

¹⁶⁹ (TUAN, 1980)

intergeracional¹⁷⁰ no movimento dialético de restauração e apropriação resignificada do espaço produzido nas temporalidades da luta por direitos coletivos nos espaços de esperança e do poder simbólico disposto a romper com a opressão e a subalternização histórica. Tais representações se evidenciam com o batuque, seus toques de caixa, danças, meios de viver, modos de produção, festas e demais sociabilidades, guardam importantes manifestações da cultura local. O território Brejo dos Crioulos supera o quadro físico da área decretada. É também um território simbólico de resistência às pressões diversas que historicamente ameaçam a vida em seu lugar original, que vão das heranças do coronelismo no Sertão Gerais à burocracia do Estado.

Historicamente os Sertões do Brasil foram tratados como espaços desocupados que careciam de ocupação. As *terras do vazio interior* guardam marcas de ocupação que, de tempos em tempos, narram e refletem a própria história do país. Desde as diásporas indígenas e negras, entradas e bandeiras, migrações sazonais e pendulares, aldeamentos, os Sertões brasileiros ajudam a compreender todos os quadros de poder e lutas espacializados no território nacional. Fosse daqueles que primeiro chegassem ou dos que mais poder exercessem, o direito ao espaço em situações localizadas no território da nação sempre dialogou com processos maiores articulados inicialmente nos bastidores de Regime Colonial e mais tardiamente no Estado Nacional.

Considerando o salto de consciência editado pelo aperfeiçoamento das democracias no mundo e a ampliação das redes de informação e tecnologia, neste início de século, a potência socioespacial processada nos movimentos de desinvisibilização dos Sertões brasileiros apresenta importante disposição em resignificar o acumulado histórico de questões que guardam entre as suas complexidades o conflito e a contradição como motores da lógica que as orquestraram. É neste contexto de esclarecimentos e desdobramentos das identidades

¹⁷⁰ (COSTA, 1999)

espaciais em suas existências que os sujeitos históricos de territórios Quilombolas passam a identificar no conflito a opressão, a covardia, a supressão de direitos, a expulsão, a miséria, a exclusão, o massacre, a subalternidade, o racismo e, a própria escravidão como a face mais clara da lógica que desestrutura os seus modos de viver e meios de existir.

A luta pelo território Brejo dos Crioulos, se de um lado (opressor) constitui a disputa de espaço para reprodução do capital pelo viés da flexibilização de direitos territoriais por parte do Estado brasileiro, da manutenção de poder político, econômico e do *status quo* da elite política regional, especialmente em uma região do Sertão Mineiro que ainda guarda fortes ligações com as lógicas do coronelismo oligárquico e da colônia escravocrata que edificou suas bases na conexão entre capital e escravidão; de outro (oprimido) representa a expressão da luta de sujeitos reais, por liberdades reconhecidas e até então intocadas, por direitos recentemente esclarecidos, por um controle de suas vidas que até pouco tempo parecia impossível. Pode-se dizer claramente do rompimento para com a subordinação e estigmatização que ali imperava, a atualização da alforria, o rompimento com versões modernas da espacialidade das senzalas.

No momento em que pequenos atos e vícios históricos passam a ser identificados, reconhecidos e desconstruídos no cotidiano do território brejeiro inaugurando novas liberdades de produção e reprodução social¹⁷¹ em um espaço até então mimetizado e invisibilizado no histórico de coação e opressão quase sempre silenciosas, é que ocorre a tomada de consciência sobre a identidade espacial do lugar de viver. O desdobramento espacial percebido convida à reflexão sobre o pressuposto do *território-para-si*.¹⁷² A incipiente especulação permite aproximação com a forma do que sugere Karl Marx ao

¹⁷¹ Marx fala da reprodução por meio da relação dupla (natural) e social, no ato de constituir-se socialmente, homem social. Poder-se-ia dizer da aproximação com a ideia dos novos sujeitos territorializados na dimensão relacional que reúne a espacialidade brejeira à espacialidade crioula.

¹⁷² Nesse caso, duas circunstâncias filosóficas se abrem aos entendimentos como possibilidades reflexivas. Cabe dizer que a imersão nestes estudos a partir das obras que nos convidam à especulação, ainda é primária, mas nem por isso serão omitidas aqui as proposições que possam esclarecer os caminhos sugeridos.

conduzir a reflexão sobre *classe-para-si* enquanto uma classe consciente de sua própria realidade e situação que elabora a capacidade proletária de abolir todas as distinções de classe e, instituindo uma nova forma de sociedade baseada na propriedade coletiva. Ao discorrer sobre a experiência de alienação no trabalho, afirma que

Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas, infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si fora do trabalho, e fora de si no trabalho. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio de satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se não fosse seu próprio, mas de um outro, como se não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (...) Pertence a outro e é a perda de si mesmo. (MARX, 2008[2004], p.82-83).

Da ideia de consciência da *classe-para-si* que se insere no contexto do quadro de alienação ao potencial emancipatório da humanidade que, segundo o autor, é portador o proletariado, e assim capaz de reeditar sua existência frente à alienação em relação aos produtos de seu trabalho, ao processo de trabalho e à humanidade essencial e, da ideia do *ser-para-si* enquanto consciência que propõe Jean-Paul Sartre em *O Ser e o Nada* (2005) à medida que entende sobre a inexistência dessa essência humana, estando essa consciência desligada da ordem das coisas, enquanto possibilidade pura e vazia e, por isso abrigando a liberdade do *para-si* enquanto permanente possibilidade de que as coisas sejam diferentes do que são, portanto uma liberdade difícil de gozar, potencializadora da má-fé e consequentemente da negação da própria liberdade, é que se evidencia a possibilidade de se refletir sobre *território-para-si*.

Avançar para além da objetividade da espacialização, na busca das percepções subjetivas acerca das multidimensões da espacialidade percorre a necessidade de aproximação do olhar àqueles que produzem o lugar de viver, o lugar-território. O acúmulo de

territorialidades produzidas diz do acúmulo de temporalidades do vivido pelos Quilombolas de Brejo dos Crioulos, desse modo “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1994, p.15). É possível dizer então que o percurso da imersão ao território relacional parece possível pela análise socioespacial dos usos do território em suas multidimensões e escalaridades cujas espacialidades dizem da produção do *território-para-si*.

Visto de outra perspectiva, Raffestin (1993) irá apresentar o território enquanto espaço marcado pelas relações de poder, nesse caso traduzindo o espaço como “prisão original” e o território como “prisão que os homens constroem para si”. Desse modo, o pressuposto *território-para-si* enquanto consciência da própria realidade que não se perde *de-si-mesmo* e *em-si-mesmo* gerando potência ao *agir-com-o-outro* cuja liberdade constitui a permanente possibilidade de alteração da *realidade-em-si* esbarraria na produção da *prisão-para-si*. É justamente o tensionamento das espacialidades similares em aparência, *território-para-si* (espacialidade profunda) / *prisão-para-si* (espacialidade forjada) que se percebe a potência transformadora da contra-espacialidade em meio aos conflitos de ressemantização socioespacial do território cuja multidimensionalidade-multiescalaridade produz em desdobramento, o espaço relacional.

O choque das *espacialidades totalizantes* (profunda/forjada) pela *espacialidade origem*, onde se elabora o poder da totalidade espacial (existência) evidencia a *espacialidade profunda* enquanto *sistema espaçoimunitário* da totalidade. No *desdobramento espacial* do conflito a *retroespacialidade* enquanto conjunto de territorialidades da *espacialidade forjada*, em rearranjos permanentemente mutantes baseados na lógica da diferenciação de áreas induz a natureza do lugar em sua socioespacialidade multidimensional a processos de *fragmentação por divisões desencontradas* produzindo *anomalias socioespaciais* que podem ser percebidas por zonas de pobreza, miséria extrema, guerra, genocídio, massacre, espaços de morte,

campos de concentração, “territórios deprimidos” (ORTEGA, 2008), áreas de deportações, regimes de expropriação, exclusão, criminalização e restrição de liberdades diversas outras espaçotemporalidades da “destrutividade humana” (SELAIBE, 2013).

Diante do pressuposto é preciso grifar que a retroespacialidade se opõe à contra-espacialidade. Enquanto a última é entendida à luz dos entendimentos de Moreira (2007a) sobre “contra-espaço” enquanto modo espacial de contraponto às ordens forjadas à organização da sociedade em confronto, resistência e mimetismo, a primeira pode ser evidenciada por retrocesso, retroação, desfazimento, desconstrução, enfim pela desterritorialização.

A retroespacialidade pode ser lida geograficamente a partir da tríade “destemporalização – desobjetivação – desreferencialização” (GUMBRECHT, 1998), considerando que a natureza de sua territorialização se volta à fragilização da memória e consequente arquitetura de sua perda, editando o esquecimento forçado das possibilidades de futuro, o que inclui deslegitimação histórica e ocultação de violações de direitos socioespaciais geografizados culturalmente; à desqualificação das percepções, da imaginação¹⁷³ e das representações¹⁷⁴ socioespaciais na produção do conhecimento geográfico, das experiências do vivido a partir dos (des)arranjos dos lugares de viver; e, à redução da ação geográfica com foco na desestruturação dos processos que possibilitam conexões transformadoras na produção do espaço.

O território então pode ser compreendido no contexto como arranjo anti-retroespacialidade cujas formas, conteúdos, dimensões, escalas e noções tendem a se comportar, em múltiplas singularidades da diversidade socioespacial, sob princípios da ação geográfica transformadora. Sua expressão, material e subjetivamente indivisível, simultaneamente compartilhável traduz na contra-espacialidade, sua razão original. Se da

¹⁷³ (SERPA, 2008).

¹⁷⁴ (MOSCOVICCI, 2007); (KOZEL, 2002).

perspectiva raffestiniana os territórios podem ser entendidos como prisões que homens constroem para si, diante do pressuposto é possível tomá-los enquanto contraponto e dimensionados em outra escalaridade, metaforicamente apresentados como sistema imunitário da espacialidade profunda.

O território constitui um arranjo de lugares de viver cuja espacialidade produzida é objetivamente e subjetivamente conectada a outras identidades espaciais originais que, em rede produzem a totalidade da espacialidade profunda. Lugares de viver arranjados em territórios tradicionais, conforme se apresentam os territórios tradicionais Quilombolas podem ser compreendidos como *lugares territorizados*. Também por essa perspectiva é possível dizer do *lugar-território* tal como encontrado em Brejo dos Crioulos. Com efeito, o reconhecimento do outro enquanto fato essencial da diversidade funda as sociabilidades relacionais (individuais e coletivas), ao mesmo tempo em que a conexão dos lugares de viver elabora as espacialidades originais (recorte e totalidade).

Manifestados em ordem oposta à contra-espacialidade, talvez seja possível compreender se tratar do resultado da ‘transcrição reversa’ forjada pela retroespacialidade nos *lugares deprimidos*, assim compreendidos como *territórios forjados*. Esses territórios, assimilados a partir da matriz destemporalização-desubjetivação-desreferencialização denotam estratégias de precarização dos lugares de viver e sua transmutação em espaços de morte, até a morte do espaço. O efeito se volta à desconstrução da *território-para-si* em sua espacialidade profunda desmercantilizada e, reprodução do *território-desigual-de-si* destituído de humanidades e transformado em mercadoria.

Diante do exposto, o que se registra na modernidade então se diz da captura da retroespacialidade pelo capital com a intensificação das *divisões desencontradas* dos lugares de viver, arrojada fragmentação da coletividade com foco na individualização das sociabilidades e do indivíduo fundada nas (des)ordens do isolamento temporal e espacial das

existências para efeito da desumanização da sociedade, da espacialidade profunda, do espaço geográfico.

O território pode até se constituir na prisão que homens constroem para si e, de modo mais contundente, na subjetividade, o que daria sentido maior, por exemplo, à tamanha demanda, tentação e dedicação das diversas ciências, em buscar compreender a real natureza da “categoria analítica de primeira ordem para a Geografia” (SPOSITO, 2009). Contudo, no Brasil se mostram muito mais como cura aos males do espaço, inclusive na escala dos Estados nacionais, especialmente reconhecendo que muitos dos brasileiros, representam “um povo em ser, impedido de sê-lo” conforme compreende Ribeiro (1996, p.410). Em sua análise Fernandes (2009, p.212) é preciso ao afirmar que os territórios imateriais constituem as bases de sustentação de todos os territórios. Segundo o autor eles “são construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think tanks*. É impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios”.

Parece compreensível que a materialidade simbólica do território produzido Brejo dos Crioulos era real anteriormente à consciência coletivizada sobre a identidade territorial que se fronteiriza no *tempo da luta*. A tradução da existência do grupo a partir do mimetismo territorial, material, social e simbólico elabora as multidimensões do *ser-no-lugar*, do *ser-do-lugar*, do *viver-na-comunidade* e do *viver-em-comunidade*, o que reforça acompanhar Sarh; Löwen Sahr (2009 p.167) na concordância com Guattari (1992) ao afirmar que existem “tantos espaços, então, quantos forem os modos de semiotização e de subjetivação”. Esses autores, buscando demonstrar de que forma o conceito do “espaço” pode tirar o homem cultural, e também o pesquisador, da prisão do “território”, em termos conceituais e sociais, entendem que

Forma-se, numa sociedade de liberdade, que é mais relacional do que racional, um folheado de espaços heterogêneos com linguagens e simbologias diferentes e subjetivações divergentes que resultam em territórios amplamente abertos e repletos de desterritorializações. Portanto, neste conjunto, o “território” dos geógrafos (...) é muito limitado e representa apenas mais uma territorialização, que eventualmente nem seja a mais importante da discussão. (SARH; LÖWEN SAHR, 2009 p.167).

Nas percepções de Santos (1994) confirma-se um desdobramento da dialética no território e, da dialética do território, uma vez que usado o território é humano. Nesse caso, o autor informa uma dialética que se afirma “mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção, um controle remoto da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção”. O reconhecimento da possibilidade de reterritorialização de suas existências no espaço situou os sujeitos do território Brejo dos Crioulos em um espaço-tempo outro para além do presente e do passado que ainda desconheciam e, simultaneamente os localizou na liberdade simples de ser o quem realmente são, não oprimidos, não-escravizados, não-fugidos, não-subalternizados, produtores do próprio território, da própria liberdade.

- Para sempre? Para sempre?...Amém moço! Você tem que dizer Amém! Para sempre? - Amém! - Isso! Amém a nós todos! Cê pergunta pra iêu Néca? [- sim] - Fui escravo, escravizado, eles vieram aqui pegou a gente, falou que era trabalho, é o gato né Néca? Falou que era trabalho, chegando lá nós não tinha muito, era só trabalhar, comer e dormir, trabalhar, comer e dormir. Não podia fugir que se perigoso morria. Teve uns que morreu lá. Ai descobriram e salvou nós. Ai eu voltei pro Brejo, voltei pra Maria. (risos)” Romeu Cardoso de Oliveira, o ‘Nequinha’¹⁷⁵.

Foto 10 - Romeu, morador do território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, jul. 2011.

¹⁷⁵ Entrevista realizada em 11 de julho de 2011 durante trabalho de campo no Território Quilombola de Brejo dos Crioulos. Relata que em meio as diversas vezes que migrou para trabalhar em lavouras em diversas regiões do país, ocorreu de ser enganado em algum momento e acabou vitimado pelo trabalho escravo, fora do território. Hoje vive próximo da esposa e dos filhos.

As questões da terra no Brasil, para além de seus processos históricos, pesando as circunstâncias do contexto aqui apresentado, guardam um alto grau de litígio. O direito à vida se mostra vulnerável em meio ao quadro de insegurança, onde variados tipos de violência, física, material e simbólica, são traduzidas em espoliações, ameaças, intimidações, coações, pressões e assassinatos. Não escapam dessa realidade os Povos e Comunidades que partem para o enfrentamento com o latifúndio, com o Estado, com o capital e, até mesmo com a Universidade e seus sujeitos que se prestam a analisar, compreender e interferir na realidade investigada com objetivos sombrios.

O cinismo alarmante da brutalidade dedicada aos territórios tradicionais do Brasil, neste momento promove o mesmo confinamento e torturas físicas, psicológicas, simbólicas que acompanham o genocídio das populações negras vigente nas urbanidades do país e, em diversos lugares do mundo. Guardadas as escalas dos silêncios e as obtusas motivações desconstrutoras das humanidades, o que ocorre sobre a natureza que alimenta o preconceito, a precarização, a expropriação, a espoliação, os quadros de pobreza e diversas outras violências país afora não parece tão distante dos episódios de massacre, genocídio, perseguição e covardia tragicamente registrados na história da humanidade. (ZAGNI; BORELLI, 2013). Alteram-se os contextos, alternam-se as estações, transformam-se os poderes, institucionalizam-se as relações, mas os desequilíbrios humanos permanecem inalterados.

A negligência e a violação de direitos são percebidas e vividas no seio da Universidade considerando que pesquisadores estão sendo perseguidos, ameaçados e coagidos juntamente com lideranças em todo o país, o que torna o contexto ainda mais inadmissível em pleno século XXI. Uma falida moral burguesa que se empenha no ultraje à racionalidade científica e ao conhecimento tradicional justamente no momento que a Academia desconstrói os seus muros e os Povos e Comunidades Tradicionais descortinam suas paisagens para um

grande encontro transformador e, fundamental exercício de alteridade na produção de novos entendimentos, de novos conhecimentos, de outra razão.

É preciso dar voz à indignação, porque não há democracia representativa que seja respeitada quando a participação da diversidade na sua consolidação é colocada à margem novamente, depois de tantos avanços. De modo rasteiro se esvai o respeito pelas populações tradicionais em seus territórios e com isso, perde poder também a Universidade, por não escrever coletivamente o grande livro dos tempos, “o desenvolvimento da democracia”¹⁷⁶ para um “novo padrão civilizatório na sociedade brasileira”¹⁷⁷. Fragiliza-se a mais potente conexão produzida no país nos últimos cinco séculos. Os permanentes desapontamentos de Darcy Ribeiro não se dão ao acaso.

Tais são as massas brasileiras, que nunca foram levadas em consideração e continuam sendo olhadas com o maior desprezo. O que se expande no Brasil é uma economia de prosperidade socialmente irresponsável, insensível aos requisitos essenciais da vida, porque só se preocupa com o lucro. O que está sendo criado, já se vê, é uma situação na qual os pobres, concentrados nas cidades, morrerão de fome, enquanto os ricos, acoitados em luxuosos condomínios fechados que são quase campos de concentração, cercados de arame farpado e eletrificados, morrerão de medo dos pobres. Este paroxismo começa já a configurar-se, e pode vê-lo quem queira visitar hoje os bairros ricos das metrópoles brasileiras. (RIBEIRO, 2009, p.65-66).

Mulheres, crianças, matriarcas e griôs vivem às vistas da indiferença de uma “modernidade líquida” (BAUMAN, 2003), banal, capaz de dormir sua concepção de justiça no berço esplêndido da normose a ponto de ligeiramente esquecer o real valor da dignidade da pessoa humana em função do capital, da lógica neodesenvolvimentista e do neocolonialismo de mercado travestido de progresso. No contexto quilombola, Carril (2006, p. 23), entende que a “submissão [do] trabalho em níveis inferiores de reprodução da vida ou a exclusão do mercado de trabalho redesenha as relações escravistas”. Qualquer prosa com “Seu Eliseu”

¹⁷⁶ (BOBBIO, 1997, p.90)

¹⁷⁷ (FERNANDES, 1963, p.84)

lança luz a esse entendimento, ele sempre relata um pouco do fundo de suas angústias nas representações do passado e os resultados de sua realidade vivida, o território fala.

Meu nome é Eliseu Fernandes de Souza fui nascido em Brejo dos Crioulos e nós tá nessa luta dos quilombo, vão ver se nós ganha, porque a metade nós já ganhamo né? A maioria, né porque grande é Deus. Nós ganhamo lá essa luta né, a metade né, mas num tá bom ainda não, tem que ganhar é tudo. A hora que nós falar assim o final encerro, ai nos vamo junta todo mundo e fazer uma festa e convidar todo mundo, aqui de Montes Claros, o CAA, a CPT, e todo mundo. Esse encontro aqui pra mim foi bom demais. Eu já participei demais, mas num posso falar muito porque a gente que num sabe lê e escrever tem que falar o que sabe. Pra mim foi bom demais, tá sendo. Bem recebido, nós foi bem tratado. Num pode falar nada de um lado e de outro. E sobre a terra nossa lá, nós tamo lutano mais pelo território nosso. É de tudo, mas é mais mais negócio de território, água que nós precisa, as lagoa nossa que tá lá secando tudo, tem lagoa lá que já secou toda, tem alguma lá que tem água, mas nós precisa é da água, ninguém vive sem água. Aonde que nós fica sem a água e sem o fogo não. Sem comer nós passa um dia, dois, três, mas sem beber não. Aqui o seguinte. Nós lá tá colhendo. Só esse ano mesmo que nós num colheu (...) oliás (...) um bucado né, eu pelo menos culhi um pouco. Meu milho que eu plantei e colhi, dez saco de milho debuiado, feijão eu plantei, tirei nove saco, tá tudo guardado, e tempero, também essa terra lá taprecisano um técnico lá que nós num tem e a terra, nós planta o tempero, as mulhé lá planta o tempero, nasce bunito, cumpoco dá um marelão num vira em nada caba tudo vira em cima da terra, mas eu acredito que a terra tá duente por causa dos fazendeiro, que batia muito torgue, no pasto, quando chove vai parar tudo nas alagoa e a terra nossa tá infetada. Pra mim é bom demais porque nós num tinha onde trabalhasse e agora tá tendo pra nos trabalhar, sinto muito que já to com essa idade, tô com 77 anos, mas minha idade pelos documento, mais eu tenho 85 ano, ainda não faltou a vontade de trabalhar não, só falta é a força, pra eu pudê trabalhar pra modo eu puder trabalhar pra criar meus filho, filho hoje num quer trabalhar, a terra ali a maioria ali num trabaiaiva porque não tinha terra, ficava trabaiano em cima de que é nosso na meia e seno que a terra era nossa, mas agora João Batista foi lá, trabalhou quase dois ano lá (...) nós temo que agradecer João Batista muito, (...) porque por nós mesmo, nos num sabia de nada (...) Tem desafio, porque o filho da roça hoje num quer ajudar os pai, eles tem razão porque tá estudano, num tem adonde que trabaiaí, lá no tempo do, do (...) lá num ganha dinheiro (...) quando entra a safra do café, ai vai tudo pro café, nem estuda quer, pra ir ganhar o pão lá, pra ir ajudar os pai e as mãe, (...) e eu com essa idade que eu tenho eu amo a roça, eu amo a roça, (...) eles tem que tocar ou sair fora (...) o toca o serviço ou sai fora dalí, porque se ele tocar ele vive de barriga cheia, e se ele num tocar e sair fora tem duas fração, ou trabaia ou roba, se ele robá ele morreu, e se ele trabalhar teve um homem. (...) [os fazendeiros]...eles tratava até respeitava, mas tratava com casca e tudo, mas eles foi carrasco comigo...um deles foi ruim demais (...). Eliseu Fernandes de Souza, 85¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Entrevista durante I Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro; VI Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade; I Fórum Internacional de Agrobiodiversidade e Mudanças Climáticas, realizados em Montes Claros em out. de 2013.

Foto 11 - Eliseu Fernandes de Souza



Fonte: Acervo do autor, out. 2013.

Se por um lado o Estado e a Justiça brasileira assumiram o compromisso formal com a Constituição de 1988 enquanto normatização do pacto social acolhido pelo povo, respeitando a soberania da população que entendeu sobre a necessidade fundamental e a importância do reconhecimento à diversidade quilombola no país, o que se depreende pela disposição expressa no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), pelo Decreto nº 6.040/07, pela adesão à Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, bem como diversas outras Convenções e Tratados pactuados à luz da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Por outro, o que se mostra é a conivência do Estado brasileiro com a violação de direitos humanos ao negligenciar direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos e dotados de plena eficácia. E, agindo assim avilta o princípio base, a dignidade da pessoa humana.

Depreende-se do cenário em questão que a espacialização do capital no país atinge no presente momento seu nível mais crítico. Não diretamente pela totalidade de seus processos e dinâmicas, mas abruptamente pela estruturação de suas bases reprodutivas institucionalizadas nas estruturas do Estado. Não há razão capaz de negar a necessidade de equalização dos históricos desafios estruturais do país, muito menos desconsiderar a complexidade envolvida no crescimento populacional, melhorias das condições de vida em geral e superação de diversas misérias nacionais herdadas dos últimos cinco séculos. Contudo, não parece

estimulante aos Povos e Comunidades tradicionais a natureza do impasse instalada nas ações e práticas políticas que desconsideram a participação social da diversidade, nos processos decisórios que inauguram em todos os níveis de poder e gestão, novas realidades socioespaciais no país.

A partir dos olhares sobre inúmeros fatos, relatos, visões de mundo compartilhadas e, experiências ambientadas no contexto da luta dos Povos e Comunidades Tradicionais brasileiras por seus territórios se vislumbra, na contramão das conquistas e políticas públicas¹⁷⁹ consolidadas, a latente existência de uma força política conservadora caracterizada pela instrumentalização de um Estado Penal em Regime de Exceção onde garantias e liberdades são legalmente suspensas e que, sob as vestes do Estado Democrático de Direito, põe em vigor uma espécie de ‘*Lei da Ordem para o Progresso*’¹⁸⁰ capaz de estruturar um aparato jurídico e energia política à luz do ‘*Direito Penal do Autor*’¹⁸¹.

A estruturação de um ambiente político-normativo convenientemente anacrônico surge com a clara finalidade de transformar, no espaço do Direito e da Política de Estado, os territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais do país em espaços inimigos do desenvolvimento nacional, punindo suas existências sociais, materiais e simbólicas, bem como suas identidades espaciais, em face da espacialização do capital nos Sertões do país, amparados no questionamento da tradicionalidade espacial-identitária geohistoricamente materializada em lugares de viver desmercantilizados.

¹⁷⁹ Como, por exemplo, as desenvolvidas no âmbito do Ministério da Cultura, da Fundação Cultural Palmares, das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Políticas para Comunidades Tradicionais e ações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e diversas outras instâncias e instituições.

¹⁸⁰Entendimento que compartilho, apresentado pelo Professor Dr. Júlio César de Sá da Rocha durante exposição no contexto do II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, UFBA, realizado em mar. de 2014 Salvador-BA. Grifos do autor.

¹⁸¹ Trata-se de uma teoria anti-garantista que surge na escola positivista do direito penal, segundo a qual é possível afirmar que o que verdadeiramente configura o delito é o modo de ser do agente, como sintoma de sua personalidade: a essência do delito radica em uma característica do autor que explica a pena. Com o Direito Penal de autor surge o denominado tipo de autor, pelo qual o criminalizado é a personalidade, e não a conduta. A tipologia etiológica tem por fim último detectar os autores sem que seja preciso esperar o acontecimento da conduta. (BRUNONI, 2007).

Desse modo, não parece difícil compreender os limites do Direito brasileiro, formal, gongórico, demasiado teórico incapaz de absorver desiguais no equilíbrio socioespacial das diferenças conforme prevê a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), estabelecendo-se assim uma profunda contradição entre a bela poesia do texto Constitucional, e demais textos normativos que traduzem a clara incoerência das posturas adotadas. Cabe destacar o tamanho disparate se comparado ao período ditatorial, uma vez que naquele momento os discursos sobre valores democráticos e as narrativas da democracia sobre novos direitos não eram sequer pronunciados, ao passo que atualmente vive-se sob um oficialmente declarado e legitimado pleno Estado Democrático de Direito.

De acordo com Bobbio (2008, p.167) “atrás da tese da primazia do direito sobre o poder, primado que se manifesta na suposição da norma fundamental, existe, mesmo que inconsciente, e também expressamente desmentido, o ideal do Estado de Direito”. Este autor informa que, enquanto a doutrina do positivismo jurídico considera o direito do ponto de vista do poder, a doutrina do Estado de direito considera o poder do ponto de vista do direito ¹⁸².

Sendo norma e poder duas faces de uma mesma moeda, o problema do direito e do Estado pode ser considerado principalmente pela ótica da norma, como faz Kelsen, ou do ponto de vista do poder, como sempre fez a teoria tradicional do direito público. Mas agora, é o caso dizer, para concluir, que dos dois pontos de vista, nenhum consegue ser exclusivo, de tal modo se acham entrelaçados e independentes. (BOBBIO, 2008, p.190).

O contexto atual, apesar dos inúmeros avanços, especialmente consolidados no âmbito dos direitos coletivos de 3ª dimensão mascara sob a fetichização desenvolvimentista torturas, maus-tratos, coação armada e prisões ilegais que inibem a presunção de inocência. Pesa ainda o obscurantismo jurídico em ordens de despejo, liminares de desocupações, fraudes cartoriais, intimidação de testemunhas, supressão de provas, obstrução de processos, tráfico de

¹⁸² Ibid., p. 209.

influência, e outros tantos desvios inseridos na complexidade dos fatos relatados em diversos territórios, eventos e reuniões institucionais país afora.

No curso dessa leitura, além de conversas com Advogados que acompanham processos de regularização territorial de comunidades tradicionais, relatos de Advogados Ativistas ligados a coletivos, de representantes da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) e da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), serviram para o dimensionamento dessas realidades os diversos testemunhos deparados durante a realização do II Congresso Internacional de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais em Salvador-BA, pela UFBA em março de 2014 e, do III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais em Montes Claros-MG, pela Unimontes em abril de 2014.

Ainda, de consultas às Notas Taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG, 2013) ¹⁸³, de onde, por exemplo, depreendem-se importantes posicionamentos da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais sobre casos de “absurdas violações do direito pátrio” e “verdadeiros atentados contra a ordem jurídica” na Vara Agrária de Minas Gerais, conforme palavras ¹⁸⁴ do Procurador de Justiça, Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais.

As denúncias informam sobre descumprimento da Constituição Federal e de normas processuais da Legislação Federal, a exemplo do Código de Processo Civil, em casos que percorrem desde a não aplicação do princípio da função social da propriedade, passando pelo

¹⁸³ ALMG. Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública. 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. (6/2/2013 - 9 horas).

¹⁸⁴ Ibid., p.45-47.

descumprimento do parágrafo único do art. 126 da CF/88, pela negação dos princípios da ampla defesa, do contraditório, dentre outros. Segundo o Procurador é preciso avançar com dispositivos que humanizem a judicatura agrária a partir de uma linha democrática em todas as suas dimensões, aperfeiçoando mecanismos e posturas de mediação e conciliação de conflitos juntamente com as instituições de forma planejada, humana, racional e adequada às realidades. Salienta que não há razões que justifique a extinção da Vara Agrária, do mesmo modo que não se pode concebê-la a partir de uma judicatura que não seja agrária. “A situação posta só poderia gerar um quadro crescente de tensionamento no campo”¹⁸⁵.

O caso de Brejo dos Crioulos também foi citado aqui. (...). Há uma frontal violação do Código de Ética da Magistratura, especialmente no seu art. 8º, que diz que magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo do processo uma distância equivalente das partes e evita todo tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito. É isso que estamos vendo nas decisões: favoritismo e predisposição contrária aos interesses dos pobres do campo. Uso essa expressão para abranger os trabalhadores organizados em movimento, remanescentes de quilombos, posseiros de áreas devolutas. Vemos que há clara predisposição ao preconceito contra essas pessoas. E o art. 9º desse mesmo Código de Ética diz que o magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação. (MENDONÇA, Renato Augusto de. – Promotor de Justiça Oficiante na Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários da Comarca de Belo Horizonte)¹⁸⁶.

As diversas manifestações encontradas não narram episódios específicos da Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais, os desafios também percorrem espaços da Justiça Federal em diversas instâncias e situações, ainda muito complexas. Não parece distante compreender a necessidade de uma reforma jurídica profunda no país. Existe um caminho difícil a ser atravessando nos acumulados dos últimos cinco séculos, mas não há como evitar os avanços significativos que elaboram no calor das rupturas, o *software* do paradigma a ser instalado.

¹⁸⁵ Ibid., p.48.

¹⁸⁶ Ibid., p.57-59.

De tudo, não significa que as trevas tenham abatido a justiça, a humanidade e os espaços de esperança apesar da sobrecarga legislativa, da mercantilização de diversos espaços de representação social, a exemplo dos jogos envolvidos no financiamento privado de campanhas político-partidárias e suas bancadas parlamentares conservadoras que inconsequentemente colocam cada vez mais em risco a identidade do poder judiciário e seus ‘territórios tradicionais’. Parece saltar nos discursos dos operadores do Direito não alinhados à manutenção de suas estruturas arcaicas, o claro entendimento sobre a incompatibilidade entre as demandas reais dos territórios em questão e as narrativas jurídicas imperiosas estabelecidas em um espaço normativo com objetiva natureza formalista cuja tendência avança a priorizar regras a valores.

Nesse caso, a aproximação entre Geografia, Direito e Justiça Social ainda constitui um espaço a ser resignificado. A compreensão derivada dessas percepções eleva o pressuposto sobre a necessidade dos juristas que apregoam a severidade dos rigores medievais, antes de reaprenderem a ser juristas, que os sejam menos e possam ser mais geógrafos percorrendo as geografias do Brasil profundo, conhecendo a diversidade das realidades comunitárias dos povos de comunidades tradicionais, seus gêneros de vida, meios de viver, cotidianos, histórias, utopias e, de repente possam também conhecer a lúcida travessia do professor Milton Santos entre as duas ciências.

À realidade se abre a necessidade de reordenamento da luta pelo campo do Direito na defesa da dignidade da pessoa humana, das identidades territoriais, do acesso a terra e ao território e da diversidade. Experiências de educação jurídica popular com foco na reflexão crítica do Direito e programas de formação de juristas leigos ganham força em diversos territórios. Contudo, não parece bastante quando as estruturas viciadas do poder jurídico optam por não serem repensadas e contextualizadas à luz da inabalável essência da Justiça. A atualização e intensificação dos diálogos entre a ciência do Direito, a Geografia, a

Antropologia, a Sociologia, dentre outras áreas no contexto das produções sobre Povos e Comunidades Tradicionais são cada vez mais essenciais. Esse não parece um convite do presente aos operadores simplesmente. Surge principalmente como um chamado do futuro aos novos ingressantes e aspirantes a doutrinadores do Direito.

Neste momento marcado por prisões arbitrárias de lideranças quilombolas e indígenas, por relatos de intimidação experimentada, obstrução de trabalhos e coação praticada contra pessoas¹⁸⁷ que atuam junto aos territórios tradicionais, faz-se urgente que a Geografia e demais espaços científicos reflitam a crítica pela manutenção e preservação do espaço das ideias, do espaço da Universidade, do espaço da cidadania, do espaço da democracia para que sejam transparentes e livres. A espacialidade relacional que percorre os veios da Ciência em profundas transformações deve se atentar a essas contingências. Não beira a ficção perceber tamanha omissão frente a projetos que reúnem esforços à reconstrução das “masmorras” e “senzalas” dedicando-as àqueles que as implodiram, à Universidade e à sociedade civil em geral.

Em um espaço antagônico, cada vez mais limitado pelo encontro de processos alienantes ao individualismo pautado pela produção do viver descartável das *liberdades destruidoras*, no passo dos esclarecimentos também mostram potência os movimentos de redescoberta da reciprocidade na reprodução do espaço coletivo de esperança, voltados ao compartilhamento solidário e criativo para a reprodução socioespacial das *liberdades transformadoras*.

O contexto aqui apresentado permite constatar que diante da criminalização de movimentos socioespaciais específicos nos quais se insere a questão territorial Quilombola de

¹⁸⁷ Como exemplos de antropólogos, geógrafos, sociólogos, psicólogos, agrônomos, advogados, jornalistas, fotógrafos, artistas, produtores culturais, cineastas, pedagogos, médicos, enfermeiros, oficiais de justiça, juízes, promotores e tantos outros que produzem perícias, observações de campo, laudos, entrevistas, pesquisas, eventos, exames, diligências, filmes, consultas, análises e demais atividades, tanto nos processos de regularização e gestão dos territórios, quanto para o exercício profissional ou, na plenitude da cidadania no viver relacional no contexto dos Povos e Comunidades tradicionais.

Brejo dos Crioulos, padrões de relacionamento político e produção do espaço estão sendo profundamente alterados, (re)arranjando formas organizativas onde novos critérios político-organizativos e socioespaciais passam a se impor à vida social. Os padrões de desigualdade produzidos pelas técnicas e narrativas do desenvolvimento passam a ser questionados pela lógica relacional de ocupação, participação e envolvimento e, é nessa mesma lógica que também passa a ser questionada a (des)ordem territorial vigente frente à necessidade de *espacialidades relacionais e territorialidades-para-si* no contexto de um outro mundo possível.

O reposicionamento das *identidades territoriais* (HAESBAERT, 2007) no contexto atual de produção do espaço e dos *novos sujeitos de direito* (BOBBIO, 2002), se dá primeiramente às margens dos considerados espaços legítimos de poder e, é justamente por isso que exigem a maior atenção da Geografia produzida na contemporaneidade. Os espaços institucionalizados do poder de Estado e do poder de mercado que ordenam o espaço global e os territórios nacionais se veem saindo das áreas de conforto dadas as novas formas de intervenção e socialização espacial. Os povos e comunidades tradicionais, por meio da luta, da ocupação de novos espaços e das relações estabelecidos com outros sujeitos de outros territórios, passam a disputar a pauta que rege a vida social e política do país, por meio da atualização e elaboração de territorialidades.

O encrudecimento das questões territoriais frente à coalisão de interesses de grandes empresas e, a intensificação da flexibilização de direitos territoriais pelo Estado brasileiro dados o pretendido avanço desenvolvimentista das macro-políticas federais voltadas para questões de infraestrutura, abastecimento, alimentos, energéticas, de mobilidade, florestas, dentre outros, intensifica pressões sobre comunidades que ainda são conhecidas ou são pouco assistidas pelo Estado.

O distanciamento espacial entre o *tempo de reconhecimento* dos territórios tradicionais e *tempo de investimentos* no território nacional cria uma fratura na democracia brasileira, uma vez que os direitos assegurados constitucionalmente estão sendo superados pela pressão das especulações e dos projetos do neodesenvolvimentismo. Não por acaso, a política de reconhecimento começa a se apresentar uma *paisagem esgotada* que se soma aos limites de outras políticas públicas no país. Uma percepção ligeira e real desse movimento indica o clamor por uma Constituinte observadas nas ruas do país em junho de 2013.

Por um lado é verdadeiro o econômico não se separa do identitário, o Étnico não se separa do identitário. Mas a ideia de participação está um pouco ameaçada, embora que tudo hoje se diz participativo, tudo é partipativo, solidário, tem parceria, mas nós percebemos que isso é retórica, na verdade o participativo é a retórica da não participação efetiva, seja nos casos das hidrelétricas, rodovias, grandes projetos, os grupos não são consultados. Mesmos os partidos políticos mais críticos perderam a inspiração mobilizadora, perderam a capacidade de mobilizar, aquilo que os movimentos do passado tinham de mais legítimo, forte, os partidos políticos perderam. A perda da inspiração mobilizadora está na raiz da mudança do padrão de relação política. E é nessa fímbria que as os povos e comunidades tradicionais se situam hoje, estão vivendo simultaneamente duas pressões, por um lado o esgotamento da chamada política de reconhecimento, essa já foi esgotada, sobretudo não podemos tomar reconhecimento como reconhecimento, tomar reconhecimento como mera forma de aceitar ou legitimar, o capítulo do reconhecimento está colocado em questão (esgotado), sobretudo os dispositivos jurídicos se revelam de certa forma insuficientes para traduzir as novas realidades, e o que marca isso em primeiro lugar é que o país atravessa uma quadra de recodificação, estão sendo alterados simultaneamente, código florestal, código mineral, código eleitoral, código penal onde se insere a criminalização dos movimentos, código comercial pelos contratos, código das águas, são dezessete códigos que estão sendo alterados. (ALMEIDA, 2014)¹⁸⁸.

Durante as andanças de campo e trabalhos realizados no grande território negro do Vale do rio Gorutuba, Norte de Minas, foram realizadas visitas às diversas comunidades rurais negras que por ali existem. Os trabalhos ocorriam no contexto do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Quilombola¹⁸⁹, integrante do Programa Brasil

¹⁸⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Durante Conferência “Cartografia, direito e territórios tradicionais” no II Colóquio Internacional de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais. Salvador-BA, UFBA, 2014.

¹⁸⁹ BRASIL. ATER. Disponível em < <http://portal.mda.gov.br/portal/cgpct/institucional/aterquilombola>>, visitado em mar. de 2014. A participação no Programa ATER se deu via Centro de Agricultura Alternativa-CAA.

Sem Miséria¹⁹⁰ do Governo Federal. Durante varias semanas percorrendo as comunidades chamava a atenção para o fato de muitas famílias simplesmente não existirem para o Estado brasileiro. Não possuíam documentos de identificação, Registro Geral, Cadastros de Pessoa Física, Certidões de Nascimento e em muitos relatos também não havia registros dos óbitos.

O retrato de campo nesse caso serviu à análise em curso. Já que ficaram tanto tempo invisibilizados do conhecimento e reconhecimento do Estado, como esperar do Estado a intenção em assegurar garantias e direitos constitucionais considerando que o território disputado é o mesmo das oligarquias patrimonialistas ligados ao grande capital em suas bancadas ruralistas que de modo indireto financiam a esfera federal por meio da política? Cabe destacar que são justamente estas oligarquias que historicamente contribuíram para a invisibilização dessas comunidades por meio da opressão e diversas formas de violência. De todo modo, cabe salientar que o mesmo trabalho que serviu à constatação da invisibilidade ocorria no contexto da inauguração de uma política pública como foco na desinvisibilização e reconhecimento dos sujeitos pelo Estado, inclusive com ações de cadastramento e emissão de documentação.

É possível inverter essa lógica? Até onde cabe refletir sobre a crise de personalidade pela qual passam as representações do cenário político brasileiro? E como isso interfere nos direitos territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais? Afinal, se as disputas que os territórios travam nesse momento passam automaticamente pelos espaços formais de poder no Congresso e no Parlamento Nacional, é possível, no sentido figurado reconhecer uma disputa interna entre o Partido da Terra e Partido dos Territórios? Entre a bancada ruralista e a bancada dos Povos e Comunidades Tradicionais?

Especular sobre um Estado de Direito socioespacial surge como caminho inevitável na análise. Tal compreensão situa a ciência geográfica como plataforma potente à elaboração dos

¹⁹⁰ BRASIL. Programa Brasil Sem Miséria. Disponível em < <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>, visitado em mar. de 2014.

reconhecimentos necessários, da espacialidade profunda do território nacional estabelecida pela diversidade e da espacialidade constitucional do espaço da democracia incontestavelmente necessária multicultural. As narrativas territoriais narram o dinamismo do clamor pela construção de uma pedagogia socioespacial da diferença para a compreensão de outros mundos compartilháveis. O poder simbólico relacional informa sobre o espaço geográfico do esclarecimento e da compreensão do ambiente em processos de ensino-aprendizagem via educação socioambiental de patrimônios materiais e imateriais da diversidade cultural do país, suas paisagens, biomas, peculiaridades regionais, valores simbólicos e históricos dos lugares de viver coletivizados na ação transformadora e na resignificação da consciência do espaço banal. “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido” (SANTOS, 2012, p.86).

No cerne das percepções é possível constatar que diante da intensificação das contradições se acentua a exigência socioespacializada em rede, pela recomposição de posturas diversas das quais salta a revisão epistemológica no campo do Direito. Assim, renova-se o pressuposto de que a Geografia deve contribuição fundamental a esse entendimento, considerando o despertar da espacialidade brasileira profunda. E, nesse sentido não seja novamente “a convidada de última hora”¹⁹¹ e viúva pela segunda vez. Os processos dialéticos estabelecidos entre abertura à diversidade com foco na consolidação da democracia e a retração do espaço das conquistas territoriais marcam um tempo de revisões, reformas e choques culturais potentes, especialmente no Brasil.

Trata-se de um espaço de disputas cada vez mais aberto e paradoxalmente mais cristalizado, positivado em linhas fronteiriças materializadas. Simultaneamente, a materialização dos domínios simbólicos dos territórios tradicionais reflete no espaço

¹⁹¹ (DOSSE, 2007, p.383).

relacional da luta o reconhecimento coletivo da *espacialidade profunda* como tática de sobrevivência local e estratégia de resistência global dos territórios. O conteúdo multidimensional e multiescalar expresso pela resiliência mimetizada das territorialidades Quilombolas, em seus espaços socioculturalmente produzidos cada vez mais ser articulam em rede frente às diversas pressões ligadas à flexibilização dos direitos territoriais.

O contexto paradoxal, expressa a lógica do conflito territorial entre dois tipos de minorias. Por um lado, as minorias historicamente oprimidas e subalternizadas, invisibilizadas, por outro, minorias historicamente empoderadas pela reprodução do capital e consequente ocupação dos espaços legítimos de decisões e representações. É importante observar duas questões fronteirizadas que se abrem a reflexão. A primeira delas ligada ao choque do tradicional entre o território tradicional (emergente) e direito tradicional (anacrônico). A segunda destaca esse conflito de minorias, minoria Quilombola (oprimida) e minoria latifundiária (opressora). As duas evidenciam a aproximação conflitante da *espacialidade Quilombola* à *espacialidade Constitucional* cujas garantias e contradições da última em relação à primeira tensionam a *fronteiridade* existente entre a *espacialidade profunda* e a *espacialidade forjada*.

A clara evidência entre opressores e oprimidos no território Brejo dos Crioulos é apresentada nos trabalhos de COSTA (1999), no laudo antropológico do território operado nos critérios do INCRA/Fundação Cultural Palmares, em boletins de ocorrência da Polícia Militar de Minas Gerais e da Polícia Federal, em Notas Taquigráficas de Audiências Públicas e reuniões da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, nos trabalhos do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais, nos relatórios do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais, nos legislativos municipais, estadual e federal, nos registros da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo), da Coordenação Nacional de

Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); e, dos diversos relatos durante a realização dos trabalhos de campo da pesquisa.

À luz dessas observações cabe chamar a atenção para a constatação de que a luta dos Povos e Comunidades Tradicionais não pertence ao Estado, quando em certos momentos isso parece assim assimilado nas incompreensões tanto de parte do movimento Quilombola, quanto por representações do Estado. Pela questão cabe salientar que a luta é resultado da (des)ordem territorial que marca a formação espacial brasileira e se consolida na reterritorialização inscrita nas conquistas sociais de novos sujeitos de direito. Trata-se de um espaço avesso às lógicas que sempre nortearam o território brasileiro. E, é justamente por estar situado no presente, em um contexto que exige diálogos de futuro e *pós-futuro*¹⁹² que seus entendimentos precisam ser localizados, reconhecidos, legitimados e evidenciados nas pautas e agendas que estão a pensar o país. Não, serem delas suprimidos. Ao olhar de Haesbaert (2009b),

se as territorialidades clássicas – inclusive a do Estado-nação, tal como foi concebido dentro do que Foucault denomina “poder soberano” – indicavam uma distinção mais clara entre o dentro e o fora, o mesmo e o diferente, o “nativo” e o estrangeiro, cabe destacar, finalmente, que se trata agora de uma des-ordem territorial marcada muito mais pela ambiguidade, onde o próprio processo que construímos para “conter” o outro, na verdade “nos contém”, e onde o “outro” (...) está cada vez mais no “nosso” território, do nosso lado. Por mais que tentemos conter a sua fluidez e a sua mobilidade, o Outro está permanentemente descobrindo novos caminhos, novos “vertedouros”, impelido, numa sociedade cada vez mais biopolítica, pela própria luta da sobrevivência biológica cotidiana. Ou seja, não serão meros mecanismos de contenção, envolvidos em políticas de “exceção”, cada vez mais autoritárias, que irão impedi-lo de buscar uma saída – mesmo que esta “saída” seja pautada pelo risco e pela insegurança, a grande marca que as “soluções” do nosso tempo acabam, dessa forma, constantemente, realimentando. (HAESBAERT, 2009b, p.118).

Em uma sociedade performática, onde se nega a paisagem para criar cenários artificializados, aparentes e, produtora de uma realidade plastificada, fetichizada e líquida,

¹⁹²GAWORA, Dieter. Durante Conferência de encerramento de sua Pesquisa “Povos e Comunidades Tradicionais como sujeitos de mudança” (PPGDS-UNIKASSEL VERSITAT), realizada no contexto do projeto *Quarta na Pós*, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2014.

dispositivos legais e o poderes jurídicos ainda se inserem no quadro da personalização e da mediação. Assim, no contexto das disputas no espaço do Direito que se ligam às questões territoriais, Povos e Comunidades Tradicionais mesmo que consigam a partir de um olhar distante encontrar sensibilidade jurídica capaz de reconhecer na história do país sua complexidade e dialoga-la com as novas realidades, ainda esbarram no formalismo jurídico norteado pela cristalização das regras que viciaram o ordenamento tradicional, deixando de lado a profundidade dos novos valores envolvidos, ao mesmo tempo em que se mantem a omissão sobre velhas questões.

No quadro de inconstâncias, vulnerabilidades e inseguranças a ausência de estruturas jurídicas formais no ordenamento, que legitimem e operem sobre a função social dos territórios tradicionais e direitos territoriais em questão, permitem-se condenações e prisões antes dos julgamentos e revogações sem análise. A frágil oscilação entre conquistas e retrocessos registra no espaço-tempo da luta a vulnerabilidade da *espacialidade profunda*. O poder simbólico produzido das territorialidades Quilombolas que dela deriva revela sua resiliência, mas principalmente a potência de sua capacidade relacional. Um exemplo acerca das diversas disputas que territórios Quilombolas travam nos espaços de poder Legislativo e Judiciário diz-se do embate pelo campo semântico que conceitua e define o que é Quilombo e o que é Quilombola, o que fez com que o Decreto 4.883/03 se tornasse alvo de projetos que tentam, na Câmara dos Deputados Federais, anularem sua validade e retroceder aos avanços do Estatuto da Igualdade Racial.

A complexidade da sobreposição territorial institui o desafio de coexistências territoriais entre identidades territoriais da espacialidade profunda, nesse caso compreendendo o território tradicional como identidade espacial do território nacional. O entendimento que a produção do território relacional Brejo dos Crioulos deixa ao Estado brasileiro diz sobre a possibilidade dessa coexistência dada pela narrativa coletivizada sobre a manutenção das

garantias constitucionais e, ao mesmo tempo sobre o aperfeiçoamento de seus instrumentos com fim último ao reconhecimento e valorização simbólica e material dos territórios tradicionais, da espacialidade profunda brasileira.

Avançar nesse processo para além do reconhecimento exige a adoção de lógicas e estruturas de Estado diferentes das que existem atualmente, especialmente diferentes do espaço produzido pela propriedade que se sustenta na mercantilidade espacial por meio da espoliação de direitos fundamentais de Povos e Comunidades Tradicionais. Salta do ambiente controverso a ligeira necessidade de salvaguardar direitos a partir dos processos de reconhecimento socioespacial com o aperfeiçoamento da pedagogia para auto-identificação, bem como da titulação de terras e valorização cultural em vigor nos conteúdos e nas práticas do Estado.

Para além no avanço das posturas e processos oficiais da esfera federal, pesa a urgente necessidade da promoção dos reconhecimentos socioespaciais em escalas locais, como reestruturação dos processos e planos de ensino na educação dos 5.565¹⁹³ municípios brasileiros e, também nos esclarecimentos e libertação das consciências no âmbito dos legislativos e executivos municipais e estaduais sobre a importância da formação sociocultural brasileira e a importância dos direitos da diversidade. Se por um lado muitos avanços se efetivam, por outro é real a sistemática e arquitetada desconstrução de conquistas e garantias.

O Território de Brejo dos Crioulos há 14 anos se lançou à consciência do poder de sua identidade espacial, foi assim que iniciou a luta à luz do *território-para-si*, canalizadora das próprias potências, reconhecedora de novos espaços de poder e articuladora de outras territorialidades com outros territórios¹⁹⁴. A gênese do poder simbólico assimilado coletivamente reflete em cadeia no cotidiano dos novos sujeitos de direito, mas acabou

¹⁹³ BRASIL. Censo 2010. IBGE. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>, visitado em mar. 2014.

¹⁹⁴ Tal como há o reconhecimento entre nações irmãs, depreende-se das observações participantes que a há também, na escalaridade em questão o reconhecimento entre territórios irmãos. O que constitui mais um elemento de análise para se pensar sobre a natureza do território relacional.

refletindo também nos velhos. Se por tempos o mimetismo territorial criou um campo de relações silenciosas que intercalavam nas ordens diárias o simulacro de submissão, agora, que brota a consciência pelo território livre, os posicionamentos são outros. O poder produzido na *espacialidade profunda relacional*, caracterizada pela dialética das territorialidades interiores compartilhadas em rede no contexto dos territórios tradicionais, tende a encerrar o *status* de subordinação às opressões e invisibilidade em relação ao Estado. E, com isso, promover as territorialidades originais, encerrando as desterritorializações dos *conflitos do passado* e reterritorializações dos *conflitos do presente*, bem como inaugurando as multiterritorialidades da diversidade para o futuro.

Os desafios que se impõem para além da gestão dos territórios que se desinvisibilizam, dizem do processo de produção e reprodução material, social, cultural e simbólica dos mesmos. O Censo IBGE 2010¹⁹⁵ informa que a população brasileira é majoritariamente urbana, contudo, a maioria dos territórios quilombolas se localiza no espaço rural brasileiro. Desse modo, não parece imprudente observar os processos rural-urbano que decorrem do presente ao futuro da *espacialidade profunda*, muito menos insistir nas leituras geográficas sobre as projeções¹⁹⁶ em curso. Os processos de urbanização do espaço rural, a transmutação das ruralidades, o reconhecimento de novos sujeitos de direito, a legitimação de territórios, as quedas nas taxas de fecundidade total e mortalidade infantil, o panorama de envelhecimento do perfil demográfico do país, o aumento da expectativa de vida, a ampliação das redes modais e do acesso à informação ofertam às expectativas diversas especulações que precisam ser estudadas no contexto da espacialidade brasileira contemporânea.

¹⁹⁵ Até 2010, 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, e 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas). (IBGE, 2010). Censo IBGE 2010. Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/25O9N>>, visitado em dez. de 2013.

¹⁹⁶ Estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) já indicam que nascidos entre 2045-2050, quando estimativas apontam para uma população de 9,6 bilhões de pessoas no mundo, viverão em média 76 anos. Os mesmos estudos apontam para nascidos entre 2095-2100, quando se estimam 10,9 bilhões de habitantes no mundo, a expectativa de vida média, variará de 82 anos a 89 anos nas regiões mais desenvolvidas. (ONU, 2013). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2050, o Brasil terá 7 milhões de mulheres a mais do que os homens passando a ocupar a 8ª posição no ranking dos países mais populosos do mundo. (IBGE, 2014; 2013).

A cartografia étnica dos territórios tradicionais Quilombolas sistematizou em 2009¹⁹⁷ mais de 3000 registros municipais no país. Conforme foi apresentado, os números do Programa Brasil Quilombola informam que, das 2.197 comunidades reconhecidas oficialmente pela Fundação Palmares até 2013, foram constatadas 241 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas. O cálculo estimado é feito a partir da média de famílias das comunidades certificadas (2.040), em processo de certificação (360) e identificadas não certificadas (157) totalizando 2557, considerando a média de 5,5 pessoas por família. A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) estima que existam mais de 5000¹⁹⁸ comunidades Quilombolas no país, onde vivem aproximadamente 16 milhões de brasileiros.

Leituras geográficas da *espacialidade profunda* em desdobramentos, de modo crescente evidenciam o lugar de viver e os gêneros de vida de Indígenas, Quilombolas, Geraizeiros, Caiçaras, Babaçueiros, Cablocos-Ribeirinhos Amazônicos, Caipiras, Campeiros, Jangadeiros, Pescadores Artesanais, Remeiros, Pantaneiros, Sertanejos-Vaqueiros, Praieiros, Vazanteiros, Veredeiros, Campineiros, Pequizeiros, Marisqueiros, Caatigueiros, Chapadeiros, Ciganos, Comunidades de Terreiro, de Fundo e Fecho de Pasto, Quebradeiras de Coco, Pomeranos, Caiçaras, Retireiros, Seringueiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Agroextrativistas, Barranqueiros, Caiçaras e diversos outros. A histórica omissão à diversidade espacial brasileira fez acumular zonas de conflito e *apartheid* socioespacial fragilizadoras da diversidade cultural que, geografizada e mimetizada no território nacional dá sentido e razão à *nacionalidade profunda*.

Ao despertarem para as próprias geografias e se reconhecerem territorialmente integradas à *espacialidade profunda* do país, Povos e Comunidades Tradicionais elaboram uma cultura de conexões territoriais temporalizadas na luta pela ampliação das garantias e

¹⁹⁷ (ANJOS, 2009).

¹⁹⁸

legitimação de direitos. Ainda assim, a complexidade envolvida desde a assimilação do *paradigma multiterritorial*, passando pelos desafios da comunicação e esclarecimento sobre acesso a direitos e à auto-identificação, bem como de conciliação dos diferentes estilos nas territorialidades internas, pela disposição à imersão no *espaço relacional* exterior ao lugar de viver considerando as *fronteiras conflituosas* até a o desafio do desdobramento do espaço relacional para conexões de futuro.

De todo modo, a ação territorial relacional coletivizada na luta e derivada da resistência mimetizada nas ocupações que produziram a espacialidade profunda brasileira destaca o reencontro da diversidade com os sentidos dos lugares (*ser-do-lugar*) que guardam suas origens e matrizes relacionais, ao mesmo tempo em que a desperta à potência de suas territorialidades, de seus territórios (*ser-no-lugar*). Da desconstrução do sentido do lugar promovida pela espacialidade forjada ao despertar topofílico da espacialidade profunda (*território-para-si*) o desdobramento espacial percebido parece reestabelecer um espaço alternativo de esperança, criativo e solidário, concebido e culturalmente compartilhado à luz do *paradigma multiterritorial*.

2.2. Das representações simbólicas aos mapas mentais: o território fala no “silêncio” das fotografias.

Todo imersão que pressupõe um exercício automático de alteridade, muito além de ser tratado como um procedimento metodológico, em um território relacional aberto como o caso de Brejo dos Crioulos se insere no contexto das territorialidades humanizadas e da socialização da espacialidade. Dessa forma, a natureza do encontro com a geograficidade do outro produz o efeito resultante da alínea enfrentamento-conexão traduzido nas trocas imediatas da linguagem. A percepção do corpo, dos gestos, da voz, do olhar, o predicado das

paisagens onde tudo é processado como narrativas de fundo, os sons que ambientam o contato, os elementos que compõem o real, os territórios do sensível que fazem florescer as percepções profundas que inauguram as crenças, os ritos, os ritmos. A geografia dos aromas, dos sabores, da cumplicidade e das diversas inteligências que se reúnem expressas na sagacidade da complacência, da curiosidade.

As narrativas da memória que descortinam a liberdade do convívio revelando o espaço do acolhimento, da oferta e da proteção. A sabedoria da intimidade que a permite a singularidade da fala, o conforto do sossego que apresenta a casa, o compartilhamento dos sonhos, as experiências da fé, os despercebidos rigores cotidianos, o lugar de guardar, o lugar de deixar, o lugar de dormir, o lugar de fazer, o lugar de plantar, o lugar de brincar, o lugar de ficar, o lugar de pendurar, o lugar de lavar, o lugar de cortar, o lugar de preparar, o lugar de comer, o lugar de vestir, o lugar de jogar, o lugar de rezar, o lugar de passar, o lugar de colher, o lugar de esperar, o lugar de beber, o lugar de encontrar, o lugar de cada coisa e o não revelado.

Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção suscetível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. Mas toda análise supõe uma linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território. (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Bom dia! Boa tarde! Boa noite! Dia! Tarde! Noite! Com Deus! Inté! Até! Té já! Já vai! Viu! Tá bom! Obrigado! Como vai? Tudo bem! Foi! Não foi! Chegou! Vou! Êta! Senhora? Sinhô? Pai! Mãe! Vô! Vó! Filho! Um pássaro canta, um menino fala, uma sombra balança no terreiro, um vento que sopra a folha, o som de um passo, o barulho de um foguete, um toque do tambor, a prece do terço, a missa rezada, um acorde no violão, um jogo de futebol, uma moto, a palha do milho nas mãos, o som da peneira, o cheiro que escapa das panelas sobre um fogão, a cata e queima da lenha, a fumaça, o fogo, uma conversa distante, uma piada, um riso, um chamamento, uma galinha, um porco, um cavalo arriado, uma mesa

de bilhar, a velha janela, o desgaste da porta, um caco de vidro, a igreja, a escola, um saco de milho, a peneira e o feijão, um trecho de cerca, uma velha cancela, a estrada, a curva, a poeira, outras casas, outras pessoas, aquelas árvores distantes, o carrasco, o furado, o brejo, o córrego seco, e a ponte, o queijo na mesa, o preparo do biscoito, um seixo rolado, a quebra das pedras, o fechar de uma porta, o abrir da torneira, um rádio ligado, tantos outros ruídos, tantos outros silêncios.

Chegar, conversar, conhecer, visitar, perguntar, observar, sentir, participar, perceber o cotidiano do lugar exige desprendimentos permanentes, é um exercício que se pratica desde as primeiras infâncias. O território é um livro que nos primeiros capítulos te convida à realidade e ao cotidiano, avançada as leituras te transporta a um espaço transitório de preparação outras viagens. Nesse instante não há uma leitura propriamente, somos lidos. A partir daí o território fala, narra o tempo e o espaço da imersão. O território passa a ser o convite às percepções profundas. É possível ver a fé, ouvir o silêncio. O caminhar já é sem pressa, as cores, os tons da terra, os sons do dia e da noite se mostram. A travessia feita ao capítulo seguinte é marcada pelo imaginário. Surgem histórias, causos, a memória edita um novo enredo. O batuque surge, as famílias se abraçam, a festa ganha vida ao redor da fogueira. A fé permanece, agora mais forte. A sequência do livro passa então a um território livre com páginas sem fim. A partir daí o território é devir.

Conforme Kozel (2007, p.114) “o mundo cultural é considerado não apenas como um soma de objetos, mas como uma forma de linguagem referendada no sistema de relações sociais onde estão imbricados valores, atitudes e vivências e essas imagens¹⁹⁹ passam a ser entendidas como mapas mentais”. Segundo a autora, os mapas mentais como construções sógnicas requerem uma interpretação/decodificação de contextos sociais, espaciais e históricos

¹⁹⁹¹⁹⁹ Esta autora informa que “a leitura das imagens tem seu embrião na psicologia social, resgatando trabalhos sobre representação e cognição coletivas e individuais, despertando interesse principalmente de psicólogos, antropólogos, urbanistas e geógrafos”. (KOZEL, 2007, p.114)

coletivos referenciando particularidades e singularidades.²⁰⁰ A partir da perspectiva metodológica e das possibilidades de análise derivadas da atenção à tríade percepção-apreensão-representação sugeridas por Kozel (2007), que ancora na sociolinguística a análise espacial a partir das representações do espaço vivido, opta-se por compreender a espacialidade relacional que produz o território Quilombola Brejo dos Crioulos por meio da imersão nas “relações sociointeracionais” e encontros dialógicos do mundo vivido interna e externamente no *espaço brejeiro* e no *espaço crioulo*.

Visando a decodificação de mapas mentais como forma de linguagem Kozel (2007) parte da dimensão bakhtiniana que permite analisar signo, como enunciados. O pressuposto do objeto de análise como forma de linguagem permite reconhecer o cotidiano do território como expressão-representação do lugar vivido, da luta e da espacialidade Quilombola em sua totalidade. Assim posto, é preciso compreender que o *território-livro* lido na experiência vivida traduz um empreendimento do *exterior ao interior*, um percurso da *espacialidade forjada* à *espacialidade profunda*. Ao contrário, é possível perceber o território de *dentro para fora*, em seu real desdobramento espacial. O aflorar-se, o desinvisibilizar-se, o espocar-se, o rebentar-se, o desencurrular-se auxiliam tal percepção.

De todo modo, esse constitui um exercício metodológico mais complexo porque exige beirar duas dimensões precisas do espaço relacional, o *representar-a-si* e o *representar-para-si*. Naquela a evidência da natureza interiorizada do vivido é traduzida pela busca da compreensão de si, auto-revelação, auto-reconhecimento e reprodução do cotidiano indicam o lugar do indivíduo e uma espacialidade disposta ao territorializar, nessa a matriz relacional exteriorizada concorre à construção do poder simbólico a partir das representações coletivizadas, com foco na auto-identificação para produção da identidade espacial traduzida pela compreensão do outro, a espacialidade disposta a territorializar-se. A primeira (o

²⁰⁰ Ibid., p.115.

representar-a-si) é lugar, a segunda (o *representar-para-si*), território. É a conexão dessas dimensões que a *espacialidade Quilombola* de Brejo dos Crioulos espoca sob a forma-função *lugar-território*.

No primeiro momento o percurso da imersão pelo *território-livro* possibilitou a chegada e, às percepções chegantes se abriu a *espacialidade relacional*. O imediato da conexão entre as duas dimensões (*representar-a-si/representar-para-si*) traduziu o convite à refletir, de dentro para fora, a *espacialidade Quilombola*. Nesse caso, os mapas mentais e a fotografia constituíram os meios pelos quais foi possível maior densidade experiencial na imersão. Mapear e ser mapeado, fotografar e ser fotografado, perceber e ser percebido. As relações dimensionais e escalares da construção *mapa mentais-fotografia* produzem no espaço das representações complexas esquemas analíticos e arranjos reflexivos de simplicidade potente.

A Geografia sempre esteve associada às imagens, num primeiro momento com o sentido de transmitir informações sobre os espaços desvendados, e posteriormente como forma de comunicação/representação do espaço físico, mensurável ou do espaço vivido subjetivo, passando a ser denominados “Mapas” quando os registros foram impressos num suporte plano bidimensional. Esses registros eram praticados entre os grupos humanos desde a mais remota época, pela necessidade de referenciar suas rotas, caminhos e territórios, integrando o vivido e as práticas socioculturais, incorporando ao longo dos tempos, novos valores. [cita KOZEL, 2001]. (...) mapas são concebidos não como produtos, mas como processos socioculturais que são capazes de desencadear outros mapeamentos, maneiras de ver e representações do mundo físico, social e imaginário (...) um mapa nunca é um artefato isolado, porque está inserido num processo cultural mais abrangente e complexo, provocando ações ou estimulando outros mapeamentos. [cita COSGROVE, 1999]. (KOZEL, 2007, p.116).

As primeiras imagens de Brejo dos Crioulos anteriores à imersão e, acumuladas aos mapas mentais que permanecem em construção, derivaram de viagens realizadas pelo autor no Norte de Minas durante a infância e, posteriormente da pesquisa de Costa (1999) cujo primeiro contato se deu entre setembro e novembro de 2005 com a publicação do artigo “A reescrita da história, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no Norte

Já no tempo da imersão com a pesquisa, os primeiros registros fotográficos permitiram aproximação com dimensões do território que até então não haviam sido lidas na chegada e, muito menos percebidas de imediato no espaço relacional. A fronteiridade do conflito, apesar de ter sido contextualizada nas primeiras conversas, não surgiu como espelho do território. O território não foi apresentado pela comunidade na dimensão do tensionamento de suas espacialidades. Na contramão de qualquer expectativa que surgisse nesse sentido, a opção comunitária que fundamentou as narrativas primeiras junto à apresentação do lugar de viver trouxe prioritariamente os valores das identidades socioespaciais do território. “Precisamos resgatar nossas tradições”; “(...) nossa cultura existe”; “(...) nossa história é viva”; “(...) o povo aqui é forte”, “(...) tem muito lugar bonito aqui” e assim seguiu.

Na vida cotidiana, sujeitos e objetos, agem e reagem continuamente uns sobre os outros, tornando-se assim, um desafio separar o sujeito do objeto. (...). Ao assumir a possibilidade de fazer a crítica não podemos negar que a produção do conhecimento seja um fenômeno social. Porém, a condição que possibilita esse conhecimento advém de um processo histórico no qual estão imbricados indefinidamente sujeitos e objetos. Reconhecer essa relação, implica em identificarmos nos grupos sociais que estudamos, as condições em que são exercidas suas experiências cotidianas.” (SANTOS, R., 1999, p.114).

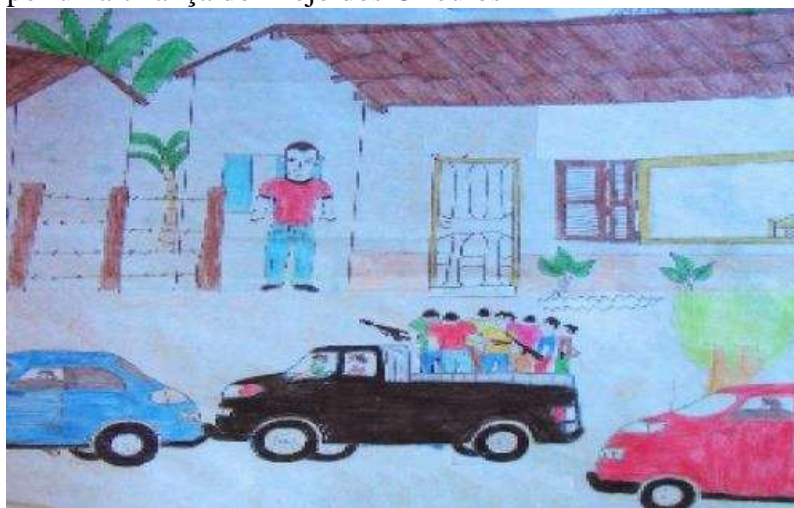
Falava-se da vida, dos cuidados com o preparo das terras, da importância das chuvas, das colheitas, das festas, do batuque, da alegria, do quanto gostam de receber quem quer conhecer e ajudar, dos apoios que sempre recebem, contavam causos de familiares que viviam em outras cidades, falavam de viagens e lugares que conheceram durante a vida, do que gostavam de fazer, das músicas que gostavam de ouvir, davam dicas culinárias, informavam sobre espécies de animais que conheciam, de problemas de saúde que sofriam, confidenciavam sonhos. Os conflitos sequer foram mencionados na chegada, e assim permaneceram. Quaisquer menções feitas ao histórico dos desafios do lugar, sempre foram tratadas com respeito e seriedade. “O lugar de nossa terra agora é na justiça, não tem que ficar

conversando pro vento, é melhor assim, na paz da decisão da justiça, ninguém tá querendo problema, a comunidade quer é solução, problema todo mundo já tem demais né?!”

No curso da imersão, conhecendo a *espacialidade Quilombola* ali produzida ao longo dos anos, durante trabalho de campo realizado no contexto da Missão Marista de Solidariedade realizada pelo Colégio Marista São José de Montes Claros-MG no território, ao visitando e conhecendo algumas famílias e seus cotidianos, olhares de diversos estudantes participantes do importante projeto escolar observaram entre diversos desenhos fixados nas paredes de uma das salas, o desenho apresentado pela figura 12. Em meio as prosas das crianças um momento é registrado

- Tem trégua aqui? - O quê? Trégua! - O que que é trégua? Aqui tem régua, pra medir as coisas. (risos). - Trégua é paz! - Ah! Até tem, mais tem gente ai que não gosta de nós não e quer matar nós de vez em quando. Mais assim...nossos pais, nossa família! - Porquê? - Por causa da terra! Isso foi quando os pistoleiro das fazenda aqui da região do território cercô as casas aqui tudo armado porque a associação quilombola tá na luta”²⁰².

Foto 12 - “Minha casa cercada por pistoleiros”. Desenho feito por uma criança do Brejo dos Crioulos



Fonte: Foto de Júlia Veloso, jul. 2010 (Colégio Marista São José).

²⁰² Na presença dos pais, criança que não será identificada, explica o desenho. Trabalho de campo jul. de 2010.

A percepção da criança que fez o desenho acima traduz um olhar a partir de seu cotidiano, que nesse caso, diz dos enfrentamentos vividos e experienciados no *tempo da luta*, mas que pode ser lido pelo *tempo da penúria* (COSTA, 1999). A imagem representada no desenho integra os “mapas mentais” da criança, que Kozel (2007, p.115) compreende como “uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais”. Ao criar formas do mundo as pessoas “estabelecem sentidos que expressam o cultural e o social, produtos de seu entendimento sobre o espaço vivido, percebido, sentido, amado ou rejeitado”. (KOZEL, 2006, p.141).

A percepção, o pensamento e a ação se constituem em componentes importantes da atividade humana, pois percebemos, construímos e agimos sobre o que é percebido. Observa-se também que a percepção resulta do esforço das sensações que decorrem dos estímulos do meio ambiente, de experiências passadas, ideias, imagens, expectativas e atitudes. (KOZEL, 2005, p.7292).

Para Moscovici (2007) a origem de uma representação é sempre inacabada a ponto de outros discursos nutri-la ou corrompê-la. Nesse caso, a elaboração da criança e o discurso que a ela se acrescenta, registram marcas profundas da sensibilidade à realidade que a cerca. Ao fotografar o desenho, a estudante atribuiu ao desenho novos signos que foram incorporados aos discursos. Posteriormente a fotografia, uma vez dialogada com o texto da tese, novamente recebe potência narrativa confirmando a reflexão do autor. Segundo o mesmo autor as representações

não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, circulam, se encontram se atraem e se repelem e dão oportunidade para o nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não é suficiente começar diretamente de tal ou tal aspecto, seja do comportamento, seja da estrutura social. Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. (MOSCOVICI, 2007, p.41).

Enquanto tentativa de tradução do vivido experienciado as representações podem ser analisadas como uma revisitação intensa e permanente do lugar. Nas simplicidades do cotidiano, nas ocorrências do dia a dia, a natureza do lugar de viver se apresenta como unidade dinâmica experienciada de maneira holística, “até que o pensamento comece a refletir sobre ele”. (BUTTIMER, 1982, p.171). A constante busca pela aproximação da percepção do real encontra na geografia das representações a possibilidade de conexões à interpretação do espaço relacional por meio da interação de sentidos, viagens e leituras de mundo.

Para Mendonça; Kozel (2002, p.216) “ao resgatar o vivido e as subjetividades, atribui-se à análise espacial maior amplitude para desvendar aspirações e valores pertinentes aos grupos humanos, refletindo-se na organização espacial”. A geografia das representações é uma geografia “do conhecimento simbólico. Assume as representações sociais como ponto de partida para uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política”. (GIL FILHO, 2005, p.57).

Ao mencionar a divisão tripartite de Lefebvre (1991[1974]), Harvey (1973, p.19) contribui com esse entendimento uma vez destacado o espaço material (da experiência e da percepção, aberto ao toque físico, à sensação); a representação do espaço (o espaço como concebido e representado); e os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, a imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia).

Os espaços e os tempos da representação que nos envolvem e nos rodeiam na nossa vida cotidiana afetam tanto nossas experiências diretas quanto nossa interpretação e compreensão. Podemos nem mesmo notar as qualidades materiais dos agenciamentos espaciais incorporados na vida cotidiana, porque nós nos conformamos espontaneamente às rotinas. No entanto, através das rotinas materiais cotidianas nós compreendemos o funcionamento das representações espaciais e construímos espaços de representação para nós mesmos (por exemplo, o sentimento intuitivo de segurança em um bairro familiar ou por sentir-se “em casa”). Somente conseguimos notar quando algo aparece completamente fora do lugar. (HARVEY, 1973, p.20).

A reinvenção ou reinterpretação dialética das percepções destaca a tentativa de reprodução e manutenção de significados essenciais à garantia do vivido. No caso de Brejo dos Crioulos, em várias dimensões, escalas e formas tal condição parece fundamental à existência da espacialidade relacional que protege, mimetizada ou desinvizibilizadamente, o território. “A noção de mundo vivido sugere essencialmente as dimensões pré-reflexivas e tomadas como certas, da experiência, os significados não questionados e determinantes do comportamento” ²⁰³. O espaço relacional enquanto meio de viver das humanidades em ocorrência e resultado multidimensional das produções da diversidade constitui o arranjo sociocultural que ressignifica a percepção das estruturas profundas que fundam o território.

O conceito de representação espacial para os geógrafos se estrutura na fusão das várias correntes contemporâneas, incorporando o conceito de representação social oriundo da psicologia. Ao esboçarmos um conceito para a geografia das representações, encontramos em BAILLY (1995) considerações pertinentes, as quais referendamos: “deve ser capaz de falar da região como um teatro da aventura humana, captando a experiência vivida por cada indivíduo em suas relações com o território”. Uma relação sensível, estabelecida pela contemplação, porém aberta à intuição, referendada pelo ideológico. Caberia sobretudo à geografia das representações entender os processos que submetem o comportamento humano, tendo como premissa que este é adquirido por meio de experiências (temporal, espacial e social), existindo uma relação direta e indireta entre essas representações e as ações humanas, ou seja, entre as representações e o imaginário, revolucionando a gênese do conhecimento, permitindo-nos compreender a diversidade inerente às práticas sociais, às mentalidades, aos vividos. As representações em geografia constituem-se em criações individuais ou sociais de esquemas mentais estabelecidos a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica, abrangendo um campo que vai além da leitura aparente do espaço realizada pela observação, descrição e localização das paisagens e fluxos, classificados e hierarquizados. O que na visão de GREGORY (1996) é denominado “mundo-como-exposição”, evidenciando que os espaços são vividos por homens e sociedades reais, concretas. (MENDONÇA; KOZEL, 2002, p.216).

As conexões entre linguagem, memória, percepções, cotidiano e experiências permitem vislumbrar que as representações estão além dos estágios cognitivos e das simples vivências com o meio pesquisado. As possibilidades de associação e interface das percepções que se alinham ao universo das escolhas metodológicas exige compreensão multifocal frente ao que se anuncia em campo. Como o território pode ser representado a partir de suas

²⁰³ Ibid., p.172.

representações? Onde ele se inscreve e o que nele se inscreve descortinam caminhos distintos que podem ou não convergir. Compreendê-lo a partir do lugar vivido distorce e alinha, apresenta e camufla, diz e não diz sobre a real experiência. Sua chave é constantemente perdida nos palheiros do cotidiano.

O contexto permite a seguinte análise de Haesbaert (2011a, p.20) a “sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’.” O debate sobre o conceito de território está cada vez mais aberto. Segundo o autor, existe uma enorme polissemia que acompanha a concepção de território entre os diversos autores que a discutem. Nesse caso, afirma que “muitos sequer deixam explícita a noção de território com que estão lidando (...)”²⁰⁴.

O debate sobre território não se isolou em uma única área do conhecimento ao longo da história. Todas as construções acerca do conceito traduzem uma interpretação naturalmente tendenciosa por vias da matriz que se pretende analisar. É fato que o seu entendimento traduz uma necessidade simultânea multidisciplinar e parcelar. A pluralidade de categorias e subcategorias que apresenta permite as mais variadas interpretações e leituras, podendo ser traduzido em uma única categoria, do ponto de vista analítico geográfico sinuoso. Assim, depreender das representações territoriais a espacialidade territorial total constitui um dos exercícios das *geografias do infinito*.

Cabe considerar que o território não se define apenas pelo domínio, mas pelo seu uso, por suas territorialidades, não se trata apenas de apropriar, mas também de dar propriedade ao seu *locus*. As territorialidades como representação do cotidiano dizem também da territorialização das representações no território. Para Raffestin (1993, p.160) “(...) territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema

²⁰⁴ Ibid., p.35-36

tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.” Este autor, que no campo da Geopolítica reflete sobre o conceito de território na perspectiva do poder faz a seguinte afirmação:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (...) Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve no campo do poder. (Raffestin, 1993, p.143).

Considerando que a produção do território traduz a produção de poder a partir do espaço e, que representar constitui produção de poder, para além da lógica formal o território é resultado da representação das espacialidades. Duas dimensões importantes se descortinam a partir dessa leitura, *representar-no-espaço* e *representar-o-espaço*. A primeira indica a tradução do meio como o mencionado teatro das aventuras humanas no vivido, a paisagem como cotidiano e os gêneros de vida evidenciam a *imagem-do-lugar* tal como é, suas geografias objetivas. A segunda guarda o fôlego das produções simbólicas, dos mapas mentais e das diversas cartografias possíveis, traduzindo a *imagem-produzida-do-lugar*, voltadas à subjetividade territorial e ao espaço das percepções e *geografias profundas*. Tanto uma quanto a outra estão diretamente conectadas à produção do território relacional, considerando a interdependência e indissociabilidade que delas resultam.

No caminho de entendimento as propriedades ao território no contexto das territorialidades e representações, Godelier (1984 p.112) citado por Haesbaert (2011, p.56) entende o território como “uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos.” Por sua vez, Haesbaert (2011), diante da constelação semântica sobre território destaca três

vertentes básicas de análises sobre as noções de território na qual se apresentam uma noção política, uma cultural e uma econômica, que podem ser também apreendidas da análise de Sahr (2008).

Durante os últimos anos, o território tornou-se um Conceito-Chave até modista dentro da geografia brasileira (ver SOUZA, 1995, SANTOS, 1996, HAESBAERT, 2004 e SAQUET, 2007). Entretanto, existe pouco consenso sobre sua compreensão teórica. Por exemplo, Souza interpreta o território como uma “extensão do poder” (1995, p. 80), reduzindo (com Raffestin) o espaço a um resíduo natural (p. 97). Milton Santos interpreta o território como um Todo entre objetos e ações, um “espaço híbrido” (SANTOS, 1996, p. 72). Também Saquet posiciona o território como um corpo relacional entre o material e o ideário, onde os elementos da apropriação e produção são “a um só tempo”, “econômicos, políticos e culturais”, sem definir como estas três dimensões são caracterizadas e interligadas (SAQUET, 2007, p. 127). Assim, todas estas perspectivas reificam e objetivam o território, sem verdadeiramente captar o problema processual. Apenas a abordagem de Rogério Haesbaert (2004) mostra que a discussão sobre o território precisa ser mais ampla, discutindo as características da mobilidade, da construção e da vivência, seguindo Deleuze e Guattari: [cita HAESBAERT, 2003, p. 127] “Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma rel-ação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle”. (SAHR, 2008, p.48).

Torna-se vivido o espaço percebido e qualificado no cotidiano pelos fazimentos do dia a dia, pelas relações, pelos desejos, pelos sonhos conforme foi experienciado em campo. No contexto, o lugar enquanto comunhão de lugares da *espacialidade profunda* revelou o *território íntimo* cuja natureza produz a *espacialidade dos compartilhamentos* coletivizados e o compartilhamento das espacialidades no espaço social da terra comum. (ALMEIDA, 1988). Em campo, foi possível ouvir por diversas vezes que “o território é a casa da comunidade”. A concepção de lugar de viver, que também é o território como casa e, que por sua vez, também é casa do poder local permite refletir sobre o desdobramento da *casa-como-poder* ao *poder-como-casa*, o *território-casa*.

O Sr. João Pêra, então presidente da Associação dos Quilombolas de Brejo dos Crioulos destacou em entrevista²⁰⁵ que “cada um tem seu lugar no território, de morar, de plantar, de agir e de atuar na comunidade, cada um tem uma responsabilidade, todo mundo

²⁰⁵ Entrevista realizada durante campo em julho de 2010.

aqui tem pé no chão do território”. A horta, a fossa, um canto da lagoa, a trilha, a casa, cada signo do lugar diz de um lugar pessoal aberto a ser coletivizado, de um lugar de escolhas e liberdade pessoais dentro da coletividade e, não se trata de um lugar individual, mas do “lugar da família” como eles definem, um *espaço de proteção*. O *lugar-território* derivado do *espaço relacional* permite compreender o *lugar como proteção*. Sua dimensão é dada pela casa que não pode ser confundida à concepção de propriedade.

Consoante Bachelard (1978, p.200) a casa “é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela”. O autor reflete ainda que “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa (...) na mais interminável dialética, o ser abrigado sensibiliza os limites de seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos”²⁰⁶.

O *território-casa* revela outra dimensão das projeções multiescalares do lugar de viver, o *lugar como cotidiano*, o paradoxal cotidiano que Lefebvre (1991, p.31) destaca como o humilde e sólido que vai por si mesmo, cujas partes e fragmentos se “encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); (...) uma ética subjacente ao emprego do tempo”. Outra dimensão também revelada pelo *território-casa* diz-se do *lugar como memória* do território onde são lidos o plantio, a colheita, o preparar do alimento, a prosa, a visita ao familiar, a missa, as reuniões e a luta.

O conteúdo simbólico e as formas simbólicas do território quilombola estão diretamente relacionados à luta. O *lugar como luta* também imprime à *espacialidade Quilombola* representações de sua natureza profunda. O batuque que representa a genética sociocultural da cultura afro-brasileira, o cemitério que representa a ancestralidade viva no

²⁰⁶ Ibid., p.200.

lugar, a terra que representa o alimento, a paisagem como representação da memória espacial, as cercas como representações do conflito. Ao mesmo tempo em que a cultura quilombola coletivizada, diz da espacialidade profunda, também representa a tática de proteção da complexidade de significados que os lugares de viver guardam desde a sua ancestralidade até os processos de reconhecimento e legitimação de direitos territoriais. Para Claval (2001, p.63) “a cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio”.

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os “modos de percepção legítima” da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo, da (di)visão da natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2003a, p. 379).

Ir, investigar, detalhar, viver, voltar (o retorno é fundamental) e, experienciar tornam-se perspectivas fundamentais às elaborações geográficas. É preciso reconhecer os processos em movimento que alimentam a história, que a produzem, tal como produzem as geografias diversas. Em seu entendimento Kozel (2001, p. 146) expõe que “somente uma leitura interiorizada do vivido humano pode nos permitir compreender os homens e conseqüentemente a sua organização espacial”. Conduzindo a compreensão aos “sentidos da consciência espacial, incorporando aportes linguísticos e socioculturais”. (MENDONÇA; KOZEL, 2002, p. 218)

O real e o imaginário do cotidiano guardam na dinamicidade do vivido, improvisos, lógicas, arranjos e construções nem sempre abertos às imersões exteriores à sua espacialidade profunda. As contribuições do pensamento informado, ainda que fundamentais ao encontro do esclarecimento demasiado categórico, não conseguem traduzir fielmente as multidimensões do vivido em meio ao pragmatismo dos movimentos onde é possível localizar a espacialidade profunda, e a erupção da espacialidade relacional Quilombola. Talvez por isso não pareça

imprudente reconhecer as produções teóricas sobre territórios como representações de uma realidade inalcançável, dada pelas *geografias do infinito*.

Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo. (MUNANGA, 2001, p.11).

A vida cotidiana e a imaginação carregam significados potentes às leituras geográficas e, nesse caso, é possível acreditar que a natureza de importantes elementos da tese esteja anunciada no cotidiano e no imaginário dos pesquisados, no *lugar-território* e não na tese propriamente. Algumas formas e conteúdos, próprias da espacialidade ali produzida são de fato, indivisíveis, inalienáveis e imprescritíveis a ponto de, sequer ser possível conseguir traduzi-las em outros espaços que não sejam aqueles, mesmo que seja o espaço desses escritos. Muito do território só existe no território, muito do território, por nada ou força qualquer, não deixa o território.

Nesse caso, é o poder relacional que ecoa a condição de guardião do lugar de viver e das especificidades indizíveis, mimetizadas na espacialidade profunda não manifestada, mas percebida e aberta às leituras geográficas no *espaço do sensível*. Ao apresentar considerações sobre o conceito de autenticidade no contexto das obras de arte, Benjamin (1994, p.167-168) permite uma aproximação à sua reflexão, no tempo dessas considerações sobre a espacialidade profunda do território que se retrai na reprodução de sua imagem para fora de suas circunstâncias originais, mesmo que seja reconhecida sua espacialidade relacional.

De todo modo, para dizer da fotografia enquanto recurso à leitura do território, distante de sua temporalidade original, ainda assim é possível considerar a possibilidade de leituras geográficas a partir das imagens do território, autenticando dialogicamente junto a

comunidade, uma ruptura com o espaço-tempo mimetizado territorialmente no espaço origem de sua natureza profunda. Tal consideração vale não apenas à fotografia, mas também às imagens de satélite dinamizadas, por onde também foi possível conhecer Brejo dos Crioulos por outras perspectivas.

Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o aqui e agora da (...) sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É nessa existência única, e somente nela, que se desdobra a história (...). Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou. (...). O aqui e agora do original constitui o conteúdo da sua autenticidade, e nela se enraíza uma tradição (...) sempre igual e idêntico a si mesmo. (...). [é possível], por exemplo, pela fotografia, acentuar certos aspectos do original, (...) não acessíveis ao olhar humano. (BENJAMIN, 1994, p.168).

Figura 19 - Carta-Imagem – Limites do território Brejo dos Crioulos



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2013.

Foto 13 - Paisagem na região do território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, 2010.

Metodologicamente isso exige importante exercício de alteridade e preparação, bem diferente de qualquer planejamento. Esse último, totalmente dispensável às leituras geográficas de futuro. *Geografias profundas* não esperam, geografias profundas não agendam, geografias profundas se encontram. São percebidas nas espacialidades do vivido relacional aberto, compartilhado no cotidiano das liberdades criativas e solidárias. Sua natureza é dada pelo *espaço das viagens*, com ou sem deslocamento.

O imaginário nos permite, afirma (BAILLY 1992), pela carga simbólica, ligar o ser humano e o espaço em sua plenitude, fazendo como que o espaço seja inteligível em todas dimensões. Ele é, portanto, um meio de interrogar o real para fazê-lo perceber a ficção. As pessoas não agem em função do real, mas em razão da imagem que fazem dele, já bem nos disse (CLAVAL, 1992). (ALMEIDA, 2003a, p.73)

O mergulho na realidade dos quilombolas de Brejo dos Crioulos no lugar de viver e externamente²⁰⁷ à área delimitada permitiu leituras geográficas constantemente inesperadas e fundamentais. O compartilhamento de vivências espacializadas no tempo da pesquisa possibilitou a conexão de duas dimensões da sociabilidade territorial, a *sociabilidade chegada* e a *sociabilidade comunitária*. “A comunidade sempre recebe bem os chegantes”, dizia um morador durante a chegada da Missão Marista de Solidariedade ao território. O *arranjo social* produzido desse encontro entre as sociabilidades chegada e comunitária evidencia a compreensão sobre a *escalaridade semântica da espacialidade* que percorre as naturezas profundas do território e do lugar-território.

O pressuposto nesse caso, para além dos significados depreendidos da construção da categoria nativa *lugar-território*, permite especular a partir das percepções e análises que, no contexto das representações, o território indicaria o que é *visto-de-fora* e o *lugar-território*, o que é *visto-de-dentro*. Paradoxalmente, situar o território a partir do que é *visto-de-fora*, simultaneamente permite reconhecer que a *fronteiridade* até então construída na

²⁰⁷ Considerando imersões no território e as viagens em virtude da participação de lideranças em encontros, colóquios, seminários, audiências e outras dimensões relacionais onde estão a reproduzir o território.

espacialidade da luta, de onde salta o *espaço normativo* integrante da *socioespacialidade constitucional*, ainda identifica o território como *espaço delimitado*, encurralado, cercado, invisibilizado, fechado. Ao passo que, o recorte *visto-de-dentro* reconhece a própria *fronteiridade* a partir de sua *identidade espacial relacional*, auto-identificada, aberta, reconhecida, em rede. É então, na dialética *espaço delimitado (visto-de-fora)* – território reconhecido (*visto-de-dentro*) que a abordagem geográfica sobre a etnicidade espacializada Brejo dos Crioulos foi possível.

Desse modo, o percurso que corporifica a travessia da pesquisa encontrou na conceituação das percepções sobre as representações das relações multidimensionais e multiescalares da espacialidade Quilombola do Brejo, a possibilidade de leituras geográficas. As revelações socioculturais envolvidas nos processos de organização espacial da comunidade, suas territorialidades e temporalidades permitiram o reconhecimento do território relacional a partir de diversas perspectivas empíricas e epistemológicas. À luz dos procedimentos metodológicos, um dos caminhos que permitiu a imersão no real vivido e nas subjetividades dos múltiplos sentidos territoriais foi dado pelo enfoque dialógico da experiência fotográfica. Chegar, conhecer, percorrer, visitar, registrar, refletir e, a todo o momento fotografar. Retornar, refletir, analisar, e ao observar as fotografias à memória, era um chegar novamente, em outro lugar, agora distante e, ainda assim real. O *não-estar-lá*, ainda assim era *estar* e, mesmo que fosse um *estar-distante*, ainda assim as leituras geográficas permaneciam possíveis²⁰⁸.

A dialética da imersão que flutuava entre a *espacialidade forjada* e a *espacialidade profunda*, entre a *espacialidade Quilombola* e a *espacialidade do Latifúndio*, entre o *viver-na-comunidade* e o *viver-em-comunidade*, entre *liberdades-destruidoras* e as *liberdades-*

²⁰⁸ Em “Fotografia e História – possibilidades de análise” (MAUAD, 2004, p.19-36) para analisar imagens fotográficas estabeleceu cinco categorias espaciais que abrangem tanto o plano do conteúdo, quanto o da expressão: o espaço fotográfico, o espaço do objeto, o espaço da figuração e o espaço da vivência. (MONTEIRO, 2008, P.176).

transformadoras, entre o *do exterior-ao-interior* e o *de-dentro-para-fora*, e o *ser-do-lugar* e o *ser-no-lugar*, entre *conflitos-do-passado* e os *conflitos-do-presente*, entre o *espaço compartilhado* e o *espaço dividido*, entre o *representar-a-si* e o *representar-para-si*, entre o *representar-no-espaço* e o *representar-o-espaço*, entre a *imagem-do-lugar* e a *imagem-produzida-do-lugar*, entre o *visto-de-fora* e o *visto-de-dentro*, entre o *território* e o *lugar-território*, criou um espaço imagético diretamente vinculado aos mapas mentais produzidos no contexto da pesquisa. Não haveria pretensões que daí fosse conhecida a totalidade territorial de Brejo dos Crioulos, mas um caminho foi trilhado e a fotografia cumpre uma importante função.

As contribuições da fotografia à análise geográfica são historicamente conhecidas. Enquanto representação do mundo vivido, a fotografia permite a partir do ‘tríptico de tríades’ perspectiva-imagem-diálogo, perspectiva-imagem-reflexão e perspectiva-imagem-ação ambientar relações produtivas com foco na interação-participação e na intervenção-transformação da realidade, sem perder de vista a profundidade das subjetividades envolvidas nas paisagens culturais dos territórios relacionais. À função social do espaço se vincula a função social da fotografia, especialmente quando considerada na leitura geográfica sobre a produção imagética do território evidenciando a conexão método científico-realidade empírica, arte-ciência para efeito de interpretação da realidade pesquisada.

A fotografia cria uma visão do mundo a partir do mundo, molda um imaginário novo, uma memória não-seletiva porque cumulativa. Em sua superfície o tempo e o espaço inscrevem-se como protagonistas absolutos, não importa se imobilizados, ou até melhor se imobilizados porque passíveis de uma recuperação, feita de concretude e devaneio, na qual a aparente analogia se revela seleção, construção, filtro. (FABRIS, 1991, p.36).

Ao analisar a produção historiográfica brasileira acerca da relação entre história, fotografia e cultura visual no Brasil, Monteiro (2008, p.170) destaca que “as imagens acompanham o processo de hominização e de socialização do homem desde a pré-história;

elas perpassam a vida e a organização social, ordenando a relação entre os homens e destes com o visível e o invisível”. Aproximar as percepções de campo às compreensões de Fabris (1991) sobre a invenção da fotografia e suas repercussões sociais, permite considerar que a posse simbólica do território a partir das cartas-imagens, mapas, croquis e fotografias produzem na comunidade novos significados, uma vez que potencializa a recuperação dos mapas mentais adormecidos estabelecendo novas concepções do espaço e do tempo que editam a cotidianidade, e simultaneamente provocando a ruptura de fronteiras geográficas sem que isso implique necessariamente em deslocamento *do-lugar-de-viver* ou *no-lugar-de-viver*.

Sem contar que diante da realidade tecnológica já territorializada, a constelação de tempos particulares coletivizados no mesmo lugar de viver, coloca em suspensão o próprio conflito, visto que uma vez viralizado na rede virtual, desencadeia uma nova forma de defesa territorial. Ao mesmo tempo em que provoca a desinvisibilidade, também reflete o encurtamento das distâncias. “A fotografia alivia a saudade, a gente vê a pessoa da família e lembra da terra nossa, quem tá longe é assim” comentava uma moradora durante uma prosa.

Por um lado, o exercício da memória, por outro a continuidade das conexões multidimensionais, ‘*ver a pessoa, lembrar-se da terra*’, a transmissão permanente da espacialidade a partir da imagem amplia a escala territorial paradoxalmente reduzindo-a no conteúdo da imagem. Nas palavras de Barthes (1990b, p.13) “a imagem fotográfica é uma mensagem contínua”. “É assim que se entrelaçam, na aura, a onipotência do olhar e a de uma memória que se percorre como quem se perde numa ‘floresta de símbolos’”. Didi-Huberman (1998, p.150). Segundo este autor, “nesse momento, o trabalho da memória orienta e dinamiza o passado em destino, em futuro, em desejo”²⁰⁹.

²⁰⁹ Ibid., p.150-151.

O poder da memória que produz a fotografia vai além do recorte estático que resulta de sua materialidade imediata. A realidade da subjetividade que a envolve informa o conteúdo simbólico, sociocultural, histórico e espacial do recorte que recebe atenção. Nesse caso, pesou o desafio de produzir potência à leitura geográfica e, responder à possibilidade de produzir poder à identidade socioespacial de Brejo dos Crioulos. Não havia foco no registro descompromissado, mas na interpretação dialógica tanto do documento produzido, quanto da realidade experienciada e, a partir daí fosse possível reunir elementos para uma geofotografia da ação. Na compreensão de Bourdieu e Bourdieu (2006, p.34) "o que é fotografado, e apreendido pelo leitor da fotografia, não são propriamente indivíduos na sua particularidade singular, mas sim papéis sociais".

Em certos momentos a revelação da dramaticidade territorial pela instabilidade do real vivido, em outros a aproximação colocava em evidência a beleza simples dos sossegos relacionais produtivos e a troca entre aproximante e aproximado. A fotografia serve a dizer da dialética entre o manente e o efêmero, da concretude territorial que resulta da dissolução das territorialidades instáveis. Lê o fruto e o inverno, a folha e floração, a horta e a colheita, a liberdade e o cercamento, a vazante e a sequeidão. Para Bourdieu e Bourdieu (2006, p.39) "onde o objetivo é captar o efêmero e o acidental, a fotografia é apropriada, já que não pode captar o aspecto fugaz ao desaparecimento irreversível, sem o constituir como tal".

A todo convite uma retribuição, participar do registro significa temporalizar o território. "Fazer parte de uma fotografia é garantir o testemunho da presença, o que é a contrapartida obrigatória da homenagem recebida ao ter sido convidado é expressar que se valoriza esta honra e que se está presente para retribuí-la" Bourdieu e Bourdieu (2006, p.37).

De tudo, nos diversos lugares do território a imagem positiva da *espacialidade Quilombola* se mantinha nas manifestações de intensidade relacional e compartilhamentos do viver comunitário. As perspectivas que se abrem simultâneas ao engajamento da escolha

metodológica, não desconsideram a poética do espaço e suas diversas leituras possíveis. O encontro da comunidade com fotografia tende a resultados potentes não só na construção de narrativas territoriais, mas também nos significados culturais que derivam da ação fotográfica. Isso percorre desde o registro do das manifestações culturais Quilombolas, seus ritos, festas e fazimentos, passando pela imagem poética do lugar de viver, até a resignificação do espaço de conflitos em espaço de esperança.

Distante de percorrer a necessidade de estetização da socioespacialidade Quilombola, a busca esteve voltada à valorização da realidade local e à expansão da rede de apoio ao território por meio da divulgação de sua existência material, sociocultural e simbólica. Ao transformar o uso da perspectiva, a fotografia moderna, por suas características de representação, possibilitou “que a expressão abstrata se tornasse um poderoso meio de difusão da sensibilidade moderna na medida em que transformou uma operação conceitual, que é a arte abstrata, em uma ligação imediata e concreta da arte com a natureza”. (COSTA; SILVA, 2004, p.80). Assim, acrescenta-se da arte com a socioespacialidade cultural da diversidade. Ao refletir sobre a fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual Mauad (2008) destaca que no contexto das transformações e adaptações da experiência fotográfica,

a noção de engajamento do olhar do fotógrafo pode ser delimitada pelas posições que os fotógrafos ocupam nos espaços sociais e pela prática propriamente fotográfica que eles vão adquirindo ao longo de sua trajetória. (...). Nesse sentido, o fotógrafo atua como mediador cultural ao traduzir em imagens técnicas sua experiência subjetiva frente ao mundo social. A noção de mediação cultura, tal como apresentada por Raymond Willians e apropriada por diferentes pensadores latino-americanos, como Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini²¹⁰, permite romper com a ultrapassada teoria do reflexo e desvendar uma intrincada rede de influências sociais que consubstanciam a produção cultural na sociedade capitalista. A ideia defendida por Willians propõe associar mediação ao próprio ato de conhecer e elaborar expressões, no âmbito do ativo processo de produção de representações sociais. Portanto, segundo as formas como capitaliza a experiência adquirida, o fotógrafo assume uma postura em face da realidade social que fotografa. (MAUAD, 2008, p.36-37).

²¹⁰ (CANCLINI, 1993; 2000).

O exercício de engajamento²¹¹ metodológico que se pretendeu no tempo da pesquisa permitiu dialogar distintos formatos e recursos audiovisuais. Cadernos de campo, fotografia, filme e áudio, o encontro dos distintos recursos permitiu melhor compreender a espacialidade Quilombola de Brejo dos Crioulos ao mesmo tempo fez romper a concepção teórica sujeito-objeto, desdobrando por meio da fotografia a cristalização do “que vemos e o que nos olha” (DIDI-HUBERMAN, 1998).

Na compreensão de Leite (1996, p.26) “o diário de viagem é a peça chave na constituição da identidade do autor como viajante. Identidade que se constrói da viagem ao texto”. Intuição, sentimentos, simbolismos, trocas, cumplicidade, respeito, conexões em rede, no espaço relacional o estabelecimento da singularidade do viver destaca um mundo de valores e práticas voltadas a compreensão do outro e do espaço do outro. A reunião de significados ao redor das humanidades praticadas, permanentemente contribuem para o aperfeiçoamento de comportamentos e visões de mundo produzidas no território.

Não se tratava de experimentalismos, mas de experiências do vivido compartilhadas no reconhecimento das autonomias, da responsabilidade e das intencionalidades manifestadas. São trocas simbólicas que se processam no espaço da alteridade. Por vezes, a simplicidade de ouvir o que o outro tem a dizer constitui o arranjo produtivo da solidariedade. Em outros momentos, acompanhar um dia de roça, preparar o alimento, participar do batuque, fotografar o evento, participar de uma missa, tocar um instrumento, esclarecer uma dúvida, transmitir uma informação, organizar um espaço, auxiliar um serviço, organizar um documento, escrever uma carta, plantar, colher, enfim, contribuir na produção do cotidiano interno ou externo do território.

²¹¹ De acordo com (MAUAD, 2008, p.49) “a cultura visual produzida nas Américas, ao longo do século XX, sobre questões sociais, particularmente a produção fotográfica, configuraram a condição humana com um olhar engajado. Fotógrafos comprometidos com movimentos sociais e causas denunciaram o trabalho infantil e as condições precárias dos trabalhadores, praticamente escravos; em suas imagens figuram o desespero da guerra e da fome. Produziram imagens demarcadas proo princípios culturais baseados em valores morais, tais como fé, religião e sofrimento”.

Em meio a todas as simplicidades do dia a dia, a fotografia se tornou um exercício constante, por vezes migrando de estratégia metodológica à propriedade do método científico no contexto da abordagem geográfica humanista-cultural fundamentada nas correntes da fenomenologia e do existencialismo. “A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita analiticamente abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista” (SANTOS, 2012, p.77).

Esta nova pluralidade de concepções espaciais encontra suas origens, em Edward RELPH (1979), fundamentado no livro *L’homme et la terre* de Eric DARDEL. Esse autor nos apresenta o espaço geográfico como a fusão de várias categorias que se imbricam, sobretudo pela imaginação. O conceito de “geograficidade” revela a relação de cumplicidade entre o homem e a Terra, referendando a existência humana. Segundo Dardel (1952) o objeto do conhecimento geográfico seria decodificar os signos ocultos na Terra, pois... “a Terra revela ao homem sobre a sua condição humana e seu destino”. Dardel inspirado em Bachelard aponta para a poética do espaço impressa nessa relação homem/mundo. (KOZEL, 2006, p.118).

A cultura visual editada pela fotografia no tempo da pesquisa, além de envolver as representações espaciais do território no processo de identificação e leitura a partir da imagem, também reuniu representações sociais na construção de referências para a emissão das mensagens que pretendiam comunicar. A câmera, o fotógrafo, a realidade, o fluxo da luz, a lente, a ação geográfica em foco. Muitas vezes ocorreu o compartilhamento da condição de observador-observado, visto que por diversas vezes o equipamento era oferecido a moradores para que eles também registrassem a realidade a partir de suas perspectivas. Os recortes espacial e temporal que surgiam nessa relação assumiram grande importância analítica, considerando que a complementariedade das perspectivas, além de romper com o estigma academicista de localizar separadamente sujeito e objeto, permitiu resignificar na mesma espacialidade, quaisquer envolvidos à condição de observado-observador-comunicador em exercícios permanentemente dialéticos. Sobre isso é possível a aproximação da compreensão de Costa; Silva (2004) quando analisa a “quebra da integridade” da condição de objeto, assim é analisado. Esse é o momento da resignificação a qual foi mencionada.

A ligação da imagem fotográfica ao seu referente induz à tentativa de recomposição dos objetos pelo observador, baseado em suas experiências cotidianas. Nesse processo de reconstrução, (...), ele se vê forçado a alargar sua percepção, transformando o seu conhecimento do mundo. Ou seja, no momento em que é quebrada a integridade do objeto da imagem, o observador-sujeito é obrigado a repensar o papel que ocupa diante da realidade e, com isso, reatualiza a relação direta e imediata que anteriormente existia (...). (COSTA; SILVA, 2004, p.85).

Não havia razão para distanciamentos e encenações, o real vivido no máximo se reinterpretava quando menos próximo da sua dinâmica própria. Simulacro como estratégia de proteção, mimetismo naturalizado desde o tempo da divisão, receios naturais de um processo de aproximação, latência das fronteiridades, recolhimento característico das ruralidades sertanejas, movimentos livres do cotidiano nas formas e conteúdos do espaço relacional. Os sentidos do território espacializados nas revelações do dia, por vezes assoreavam o tempo em longos períodos de exposição e silêncio. De outra maneira, o inesperado das sociabilidades rompia algumas percepções com um convite ao alimento preparado, o café passado, o almoço, o jantar, um momento de reza, uma visita à escola, uma reunião da associação de moradores, o momento da festa, o final de cada noite.

No entre-lugar dessa alternância a fotografia constituía uma ponte. Segundo Bourdieu e Bourdieu (2006, p.38) “ao olhar para a pessoa que olha para mim (ou que me fotografa), ao preparar a minha postura, dou-me para ser visto como quero ser visto; dou a imagem de mim próprio que quero dar e, muito simplesmente, *dou* a minha imagem”. A troca imagética permanente ampliava a relacionalidade e com ela a confiança de cada prosa, a liberdade de cada convite, o respeito de cada gesto e ação.

As metamorfoses do espaço habitado (SANTOS, 1988) eram percebidas à medida que se processavam os dias, os meses, os anos. Entre um campo e outro, uma estação e outra, paisagens se alteravam. A cor das águas, a altura dos pastos, a folhagem das plantas, os tons das térmitas, os usos de cada lugar, a dispersão dos plantios, densidade demográfica territorial. Permaneciam em poeira as estradas, áreas improdutivas, diversas cercas esticadas e

relações em suspensão. Alguns pequenos desertos, casas invisíveis e novas moradias surgiam. Por vezes a chuva, o curso dos rios e pessoas trabalhando em diversos cantos com atividades distintas. Uma área suprimida, uma captação de água, uma horta cuidada. Um evento participado, uma viagem realizada, vagarosamente as imagens se acumulavam, o que era raro vai ficando comum, as prosas já são mais ligeiras, o acolhimento é mais fácil, as pessoas já se conhecem, mapas mentais estão mais evidentes e os caminhos mais abertos.

Não haveria de ser possível qualquer tentativa de compreender a totalidade do lugar e, talvez, nem por aqueles que ali nasceram isso fosse tão claro. Não seria a fotografia capaz de romper com a impossibilidade, mas em muito auxiliou nas percepções das metamorfoses que refletiram os desdobramentos permanentes.

No plano teórico, a ontologia especular da fotografia vem sendo questionada por inúmeros estudiosos (...). Novas interpretações vão surgindo sobre o signo fotográfico. Desde aquela defendida pelo sociólogo Pierre Bourdieu [1965], para quem a fotografia é uma forma de encenar, de mentir sobre o real e, portanto, retomando a classificação de Peirce, um signo de caráter simbólico que advém das convenções sociais; até aquelas importantes contribuições de Roland Barthes, Rosalind Krauss e Philippe Dubois, que reconhecem o estatuto da fotografia como apresentação de recortes de um real, inatingível em sua totalidade pelo enquadramento de mundo permitido pelo dispositivo fotográfico. Neste caso, ela é tomada como signo de caráter indicia, na classificação peirceana. (SANTOS, A., 2004, p.41).

O desafio de realizar leituras da etnicidade geografizada na *espacialidade Quilombola* de Brejo dos Crioulos a partir da fotografia revelou uma densidade de informações territoriais nem sempre contextualizadas à intencionalidade da observação. Ainda assim, a natureza socioespacial verificada nas imagens fotográficas reveladas, conduziu diversas outras percepções que, não estando atentas à materialidade dos movimentos se processavam permitiram visitar outras dimensões do território a partir do espaço do sensível. Muito do que foi traduzido posteriormente, ocorreu no processo de devolução das fotografias reveladas à moradores da comunidade e, na estruturação de um painel fotográfico no Centro de Referência Comunitário do território Brejo dos Crioulos.

Diversos significados são constatados com esse procedimento. A natureza profunda do território em ebulição socioespacial se apresenta cada vez mais ambientada no contexto da valorização a memória do lugar de viver. A ressemantização dos movimentos de conquista e o reconhecimento do poder simbólico produzido no espaço banal destaca expressiva desinvisibilidade de novos sujeitos políticos, de novas lideranças e renovadas expectativas acerca da erupção da diversidade brasileira que comunica em rede.

O fortalecimento dos movimentos a partir do poder relacional em estruturação corporifica neste início de século outras perspectivas produtivas e novas sociabilidades operacionais no contexto do fortalecimento das políticas públicas pensadas e estruturadas, por exemplo, no Programa Brasil Quilombola.

O espaço fotográfico e geográfico capaz de revelar-nos comportamentos, representações e ideologias, pode ser visto através das características da imagem: tamanho, formato, suporte, enquadramento, nitidez, planos, horizontalidade e verticalidade, assim como são explícitos e diretamente acessíveis dados como indumentária, objetos, desenvolvimento urbano, expressões de tecnologia. É possível extrair daí uma hierarquia das figuras e atributos, como uma avaliação do que é passível de ser fotografado e do que não é. A contextualização das fotografias pode ser feita através de um tratamento sistemático de ordenação das fotos por sequências. O sentido das sequências pode provir, tanto da análise de seus dados espaciais, como dos arranjos temporais a que são submetidos, como também das indagações interpostas por seus pesquisadores. Sobre os silêncios das fotografias é muito que elaborar. (MOREIRA LEITE, 1993, p.49-50).

A construção textual a partir das visualidades, o seu inverso ou a conexão das duas potentes linguagens tende a criar um campo semântico, por vezes controverso. Alguns estudiosos defendem a trabalho puro da imagem como signo potente à comunicação. Outros concordam que a construção da narrativa a partir da imagem exige a textualização de seu contexto para efetivar sua função social, histórica e simbólica.

Depreende-se de Moreira Leite (1993) que a insensibilidade variável às distintas percepções faz da originalidade de recepção da mensagem o resultado de diversos mecanismos culturais e mentais. Ainda, é possível conferir que a fotografia mobiliza diferentes

níveis da atenção do leitor, um instintivo, um descritivo e um simbólico. Segundo a autora, os limites espaço-temporais e o ordenamento simbólico do mundo “permite conhecer o significado do contexto imediato das imagens fotográficas, que são produzidas através de um ritual ou por condensações rituais do universo examinado”, fundamentais para a globalização da captação da mensagem transmitida.

Na compreensão de Barthes (1990b, p.13-14) no espaço da informação, a fotografia constitui a única “exclusivamente constituída por uma mensagem “denotada” que esgotaria totalmente seu ser; diante de uma fotografia, o sentimento de “denotação” (...) descrever, portanto, não é somente ser inexato ou incompleto; é mudar de estrutura, é significar uma coisa diferente daquilo que é mostrado.” O autor afirma ainda que “o texto é uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem, isto é, “insuflar-lhe” um ou vários significados segundos. Melhor dizendo a imagem já não ilustra a palavra, é a palavra que, estruturalmente, é parasita da imagem.” Barthes (1990b, p.20). Em outra perspectiva Moreira Leite (1993) destaca que

como outras formas de documentação, a fotográfica exige uma crítica externa das condições de produção e interna, relativa ao conteúdo. Além de tais cautelas, impõe ainda um desdobramento de recursos de análise, pelo fato de compor um texto de imagens e não um texto vocabular, que tem um código muito mais difundido. (...) as imagens precisam ser traduzidas por palavras, tanto para a sua análise como para sua comunicação, o que acrescenta à polissemia da imagem as ambiguidades provocadas pela alteração do código. (MOREIRA LEITE, 1993, p.45).

As várias compreensões sobre a questão da denotação e codificação da imagem estão atentas às perspectivas não apenas semânticas, mas também epistemológicas e ideológicas. Se conectadas à realidade do território Brejo dos Crioulos, mesmo que a perspectiva do distanciamento imediato suspenda uma aproximação objetiva, vale insistir que se trata de uma análise com importâncias e contribuições fundamentais. Obviamente, não deve ser tratada a

abordagem como um conflito na ordem das preferências, desse modo incorre o risco do mergulho estético que tensiona a separação dos espaços da fotografia e da imagem digital.

A evidência da reflexão surge como a reverberação das possibilidades da fotografia em contribuir com as leituras geográficas e, ao mesmo tempo repercutir o convite permanente às produções visuais em Brejo dos Crioulos, que reúne diversos e importantes trabalhos de registro engajado com abordagem social, jornalismo, memória e documentação. Sendo possíveis quaisquer especulações sobre a dimensão desse acumulado, não seria impossível afirmar que exista em dispersão, sobre os últimos quinze anos do território, um acervo anônimo não inferior a 50 mil fotografias²¹² da comunidade. Ao analisar que a dimensão temporal fornece à fotografia a possibilidade de ser um trabalho de memória Mauad (2008) assinala que

(...). Ao fixar a imagem da experiência humana de diferentes maneiras, as fotografias se tornam o substrato matéria das memórias contemporâneas. Nesse mundo de instantâneos e incertezas, reabilita a ideia de tempo como duração nos permite atribuir uma dimensão narrativa ao ato fotográfico, por meio do qual se reunifica a capacidade criativa do sujeito social e sua técnica. (MAUAD, 2008, p.39).

No contexto dos diversos resultados visuais do histórico recente de Brejo dos Crioulos é possível destacar sete experiências que bem ilustram a relação fotografia-território no contexto do *tempo do reconhecimento*. A primeira refere-se ao fundamental trabalho de antropologia visual engajada realizado por Costa (1999) no tempo de sua pesquisa etnográfica. Inúmeras fotografias que também foram compartilhadas com a comunidade auxiliaram nos processos de produção científica, documentação no processo de construção do RTID/Laudo Antropológico, memória da luta pelo reconhecimento, desinvizibilização da Comunidade frente à sociedade regional e nacional e, valorização do lugar de viver. As

²¹² Considerando que a primeira pesquisa sobre a comunidade foi realizada em 1999, e o histórico dos diversos trabalhos da rede de apoio a Brejos dos Crioulos, estruturada desde os primeiros desdobramentos do reconhecimento territorial; bem como as possibilidades do viver comunitário relacional, é que se especula sobre esse acervo. Sobretudo, não é imprudente acreditar que o acervo seja bem maior.

primeiras imagens do Brejo foram conhecidas pelo autor no ano de 2005 por meio da publicação da Revista Verde Grande.

Foto 14 - Brejo dos Crioulos-MG



Fonte: Adaptado de COSTA, 2005a, p.12-27.

A segunda trata-se do blog <quilombobrejodoscrioulos.blogspot.com.br>²¹³, organizado pela rede de apoio a Brejo do Crioulos, onde diversas fotografias se integram a textos informativos sobre a realidade da comunidade e sobre o processo de reconhecimento do território, também colocando em evidência campanhas de apoio à comunidade-território.

Figura 20 - Print do Blog Brejo dos Crioulos



Fonte: Adaptado do Blog Brejo dos Crioulos²¹⁴.

²¹³ Criado em out. de 2009, com ultima atualização em set. de 2011.

²¹⁴ Disponível em <quilombobrejodoscrioulos.blogspot.com.br>, visitado em mai. de 2013.

A terceira destaca a conexão fotografia-notícia a partir das notas públicas emitidas pela Comissão Pastoral da Terra que relatam ao longo do histórico de luta pelo reconhecimento territorial, quase que em tempo real os principais fatos e eventos realizados, desencadeados e ocorridos no território, com destaque para denúncias de descaso, queixas-crimes, atentados à dignidade e vida, covardias, denúncias de racismo, mobilizações, manifestações, participações em eventos, conquistas, conflitos. O trabalho apresenta grande capilaridade em redes sociais, blogs, sites jornalísticos, redes virtuais de movimentos sociais do Brasil e em organizações, instituições, redes, movimentos e imprensa de diversos outros países do mundo.

Figura 21- Notas Públicas da CPT



Fonte: Adaptado do site da CPT e notas públicas emitidas na internet, 2014.

A quarta evidencia o trabalho do fotógrafo Gabriel Zambon denominado “Expedição Brejos dos Crioulos”²¹⁵, realizado em novembro de 2012, que trabalha com narrativa

²¹⁵Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/percursodacultura/8186050425/in/photostream/>>, visitado em mai. de 2013.

textualizada, abordagem visual de uma experiência social em preto e branco e apresenta a comunidade em sua simplicidade e cotidianidade.

Foto 15 - "Viver na comunidade é viver em comunidade" - Espaço de enraizamento da cultura negra no país, o Brejo dos Crioulos vive uma disputa por seus territórios. A terra de morada se transformou em terra de negócio, mercadoria.



Fonte: Gabriel Zambon ²¹⁶.

A quinta alude a também importante pesquisa “*Brejo dos Crioulos: Costumes e Tradições de uma Comunidade Remanescente de Quilombolas através da Fotografia em Quadrinhos*” ²¹⁷ produzido por Mota; Neto (2013), que envolve um trabalho de conclusão de curso cujo objetivo foi registrar por meio do fotodocumentário em quadrinhos e técnicas do fotojornalismo a história e o cotidiano da Comunidade e resulta em uma revista em quadrinhos ²¹⁸.

²¹⁶ Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/percursodacultura/8187093450/in/photostream/>>.

²¹⁷ Disponível em <<http://eujornalista.com/wp-content/uploads/2015/05/Artigo-BrejodosCrioulosatrav%C3%A9sdaFotografiaemQuadrinhos.pdf>>, visitado em dez.2013.

²¹⁸ Disponível em <<http://eujornalista.com/wp-content/uploads/2015/05/RevistaBrejodosCrioulosatravesdaFotografiaemQuadrinhos-red.pdf>>, visitado em dez.de 2013.

A construção da narrativa envolvendo fotografia, história oral e pesquisa documental, resultou em um projeto engajado de imagem-documento de abordagem social de importante valor para o território no *tempo do reconhecimento*.

A proposta do trabalho (...) é registrar por meio do fotodocumentário em quadrinhos, a história e o cotidiano da comunidade remanescente de quilombos Brejo dos Crioulos, localizada entre as cidades de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. Para a realização desse trabalho foram utilizadas técnicas do fotojornalismo, com a intenção de mostrar o dia a dia na comunidade. Acrescenta-se, também, a possibilidade de transmitir fatos, informações e conhecimento através da linguagem fotográfica, acrescida de texto. O TCC é um Projeto Experimental composto pelo artigo científico (que publica com linguagem objetiva os resultados obtidos em pesquisa) aliado ao fotodocumentário – produto comunicacional do fotojornalismo que propõe uma narrativa de histórias a partir de fotografias em sequência. O fotodocumentário, ligado às características da *picture-histories*, gênero do fotojornalismo com linguagem semelhante às das HQ's, amplia sua capacidade de atuar como denunciante. A história em quadrinhos (HQ) é uma forma de arte que integra texto e imagem com o objetivo de narrar histórias, sejam fictícias ou reais, tornando-se um grande meio de comunicação de massa e produção cultural. A fotografia com caráter documental oferece, maior liberdade para retratar com temas ligados ao ser humano, seu ambiente, problemas da sociedade e a desigualdade social, principalmente por trabalhar com denúncia social (transformação social), etnografia e antropologia. (MOTA; NETO, 2013, p.2)²¹⁹.

Figura 22 - Revista Brejo dos Crioulos através da Fotografia em Quadrinhos



Fonte: MOTA; NETO, 2013.

²¹⁹ Sob orientação da Professora Lidiane Silva Santos, o trabalho contou com a revisão de Raquel Alves e Diagramação de Samuel Reis.

A sexta experiência é a produção artística do artista visual Gu Ferreira que em meio as suas experiências artísticas produziu também de maneira engajada, uma série de desenhos que resultaram na série denominada “Esferografias Quilombolas”. A partir de referências da fotografia e pesquisas sobre a influência dos africanismos na formação sociocultural brasileira, somada às suas andanças e experiências por diversas comunidades Quilombolas, dentre elas a Comunidade dos Arturos, Agreste e Brejo dos Crioulos, retrata a identidade cultural dos territórios Quilombolas expressada por mulheres, homens, crianças, Griôs, artesãos, músicos e trabalhadores rurais sertanejos.

Figura 23 - Esferografias Quilombolas de Gu Ferreira



Fonte: Adaptado de Gu Ferreira, 2014.

Em um processo dialético com a fotografia percorre diversas linguagens traduzidas nos desenhos. Nas imagens, o percurso entre experiência, imaginário, narrativas de luta, diversidade de existências, meios de viver, cotidiano, oscilação de sentimentos e percepções, cultura e visões de mundo se fundem na tentativa de aproximar o observador da perspectiva artística que é possível se elaborar a partir da reprodução social, material e simbólica do outro. Um encontro de culturas e a própria interculturalidade que produz os novos olhares sobre si

mesmo a partir do outro. Sua proposta com esse trabalho específico se conecta ao movimento de desinvisibilização das Comunidades e à produção de metodologias de arte-educação voltadas para a valorização dos territórios tradicionais e suas comunidades. Considerando a aproximação que o artista realiza entre experiência, imaginário, fotografia e desenho, vale a reflexão de Barthes (1990a) sobre a análise estrutural da imagem, ao especificar que

De todas as imagens, só a fotografia possui poder de transmitir informação (literal) sem a compor com a ajuda de signos descontínuos e regras de transformação. Deve-se, pois, opor a fotografia, mensagem sem código, ao desenho, que, embora denotado, é uma mensagem codificada. A natureza codificada do desenho aparece em três níveis: inicialmente, reproduzir um objeto ou uma cena através do desenho, obriga a um conjunto de transposições regulamentadas; não existe uma natureza da cópia pictórica, e os códigos de transposição são históricos (sobretudo no que tange a perspectiva); em seguida, a operação de desenhar (a codificação) obriga imediatamente a uma certa divisão entre o significante e o insignificante: o desenho não reproduz tudo, frequentemente reproduz muito pouca coisa, sem, porém, deixar de ser uma mensagem forte, ao passo que a fotografia, se por um lado pode escolher seu tema, seu enquadramento e seu ângulo, por outro lado não pode intervir no interior do objeto (salvo trucagem); em outras palavras, a denotação do desenho é menos pura do que a denotação da fotográfica, pois nunca há desenho sem estilo; finalmente, como todos os códigos, o desenho exige uma aprendizagem (Saussure atribuía grande importância a esse fato semiológico). Terá a codificação da mensagem denotada consequências sobre a mensagem conotada? É certo que a codificação da letra prepara e facilita a conotação, pois a primeira já dispõe de uma certa descontinuidade na imagem: a “feitura” de um desenho já é uma conotação; mas, ao mesmo tempo, à medida que o desenho exhibe sua codificação, a relação entre as duas mensagens é profundamente modificada; já não é uma relação entre uma natureza e uma cultura (como no caso da fotografia), é a relação entre duas culturas: a “moral” do desenho não é a moral da fotografia.” (BARTHES, 1990a, p.35-36).

A sétima experiência, de grande importância para Brejo dos Crioulos, diz respeito ao já mencionado Plano de Etnodesenvolvimento do território elaborado sob a coordenação do Cento de Agricultura Alternativa (CAA). Concebido no contexto do Programa ATER Quilombola²²⁰ do Programa Brasil Miséria envolveu trabalhos de pesquisa, mobilização, nivelamento, capacitação e construção participativa envolvendo toda a Comunidade.

A relação fotografia-território nesse caso, se evidencia desde a fase de concepção do plano no que se refere à pesquisa, passando pelos registros do processo até a inserção das

²²⁰ Elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em área quilombola em processo de regularização fundiária iniciados pelo INCRA - Lote número 06 – MG. 2012.

mesmas no documento final com a finalidade de auxiliar na ilustração do campo descritivo e, principalmente registrar a memória do processo de sua confecção participativa.

Foto 16 - Capa do Plano de Etnodesenvolvimento



Fonte: CAA, 2012²²¹.

Foto 17 - Oficina de Mapeamento – Ambientes e Infraestruturas



Fonte: CAA, 2012, p.13.

Na concepção aqui defendida, a linguagem fotográfica agrega importante contribuição à produção territorial e à leitura geográfica. No caso do território Brejo dos Crioulos a fotografia assinala a potencia relacional no contexto do engajamento e da ação geográfica. Mas está intimamente ligada ao descortinamento da beleza dos laços coletivizados que historicamente, em resistência, protegem o lugar de viver, seus modos de vida, meios de viver, cultura, sociabilidades, cotidiano, trabalho e visões de mundo.

Enquanto recurso metodológico a fotografia constitui, no mesmo sentido, o resultado do encontro entre expressão, percepção, conteúdo e reflexão do lugar de viver na espacialidade Quilombola, a partir de sua textualidade visual expressa pelas paisagens, estruturas, cotidiano, territorialidades, sociabilidades comunitárias e suas narrativas

²²¹ As fotografias que integram o Plano de Etnodesenvolvimento são do acervo do CAA NM, do Pesquisador Laudiceio Matos (2008) e do fotógrafo Leo Lima aluno da Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) e fotógrafo colaborador do Centro de documento, pesquisa, formação e inserção de fotógrafos populares no mercado de trabalho, Imagens do Povo.

coletivizadas. De acordo com Barthes (1990b, p.25) a fotografia “se desenvolve sob a forma de um paradoxo: aquele que faz de um objeto inerte uma linguagem e que transforma a incultura de uma arte “mecânica” na mais social das instituições”.

Ao que parece, só a oposição do código cultural e do não-código natural pode traduzir o caráter específico da fotografia e permitir avaliar a revolução antropológica que ela representa na história do homem, pois o tipo de consciência nela implícita é realmente sem precedentes; a fotografia instaura, na verdade, não uma consciência *do estar aqui* do objeto (o que qualquer cópia poderia fazer), mas a consciência do *ter estado aqui*. Trata-se, pois, de uma nova categoria de espaço-tempo: local-imediata e temporal-anterior; na fotografia há uma conjunção ilógica entre o *aqui* e o *antigamente*. (BARTHES, 1990b, p.36).

O fato é que a fotografia apresentou contribuições decisivas ao conhecimento e às leituras realizadas sobre o território Brejo dos Crioulos. Desde a primeira imagem conhecida até a última fotografia realizada em campo, a densidade das representações na construção dos mapas mentais que permitiram o permanente reencontro com o território, *de-fora-para-dentro* ou *de-dentro-para-fora* possibilitou a produção de significativa parte dos conteúdos aqui apresentados, diretamente ligados à imagem do território, produzida a partir das diversas perspectivas que ganharam foco nos olhos da comunidade e do autor, nas dimensões da sociabilidade relacional do *olhar-e-ser olhado* intensamente.

Durante o tempo da pesquisa, entre exercícios teórico-reflexivos e trabalhos de campo, analisando as possibilidades, complexidades envolvidas nas relações *fotografia-território* no contexto da geografia humanista-cultural, foi possível conhecer a importante e densa pesquisa de Sandra Sofia Machado Koutsoukos a partir do livro *Negros no Estúdio do Fotógrafo* onde estuda as representações e autorepresentações de pessoas negras livres, forras e escravas produzidas em estúdios de fotografia do Brasil da segunda metade do século XIX.

Os estudos de Koutsoukos (2010) ²²² convidam a refletir que por livre iniciativa, pessoas negras livres ou libertas, se dirigiram aos estúdios fotográficos por livre iniciativa, e se fizeram retratar como os brancos da sociedade valendo dos modos de vestir e posar à europeia, com foco na aceitação social em meio à ordem exigente e racista vigente em meados de 1860, quando surge o retrato fotográfico no formato cartão de visita, não constituindo então um caso de “aculturação”, mas de estratégia, aceitação, ascensão e sobrevivência²²³.

Constando que os negros também buscavam dignidade através da imagem, e que a construção de cenas em estúdios tinha a ver com o nível de controle profissional sobre a técnica e com a ideia de autorepresentação vigente a autora conduz a pesquisa a partir de três categorias: escravos domésticos, onde se incluem as amas, levados por senhores aos estúdios com foco nos álbuns familiares; fotos *souvenir*, dada a busca pelo “exótico” eram vendidas a estrangeiros; e, fotos etnográficas, usadas como documentos de suporte para trabalhos “científicos” que dessem suporte a teorias racistas, no curso da opressão e inferiorização do negro vigente no período. A pesquisa ainda apresenta as fotos de negros presos condenados, investigando a motivação das mesmas e dos álbuns.

Nas categorias analisadas acredito ter sido possível perceber os diferentes sentidos e usos das fotos, a sua circulação, assim como as diferentes formas de participação dos sujeitos na construção daqueles retratos, junto ao profissional escolhido por eles, ou a eles imposto, e que direcionava a câmera. Do negro nascido livre, passando pelo ex-cativo, pelos escravos domésticos, pelos modelos escravos e forros, chegando aos detentos negros da “Galeria”, todos foram, em diferentes níveis (assim como em muito retrato de gente branca), e por diferentes meios, os sujeitos de seus retratos, tivessem aquelas fotos o uso e a finalidade que tivessem. (KOUTSOUKOS, 2010, p.263-264).

Considerando que a abordagem aqui pretendida sobre a relação território-fotografia, no contexto das representações sociais, simbólicas e dos mapas mentais, é feita à luz dos

²²² Esta autora informa sobre Pesquisadores nacionais importantes como Boris Kossoy, Ana Maria Mauad, Pedro Karp Vasquez e George Ermakoff que publicaram trabalhos nos quais trataram de imagens de pessoas negras no Brasil. (KOUTSOUKOS, 2010, p.17).

²²³ Ibid., p.261.

movimentos multidimensionais e multiescalares de desinvisibilização da *socioespacialidade Quilombola* de Brejo dos Crioulos, o trabalho de Koutsoukos (2010) se apresenta com grande importância à questão. É preciso perceber que nos dois períodos históricos, se mantem invariável a condição da fotografia enquanto recurso de representação por meio da imagem, reconhecidamente instrumento produtor de poder, status e dignidade.

Se na segunda metade do século XIX a fotografia foi assimilada como caminho ao reconhecimento do sujeito de direito, da dignidade da pessoa humana, da legitimidade do existir em relação ao outro, da possibilidade de aceitação e ascensão social, bem como estratégia de sobrevivência, nesta primeira metade de século XXI, 126 anos após a abolição, é possível perceber que a lógica se mantem, obviamente considerando a evolução das complexidades ligadas à fotografia até então.

Ao citar Sontag (2004, p.46)²²⁴, a qual afirma que “fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir”, Koutsoukos (2010) argumenta sobre a necessidade de olhar o que estava sendo enquadrado, mas alerta sobre a importância de se olhar para o que ficarão de fora. Nesse caso, a autora convida a se olhar o “*outro lado*” das imagens, o que permite saber um pouco da vida das pessoas. A compreensão do *enquadrar-como-excluir* permite pensar sobre a espacialidade do território Brejo dos Crioulos a partir do paradoxo inaugurado com o *delimitar-como-incluir*. Talvez derive daí a chave para uma melhor aproximação da fotografia (*enquadrar-como-excluir*) ao território (*delimitar-como-incluir*).

Se considerado que enquadramento e encurralamento²²⁵ respondem à mesma ordem da exclusão e, objetivamente partindo do entendimento que *fotografar-é-excluir*, por lógica poder-se-ia afirmar que *fotografar-é-encurrular*. No contexto da ressemantização do enquadramento pelo viés da delimitação é possível inferir que *fotografar-é-territorialar*, logo *fotografar-é-reconhecer*, *reconhecer-é-incluir*, *incluir-é-delimitar* e assim encerra-se um ciclo

²²⁴ SONTAG, Susan. *Regarding the pain of others*. Nova Iorque: Picador, 2004.

²²⁵ (ARAÚJO, 2009).

de resignificação. A fotografia passa então do *não-enquadrar* ao *território*, *fotografia-é-território* e *território-é-imagem*. Imagem que só pode se realizar na dialética *território-do-olhar/olhar-do-território*; *território-da-perspectiva/perspectiva-do-território*; *território-da-imagem/imagem-do-território*, compreendendo as diversas dimensões da perspectiva a partir da representação (*forma/conteúdo*); da técnica (*linguagem/espço/tempo/temporalidade*); da identidade (*concepção/análise/alteridade*); do panorama (*olhar-de-longe/do-lugar-a-paisagem*); da aparência (*olhar-de-fora/percepção/do-espço-ao-território*); e da expectativa (*sensação/do vivido-a-experiência-do-vivido*).

Retratar o território representando-o traduz a tentativa de atribuir à sua existência a possibilidade de continuar a existir. Tal empreendimento implica no exercício objetivo-subjetivo da memória espacial que elabora, processa, arranja, mimetiza, reintegra e recompõe a identidade da espacialidade do lugar em permanente desdobramento. A manutenção do produzir territorial implica no reconhecimento de suas perspectivas distintas multidimensionais e multiescalares. As imagens que resultam da conexão de suas diversas espacialidades e sociabilidades estruturam o mapa mental coletivizado, rearranjado no espaço relacional. A abordagem fotográfica sobre o território guarda importantes contribuições à epistemologia do espaço e à filosofia da geografia.

A fotografia surge, desde o início, como o acompanhamento necessário das grandes cerimônias da vida familiar e coletiva. Se se aceitar, com Durkheim (1995), que as cerimônias têm por função reanimar o grupo, percebe-se por que a fotografia deve estar associada a elas, já que provê os meios para eternizar e solenizar estes momentos intensos da vida social, em que o grupo reafirma a sua unidade (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p.32).

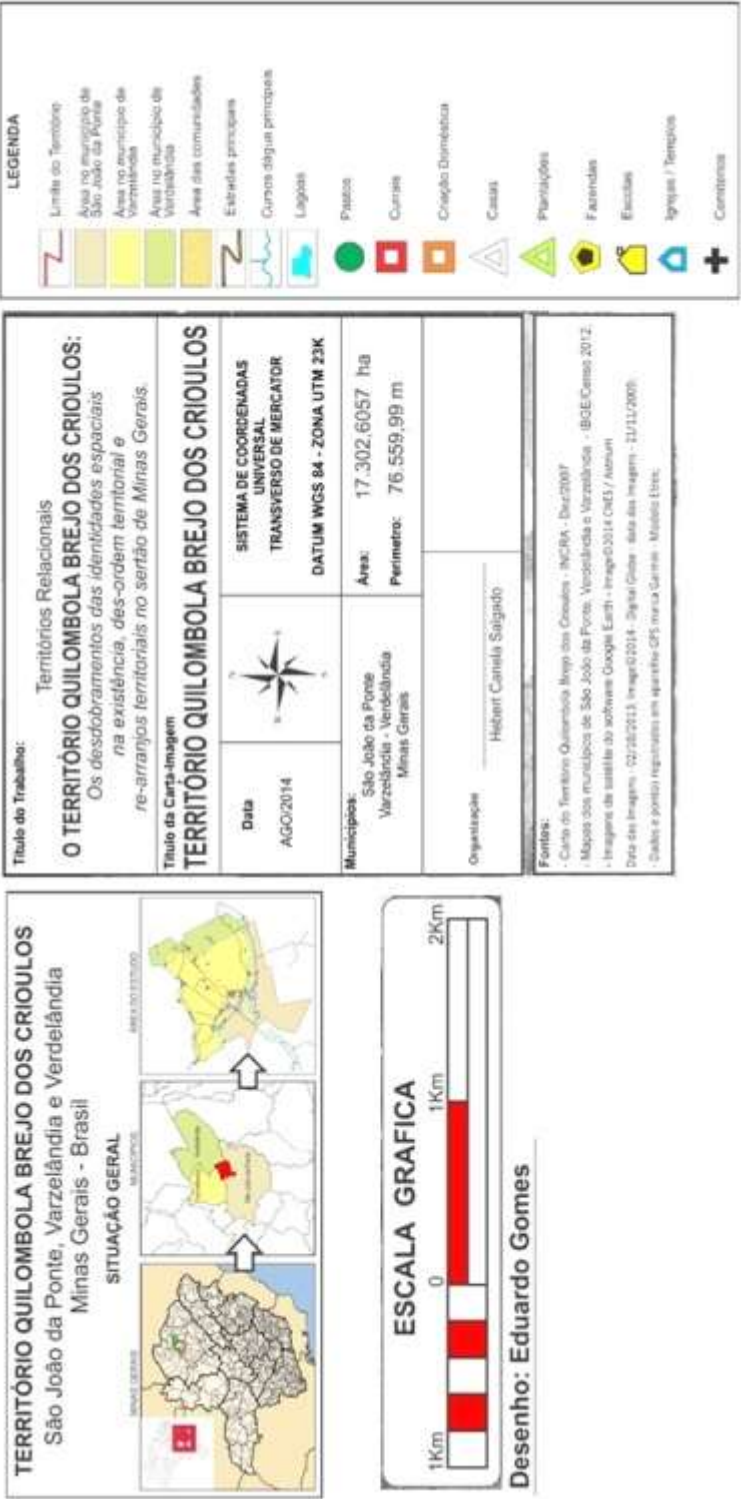
A Carta-Imagem apresentada a seguir reúne representações de diversos usos do território Brejo dos Crioulos. Nela estão representadas limites do território, área dos municípios São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, área das comunidades, estradas principais, cursos d'água principal, lagoas, casas, criações domésticas, fazendas, currais,

plantações, fazendas, escolas, igrejas, cemitérios. Nas fotografias, registros do autor realizados durante trabalhos de campo, são apresentadas estradas vicinais, mulheres do batuque, reuniões da associação, placas de referência, produção de rapadura, apresentação de batuque, afinação de instrumentos, mães e filhos em cenas do cotidiano, crianças brincando, o artesão Miro e o artesanato que resulta do seu trabalho, a colheita do milho, do feijão, cercas de propriedades, representações da fé, desenhos que crianças fazem das próprias casas, criação de animais, igreja, participação de representações em eventos como o III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais e o II Congresso Internacional de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, o Fórum Internacional de Agrobiodiversidade e o Encontro Nacional de Agroecologia.

Ainda, violeiros da Folia de Reis, Celebração da Folia de Reis, o dia de levantamento de mastro, o dia de levantamento de mastro, velas ascendidas ao pé do mastro, Quilombolas dançando batuque, fogos de artifício durante a Folia de Reis, final do campeonato de futebol de Brejo dos Crioulos, Quilombolas cuidando das roças, das mandalas, afinando violões para Folia de Reis, crianças reunidas no Centro de Referência Brejo dos Crioulos, famílias reunidas, moradores posando para fotografia, carregando feijão colhido, dançando batuque no Centro de Referência, criança brincando com estilingue, momentos de fé na reza do Santo na Igreja de Orion, Quilombolas fazem batuque na comunidade de Araruba, dentre outros.

O percurso empreendido no tempo da pesquisa por meio de percepções, observações, reflexões e análises foram realizadas a partir de diferentes estratégias metodológicas como a fotografia e os mapas mentais. Por vezes informações do satélite, de outra forma o reconhecimento visual direto, ora na experiência do vivido, ora no registro ligeiro de uma andança. A totalidade do espaço não será conhecida na imagem, mas é a partir das imagens do território produzidas em distintas perspectivas que se pode refletir sobre os caminhos possíveis aos sertões da espacialidade profunda do lugar de viver, do lugar-território. Não é

Figura 24 - Recorte Legenda do Território Quilombola Brejo dos Crioulos - Territorialidades



Fonte: Autor, 2014.

Figura 25 - Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



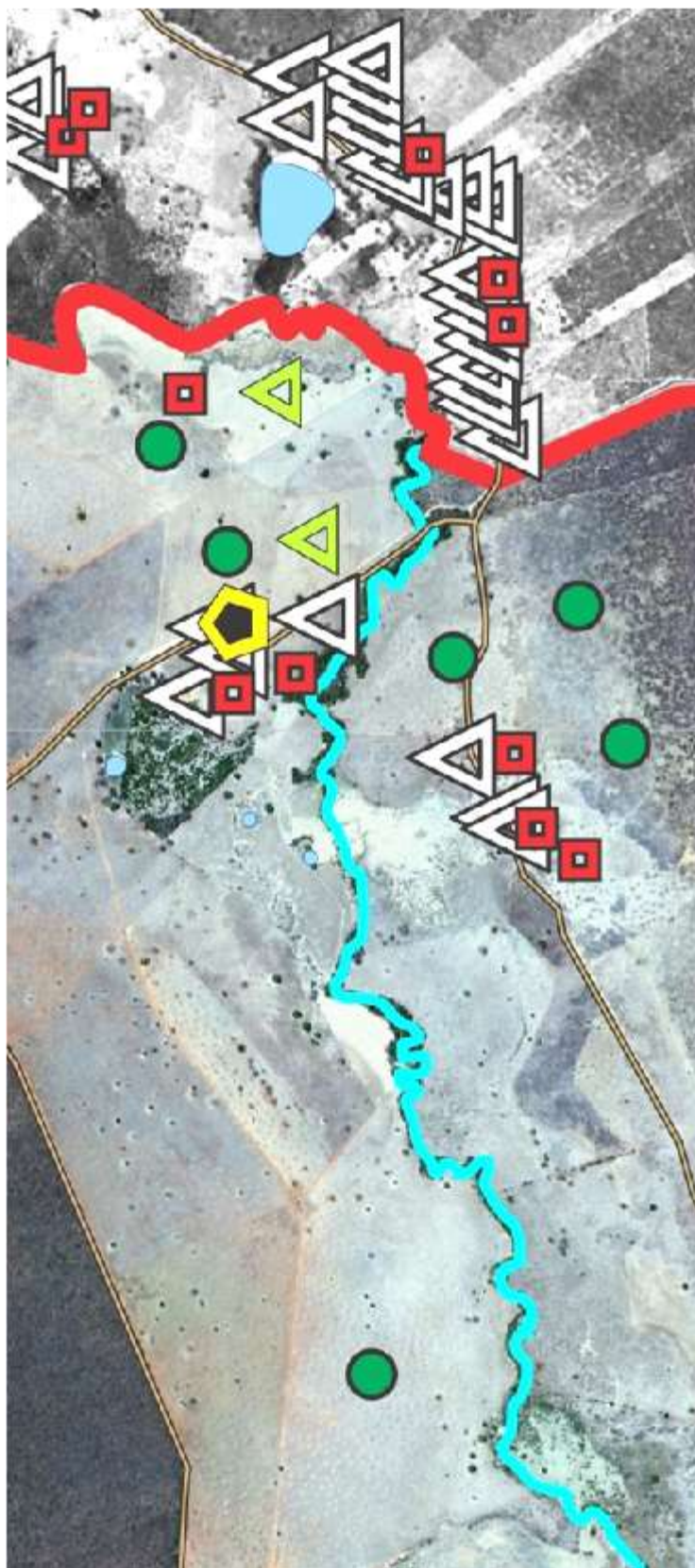
Fonte: Autor, 2014.

Figura 26 - Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



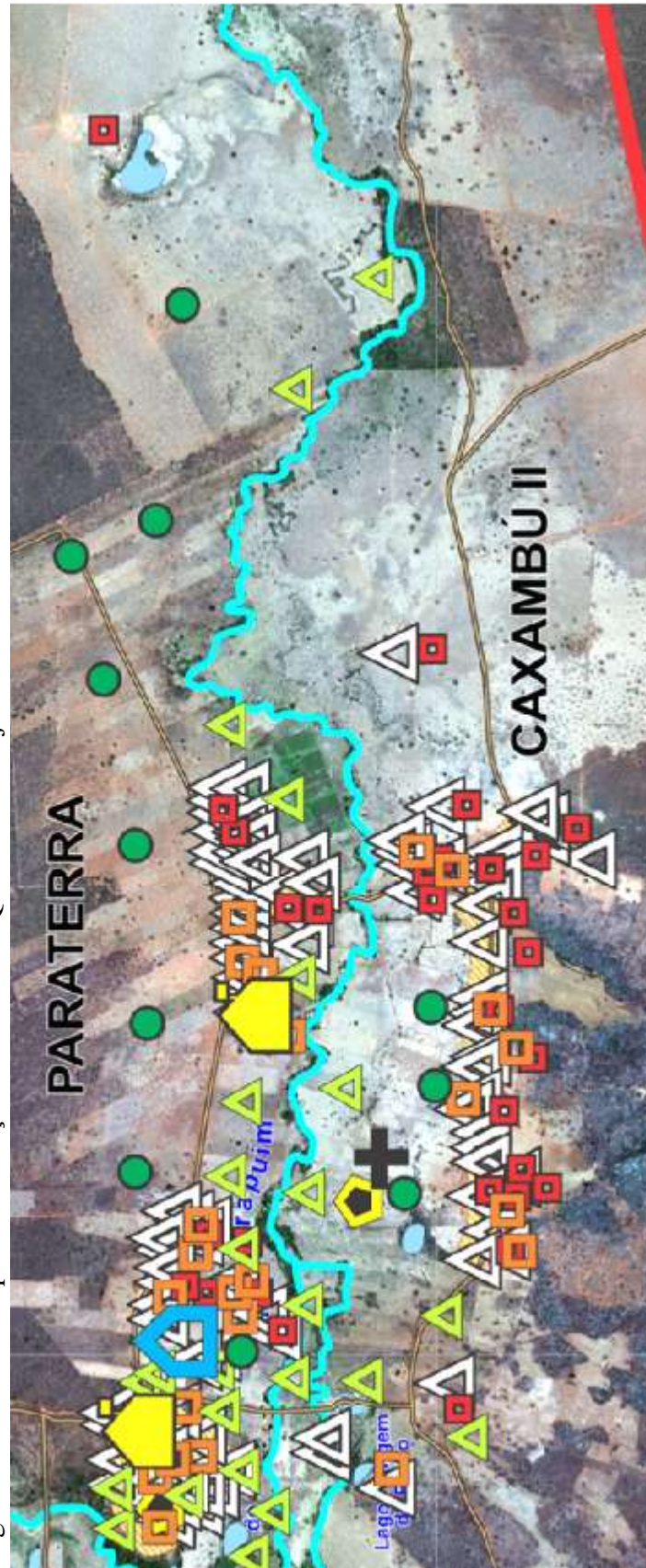
Fonte: Autor, 2014.

Figura 27– Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



Fonte: Autor, 2014.

Figura 28 - Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



Fonte: Autor, 2014.

Figura 29 – Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



Fonte: Autor, 2014.

Figura 30 - Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



Fonte: Autor, 2014.

Figura 31 – Recorte – Mapa Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



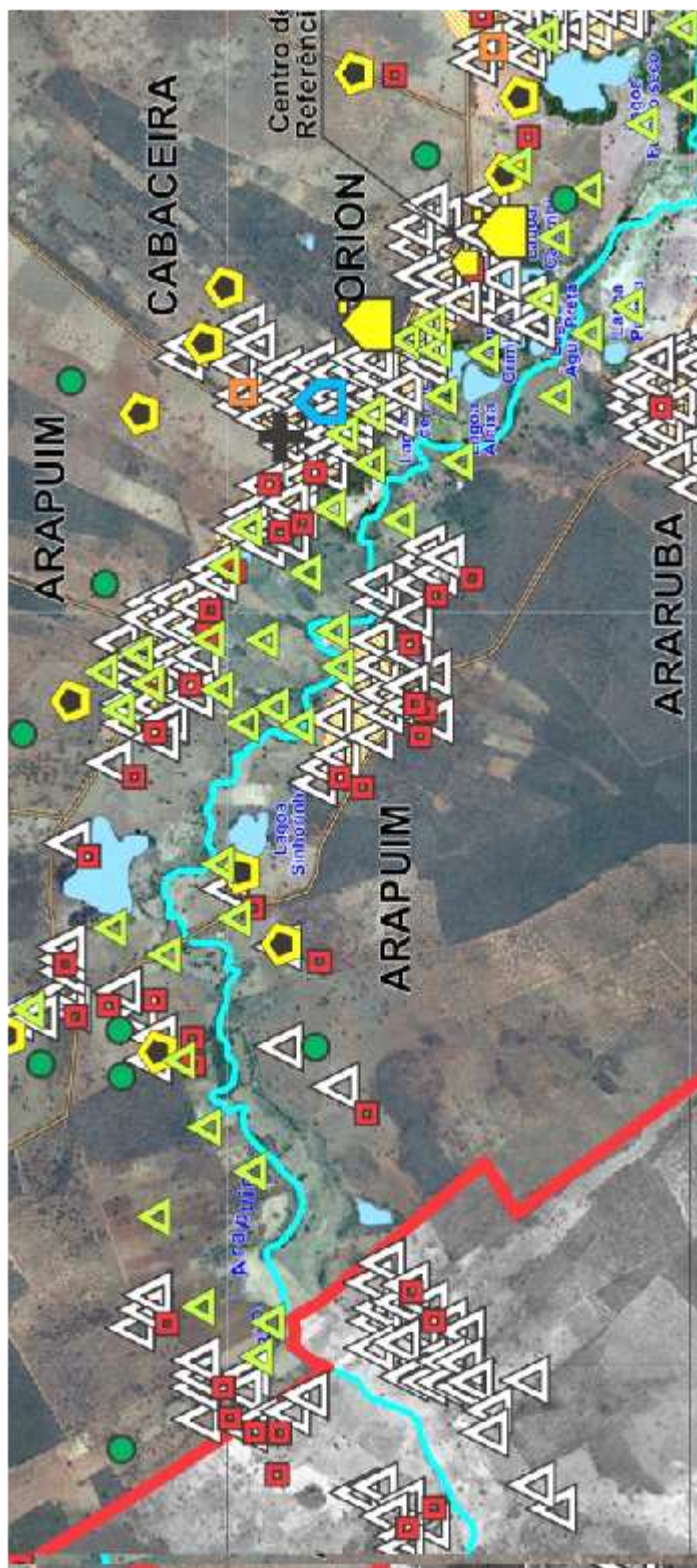
Fonte: Autor, 2014.

Figura 32 - Recorte Mapa - Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



Fonte: Autor e desenho Eduardo Gomes, 2014.

Figura 34 – Recorte Mapa - Localização do Território Quilombola Brejo dos Crioulos- Territorialidades



Fonte: Autor, 2014.

2.2.1.2 Fotografias

Foto 18



Foto 19



Foto 20



Foto 21



Foto 22



Foto 23



Foto 24



Foto 25



Foto 26



Foto 27



Foto 28



Foto 29



Foto 30



Foto 31



Foto 32



Foto 33



Foto 34



Foto 35



Foto 36



Foto 37



Foto 38



Foto 39



Foto 40



Foto 41



Foto 42



Foto 43



Foto 44



Foto 45



Foto 46



Foto 47



Foto 48



Foto 49



Foto 50



Foto 51



Foto 52



Foto 53



Foto 54



Foto 55



Foto 56



Foto 57



Foto 58



Foto 59



Foto 60



Foto 61



Foto 62



Foto 63



Foto 64



Foto 65



Foto 66



Foto 67



Foto 68



Foto 69



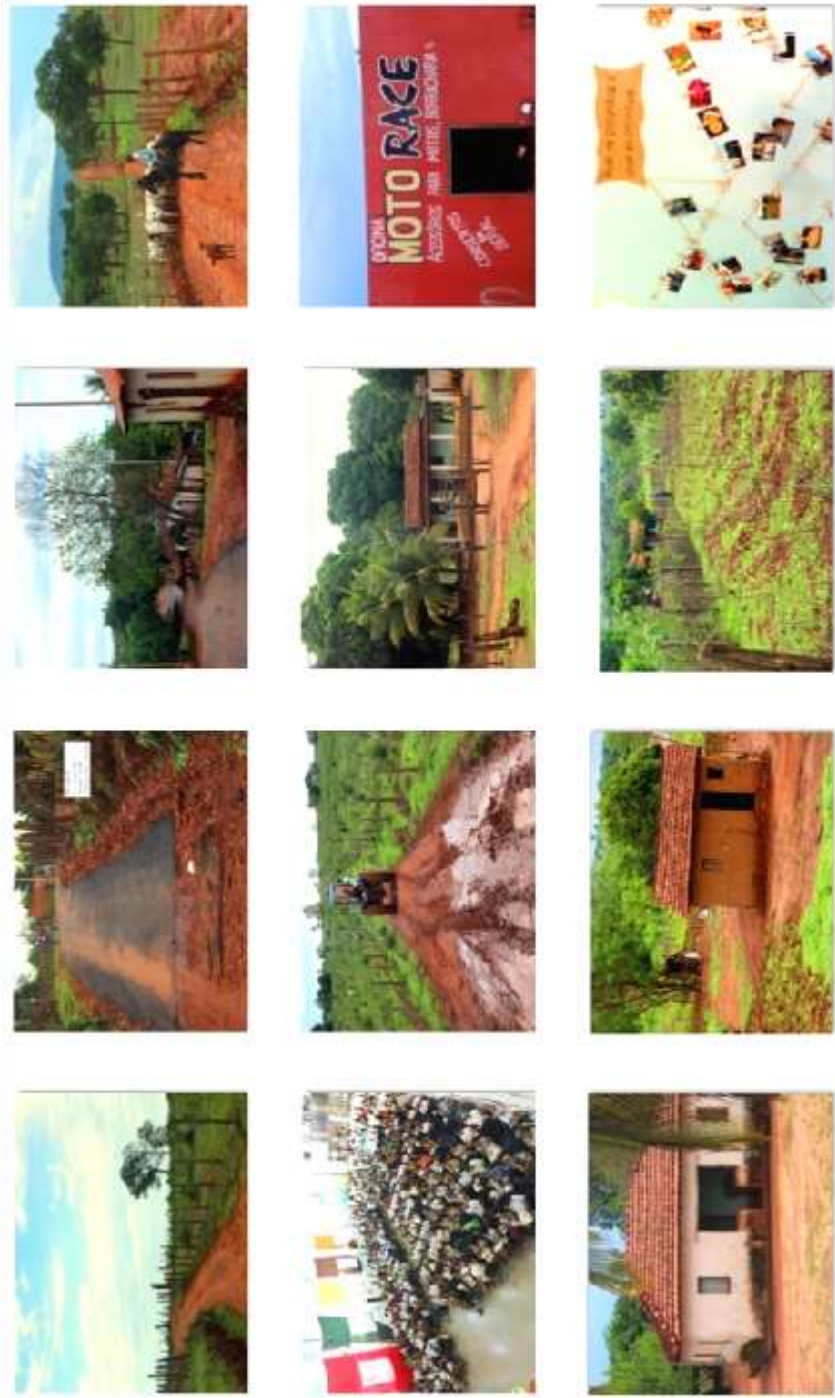
Foto 70



Foto 71



Foto 72



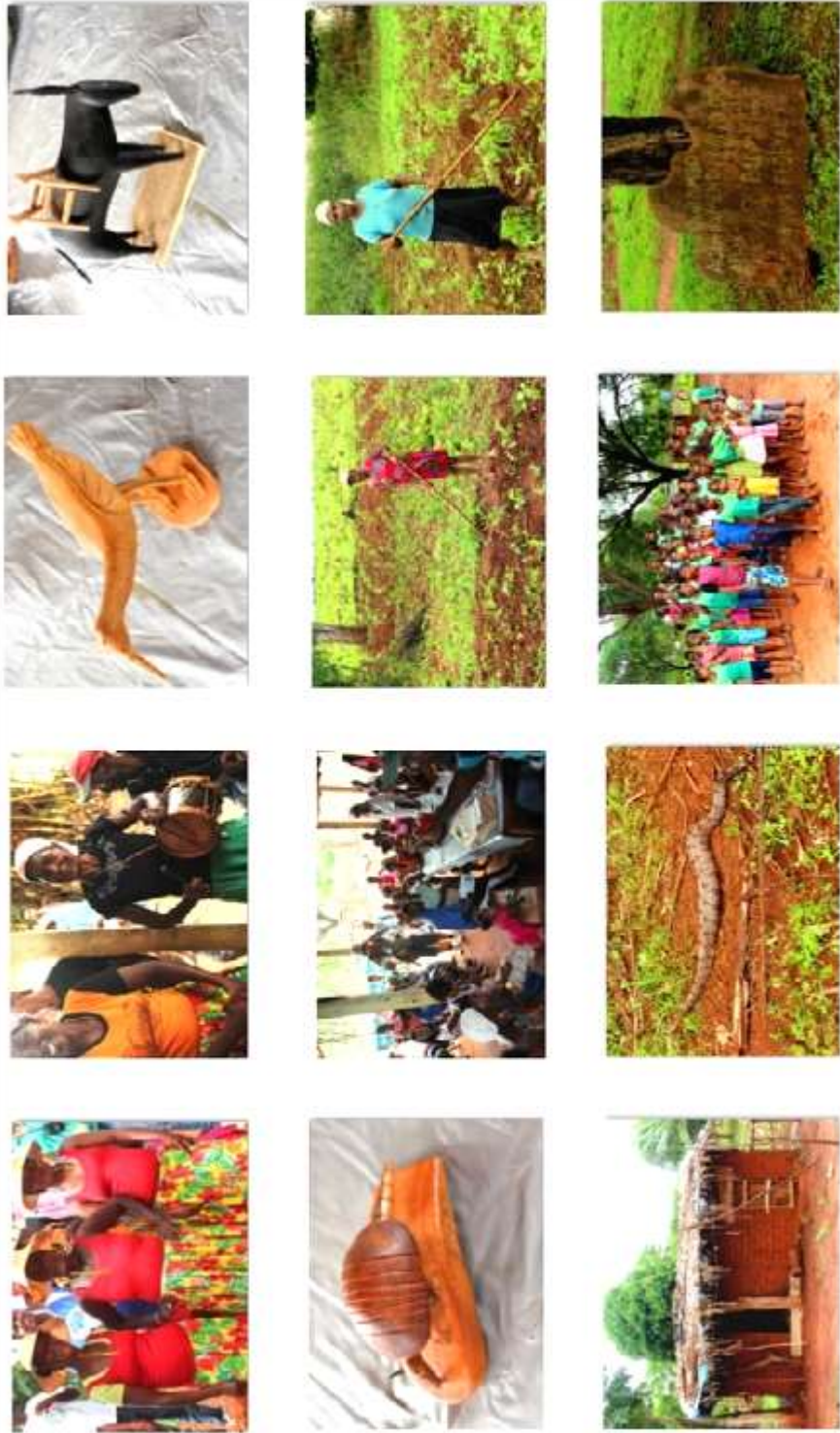


Foto 73

Foto 74 – Ponto de Referência com informações gravadas na pedra



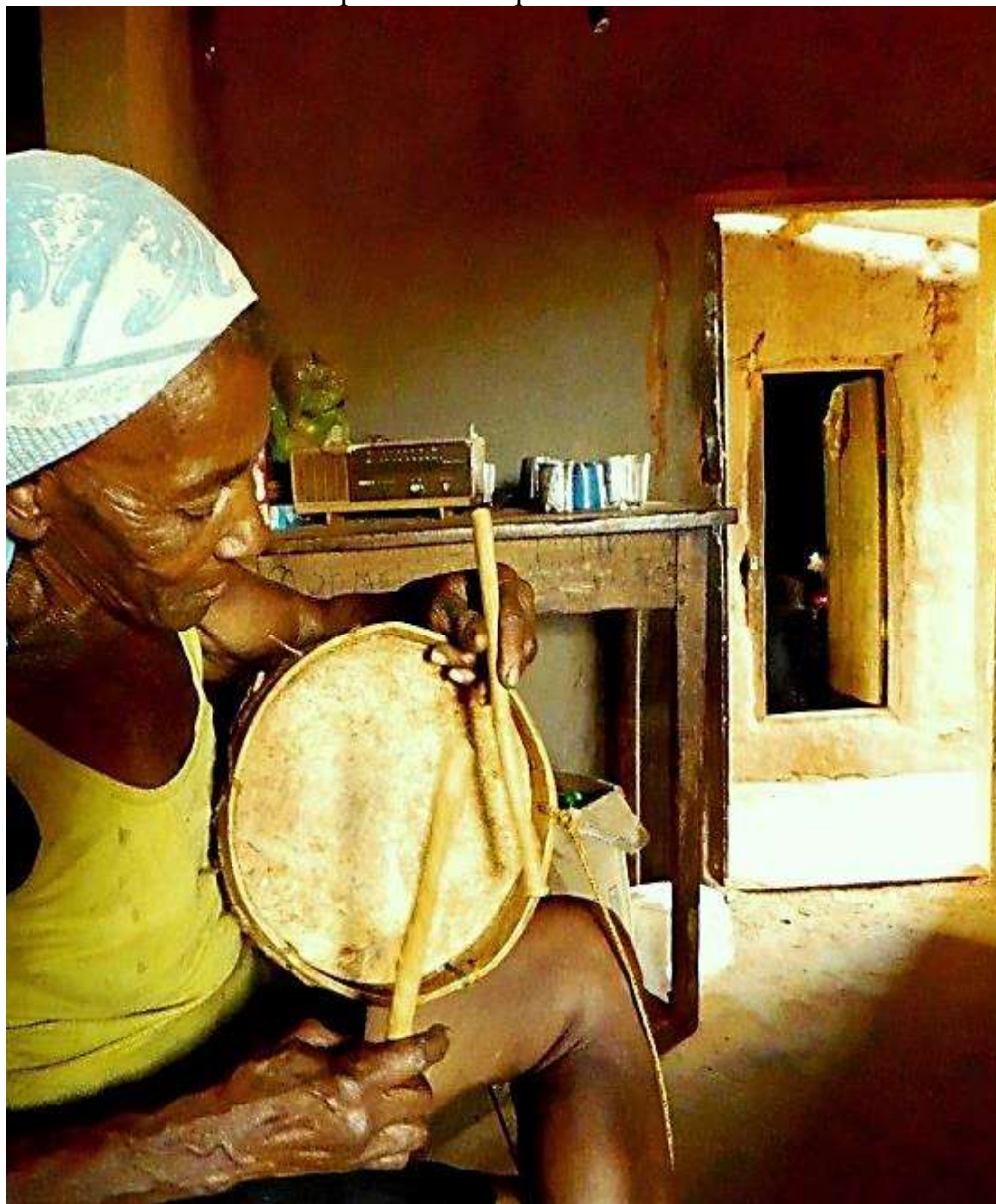
Fonte: Acervo do autor, 2010.

Devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições.

Milton Santos

Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. 2001, p.160.

Foto 75 – Dona Catarina apresenta batuque na sala de sua casa



Fonte: Acervo do autor, 2010.

GEOGRAFIA, GEOGRAFIAS: TOTALIDADE, CULTURA E AÇÃO...

3 GEOGRAFIA, GEOGRAFIAS: TOTALIDADE, CULTURA E AÇÃO...

3.1. Espaço e lugar: por um poder das geografias da diversidade

A constante restrição de perspectivas inauguradas no enfrentamento das ordens que se definem pela aceleração homogeneizante do estágio capitalista indica a natureza globalizante da espacialidade que se pretende hegemônica e, se mantem nas sombras da covardia esquivando às preces da própria contradição situada entre a “pretensão de universalidade e os interesses particulares do capital”. (BENSAÏD, 2008). Contudo, conforme reflete o autor, o estreitamento do espaço público, cheio de perigos à democracia, o bem comum da humanidade não se mostra solúvel na privatização do mundo.

A “exceção cultural” espacializada na paisagem dos conflitos, que instala o *software* da contra-espacialidade “inventando um mundo que não seja mais uma mercadoria e opondo ao direito sagrado da propriedade o direito profano à existência”, reforça a necessidade de superação da objetividade positiva e, puramente material que localiza as oposições absolutas e relativas. A compreensão da realidade sopra às espacialidades monopolizadas pela desregulação das humanidades, que a ação relacional das identidades socioespaciais profundas são guardiãs da chave que abre a porta da “prisão original” (RAFFESTIN, 1993 p.144).

A inscrição do trabalho em uma problematização com abordagem geográfica anunciada pela relação espaço/sociedade responde à preocupação em “elucidar as questões atinentes à dimensão espacial e à territorialidade enquanto componentes indissociáveis da condição humana”. (HAESBAERT, 2011). Dai a necessidade metodológica de “derivar a problemática espacial de uma totalidade apreendida em suas múltiplas dimensões, para assim

se poder compreender a natureza, especificidade e inter-relações dos diferentes processos que geram tal problemática”. (BARRIOS, 1986, p.3) ²²⁶.

O foco dado ao território Quilombola Brejo dos Crioulos traduz o livre percurso tal como se apresentou: escolhas, viagens, convergências, encontros, estudos, sentimentos e as manifestações do inexplicável. As fissuras dos conflitos vigentes no tempo das leituras geográficas que fundamentam a análise ilustram com clareza a condição parcelar das contradições que se conectam na produção das essências imutáveis. E isso pode ser percebido no território Brejo dos Crioulos, no território Ciência Geográfica, no território Universidade.

A concepção do espaço enquanto fruto da tensão localização-distribuição e, corporificado em um sistema de localizações recíproca e interativamente interligadas que se contraditam em suas tendências organizativas, evidencia a contradição alteridade-centralidade. (MOREIRA, 2007a). Ainda assim, a natureza espacial de tal contradição resolve apenas uma dimensão da condição possível. A imagem produzida da espacialidade serve à tentativa de visualização das existências a partir de sua materialidade. Contudo, a imersão no recorte Brejo dos Crioulos permite prosseguir à espacialidade profunda a partir do estreito relacional manifestado pelas sociabilidades territoriais em suas múltiplas dimensões e escalaridades.

O reconhecimento do *lugar-território* em sua espacialidade profunda multidimensional conduz as percepções à quebra das ordens espaciais que derivam seus arranjos de quaisquer hegemonias. O *desdobramento relacional* é indicado pelo equilíbrio das existências, diretamente interferente nas estruturas da contradição tal como é e, para além das dimensões da “espacialidade diferencial”. (MOREIRA, 2007a). A radicalização da intencionalidade na produção do espaço é que define a potência de outras espacialidades possíveis às humanidades. Ainda assim, tal operação se realiza na conexão das

²²⁶ IN: (SOUZA; SANTOS, 1986).

multidimensões do vivido e suas relações de poder. De outro modo, quaisquer rupturas que fundem um paradigma espacial estarão alheias às experiências do corpo e sua existência.

Nesse caso, lugar e território inexistiriam, registrando a morte do espaço. Em sua análise Coelho Neto (2013) destaca que a condição fundante e centralidade desempenhada pelas relações de poder sobre as territorialidades constitui unanimidade na geografia. Segundo o autor observa-se a ampliação dos debates e formulações conceituais com viés cada vez mais operacional nos estudos interpretativos da realidade.

No entanto, instalou-se uma contenda acerca do risco de extensão do significado e uso do conceito, sob pena de perda de operacionalidade na tarefa de enfrentamento da compreensão da realidade. Essa discussão se colocou com o questionamento das amarras espaciais e temporais a que esteve submetido na Geografia Política Clássica e nos estudos da Ciência Política, cujo uso predominante esteve vinculado à existência do Estado nacional. Os resultados desse processo apontaram para a construção de possibilidades de compreensão de fenômenos espaciais com manifestação nas escalas geográficas e históricas mais diversas. As territorialidades passaram a ser identificadas em perspectivas outras, não apenas remetidas à materialidade da política, mas vinculadas (e/ou incorporando) à dimensão simbólica do real. O fenômeno territorial também começa a ser reconhecido como produto das relações sociais de poder que se manifestam nas ações dos mais variados agentes sociais e, não apenas, como produto da ação estatal. (COELHO NETO, 2013, p.30-49).

Realizar quaisquer imersões geográficas constitui um excitante convite ao reconhecimento das existências e, conseqüentemente ao reconhecimento da diversidade das espacialidades. No bojo das reflexões iniciais, quaisquer tentativas de aproximação da dimensão cultural-identitária à dimensão do território denuncia fins primeiros de se pensar na “multiterritorialidade” a que se refere Haesbaert (2006, p.338) como sendo “antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”. Nesse caso, a imersão ao território Brejo dos Crioulos destacou um recorte nos processos de multiterritorialidades que decorrem no Norte de Minas no contexto da consolidação da *rede de territórios relacionais* que, em desdobramentos espaciais estão a desinvisibilizar-se e resignificar a região a partir do *mosaico de territórios tradicionais*.

As conexões das identidades espaciais que fundam o *poder simbólico relacional* da espacialidade profunda informam a diversidade territorial que dá sentido à região Norte de Minas em sua geohistoricidade. Para tanto vale a compreensão de Santos (2012, p.63) ao afirmar que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. De acordo com este autor, estudar o espaço exige apreensão de “sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura”, elementos fundamentais ao entendimento sobre produção do espaço²²⁷, e da espacialidade.

Nesse caso, se é possível considerar que a região e lugar não tem existência própria destacados da totalidade²²⁸, com cada atividade constituindo uma manifestação do fenômeno social total cujo efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta²²⁹, dizer da espacialidade territorial de Brejo dos Crioulos no Norte de Minas e sua contextualização na espacialidade profunda do território nacional significa reconhecer o lugar de sua existência, sua identidade espacial, o seu lugar-território.

O território é, na sua essência, um fator espacial e social; seurlamente atrelado a uma dimensão política; permeado de identidade; possível de categorização e de dimensionamento e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população, do grupo ou da comunidade. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política-social-econômica-territorial. (ANJOS, 2009, p.8).

Eis aqui o espaço da pesquisa, a materialização de seu tempo e de suas temporalidades. Entre tantos definidos, conceituados e o infinito possível, cautelosamente vasculhado pela inquietude humana que evidencia desde o que é especulado ser desconhecido,

²²⁷ Op. cit., 1985, p.49.

²²⁸ Op. cit., 1996, p.131.

²²⁹ Ibid., p.107.

passando aos sertões imaginados até os limites do que é reconhecido ser real, é aqui, onde também se compreende situar diversas naturezas da existência, humanas e espaciais, tão livres a ponto de serem negadas, refutadas, presumidas, reduzidas, confrontadas, ampliadas, absorvidas, desestruturadas e colocadas em movimento, que se escolheu repousar experiências acumuladas de uma travessia recente. E no momento em que o temporário repouso de experiências é produzido nas dinâmicas que fundam sua gênese, o espaço fluido, flexível, aberto, espoca de suas identidades outro lugar, desinvisibilizado e dialético, o lugar-território da tese.

Em “*Espaço e Lugar*” Tuan (1983, p.7) reflete que “na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar”. O autor sugere ser o “espaço” mais abstrato que o “lugar”. “O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” Afirma que “espaço” e “lugar” são ideias que não podem ser definidas dissociadas. “A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite o movimento, então o lugar é pausa”, que nesse momento é tratada como repouso da experiência acumulada desde o início deste trabalho, formalmente²³⁰ iniciado no ano de 2010 no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT), no Instituto do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

É desse lugar que se propõe aos colegas deste tempo, professores, leitores convidados e interessados outros, o estabelecimento de diálogos entre as variadas visões de mundo, espacializadas e socializadas durante a travessia, ora na empiria dos saberes e fazeres, ora nas diversas identidades científicas e seus campos teóricos e epistemológicos sobre as relações

²³⁰ Digo formalmente porque não acredito ser possível considerar o trabalho em questão, desligado da trajetória e tempos acumulados que o antecedem. Mesmo porque, os conteúdos pragmáticos, substantivos e simbólicos elaborados nas diversas experiências e modos de vida transitados possibilitaram desdobramentos, reordenamentos, elucidações e novos questionamentos acerca das visões de mundo em permanente construção. Sua construção é também compreendida relacional.

expressadas pelo território Brejo dos Crioulos, no movimento de *desdobramentos*²³¹ da identidade territorial na existência, na (des)ordem territorial e nos rearranjos espaciais com foco no reconhecimento, legitimação e consolidação do território Quilombola. E, consequente preservação de meios de viver em seu lugar original.

Naturalmente, a paisagem reflexiva e o terreno analítico dessa travessia resultaram de leituras geográficas que vão desde a imersão no árduo artesanato epistemológico de importantes Geógrafos e profissionais outros, até as Geografias praticadas no território Brejo dos Crioulos. Esse é o sentido de se pensar sobre as diversas experiências, traduzindo os olhares aqui apresentados para uma coesão de entendimentos que correspondam à unidade da representação geográfica escolhida, mesmo que não exista a pretensão audaciosa de tocar sua *totalidade territorial*. Assim posto, é possível dizer de um percurso que entre a Geografia e as Geografias de Brejo os Crioulos.

No lugar de conexões entre a Geografia, as *Geografias Brejeiras* e as *Geografias Crioulas* evidencia-se o entendimento sobre a existência de um lugar-território no espaço-tempo elaborado por meio de relações diversas e complexas cuja expressão real é espacialização material, social e simbólica do território relacional Brejo dos Crioulos. Sua gênese se insere em processos de mimetismo territorial e sua evidência é dada a partir das categorias “*território Quilombola*” e “*lugar-território*” enquanto identidades socioespaciais, oficial e nativa, respectivamente, participando da estruturação em contradições, da realidade socioespacial regional que evidencia um mosaico de territórios Quilombolas e não-

²³¹ A Geografia apresenta os dobramentos como estruturas de relevo na superfície terrestre formadas por movimentos orogênicos (forças laterais, horizontais, verticais ou inclinadas) de desnivelamento de rochas resistentes e constituindo estruturas compostas de rochas magmáticas e sedimentares pouco resistentes. São deles que resultam regiões elevadas como picos, montanhas, e cordilheiras (ex: Serras do Mar, da Mantiqueira e do Espinhaço, Andes, Alpes e Himalaia). No Brasil os dobramentos datam de eras geológicas muito antigas. Aqui, apesar de servirem metaforicamente às reflexões e aproximações possíveis frente às questões evidenciadas, trataremos (des)dobramentos sob a perspectiva transitória entre espacialidade-(des)espacialização-(re)espacialização -multiespacialidades.

Quilombolas tradicionais rurais e, conseqüentemente de identidades espaciais que confirmam o “grande território negro da mata da Jaíba” (COSTA, 1999).

A espacialidade e a contra-espacialidade de Brejo dos Crioulos é lida em meio a uma *rede de biocomplexidade e relacionamentos multidimensionais-multiescalares*, articulados na produção de poder simbólico, voltado a legitimação dos territórios tradicionais, re-significando e desdobrando existências invisibilizadas por encurralamentos de diversas ordens. Os processos territoriais de desinvisibilização de existências adormecidas resultantes da efetivação e transmutação de *dimensões relacionais autóctones* acabam por projetar a expansão do território para além de seus limites físicos, estabelecendo novas fronteiras, simbólicas, que se materializam nas múltiplas representações no espaço da luta, via determinações das relações de poder.

Funda-se assim, uma travessia material e epistemológica entre o lugar-território, passando pelo *mosaico de territórios* à existência de um *território complexo do mosaico* que refunda a região Norte de Minas. O percurso epistemológico traz à luz das compreensões primeiras, um processo socioespacial evolutivo traduzido em desdobramento espacial que categoricamente transita do lugar à região por meio do território, evidenciando nesse caso, o conteúdo relacional da categoria território e sua funcionalidade material enquanto “território usado”. (SANTOS, 1994). Desse modo, é feita a opção por cinco enunciados que auxiliam na identificação do conteúdo relacional do território, sendo:

1- *Território-Quilombola* enquanto categoria Constitucional utilizada pelo Estado nos processos de reconhecimento e identificação à luz do texto legal;

2- *Lugar-território* enquanto composto narrativo que explica a natureza do espaço na perspectiva comunitária, estabelecendo uma categoria nativa;

3- *Território-usado* enquanto identidade espacial do espaço produzido na construção epistemológica da ciência geográfica;

4- *Território-origem* enquanto espaço profundo coletivamente produzido e geografizado no desdobramento de sua espacialidade de articulação das narrativas de luta e de relações com outros territórios alinhados no discurso de busca por garantias e direitos;

5- *Território-relacional* enquanto categoria transitória na articulação da categoria lugar (de viver) à categoria região (de biocomplexidade), no processo de efetivação da categoria mosaico (de territórios tradicionais) que estão se desinvisibilizar, produzindo um *mosaico regionalizado por territórios*, ressemantizando a noção de região a partir dos desdobramentos territoriais se reestabelecendo como “região cultural” (CORRÊA, 2008, p.309)²³² enquanto um tipo particular de espacialidade da(s) cultura(s).

No contexto do quinto enunciado, Sposito; Dundes (2010, p.117) ao proporem uma forma de demonstrar como o território se transforma em região “por meio de uma recuperação histórica da construção de um território e da formação de um conceito que impregna o *habitus* e conforma a compreensão do lugar onde se vive e é referenciado como espaço de devir e espaço do atraso” destacam que “quando as regiões são forjadas institucionalmente, torna-se necessário que se considere a força dos símbolos, das imagens e do imaginário, na construção dos limites entre uma região e outra”²³³ entendendo as fragilidades das diferenças estabelecidas pela cultura, economia, dinâmica populacional, paisagem e pelo processo histórico de ocupação.

²³² Ao apresentar o natureza do conceito (CORRÊA, 2008) informa sobre áreas habitadas em qualquer período determinado por comunidades humanas caracterizadas pro culturas específicas [cita Wagner e Mikesell 2003] identificadas com base na combinação de traços culturais materiais e não-materiais, que tendem a originar uma paisagem cultural. Como qualquer outra construção socioespacial é historicamente contextualizada, não constituindo espaço homogêneo. Cita Anderson (1989) sobre “Comunidades Imaginadas”, mencionadas por (COSTA, 2006) ao apresentar o Norte de Minas como *mosaico identitário regional* e, como *mosaico cultural* (COSTA, 2005c, p.301).

²³³ Ibid.

O contexto de transmutação espacial do *lugar de viver* em *território*, que por sua vez é corporificado em *lugar-território relacional* e, articulado a outros *territórios relacionais* funda o que Costa (2005c) apresenta como *território regional*, *mosaico identitário regional* e *mosaico cultural*, compreendido por Corrêa (2008) como *região cultural*, ou, ainda, podendo ser lido como um *mosaico territorializado*. Nesse caso, o percurso epistemológico que revela a (des)territorialização-(re)territorialização da categoria “região” na espacialidade profunda do Norte de Minas evidencia uma complexidade material e simbólica a partir da difusão das multidimensionalidades espaciais e socioculturais dos Povos e Comunidades do Sertão Gerais com consequente reflexo teórico nos arranjos analíticos das categorias geográficas, que pode ser traduzido pelas *epistemologias sertanejas*.

O reconhecimento da espacialidade cultural-identitária regionalizada configura um campo de investigações potentes sobre difusão espacial da cultura e, das categorias lugar, território, região, comunidade, etnia, identidade, espacialidades, arranjos etc. O desdobramento espacial nesse caso pode ser apresentado pelo percurso (espaço / lugar / território / lugar-território / território-relacional / rede / território-rede / mosaico-de-territórios [mosaico identitário regional / mosaico cultural] / região-territorializada / território-regional²³⁴ / região-cultural²³⁵ [comunidade imaginada]²³⁶).

Se desse modo o desdobramento das categorias pode ser lido, não diferentemente o das espacialidades pode ser traduzido pelo percurso espacialidade profunda / espacialidade natural / espacialidade social / espacialidade material / espacialidade simbólica / espacialidade relacional / espacialidade cultural, que no caso da região cultural Norte de Minas se apresenta pela multidimensão da espacialidade sertaneja. Cabe salientar que as espacialidades se elaboram na multidimensionalidade-multiescalaridade reservando assim as diversas

²³⁴ (COSTA, 2005c).

²³⁵ (CORRÊA, 2008).

²³⁶ (ANDERSON, 2008). Sobre a questão Corrêa (2008, p.311) entende que as “comunidades imaginadas” constitui uma versão espacial das “tradições inventadas” de Hobsbawm; Ranger (2002).

possibilidades de se desdobrarem em *espacialidades derivadas* de seu “foco inicial (*hearth*), uma *core area*”²³⁷ na qual a espacialidade se apresenta em toda a sua plenitude.

O entendimento produz efeito que demanda maior aprofundamento sobre a relação dimensionalidade-escalaridade / homogeneidade-heterogeneidade. Para Corrêa (2008), considerando a realidade *core área-domínio-franja* em caso específico analisado, a cultura apresentaria uma espacialidade quantitativamente definida considerando o âmbito de certa região cultural, permitindo a espacialidade informar zonas à semelhança de anéis concêntricos, nos quais o peso da distância ao foco inicial alteraria gradativamente a homogeneidade cultural.

Se considerada a diversidade cultural do Norte de Minas onde se insere o território Brejo dos Crioulos, sua espacialidade profunda e as multidimensões-multiescalaridades da espacialidade sertaneja, bem como suas espacialidades derivadas, dizer de qualquer homogeneidade centralizada nesse caso aproximariam as percepções à realidade profunda expressa pelas identidades espaciais dos Povos e Comunidades Tradicionais, implicando diretamente no reconhecimento de sua natureza relacional. Tal empreendimento reflexivo não será aqui realizado, para efeito de maior esclarecimento sobre as possibilidades de reconhecimento multidimensional da difusão espacial e seus múltiplos itinerários simbólicos e epistemológicos. Contudo esse parece ser um caminho interesse à especulações geográficas.

Em sua análise Corrêa (2008, p.310) compreende que o processo de criação desse tipo particular de espacialidade da cultura vincula-se à difusão espacial, mais eficazmente resgatável nos países de povoamento recente como o Brasil e os Estados Unidos. Segundo o autor “a partir de um ou mais focos iniciais, espraia-se traços culturais em um processo de difusão por contágio. A difusão por saltos produz, em contexto diverso em termos de natureza e grupos humanos outras regiões culturais, distintas daquelas originalmente construídas”.

²³⁷ (CORRÊA, 2008).

Informa ainda que a região cultural não constitui espaço plenamente homogêneo, marcado uniformemente pelas características de uma mesma cultura, havendo variações internas decorrentes das dinâmicas de difusão espacial, o que conduz ao entendimento sobre a diversidade cultural e o comportamento multidimensional de suas espacialidades. Na análise de Costa (2005c) encontramos que

No território regional imbricaram-se diversos povos propiciando a construção de um mosaico cultural associado aos geraizeiros, aos caatingueiros, aos negros aquilombados e aos indígenas – estes em constante confronto com a ocupação colonial e em outros processos de ocupação que em um processo de miscigenação com os grupos anteriormente relacionados viabilizaram dar origem aos barranqueiros/vazanteiros do São Francisco e aos vazanteiros de outras áreas ribeirinhas do Norte de Minas. As características predominantes na constituição da sociedade do sertão norte mineiro, afastamento dos interesses coloniais, espaço de articulação de povos e culturas distintas, zona de transição entre o norte e o sul do país, propiciaram (...) condições de auto-sustentabilidade. Assim dois movimentos opostos, mais imbricados, se conjugaram na constituição do espaço social norte mineiro. O primeiro pela ausência de “dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil de algum produto que a metrópole estabelecesse o régio controle direto” [cita PORTO GONÇALVES, 2000], provocou a invisibilização da economia norte mineira no cenário nacional “e o segundo, propriamente regional, contribui para a constituição do Norte de Minas como um espaço estriado em camadas, com a interpenetração de culturas díspares e de projetos civilizatórios opostos e da resistência negra na luta por seu território, quando da expansão da fronteira agrícola” [cita COSTA, 2003]. (COSTA, 2005, p.301).

A matriz do pressuposto que funda a ideia de um *mosaico de territórios* é apresentada por Costa, (2003a; 2003b; 1999) e Costa Filho (2008; 2005) ao apontarem a existência do *Território Negro Ampliado da Jahyba* ou *Grande Campo Negro da Mata da Jaíba*, conforme figuras 35 e 36 apresentadas nas páginas 361 e 362, vislumbrando-o a partir da comunidade de Brejo dos Crioulos e do território Quilombola Gurutubano, de acordo com figura 37 apresentado na página 363, que legitimam a proposição, confirmada com a identificação crescente de inúmeros territórios quilombolas em processo de desinvisibilização no Norte de Minas por meio da auto-identificação, reconhecimento e certificação de seus territórios com a finalidade de titulação e legitimação de suas identidades espaciais.

No tempo da pesquisa, dos 89 municípios²³⁸ que integram a mesorregião Norte de Minas foram identificados 40 municípios com registros de territórios Quilombolas em um total de 252 comunidades²³⁹. Segundo Costa (1999) a história do território Brejo dos Crioulos tem sua origem no final do século XVII, assim como todas as comunidades do Território Negro da Jahyba, foi fundada e povoada por negros vindos da Bahia, de Espinosa e de Grão Mogol, fugidos do domínio escravocrata.

Aponta para a existência de um conjunto de grupos negros localizados em margens de lagoas e rios que formam a bacia do rio Verde Grande, afluente da margem direita do rio São Francisco e que aí se localizaram devido às condições que forma favoráveis a que instalassem formas alternativas de resistência no contexto de domínio escravocrata então vigente no país. Recorrendo ao conceito histórico de campo negro, criado para dar conta das relações estabelecidas entre negros aquilombados e a sociedade que os cercava, postulo a existência de um campo negro no interior das matas do vale do rio Verde Grande. Esse conceito foi desenvolvido por Gomes (1996) para elucidar as relações dos quilombos existentes na região fluminense de Iguaçu. Apesar da punição prevista em lei, travaram com taberneiros, pequenos lavradores e cativos de fazendas, troca de excedentes da agricultura, caça e pesca que produziram com os produtos externos necessários à sua sobrevivência. Para esse autor, o campo negro seria formado por uma complexa rede social que ‘podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos. O campo negro, construído lentamente, acabou por se tornar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciavam os mundos da escravidão. A minha postulação desse campo negro está afeta às relações que a comunidade de Brejo dos Crioulos travou historicamente com outras localidades existentes no vale do rio Verde Grande e com as povoações situadas ao longo do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gorutuba, Porteirinha e Tremendal. O conhecimento de tais relações foi-me possibilitando por ter acesso à memória social do grupo que informa a existência de negros aquilombados no território onde se encontram situados. (COSTA, 1999, p.12).

A análise de Costa (1999) situa Brejo dos Crioulos no campo das relações históricas não apenas como o lugar de suas territorialidades cotidianas, mas especialmente com localidades existentes no vale do rio Verde Grande e com as povoações situadas ao longo do rio São Francisco, o que reforça os apontamentos sobre a precisão relacional que caracteriza

²³⁸ (IBGE, 2010).

²³⁹ Os números reúnem comunidades-territórios identificados, em reconhecimento, em certificação e certificadas. (CEDEFES, 2008); (ANJOS, 2009); Fundação Cultural Palmares (2010-2014), Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo).

do território. A dimensão regional do *mosaico de territórios relacionais* repousa nos movimentos *do tempo da luta e do reconhecimento*, pela significação do *espaço norte-mineiro-sertanejo-geralista-catrumano-sanfranciscano*.

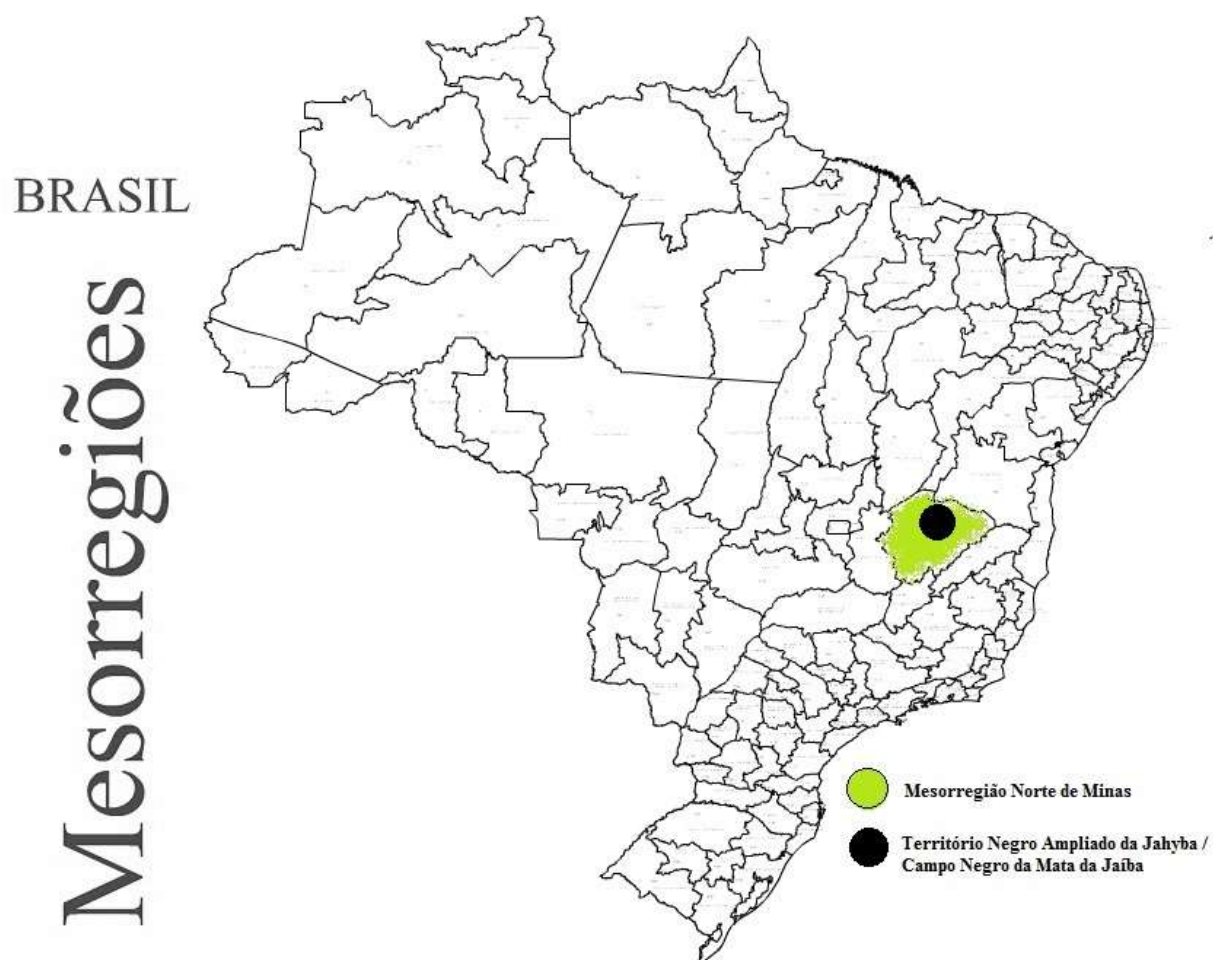
Analisando as identidades territoriais das Populações Tradicionais dos cerrados do Norte de Minas, Costa (2005) chama a atenção para a noção do *território regional* salientando a ocorrência da transição entre o bioma cerrado e o bioma caatinga como parte de uma totalidade ambiental. Afirma que “a sociedade regional é compreendida como uma totalidade e considerar os cerrados e a caatinga como distintos é cindir a sociedade regional em duas partes distintas”.²⁴⁰ A produção do território relacional Brejo dos Crioulos multidimensionalmente conectado na história dos fenômenos culturais banto, suas tecnologias de associativismo e assimilação cultural própria é resultante dos processos de produção do território nacional e suas raízes mais profundas situam a fímbria da grande diáspora africana dos quilombolas brasileiros.

É fato que os processos de migração e mobilidade territorial dos negros escravizados no Brasil estão ligados aos ordenamentos do Escravismo Colonial que associou o capitalismo ao sistema escravocrata que mais tarde estabeleceria as bases da industrialização brasileira. (MOREIRA, 2012a); (GORENDER, 1992). Sua textura mais recente remonta a produção do espaço rural nos sertões do Vale do São Francisco e da diáspora dos negros no Norte de Minas, seus ‘encontros e desencontros’²⁴¹.

²⁴⁰ Ibid., p.297.

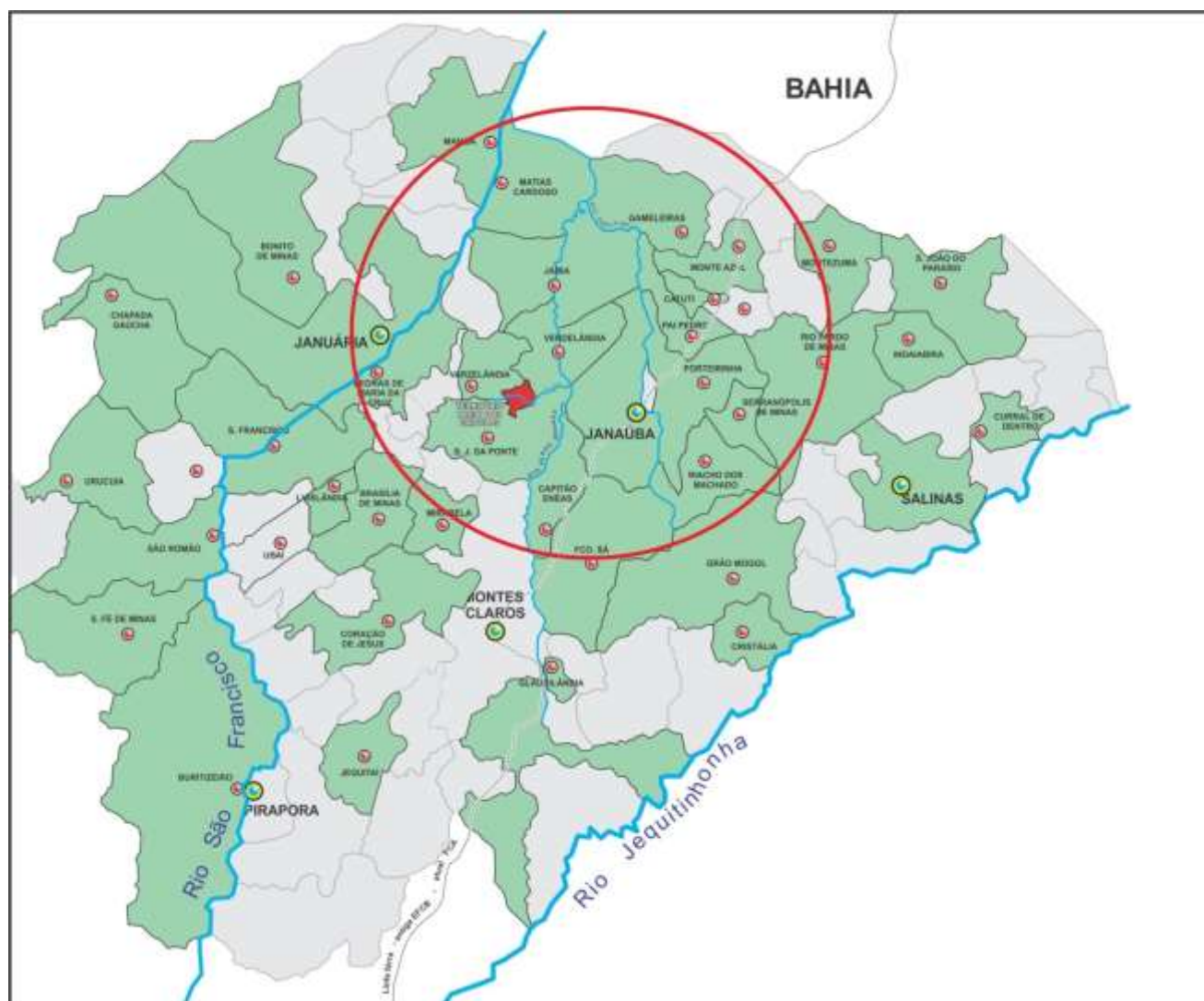
²⁴¹ (GONÇALVES, 2007); (COSTA, 1999, 2008, 2003ab); (ANJOS, 2009).

Figura 35 - Território Negro Ampliado da Jahyba/Campo Negro da Mata da Jaíba na Mesorregião Norte de Minas – Minas Gerais - Brasil



Fonte: Autor, 2014.

Figura 36 - Território Negro Ampliado da Jaíba ou Grande Campo Negro da Mata da Jaíba em destaque no contexto dos municípios com registros de territórios quilombolas

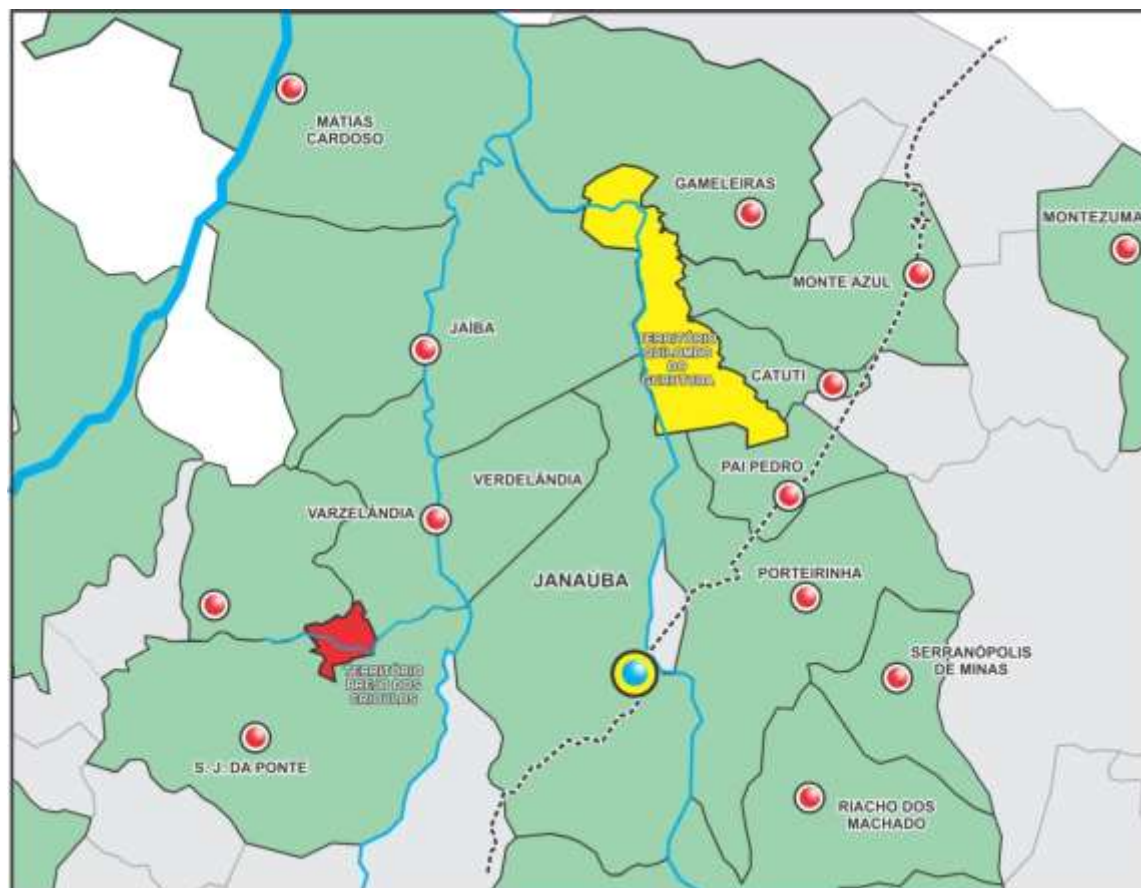


Mesorregião Norte de Minas
Municípios (40) com registros de territórios (252) quilombolas .

Bocaiuva	Coração de Jesus	Jaíba	Mirabela	Riacho dos Machados	Serranópolis de Minas
Bonito de Minas	Cristália	Janaúba	Monte Azul	Rio Pardo de Minas	Ubaí
Brasília de Minas	Francisco Sá	Januária	Montes Claros	Salinas	Urucua
Buritizeiro	Gameleiras	Jequitai	Montezuma	Santa Fé de Minas	Varzelândia
Capitão Enéas	Glaucilândia	Luislândia	Pai Pedro	São Francisco	Verdelândia
Catuti	Grão Mogol	Manga	Pedras de Maria da Cruz	São João do Paraíso	
Chapada Gaúcha	Indaiabira	Matias Cardoso	Porteirinha	São Romão	

Fonte: Autor, 2014.

Figura 37 - Territórios Quilombolas Brejo dos Crioulos (vermelho) e Gurutuba (amarelo) no Norte de Minas



Fonte: Autor, 2014.

Ao refletir sobre os processos de migração e mobilidade territorial dos negros escravizados no Brasil, recordamos a pesquisa de Santos R. (2008a, p.49) quando analisa que “no trabalho de Haesbaert (1995)²⁴² sobre os Gaúchos, no cerrado do Nordeste, os aspectos geográficos da migração, envolvidos na produção das lavouras de soja, são analisados do ponto de vista da cultura.” Informa que a migração dos gaúchos para o Nordeste é tratada como mobilidade territorial, admitindo-se uma diáspora de gaúchos sob a perseguição do capital. Mesmo motivo que resolve nossos entendimentos a partir da leitura de *Formação Espacial Brasileira* de Ruy Moreira (2012a) e, *O Escravismo Colonial* de Jacob Gorender

²⁴² HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos no Nordeste” Modernidade, Des-territorialização e Identidade. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP. 1995.

(1992ab) ao analisar a forma de produção da sociedade escravista pautada na associação do capitalismo ao sistema escravocrata, constituiu um tipo de opressão e exploração racista, motivadora de processo migratórios e mobilidade territorial dos negros nos sertões do Brasil.

Sobre a questão Paula (2003a, p.29) analisa que as relações capitalistas incentivam a mobilidade espacial da população que migra em busca de trabalho em função do modo de produção capitalista unificar os mercados de trabalho, urbano e rural. Para esta autora as migrações rurais internas que continuam a ocorrer no Norte de Minas Gerais em direção aos canaviais e lavouras de café ou soja, no interior de São Paulo e cidades médias de Minas Gerais, percurso assimilado por muitos moradores de Brejo dos Crioulos conforme já mencionado, “comprovam a modernidade tecnológica do terceiro milênio como uma racionalidade técnica baseada na lógica do capital, em que a maioria dos trabalhadores se vê sem oportunidades de trabalho nos locais de origem, e sentem-se também excluídos do mercado de trabalho nos locais de destino”²⁴³.

Em suas reflexões destaca que a maioria dos que migram “acreditam que as viagens realizadas auxiliam na sobrevivência mínima dos que ficaram (...). As várias gerações migratórias envolvem homens e mulheres que recordam e revelam a comunidade como um lugar de fluidez e de permanência”²⁴⁴.

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há a transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes (...) é ser duas pessoas ao mesmo tempo (...); é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo, sair quando está chegando, voltar quando está indo (...). É estar em dois lugares ao mesmo tempo e não estar em nenhum. É, até mesmo partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1986a, P.45).

Em sua pesquisa Santos R. (2008a) aponta que tal perseguição evidencia o motivo pelo qual Haesbaert (1995) “enfrenta essa mobilidade, analisando como os elementos da

²⁴³ Ibid., 2013a, p.23.

²⁴⁴ Ibid., 2009a, p.268.

cultura são transpostos para o Nordeste, criando territorialidades.” Segundo ele, o autor é rigoroso com a temática que lida com as forças produtivas, a ponto de colocar, no trabalho, toda a problemática da globalização, como perspectiva do processo de des-territorialização. Analisando como o global se realiza no local, descrevendo e interpretando os processos de des-territorialização e identidade, em nível do vivido. Na construção de entendimentos sobre o *Território Negro Ampliado da Jahyba* ou *Grande Campo Negro da Mata da Jaíba* que também remontam os processo de desterritorialização e espoliação identitária, opressão e exploração dos negros no sertão brasileiro, Costa Filho (2008) informa que

o povo Gurutubano é quilombola e vive no vale do rio Gorutuba – no centro norte de Minas Gerais - desde o século XVIII, vitimado por um brutal processo de expropriação, deflagrado no século XX, mais precisamente nos anos 50, e intensificado com a chegada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a partir da década de 70. Trata-se de um povo numeroso, morador de 27 localidades ou grupos locais, situados na confluência dos municípios do centro norte-mineiro de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Catuti e Monte Azul. Segundo meus levantamentos de campo, ao todo são aproximadamente 5.000 pessoas, 650 famílias, muitas das quais coabitando e ocupando exíguas frações de terra dos seus ancestrais, em meio a grandes fazendas de pecuária extensiva. Não obstante o considerável contingente populacional e flagrante situação social, caracterizada, durante o levantamento bibliográfico e os trabalhos de campo constatei ser este povo marcado pela invisibilidade social e historiográfica. (COSTA FILHO, 2008, p.10-11).

O que aqui é apresentado como lugar-território, enquanto categoria nativa geografizada e assimilada no plano categorial da leitura sobre o território Quilombola Brejo dos Crioulos em sua unidade socioespacial, na leitura antropológica remete à unidade social geografizada, ao grupo ou comunidade. A indistinção das perspectivas (espacialidade-sociabilidade/sociabilidade-espacialidade) destaca a coesão social no processo de produção do espaço a partir da complexidade escalar e multidimensional circunscrita na determinação do lugar vivido, da existência.

Na compreensão de Moreira (2007b, p.96), diz-se da dinâmica de produção onde o espaço organizador da sociedade é o que contém “a intencionalidade pactual do bloco

histórico, as partes da sociedade civil que estão dentro e as que ficam fora, este todo sendo organizado pelo consenso da cultura, da ideologia superestruturalmente conformadora da sociedade.” Em seu estudo “*A divisão política do território brasileiro: os compartimentos Quilombolas no Vale do Ribeira (SP)*” Silva (2010) apresenta o território usado Quilombola como compartimentos lugarizados que participam da conformação do espaço nacional.

Historicamente, se a construção da federação brasileira não esteve ligada diretamente aos interesses da maior parte do povo, as formas de participação política dos integrantes da nação não caminharam de forma distinta. Com suas raízes escravocratas o Estado brasileiro não buscou a construção de uma base que realmente garantisse direitos amplos. Pensando nisto, observada a constituição da Federação no Brasil, e levantados alguns dos pontos referentes aos compartimentos quilombolas e indígenas, uma problemática ganha destaque. Pois, em 1898 a União e os estados formam a base da federação, aos quais em 1946 se somam os municípios, que em 1988 passam a contar com autonomia política para formular leis próprias. Por outro lado, a Constituição de 1988 se refere aos territórios quilombolas e indígenas, os quais passam a contar desde então com legislação especial. Diante disso uma questão se coloca: a compartimentação quilombola pode ser tomada como elemento da discussão sobre a Federação fundada nos lugares? Uma federação lugarizada (SANTOS, 2000). Parece importante atentar a essa questão, pois muito se fala na reforma da federação brasileira, só que em termos fundamentalmente fiscal, deixando de lado o território usado, usado nos lugares. Politicamente, pouco é debatida a importância que têm os lugares na conformação do espaço nacional com vistas a aprofundar o debate da federação brasileira. Neste sentido, os compartimentos quilombolas manifestam em termos geográficos casos de conflitos pela autonomia e controle sobre parcelas do território brasileiro por grupos sociais subalternizados, que também compõem a trama atual da luta pela regularização fundiária e conquista de efetivos direitos. (SILVA, 2010, p.19).

As reflexões que fundam os entendimentos em repouso no espaço da tese destacam o mimetismo territorial como estratégia de resistência de onde salta a cultura como elo fixador do homem na sua existência identitária; as categorias território e lugar como identidades espaciais; a condição relacional na produção do composto lugar-território explicitando desde a relação dos gêneros de vida que traduzem o lugar de viver, de produzir e de existir na intimidade do espaço onde há reprodução das sociabilidades do homem simples e real, até as conexões desse lugar-território com outras identidades espaciais produzidas na região Norte de Minas.

O *desdobramento territorial* a partir da ressignificação das *identidades espaciais* resulta dos processos de socialização em face dos diversos relacionamentos existentes na produção espacial em diferentes escalas e dimensões. No caso do Brejo dos Crioulos isso percorre processos de ancestralidade, ascendência, descendência, remanescência, consanguinidade, parentesco, ressemantização, oralidade, memória, localização, discurso, narrativa, poder e principalmente ação geográfica relacional. Em todo o país diversos territórios Quilombolas se conectam uns aos outros a partir desses diversos elementos que informam sobre a suas identidades espaciais, na busca pelo reconhecimento de suas espacialidades. Muitos processos de reconhecimento e titulação estão abertos, e um grande processo de mobilização nacional para a autoidentificação está em curso, conforme apresentado no quadro 3 e na figura 38 a seguir.

Quadro 3 - Territórios Quilombolas – Situação de identificação, certificação e titulação

Territórios Quilombolas – Situação de identificação, certificação e titulação (2014)			
Situação Administrativa	Brasil	Minas Gerais	Norte de Minas
Identificadas (aproximadamente)	3050	450	252
Registros Municipais	3000	157	40
Certificadas	2431	223	70
Tituladas	140	1	0
Processos Abertos	1462	185	9
Aguardando Visita Técnica	79	12	6
Documentação Pendente Portaria nº98/2007/FCP	230	28	3
Aguardando Publicação no DOU	21	3	0
*Atualmente a região sudeste apresenta 340 territórios certificado			

Fonte: Adaptado de Fundação Cultural Palmares, INCRA, CEDEFES, Federação Quilombola de Minas Gerais N'Golo, 2014,

Figura 38 - Terras Quilombolas – tituladas e em processo no Incria.



Fonte: Comissão Pró-Índio (SP), 2014.

A evidência dessa identidade espacial que constitui o território no movimento de reinvenção é apresentada por alguns autores como desinvizibilização, desencurralamento, reterritorialização²⁴⁵. Nesse caso, o aprofundamento analítico expressa duas questões fundantes para a leitura que aqui é feita: o *lugar-território* constitui um composto que expressa a transição categórica do espaço vivido ao território relacional ou a capacidade de

²⁴⁵ (COSTA, 1999); (GONÇALVES, 2007); (COSTA FILHO, 2008); (ARAÚJO, 2009).

resiliência das identidades espaciais em questão? As primeiras compreensões que se evidenciam do caminho dialógico produzido junto à comunidade territorializada informa sobre a composição do dualismo na relação dos dois entendimentos, seja na perspectiva epistemológica das categorias geográficas, seja na ação geográfica dos arranjos territoriais comunitários. Entende-se que os processos de produção do espaço no caso do território Brejo dos Crioulos podem ser lidos inicialmente a partir de quatro arranjos analíticos:

- a) *Socialização na espacialidade*: análise de cultura e cotidiano, lugar de viver, modos de viver, meios de viver, modos de produção. Trata-se do que flutua na atmosfera diária desde as lógicas do(s) lugar (res), os instintos territoriais, as relações com a natureza e a busca pela natureza do território. (O batuque, a fé, a família, os conhecimentos, as histórias, as memórias, etc.).
- b) *Socialização da espacialidade*: análise sobre o reconhecimento do espaço do outro a partir das visões de mundo, o reconhecimento do lugar do outro, a partir dos laços de convívio; as naturezas da propriedade e do espaço coletivo, o compartilhamento do espaço territorial (quintal de um, quintal do outro), o reconhecimento de terra de um e terra de outro, dos entendimentos relacionais entre propriedade, latifúndio e localização (ali de um, ali é de outro, ali tem cancela, ali tem cerca, etc.).
- c) *Espacialização na sociabilidade*: análise sobre produção do espaço a partir da ação antrópica, o espaço definido interferindo no cotidiano do lugar, os limites, regras, normas, condutas, relações de poder, trocas materiais, relações produtivas e reprodução espacial. (Aqui é plantado, ali é roçado, a colheita, a partilha, a venda, a troca, o que é da Associação, o que é da Comunidade, etc.).
- d) *Espacialização da sociabilidade*: análise do território relacional, reuniões da Associação de Moradores, relações para fora, cultura relacionando para fora do

território, diálogos territoriais, os de dentro e os de fora, locais, chegantes e partintes, visitantes, inimigos, opressores. Como o território dialoga com outras identidades espaciais, outras formas de poder local, de governança, outras instituições, outras esferas, instâncias, como a identidade se afirma fora de seu lugar original. (quem é de dentro e quem é de fora, quem é amigo e quem é inimigo, quem é bem-vindo e quem não é, quem faz bem e quem faz mal, quem ajuda e quem não ajuda, quem é parceiro e quem não é parceiro, para quem pode falar e para quem não pode, quem assina, quem pode fazer, etc.)

O fato real primeiro, ligado ao movimento de reprodução territorial a partir da ressignificação das identidades espaciais diz-se do necessário reconhecimento acerca da liberdade dos sujeitos do território para construírem um conceito moral, social, cultural, político e jurídico de território uma vez que apresentam razões para seus juízos e interpretações a partir de suas histórias de vida. As abordagens descritivas que alimentam suas elaborações vingam de suas experiências no espaço vivido e culminam na afirmação, reconhecimento e sobrevivência de seus direitos à vida, ancestralmente, legitimamente e, essencialmente territoriais.

O que formularam e intercambiaram como conhecimento subsidiou ao longo de sua história a permanência de uma identidade espacial que coexistiu, em uma disputa silenciosa, com agentes opressores de suas existências a partir de estratégias e táticas de sociabilidades que traduzem estas percepções como mimetismos territoriais. Antes mesmo do conteúdo constitucional e de quaisquer políticas públicas de identificação e reconhecimento, o lugar de viver e o território simbólico espacializado no cotidiano daquelas paisagens culturais em meio à transição de cerrado, caatinga e mata seca já eram realidades.

O território que pronunciam se liga à cultura por meio do lugar de viver, que reserva e protege o cotidiano, modos de vida, meios de viver, razão de usos espacializados, deslocamentos mínimos de produção e relações, mistérios do existir, esconderijos de fazimentos, linguagens e códigos especiais, sistemas de localização e memória, visões de mundo naturalizadas, simplificações de procedimentos, adaptação, coexistência e liberdades supremas intangíveis, religiosidade, zonas de conforto e ilhas do medo.

Assim, o lugar é entendido como a identidade espacial que dá sentido ao território. O lugar de viver. O território enquanto marca legítima do espaço, só pode existir enquanto identidade espacial por meio do lugar, edificando assim o lugar-território. Assim não sendo, ele constitui na atualidade apenas uma ferramenta ao estabelecimento de limites físicos ou possibilidade instrumentalizada reivindicatória de direitos. Fragmentar o território, sob um argumento que busque justificar quaisquer conveniências interpretativas acerca da complexidade territorial elabora um abismo epistemológico que em escala se aproxima da mesma condição que, há tempos, ainda fragmenta as humanidades dos grupos territorializados.

A compreensão que reposiciona a intenção de ler o território à luz da categoria geográfica lugar foi abstraída dos inúmeros diálogos dessa travessia, quando em uma das falas o Sr. Ticão refletiu o lugar de viver territorial: “Isso aqui é lugar e território, sempre foi, é lugar de vida de cada um e território do povo de Brejo dos Crioulos, da comunidade, nosso lugar...território”. A prosa de campo em julho de 2010 serviu de esteio ao entendimento composto sobre as duas categorias geográficas, que foram ali integradas no entendimento nativo. A complexidade sublime no entendimento tão simples, descompromissado da investigação epistemológica sedenta da ciência, estava ali, empiricamente assimilada na visão de mundo própria do cotidiano vivido. Lugar-território se tornou fundamental, redirecionando

inesperadamente o olhar acabado e previamente objetivado que por um dado momento parecia confortável para o início da imersão.

Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. Com as noções de território usado e de espaço banal, saltam aos olhos os temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e de intervenção. Mas tal constatação não é suficiente. É indispensável afinar os conceitos que tornem operacional o nosso enfoque. A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico. O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2000b, p.255-6).

Em meio aos movimentos incessantes, reflexões e provocações permanentes, as revisões do vivido nas experiências e imersões aos poucos permitiram encontros fundamentais entre o campo teórico e o real vivido das percepções cotidianas, daqueles não seriam visitados como objetos de pesquisa, se em algum momento a intencionalidade existiu. Concluiu: “... nosso lugar território é um espaço de vida...um pouco esquecida, mas um espaço de vida...”. Espaço de vida, de viver, lugar-território, nosso lugar, é com raiz no entendimento do real vivido que espaço e lugar, aqui são compreendidos.

3.2. O desafio da totalidade na leitura geográfica do Brejo

O momento de coesão percebido entre as variadas experiências e debates sobre um novo mundo possível e dialogado em meio aos inúmeros episódios que marcam o tempo deste trabalho, evidencia a ampliação do movimento de valorização da diversidade nas abordagens geográficas frente ao agravamento das questões relativas à função social do espaço. Os cuidados exigidos ao lançar esse olhar, dizem de dois caminhos muito próximos e, por isso,

arriscados. De um lado, a euforia dos inegáveis avanços da geografia, de outro a parcialização da espacialidade e o enfoque simplificador cada vez mais refém das adjetivações esvaziantes, por vezes tratadas como um risco necessário. “Fragmentada, a geografia não oferece uma explicação do mundo e, portanto passa a precisar, cada vez mais, de adjetivos que expliquem a sua finalidade. Ela perde substância e corre sérios riscos de não ser mais necessária nos currículos escolares”. (SANTOS, 2000b, p.257-8).

A intensa renovação analítica e teórico-metodológica que espraia a diversidade de atenções direcionadas ao espaço geográfico resulta especialmente da ebulição na socialização das espacialidades localizadas no “redemoinho dos fluxos” (MARTIN, 2002, p.27) cada vez mais intenso. As provocações ao refinamento crítico da sociedade sobre ela mesma e, no caso da ciência geográfica, à acentuada ampliação de suas responsabilidades na contribuição para a compreensão dos desdobramentos socioespaciais modernos, convidam os geógrafos ao inevitável e árduo trabalho de combater o parcelamento multifocal especializado na fragmentação dos entendimentos e consequente esvaziamento da própria geografia.

Se o mundo, na superfície e nas vitrines da modernidade, tende a parecer possuidor de uma beleza material da qual, metaforicamente poder-se-ia dizer de um complexo origami, arquitetado em dobraduras plásticas e precisas, substanciado em uma natureza finalizada e, visualmente pronto para compor uma paisagem qualquer, a realidade, por sua vez, já reclama sua desconstrução, sua desterritorialização possível no projeto de crise instaurado pela modernidade.

Eis o tempo dos desdobramentos necessários ao esclarecimento possível considerando as limitações do percurso. A totalidade da busca pelo sentido da existência, real-ideal, e pela função social do espaço está justamente no retorno à plataforma fundante dos esclarecimentos geográficos. “A realidade social em que construímos nossos espaços (e territórios) não é nem “material” nem “ideal”, “em última [ou primeira] instância”, ou seja, defendemos uma

filosofia (assim como uma concepção de território) não-materialista e não-idealista, mas material e “ideal” ao mesmo tempo. Empreitada difícil, mas que convém tentar percorrer.” (HAESBAERT, 2011, p.163).

A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização (...). Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial, é a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço. (SANTOS, 2012, p.119).

Isso não significa um percurso avesso aos entendimentos acumulados que priorizasse a hegemonia de outros tempos da visão clássica do espaço, mas um aprofundamento maior que o reencontro com a percepção primitiva do mesmo, quando tradutora das relações simples de viver para existir e de sobreviver resistindo às imposições das forças naturais, que Santos (2012) irá pronunciar como “primeira natureza”. O retorno à socialização primitiva do espaço, nesse caso, parece um desafio aos rigores para um aprofundamento sobre o lugar de viver enquanto “meio modificado” pelas técnicas²⁴⁶. Segundo Santos (2012, p.37) “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico”, que por si só é um fenômeno técnico e sua própria condição.

O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos. (...). O meio ecológico já é um meio modificado, cada vez mais é meio técnico. Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de ‘natureza primeira’ já é ‘natureza segunda’. (SANTOS, 1997, p.6-8)

²⁴⁶ Santos (1997, p.25) irá definir técnica como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria o espaço”.

A ordem do “meio técnico-científico-informacional” tal qual compreende Santos (2012, p.238) como “a aparência geográfica da globalização”²⁴⁷, parece encurralar a sociedade sob suas próprias capacidades, ao mesmo em que é possível dizer dos ‘desdobramentos’ que podem ser assimilados à luz das “desterritorializações” Haesbaert (2011) e do “desencaixe” conforme sugere Giddens (2002; 1991)²⁴⁸. Segundo o autor, a separação do tempo e do espaço, sua recombinação possível permitindo o ‘zoneamento’ tempo-espacial da vida social, do desencaixe dos sistemas sociais e a ordenação-reordenação reflexiva das relações sociais afetando ações individuais e coletivas em virtude do conhecimento dinamizam a modernidade. Por desencaixe me refiro ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. (GIDDENS, 1991, p.29).

O espaço – ou o território – não desaparece, mas muda de “localização”, ou melhor, adquire outro sentido relacional. O que antes fazia parte de um aqui e agora conjugado (“encaixado”, diria Giddens), passa a se dissociar espacialmente (se “distanciar” ou “se alongar”, ainda nos termos de Giddens). Mais uma vez se trata aqui da interpretação, equivocada, que resgata o debate sobre a espacialidade – ou a territorialidade – para decretar sua dissolução. (HAESBAERT, 2011, p.156).

O fato é que comunidades e povos tradicionais, em seus territórios coletivizados na ancestralidade, no poder simbólico, na etnia assimilada, na história cultural e, atualizados na luta por garantias e direitos socioespaciais à luz do constitucionalismo vigente, bem como na desinvizibilização existencial, na imersão das conexões em rede, na produção de novas

²⁴⁷ Op.cit., (2012, p.239). [Em outro momento, pronunciada “a cara geográfica da globalização”]. Grifos do autor.

²⁴⁸ Na compreensão de Giddens, a modernidade e a modernização podem ser lidas a partir do conceito de “tempo universal” que destitui a ideia de lugar e espaço em suas concepções estreitas. Nesse caso, a modernidade estabelece um distanciamento dos indivíduos e das comunidades da noção de tempo e espaço, desencaixando-os dessa identidade fixa. Esse movimento de desencaixe se dá, segundo afirma, por dois mecanismos: fichas simbólicas e sistemas peritos, cujos últimos, resultantes de revoluções científicas, especialização e ampliação do conhecimento técnico, resignificam relações sociais e, conseqüentemente a ideia de confiança no contexto do que qualifica como “insegurança ontológica”. Conforme compreende, sociedades tradicionais apresentam identidades sociais limitadas pela tradição e pelas restrições locais, ao contrário do que celebra a modernidade enquanto ordem pós-tradicional que oferta à emancipação individual às identidades móveis e mutáveis, ambientando um campo reflexivo aberto à diversidade, cujo rompimento, ao mesmo tempo em que produz autonomia, produz insegurança.

utopias e, na ressignificação de suas potências relacionais, se apresentam como um desafio crescente ao processo de globalização, à crise no contexto do capitalismo²⁴⁹, mas também respondem aos novos sistemas semânticos estabelecidos por uma parte até então invisível da sociedade.

Às vezes, parece haver uma dissociação entre o concreto e o representado, que é justamente o pressuposto de uma opção pelo materialismo, e, dentro dele, pela base econômica da sociedade. Os “movimentos estéticos” da pós-modernidade acabam sempre explicados, “em última instância”, pela crise de acumulação capitalista sob condições do pós-fordismo e seu momento perturbador de compreensão espaço-tempo. Há pouca margem para o múltiplo, o imprevisível ou o inexplicável nesta teia lógico-dialética onde as “respostas” à compressão são completamente desacreditadas, seja o desconstrutivismo (...), as ações micropolíticas (...) ou as linguagens “frenéticas” que refletem essa compressão tempo-espaço. (HAESBAERT, 2011, p.162-163)

Epistemologias do centro parecem entrar em crise juntamente com os sistemas econômicos que forjaram. O cinismo do discurso que por tempos tentou implantar, alterar ou resignificar as epistemologias que eram desenvolvidas no sul, agora entram em crise juntamente com sistemas, que edificaram, nesse caso, mesmo que dialogadas não resolvem os desafios que convidam a realidade brasileira. Assim, considerando que as fronteiras do século XIX e XX não são tão bem definidas como, por vezes, são apresentadas, vislumbra-se um espaço de redescobertas. Tanto para ‘sujeitos’ quanto para ‘objetos’ dessa travessia.

Não basta afirmar que sujeitos e objetos interagem na vida prática, é necessário pensar, analisar e respeitar essa interação, visto que seus pressupostos são dados pela vida social. Nela, descobrimos outros homens que agem e reagem segundo sua realidade. Como pesquisadores precisamos reconhecer que eles agem sobre nós e nós como nossas investigações, objetivas e lastreadas por referenciais teóricos e metodológicos, agimos sobre eles e com eles, ou seja, interagimos com eles. A nossa presença na vida prática desses homens implica em estabelecermos relações cada vez mais complexas e difíceis de serem avaliadas, visto que desenvolvemos nossas pesquisas individuais junto a grupos sociais complexos e, certamente, abrimos enormes possibilidades de conhecermos tanto eles, quanto eles a nós mesmos. Nesse processo, os pesquisados nos transmitem, através e pelo vivido, um imenso conhecimento daquilo que procuramos esclarecer ou explicar e, assim, chegamos aos resultados de nossas pesquisas. (SANTOS R., 1999, p. 114).

²⁴⁹ Não se encontrará por aqui uma análise profunda sobre a constelação semântica e o descalabro do desenvolvimento, bem como o aperfeiçoamento das desigualdades, pobreza e exclusão social, cada vez mais fortes na lógica atualizada do sistema capitalista..

É a partir da realidade brasileira contemporânea, ímpar, complexa e potente, que a geografia do mundo tende a ser renovada. Se por um tempo ela guardou as distâncias e dependências graduando-se em epistemologias de um norte distante do seu, agora, os desequilíbrios ideológicos traduzidos nas divergências políticas, socioculturais e espaciais da sociedade diversa, globalizada e capitalista que aqui se edificou, traduzem ao mundo os contornos, entraves e possibilidades de novos arranjos espaciais para o século XXI. O choque entre as multidimensões do território e as multidimensões da globalização ambientando na realidade brasileira confirma o desafio imposto pela complexidade da segunda.

Debido a su complejidad, variedad y amplitud, el proceso de globalización está conectado a otras transformaciones en el sistema mundial que sin embargo no son reducibles a él, tales como la creciente desigualdade a nivel mundial, la explosión demográfica, la catástrofe ambiental, la proliferación de armas de destrucción masiva, la democracia formal como condición de asistencia internacional a países periféricos y semiperiféricos, etc. (SANTOS B., 1998, p.39).

O contexto pulsante da diversidade sociocultural atualizado na complexidade socioespacial do país, potencializado nos re-arranjos de novas formas evidenciadas em cidades ingovernáveis, na variedade de paisagens culturais, nos conflitos ambientais intensificadores de choques identitários e lutas por direitos constitucionais, na des-ordem territorial dos movimentos de ressignificação, reestruturação e desinvisibilização social e produtiva no campo, que por sua vez atualiza velhas-novas ruralidades e urbanidades, seus problemas e dilemas, bem como nos limites da renovação ideológica frente a necessidade de amadurecimento das utopias aqui produzidas e epistemologias inauguradas, projetam o Brasil no campo dos poderes globais.

Ao mesmo tempo introjeta os desafios ao reposicionamento mundial a partir dos múltiplos localismos e especificidades capazes de reposicionar novos empreendimentos científicos. Na realidade, dos entendimentos sobre deslocamento da renovação epistemológica Nunes (2005) destaca que o exercício de “imaginação de centro” depara com o desafio de

tornar credíveis quaisquer equiparações, mesmo que promissoras, entre países do Sul como é o caso do Brasil às imagens dominantes da centralidade. Isso porque é grande a visibilidade das desigualdades sociais, dos quadros de exclusão e violência, às ameaças constantes aos povos tradicionais, à degradação ambiental urbana e rural, dentre outras situações.

É duvidoso que nos próprios países do Norte essas descrições da sociedade sejam adequadas à experiência diversificada e marcada por desigualdades sociais cada vez mais acentuadas, especialmente à medida que se vai reconhecendo a presença, no Norte, de fenômenos que costumavam ser associados ao Sul (os “terceiros mundos” interiores ou o que, sintomaticamente, foi batizado de “brasilização” das grandes cidades, por exemplo). É pertinente, por isso, interrogar-nos sobre a contribuição que o conhecimento que as sociedades do sul têm produzido sobre si próprias, a partir de pressupostos distintos dos que têm comandado a produção científica das, e sobre, as sociedades do Norte, pode dar a uma ciência menos eurocêntrica e mais atenta à diversidade das experiências históricas e culturais num mundo globalizado. [...]. Seguindo uma sugestão de Stuart Hall (1996) a propósito do descentramento dos sujeitos pós-coloniais, vale a pena explorar a possibilidade de recuperar o potencial analítico e crítico da “brasilização”, no momento em que esta deixou de ser um fenômeno periférico e passou a caracterizar uma condição que, ao tornar-se geral, desloca para o centro da renovação epistemológica e da política do conhecimento as experiências das sociedades do Sul. Essas experiências podem, assim, contribuir para a emergência de novas configurações de conhecimento de sentido emancipatório, apontando não para um horizonte de ordem, mas para um horizonte de solidariedade. (NUNES, 2005, pg.324-326).

Mais do que tratar de um contexto territorial específico a partir da Geografia, que nesse caso, tenderia as questões ligadas a Geografia Cultural (categorias específicas) é pretendida aqui uma reflexão sobre o campo político no qual se insere o Geógrafo e a Geografia e, suas contribuições acerca da superação das condições de opressão aos territórios de esperança²⁵⁰.

Em *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*, Moraes (2005, pg.11) afirma que apesar de os imperativos territoriais cumprirem um importante papel na formação do Geógrafo, “a discussão brasileira acerca das relações entre política e cultura não tem atentado o suficiente para as representações e discursos referentes ao território”. Reflete que “o tema da consciência do espaço é ainda pouco elaborado num país sem tradição em

²⁵⁰ Os aqui considerados territórios de esperança encontraram provocações em Espaços de Esperança de David Harvey. (2011).

trabalhos de Geografia Cultural”. Naturalmente, convida à responsabilidade aqueles que ligados diretamente à produção do saber geográfico nos movimentos de renovação crítica da Geografia reduzem em muito as ideologias geográficas, conforme tenciona, ao discurso específico da Geopolítica e, assim distanciando entendimentos dos demais campos da disciplina não os reconhecendo também como “amplo e eficaz veículo ideológico”.

Não é distante dizer que a ação geográfica, de modo hegemônico é postulada como um elaborado puro do Geógrafo e, não deveria. Se de fato há uma tendência às novas vertentes frente aos processos socioespaciais redefinidores dos rumos e prumos da Geografia, isso deve passar indispensavelmente pelo reconhecimento da ação geográfica, por exemplo, encontrada nos territórios tradicionais²⁵¹. No processo de renovação epistemológica que caminha não a superar postulados eurocêntricos sob o radicalismo das narrativas rancorosas voltadas às retaliações vazias de sentido e à carnificina acadêmica, mas de avançar nos debates a partir das autoridades supremas e seus acumulados, buscando contextualizá-las e resignificá-las, exige especialmente dos campos hegemônicos a introjeção dos clamores da sociedade frente à desqualificação da função social do espaço e à especialização intelectualizada produtivista do conhecimento.

O reconhecimento de saberes oprimidos, silenciados, encurralados e expropriados ajuda a remontar as narrativas que sustentam as histórias oficiais e, requalifica os processos de justiça histórica, por vezes omitidos de textos apresentados como originais²⁵². Reconhecer que “há fronteiras nos jardins da razão” significa reconhecer que *“toda vez que eu dou um passo,*

²⁵¹ Inevitável a lembrança da canção praieira que canta Chico Science e Nação Zumbi em da *‘lama ao caos’*²⁵¹ *“Vou lembrando a revolução, mas há fronteiras nos jardins da razão”*. Ainda na mesma canção surge: “O medo da origem é o mal, o homem coletivo sente a necessidade de lutar. O orgulho, a arrogância e a glória, enchem a imaginação de domínio”.

²⁵² Ao longo da travessia deparou-se com inúmeros relatos que reclama a imprudência de alguns grupos que insistem em subalternizar o conhecimento tradicional, apropriando de modo desautorizado de suas ferramentas, técnicas, produtos e visões de mundo passando então a ocupar espaços de produção acadêmica e científica se apresentando como inauguradores de conhecimentos identificados, em Congressos mundo afora, revistas científicas e plataformas curriculares, se proclamando promotores do equilíbrio, da sustentabilidade e produtores do conhecimento. Dos graves relatos e denúncias, estruturas laboratoriais e as denominadas empresas-júnior são inseridas no contexto.

o mundo sai do lugar” conforme canta Siba²⁵³. Os limites que residem na produção do saber geográfico só podem ser superados quando colocados em movimento.

Afinal, onde reside o caráter social da ação geográfica que contribui para o conhecimento produzido na Geografia? Na leitura espacial que empreende o Geógrafo ou na sociedade que produz o espaço? Entende-se que as forças opressoras que também atuam e disputam a consolidação da ciência geográfica sob suas lógicas, e não diferentemente em outras ciências, acabam por disputar epistemologicamente suas bases. Nesse caso, não estando imune o próprio reconhecimento da imaginação espacial livre, estando assim, também refém de domínios. Afinal, “existe algo que seja dotado de autoridade suprema em matéria de epistemologia? Se existe, o que é? As intuições (do senso comum, por exemplo) ou as teorias (as teorias científicas, por exemplo)?” (MOSER; MULDER; TROUT, 2008, pg. 189).

A publicação de novos capítulos na história do pensamento geográfico só foi possível pelo reconhecimento de seus limites, de seus domínios, a ciência geográfica se renovou no espaço-tempo justamente pelo reconhecimento daquilo que por vezes nega ao seu objeto.

Vide o caso do conceito do “lugar” dominante hoje na literatura acadêmica anglo-saxônica. Na maioria das vezes a ampla concepção de lugar nas investigações em língua inglesa corresponde praticamente àquilo que, sob o nome de “território”, trabalhamos no nosso contexto latino – em especial latino-americano. Daí o caráter imprescindível da localização epistêmica dos conceitos, como tanto enfatiza o chamado pensamento pós-colonial. Cada episteme, cada leitura de mundo, refere-se não apenas ao contexto histórico em que é produzida, mas também ao “ambiente” geográfico em que é gestada. Numa analogia geo-histórica, da mesma forma, toda regionalização exige uma periodização e, vice-versa, pois os “recortes” espaciais são sempre datados, valendo apenas para um determinado período da história, assim como para cada periodização proposta devemos definir a amplitude geográfica na qual ela pode ser efetivamente utilizada. Todo pensamento tem, então, um espaço-tempo próprio. Todo conceito, portanto, é não só historicamente datado mas também geograficamente situado. (HAESBAERT, 2009a, pg.13).

Olhar para ação social que resulta no território Brejo dos Crioulos, a partir das relações entre seus sujeitos enquanto unidade social, em seu lugar original, com sujeitos e

²⁵³ Sérgio Roberto Veloso de Oliveira, conhecido pelo pseudônimo Siba, é um cantor, compositor e músico brasileiro, nascido em Recife em 1969. A canção “Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar” é a terceira faixa que dá nome ao disco “Siba e a Floresta” lançado em 2007.

instituições alheias ao território, conduz a análise a outros produtos espaciais, impressos em outras identidades espaciais que também permutam condições de existências por meio da ação relacional. O percurso, longe de se estabilizar busca participar da busca, conforme Ianni (2006, p.30), por “nexos políticos, econômicos, geoeconômicos, geopolíticos, culturais, religiosos, linguísticos, étnicos, racionais, e todos os que articulam e tencionam as sociedades nacionais, em âmbito internacional, regional, multinacional, transnacional ou mundial”.

Nesse caso, além da aproximação entre concepções de lugar e território com a finalidade de compreender o que constitui o composto enquanto identidade espacial há o interesse de aproximação da dimensão cultural-identitária à dimensão do território no viés da geografia cultural que seja capaz de criar interfaces com as variadas perspectivas territorializantes desses sujeitos alheios ao território Brejo dos Crioulos e que, a partir das conexões, dadas as relações estabelecidas, quer seja no espaço da luta, quer seja no espaço das burocracias do Estado e outras instâncias, interferem direta e/ou indiretamente na produção contemporânea do território e da própria ciência geográfica.

Desse modo, vale considerar a pesquisa como resultado do questionamento comunitário sobre o olhar lançado ao território no tempo da leitura geográfica. Esse percurso dialógico traduz a apropriação legítima da leitura geográfica pretendida para sua ressignificação. A releitura autóctone do território a partir da leitura alóctone revela o encontro dialético entre a ciência geográfica e as geografias de Brejo dos Crioulos expressas no “saber local” (GEERTZ, 1997). Considera a produção das culturas enquanto produção do espaço, além de reconhecer o valor de seus encontros possíveis, significa realizar a diversidade e incorporando seus significados à elaboração de novos arranjos de conhecimento e transformação. Assim posto, pesa a necessidade do olhar aos limites que a escolha geográfica encontra na produção de suas noções culturais e, ao mesmo tempo contribuir à

potência que a ciência do homem em espacialização realiza nas profundezas de seu compromisso, de sua função última.

3.3 Geografia Cultural: da cultura do espaço e a ação geográfica

O desafio de superar os, por vezes, sedutores caminhos da ortodoxia acadêmica destaca um árduo e difícil exercício reflexivo que não perca de vista a realidade em curso e as produções analíticas de outra época. Em meio a tantos discursos, ainda reféns da pronunciada e sustentada separação entre razão e emoção com fins a percepções objetivas da realidade, escolhas outras parecem viabilizar plataformas condizentes com a experiência em questão. Não há porque omitir tamanho desafio, visto que o real, em essência, aparenta ser possível experienciado nas profundezas de sua existência, de suas multidimensões.

A complexidade envolvida nas questões geográficas contemporâneas exige um foco mais preciso na totalidade de suas ocorrências e produções e menos agonias na busca da totalidade de seu objeto. Há sim desafios em reconhecer e, noutros momentos, resignificar as investigações em meio aos processos de coesão de conhecimentos científicos e empíricos para além da Geografia, mesmo estando o trabalho inscrito numa problemática geográfica, mesmo buscando na Geografia Cultural contribuições capazes de elucidar indagações. Nas percepções de Haesbaert (2011)

Rompendo com uma postura empobrecedora que por longa data marcou as rupturas teóricas radicais ocorridas dentro da Geografia, divisamos hoje um desejo relativamente comum do geógrafo em resgatar suas raízes e assimilar a diversidade com que o novo se manifesta, buscando, com isso, respostas mais consistentes e menos simplificadoras para as novas questões que se impõem através da ordenação do espaço e do território. Nesse sentido, o estímulo representado por outros cientistas sociais e filósofos como Guattari introduz ou estimula problemáticas “alternativas” que a Geografia deve ajudar a resolver. (HAESBAERT, 2011, p.13).

Analisa Cosgrove (1983, p.21) que “muito frequentemente a geografia cultural falhou em manter na prática sua premissa humanista, em manter a dialética na qual o mundo material é constituído culturalmente, embora permaneça ela mesma como condição da cultura”. Destaca ainda que não se pode dizer de uma “sub-disciplina” da geografia cultural com seu próprio “conjunto particular de questões e metodologia apropriada, como não podemos falar da geografia como um todo neste sentido. As subdivisões do conhecimento, institucionalizadas como disciplinas, são em si um produto de uma hegemonia ideológica da cultura capitalista”.

Já Almeida; Ratts (2003, p.09) entende que “a geografia cultural é mais uma abordagem, uma maneira de interpretar a realidade, do que um campo restrito do conhecimento geográfico; (...) pela cultura ampliam-se a compreensão das realidades geográficas e a pertinência da subjetividade na leitura das metamorfoses espaciais”. Os olhares resolvem a intencionalidade que se liga à interpretação pretendida, especialmente considerando a multiplicidade de esgotamentos teóricos quando se trata da relação cultura-formação socioeconômica.

Ao analisar a perspectiva que reconhece a história das ciências como uma sucessão de fases normais e de revoluções onde impera a sobreposição de paradigmas, Claval (2004a) destaca que a evolução do pensamento geográfico diferentemente propõe a constituição de variados pontos de vista que não se excluem totalmente. Nesse contexto ressalta a paradoxal situação atual da geografia que coloca os geógrafos a se questionarem quanto ao sentido e finalidade da disciplina justamente quando o papel e o sentido do espaço é mais evidente e fundamental, especialmente às ciências sociais. Não por acaso, o maior interesse é dado aos desafios epistemológicos da geografia.

Se por um lado os enfoques naturalistas e funcionalistas avançaram inegavelmente, especialmente pela dinâmica do pensamento crítico, por outro não esclarecem a complexidade

das identidades e do hibridismo cultural na contemporaneidade no contexto do paradigma cultural moderno. Nesse caso, “o enfoque cultural parece, em compensação, fundamental para entender ressurreição dos lugares, as transformações dos territórios e os problemas de identidades nas sociedades multiculturais de um mundo globalizado”²⁵⁴.

A perspectiva naturalista estuda a inserção dos grupos humanos no meio ambiente; o ponto de vista funcionalista estuda como os mesmos conseguem se estruturar organizando o espaço para vencer o obstáculo da distância. O enfoque cultural se recusa a considerar a natureza, a sociedade, a cultura, o espaço como realidades prontas, dados que se imporiam aos homens como do exterior. Julga que o mundo é mais complexo. Para mostra-lo, parte dos indivíduos e se debruça nas suas experiências. O que lhe importa é compreender o sentido que as pessoas dão à sua existência. Tamanha mudança de perspectiva sacudiu todo o arcabouço científico tradicional. A moda da desconstrução e das epistemologias pós-colonialistas tende a reduzir o conhecimento científico a um discurso às ordens dos interesses dominantes. Nem todo mundo compartilha o ceticismo e o pessimismo que traduzem essas concepções. A construção de um novo modo de conceber a geografia está no caminho certo. (CLAVAL, 2004a, p.37)

O reconhecimento e a titulação de terras, os modos de vida, os desafios das ancestralidades diante do fetichismo do turismo étnico, diálogos entre modernidade e resistência, subalternidade, limitação e imposição, lógicas de produção e reprodução socioeconômica, liberdade e disputa, solidariedade e direito, eis algumas órbitas do desafio: invertebrar discursos, conceitos e procedimentos diante das realidades vividas, face às questões pesquisadas a fim de potencializar outros caminhos geográficos, são desafios complexos.

Dessa forma, a imersão no conteúdo do vivido em Brejo dos Crioulos se apresentou essencial para o aprofundamento das investigações sobre a natureza territorial e força espacializadora que de lá deriva. A complexidade então evidenciada pelas identidades espaciais, brejeira e crioula, no contexto da luta pela existência coletivizada em um lugar de viver onde se produz o poder simbólico relacional exigiu aproximação do cotidiano para percepções que fogem à qualquer simplificação.

²⁵⁴ Ibid., p.40.

O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação. (LEFEBVRE, 1991, p.30).

Depreende-se de Claval (2001, p.19) que no final do século XIX as relações sociedade/natureza ganham atenção central aos olhos dos geógrafos europeus citando Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Otto Schuter (1872-1952). “Não se deveria atribuir os contrastes dos mapas de influência que o ambiente exerce sobre os homens? As relações sociedade/meio tornam-se centrais para a disciplina (...).” Nesse momento, anos de 1880, o termo Antropogeografia é apresentado por Friedrich Ratzel como campo de investigação do entendimento que se estabelecia e traduzido como Geografia Humana.

No contexto, o termo cultura é introduzido pela primeira vez, na geografia alemã, sob a ótica evolucionista com foco nas relações ‘verticais’ que os grupos estabelecem no contexto físico e biológico onde vivem; “estas se opõem àquelas que são tecidas no seio dos grupos ou entre os grupos, e que aparecem como ‘horizontais’ e só suscitam um interesse limitado.” Claval (2001)²⁵⁵. Segundo o autor, a influência darwiniana de luta pela vida limita o interesse que Ratzel, uma vez que se dedica aos fatos de cultura atribuindo à sua obra destaque essencialmente político. “A seleção dos seres vivos pelo meio que Darwin postulava é substituída por Ratzel pela seleção das sociedades pelo espaço: a política impõe-se assim, ao cultural”. (CLAVAl, 2001, p.23).

Simultaneamente, diante da perspectiva que se estabelece da compreensão sociedade/natureza, bem com do papel da cultura se interpondo entre homem e meio, os estudos regionais são inaugurados na França por Paul Vidal de La Blache, que irá elaborar o

²⁵⁵ Ibid.

conceito de gênero de vida o qual mais tarde irá ganhar importantes leituras sob as reflexões de Max Sorre, considerado por Moraes (1981a) como um reciclador da Geografia Humana proposta por Vidal de La Blache, uma vez “pensando os “gêneros de vida, relacionando-os ao habitat”²⁵⁶.

Na Alemanha, o período também ambienta o surgimento do conceito de paisagem cultural proposto por Otto Schultze com foco na captura da gênese da paisagem a partir das marcas que o homem imprimia nela. A epistemologia naturalista da época coloca a cultura num segundo plano frente à leitura morfológica da paisagem, contudo o debate sobre paisagem cultural chega aos Estados Unidos no início do século XX e ganha destaque nas bases historicistas²⁵⁷ de Carl Ortwin Sauer que irá definir paisagem geográfica como resultante da cultura num dado tempo sobre a paisagem natural. De acordo com Claval (2001, p.29), “a geografia cultural teria sido completamente negligenciada se não tivesse sido celebrizada por Carl O. Sauer (1889-1975), o fundador de outra escola americana, a de Berkeley”. Segundo o autor, o declínio da geografia cultural se liga ao desaparecimento da pertinência dos fatos culturais que ajudassem a explicar a diversidade das distribuições humanas. Ainda assim, o desaparecimento da vertente, previsto para a década de 1970 não aconteceu. Nesse sentido alerta que

A uniformização das técnicas e da vida material nunca foi tão marcante como hoje. (...). O contexto obriga, pois, os geógrafos a não negligenciarem as dimensões culturais dos fatos que observam. Ele orienta sua curiosidade numa nova direção: as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; são as representações negligenciadas até então, que merecem ser estudadas. (...).²⁵⁸
(CLAVAL, 2001, p.49-50)

²⁵⁶ IN: (SANTOS R., 2008a, p.59).

²⁵⁷ (SPETH, 1987) apud (CORRÊA; ROSENDAHL, 2000, p.9).

²⁵⁸ A reflexão conduz (CLAVAL, 2001, p.51) a pontuar que “a frequência dos etnógrafos e dos sociólogos ensinou a alterar a análise dos gêneros de vida no sentido de aplicá-la a sociedades mais complexas. No lugar de considerar o emprego do tempo e os deslocamentos dos indivíduos como unidades indissociáveis, por que não dividi-los em segmentos menores?”.²⁵⁸

O foco dado à paisagem, às técnicas e aos gêneros de vida não se estende aos estudos impetrados pela antropologia que passava a analisar as subjetividades dos processos entre espaço e cultura. Cabe salientar que a contribuição da antropologia à ciência geográfica no sentido de compreender os processos sociais de modo mais complexo e, nesse sentido, validar um melhor entendimento sobre o território Brejo dos Crioulos com a potência da geografia cultural, em muito, acaba por ampliar os processos de compreensão das dinâmicas que emergem no espaço brejeiro, a partir de fenômenos espaciais geografizados no espaço crioulo. Não por acaso, conforme já informado, são nos trabalhos etnográficos de COSTA (1999) e COSTA FILHO (2008) que se elaboram as primeiras compreensões sobre o território em questão e seu contexto ampliado.

O processo de reconstrução e renovação da geografia cultural, que se inicia a partir de 1970 e se manifesta de maneira mais regular na França, espraia-se por vários lugares com o mesmo entendimento de que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica”. (CLAVAL, 2001, p.58). Na verdade, estão “carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”.²⁵⁹ Dessa maneira, mesmo que a geografia cultural não renuncie aos aspectos materiais da cultura, passa a se prender às paisagens, descrever as paixões, os gostos das pessoas, identidades, vínculos territoriais, toma uma dimensão etnográfica e, debruça atenções aos reflexos das diferentes narrativas e visões de mundo produzidas por distintas culturas sobre sociedade e natureza. Para Corrêa e Rosendahl (2005)

A despeito do elevado número de cursos de geografia, a grande maioria dedicados quase que exclusivamente à formação de professores do ensino secundário, e a despeito da heterogeneidade cultural do Brasil, a geografia cultural foi, até ao final da década de 1980, negligenciada, mesmo desconhecida pelos geógrafos brasileiros. Aspectos da cultura, no entanto, eram tratados nos estudos regionais, mas não eram priorizados nem se tinha a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p. 97).

²⁵⁹ Ibid.

A diversidade cultural, até então negligenciada sob a ótica dos significados, representações e valores que moldam uma identidade latente nos processos sociais e imbricada no espaço ganha o lugar da leitura assentada nos conteúdos materiais. A contribuição das ciências sociais a partir de reflexões mais profundas sobre os modos de vida, a subjetividades, os espectros simbólicos e imaginários passam então a ser considerados. Na afirmação de Corrêa (1999, p.51) encontramos que “o ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo”.

O novo contexto, que estabelece interface entre as perspectivas Humanista, Marxista e os Estudos Culturais na medida em que é influenciado pelo fortalecimento da Geografia Humanista no curso da revisão das principais categorias da ciência geográfica, bem como de seus métodos, dado o entendimento da condição simbólica e intersubjetiva dos fenômenos que margeiam as questões culturais, traduzindo experiências vividas e, a importância de contextualizá-los, respectivamente é marcada pelos pressupostos do materialismo histórico dialético, especialmente acerca das elaborações sobre cultura por vias dos conteúdos gramaticais dos significados dos modos de vida, pela assimilação da cultura como resultante do processamento de uma dimensão histórica que emana das dinâmicas entre sociedade e natureza, seus reflexos e questões sociais e, posto na contramão dos determinismos e puras linearidades causais que em determinado momento deram base à geografia cultural.

A escola francesa de geografia, a mais importante matriz da geografia brasileira, priorizava os estudos regionais e a cultura se constituía em mais um elemento da complexa combinação de elementos que forneciam a identidade regional. A geografia saueriana, a despeito dos esforços do geógrafo brasileiro Hilgard Sternberg, professor no Rio de Janeiro até meados da década de 1960, depois transferindo-se para Berkeley, não repercutiu no país. Durante as décadas de 1970 e 1980 a geografia brasileira dividia-se em três linhas, de acordo com a tradição francesa, segundo a visão teórico-quantitativa e de acordo, após 1980, com a perspectiva crítica, calcada no materialismo histórico e dialético. A heterogeneidade cultural do Brasil, assim como o seu dinamismo, e a escala dos praticantes da

geografia (...), assim como as inúmeras redes estabelecidas com geógrafos europeus e norte-americanos, contribuíram para que fosse despertado o interesse pela dimensão cultural do espaço. (...). Como tal entende-se aquelas geografias de matriz saueriana, influenciada pela denominada nova geografia cultural e pelo “*approche culturel*” de Claval. A sua implantação gerou polêmicas pois, afinal, o que é visto como novo pode desafiar o establishment geográfico. No entanto, os adeptos da geografia cultural brasileira são, por definição, adeptos de uma heterotopia geográfica, sem a ascendência de nenhum grupo. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p. 97-98).

É em meio a essas circunstâncias, que os geógrafos culturalistas humanistas fazem frente às lógicas positivistas quantitativas reducionistas do mundo tecnológico racionalista, homogeneizante, reificador, coisificador e parcelar. Em outro momento da geografia cultural, as possibilidades de reflexão e análise se multiplicam partindo do entendimento sobre cultura como

uma criação coletiva e renovada dos homens [que] molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e de dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço. (CLAVAL, 2001, p.61).

Da empiria naturalista e observadora somada ao experimentalismo unificador positivista na síntese de Alexander Von Humboldt e na individualização dos lugares e conexões sublimes de Karl Ritter; passando pela geopolítica expansionista de Friedrich Ratzel, Kjellen, Mackkinder e Haushofen e pela antropogeografia, na observação, indução e classificação; os gêneros de vida e a unidade espacial da região de La Bache, J. Brunhes, C. Vallaux, Max Sorre, Lê Lannou, A. Cholley; na separação entre geografia humana e física e nas relações homem-natureza, que elaboraram a geografia tradicional e fundaram a disciplina autônoma surgiram as bases da crise e os limites frente da ciência aos novos contextos.

A transformação da realidade social produziu novas paisagens culturais, novos métodos, posicionamentos, novas ordens e propósitos. Das formulações neo-positivistas, anti-idealistas, anti-metafísica; do olhar que unificava natureza e sociedade e dos padrões

deterministas; das transformações do espaço absoluto em espaço relativo e suas novas localizações contextualizadas em novas complexidades; do tecnicismo quantitativo e dos sistemas de informação que edificaram a nova geografia, renovam-se os limites e o ‘paradigma geográfico’.

Tipologia da agricultura de Kostrowicki, difusão espacial de Haggett, localização industrial de Weber, polos de crescimento de Pemaux, localidades centrais de Christaller, propagação das ondas de Hagerstrad, modelos e padrões espaciais com foco no planejamento motivaram de outros cantos a proclamação de novos limites geográficos na insuficiência de uma leitura da realidade em movimento que percebia a guerra, a desigualdade e o popular, questionando assim os conteúdos geográficos e explicitando a necessidade de uma práxis social que ocupasse de transformar o mundo. De Yves Lacoste, passando por David Harvey até Milton Santos, a nova geografia, radical e crítica reabilitou limites e bases epistemológicas que, amparadas no materialismo histórico-dialético manifestou-se na unidade de oposição à realidade injusta e contraditória²⁶⁰.

A evidenciação do território de Brejo dos Crioulos como fenômeno sociocultural geografizado em sua historicidade, resultante do mutualismo espaço/sociedade nos limites dos processos de produção do espaço ali estabelecidos permite o convite aos entendimentos de Raymond Willians, um dos precursores da Escola de Birmingham (*Cultural Studies*)²⁶¹, uma importante referência para o debate, já que é crítico da dissociação entre cultura e sociedade. O autor parte do conceito de cultura cuja origem se ligaria às antigas concepções, indicando para tal, a ideia do cultivo, tanto de vegetais, quanto da criação de animais e destaca que “ele

²⁶⁰ (MORAES, 1981a); (MORAES, 1981b); (MOREIRA, 1982); (MENDONÇA E KOZEL, 2002); (BECKER, 2006); (SANTOS, 2008; 2007).

²⁶¹ O *Centre for Contemporary Cultural Studies*, Estudos Culturais Britânicos surge na década de 60 tendo por base a ideologia marxista. Tem nas figuras de Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward P. Thompson e Stuart Hall suas bases fundadoras. No bojo de suas reflexões fazia-se evidente e, necessário a busca pelo entendimento das relações entre instituições culturais, pessoas e classes, considerando que todos os diversos grupos da sociedade, e, não diferentemente a classe operária, eram geradores de cultura e de mudança social. Podemos dizer que os Estudos Culturais contemporâneos tendem a realinhar investigações passando a mirar, por exemplo, questões como diversidade, multiculturalismos, sociedades pós-coloniais e etnicidade, que percorrerão a tese donde derivam as primeiras reflexões aqui contidas.

[o termo cultura] se tornou, em fins do século XVIII, particularmente no alemão e no inglês, um nome para *configuração* ou *generalização* do ‘espírito’ que informava o ‘modo de vida global’ de determinado povo”. (WILLIAMS, 1992, p.10). Em seu entendimento,

A organização social da cultura, como um sistema de significação realizado, está embutido em uma série completa de atividades, relações e instituições, das quais apenas algumas são manifestadamente ‘culturais’. Pelo menos para as sociedades modernas, esta é uma utilização teórica mais eficiente do que o sentido de cultura como um modo de vida global. (WILLIAMS, 1992, p.208).

A concepção da cultura como sistema de significação, organização e representação socioespacial das relações projetadas em multidimensionalidades territoriais surge como um campo de análise potente, mas não suficiente. Ao considerar o Brejo dos Crioulos como a expressão do lugar-território relacional, entende-se que o veículo pelo qual os signos da luta territorial por direitos à diversidade espacial é efetivamente a cultura geografizada no território. É nela que se inscrevem as principais relações de poder desencadeadoras das ações transformadoras e dos desdobramentos espaciais que delas derivam.

Para Corrêa (2008, p.302) “cultura” constitui um termo polissêmico, aberto a debates em torno de distintas concepções sobre três aspectos: a abrangência dos fenômenos considerados, o papel da cultura na sociedade e sobre os processos de mudança conforme discutido por Hoelfe (1998). Ao considerar o conceito restrito, não lhe atribuindo nem papel de determinação, nem de subordinação, não associada a leis universais de evolução ou processos únicos, não repetitivos o autor apresenta uma noção voltada aos “significados que um dado grupo social elabora e reelabora com base em sua experiência, que inclui avaliações, contatos e descobertas”²⁶².

O caráter restrito em torno do conceito de cultura não é, em realidade, algo que limite seu estudo. Por intermédio dos significados construídos e reconstruídos pelos diversos grupos sociais, o pesquisador pode analisar, por exemplo, os significados

²⁶² Op.cit.

atribuídos a um bairro operário, a uma paisagem agrária, a um bairro ou rua, à produção literária e musical, à natureza e à religião, abrindo, portanto, um infindável campo para investigação. Nesse sentido, o estudo da cultura não se faz em torno de objetos, dos quais um deles seria a própria cultura, entendida em termos abrangentes, mas em torno de significados. O estudo da cultura, e assim da geografia cultural, insere-se no âmbito das interpretações [cita Geertz, 1989]. A cultura, por outro lado, não é uma entidade supra-orgânica, uma variável independente, que determina o comportamento humano, conforme criticado por Duncan (2003), nem uma superestrutura, determinada pela base econômica, conforme apontado por Williams (2003). A cultura é, segundo Geertz (1989), um contexto, isto é, reflexo, meio e condição social ou, em outros tempos, estrutura, processo, função, forma e significados em torno desses quatro elementos. Parte da sociedade, a cultura está contida e contém seu movimento. Não explica as diferenças sociais e espaciais, integrando-as. Complexos processos de diferenciação produzem a diversidade cultural que, por sua vez, é submetida a um cada vez mais rápido processo de reelaboração que, contudo, exhibe a co-presença de características universais, produzido pela globalização, e características nacionais ou regionais. Assim, deve-se falar em culturas. (CORRÊA, 2008, P.301-02).

O conceito de cultura está intimamente ligado ao conceito de identidade²⁶³, especialmente no tocante à identidade cultural que implica na distinção de fazeres, saberes, peculiaridades, ritos, princípios e, valores de uma cultura frente à outra. Para Castells (2008, p. 22) a definição de identidade pode ser abordada como o "processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados", capazes de informar sobre "múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo".

Sobre essa questão Hall (2000, p.109) destaca que as identidades aparentam invocar certa origem que reside em um passado histórico "com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos". De acordo com Haesbaert (1999, p. 179) "as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social/historicamente produzido" onde também situa sua perspectiva relacional. O território Brejo dos Crioulos deve ser considerado nesse

²⁶³ De acordo com (HALL, 2005, p.07) "a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social".

contexto uma vez que, para além dos processos de desinvisibilização de suas identidades socioespaciais, produz noções operatórias de futuro como referências da luta pelo reconhecimento e legitimação.

O conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto por tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias, etc) como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos, etc). A identidade não se restringe a questão: “quem somos nós”, mas também “quem nós podemos nos tornar” (...) a construção de identidades tem haver com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser)". (CRUZ, 2007, p. 97).

É crescente um movimento global de reforço das identidades locais como estratégia de resistência e valorização das singularidades culturais de comunidades e regiões em todo o mundo. Não por acaso o grande movimento é resultante da articulação de forças construídas no reconhecimento e valorização da diferença, bem como na articulação de seus sujeitos que operam “mobilizações por territórios” e políticas com foco nas reivindicações e direitos ao espaço e contingências simbólicas. No caso de Brejo dos Crioulos a reprodução de sua espacialidade se vincula às conexões multidimensionais-multiescalares que remontam territorialidades passadas como aporte para territorialidades de futuro que não se traduzem simplesmente pelas ordens e (des)ordens internas do território, mas cada vez mais pela espacialização das sociabilidades territoriais intercambiadas nas temporalidades coletivamente acumuladas no tempo da luta, junto a outros territórios.

Os agrupamentos e aglutinações expressos por diferentes formas organizativas, que enfatizam relações associativas, consistem numa complexa articulação de diferenças que se apoiam em relações quase institucionais, desdizendo a metáfora da teia de aranha e chamando a atenção para vínculos hierarquizados, distintos e complexos, que não formam necessariamente laços geometrizados, característicos de figuras zoológicamente compostas. A fronteira étnica não passa, portanto, por condicionantes do quadro natural ou por características físicas, raciais ou de origem. [...] trata-se de processos diferenciados de emergência étnica, que confluem para “arranjos espaciais” e territorialidades específicas, que colidem (historicamente) com a legislação agrária desde pelo menos a Lei de Terras de 1850. (ALMEIDA, 2012, pg.12).

O processo de globalização tem fomentado o deslocamento das identidades culturais que estão sendo afetadas por vias de fragmentação. Na modernidade, as culturas nacionais se consolidam como uma das principais fontes de identidade cultural, “essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial”. Hall (2005, p.47). Ao refletir sobre identidades nacionais, o mesmo autor afirma que as identidades “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*”.²⁶⁴ Em um dos seus importantes trabalhos, “*Em busca do Poético do Sertão: um estudo de Representações*”, Almeida (2003a) afirma que

o estudo das representações espaciais centra-se sobre as modalidades de apreensão do mundo e do status do real, isto é, o problema da adequação entre a realidade, o que nós percebemos e nossos discursos sobre a realidade. É através de um conhecimento das representações das pessoas que é possível captar toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares de vida dos homens e mulheres; pelas representações também é possível entender a maneira pela qual as pessoas modelam as paisagens e nelas afirmam suas convicções e suas esperanças. (ALMEIDA 2003a, p.71).

Na análise sobre o resgate de um campo de produção simbólica no Norte de Minas a partir de um poder regionalmente produzido Costa (2006) destaca, à luz de Pierre Bourdieu (1998), a importância de se discutir identidade e representação para se pensar a ideia de região e, nesse caso, considerando as categorias como produtos de uma luta de classificação entre grupos com a agência de políticos, intelectuais e das elites. Conforme reflete, a identidade e a representação de uma região traduzem a visão de mundo dos grupos que se hegemonomizam no processo.

De acordo com o entendimento de Bourdieu (2002, p.129) “na lógica propriamente simbólica da distinção (...) qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra”. Nesse caso merece destaque a necessidade de se atentar aos fenômenos da percepção

²⁶⁴Ibid., p.48

social e da produção simbólica das espacialidades profundas nos territórios tradicionais para a formulação de noções operatórias (*habitus*, reprodução, poder simbólico, capital, distinção, campo) no tempo do reconhecimento e legitimação de suas identidades espaciais.

Assim, compreende-se que a sobreposição de uma determinada lógica simbólica sobre outra é regida pela tradição e, nesse caso, no processo de construção das identidades, a tradição passa a ocupar lugar referencial nas culturas. A defesa e valorização de determinada tradição tende a fortalecer as identidades e naturalmente assegurar a diferenciação e multiplicidade das culturas, que encontram no mundo globalizado o desafio da convivência entre os variados modos de vida, que quando relativizados ampliam os espaços de conflito entre tradições. Durante trabalhos de campo, por variadas vezes, o debate sobre as múltiplas dimensões da tradicionalidade surgiram. A fala do Sr. Miguel “Véio” refaz um pouco do que é analisado quando narra que

Aqui tem um problema, todo mundo é tradicional. Eles falam que são de família tradicional e nós somos comunidade tradicional. Se o direito tá na tradição da terra, só de fala todo mundo é dono? Mas a historia sabe que nós é dono aqui e foi tirado. Já tá provado. Mas nós ficamo e num vamo de sair. Porque é nosso. O território é nosso. E nos tamo na luta.

Em sua compreensão, Hobsbawm; Ranger (1997, p.09) entende a tradição enquanto um processo inventado, "(...) um conjunto de práticas reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado". Já Damatta (1987, p.48) entende o conceito a partir da ideia das “tradições vivas”, que mudam e se transformam no tempo adquirindo novos sentidos e significados; para ele, a tradição viva “(...) é conscientemente elaborada, que passa de geração para geração, que permite individualizar ou tornar singular e única uma dada comunidade relativamente às outras”.

Ao refletir sobre identidades étnicas e territorialidades Oliveira (2012, pg.34) destaca que sobre fronteira étnica Barth (2000) a define como “o processo permanente pelo qual um grupo étnico se define, através de incorporação e exclusão. Esse processo incessante de formação do grupo étnico, enquanto uma forma de organização social, não tem como elementos necessariamente determinantes o território ou a cultura”. Ainda que “o fato de haver uma contínua dicotomização entre membros e não membros, [...] [que] nos permite identificar a natureza da continuidade e investigar forma e conteúdo culturais em mudanças” (BARTH, 2000, p.33). Encontramos em Bhabha (2007) que

o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradição cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 2007, p.27).

Na condição subalterna, o espaço da cultura popular frente às lógicas da cultura dominante acaba por se constituir num *lócus* de resistência e fronteira. No caso do território Quilombola do Brejo, os traços culturais mais originais passam também a se traduzirem no espaço de seus modos de representação de viver e atualizar suas tradições frente às históricas opressões e forças dominantes. Segundo Costa (2003a, p.307), a ideia de “viver em fronteira” de Bhabha foi outro aporte teórico fundamental para mostrar a psicologia da subalternidade e a instabilidade da identidade. O autor destaca que viver em fronteira é situar-se num entre-lugar identitário e nesse caso afirma que “esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.” Bhabha (2007, p.20). “A fronteira se torna o lugar a partir do qual

algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente (...)”²⁶⁵.

As fronteiras de organização simbólica imbricadas no *popular*, diante da globalização dos regionalismos e ampliação dos espaços culturais dominantes, em condições subalternas buscam por meio de criatividade e processos sutis de negociação e resistência frente aos sistemas, padrões, modelos culturais hegemônicos, renovar e reinventar o espaço de suas sociabilidades, reinterpretando suas identidades a partir da historicidade, das conexões e das relações que passam a reconhecer e valorizar suas tradições, a fim de superar quaisquer possibilidades de ampliação dos espaços de exclusão, invisibilidade e morte.

As imersões de campo no contexto das Festas de Agosto que homenageiam o Santo Padroeiro da Comunidade de Araruba em Brejo dos Crioulos um fato despertava a atenção. Uma vez organizada com o apoio da Prefeitura Municipal de São João da Ponte e, tradicional também por receber visitantes de cidades próximas, era anunciada como programação cultural da noite músicos de cidades próximas equipados com aparelhos de som de alta frequência e potência, mas também era fato notório a ausência e o silêncio sobre os batuques da comunidade, que por tempos eram realizados no evento. Questionando algumas pessoas ficou evidente que um processo de disputa travestido de sossego das preferências hegemônicas estava em curso.

O batuque tradicional e original da festa havia sido substituído pela mecanização sonora, editando naquele momento de religiosidade local certo tipo de opressão e violência simbólica capaz de guardar conveniências substantivas aos novos operadores da cultura popular por ali. Ao final de alguns questionamentos podiam claramente serem percebidas mobilizações paralelas que acabaram por compreender o que estava em curso. Motivos de força maior não permitiram a apresentação da cultura local naquele momento de espaço

²⁶⁵ Ibid., p.24.

cedido, mas a consciência das disputas desencadeou olhares críticos da própria comunidade sobre o fato e, com isso reestabelecendo o lugar do poder local a partir da consciência do fato. Relacionamentos internos (re)ordenaram o espaço da cultura naquele momento. Richard Hoggart já apresentado como um dos esteios teóricos fundadores dos *Estudos Culturais Britânicos*, ao lançar-se pela perspectiva de procura das vivências culturais nas práticas cotidianas reflete que

quando se pensa nos choques culturais pelos quais passaram em algumas gerações as classes populares, fica-se atônito pelas faculdades de resistência e de adaptação da qual elas deram prova. O mais impressionante não é tanto o que cada geração tem podido em uma larga medida conservar das tradições dos mais velhos, mas, sobretudo que ela tenha sido capaz de criar coisas novas. (HOGGART, 1970, p.386).

Para os termos do trabalho, encontramos nas afirmações de Costa (2008, p.25) que o processo de formação de quilombos em todas as colônias e países do Novo Mundo traduz uma estratégia africana de liberdade frente à escravidão capaz de estruturar alternativas ao sistema escravista. “O principio subjacente à formação de quilombo constituiu-se na busca de lugares de difícil acesso que propiciassem (...) barreiras estruturais, tanto naturais quanto sociais”.

(...) na cultura popular negra, estritamente falando, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes. (HALL, 2003, p.343).

A identidade quilombola não existe como tal puramente pelo reconhecimento de seu território e suas estruturas de parentesco, passa por isso. O que até então se anuncia de maneira mais tácita para os entendimentos diz-se de uma identidade que se estabelece principalmente a partir de seu *lócus* de resistência, primeiramente subjetiva, que a lança numa condição de subalternidade frente aos sistemas hegemônicos, capaz, por exemplo, de lutar pela terra e ao mesmo tempo pelo movimento do passado de lutas a fim de contextualizá-lo,

resignificá-lo e afirmá-lo como discurso identitário. O *entre-lugar* em que situa, é que marca sua possibilidade de contestação à medida que se afirma, conserva, restabelece, reinventa e se renova nas possibilidades de sobrevivência material e simbólica por meio dos relacionamentos que estabelece com os *mundos-de-dentro* e os *mundos-de-fora*.

Do *mimetismo territorial* das identidades espaciais surge a ação potencializadora de uma *geografia brejeira* cuja materialidade traduz o que é apresentado como *território relacional* em processo produtivo de resistência compartilhada para além da área e dos limites simbólicos. A condição da existência territorial de Brejo dos Crioulos, mais do que articulada nos signos da cultura local, está em expansão multidimensional-multiescalar e, as relações de poder que surgem no campo dos desdobramentos espaciais se atualizam no reconhecimento e legitimação das existências.

Nas palavras de Rosa (2001) “o sertão está em toda parte (...) ‘é do tamanho do mundo’”. “Os lugares sempre estão ai em si, para confirmar”.²⁶⁶ As narrativas construídas no tempo da luta territorial pela proteção do lugar original permitem compreender porque esse ‘Sertão’ do Brejo dos Crioulos “é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”. (ROSA 2001, p.41). O Brejo...são muitos.

Todos os geógrafos concordam sobre a necessidade de se levar em conta as viradas que caracterizaram as ciências sociais durante a última geração: a virada linguística, que ressalta que o pesquisador sempre trabalhou sobre palavras e imagens, e não diretamente sobre a realidade; a virada espacial da sociologia, que recorda que sociedades não existem numa esfera conceitual e abstrata, mas num espaço e em lugares precisos; a virada cultural da geografia humana, que enfatiza o fato de que os processos sociais, econômicos ou políticos dependem das culturas onde eles atuam. As três famílias de abordagem cultural que se desenvolveram há uma geração têm em comum o fato de sublinhar o papel da subjetividade, de dar conta do papel das representações e do peso dos dados corporais. Elas esforçam-se, cada uma à sua maneira, para apreender o sentido da vida individual e coletiva. Todas estudam, mais ou menos, os processos culturais. (...). A coexistência de três famílias de abordagem cultural não é incômoda. Ela permite aos geógrafos de sensibilidade diversas formas de expressão. Ela traduz a permanência, no curso de uma fase de mutação profunda da disciplina, de hábitos, hipóteses e preconceitos mais antigos. (CLAVAL, 2008, p. 28-29).

²⁶⁶ Ibid., p.24.

A coerência de uma espacialidade total estruturada, definidora das ações coletivizadas, é ilusória. As distintas racionalidades convergentes e contraditórias que produzem territorialidades geografizadas coletivamente no lugar-território traduzem o espaço particularizado da diversidade, cuja espacialidade profunda também resulta da variedade de formas, conteúdos e movimentos relacionais dialéticos. As diferenças culturais também existem no interior do território (GEERTZ, 1989). É daí que se evidencia a potência multiterritorializante da diversidade que flutua entre a universidade e a particularidade que, em coesão-dispersão, aproximação-afastamento produzem permanentemente a espacialidade total, a espacialidade profunda dos territórios tradicionais.

3.4. Por uma Geografia da ação para a ação geográfica

A trajetória empírico-científica experienciada com os colegas de nosso tempo guarda testemunhos de um período específico da história que não se reduz a fatos isolados, mas a todo um percurso marcado por entendimentos e condições conflitantes. Das aspirações, visões de mundo e vivências recolhidos a cada perspectiva abordada em distintos espaços de diálogo, articulações socioespaciais e seus desdobramentos emergentes aparentaram ganhar contornos mais específicos e focados na crítica para ação. Em meio a inúmeros relatos e práticas compartilhadas durante o trabalho, permaneceu latente a percepção acerca da ampliação na participação voltada a corporificação de novos sentidos territoriais coletivizados, evidenciando interações mais engajadas na compreensão do movimento histórico de produção do conhecimento geográfico para a transformação.

As geografias que se processam em no território Brejo dos Crioulos indicam percurso para além da produção e uso social do espaço vivido e suas representações simbólicas estruturadas no poder político. A mobilidade articulada na complexidade socioespacial

singular do Brejo, estabelece uma teia de influências na vida diária, voltada para a articulação do campo de forças que determina sua reformulação permanente. Nesse caso, “o território é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual”. (SAQUET, 2007, p.129).

Conectar a ciência geográfica às geografias do Brejo a partir das leituras territoriais implica em reconhecer as fragilidades do dogmatismo científico quando se trata de tecer arranjos reflexivos no campo da subalternidade, a partir das espacialidades profundas. Não há dúvidas que um avanço nesse sentido seja facilmente percebido, contudo a geografia carece de ampliar seus olhares e mais do que isso, se abrir a geografar-se e geografizar-se em meio às novas realidades do Brasil profundo. As novas cartografias do mundo exigem uma nova cartografia das geografias do mundo. Para Haesbaert (2002, p.17) o distanciamento da Geografia em relação às bases filosóficas que norteiam o processo de elaboração do conhecimento contribui significativamente para a fragilidade que se evidencia em termos de posturas críticas efetivamente transformadoras. “A “Geografia Crítica” tem contribuído nas últimas décadas (nos anos 80, para o caso brasileiro) para reverter esse quadro”. O olhar de Santos R. (1999) foca esses novos sentidos quando analisa que

atualmente ser Geógrafo significa participar de inúmeras discussões, conviver com dúvidas e oportunidades para pensá-las. Na verdade, participamos de um momento em que as clivagens sociais apresentam novas problemáticas. Nesta perspectiva, a Geografia tende a resgatar os autores clássicos para compreender essas novas interpretações. Mas se vamos pensar o nosso momento, precisamos enfrentar o sentido, as direções dos processos histórico-sociais e abrir novas perspectivas de reflexão na Geografia. (SANTOS, R. 1999, p.111).

As manifestações de diversos sujeitos de Brejo dos Crioulos sobre o reposicionamento de compreensões acerca do reconhecimento da própria história e das próprias necessidades, dependências, permanências, resistências e existências, permitiram em diversos momentos

depreender significados profundos sobre diversos elementos e leituras geográficas que ali estão consolidadas na vivência. São o que são na comunidade pelas territorialidades que ficam na terra a geografia de suas vidas, o território é apenas uma consequência de suas histórias, de suas andanças, de seus *lugares de existir*.

No território, fundam e sacralizam o cotidiano vivido, na terra mergulham a própria existência, consolidam relações de poder, alternando submissão e controle, na desapropriação e apropriação de seus domínios. As visões de mundo se multiplicam, a natureza profunda de sua espacialidade é reproduzida e independe das pressões externas, nas temporalidades ela se mimetiza e se reproduz. É no cotidiano que sua existência alterna descontinuidade-reprodução. Sobre isso encontramos em Saquet (2007) que

as forças sociais efetivam o território, o processo social, no (*e com o*) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados *conteúdos* ao território e aos territórios. Além disso, essas forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização, a reterritorialização e a constituição de novas territorialidades, no mesmo ou em diferentes lugares, no mesmo ou em diferentes períodos históricos. Nessa processualidade, há mudanças e permanências, conjugadas, isto é, descontinuidades. (SAQUET, 2007, p.128).

Superar as zonas de conforto abandonando as certezas e a possibilidade da descoberta parece um caminho prudente para se descobrir outras realidades, outras dimensões. Pré-conceitos e preconceitos, hipóteses e verdades acabadas, é preciso que tudo isso se perca nas curvas de outros caminhos que não sejam este do movimento no qual se pretende inserir e que de alguma forma se mantém por uma razão. Há dúvidas no território e há o território da dúvida. A multiescalaridade e multidimensionalidade que envolve o tempo da imersão simultaneamente indica dinâmica, movimento, processo e, também sossego, ausência,

paradeiro. “Entre ficar e sair”²⁶⁷ exhibe-se o dilema da busca pela totalidade e, ao mesmo tempo uma trilha prudente surge como proposta à construção não alienada. Na rede territórios paradoxalmente alienados. E no descanso das percepções, a inquietude, que também é territorialidade e surge na produção territorial. São territórios inquietos de um espaço conflitante.

Fazer pensar o espaço nos parece claro como função da ciência geográfica e, produzir conhecimentos sobre, um de seus fins. O fato é que a Geografia presa ao historicismo, por tempos fragilizou a necessidade de reflexão sobre a espacialidade estabelecendo um prejuízo reducionista que não concorda com as possibilidades abrangentes da ciência do espaço geográfico, bem como com a construção de uma saber socioespacial no âmbito de seu multiparadigma. Temos nas afirmações de Soja (1993) que

tão inflexivelmente hegemônico tem sido este historicismo da consciência teórica que ela tende a obstruir uma sensibilidade crítica comparável à espacialidade da vida social, uma consciência teórica prática que vê o mundo da vida como estar criativamente localizado não apenas na formação da história, mas também na construção das geografias humanas, a produção social do espaço e a formação e reforma de paisagens geográficas: o ser social ativamente localizado no espaço e tempo em uma contextualização explicitamente histórica e geográfica. (SOJA, 1993, p.114).

Como entender que elementos externos à geografia estão a agir em seus processos internos? De que valem as grandes teorias sobre o que está acontecendo se não se discute a afirmação para uma ação? Como avançar a partir dos métodos científicos adjetivados, para a ação? Território, por exemplo, tomado como categoria de análise nos estudos em comunidades Quilombolas, nas narrativas comunitárias, por vezes, nada mais significa do que o espaço de resistência onde ocorre, como bem gostam de dizer, “a luta”, que também é apresentada com tempo.

²⁶⁷ (CASTRO, 2013)

Epistemologicamente, o que é tratado com território, pronunciam espaço. Ao mesmo tempo, o que é definido categoricamente como território é apresentado por eles como ferramenta de luta, estratégia de viver, como afirmou João Manuel Lima, habitante da Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos - MG “(...) o território é nossa ferramenta de luta, é com o território que conseguimos manter nossa vida mesmo diante das pressões dos latifundiários, é com ele que conseguimos produzir e comer, é com ele que mantemos nossas famílias, porém mesmo ele pertencendo à gente, o território ainda não é nosso”. Nesse sentido, cabem à reflexão, as indagações de Moreira (1982).

Que forma de poder é este saber chamado Geografia? Que geografia é a "geografia que se ensina"? Sendo a aula de Geografia a passagem de uma dada "visão de mundo" aos alunos, por gerações sucessivas, uma dada "configuração de sociedade", que concepção de mundo e de sociedade se estará passando nas escolas brasileiras? Que papel ideológico tem cumprido a Geografia? Se não é o planejamento que planeja o capital, antes o capital que planeja o planejamento, como adverte Paul Baran, qual tem sido a função social do geógrafo e do planejamento espaço-territorial? (MOREIRA, 1982, p.1).

Até onde é possível pensar na transformação das categorias de análise em ferramentas de discurso/ação? Qual o lugar de construção dos conceitos? A quem eles atendem? A quem eles respondem? Quantas prisões existem nas linhas de pesquisa individuais? Quais os motivos de se propor a coisas não aplicáveis? Consciência engajada? Retorno social? Onde se situam na geografia? Na formação estruturada da ciência geográfica, quantos vacilos possíveis nas descrições de problemas? E no caminho, é possível perceber como é difícil uma aproximação real do objeto e da realidade analisada quando se cobram tantas justificativas a partir de uma perspectiva que não é nossa. Porto-Gonçalves (2005) nos convida a pensar que

a *Colonialidade do Saber* nos revela (...) que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas

culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.09).

A diversidade epistêmica protegida em Brejo dos Crioulos reafirma a compreensão do autor. As geografias são muitos e estão em todos os lugares. É preciso reconhecer os processos em movimento que alimentam a história e na aproximação dos mesmos é que produz os grandes encontros do conhecimento. O forjar das dependências é o mesmo da espacialidade aparente que se reproduz na homogeneização do espaço. O cotidiano e o imaginário guardam a dinamicidade do vivido, improvisos, lógicas, construções, significados outros que por vezes não estão abertos ao conhecimento tal como está, organizado e ordenado nos calabouços do conhecimento.

É na práxis que localizamos a realidade e a diversidade de suas dimensões e escalas. O paradigma da diversidade se conecta a espacialidade profunda ambientando novas possibilidades à ciência geográfica, em particular a uma “geografia cultural da ação” (SAHR, 2008) ²⁶⁸. No entendimento de Claval (2008) o tempo das discussões que envolvem a utilidade da abordagem cultural foi superado e, nesse caso o foco deve voltar às novas abordagens que percorrem “a significação de outros mundos na estruturação do nosso, o levar em conta o futuro, a curiosidade para a diversidade das sensibilidades humanas, a atenção para as iniciativas individuais e a consciência dos constrangimentos ligados à existência de normas e valores”.

²⁶⁸ Na compreensão de Sahr (2008, p.52) “esta concepção de uma geografia social e cultural da ação nos parece possível quando abordamos a questão da ‘forma geográfica’ de uma nova maneira. Deveríamos rejeitar o formalismo geográfico atualmente vigente, expresso tanto na abordagem do ‘território’, como na abordagem das ‘redes’, e ampliar a questão da forma para a questão do “agenciamento” (DELEUZE e GUATTARI 1997, p. 218-220), do enquadramento da ação e do movimento nas formas de convivências e dos conjuntos sociais. Deveríamos pesquisar, assim, os rizomas, as junções, os hibridismos, mas também as divergências e as contradições dentro da sociedade, quando aparecem como formas de expressão corporal ou significativa”.

Não há como negar a potencia à deriva, é preciso um olhar às conexões e compartilhamentos possíveis ao novo percurso geográfico para o século XXI. Sobre isso reflete Feyerabend (2007).

Ora - como nos seria possível examinar algo de que nos estamos valendo o tempo todo? Como analisar - para lhes apontar os pressupostos - os termos em que habitualmente expressamos nossas observações mais simples e diretas? Como - agindo como agimos - descobrir a espécie de mundo que pressupomos? A resposta é clara: não podemos descobrir o mundo a partir de dentro. Há necessidade de um padrão externo de crítica: precisamos de um conjunto de pressupostos alternativos ou - uma vez que esses pressupostos serão muito gerais, fazendo surgir, por assim dizer, todo um mundo alternativo - necessitamos de um mundo imaginário para descobrir os traços do mundo real que supomos habitar (e que, talvez, em realidade não passe de outro mundo imaginário). A primeira fase da crítica que dirigiremos contra os conceitos e processos comuns, o primeiro passo na crítica aos ' fatos' há de consistir, portanto, em uma tentativa de romper o círculo vicioso. Temos de inventar um sistema conceptual novo que ponha em causa os resultados de observação mais cuidadosamente obtidos ou com eles entre em conflito, que frustre os mais plausíveis teóricos e que introduza percepções que não integrem o existente mundo perceptível. Esse passo é também de caráter contra-indutivo. A contra-indução, portanto, é sempre razoável e abre sempre uma possibilidade de êxito. (FEYERABEND, 1977, p.42-43).

Não são escolhas, são possibilidades que surgem. A interpretação dos fatos é procedimental, claro, não poderia ser diferente. O trabalho se mataria e, nesse sentido, seria estúpido pinçar o processo histórico. A historicidade das fontes seguramente ajuda a compor o movimento que está sendo analisado e, assim, se abre o campo distante de uma análise panorâmica. Parece fundamental ver o todo, o processo, a dinâmica dos fluxos nesse grande movimento, ela é a própria dinâmica da pesquisa, o desafio de compor o trabalho.

Como redizer, como recolocar a possibilidade surgida em uma temporalidade escolhida? Seria arriscado aqui escrever para uma temporalidade que não fosse a de agora. E assim, surge o desafio de traduzir nesse trabalho um cenário vivido pela sociedade brasileira, pelo pesquisador e pelo pesquisado (se desconsiderarmos que todos estão dispostos ao mesmo modo) em suas próprias expressões e conflitos, em sua própria cotidianidade. No espaço relacional se anulam as distâncias da separação. A diversidade é reconhecida no espaço da alteridade. Na compreensão de Santos R. (1999) essa separação pode ser lida como desafio.

Na vida cotidiana, sujeitos e objetos, agem e reagem continuamente uns sobre os outros, tornando-se assim, um desafio separar o sujeito do objeto. (...). Ao assumir a possibilidade de fazer a crítica não podemos negar que a produção do conhecimento seja um fenômeno social. Porém, a condição que possibilita esse conhecimento advém de um processo histórico no qual estão imbricados indefinidamente sujeitos e objetos. Reconhecer essa relação, implica em identificarmos nos grupos sociais que estudamos, as condições em que são exercidas suas experiências cotidianas. (SANTOS, R. 1999, p.114).

A relevância do tema parece fundada para o tempo da pesquisa, mas a problemática maior de investigações é que constitui o eixo condutor da argumentação apresentada. Trata-se de uma manifestação particularizada de problemas, no plural. Particular, geral, particular. Exercício constante dessa tentativa quase ofegante, visto que para cada incômodo uma nova pergunta e, para cada pergunta uma nova situação a ser verificada, experienciada. Em relação ao vivido, “o trabalho de campo tem nos colocado diante de algumas reflexões. Como explicar os acasos, as indeterminações e as implicações do conhecimento científico, acadêmico, frente à realidade que estudamos?” (SANTOS, R., 1999, p.115). Nesse caso, estaria a produção científica ligada por consciências coletivas, mesmo estando as análises pretendidas, imbricadas numa leitura particularizada? Na compreensão de Moraes (2005) não existe

“consciência coletiva”, mas valores sociais – como a consciência de classe” – que amarram diferentes indivíduos em projetos políticos comuns. A consciência só existe no “ser consciente”, no “homem real” de que nos fala Marx nos Manuscritos de 1844. Todavia, o movimento da consciência se dá num âmbito de relações sociais. A substância integral do ato consciente são valores, dados e emoções socialmente elaboradas. As leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade. (MORAES, 2005, p.17).

Durante uma das conversas com o Sr. Hermes Modesto Pereira – Morador da Comunidade Quilombola de Morro Seco - SP durante o 1º Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas ouvi-lo dizer: “se eu não conheço o outro, não me conheço e muito menos o que faço”. Refletindo sobre a defesa de Gatens e Lloyd acerca de uma “política prática” em dimensão espacial e do presente, Massey (2009, p.274) destaca que “no

presente espacial, o que somos é o que fazemos”. Talvez, um entendimento cabível para um trabalho de investigações em curso.

Nesse caso, poderia pensar que as compreensões só se validariam a partir da disposição em conhecer o “outro”, especialmente porque mesmo diferente de mim também é portador e fazedor de geografias, histórias, culturas. Destaca ainda que a diversidade cultural “é, certamente, em parte e cada vez mais, interna a sociedades individuais, mas é, implacavelmente também, uma questão de outros diferentes em terras distantes. Seria uma miopia grave ignorar essa geografia mais ampla, privar-se daquela perspectiva de uma mentalidade voltada para fora na imaginação geográfica vivida” ²⁶⁹. As percepções de Anjos (2009) indicam que não se pode perder de vista que o conhecimento geográfico se conecta ao esclarecimento das dinâmicas territoriais e às soluções no contexto da organização do espaço.

A Geografia é a ciência do território e este componente fundamental, o terreno, o terreiro, num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial, do que está acontecendo, tem registrado os agentes que atual na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de força da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. A terra constitui a base geográfica fundamental da manutenção da comunidade e da coletividade. Neste sentido, a territorialidade se apresenta como o esforço coletivo do grupo social para firmar a sua ocupação, para manter o seu ambiente e ter definido o seu território. A territorialidade é específica em cada comunidade, por isso a alteridade, ou seja, a forma distinta, difere como ela se relaciona com o seu território, com a sua base física, com a sua terra. (ANJOS, 2009, p.8).

Talvez a partir dos conhecimentos que frutificam a convivência com os habitantes da comunidade em seu lugar de viver, em seu cotidiano, em suas órbitas, em seus engajamentos e na construção diária de seus discursos e relações oriundas de fecundos processos de comunicação, é que se anuncia a possibilidade de situar-se no território do outro. O reconhecimento do lugar do alheio às percepções primeiras no estabelecimento da confiança, acolhimento e relações se inicia no âmbito do discurso da partes e naturalmente na

²⁶⁹ Ibid., p. 274.

comunicação entre elas. Nesse caso, a “ação comunicativa”²⁷⁰ estabelece um elo por conta do alinhamento de compreensões e afinidades ideológicas pautadas pelos valores de liberdade, equidade, respeito, dignidade, solidariedade, direitos, identidades entre outros.

De acordo com Habermas (2002a, p. 153) “a unidade da razão não pode ser percebida a não ser na multiplicidade de vozes, como sendo uma possibilidade que se dá, em princípio, na forma de uma passagem ocasional, porém, compreensível, de uma linguagem para a outra”. Segundo ele, o entendimento indica “um processo que trata de superar a não compreensão e o mal-entendido, a não veracidade frente a si e frente aos demais, a concordância em soma, e isso sobre a base comum de pretensões de validade que se endereçam a um reconhecimento recíproco”. (HABERMAS, 1997, p. 199).

Nesse primeiro momento de pesquisas e campos onde os contatos são estabelecidos, considerando as vastas possibilidades de informações e informantes, optou-se por diálogos diretos com lideranças comunitárias entendendo que era preciso uma visão inicial mais global sobre a situação dos campos pesquisados acreditando que, naturalmente, as elucidações se evidenciariam a partir de então, bem como os diálogos necessários posteriormente seriam conduzidos por caminhos naturais da pesquisa. Nesse curso, a escolha dos pesquisados se dá por conta da condição engajada dos mesmos com o modo de vida local, seus processos e relações cotidianas. Assim como afirma Santos R. (2008, p.31), podemos dizer que nos “discursos, ainda que o sentido da falação possa ser estendido a outros fins, foram colocados no texto com o propósito de registrar experiências de vida e impressões sobre o vivido (...)”.

Os diálogos se tornam importantes uma vez que “revelam interpretações do mundo, demonstrando identidades, pertencimentos e vontade em obter, dos “outros”, reconhecimentos. Essas práticas ganham seu sentido, demarcam um modo de viver que permitiram ao pesquisador observar as paisagens e contextualizá-las, em

²⁷⁰ Ao elaborar a Teoria da Ação Comunicativa, Jürgen Habermas parte do entendimento que os homens são capazes de ação, e para tanto, a partir de uma situação ideal de fala, se valem da linguagem com fins de comunicarem como seus pares via discurso argumentativo na busca de um entendimento e, assim, suscitar o consenso. Na sua construção, o conceito de racionalidade é desenvolvido baseado no diálogo e é simbolicamente mediada. (HABERMAS, 1997).

situações sociais concretas e em relação às transformações que o dinamismo da cultura proporciona ao espaço”. (SANTOS, R., 2008, p. 31-32).

A busca pelas dimensões da verdade, da realidade que traduza o vivido a ser compartilhado, a experiência que desenhem narrativas e expliquem o contexto, por vezes está sujeita aos questionamentos descompromissados com o que fundamenta a travessia. As diversas intencionalidades se alternam entre a confusão elaborada e a expressão do que real vivido. Um campo de simulacros e estratégias distintas que nem sempre resolvem os anseios, as questões que animam os procedimentos.

Na compreensão de Santos B. (2001, p.188), citando Karl Jaspers, a verdade só está acessível “a quem a procura sistematicamente, a investigação é o principal objetivo da universidade; porque o âmbito da verdade é muito maior que o da ciência, a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo”. Nesse caso, a Geografia participa a descortinar a realidade, contribuindo como abordagens distintas à promover um maior percepção e entendimento das dinâmicas e naturezas diversas do espaço.

O conhecimento geográfico tem compromisso com aquilo que se estuda. Não podemos discutir a Geografia apenas a partir do teórico e conceber, como resultado desse trabalho, os avanços proporcionados por uma multiplicidade de abordagens interpretativas da realidade por várias teorias, inclusive não geográficas. Diríamos que somente as teorias geográficas, na verdade, não garantem o caráter normativo da interpretação final da realidade. Portanto, a pesquisa empírica e o trabalho de campo, deverão garantir abordagens interpretativas da realidade, pois ao invés de buscarmos conceitos puros, a Geografia ampliaria a sua reflexão em relação aos diferentes usos dos conceitos na realidade prática. Assim, a existência concreta de diferentes operacionalidades teórico-empíricas da realidade pode indicar as possibilidade de encontrar em outros pensadores e outras ciências contribuições para o avanço da Geografia. (SANTOS, R. 1999, p.124).

Ler a realidade espacial contemporânea exige da ciência geográfica a energia necessária para colocar em movimento os próprios limites e a partir deles refletir os desafios epistemológicos que cercam outras ciências na amplidão das aproximações e relações necessárias. Reside neste percurso, a possibilidade de uma análise abrangente, portadora da

permanente renovação teórico-metodológica, capaz de capturar das contradições que fundamentam os novos clamores socioespaciais, os destinos da ação geográfica e do caráter político do geógrafo. Nas reflexões de Santos R. (1999, p.114) encontramos a afirmação de que “o conhecimento da realidade passa por determinações materiais que constituem a realidade e é elaborado, dentre outras coisas, pelas relações entre homens e objetos, num longo processo histórico que fundamenta a prática exercida no vivido dos grupos sociais, a partir de suas diferentes formas de organização”.

Edifícios teórico-metodológicos de outros tempos e identidades científicas soberanas não perderam funcionalidade, apesar da insistência de muitos em desqualificar os acumulados na história. Com a geografia isso também é sintomático nas narrativas dos proclamadores do fim. Identidades espaciais não estão em crise, vivem a crise totalizante e homogeneizante nos veios da “globalização perversa”. (SANTOS, 2001). Territórios e fronteiras não se diluíram, estão mimetizados no espaço da produção, agora aprimorados na fluidez da “modernidade líquida” que sugere Bauman (2003). O Estado está cada vez mais robusto²⁷¹, em profundas contradições, imerso em anacronismos, ainda assim robusto.

Esta percepção é possível no reconhecimento dos mimetismos espaciais quase sempre lidos equivocadamente, confundidos às operações de homogeneização da sociedade. “Fala-se igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender os reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais

²⁷¹ Os esteios desse entendimento no contexto do trabalho remetem às diversas reflexões desencadeadas durante o curso da disciplina “Teorias do Poder” conduzida pelo Professor Dr. Elton Dias Xavier no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social no primeiro semestre de 2013. A análise das formas de dominação social, considerando o reajustamento das estruturas de poder e as funções latentes da distinção Estado/Sociedade Civil, da ação estatal como entrave potencial da liberdade coletiva e, numa outra vertente ideológica, como condição para o seu exercício, bem como as reflexões sobre as principais correntes teóricas que constituem o pensamento político clássico e contemporâneo, tendo como referências de análises as organizações sociais, os formatos institucionais, atores políticos e participação política, permitem a afirmação sobre a robustez do Estado conforme mencionado. (HOBBS, 2003); (LOCKE, 2006); (ROUSSEAU, 1999); (MARX E ENGELS, 2002); (ELIAS, 1993); (GIDDENS, 1991); (POLANYI, 2011); (SCHLUCHTER, 2011); (FOUCAULT, 1999bc); (MASCARO, 1976).

difícil”. (SANTOS, 2001, p.19). Sobre esse distanciamento paradoxal nos fundamentos do Estado, que implica diretamente na negação da essência e dos valores ao ordenamento das regras encontramos na reflexão de Santos (1988) que

o exame do que significa, em nossos dias, o espaço habitado, deixa entrever, claramente, que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível. O espaço habitado se tornou ‘um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. O resultado, estamos vendo, é dramático. (SANTOS, 1988, p.16).

No mesmo cenário, Simmel (1967, p.27) destaca que a escala dos valores humanos já não é constituída pelo ““ser humano geral” em cada indivíduo, mas antes pela unicidade e insubstituibilidade qualitativas do homem”. Para este autor, a história “segue seu curso no interior da luta e nos entrelaçamentos em mudança dessas duas maneiras de definir o papel do indivíduo no todo da sociedade”. De um canto de mundo latifundiários que olham para o lugar de viver do espaço crioulo como um “não-lugar” (AUGÉ, 1994), transitório, não-permanente, ambiente de passagem mundana despido de ancestralidade, geograficidade e história, sem memória, sociabilidade, identidade, uma geografia sem lugar (*placeless geography*) (RELPH, 1976). Não se colocam no lugar do outro, mas o destituem de significado, como se a alteridade latente no lugar de viver Quilombola fosse inferior à autoridade do poder da coação que produzem.

Ao discorrer sobre a especificidade da relação indivíduo sociedade como singular e incomparável a qualquer outra elaboração existencial, Elias (1994, p.9) entende que não há razão por “conceber a pessoa, e portanto a nós mesmos, como um eu destituído de nós”. Em “*A representação do eu na vida cotidiana*” Goffman (1995) analisa as diferentes relações sociais se realizando sob distintas configurações que anunciam distintos “papéis sociais”, de onde deriva também a “manipulação da impressão” e duas lógicas comuns suportadas ora por

sinceridade, ora por cinismo ambientando a possibilidade da desnaturalização de determinados comportamentos.

Nesse caso, para cada ocasião poder-se-ia dizer de uma identidade forjada, fosse por simulacro, tática, estratégia ou mimetismo. Para esse autor, identidades são fundadas em contextos relacionais, se apresentam múltiplas e exprimem a necessidade de reconhecimento, e são processadas na esfera da identidade social, pessoal e de ego, o que permite refletir sobre as identidades espaciais relacionais. De outro ponto, cabe o entendimento de Hall (2000) sobre as contribuições das relações de poder na construção das identidades.

A abnegação ao sofrimento humano do presente apostando nas escalas do futuro não traduz a utopia necessária. O Geógrafo mesmo que livre na atitude filosófica desinteressada, fundamental à busca pelos sentidos do espaço não está imune às atrocidades e covardias que saqueiam a dignidade dos homens. Isso não significa abater-se para o silêncio e para a esquivas dos enfrentamentos necessários, contudo é legitimado mais contextualizado com a racionalidade que se pretende por ser real.

Qualquer que seja na natureza da teoria a ser desenvolvida a partir de semelhantes observações, ela tem de denotar o que as pessoas realmente fazem em determinados contextos. Ou seja, conceitos, generalizações e estruturas precisam estar empiricamente alicerçados em processos observáveis de interação dos indivíduos. (GIDDENS E TURNER, 1999, p.20).

Na geografia do Brejo o território é um meio de conhecimento para quem nele vive. “O território é como se fosse um livro, né? Ele conta uma história dos Crioulos aqui do Brejo. O território conta a história de nossa vida”, refletia Francisco Cordeiro Barbosa, o “Ticão”²⁷², liderança de Brejo dos Crioulos. Ao ser questionada sobre a natureza do batuque, “Dona Catarina”, conforme mencionado, sob olhar desconfiado e respeitoso, respondia a existência de dois batuques, um passível de ser experienciado e outro não. O fato é que a verdade brejeira que guarda o simulacro possível constitui a fonte de sobrevivência, na contramão, na

²⁷² Entrevista realizada durante trabalho de campo em julho de 2010.

contra-espacialidade e no mesmo passo da “intelecualização” percebida na metrópole apontada por Simmel (1967).

A dialética entre o ser e o dever ser se instaura não como categoria abstrata, mas no chão concreto das lutas sociais, nas lutas sociais. Afinal, toda(o) aquela(e) que se sente oprimido ou explorado diz querer mais espaço –as mulheres querem mais espaço; os negros querem mais espaço; os sem-terra ocupam, isto é, se co-locam; os indígenas querem de-marcar suas terras, na verdade, seus territórios; os desempregados reinventam as lutas sociais bloqueando estradas, bloqueando a circulação e, assim, retomando seu lugar no espaço geral da produção da sociedade, eles que foram deslocados (desplazados) dos lugares fixos de produção (fábricas, lojas, escritórios, das fazendas...). Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo–ato de marcar a terra. É possível, deste modo, construirmos uma teoria geográfica dos movimentos sociais levando em conta a experiência dos “homens e mulheres de carne e osso” (Thompson, 1983) que através das suas lutas esperam mudar de lugar. Assim, a esperança de construção de uma nova ordem é posta no centro do debate da sociedade contemporânea. Afinal, movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível. Eis uma possibilidade de aproximação da geografia das ciências sociais. (PORTO-GONÇALVES, 2003b, p.5).

Os projetos avessos a uma transformação profunda, indubitavelmente se aproximam sob a narrativa de codificar para homogeneizar a crítica e, com esse movimento, homogeneizar o espaço para “esvaziá-lo” de possibilidades criando um campo de produção que manipula e reordena a reinvenção espacial, suas funções e seus produtos sociais. A Geografia Crítica deve à sua existência, história e sistema sêmico, o olhar atento à totalidade geográfica por meio de suas multidimensões. Nesse caso, a multidimensão cultural, participada na leitura do território Brejo dos Crioulos se apresenta essencial para a compreensão do território relacional.

As reflexões apresentadas por Silva (2010, p.16) acerca dos estudos culturais, servem a esse campo de análise, uma vez situado numa leitura geográfica ao refletir que, se os avanços desses estudos “se deram através da crítica, não existe o risco de que as tentativas de codificação acarretem um fechamento sistemático? Se o impulso é o de lutar por um conhecimento realmente útil, será que a codificação acadêmica contribuirá para isso? A

prioridade não seria se tornar mais “popular” em vez de mais acadêmico? Essas questões ganham uma força adicional a partir de contextos imediatos”.

Já sugeri que o termo “cultura” tem valor como um lembrete mas não como uma categoria precisa; Raymond Williams tem explorado seu imenso repertório histórico. Não existe nenhuma solução para essa polissemia: trata-se de uma ilusão racionalista pensar que nós possamos dizer “de agora em diante esse termo significará...” e esperar que toda uma história de conotações (para não dizer todo um futuro) se coloque obedientemente em fila. Assim, embora eu levante, de qualquer forma, a bandeira da cultura e continue a usar a palavra onde a imprecisão tem importância, quando se trata de definição busco outros termos. Meus termos-chave são, em vez disso, “consciência” e “subjetividade”. O conceito de “subjetividade” é, aqui especialmente importante, desafiando as ausências na consciência. Ele inclui a possibilidade, por exemplo, de que alguns elementos estejam subjetivamente ativos – eles nos “mobilizam” – sem serem conscientemente conhecidos. Ele focaliza elementos atribuídos (na distinção convencional e enganadora) à vida estética ou emocional e aos códigos convencionalmente “femininos”. Ele destaca o “quem nós somos” da cultura, destacando também as identidades individuais e coletivas. Ele faz uma conexão com um dos insights estruturalistas mais importantes: que a subjetividade não é dada, mas produzida, constituindo, portanto, o objeto da análise e não sua premissa ou seu ponto de partida. (SILVA, 2010, p.27)

Depreende-se a indagação sobre como ocupar, culturalmente, uma tradição crítica, que no caso das reflexões aqui apresentadas, expõe o desafio de contraposição às maquinarias do conforto epistemológico, que tendem a manipular e reordenar os edifícios teóricos para uma ortodoxia. “As formas acadêmicas de conhecimento (ou alguns aspectos delas) parecem ser, agora, parte do problema e não da solução. Na verdade, o problema continua o mesmo de sempre: o que se pode aproveitar dos interesses e dos saberes acadêmicos para se obter elementos de conhecimento útil?”²⁷³

No ensino da geografia é menos frequente do que seria desejável a consideração da totalidade do conhecimento geográfico. (...). Esta busca pode ser entendida como a construção de um conjunto de proposições epistemológicas que, formando um sistema lógico coerente, e sendo fundada nos avanços metodológicos já conseguidos pela disciplina no século XX, aprimoraria o que se pode chamar de “núcleo duro” da geografia, desembocando, necessariamente, numa visão geográfica totalizadora. (SANTOS, 2000, p.257).

²⁷³ Ibid., p.17.

Em 2010, quando foi iniciada esta imersão, ocorria no contexto do Encontro Nacional de Geógrafos a oficina “*Possibilidades Metodológicas e Técnicas para uma Geografia da Ação*”²⁷⁴, com objetivo de debater sobre reflexão e ação da Geografia e do Geógrafo frente aos desafios da sociedade contemporânea e os desdobramentos das questões relativas ao aprofundamento do fazer geográfico e do pensar Geografia no século XXI. O eco das prosas convida ao entendimento sobre a indissociabilidade entre fazer ciência, fazer geografia e fazer política, ao mesmo tempo em que não podem ser postas em duas perspectivas que separem a geografia, uma abstrata e pura e outra aplicada e prática.

Realidades espaciais não demandam apenas métodos, metodologias e técnicas de pesquisa, constelações semânticas, conceituais e epistemológicas, hipóteses e bibliografia aplicada, produtivismo de publicações e currículos. As liberdades, nesse caso, quase sempre são livres. Contudo, a sociedade não se resume em sujeitos e objetos, ainda que imperativos, por vezes hegemônicos, assim prefiram acreditar seu funcionamento. Para, além disso, as novas realidades socioespaciais que se abrem, exigem da Geografia, a ação. Nas reflexões de Santos (2012, p.78) encontramos que “a ação é um processo, mas um processo dotado de propósito e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo”. De acordo com o autor “a ação é o próprio do homem”²⁷⁵, pois inclui um retroefeito de parte das coisas que ela própria, a ação humana, vivifica.²⁷⁶

Distante das euforias das viradas espaciais, não há porque negar que essa ação passe pela elaboração de uma ontologia própria dos novos *arranjos conceituais relacionais* conciliadores de distintas *noções geográficas no espaço-tempo*. Especialmente quando a natureza do território Quilombola está em suspensão para uma busca de seus enigmas. O movimento de trocas e as relações que dele derivam se mostram essenciais para uma

²⁷⁴ O XVI Encontro Nacional de Geógrafos: “Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperança” foi realizado entre 25 e 31 de julho de 2010, em Porto Alegre-RS. A Geógrafa Fernanda Ayaviri Matuk foi a proponente da Oficina citada.

²⁷⁵ Ibid., p.82.

²⁷⁶ Ibid., p.91.

aproximação das geografias autônomas às realidades atualizadas da reestruturação coletiva do espaço a partir do lugar de viver, que refuncionalizam capacidades para soberanias coletivizadas adormecidas. Analisando o contexto das contribuições das leituras geográficas dos Movimento Sociais, Fernandes (2005) que a produção do espaço geográfico acontece por ação política e pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. De acordo com o autor “os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento”²⁷⁷. Na compreensão de Raffestin (1993),

o “estrategista” não vê o terreno; mais ainda, só deve vê-lo conceitualizado, senão não agiria. É à distância que sua ação é possível e, desde então, essa distância é a única a criar o “espaço”: “O espaço estratégico não é uma realidade empírica...” [cita Glucksmann]. É, de fato, criado pelo conceito de ação, que pode ser a guerra, mas que também pode ser qualquer tipo de organização, de distribuição, de malha ou de corte. O estrategista não vê o terreno, mas a sua representação. Eis o porquê de esses elementos do código sintático, que são a dimensão, a forma e a posição, permanecerem essenciais na linguagem do território, mas devem ser retomados como plano de expressão de uma semiologia conotativa. (RAFFESTIN, 1993, p. 25).

O caráter político do ofício do Geógrafo deve passar pela ação, seja no aprimoramento da Geografia brasileira em suas dimensões institucionais, seja em defesa dos excluídos e massacrados no cotidiano cruel de uma sociedade em crise. Cabe ressaltar que a Geografia, despida de qualquer vaidade, observa, determinada e privilegiada, a realidade espacial e seu percurso, apesar de variadas visões de mundo optarem por inseri-la no espaço das crises pela condição de vítima. Se a Geografia é vítima em alguma circunstância no presente, é vítima de si mesma, por não reconhecer sua centralidade no debate. O poder que guarda na compreensão da sociedade e, de interferência nos processos de produção do espaço sempre marcaram a sua história, as suas temporalidades. Para o Professor Milton Santos, a Geografia

²⁷⁷ Ibid. p. 278.

está no centro da crise que atinge a Humanidade “porque o espaço humano é a grande dimensão filosófica e política do nosso tempo”.

E nosso país, pelo tamanho e características do seu território, tornou-se um dado chave da resolução dessa crise. Por isso, nossa responsabilidade, como geógrafos, na construção do futuro, é clara. Daí a necessidade de socializarmos, ainda mais, o grande debate iniciado há alguns anos e que, agora, prossegue em outros termos. Isso poderá ser obtido se somarmos esforços reunindo opiniões oriundas de vertentes diversas, de modo a produzir um trabalho onde a busca de um consenso não constitua um obstáculo à livre manifestação das ideias nas Universidades e nas Escolas e de forma, também, a que novas etapas se tornem, brevemente, possíveis. (SANTOS, 1981, p.289).

Refletir os conceitos e categorias à luz dos movimentos socioespaciais e das demandas reais da sociedade, renovam a dinâmica de forças para além da condição estacionária do produtivismo acomodado. Nos paradoxos imersos nas armadilhas que guardam a gênese da excelência acadêmica, salta-nos que a edificação dos saberes pretendidos pela ciência geográfica comprometeu por vezes a própria busca e, com isso o reconhecimento das inquietudes acerca de proclamadas crises da ciência, o Professor Milton Santos alerta sobre isso.

O que foi observado em um período específico das experiências aqui apresentadas é que, ainda, ao mesmo tempo em que a Geografia reflete a necessidade de avançar para ação, também é cobrada à neutralidade científica de suas pretendidas análises. E assim, o espaço, foco da Geografia maior, se esgota reduzido à deriva de entraves particularizados e, conseqüentemente particularizadores de questões mais profundas a serem revisitadas, contextualizadas e ampliadas pelos rumos necessários da História do Pensamento Geográfico.

A adoção de um modelo epistemológico, uma concepção da natureza do conhecimento científico e dos seus limites, prescreve uma política, uma forma determinada de intervenção no mundo e na sociedade. Contudo, o paradoxo objetivista, que afirma que apenas uma ciência livre da política e independente da sociedade é capaz de intervir de forma eficiente no mundo, impõe uma vinculação necessária entre epistemologia e política, estreitando em demasia as possibilidades de interpretação da ciência. No século XX, as disputas em torno desse tema culminaram nas Guerras da Ciência. As tentativas de estabelecer critérios diferentes

foram durante combatidas. A convivência de “políticas epistemológicas” diversas e não correspondentes à adotada pelos cientistas é um desafio que deve ser enfrentado por todos os envolvidos no tortuoso processo de construção do conhecimento. (ÁVILA, 2013, p.94).

O processo de apropriação privada da função social da produção científica, por exemplo, que sequestra da Geografia, silenciosamente, as suas importâncias e, posteriormente as confrontam com o próprio saber que as edificaram, começa a estremecer nos sismos, ora naturais de um processo que satura, ora induzidos por entendimentos esclarecidos de uma Geografia visionária e arquiteta do novo mundo possível, cujas raízes mais profundas já se encontram editadas. Mas é preciso avançar e, não será negando o passado ou reduzindo a experiência do porvir, à presente realidade, que isso permanecerá. O encontro das tantas cadeiras que cumprem seu papel geografizando o lugar de viver e a ação cotidiana, re-significa a (des)ordem nos espaços de morte para novos arranjos espaciais de esperança e renovação da vida.

Os sujeitos de Brejo dos Crioulos também dão sentido à Geografia, quando anexada a dimensão que concilia autonomia e relações capazes de “*fazer falar o território*” a partir de seus usos. As contingências percebidas no cotidiano do lugar de viver em Brejo dos Crioulos guardam expressões das mudanças acumuladas entre gêneros de vida e meio brejeiro, convidando à paisagem “*lablachiana*” onde, a cultura tradicional permanece. Ao mesmo tempo, na luta, o olhar e o fôlego “*miltoniano*” ávido por outro mundo possível produzem territorialidades “*raffestinianas*” nos diversos esconderijos do cotidiano Brejeiro-Crioulo e seus residuais “*lefebvrianos*”, desses que adquirem valores particulares e refletem a “*multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade*” como informa Raffestin (1993, p. 158).

O papel atribuído à Geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto. Se tal conceituação não é abrangente de todas as formas de relação da sociedade com seu

meio, as intervenções serão apenas parciais ou funcionais, e sua eficácia será limitada no tempo. (...) propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como *território usado*; e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. Essa discussão deverá estar centrada sobre o objeto da disciplina – o espaço geográfico, o *território usado* – se nosso intuito for construir, a um só tempo, uma teoria social e propostas de intervenção que sejam totalizadoras. Entre os geógrafos, incluindo aqueles convidados par trabalhar com toda sorte de questões voltadas ao planejamento, o problema do espaço geográfico como ente dinamizador da sociedade é raramente levado em consideração. Ora, se as bases do edifício epistemológico são frouxas, as práticas políticas almejadas serão, no mínimo, enviesadas. A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de espaço banal obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. (SANTOS, 2000, p.254-255).

Não bastaria aqui transcrever respostas, esse constitui um erro aos rumos da ciência geográfica, uma tentativa de reduzir a possibilidade espacial a um fim último a ser encontrado, apresentado desconexo de uma totalidade almejada. O lugar é apenas o início da espacialidade profunda. Refletir o espaço não significa resolvê-lo, mas permiti-lo ser aquilo que é em sua suprema natureza contraditória das espacialidades sociais e, a partir dos conteúdos injustos, significar sua existência para a transformação da realidade. As ações que decorrem dessa existência resignificada e sua *re-produção* é que qualificam a possibilidade de interpretá-lo e *re-agir* sobre seus substantivos. Ordená-lo representa subestimar a organicidade das dinâmicas espaciais, complexas por natureza, seus conteúdos, propriedades e funções, bem como subestimar o caos como produtor de espacialidades profundas. A (des)ordem que ocupa tantas percepções, responde à própria natureza do espaço. É nela que o Geógrafo deve atuar.

A Geografia deve estar atenta para analisar a realidade social total a partir de sua dinâmica territorial, sendo esta proposta um ponto de partida para a disciplina, possível a partir de um sistema de conceitos que permita compreender indissociavelmente objetos e ações. O *território usado*, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade de seu uso. (SANTOS, 2000, p.260).

A natureza do espaço habita as ações demandadas ao seu reconhecimento, quer seja o reconhecimento de suas lógicas, quer seja sobre uma plataforma que o define, e, talvez por isso é possível dizer, demandadas sobre ele, ou simplesmente sobre sua existência, o espaço que existe. Trata-se de ações que reelaboram permanentemente suas identidades espaciais e se resignificam na vastidão das sociabilidades. Se levadas à condição do conflito, Santos (2012) apresenta a ação desencadeada em três ordens: técnica, jurídica e simbólica, estando as duas primeiras localizadas no campo dos atores hegemônicos e a simbólica compreendida por atores não-hegemônicos.

Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força da transformação e mudança, a surpresa e recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significado e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma. A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, afetivas, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. (SANTOS, 2012, p.67).

As ações, movimentos que decorrem das inquietudes humanas por um espaço produzido, resultante dos sonhos, desejos, necessidades, inteligências, negações, conflitos e também da inércia, do sossego, dos devaneios, da vida e da morte somados às energias em fluxo, às dinâmicas e às estéticas da primeira natureza definidora das paisagens naturais, por tempos, por vezes e quase sempre, definidoras dessas inquietudes, é que capturam o espaço real e, nele o homem real.

De algum modo, simplificar para objetivar não resolve a complexidade que abarca o desafio. A dialética profunda que elabora e realiza a socioespacialidade não pode ser traduzida por limites, mas pelo reconhecimento de suas possibilidades. Dizer desse processo

é, considerando a realidade do território Brejo dos Crioulos, reconhecer multidimensões e multideterminações que se desdobram em sua existência resinificada em desinvizibilização permanente. A ação geográfica impressa pela unidade social do território Brejo dos Crioulos para além do campo simbólico, cada vez mais pauta as ordens técnica e jurídica. A ressemantização que deriva de sua *relacionalidade reflexiva* e resulta no reconhecimento e registro social de sua identidade espacial, tende a equilibrar sua existência e as forças que sustentam inclusive o poder simbólico de suas multidimensões, no desafio das temporalidades ainda não realizadas. Assinala Sahr (2008) que

o território não é mais um produto, mas uma “expressão” (HAESBAERT, 2003, p. 50), uma criação cultural, com um determinado “rosto” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 32). O território territorializa-se entre significância e subjetividade, e não no espaço. Por isso, chamamos o território, como Deleuze e Guattari, um ato em movimento. Esta operação intelectual, a qual transforma o território-conceito em um ator-conceito, faz dele um corpo e um sujeito em ação. Assim, o território ganha individualidade e torna-se parceiro dos atores. Todavia, a expressividade do território surge através de uma diferenciação teórica fundamental, da qual muitos geógrafos não se dão conta. A organização (ou produção) do território não depende apenas de redes de poder, mas também de máquinas-sistemas de produção e de significação. Os territórios se configuram em processos de territorialização que definem um terreno delimitado, mas precisam também de processos de espacialização, que, na experiência vivida ilimitada, configuram as características da formação do território, e não o próprio território. Por isso, concordamos com a geógrafa Christine Chivallon que insiste, com razão e coração, que a geografia precisa de uma concepção plena do “espaço”, e não apenas do “território” (1999, mas ver também HAESBAERT, 2003, p. 76). Por isso, a diferença teórica entre território e espaço nos parece fundamental para uma geografia da ação. Entendemos como *territoria-lizAção*, com Haesbaert, a *configurAção* de espaços definidos por diferentes formas de espacializAção (lingüística, estética, política, social, econômica) e estruturação (hierárquica, reticular etc.). Assim, a agência e as ações ganham um novo papel. Trata-se agora de formas geográficas de construção cultural. Neste momento, uma vertente da geografia fica ligada à geografia do território, discutindo limites e fronteiras dos espaços reificados sobre o espaço, e a outra à geografia das espacializações, que se refere a processos, transformações e ações de formar espaços. (SAHR, 2008, p.49).

Situações sociais contemporâneas em movimentos espaciais pontuais, como é o caso do Brejo dos Crioulos constituem um convite permanente à Geografia que se pretende transformadora, antes de qualquer circunstância, de si mesma. E no espaço da alteridade, a *reterritorialização epistemológica* contemporânea exige ação geográfica muito além de sua simples produção.

No curso das leituras geográficas possíveis e, considerando a ação geográfica por vezes entediada de suas implicações surge o convite à reflexão sobre quais os sentidos e direções às demandas dos territórios tradicionais estão sendo produzidas no espaço do Estado brasileiro e, nesse caso, como a Geografia reconhece o território de suas contribuições diante da realidade das identidades espaciais no território nacional frente à globalização atual, que segundo Santos (2001, p.174), “não é irreversível”. Ela é apenas uma “intensificação das relações sociais em escala mundial” (GIDDENS, 2008, p.61). A conexão da ciência geográfica com os reflexos e implicações da realidade territorial brasileira na complexidade de sua vigência exige um reposicionamento mais agudo de seus propósitos e, especialmente de suas práticas.

Muitos ainda acreditam que a geografia é uma disciplina desinteressante e desinteressada, elemento de uma cultura que necessita da memória para reter nome de rios, regiões, países, altitudes, etc. Nesta primeira década do século XXI, a geografia, mais do que nunca, coloca seres humanos no centro das preocupações, por isso pode ser considerada também como uma reflexão sobre a ação humana em todas as suas dimensões (...). Na realidade, ela é um instrumento de poder para aqueles que detêm os seus conhecimentos. (CASTROGIOVANNI, 2007, p. 42).

As tecnologias, aplicativos e *softwares socioculturais* que, na maturação e evolução de seus graus de assimilação de contexto e conectividade, acompanham esse entendimento, ansiosamente aguardam o compartilhamento maior das intenções transformadoras que movem a geografia humanística mundo afora e, aqui não é diferente. Nesse contexto, encontramos em Buttimer (1969, p.419) a seguinte questão: “pode a ciência continuar a servir a uma função útil medindo e explicando a face objetiva e esboçando mecanismos da realidade social, ou deve também penetrar e incorporar suas dimensões subjetivas?” A indagação da autora é conferida como mais uma autorização à imersão no reconhecimento das geografias brejeiras que dão sentido ao espaço de experiências humanas transformadoras, simbólico e culturalmente produzidas. Dialeticamente se mostra fundamental a compreensão de Cosgrove ao afirmar que

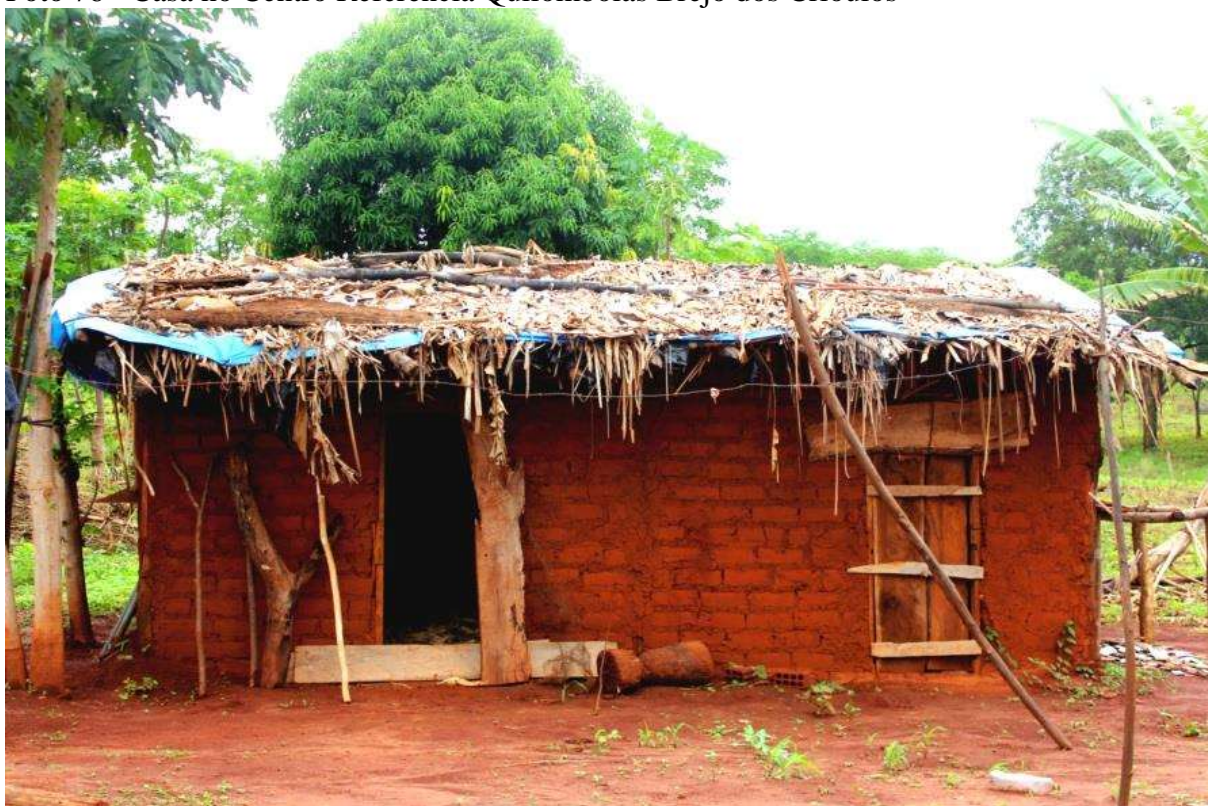
a natureza não pode ser culturalmente apropriada ou explorada de modo a negar suas próprias relações objetivas, ou toda a comunicação se torna impossível. Tais condições não determinam ou nos permitem, de modo algum, prever o significado cultural que será atribuído. Isto deve ser explicado empírica e contextualmente através da prática da geografia. (COSGROVE, 1983, p.17).

O lugar-território, historicamente desqualificado e negligenciado em seus valores originais é guardião de saberes e fazeres multidimensionais, geograficamente estabelecidos e geografizados nas sociabilidades territorializadas permanentemente no cotidiano do vivido. Apreendê-los, assimilá-los, compreendê-los e analisa-los só é possível na experiência da viagem ao lugar vivido, com ou sem deslocamento, localizadas ou não em seus referenciais imediatos. A produção simbólica do poder que situa a materialidade territorial no nível ideológico aponta para a “constituição cultural da existência material humana”²⁷⁸. Reconhecer o valor de referência dessa produção significa aproximar de sua espacialidade profunda a ser desvelada no curso da sua floração, de seu desdobramento.

O encontro de diversas geografias na realidade de Brejo dos Crioulos ao mesmo tempo em que traduz a complexidade de sua espacialidade, constitui um convite à compreensão do *vivido relacional* ali geografizado e, à ação geográfica política a caminho do Constitucionalismo Pluralista. A natureza espacial das múltiplas identidades do lugar-território indica uma produção espacial a partir da ação geográfica cotidiana com foco na proteção e transformação contínua de sua totalidade. São essas diversas geografias que guardam a potência da transformação.

²⁷⁸ Ibid., p.21.

Foto 76 - Casa no Centro Referência Quilombolas Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, 2010.

(...)

Então, o território, enquanto ser, duração e extensão, deve pôr-se em movimento.

O outro lado do disco

A linha de fuga conduz ao centro, que é centro recorrente, começo do encontro do movimento do território.

A sorte e as circunstâncias se põem como rarefações de fragmentos em convívio no quebra-cabeças. O intelectual parte-se em multidões de intelectuais que são subtotalidades sem conexões possíveis, na montagem plural.

Os territórios possíveis levam ao fim e ao começo.

Põe-se o real como pedaços que se sabem pedaços.

O fazer e o pensar indagam: de quem é o pedaço?

In: SILVA, Armando Corrêa. De quem é o pedaço? Espaço e Cultura (1986).

Foto 77 - Moradores na porta da casa nas proximidades do Centro de Referência da Comunidade



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

4 ESTADO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

4 ESTADO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

4.1. O sentido das territorialidades do Estado na direção dos direitos territoriais.

As noções de orientação fazem parte do conteúdo íntimo da Geografia. Leituras geográficas precisam estar atentas às substâncias e energias que definem os sentidos e as direções possíveis em qualquer travessia, não perdendo de vista o sentido enquanto orientação que tem força na direção ('esquerda', 'direita') e direção como linha de atuação da força ('horizontal', 'vertical', etc.). No ano que o país completa 126 anos de Abolição da Escravatura, a sociedade lembra também, pelas cicatrizes de sua história, os 50 anos de ditadura que inaugurou no espaço nacional o primeiro ciclo de desenvolvimentismo marcado por sequelas incuráveis, especialmente para os povos do campo²⁷⁹.

No mesmo contexto, são celebrados os 25 anos de uma ainda frágil democracia que instaurou o segundo ciclo deste proclamado desenvolvimentismo que diferentemente do primeiro é celebrado especialmente pelo texto soberano da Constituição da República de 1988, denominada também de Constituição cidadã, que reconhece inúmeros direitos sociais e políticos, direitos que reinauguraram a nova estrutura de Estado, entre eles, os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em todos os encontros, campos e espaços de diálogos participados desde o início dessa travessia, a questão que ecoa na maior parte dos questionamentos ao Estado brasileiro é sobre qual o sentido atribuído, nesse momento paradoxal, aos direitos conquistados e promulgados em 1988, especialmente considerando os 514 anos de história e narrativas acumuladas. A tradição colonial de cortar cabeças daqueles que enfrentavam o poder instituído e, que ainda paira simbolicamente na política brasileira menor, especialmente nos

²⁷⁹ Um momento importante é registrado com a Comissão da Verdade apurando a situação dos camponeses brasileiros que foram vitimados no período dos terrores abrindo os arquivos da Ditadura.

Sertões do país, encontra no espaço da luta dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo cumprimento de direitos Constitucionais os resquícios de uma época não tão distante.

Em meio à criminalização dos movimentos sociais, indefinições do código penal e, insegurança jurídica, se corporifica um Estado Penal onde muito se fala sobre penalização e mínguem os debates sobre o direito aos territórios tradicionais. Não por acaso, a paisagem mais evidente da contradição nos conflitos sociais é o espaço materializado da 4ª maior população carcerária do mundo.

Apesar do discurso hegemônico de desterritorialização, o campo brasileiro foi, historicamente, palco de disputas territoriais, não devido às resistências à expropriação e ações e demandas populares pelo acesso a terra. As ações e bandeiras das organizações patronais sempre explicitaram essa disputa, dando especial valor ao território. Mais recentemente, esse é o embate político, por exemplo, nas propostas parlamentares de mudança do Código Florestal – sendo que o grande objetivo é liberar terra para a expansão agropecuária – ou a oposição ferrenha à demarcação de terras indígenas e ao reconhecimento de territórios quilombolas [cita QUEIROZ, 2010]. (SAUER, 2011, p.228).

Deparar em 2014 com membros do Congresso Nacional ligados aos interesses do agronegócio, mobilizando forças com fim último de revogar a participação do Brasil enquanto signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dez anos após sua absorção pelo ordenamento jurídico nacional, o objetivo de modificar as regras para demarcação de territórios tradicionais e fragilizar duas décadas de esforços internacionais pela garantia dos direitos humanos no espaço e ao espaço, não parece razoável. Não são poucas as tentativas e propostas de Emendas Constitucionais que tramitam no Congresso com fins a deslegitimar a Constituição Federal²⁸⁰. Difícil exercício de compreender sobre entorpecimento que a conquista de direitos territoriais causa naqueles que se propuseram a colocá-los em prática.

Na contradição das evidências parece saltar um Estado Democrático de Direito travestido de Estado Policial Penal que, na amplitude dos paradoxos produz e ampliam

²⁸⁰Atualizando a questão ver ADI 3239 em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

espaços de educação formal, ao mesmo tempo em que se rende ao capital intelectual que produz a coação ao embate ideológico e à produção de ideias contrárias ao *status quo*. Professores e pesquisadores estão sendo coagidos país afora no mesmo espaço dos guardiões dos territórios tradicionais.

E nesse contexto, há quem acredite não existir tempo histórico no Brasil para a configuração de tradições, consequentemente negando a tradicionalidade de territórios. Não é por acaso que nos territórios tradicionais ecoam de modo tão contundente os questionamentos acerca do sentido atribuído à garantia de seus direitos territoriais. Um Estado armado que ampara um latifúndio armado promovendo os campos da burocracia ao jogo político partidário das bancadas parlamentares hegemônicas e debruçando o alinhamento de agendas às forças de mercado não deveria se pronunciar pautado tão puramente por conceitos de democracia participativa. São crescentes os quadros de violência, queda nos processos de ocupação, estacionários processos de delimitação e morosidade nos trabalhos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas. Diversas covardias se aglutinam em uma das faces da fragilidade democrática.

A estrutura fundiária brasileira guarda profundas marcas de uma herança colonial e escravista, que em grande medida não se desfez com a abolição. A transição da economia escravista para o modelo republicano reservou aos negros um lugar na sociedade não menos à margem do que se encontravam anteriormente. Anterior à república, a Lei de Terras de 1850, como um ordenamento jurídico, criou mecanismos de impedimento do acesso do trabalhador livre (negros livres) à terra e desse modo a conservação do monopólio de poder, que o exercício da propriedade garantia, sob o controle da classe dominante. É desse modo que o reconhecimento dos territórios quilombolas vem dar vazão a reivindicações profundamente enraizadas na história, trazendo novos elementos e agentes sociais para a política nacional. O contexto histórico de formação dos compartimentos quilombolas remete a um passado de escravidão, da posse não legalizada da terra e das dificuldades de criação de um campesinato negro, de modo que as formas de uso do território próprias estão marcadas pela polarização entre a vida de relações interna às comunidades – relações de parentesco, solidariedade intra-grupal, uso do solo e dos recursos – e as relações externas, que acentuam a distinção entre a sociedade envolvente e os elementos que os constituem. Em certo sentido, a constituição nos lugares dos espaços quilombolas, principalmente em terras de posse, permitiu certo enraizamento, contrariando a tese de que não existiu no Brasil um campesinato enraizado⁵. Sem dúvidas, o avanço da produção mercantil deixou pouco espaço para os camponeses como protagonistas de sua própria história, mas verificada a formação dos compartimentos quilombolas, não são poucos os casos em que as

relações de reprodução das coletividades ali instaladas em bases familiares se dão por mais de um século, mantendo relações de complementaridade com a sociedade envolvente. (SILVA, 2010, p.20).

No espaço da contradição, movimentos sociais de Povos e Comunidades Tradicionais estão a disputar espaços de poder com o Estado que cede às pressões dos estádios de futebol, das unidades de polícia pacificadora, da indústria de licenciamentos ambientais, das usinas eólicas, mineradoras, usinas e pequenas centrais hidrelétricas, barragens e grandes projetos de irrigação, tanques-rede, plataformas petrolíferas, transposição de águas, agroindústria, fazendas de soja transgênica, unidades de conservação, florestas plantadas da monocultura. A concepção que atualiza as contradições parece ainda, apontar para a fragilização da geografia política necessária. A desconstrução e desterritorialização do *espaço-tempo da luta*, por exemplo, desponta como um testemunho desse tempo em que o meio técnico-informacional serve também à estética da desinformação que arquiteta a fragilização mobilizadora. No contexto, cabe o destaque à compreensão de Raffestin ao compreender que

De modo bem genérico, com algumas raras exceções, a geografia política do século XX foi uma geografia do Estado. Em certo sentido, uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado. Na realidade, o fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições – em resumo, um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais. Mas a geografia do Estado apagou esses conflitos, que apesar de tudo continuam a existir em todos os níveis relacionais que postulam uma geografia política multidimensional. Essa geografia do Estado foi um fator de ordem ao privilegiar o concebido, em detrimento do vivido. Só a análise relacional pode ultrapassar essa dicotomia concebido-vivido. (RAFFESTIN, 1993, p.22).

Em meio às contradições do Estado brasileiro cabe pensar sobre a profunda transformação pela qual passa a noção contemporânea de política. Mudam os códigos, os signos, os símbolos, os canais e, mudam principalmente os padrões de relacionamento e as formas organizativas, em Brejo dos Crioulos isso não é diferente, a produção do espaço relacional indica a nova realidade. Não é arriscado dizer que são eles os desencadeadores das novas condições, das novas posturas, em virtude dos novos enfrentamentos necessários.

Somados a outros arranjos editam uma rede de articulações jamais vista. Ao analisar a linguagem da geografia de Estado, Raffestin (1993, p.22) alerta que “nem todos os Estados são Estados-nação”.

Mesmo que o Estado seja tomado como a expressão política da nação, é o Estado na qualidade de ser político que é, de início definido. Se há um conceito sobre o qual os geógrafos concordam é com certeza o da definição de Estado: “O Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania” [cita MUIR, Richard (1975)]. Portanto, três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade. Toda a geografia do Estado deriva dessa tríade. (RAFFESTIN, 1993, p.22-23)

Os questionamentos pactuados na “*revolução simbólica*” em curso conforme apresenta Bourdieu (2002, p.125) no tempo que se multiterritorializam, definem novos critérios político-organizativos que vão se impondo à vida social e transcodificando o próprio sentido de poder. De simbólico à relacional, Brejo dos Crioulos instaura a partir de sua espacialidade profunda novos códigos de capilaridade espacial, novos *softwares* de mobilização e formação de lideranças, novas narrativas de coletividade.

Historicamente, os territórios tradicionais são situados na invisibilidade onde são observados sob uma espacialidade pré-política e permanentemente desterritorializada, ao contrário de que de fato é. Da República de Palmares ao Brejo dos Crioulos, de Canudos ao Movimento Geraizeiro, não há porque negar o caráter político dessas forças na produção de novos espaços de poder, de novos sentidos, de novos territórios relacionais e suas territorialidades contemporâneas. A ressemantização da função do lugar de viver para a construção de novas garantias, novos direitos e reconhecimento legítimo de territórios, evidencia espacialidades adormecidas.

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. [Assim posto], o grande dilema desse início de milênio, (...), não é o fenômeno da desterritorialização, (...) mas o da

multiterritorialização, (...), de experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso. (HAESBAERT 2011, p.16).

Durante a recente Conferência “*Cartografia, direito e territórios tradicionais*”²⁸¹ o Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2014)²⁸² refletiu que a perda da inspiração mobilizadora está na raiz da mudança do padrão de relação política vigente. Segundo ele, é nessa fímbria que os povos e comunidades tradicionais se situam hoje, vivendo simultaneamente duas pressões: de um lado o esgotamento da chamada política de reconhecimento, não tomando reconhecimento meramente como reconhecimento; e, de outro, sobretudo, os dispositivos jurídicos se revelando de certa forma insuficientes para traduzir as novas realidades.

O Professor destacou que não por acaso também chama a atenção o processo de recodificação que atravessa o país. De um total de dezoito códigos normatizadores de processos e procedimentos estruturantes do ordenamento jurídico do país²⁸³, muitos estão sendo alterados, simultaneamente, ou discutidos no Congresso Nacional Projetos de Lei para a sua alteração, como o código florestal, o código minerário, o código eleitoral, o código penal dada a criminalização dos movimentos sociais, o código comercial pelo viés dos contratos, código de águas, etc.

Se de um lado a política de reconhecimento apresenta sinais de esgotamento, de outro a há a flexibilização dos direitos territoriais a favor do capital. As alterações no Código Minerário, como em Minas Gerais e outros Brasil afora, expõem terras tradicionalmente ocupadas às forças especuladoras do espaço, sejam às pesquisas sísmicas, estudos

²⁸¹No contexto do II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais: “Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais: entre a Implementação e as Ameaças do Retrocesso Constitucional” realizado no período de 24 a 26 de março de 2014 pelo Núcleo de Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia em Salvador-BA. Grifos do autor.

²⁸² Antropólogo, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Professor Visitante da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

²⁸³ Cabe salientar em meio ao processo de recodificação, uma das principais pautas das jornadas de junho de 2013 foi por uma profunda reforma política e suas reformas circundantes.

estratigráficos, prospecção de gás natural, petróleo e coisas do tipo. Não por acaso encontramos no Decreto de Reconhecimento do Território Quilombola de Brejo dos Crioulos em seu artigo 4º, o seguinte conteúdo:

Este Decreto não interfere nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em blocos já citados, bem como nas atividades minerárias nas fases de pesquisa, extração e beneficiamento mineral, assegurando-se à comunidade quilombola: I - a preservação de seus valores históricos e culturais; II - os direitos previstos em lei ao superficiário; e III - a salubridade, segurança e integridade física em face da atividade minerária, nos termos da lei. (BRASIL, Decreto de 29 de setembro de 2011).

Nesse quadro de incongruências e desafios a produção do território enquanto identidade espacial passa necessariamente pela condição que assume, tal como a identidade na transcodificação do espaço, que então é recebido das ordens materiais como ferramenta estratégica de luta por garantias territoriais e consequentemente garantias dos lugares de viver, dos “espaços de esperança” e, consequentemente do “utopismo dialético”. (HARVEY, 2011).

A geograficidade do território enquanto categoria não se esvai com a relação que estabelece com outras áreas do conhecimento, seja Política, Sociologia, Antropologia ou Direito, ao contrário. “O *habitus* científico é uma regra, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem”. (BOURDIEU, 2002, p.24). Para este autor, a pesquisa traduz algo demasiado sério e demasiado difícil “para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, (...) com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas”²⁸⁴. Falar em territórios relacionais significa expandir as possibilidades epistemológicas da Geografia,

²⁸⁴ Ibid., p. 26.

especialmente quando se almeja conferir uma dimensão espacial ao pensamento crítico e radical de modo mais profundo como fez Milton Santos ²⁸⁵.

O pensamento radical trata fundamentalmente da realidade social. É esta que ele procurou mudar, e não as leis físicas da gravitação, da resistência elétrica ou do magnetismo! É a razão por que o fator espacial era geralmente esquecido. O espaço aparecia, na maioria das formas do pensamento radical, como um elemento fora da realidade social – um elemento perturbador. Ele aparecia também como um dado puramente empírico. Nesse contexto, introduzir o fator espacial abria caminho para tendências conservadoras. O espaço era sempre o fator que impedia e tornava impossível a realização dos programas libertadores. Para dar ao fator espacial um papel na teoria crítica e construtivista, as estratégias dos sociólogos e geógrafos foram diversas. A reflexão de Milton Santos sobre as perspectivas radicais no domínio espacial se desenvolveu desde o fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Ela foi alimentada por leituras feitas desde os anos 1960: apoiou-se em autores como Maurice Godelier, Peter Haggett, David Harvey, Karel Kosik, Thomas Kuhn e François Perroux, e numerosos outros sociólogos, geógrafos, filósofos, a maioria de língua francesa. (...). Milton sabia como François Perroux ou Henri Lefèbvre, que a compreensão da ação humana tinha de levar em conta a intencionalidade humana, mas para ele, não bastava cobrir todo o domínio da abordagem geográfica. (CLAVAL, 2004b, p.21-22).

A crítica é fundamental ao espaço da ideia que se pretende preservado. Conquistas estão sob a ameaça e a coalisão de novas narrativas inspiradoras passam indubitavelmente pela consolidação dos territórios tradicionais. Nesse caso, a participação política na mobilização pelo (re)ordenamento do Estado, que viciado em ordens descontextualizadas subjugava as multiterritorialidades contemporâneas se permite a superação dos aglutinados descompassos de espera.

Nós não tivemos nenhuma redemocratização das terras, exceto pontuais em algumas colônias, como Santa Catarina, em alguns pequenos espaços em que o processo de povoamento das grandes imigrações se fez por colônias familiares, camponesas etc. Os demais espaços ainda permanecem na matriz das capitânicas hereditárias, das sesmarias, das grandes fazendas e agora nominadas *agrobusiness*. O poder pela propriedade da terra, legitimado pelo direito de propriedade no Brasil está gradativamente incorporando duas legitimações: uma seria o uso socialmente justo da terra, que tem possibilitado tensões e questionamentos dos direitos de propriedade e agora, recentemente, é o uso ambiental com restrições. A outra questão é agrícola; o objetivo é industrializar o campo, aumentar a produtividade no campo para aumentar a oferta de alimentos para a cidade a baixos preços e a redução dos preços de matéria-prima para a produção industrial, bem como a migração do

²⁸⁵ Naturalmente isso surge como convite reflexivo visto que não caberia aqui a ousadia ou pretensão de tamanho esforço no espaço da tese, e no tempo da pesquisa. De qualquer modo pesa que os entendimentos em curso sobre os territórios relacionais só podem ser construídos a partir dessa premissa.

trabalho rural e urbano, para suprir as indústrias de níveis salariais mais baixos ou até excedentes econômicos gerados no campo; ir para as cidades para auxiliar a acumulação industrial etc. (ALENCAR, 2008, p.10).

No contexto de ressemantização do espaço rural, onde passa a ter significado como “lugar do patrimônio histórico cultural, com tradição de um território, como vários movimentos de recuperação, de tradição, de cultura e como patrimônio natural da humanidade” registrando tendências e agendas de planejamento dos territórios a destacada letargia nos domínios de reconhecimento inaugura um paradoxo infundado no país. A reunião de termos que flexibiliza e retroage a consolidação e expansão de uma rede de territórios tradicionais desestabiliza mudanças profundas no modo de produção espacial atual e desconsidera a espacialidade profunda brasileira.

Dentro das contradições, em todas as regiões brasileiras ainda se encontra parte significativa de sua população rural excluída do processo produtivo, vivendo em luta constante na espera de uma reforma agrária justa, séria e comprometida. Esses camponeses assentados ou não, fonte de abastecimento de alimentos para a população brasileira, parte viva, dinâmica deste rural, com seus saberes, com sua cultura reconfiguram novos territórios, re-configuram também novas ruralidades no espaço agrário brasileiro. (MEDEIROS, 2011, p.64).

Fragilizam-se as formas e conteúdos das Comissões, as Convenções, os Tratados, a Constituição, os Decretos, Instruções Normativas e toda paisagem do ordenamento jurídico bem como o espaço das garantias territoriais. “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2012, p.103). Desse modo, “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima”²⁸⁶.

²⁸⁶ Ibid., p. 103.

É preciso (re)territorializar o *modus operandi* de perceber as relações de produção dos territórios tradicionais face ao território nacional, especialmente quanto aos casos que envolvem territórios tradicionais Quilombolas. “O pôr em suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do senso comum, do bom senso vulgar e do bom senso científico.” (BOURDIEU, 2002, p.49). “Um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz”²⁸⁷.

Ao especular sobre a natureza do impasse na construção da nação Brandão (2007, p.147) destaca que para além de um padrão de acumulação e de desenvolvimento, é preciso colocar em suspensão as “mudanças estruturais que conformam a crise de um “padrão de sociabilidade” (...) [e] o recrudescimento dos velhos impasses e das recorrências históricas de nossa reprodução social como nação inconclusa”.

Não constitui tarefa ligeira compreender como o mesmo Estado que se propõe a combater a miséria, a exclusão, que cria uma Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e uma Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais com força de Ministério, ampliando e fortalecendo a Fundação Cultural Palmares no espaço do Ministério da Cultura; que se torna signatário da Convenção 169 da OIT, que sanciona o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, regulamentando procedimentos para titulação dos territórios, é o que mesmo que nega costumes e tradições territoriais, que é conivente com a perseguição às lideranças dos territórios, que dialoga a possibilidade de transferência das competências na demarcação de territórios tradicionais do Executivo para o Congresso Nacional²⁸⁸, que afronta a própria Constituição que lhe dá sentido.

²⁸⁷ Ibid., p. 31.

²⁸⁸ Por exemplo, o Projeto de Lei Complementar – PLP 227, a Portaria 303 da Advocacia Geral da União – AGU e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 que acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal Incluindo dentre as competências exclusivas do

No entendimento de Ortega (2008, p.14) o resultado dos processos reivindicatórios em torno da maior participação da sociedade civil nas políticas públicas inscritas na Carta Constitucional de 1988 em sua “proposta de descentralização da administração pública (...) [criou] arranjos sociais locais (conselhos), e alguns deles possuem não apenas poder consultivo, mas também deliberativo (...) e novos espaços que na opinião de muitos, a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil após sua redemocratização, com a construção de uma nova cidadania”.

Se por um lado a luta dos grupos quilombolas pela posse da terra indica novas formas de uso do território, por outro, marca o surgimento de novas formas de organização e de relações sociais. (...). De qualquer modo é significativo que a efervescência política a partir principalmente da década de 1980, momento em que uma aparente ruptura se instala no contexto dos movimentos sociais, que embora não abandonem antigas reivindicações baseadas na relação capital/trabalho, passam a ter em pauta outras, de cunho fortemente territorial. Neste contexto emergem ou ganham visibilidade novos grupos e agentes sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, os índios, o Movimento Sem Terra e Sem Teto, bem como o movimento quilombola. (SILVA, 2010, p. 33).

Contudo, o que se evidencia no presente aproxima-se da lógica edificante dos quadros de neocolonialismo no contexto da globalização em circunstâncias interessantes capazes de posicionar o território de nações soberanas reféns das forças do mercado internacionalizado. As prioridades, importâncias e condições secundárias das agendas oficiais sequer aproximam das demandas reais dos territórios tradicionais. O reconhecimento na pauta dos territórios luta para além da visibilidade via Fundação Palmares ou processos de titulação que percorrem os bastidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os desígnios ambientados na luta dos territórios tradicionais por seguridade das garantias conquistadas e evolução de processos no ordenamento jurídico brasileiro focam principalmente a gênese de

Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>, visitado em jun. de 2014.

novos espaços de poder onde possam desdobrar suas existências, multiterritorializando suas relações.

A corda só quebra do lado dos mais fracos. Isso sempre está acontecendo aqui. [...]. Até os magistrados só estão do lado dos grandes. Recentemente, a gente falava isso na Comissão Estadual aqui, eu participei na Comissão Nacional [dos Povos e Comunidades Tradicionais] até traçar um debate para a gente criar aqui a Comissão Estadual [na Bahia]. Não foi pela vontade política, pela vontade do Governo do Estado, nem pela vontade do Governo Federal que a gente fez criar estas instâncias de participação popular, participação social. (...). Infelizmente essas Comissões estão se tornando um campo, um espaço de lamentações, porque as decisões, as ideias, as proposições que são tiradas não estão sendo dado encaminhamento, não estão sendo nem ouvidas. Então pra quê, porque, apesar da importância, porque estes espaços de participação, porque a Comissão Nacional enfraqueceu tanto, principalmente nos últimos quatro anos, porque o espaço da Comissão Nacional não tem sido o espaço que as populações, que as comunidades tradicionais ali representadas, pudessem colocar suas ideias, colocar suas propostas e elas fossem ouvidas pelo Estado, pelo Governo. Então o Governo prefere ouvir os representantes do Agronegócio, prefere ouvir como dizia recentemente uma liderança um representante dos Sem Terra o Governo prefere ouvir quem traz 5 bilhões de dólares para investir no Brasil do que ouvir os trabalhadores, que ouvir o povo, que ouvir as Comunidades Tradicionais, mesmo criando em sua estrutura estatal, porque assim a Comissão Nacional, assim como a Comissão Estadual é uma instância de governo, chama paritária, mais as proposições ali encaminhadas não são encaminhadas, ouvidas pelo Governo. Essa é uma questão na Comissão, nesse espaço que nós devemos estar colocando com mais firmeza, para que o Governo reconheça a existência desses povos não só por estarem na Comissão Nacional ou nas Comissões Estaduais” Valdivino Rodrigues de Souza – Membro da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais pela Coordenação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto do Estado da Bahia – Durante Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais²⁸⁹.

A estratégia contemporânea de ocupação do território nacional pelo Estado oblitera a existência dos territórios tradicionais com a clara finalidade de expansão das fronteiras do capital internacional. “Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade” (CLASTRES, 2004, p. 91). “A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político”. (HARVEY, 2011, p.40). “O que diferencia o Ocidente é o capitalismo, enquanto

²⁸⁹ Durante o II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais realizado em março de 2014 em Salvador-BA.

impossibilidade de permanecer no aquém de uma fronteira, enquanto passagem para além de toda fronteira; é o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível, exceto não ser para si mesmo seu próprio fim (...)”²⁹⁰.

Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem um espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos. (...). Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional. (SANTOS, 2012, p.243).

No curso do neodesenvolvimentismo brasileiro, investimentos da ordem dos trilhões de reais em diversas intervenções evidenciam narrativas e ações integradas voltadas a projetos de infraestrutura e planejamento atendendo uma intencionalidade de homogeneização dos acessos e fluxos em todo o território nacional a partir de suas demandas. Nesse caso, a produção da “totalidade” desse espaço real não assimila tempos e espaços diferenciados. Descortina-se uma intensa disputa de poder entre espacialidades distintas. Como refletir a homogeneização dos acessos complexos no contexto das espacialidades e temporalidades diferenciadas? Afina, qual totalidade está em jogo? Qual espacialidade está em disputa?

A filosofia se utiliza de categorias que têm um conteúdo espacial: as de universalidade e de totalidade. A globalização do mundo atual dá um conteúdo concreto à palavra “universal” – mas Marx já era consciente das relações entre o universal e a abertura de um mercado mundial. A noção de totalidade desempenhou um papel ainda mais importante na evolução do pensamento geográfico. Ela aparecia como central na obra de Carl Ritter, e permanecia presente nas publicações de Vidal de laBlache. Para Milton Santos: “o que nos interessa é o fato de que, a cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos do todo” (*Espaço e método*, 1985, p.9). (CLAVAL, 2004b, p.27).

As multidimensões que envolvem materialidade-cosmologia dos territórios tradicionais, *real-abstrato* (espacialidade profunda) expressa o espaço/tempo da urgente

²⁹⁰Op. cit., 2004, p.91.

necessidade de reconhecimento pelo Estado brasileiro que em outras velocidades e movimentos reconhece e materializa, *real-concreto*, apenas o espaço/tempo dos investimentos “avaliados” de mercado global. “Enquanto integral, a totalidade é vista como algo uno e, frequentemente, em abstrato. Enquanto diferencial ela é apreciada em suas manifestações particulares de forma, função, de valor, de relação, isto é, em concreto” (SANTOS, 2012, p.122). Segundo o autor, a totalidade se apresenta ao mesmo tempo, em real-abstrato e real-concreto, só se realizando completamente em existência, através das formas sociais, incluindo geográficas. O Estado escolhe e exclui e, neste caso o território tradicional estaciona sua realidade e verdade particular na escolha, atualizando sua resiliência relacional na “latência” de sua existência, em diálogo com outras existências.

Longe de parecer novidade, a ocupação do território nacional, artificialmente atinge mais diretamente povos e comunidades tradicionais, especialmente considerando que nem a sociedade dos comuns, nem o próprio Estado conhece a natureza real dos territórios tradicionais e a totalidade de suas existências, essa cartografia ainda não foi concluída e está distante de ser em um espaço/tempo multicultural. A espacialidade profunda brasileira ainda não foi assimilada pelo Estado, nem pela sociedade em geral. Dai a importância do movimento em suspensão promovido na luta pelos direitos territoriais.

Então o mundo se dá como uma latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se in extenso, isto é, em qualidades e quantidades. Tais existências seriam, então o Real possível, possibilidades reais, e não ideias. Esse real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma nova técnica ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada. (...) A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizada, geografizadas) através da ação. É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o Universal ao Particular. Levando o Universal ao Lugar [lugar-território], cria uma particularidade. E esta sobrevive como Particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassado pelos novos movimentos. (SANTOS, 2012, p.123-124).

Considerando que *território Quilombola* é resultado da atualização de uma categoria colonial geografizada e historicizada na ação de transcodificação das identidades espaciais, produzindo novos sentidos, novas territorialidades, compreender a evolução contemporânea do espaço e, neste caso, do *território relacional* de Brejo dos Crioulos implica em reconhecer, antes de qualquer outro reconhecimento a localização da interseção entre conflitos sociais por garantia de direitos; os limites da instrumentalização para ação do Estado; a internacionalização do capital na globalização; a potencialização da diversidade cultural das identidades complexas.

Ainda, a gênese de novos sujeitos históricos reais que territorializam suas existências nas plataformas do presente; o esfacelamento das realidades estáticas; o re-ordenamento epistemológico na validação e atualização de conceitos e práticas originais; as diversas temporalidades na mutação das contradições; a superação dialética da unidade sistêmica coerente e plena; o reposicionamento do idealismo para o encontro das novas intencionalidades humanas e a possibilidade de assimilação do futuro. Isso só parece possível no espaço relacional.

A constatação que se evidencia diz-se de movimentos multiculturais que produzem multiterritorialidades capazes de deslocar, pelo viés da revolução simbólica promovida por sujeitos de direito reais, concretos, particularizados nas contradições, o eixo dos conflitos sociais produzidos no embate entre capital e trabalho. Nesse caso, elaborando identidades complexas no conflito a partir de espaços desmercantilizados e oferecendo ao Estado a possibilidade de compreender o sentido de se reterritorializar no tempo/espaço da transformação por novas sociabilidades e relações com o meio natural.

O contexto permite então refletir que a materialização das identidades espaciais no cotidiano traduz a aproximação para a superação dialética das contradições do espaço contemporâneo. Mas afinal, qual é o sentido atribuído pelo Estado brasileiro na direção dos

direitos conquistados e promulgados em 1988 na paradoxal contemporaneidade? Se por um lado houve a aproximação do Direito com a realidade social conforme proclama o discurso democrático, como então avançar frente às contradições reais no espaço-tempo do ordenamento jurídico brasileiro que nos certames do espaço geográfico, simultaneamente aproxima e distancia Estado e sociedade, Estado e territórios tradicionais?

4.2. Estado e Diversidade: o paradigma multiterritorial e o desafio da reterritorialização constitucional

4.2.1 A Espacialidade Sertaneja: olhares sobre a diversidade norte-mineira

Ler o território Brejo dos Crioulos a partir da sua espacialidade relacional exige reconhecer a natureza profunda da espacialidade regional, visto que é por ela que se conectam os diversos territórios tradicionais em movimento multiterritorial, multidimensional e multiescalar em curso. Compreendida como portal da espacialidade territorial, é possível afirmar que o reconhecimento do território está diretamente relacionado ao grau eruptivo da espacialidade regional onde se localiza. Não significa dizer que a região é anterior ao território ou que o território só exista a partir de uma funcionalidade regional determinada, mas traduz de fato que a multiterritorialidade regional, tal como vista no Norte de Minas passa diretamente pela espacialidade regional e suas multidimensões.

Em meio a diversidade cultural espacializada no território nacional não parece real a operação homogeneizante em curso que insiste em negar a espacialidade profunda do país. O afronte da espacialidade forjada aos multiterritórios mimetizados no território nacional evidencia a desconexão do Estado com o desdobramento espacial em curso. Grosseiramente poder-se-ia imaginar um choque do encolhimento do território nacional como a

desinvisibilidade dos territórios tradicionais. A espacialidade que se surgirá dessa colisão ainda parece invisível a qualquer projeção. Se consideradas as perdas culturais desse período, sob pressão das diversas formas de uso, apropriação e produção do território brasileiro, ficam ainda mais tensos os entendimentos sobre as contradições do que poder ser lido como racionalidade, no contexto do território nacional.

Referindo-se à introdução, por Weber, do conceito de racionalidade, J. Habermas (1968, 1973, p.3) considera que a racionalização designa, em primeiro lugar, a extensão dos domínios da sociedade submetidos aos critérios de decisão racional. Aqui nossa afirmação central é que a marcha do processo de racionalização, após haver (sucessivamente) atingido a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e os próprios comportamentos individuais, agora, neste fim de século XX [e início de século XXI] estaria instalando-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico. A questão crucial é saber se é lícito falar de uma racionalidade do espaço geográfico, ao mesmo título com que nos referimos à racionalidade ou à racionalização de outras facetas da realidade social. Como introdução a uma discussão mais aprofundada da racionalidade econômica capitalista e para ao mesmo tempo balizar e qualificar o conceito, Maurício Godelier (1974, vol. 1, pp. 38-58) discorre sobre o empresário racional, o trabalhador racional e o consumidor racional. Mas, haveria, talvez, nesse discurso, lugar para uma referência ao que queremos chamar de “espaço racional”? (SANTOS, 2012, p. 289-290).

Os linguistas avaliam que, até a chegada dos portugueses, eram falados no território brasileiro aproximadamente 1200 idiomas que nos últimos 514 anos ficaram reduzidos a 180. (MORELLO; OLIVEIRA, 2008). Ainda assim, o Brasil é considerado o terceiro país do mundo em diversidade linguística. O censo de 2010²⁹¹ investigou pela primeira vez o número de etnias indígenas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais) contabilizando 305 etnias indígenas no Brasil, que falam 274 línguas diferentes. Pesquisas apontam que diversos desses idiomas estão em sério risco de extinção. Estima-se que tenha vindo para o país no período colonial aproximadamente 300 línguas de matriz africana, uma pequena porção das mais de 2000 línguas africanas. Não há registro oficial²⁹² de línguas

²⁹¹ Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/25O9N>>, visitado em mai. de 2014.

²⁹² Existe um Projeto-Piloto IPHAN/USP 20173 Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará, coordenado pelas Profas. Dras. Margarida Maria Taddoni Petter e Márcia Santos Duarte de Oliveira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, parte de um conjunto de ‘pilotos’ que precederam a criação, por Decreto, do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) em 20 de

africanas consideradas plenas no país. O que ocorre são registros de palavras, frase, textos, linguagens diferenciadas e códigos utilizados por grupos específicos em rituais e cultos afro-brasileiros como ‘línguas secretas’ preservadas em liturgias sagradas e relações culturais dos grupos.

O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, considerando-a “companheira do Império” (Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa, em 15362). A política linguística do estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa. A história linguística do Brasil poderia ser contada pela sequência de políticas linguísticas homogeneizadoras e repressivas e pelos resultados que alcançaram: somente na primeira metade deste século, segundo Darcy Ribeiro, 67 línguas indígenas desapareceram no Brasil — mais de uma por ano, portanto (RODRIGUES, 1993, p. 23). Das 1.078 línguas faladas no ano de 1500 ficamos com cerca de 170 no ano 2000, (somente 15% do total) e várias destas 170 encontram-se já moribundas, faladas por populações diminutas e com poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante. (OLIVEIRA, 2008, p.3-4).

Diante do histórico de perdas em 2004, como o objetivo de discutir o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais no país, bem como promover o desenvolvimento sustentável dos PCTs com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, formas de organização e instituições, representantes do governo, dos segmentos de povos e comunidades tradicionais e do meio acadêmico se reuniram no contexto do I Encontro de Comunidades Tradicionais em Luziânia/GO com foco na constituição paritária da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social²⁹³ o evento resultou na construção da minuta e instituição do Decreto 6.040/2007 e se desdobrou em cinco encontros regionais realizados nos anos de 2013 e 2014, a exemplo do II Encontro Nacional foi realizado em novembro de 2014, em Brasília. Discussão sobre o acesso aos territórios e a

dezembro de 2010 pelo Governo Federal. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dl/indl/index.php>>, visitado em mai. 2014.

²⁹³Disponível em <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-cnpct>>, visitado em 2014.

regularização fundiária envolvida no processo, avaliação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, bem como proposição de alterações para revisão do Decreto de 13 de julho de 2006.

Tem como missão pactuar a atuação conjunta de representantes da Administração Pública federal e membros do setor não governamental para ações de fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais, propondo princípios e diretrizes para políticas relevantes ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal, coordenando e acompanhando por meio de suas câmaras técnicas a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040/07. (MDS/ CNPTC, 2014).

Atualmente, integram a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)²⁹⁴ enquanto organizações não governamentais as seguintes representações:

Quadro 4 – Composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

Agroextrativistas da Amazônia	Grupo de Trabalho Amazônico (GTA);
Caiçaras	Rede Caiçara de Cultura / Suplência: União dos Moradores da Juréia;
Comunidades de Fundo de Pasto	Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia;
Comunidades de Terreiro	Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantú) / Suplência: Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kodya;

²⁹⁴ A Comissão, paritária e composta oficialmente por 15 representantes governamentais e 15 representantes da sociedade civil, envolvendo diversos segmentos tradicionais, além de contar com convidados permanentes, é constituída de uma instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo, cuja presidência cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria-executiva ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Fonte: (MDS/ CNPTC, 2014).

Comunidades Remanescentes de Quilombos	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq);
Faxinais	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses;
Geraizeiros	Rede Cerrado/Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas / Suplência: Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado;
Pantaneiros	Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras;
Pescadores Artesanais	Associação Movimento Nacional dos Pescadores (Amonape);
Pomeranos	Associação Pomerana de Pancas (Apop) / Suplência: Associação Cultural Alemã do Espírito Santo;
Povos Ciganos	Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) / Suplência: Centro de Estudos e Discussão Romani (Cedro);
Povos Indígenas	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) / Suplência: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime);
Quebradeiras de Coco-de-Babaçu	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-de-Babaçu (MIQCB) / Suplência: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema);
Retireiros	Associação dos Retireiros do Araguaia;
Seringueiros	Conselho Nacional de Seringueiros (CNS).

Fonte: CNPTC, 2014.

O contexto possibilita refletir sobre a recente articulação e institucionalização da espacialidade profunda brasileira em meio aos processos de afloramento territorial e desinvisibilização dos PCTs do país. Nesse sentido, a resignificação das regiões brasileiras em virtude da ressemantização socioespacial em curso traz contribuições importantes do ponto de vista epistemológico ligado à categoria região, ao mesmo tempo em que traduz a realidade produzida por novos sujeitos políticos de direito que estão a evidenciar espacialidades até

então mimetizadas no cotidiano das diversas violências silenciosas empreendidas por forças hegemônicas subalternizadoras e invisibilizadoras das identidades socioespaciais da diversidade. No caso da região Norte de Minas esse fenômeno recente traduzido no desencurralamento dos PCTs aqui encontrados auxilia a explicar a espacialidade sertaneja enquanto multidimensionalidade-multiescalaridade da espacialidade profunda regionalizada no Sertão Gerais.

O estudo das regiões integra uma longa tradição geográfica dos estudos de áreas (PATTISON, 1964), tendo o conceito de região evoluído e se alterado concomitante aos avanços da geografia. Segundo Paviani (1992, p.372) “falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas”. Em sua análise, Gomes (2005) revisita a história antiga de Roma para reconhecer a importância da categoria para além dos domínios da produção geográfica salientando sobre unidades de controle do poder político e econômico vigente. Já Corrêa (2003) informa sobre a complexidade ligada à diferenciação de áreas. O termo região está diretamente ligado à ideia de diferenciação de áreas, concentrando ainda, a ideia de parte de um todo conhecido e socialmente produzido, variando de limite segundo as civilizações. (LENCIONI, 2003). A escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos territoriais, nesse caso é possível imaginar o Norte de Minas revelando-se como portal à compreensão do território relacional Brejo dos Crioulos.

Desse modo, o regional pode se reabilitar frente ao global, como particularidade da globalização e, assim, a própria noção de região também se reabilita.²⁹⁵ Cabe considerar que tantas regiões existem quantos forem os critérios adotados e o objetivo da regionalização. (DINIZ; BATELLA, 2005). Tradicionalmente, na geografia, as regiões têm sido definidas por dois critérios básicos: homogeneidade e funcionalidade. A primeira se baseia na recorrência

²⁹⁵ Ibid., p.194.

de determinadas características no espaço, a segunda associada às relações entre os lugares. Ao caminhar sobre as possibilidades da geografia regional promover o encontro da geografia física com a geografia humana, Santos (1988) destaca que

o que se poderia sugerir é a ótica abrangente, a ótica da produção das coisas, ou melhor, dos fenômenos tanto naturais como sociais. Isso levaria a uma outra forma de pensar o estudo regional, vendo a região com o lugar onde ação se passa. É o espaço da ação, do impacto da ação; esta tanto é natural quanto humana, pode ter origem local ou distante, mas sempre resulta em um impacto sobre um pedaço do território. Esta ação se exerce sobre objetos naturais e criados. A verdade, porém, é que, com o avanço da técnica, os objetos criados substituem cada vez mais os objetos naturais, mas aparecem também como objetos naturais aos olhos das novas gerações. É a história de sua produção que distingue a natureza herdeira do natural e da que provém do artifício. (SANTOS, 1988, p.28).

No Estado de Minas Gerais os processos de regionalização têm sido pautados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (onde evidenciam as regiões fisiográficas, as regiões funcionais, as micro e mesorregiões) e pela Fundação João Pinheiro (com destaque para as regiões para fins de planejamento, as regiões de planejamento e as regiões administrativas), salvo casos em que Instituições de Ensino Superior²⁹⁶, em determinadas situações tem assumido processos de regionalização. Em virtude da diferenciação regional do estado, várias são as formas de regionalização do território mineiro. (PEREIRA, 2007).

Tais propostas de regionalização respondem e, ao mesmo tempo, são determinadas por dois processos distintos integrantes de uma mesma lógica, a da globalização: de um lado, a manifestação geográfica que Santos (1988) apresenta como meio técnico-científico-informacional, de outro, as transformações no espaço sociocultural e econômico. “O mercado como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades de produzir (...). Mas, enquanto os processos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente”²⁹⁷. Desse modo, “os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos

²⁹⁶ A Universidade Estadual de Montes Claros, por exemplo, em 2006 respondeu à solicitação do Governo do Estado para efetivar a regionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - em todo o Território Mineiro.

²⁹⁷ Ibid., p.46.

interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais.

Depreende-se de Diniz e Batelha (2005, p.61-62) que, ao longo da história, a ideia de região sempre esteve empregada como instrumento de ação, controle, poder, estruturação e organização. Do ponto de vista científico, a noção de região foi incorporada pelo pensamento geográfico, percorrendo a Geografia Física com seus conteúdos definidos pela natureza, a Escola Determinista, que propunha uma visão Darwinista e Neo-Lamarckiana e o Possibilismo Geográfico de Lefebvre concebendo o elemento humano como agente ativo na construção do espaço e aproximando as noções de região e paisagem.

No mesmo contexto destaca que, na Nova Geografia, o conceito de região, perde sua concretude diante do Positivismo Lógico, passando a ser resultado de análises estatísticas. Posteriormente na Geografia Crítica, oferta um contraponto à análise regional denunciando as vinculações ideológicas desta abordagem e, o modo como as regiões produzidas legitimavam interesses estatais e privados além, de subsidiar a desigualdade, chegando às análises da Geografia Humanista, onde passa a ser encarado como quadro de referência fundamental à sociedade, concreta e real, fruto da vivência direta de grupos sociais.

No esforço da ciência geográfica, conceitos e metodologias evidenciaram ao longo da história diversos processos. Minas Gerais apresenta uma rica história de divisões territoriais que remontam ao período colonial sertanejo do ouro e do couro, da mata e do sertão. As dinâmicas urbano-regionais e os processos migratórios que remontam o Estado configuraram, no Norte de Minas ao longo dos anos, uma lógica diferenciada, voltada para a invisibilização do regional. E mesmo que dinâmicas de intervenção estatal e planejamento privado, que passaram a existir na fronteira norte-mineira, carregassem em suas lógicas, a ideia de organização espacial, o discurso de que ganhou força, até então, de crescimento, apenas serviu

para sistematizar a reprodução do capital, distante de consolidar o proclamado desenvolvimento regional.

No norte de Minas, os principais processos civilizatórios que constituíram a nação brasileira se articularam. Inicialmente, indígenas, africanos e seus descendentes, caracterizados por uma organização social baseada na reciprocidade e solidariedade e na constituição de uma territorialidade baseada em relações de parentesco e compadrio, que já se encontravam articulados entre si. Em seguida, os paulistas, com seu caráter expropriador e nômade, que, se ao fixarem no médio São Francisco, encontraram-se com baianos e pernambucanos, com seu caráter sedentário e patriarcal. Das articulações e alianças conjuntas deram formação à elite regional inicial, principalmente. Essas três correntes civilizatórias consolidaram uma sociedade específica com cultura própria e uma identidade singular que fazem os norte-mineiros “uma espécie diferente de gente”, única no planeta, reconhecida a partir do seu sotaque, do seu comportamento e sentimentos, bem como pela pertença a essa região. Mais de 150 anos depois chegaram os mineiros com seu caráter cartorialista, ou seja, estruturador do Estado, assumindo o comando político de cada um dos arraiais transformando em vilas e se fazendo a elite de cada uma dessas povoações e da região como um todo. Ao final do século XIX, chegaram os padre belgas para civilizar as sociedades locais e os imigrantes italianos para embranquecer a população regional. E, finalmente, os desenvolvimentistas, que ao se articularem com os norte-mineiros já civilizados pelos premonstratenses, processam o desenvolvimento regional. (COSTA, 2005b, p.24).

No Norte de Minas, a cultura regional, ao longo de sua história tem se mostrado resistente a várias pressões de distintas naturezas, cujos olhares e discursos pejorativos não pouparam esforços para reafirmar sua subalternidade. Contudo, a singularidade de sua existência a fez emergir como *locus* de experiências culturais multifacetadas e, a diversidade cultural que se aglutinou regionalmente passou a configurar lógicas simbólicas fronteiriças capazes de construir uma identidade própria. Na compreensão de Costa (2005b), o Norte de Minas se encontra

Em situação de fronteira estruturante e estruturada a partir de alguns aspectos cruciais que propiciam a sua construção nesta perspectiva. (...) a abertura para o além ou para o outro, organizando as relações sociais e a incorporação do estrangeiro, considerado um chegado, na rede de relações sociais de cada localidade e da região como um todo. A articulação da ação do nativo e do chegado produz e produzirá transformações e mudanças na vida social que, no futuro, propiciará à região sua entrada em sua idade do ouro. (...) evidenciar a sociedade e a cultura regional com um *lôcus* de encontro de culturas, de gentes, de coisas, como um espaço de trânsito, fazendo o sujeito norte-mineiro um ser híbrido, por situar-se em um terceiro espaço, em um entre-lugar distanciado das margens que se tocam (...) fazem da sociedade norte-mineira um sociedade em fronteira. (COSTA, 2005b, p.43)

Considerando que a ocupação na região se deu há mais de 12 mil anos entende-se que a presença humana no Cerrado de Primitivos, Indígenas, Quilombolas, Jesuítas, Colonos, Bandeirantes, Viajantes Naturalistas²⁹⁸, Bandeirantes, Garimpeiros contribuiu efetivamente para a ampliação do fluxo de pessoas na região e conseqüentemente a fundação de uma sociedade norte-mineira. Observa Costa (2005b, p.08) que na bacia do médio rio São Francisco, região de biocomplexidade e transição de diversos ecossistemas, estruturou-se uma sociedade singular cuja socioespacialidade se projeta na “articulação de diversidades culturais, de identidades contrastivas, de racionalidade díspares, mas complementares, e de projetos civilizatórios construtores da civilização brasileira, que permitem pensar o Norte de Minas como a síntese de nossa nacionalidade”. Ao refletir sobre o território de ocupação, fundação e consolidação da sociedade mineira, Diegues Junior (1960) destaca duas formações socioculturais e históricas distintas:

uma vinculada ao Nordeste Mediterrâneo em que a sociedade que se formou teve no *vaqueiro o seu tipo humano característico*, a mestiçagem intensificou-se; os *currais e depois as fazendas de criação* representam o principal centro social desta região, em cujo território outras características foram se desenvolvendo, de modo a criar novos aspectos culturais na região. E a outra região cultural caracterizada como *Mineração* no Planalto com a formação dos arraiais de mineração, ambiente de riqueza, de fausto, de vida social intensa, mamelucos, mulatos, reinóis, judeus, e não só paulistas e nordestinos participam da formação humana; criaram-se condições culturais próprias que nos nossos dias, vêm sofrendo significativa mudança com as transformações decorrentes do desenvolvimento da metalurgia, sob cuja *influência se verifica o processo de vida regional*. (DIEGUES JUNIOR, 1960, p. 20) ²⁹⁹.

A região norte de Minas Gerais em toda a sua complexidade e especificidades, que lhes conferem caráter único no mundo, valores complementares que a universalizam em sua totalidade pautada por dinâmicas próprias encontram nas suas matrizes culturais tradicionais

²⁹⁸ Segundo Ribeiro (2005, p.364) no contexto das viagens do sertão, “grande parte das obras produzidas pelos naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros se preocupa em revelar as maravilhas do Novo Mundo e, em particular, da Capitania de Minas Gerais para os seus leitores europeus, sejam eles as autoridades metropolitanas, ou os próprios monarcas, a quem as dedicam; sejam os homens de Letras e Ciências, ou simplesmente seus concidadãos. Esse caráter descritivo marca tanto as memórias e coreografias dos luso-brasileiros como os relatos de viagens dos estrangeiros, diferindo apenas no caráter mais formal das primeiras em relação à trama quase literária destes. Os estudos científicos também possuíam o mesmo caráter, constituindo-se em verdadeiros catálogos onde cada espécie era minuciosamente detalhada em seus vários aspectos físicos”.

²⁹⁹ *Apud* (COSTA, 2006, p.15).

um importante espaço de multiterritorialidades e diversidade cultural ligadas às comunidades tradicionais que aí se instalaram e se construíram, segundo Costa (2005b, p. 28) com “identidades específicas e contrastivas” compondo o mosaico identitário regional. Ao apresentar noções sobre “sociedades tradicionais”, Diegues e Arruda (1999) afirma que constituem

Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relação com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentável do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos de populações não-tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos, madeireiros, etc. (DIEGUES; ARRUDA, 1999, p.22).

Faz-se oportuno mencionar que alguns autores têm trabalhado a partir do conteúdo que informa sobre “populações tradicionais”, outros sobre “comunidades tradicionais” e outros sobre “povos tradicionais”. As leituras geográficas aqui contidas optam por considerar os conteúdos enquanto identidades espaciais e, para tanto estão sendo apresentados como territórios tradicionais. Cabe ressaltar que a matriz jurídica constitucional aponta como “populações tradicionais” índios e quilombolas, não inserindo no âmbito da caracterização e derivações, outras ‘comunidades’ cujos modos tradicionais de vida são conhecidos.

Contudo, destacamos que não constitui foco desse texto, no momento, aprofundar o referido debate acerca das distinções conceituais, apesar de sua importância, mas validar que a condição dos modos de vida tradicionais tem espaço importante no pretense debate. Para tanto encontramos em Brandão (2010) que

Costumamos acreditar que em nossos contextos sociais e/ou teóricos a *comunidade tradicional* opõe-se a *sociedades regionais* mais modernas, mais amplas, mais

diferenciadas; mais complexas, enfim. E foi justamente na vizinhança com este nome, *sociedade complexa*, que a *sociedade* tradicional parece haver surgido como um lugar social a ser “também” pesquisado. Em um primeiro momento a *sociedade tradicional* e/ou a *comunidade tradicional* não surgem para nós como opostas a sociedades modernas, a cidades, ao mundo urbano. Elas emergem como um lugar diferente da *sociedade primitiva, indígena, tribal*. Ou seja, elas são o que o antropólogo encontra quando sai da floresta e da tribo, da aldeia indígena. De algum modo uma diferença inicial é estabelecida logo nos primeiros estudos modernos sobre pequenas comunidades camponesas, por exemplo. E será sobre elas, entre áreas de redes de sítios, de bairros rurais, de quilombos, arraiais, pequenos povoados e, no limite, de pequenas cidades de vida e economia predominantemente agropastoril, que os pioneiros “estudos de comunidade” e seus sucessores irão se concentrar. (BRANDÃO, 2010, p. 347).

As populações tradicionais do Norte de Minas se reconhecem e são reconhecidas nas suas redes de relações como “vazanteiros, barraqueiros, caatingueiros o geraizeiros” como informa Dayrell (1998, p. 70). Costa (2005b, p.29) afirma que “diversos autores têm informado a existência das populações tradicionais que aqui existem secularmente”. Segundo ele, Pierson (1987) informa sobre os *veredeiros* e os *geralistas* ou *geraizeiros*. “O signo identitário dos *geraizeiros* está vinculado àquela formação a que se denomina *gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrados”. (COSTA, 2005b, p. 31).

Ainda, em suas reflexões Dayrell (1998) destaca a existência no interior das regiões do vale do São Francisco “de diversos núcleos de populações com denominações especiais, conforme a região habitada”³⁰⁰. É o caso, por exemplo, dos *chapadeiros* que habitam as chapadas regionais, dos *campineiros* que vivem nas campinas, dos *barranqueiros*, que vivem e produzem nas barrancas do rio São Francisco e dos *vazanteiros*, que em grupos habitam vazantes de outros rios da região. O autor chama a atenção para as populações rurais da Serra Geral, os *caatingueiros*, que no Norte de Minas têm sido regionalmente reconhecidos como descendentes dos imigrantes italianos, além das populações negras, “reconhecidas via aplicação do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias fixadas na

³⁰⁰ (LADEIRA, 1951).

Constituição de 1988, como *quilombolas*”, população tradicional com maior incidência no território norte-mineiro.

No mesmo contexto Costa (2005b, p.30) destaca ainda, a realidade dos “povos *veredeiros*, ou gente das veredas” contrastados por conviverem com os *campineiros*, com os *chapadeiros*, e os índios *Xakriabá* na margem direita do São Francisco. Essa última, população do aldeamento de São João das Missões, chegada à região no início do século XVIII que processou estágios de miscigenação com populações branca, pobre, negra e, retirantes nordestinos fugidos da seca habita a região de transição de cerrado e caatinga e registra histórico de encontros em uma terra de caboclos ocupadas por posseiros e retirantes. Segundo ele os *geraizeiros* e *vazanteiros* estão na margem esquerda do mesmo rio e *barranqueiros* que vivem nas suas margens; enquanto “quilombolas concentram-se no vale do Rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional”. E, por fim, os *caatingueiros* dos sopés da serra do Espinhaço, na região da Serra Geral “reconhecidos pelos *geraizeiros* de Rio Pardo de Minas, que comercializam sua produção na feira de Porteirinha”.

Não há como negar que matriz sociocultural regional evidencia-se como um *lócus* de diversidade cultural singular e rica história na qual têm grande presença e significado as comunidades quilombolas que se estabeleceram no Norte de Minas. Contudo esse reconhecimento foi deixado de lado no curso dos fatos tornando essas comunidades as mais esquecidas, desassistidas e carentes não bastassem os históricos de extermínio iniciado com a bandeira de Mathias Cardoso de Almeida pelos anos de 1660, na região do médio São Francisco, a violência jagunça que por tempos reinou na região e a perseguição por elites latifundiárias que sempre dominaram o cenário político regional.

É a partir da grande mobilização social frente ao texto da Constituição Federal de 1988 que a diversidade étnica e cultural que funda a nação brasileira passa a ser reconhecida. A

validação do país pluriétnico e multicultural além de constar do art.5º, CR/88 e de outros dispositivos constitucionais, encontra amparo no artigo 68 do ADCT da CR/88 que reconhece a propriedade definitiva e titulação de terras ancestrais quilombolas e também reinstitui a categoria jurídico-legal de quilombo³⁰¹.

Na região Norte de Minas Gerais, a maioria dos quilombos está localizada nos vales dos rios Verde Grande e Gurutuba. Esses vales, situados à margem direita do rio São Francisco, não foram habitados pela população “branca” nos primeiros séculos de ocupação devido aos focos de malária existentes na região. Como a população de origem africana apresentava maior resistência a essa doença endêmica, a malária serviu como um escudo protetor da ocupação do local por escravos e outros negros. Alguns grupos indígenas também habitaram a região. Com 153 comunidades, o Norte de Minas é a região com o maior número de quilombos levantado, até 2007, no Estado. Foram identificados pelo menos dois grandes campos negros: um na região do rio Gurutuba, com cerca de 30 comunidades, e outro na região da Jaíba. O problema comum enfrentado por esses quilombolas é o avanço de empresas reflorestadoras e pecuaristas sobre suas terras, principalmente a partir da década de 1970. A tradição africana ainda é bastante forte, o que pode ser observado nas inúmeras danças, batuques e festas que ocorrem pelos quilombos de toda a região. (CEDEFES, 2008, p.237-238)

A apresentação do Norte de Minas como região de profunda diversidade cultural e multiterritorialidades que ambientam movimentos de resistência via modos de vida tradicionais, especialmente por conta de todo o mosaico sociocultural que edifica seu histórico de ocupação e territorialidades, ganha importância na medida em que a região constitui-se, além de uma rica região histórica, cultural e natural, como o maior território negro do Estado de Minas Gerais uma vez consideradas as várias comunidades quilombolas existentes na região. De acordo com Costa (2008)

Todas as formas de quilombo que existiram em Minas Gerais tinham em comum constituir-se como comunidades que organizaram a sua reprodução social baseada na liberdade, na solidariedade, na equidade no uso dos recursos naturais e no respeito ao meio ambiente em que viviam. Com a expansão das relações capitalistas de produção

³⁰¹ A palavra “quilombo”, ou “calhambo”, é de origem banto e significa “acampamento” ou “fortaleza” e foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. O termo também pode ser atribuído à “casa” ou “refúgio”. Durante os períodos colonial e imperial, vários quilombos ou comunidades negras se formaram com a fuga de escravos que se rebelaram contra a ordem escravista. Havia diferentes formas de quilombos; desde pequenos grupos itinerantes que viviam de assaltos nas estradas e fazendas até complexas estruturas de vilarejos, como era o quilombo de Palmares no Nordeste Brasileiro e o quilombo de Ambrósio no Centro Oeste Mineiro. CEDEFES (2008, p.41)

e a valorização mercantil dos territórios em que os quilombos se localizavam, as comunidades rurais negras foram lançadas em uma nova situação. Grupos médios urbanos, utilizando-se de estratégias ardilosos, passaram a disputar as terras ocupadas por negros, que enfrentando a violência de bandos de jagunços, lutaram e lutam pela permanência de suas famílias nas terras ancestrais, deslocaram-se para terras de santo ou para terras nas fimbrias dos latifúndios que se instalaram e ainda migraram para fora de Minas Gerais em busca de novas oportunidades de vida. O êxodo rural dos negros mineiros teve como destino, principalmente, São Paulo. (COSTA, 2008, p. 27-28)

Os estudos de Anjos (2009) informam que em 2008 existiam, sistematizados, 3.000 (três mil) registros municipais de sítios quilombolas no país. Neste caso, estando aptas a reivindicarem da Fundação Cultural Palmares o status de remanescentes de quilombos, o seu reconhecimento.

Figura 39 - Registros Municipais de Territórios Quilombolas no Brasil



Fonte: ANJOS, 2009.

Diante da realidade dos territórios tradicionais no Brasil, o que surge aos entendimentos primeiros sobre o que situa entre os olhos do Estado e a existência das desses territórios é o desafio do exercício das percepções voltadas ao reconhecimento e à legitimação de direitos. O Estado brasileiro apresenta no momento uma dificuldade, por vezes, conveniente em perceber as velhas novas realidades que por tempos foram invisibilizadas dos domínios do mercado e do próprio Estado. O que se evidencia aponta para o encontro de duas incapacidades perceptivas, seja pelo teor de suas lógicas, seja pelo rigor das conveniências que as aproximam e, como isso a ampliação das forças de pressão sobre os “territórios deprimidos” (ORTEGA, 2008).

Compreender o território Brejo dos Crioulos a partir da perspectiva da região exige observar a espacialidade regional em suas multicomplexidades, multiterritorialidades e rica diversidade cultural como articuladora do arranjo da espacialidade profunda do Norte de Minas. De outro modo, é por meio desse arranjo que se dá o acesso à espacialidade relacional de Brejo dos Crioulos quando reproduzida exterior ao território. Apreender suas multidimensões e realidades profundas aponta a necessidade de visitar a diversidade cultural regional.

4.2.2 Entre o ser e o devir: da espacialidade profunda ao reconhecimento: breves olhares ao Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano.

Conforme foi pontuado no texto introdutório, se a ação e a presença do Estado brasileiro nos arranjos do território nacional têm esteio no espaço do Direito e no ordenamento jurídico do território, por que então, os territórios tradicionais, mesmo existindo sob a luz da Constituição e de tantos tratados e acordos assinados, o Estado e o Direito enquanto instrumento que corporifica suas estruturas ainda não conseguem perceber a

existência na diversidade desses grupos “detentores da cultura rústica”? (CÂNDIDO 1964). Recuperando a afirmação de Ribeiro (1996), “um povo em ser, impedido de sê-lo”. Quais limites imperam ao espaço dos operadores do Direito? Ao espaço da norma, da democracia? Falta resiliência à dureza do formalismo e pluralidade ao ordenamento? A quem afinal está servindo o espaço jurídico brasileiro e suas socioespacialidades?

Ao longo da história as Constituições se desenvolveram enquanto ferramenta reguladora do exercício do poder, garantindo direitos e prescrevendo deveres. Contudo, a realidade impondo suas dinâmicas ao cotidiano nos desdobramentos da socioespacialidade na diversidade continua a produzir novas espacialidades, diferenças, dimensionalidades, valores e princípios que demandam à sociedade novas visões de mundo, novos acordos, pactos e normas.

O desafio da diferença se impera também aos operadores e doutrinadores do Direito, não pelo personalismo que por vezes abre espaço à parcialidade das decisões ou impedem sua atualização, mas dadas as amarras que estacionaram o constitucionalismo nas suas raízes liberais clássicas de matriz europeia, racionalidade eurocêntrica, instrumentalidade e mecanicidade colonial e, no pluralismo jurídico subordinado, antropocêntrico, imperialista e patriarcal. Ainda se mostrando, em seu escopo social, distanciado da possibilidade de reterritorialização da norma no espaço da diversidade cultural das humanidades contemporâneas e suas urgentes necessidades de reconhecimento, valorização e proteção (BRANDÃO, 2013).

De todo modo não há porque perder de vista o processo de formação do Estado Constitucional de Direito, cujo marco filosófico pós-positivista evidencia o princípio da dignidade da pessoa humana, e o princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade. Do “Constitucionalismo Liberal” ao “Constitucionalismo Democrático” avanços inegavelmente significativos foram alcançados.

Segundo Barroso (2013) a Constituição de 1988, a despeito de tudo, constitui o símbolo de uma história de sucesso e, acolhendo reformas econômicas importantes viu a inflação ser domesticada sendo contemporânea da inclusão social de milhões de pessoas que deixaram a linha de miséria. O autor salienta que mesmo não constituindo um conto de fadas, reelaborou um processo de resistência e enfrentamento, permitindo a superação de três crônicas disfunções da política Latino-Americana: autoritarismo, golpismo e populismo, sobrando ainda os resquícios do patrimonialismo. Em seu entendimento, combinando soberania popular e o respeito aos direitos fundamentais, o constitucionalismo democrático tornou-se o arranjo institucional dominante no mundo desenvolvido, chegando com atraso no Brasil. Ao apresentar o percurso da espacialidade constitucional na história Barroso (2013), informa que

Constitucionalismo significa Estado de direito, poder limitado, respeito aos direitos fundamentais. Sua trajetória longa e acidentada tem com marco inicial simbólico a experiência de Atenas, nos séculos X e VI a.C., seguida pela República de Roma. Com a formação do Império Romano, às vésperas do início da era cristã, o constitucionalismo desapareceu do mundo ocidental por mais de mil anos. Ao final da Idade Média surge o Estado moderno, de feição absolutista, fundado na ideia de soberania do monarca, investido por direito divino. As revoluções liberais do século XVII e XVIII abriram caminho para o Estado liberal e para o surgimento do constitucionalismo moderno, com destaque para as experiências inglesa, americana e francesa. No século XX, ressurgindo da tragédia do nazismo e da guerra, a Alemanha desenvolveu um modelo constitucional de sucesso. (BARROSO, 2013, p.526).

Se nos primeiros olhares o desafio de percorrer o espaço da norma e do ordenamento jurídico impera distâncias epistemológicas e riscos interpretativos a uma leitura geográfica, reconhecido o percurso dos Povos e Comunidades Tradicionais na luta por direitos à existência, à vida, à reprodução e ao território, não parece prudente evitar quaisquer travessias que oportunizem dialeticamente, novas dúvidas, novos debates e novas proposições. Principalmente, porque a Geografia carece cumprir essa travessia ao encontro do Direito já que a importante ponte estruturada pelo Professor Milton Santos permanecerá inabalável. Isso

não significa que geógrafos não tenham dado atenção à questão. De todo modo esse constitui um importante campo de pesquisa, especulação, debate e proposição epistemológica não apenas para a geografia política³⁰², mas para geografia cultural e, também para as *geografias do Direito*.

Há aqui um claro entendimento sobre duas questões fundamentais: primeiro cabe considerar que historicamente descompromissado com as racionalidades dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil desde o início da colonização, o ordenamento jurídico brasileiro apesar dos recentes avanços conquistados com a Constituição de 1988, ainda, em geral, desconhece a espacialidade profunda do país, invisibilizando sua real potência e valores. Isso envolve operadores e doutrinadores na institucionalidade dos arranjos normativos que, a essa compreensão, de um modo geral, também são vítimas nas escalas do alcance da Geografia brasileira ao longo de sua história. Segundo, tal como está, o ordenamento jurídico do país não resolve a totalidade das garantias e direitos à diversidade na qual se inserem também os territórios Quilombolas, uma vez que produzido e reproduzido nos arranjos arcaicos de institucionalidades coloniais e, mesmo que atualizado no “Constitucionalismo Democrático”, permanece descontextualizado das demandas da diversidade que dá sentido à nação e infrator das humanidades do presente e dos caminhos apontados pelo início do século XXI.

Durante exposição sobre o desenvolvimento histórico institucional dos procedimentos normativos administrativos voltados à concretização do direito previsto no artigo 68 das ADCTs em relação à titulação dos territórios Quilombolas, o Professor Mércio Mota

³⁰² O importante trabalho “Espaços da Democracia (2013)” dos organizadores, Iná Elias de Castro, Juliana Nunes Rodrigues e Rafael Winter Ribeiro, ao propor a leitura sobre o encontro da Geografia com a Democracia no campo clássico da ciência geográfica em que se constitui a Geografia Política, apresenta caminhos importantes a essa construção atualizada em curso.

Antunes³⁰³ destacou que é a partir da titulação dos territórios tradicionais que os Povos e Comunidades Tradicionais estabelecem defesa frente das intrusões e pressões diversas conforme se observa país afora. Esclarece o Professor que é a partir dessa garantia que se descortina a possibilidade dos territórios travarem lutas jurídicas e, desse modo também é que os territórios passam a ter acesso a políticas públicas específicas. Salienta ainda que mesmo diante de significativos avanços nas conquistas, ainda são frágeis as lutas sociais e políticas, visto que não havendo mecanismos e instrumentos jurídicos efetivos para titulação dos territórios pouco adiantará todos os avanços sociais e políticos conquistados. Por isso pesam a importância e a necessidade de se repensar os limites jurídicos do ordenamento em relação aos territórios tradicionais.

A aproximação da ciência geográfica ao espaço do Direito constitui um percurso árduo que, aqui não registra quaisquer pretensões de aprofundamento epistemológico, muito menos esgotamento à reflexão proposta. Ao contrário, são primeiros olhares diante das experiências compartilhadas em diversos momentos da pesquisa, bem como das primeiras aproximações do trabalho ao espaço da ciência e, que oportuniza contribuições incipientes e essenciais acerca da espacialidade profunda brasileira, da espacialidade Quilombola, da diversidade cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos territórios relacionais e dos limites do constitucionalismo brasileiro nesse início de século.

De tudo, ecoa nos Sertões do país a tão manifestada angústia em compreender o Estado que reconhece frente ao mundo a sua história e a formação pluriétnica de seu território nacional, debruçando a sustentação de suas narrativas de base democrática a uma Constituição Cidadã sólida e prematura em seus 25 anos de existência e, que simultaneamente exclui de suas lógicas e compromissos firmados, aquilo que lhe dá, nos limites do contexto histórico, sentido e razão de ser.

³⁰³ Durante exposição sobre Comunidades Tradicionais Quilombolas, no Programa Quarta-na-Pós do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Realizado em 4 de jun. de 2014. Grifos do autor.

Distante das imprudências que os riscos evidenciam, é preciso considerar o jogo de poderes e institucionalidades estabelecidas que fratura a coesão, o arranjo, a instrumentalidade, a mecanicidade e a fluidez do Estado Constitucional evidenciando uma diversidade de intencionalidades nem sempre produtivas, ainda pouco engajadas com a velocidade das transformações, mas principalmente com os desajustes históricos e que, no caso brasileiro, descontextualizadas da realidade nacional profunda permanece reproduzindo espacialidades e conectivos mantenedores das relações de dominação, espoliação, subalternização e crueldade. Ainda assim, o Estado Constitucional se mantém enquanto totalidade do poder representativo com possibilidades potentes ao que é apresentado por Boaventura de Souza Santos como “Constitucionalismo Transformador”³⁰⁴ ou “Novo Constitucionalismo Transformador”³⁰⁵. De acordo com Brandão (2013),

Há variadas denominações para esse novo movimento: i) Novo Constitucionalismo Latino-Americano (Viciano e Dalmau, 2010; 2011; 2011b; Dalmau 2008); ii) Constitucionalismo Mestiço (Baldi, 2009); iii) Constitucionalismo Andino (Wolkmer, 2010)⁴; iv) Neoconstitucionalismo Transformador⁵ (Santamaria, 2011); v) Constitucionalismo do Sul (Pissarelo, 2008); vi) Constitucionalismo Pluralista (Fajardo, 2011); vii) Constitucionalismo Experimental ou Constitucionalismo Transformador (Sousa Santos, 2010c) viii) Constitucionalismo Plurinacional e Democracia consensual plural do novo Constitucionalismo Latino-Americano (Magalhães, 2011) ou Novo Constitucionalismo Indo-afro-latinoamericano (Magalhães, 2010); ix) Constitucionalismo Pluralista Intercultural (Wolkmer, 2010, p. 154); x) Constitucionalismo Indígena (Clavero, 2011); xi) Constitucionalismo Plurinacional Comunitário (Chivi Vargas, 2009); xii) O Novo Constitucionalismo Indigenista (Ramirez, 2009) e xiii) Constitucionalismo da Diversidade (Uprimmy, 2011). Cada autor, a seu modo, analisa as recentes reformas e transformações constitucionais ocorridas na América Latina, de diferentes âmbitos teóricos e por diversas perspectivas ideológicas, tendo em vista que, como afirma Cesar Baldi: “justamente sobre sua caracterização ou periodização é que existem profundas divergências, algumas de cunho epistemológico” (Baldi, 2011, p. 11). (BRANDÃO, 2013, p.15).

³⁰⁴ De acordo com (BRANDÃO, 2013), “na linha proposta por Boaventura, em razão dessa insuficiência do modelo de Estado ocidental em lidar com essas demandas, o autor seleciona como características desse Neoconstitucionalismo Transformador: (i) a valorização das narrativas dos movimentos sociais, incluindo as novas práticas participativas e organizacionais, como as assembleias constituintes, democracia comunitária, além da nova relação entre a natureza (Pachamama) e o homem, fugindo de um paradigma mercantilista; (ii) valorização de novas formas de conhecimento e lutas simultâneas por reconhecimento, distribuição e representação [Sousa Santos apud Santamaria, 2011, p. 80; Santamaria, 2011, p. 79]”.

³⁰⁵ Segundo Brandão (2013, p.15), Santamaria, (2011, p.15) explica que tomou o termo “transformador” de Boaventura Souza Santos.

Em recente pesquisa sobre o “Novo Constitucionalismo Latino-Americano”, Brandão (2013, p.7) “busca caracterizar as diferentes concepções teóricas sobre o fenômeno, comparando-o com o Neoconstitucionalismo de matriz europeia e destacando suas diferenças, através do recorte plurinacional e intercultural que permeia as novas Constituições Latino-Americanas”. Segundo o autor apesar das diversas abordagens sobre o tema, faz opção por três autores (Rubens Dalmau, Roberto Viciano e Raquel Fajardo) ³⁰⁶, visto que “foram os que tentaram sistematizar, no campo Constitucional, de forma melhor sucedida, tais reformas, contextualizando com uma visão crítica sobre os processos recentes ocorridos na América Latina” ³⁰⁷.

O trabalho apresenta o “Novo Constitucionalismo Latino-Americano” proposto Roberto Viciano e Rubens Dalmau, implantado na Bolívia e no Equador, como tendência ao fortalecimento das noções de democracia participativa e democracia parlamentar, tal como o “Constitucionalismo Pluralista”, de Raquel Fajardo, interessado no protagonismo indígena e na formação do Estado plurinacional, ambos se contrapondo a estrutura cristalizada do “Neoconstitucionalismo” vigente, operado no fortalecimento da ideia de jurisdição constitucional, do controle contramajoritário e das cortes e tribunais constitucionais, apresentando como grande polo concretizador da Constituição a Jurisdição Constitucional e não a democracia majoritária e a democracia participativa. No contexto do II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Professor Alfredo Wagner, durante exposição refletiu sobre a questão da participação destacando que

Por um lado é verdadeiro o Econômico não se separa do Identitário, o Étnico não se separa do Identitário. Mas a ideia de participação está um pouco ameaçada, embora que tudo hoje se diz participativo, tudo é partipativo, solidário, tem parceria, mas nos percebemos que isso é retórica, na verdade o participativo é a retórica da não participação efetiva, seja nos casos das hidrelétricas, rodovias, grandes projetos, os grupos não são consultados. Não é por acaso que o Brasil é um dos Estados infratores da Convenção 169. Não têm cumprido os dispositivos de consulta, os dispositivos de assegurar participação. E nesse sentido os povos tradicionais não são

³⁰⁶ (FAJARDO, 2011); (VICIANO; DALMAU, 2014).

³⁰⁷ Ibid., p.16.

uma realidade do passado, eles são os agentes do presente que tem direito a essa forma de participação (ALMEIDA, 2014)³⁰⁸.

De acordo com Brandão (2013, p. 50) a escolha pela denominação “Novo Constitucionalismo” busca apresentar as diferenças existentes entre o “movimento ocorrido em meados à final do século XX na Europa, com intensas repercussões na América Latina, e as novas pautas e dinâmicas do momento constitucional que acontece no século XXI em nosso continente”. Assim o autor apresenta que

O Neoconstitucionalismo seria uma teoria do Direito e não uma teoria da Constituição, pois visa uma análise da dimensão positiva da Constituição. Não busca uma ruptura, apenas converter o Estado de Direito em Estado Constitucional de Direito, embora reconheça a centralidade e o fortalecimento da Constituição, principalmente com a forte presença dos princípios no ordenamento jurídico [cita Viciano e Dalmau, 2010, p. 17-18]. O Neoconstitucionalismo é uma corrente doutrinária fruto da academia, dos professores de Direito Constitucional, enquanto o Novo Constitucionalismo é um movimento surgido das reivindicações e manifestações populares. Todavia, ressaltam os autores, é uma corrente constitucional em período de construção doutrinária, com elementos comuns, mas sem um modelo hermético [cita Viciano e Dalmau, 2011b, p. 4; 2011, p. 312-313]. O Novo Constitucionalismo, ao mesmo tempo em que absorve alguns comandos do Neoconstitucionalismo, notadamente, a infiltração da Constituição no ordenamento jurídico, ostenta, como preocupação central, a legitimidade democrática da Constituição, garantindo a participação política – de forma que só a soberania popular pode determinar a alteração da Constituição – e recuperando a origem democrático radical do Constitucionalismo Liberal Revolucionário Jacobino. Trata-se, portanto, de uma “teoria (democrática) de la Constitución” [cita Viciano e Dalmau, 2010, p. 18/19] (BRANDÃO, 2013, p. 16-17).

A maturidade política espacializada pelo conhecimento das garantias e deveres previstos na Constituição brasileira enquanto norma maior do ordenamento jurídico do país criou novos campos de poder em todo o território nacional, não por acaso os territórios tradicionais saltam de “invisíveis a protagonistas”. (VIANNA, 2008). Contudo, o esclarecimento sobre o sentido do constitucionalismo, por não ser ainda totalmente e profundamente assimilado pela soberania popular que o sustenta e, considerando os limites estacionários mantidos pela conveniência de poderes específicos, corroboram para o quadro dos cataclismos jurídicos e seus efeitos desestruturadores do projeto de sociedade moderna e,

³⁰⁸ Grifos do autor.

cujos reflexos passam diretamente pela realidade dos territórios tradicionais que invisibilizados geohistoricamente e não reconhecidos politicamente definem no espaço-tempo a linha de fronteira que ainda existe entre sociedade e Estado. Para o contexto das reflexões cabe o olhar de Barroso (2005) quando analisa o pressuposto de crise existencial do Direito.

“*Chega de ação. Nós queremos promessas*’ (Anônimo). Assim protestava o grafite, ainda em tinta fresca, no muro de uma cidade, no coração do mundo ocidental. A espirituosa inversão da lógica natural da conta de uma das marcas dessa geração: a velocidade da transformação, a profusão de ideias, a multiplicação das novidades. Vivemos a perplexidade e a angústia de aceleração da vida. Os tempos não andam propícios para doutrinas, mas para mensagens de consumo rápido. Para *jingles*, e não para sinfonias. O Direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a *injustiça* passeia pelas ruas como passos firmes [cita Bertold Brecht, Elogio da dialética. In: Antologia poética, 1977.] e a *insegurança* é a característica de nossa era [cita John Kenneth Galbraith, A era da incerteza, 1984.]. Na aflição dessa hora imerso nos acontecimentos, não pode o intérprete beneficiar-se do distanciamento crítico em relação ao fenômeno que lhe cabe analisar. Ao contrário, precisa operar em meio à fumaça e à espuma. Talvez esta seja uma boa explicação para o recurso recorrente aos prefixos pós e neo: pós-modernidade, pós-positivismo, neoliberalismo, neoconstitucionalismo. Sabe-se que veio depois e que tem a pretensão de ser novo. Mas ainda não se sabe bem o que é. Tudo é ainda incerto. Pode ser avanço. Pode ser uma volta ao passado. Pode ser apenas um movimento circular, uma dessas guinadas de 360 graus”. (BARROSO, 2005, p.1-2).

A incerteza que se depreende das percepções de Barroso (2005) se (re)localiza no mundo moderno por meio da multiplicidade dos processos customização-distorção dos valores e princípios que (re)fundam o Direito. Em meio à imaginação, às projeções estatísticas e às novas desigualdades trazidas à existência, os novos arranjos socioespaciais produzem a necessidade de outros padrões normativos que comportem novos ordenamentos nos próximos 500 anos. Um projeto de sociedade moderna aponta para o reconhecimento urgente dos Povos e Comunidades Tradicionais, para a valorização da diversidade. Se o fato realmente antecede a norma e a noção de justiça amparada no constitucionalismo supera as dimensões do mesmo, impondo às suas estruturas as razões do mundo vivido, não parece simples o exercício de compreender que o mecanicismo jurídico, nem em sua face mais positiva atenda a realidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do país na fluidez de sua diversidade.

Os meios de viver e gêneros de vida que desenham objetiva e subjetivamente a realidade dos territórios tradicionais se encontram distanciados da intencionalidade da norma, mesmo que a narrativa construída a partir da sua textualidade indique interesse no deslinde da questão, sua aplicação não corresponde às demandas socioespaciais reais visto que sua atualização última com a Constituição de 1988, apesar dos significativos avanços ainda se volta com olhar restrito aos territórios tradicionais enquanto fatos sociogeográficos, e mais distante ainda são observados os espaços produzidos nesses recortes. É o caso, por exemplo, da forma como são criadas as áreas naturais preservadas cujo fim imediato está voltado à criação de Unidades de Conservação, e só em último caso considera que a natureza das suas existências se liga à existência daqueles que intergeracionalmente mantem sistemas de meios de viver arranjados na coexistência preservação-sustento-estratégias e, em circunstâncias específicas reproduzem um espaço especial. A leitura da espacialidade em questão, à luz da norma, tende a desconsiderar os sujeitos de direito enquanto fato especial tal como desconsidera seu lugar de viver enquanto meio fundamental à reprodução de suas identidades territoriais.

Se o vazanteiro geohistoricamente se reproduz na vazante, o território da vazante é o território do vazanteiro. Se o veredeiro geohistoricamente se reproduz na vereda, o território da vereda é o território do veredeiro. Essas se evidenciam enquanto realidades socioespaciais específicas no tempo-espaço cuja lógica não traduz uma totalidade analítica, por exemplo, a se aplicar objetivamente na realidade socioespacial das urbanidades em permanentes transformações. Mesmo porque pensar o território no urbano, apesar das aproximações possíveis não representa as mesmas dimensões de se pensar o território no rural.

Em outra perspectiva, permanecendo invisibilizadas e desconsideradas em seu lugar geohistoricamente vivido, correm o risco de novamente serem vitimadas na história dos próximos 500 anos, forçadas a um novo contexto diaspórico especialmente pela cobiça aos

espaços preservados que mantem. Isso implicaria não apenas na (re)espoliação territorial, mas também numa metafórica transcrição reversa do discurso em defesa do território, transmutado às ordens da propriedade mercantilizada. Situação já verificada, por exemplo, no caso da criação de Unidades de Conservação que após processos de desintrusão de comunidades em seus lugares de viver, sofrem especulação de abertura a projetos de mineração, conforme se observa, por exemplo, no caso do Projeto de lei 3.682/2012 que dispõe sobre mineração em Unidades de Conservação³⁰⁹.

O direito está em todos os sertões da vida, e também pode estar na norma como resultado da conexão de valores e princípios (DWORKIN, 2007). A ‘resposta correta’ está no olhar para as existências da diversidade que ainda não são reconhecidas sequer pela natureza de suas identidades geohistóricas, muito menos pela realidade geografizada do meio onde vivem. As noções e práticas de igualdade e justiça permanecem frágeis quando arranjadas no espaço alheio ao reconhecimento da diversidade socioespacial, isso porque assim estabelecidas reafirmam o espaço da discricionariedade seletiva que impede o aperfeiçoamento normativo, por exemplo, a partir do reconhecimento composto dos novos sujeitos de direito não apenas a partir de seus gêneros de vida, mas também de seus lugares de viver, o que implica no desdobramento da espacialidade normativa em um percurso do antropocentrismo ao biocentrismo para o reconhecimento da biopolítica produzida no contexto da espacialidade profunda.

A travessia constitucional ao reconhecimento dos novos sujeitos de direito, no caso brasileiro sugere um contexto dos mais potentes a se especular sobre a constituição da noção

³⁰⁹ A complexidade territorial no mesmo sentido pode ser lida também no caso da PEC 53 que propõe revogar o inciso XII do Art. 20 da Constituição Federal e o parágrafo 3 do Art. 49 dos Atos das Disposições Transitórias, propondo extinguir o instituto do “terreno de marinha” e, também com a instituição do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) com fins a conferir a permanência das populações tradicionais em áreas da União geohistoricamente ocupadas.

da auto-organização biopolítica³¹⁰ e do sujeito político geograficamente coletivizado resistente à espacialidade forjada, que no pressuposto de Hardt; Negri (2001, p.434) apontam a partir do conceito de “multidão” que pretendem. Ainda assim, apesar da aproximação possível, em uma perspectiva diferente da noção de multidão, visto que não parece prudente diante do que se observa e, na contramão do que afirmam esses autores em visão estereotipada, Povos e Comunidades Tradicionais não se elaboram geohistoricamente na espacialidade profunda em dispersão e homogeneidade de nova horda nômade, ao contrário em tal dimensão, cada vez mais a ação coletiva relacional da diversidade é que edita novas territorialidades, assegura direitos conquistados, avança na consolidação do reconhecimento e reverbera o poder simbólico dos territórios tradicionais que estão na contramão do êxodo e das diásporas do passado se estabelecendo em multiterritorialização e multiterritórios, a exemplo dos Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais e tantos outros.

Diz-se da capacidade de modulação das diferenças na diversidade que se reconhecem dentro dos processos da globalização perversa estabelecendo novas noções, concepções e práticas de multiplicidade identitária-territorial, pautadas pelo pluralismo da organização frente ao pluralismo das soberanias e, multiplicando formas de apreensão da realidade com referência nas cosmovisões relacionais editadas nas territorialidades da espacialidade profunda. Desse modo, recodificam e reincorporam em mimetismos territoriais e territorialidades intermitentes conexão-desconexão, a objetividade das relações de transformação aparentemente imperceptíveis e simultaneamente desinvisibilizadas e abertas na multidimensionalidade-multiescalaridade do meio técnico-científico-informacional.

³¹⁰ Apesar dos primeiros empreendimentos reflexivos a partir do “*Nascimento da Biopolítica*” em FOUCAULT (2008b) e da composição do “*Império*” e da “*Multidão*” em HARDT; NEGRI (2001), o conceito de biopolítica ainda não parece esclarecido ao autor uma vez que as percepções que derivam das lógicas expressas por territórios tradicionais de encontro-desencontro à perspectiva do controle e soberania do Estado (biopoder) evidenciam elementos de coesão de ambos os entendimentos em maior e menor dimensão dada à complexidade envolvida no processo autoidentificação-desinvisibilização-relacionalidade-contra-espacialidade.

Na compreensão de Haesbaert (2011a, p.337), considerada a dominância do componente rede na formação de territórios e a fluidez crescente dos espaços em virtude do meio técnico-científico-informacional contemporâneo, “o mundo “moderno” das territorialidades contínuas/contíguas regidas pelo princípio da exclusividade estaria cedendo lugar ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos”. De acordo com o autor,

Não se trata mais de priorizar o fortalecimento de um “mosaico”-padrão de unidades territoriais em área, vista muitas vezes de maneira exclusivista entre si, como no caso dos Estados nacionais, mas seu convívio com uma miríade de territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território a outro, num jogo que denominamos aqui, muito mais do que desterritorialização ou declínio dos territórios, a sua “explosão” [cita Souza (1993) e Graham (1999)] ou, em termos teoricamente mais elaborados, uma “multiterritorialidade”, pois, como já afirmávamos em 1997, “na ‘pós’ ou ‘neo’ modernidade, um traço fundamental é a multiterritorialidade humana [Haesbaert (1992, p.42)]. O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial. (HAESBAERT, 2011a, p.337).

Os anacronismos que ambientam as relações entre Estado e territórios tradicionais se inserem no contexto histórico das territorialidades constitucionais contemporâneas. O desdobramento histórico-filosófico e material do constitucionalismo pode ser considerado a partir das espacialidades dos Constitucionalismos Antigo, Clássico ou Liberal, Social e Contemporâneo, este último apresentado por vezes como Democrático, Neoconstitucionalismo e, onde também são apresentadas as noções de Constitucionalismo Transformador ou Pluralista.

Desde os primórdios do Estado Hebreu quando o Constitucionalismo Antigo registra a história suas bases, diz-se das tentativas constitucionais de limitação de governo, garantias de direitos e separação de poderes. Pela história oficial, isso começa na antiguidade e vai até o

fim do Séc. XVIII. O período percorrido entre as revoluções liberais no final do século XVIII até 1ª Guerra Mundial registra a territorialização do *Constitucionalismo Clássico* ou *Liberal* no tempo/espaço do século XX marcado pelas constituições escritas, pelo Estado de Direito, pelo fortalecimento do Poder Judiciário, pela ideia de República, criação do Federalismo, do Presidencialismo e das Declarações de Direitos. Na América pela Supremacia do Parlamento, pela ideia de Poder Constituinte Derivado e Originário, garantia de Direitos, Separação de Poderes. No cenário Francês, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, ganha destaque. É nesse contexto que surge a considerada *primeira dimensão* dos direitos fundamentais, são os valores relacionados a liberdade, os chamados direitos civis e políticos. (BARROSO, 2013); (NOVELINO, 2013); (FERNANDES, 2013).

Com o fim da 1ª Guerra Mundial (1918) se corporificou as bases do novo reposicionamento do Constitucionalismo no mundo, denominado *Constitucionalismo Social*. O contexto edifica a *segunda dimensão* dos direitos fundamentais a partir dos valores de igualdade material e substancial, associados aos direitos sociais, econômicos e culturais de caráter positivo uma vez que *exigem* do Estado prestações jurídicas ou materiais.

No final do século XX com o fim da 2ª Guerra Mundial (1945), tempo marcado pelas atrocidades do nazismo, surgem as bases do *Constitucionalismo Contemporâneo*. Conforme Barroso (2005, p.3) “o marco histórico do novo direito constitucional, na Europa continental, foi o constitucionalismo do pós-guerra, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, foi a Constituição de 1988 e o processo de redemocratização que ela ajudou a protagonizar”. Salientando que essa carta constitucional previu pela primeira vez as garantias aos territórios Quilombolas.

Nesse momento inaugura a *terceira dimensão* dos direitos fundamentais ligados às ideias de fraternidade e solidariedade, dadas as novas percepções acerca da dignidade da pessoa humana como valor absoluto, fundamental e universal das sociedades e,

consequentemente das Constituições pós-guerra. O direito ao desenvolvimento ou progresso dos indivíduos e do Estado, a autodeterminação dos povos, o direito ao meio ambiente, à comunicação e a propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade garantido, por exemplo, a visitação dos patrimônios, são considerados direitos de terceira dimensão. São direitos *transindividuais*, ou seja, difusos, coletivos. Ainda no *Constitucionalismo Contemporâneo*, também denominado de Constitucionalismo Democrático, surge a quarta dimensão dos direitos fundamentais, que são os direitos a democracia, a informação e ao pluralismo, na classificação de Paulo Bonavides (2006). (BARROSO, 2013); (NOVELINO, 2013); (FERNANDES, 2013).

Na compreensão de Assis (2014)³¹¹, é possível afirmar que os atuais descaminhos do Constitucionalismo Moderno brasileiro encontram raízes profundas na denominada fase liberal da história do Constitucionalismo. De acordo com o Procurador é esse fato que, por vezes, vem causando perplexidade em parte da sociedade ao deparar com decisões judiciais que removem comunidades inteiras de seus lugares originais sob a narrativa da garantia da dignidade, promoção humana e afastamento dos quadros de pobreza de determinado grupo.

A visão antropológicamente estreita de determinados operadores do Direito confundem tradicionalidade com pobreza. Assim, aos olhos do ordenamento jurídico, concepções hegemônicas de progresso e desenvolvimento constitui aquilo que faz bem a esses grupos específicos. Juízes passam a entender que monocultura, mineração, hidrelétricas, barragens e rodovias são as principais demandas das comunidades. (ASSIS, 2014).

Em seu entendimento, tal compreensão estaria diretamente ligada ao Constitucionalismo Liberal e suas raízes no “Idealismo Alemão” com Hegel na primeira metade do século XIX onde o Estado é interpretado como entidade que existe por si mesma e

³¹¹ ASSIS, Wilson Rocha. Procurador da República representante do Ministério Público Federal (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) na Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais durante mesa-redonda “*O Estado Brasileiro e os Povos e Comunidades Tradicionais: impasses e desafios*”, no contexto do III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) no período de 2014 em Montes Claros-MG.

para si mesma, transcendendo o indivíduo e a própria sociedade, determinando-os. A ideia do Estado como única origem do Direito é denominada “Monismo Jurídico”. Nela o Sujeito de Direito só o é porque a lei diz que ele é, nesse caso desqualificando quaisquer possibilidades de reconhecimento identitário, explica o Procurador da República³¹².

A concepção Idealista do “Sujeito de Direito” enquanto um ente abstrato, destinatário das razões do Estado, nega a identidade como um signo qualificador de diferenças e isso constitui um fator fundamental para a análise em curso uma vez que esse Sujeito de Direito “não constitui uma realidade antropológica específica, situada no tempo/espaço, senão uma construção jurídica, uma abstração que oculta as diferenças que existem no mundo real e impedem que elas se expressem juridicamente”³¹³. Pode-se concluir do suposto que, à luz do Constitucionalismo Liberal e seus reflexos no Constitucionalismo Contemporâneo, Comunidades Vazanteiras, Veredeiras, Chapadeiras, Pequizeiras, Ribeirinhas, Geraizeiras, de Pescadores Artesanais, de Fundo e Fecho de Pasto, Ciganas, Pomeranos, Pantaneiros, Faxinais, Seringueiros, Retireiros, Agroextrativistas e de Terreiros, simplesmente não existem, ao contrário das Comunidades Quilombolas e Indígenas cujos direitos são previstos na Constituição Cidadã.

Desse modo, a desconsideração material dessas existências socioespaciais identitárias implica na negação ontológica da espacialidade do espaço produzido e, do ser possível que o produz, estabelecendo assim a (des)materialização-(des)temporalização-(des)referencialização do espaço vivido pelo homem transpessoal do qual fala Maslow (1962), centrado no cosmos, para além do humanismo, da identidade, da individuação e, também da ação política. Tal especulação implica na reflexão sobre a consideração das cosmovisões dos Povos e Comunidades Tradicionais na produção do território tradicional relacional e, conforme condizente à perspectiva das garantias, dos avanços necessários a partir

³¹² Grifos do autor.

³¹³ Ibid. Grifos do autor.

das noções do Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano. O que não significa negar a construção de novos sujeitos políticos que se arranjam na construção cultural para elaborar formas de participação e interferência, ou mesmo superar os novos significados pelo viés arqueológico que aglutina a ressemantização de suas identidades espaciais sob a hegemonia da ancestralidade.

O que surge ao avanço da questão está ligado à manifestação coletiva que busca reequilibrar o sentido da coexistência no mundo vivido a partir das diferenças materiais, sociais e simbólicas e, de onde salta a multiplicidade dialética que permite ler as noções de transpessoalidade-transespacialidade a partir da multidimensionalidade-multiescalaridade da análise dinâmica das formas-conteúdo da espacialidade profunda resultante da socioespacialidade transformadora, base ontológica que conecta espacialidade e política pela pluralidade sociocultural.

Desse modo, a conexão das dimensionalidades sociais e espaciais dadas pelas noções de transpessoalidade-transespacialidade cria um recurso mental geograficamente coletivizado que construído na multiplicidade de escalas de análise permite compreender a coesão das multiterritorialidades elaboradas pelas amplificadas cosmovisões dos Povos e Comunidades Tradicionais. Sobre a construção acerca do conceito de homem transpessoal encontramos em Oliveira (2006) que

Ao longo da história imemorable dos tempos, a construção do conceito de homem possibilitou constante e complexo questionamento, motivando o surgimento de específicos conhecimentos: o denominado humanismo – envolvido com o estudo da origem, natureza, função, destino e fim ultimo do *humanus* e sua *humanittis*; a Psicologia Transpessoal – disciplina orientada ao desvendamento do mistério dos diferentes estados da consciência do homem, enigma que desafia os limites dos dogmas, das verdades tidas como incontestáveis e de referências preestabelecidas pelas Ciências Exatas e Ciências Humanas. No percurso evolutivo destes saberes e seus diferenciados e progressivos processos de conhecimento, suas singulares realidades foram emoldurando conceitos diversificados de homem, resultando daí um fenômeno de sucessivos humanismos, compreendendo cronologicamente várias fases – nascente, crescente, florescente, representativas dos períodos antigo, medievo, moderno, para mais recentemente culminar em disciplina jovem, conectada com estudos da mente, ocupando-se com a construção de outro conceito de homem: homem transpessoal. (OLIVEIRA, 2006, p.489).

Assim posto, cabe considerar que se trata de uma argumentação ontológica dada por múltiplas existências e, talvez de um axioma em desinvisibilização a auxiliar a explicar a realidade em questão. De todo modo, uma especulação possível no caminho da busca, que não se pretende avançar aqui pela demanda profunda que o empreendimento ainda exige ao autor, especialmente em relação ao aprofundamento nos estudos de Milton Santos, Armando Corrêa da Silva³¹⁴, Ruy Moreira, Antônio Carlos Robert de Moraes, Rosselvelt José Santos, Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl, Sylvio Fausto Gil Filho, Marcos Aurélio Saquet, Cássio Eduardo Viana Hissa, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Rogério Haesbaert, Maria Geralda Almeida, Cássio Alexandre da Silva, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Alex Ratts, Bernardo Mançano Fernandes, João Cleps Junior, Josué de Castro, David Harvey, Doreen Massey, Edward Soja, Paul Claval, Carl Sauer, Michael Foucault, Félix Guattari, Gilles Deleuze, dentre outros diversos autores e interlocutores, bem como autores e pesquisadores regionalistas que pesquisam sobre o Norte de Minas em diversas ciências, dando potência às reflexões e pressupostos, especialmente em relação as contribuições à Geografia Cultural. Nas palavras de Silva (2000) encontramos que

A Geografia é uma subtotalidade. Ela pode ser identificada, no âmbito do conhecimento, como numa ideologia do cotidiano, expresso pela apreensão da espacialidade do valor relacional contido no real. Deste modo, apresenta-se, ao mesmo tempo, com uma essencialidade desse real e como sua manifestação externa. O que é geográfico está diante de nossa percepção – aquilo que se “vê” – e possui um significado dado pela particularidade e pela forma: aquilo que se apresenta como um momento da existência de uma configuração do espaço e pelo movimento diferenciado e múltiplo neste. (SILVA, 2000, p.7).

Em “*A identidade cultural na pós-modernidade*” Hall (2005) ao analisar a profusão dos conteúdos da identidade no que chama de “modernidade tardia” reflete sobre a descentração do sujeito na sociedade em virtude da crise das identidades, das identidades nacionais e as forças contemporâneas que atuam no estabelecimento do hibridismo e reforço

³¹⁴ Ver “De quem é o Pedaco? Espaço e Cultura” (1986); “O Espaço Fora do Lugar” (1978) entre outros trabalhos.

das identidades. Da acumulação que situou no espaço/tempo o indivíduo unificado na consciência da ação para si, soberano, cartesiano e o sujeito sociológico relacional, surge na contemporaneidade um sujeito híbrido, de identidade instável e essência permanentemente transcodificável. A fixidez da identidade iluminista é agora fragmentada na diversidade cultural³¹⁵ e nas multiterritorialidades que (re)ordenam tradições no desdobramento das existências. Os Quilombolas são muitos e sua etnicidade é conectável a outras identidades territoriais na construção das narrativas³¹⁶.

Nesse contexto, o que se percebe em relação aos territórios tradicionais aponta para a identidade nacional sendo (re)significada a partir da desinvisibilização e autorreconhecimento de ‘velhos novos’ sujeitos de direito perante o Estado-nação, que estão se territorializando fora-e-dentro das narrativas historicamente hegemônicas e, conseqüentemente se reterritorializando na geohistória do país. O Estado homogeneizante na percepção da redução do espaço de poder invisibilizador, com o despertar das consciências sobre os valores da diversidade e seus direitos socioespaciais, tenta reeditar a soberania territorial do Estado-nação se abrindo ao capital em novas bases para uma reestruturação espacial. Em meio a emergência de políticas públicas para a diversidade, paradoxalmente se verifica a mercantilização de espaços historicamente desmercantilizados, traduzindo a situação de diversos territórios tradicionais brasileiros.

³¹⁵ É feita a opção pelo termo diversidade cultural visto que, de acordo com Hall (2003, p.52) “multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo que retêm algo de sua identidade original. Em contrapartida o termo multiculturalismo é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pela sociedades multiculturais”.

³¹⁶ Alguns exemplos podem ser verificados na viralização em rede de manifestações de apoio às causas de determinado grupo em resistência e luta pelo território, expressados por *memes* e *hashtags* tais como: #somosGuaraniKaiowá, #somosquilomboriadosmacacos, #somosquilombopaioldetelha, #somosquilombosaoroque e, inúmeros outros. Tal como ocorre no espaço virtual, esses eventos também ocorrem na realidade dos movimentos concretizados na luta cotidiana dos Povos e Comunidades Tradicionais, seus discursos, documentos diversos produzidos e ações que coletivizadas inauguram um tipo de hibridismo, instabilidade identitária e transcodificação que não (des)referencializa, não (des)temporaliza e não (des)materializa a comunidade-território que se manifesta em alteridade e correspondência.

No geral, a reestruturação é esta transição capitalista da fase industrial para a rentista pós-industrial. No mundo significa antes de mais a busca de uma nova matriz de organização do espaço. No Brasil significa o reordenamento que reacomode a organização da sociedade brasileira sobre a base de um novo modo espacial de acumulação. (...). Nas condições do presente reestruturação é o movimento histórico concentrador e excludente. E, assim, a ordem espacial do modelo vigente pelo novo, numa fórmula de regulação de comando rentista [cita Moreira, 2001,2002]. (MOREIRA, 2012a, p.302,312).

Contudo, o aparente paradoxo inscrito no movimento de transcodificação das identidades espaciais, como é o caso do território tradicional Brejo dos Crioulos, reside justamente na necessidade de reconhecimento pós autorreconhecimento por parte da institucionalidade do Estado. É possível refletir então sobre um “hackeamento” por parte das identidades espaciais à própria concepção democrática materializada no Estado que por um tempo sustentaram, para se reterritorializarem no espaço de “poder simbólico” do território nacional. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU 2002, p.7). Ainda com Bourdieu (2002) é possível encontrar que

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer. (BOURDIEU, 2002, p.125).

O choque das espacialidades profunda e forjada pode então ser percebido no espaço-tempo de reconhecimento por um lado, de uma identidade nacional materializada em espaços desmercantilizados e heterogêneos, particularizada no reconhecimento em rede de múltiplas identidades locais como é o caso do lugar-território Brejo dos Crioulos, articulado a outras identidades espaciais como no caso Conselho Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, por exemplo; e, o reconhecimento de uma identidade nacional elaborada a partir de identidades multinacionais materializadas em espaços mercantilizados,

juridicizados e homogeneizantes. O Estado, neste caso, constitui o espaço de poder que corporifica o conflito.

Nesse caso, o espaço da Democracia se evidencia eruptivamente em disputa por dois grandes projetos conscientes de si e do outro, e suas institucionalidades constituem os lugares que localizam no tempo-espaço as diversas temporalidades do conflito. “As bases territoriais institucionalizadas são formas de organização espacial das estruturas do Estado e da sociedade, exercendo um papel privilegiado de integração funcional e territorial” (O’NEILL, 2013, p.336). Depreende-se da questão que, do ponto de vista sociológico clássico é possível dizer que está em curso o (re)ordenamento dos limites da sociedade brasileira, difusos e aparentes. O próprio conceito de limite está sendo reposicionado nas narrativas.

A crença generalizante de que o apego ao lugar-território desapareceria com a modernidade tendo em vista a lógica da “globalização perversa” da qual fala Santos (2001) é imprecisa, o que é deflagrado e percebido é inverso, na difusão das espacialidades forjadas, registra-se diversas conexões entre espacialidade profundas que movimentam a contra-espacialidade. Ao refletir sobre o movimento que as identidades culturais sofrem com a globalização, entendendo-a como parte do movimento de descentramento lento e desigual do Ocidente pela articulação entre local e global, Hall (2005) traz à questão dos desdobramentos espaciais Quilombolas e das conexões entre espacialidades profundas, a possibilidade de neles reconhecer essa contra-espacialidade ao afirmar que

ao lado da tendência da homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Há, juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global e “o local”. (HALL, 2005, p.77).

Identidades se desinvisibilizam, recodificam e multiterritorializam cada vez mais a partir de seus lugares originais. Sobretudo, agora estão em rede e seus campos simbólicos são capazes de deslocar até e em outros territórios sem necessariamente se fragmentarem ao ponto de inibirem suas existências. Ao contrário, os territórios agora se relacionam numa “concordância de inteligências” (BOURDIEU, 2002, p.10) justamente para consolidarem suas particularidades na diferença que dá novo sentido aos espaços de poder e fundarem novas espacialidades coletivizadas. De acordo com Bourdieu (2002, p.11) esses sistemas simbólicos “tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”.

Um outro mito é do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez aos prodígios da velocidade (...).Fala-se, também, de uma humanidade desterritorializada, e essa ideia dever-se-ia outra, de uma cidadania universal. (...) Sem as fábulas e mitos, este período histórico não existiria como é. Uma dessas fábulas é a tão repetida ideia de aldeia global. O fato de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta, deixando saber instantaneamente o que se passa em qualquer lugar. (SANTOS, 2001, p.41-43).

O capital, na velocidade da rearticulação via modulação da retroespacialidade na proteção dos espaços conquistado nos domínios e lógicas do Estado busca se articular às identidades territoriais desmercantilizadas na tentativa de “hackeá-las” à luz da fetichização das etnias, da alteridade e dos espaços culturalmente diferenciados no mercado de sonhos. A fascinação que a modernidade causa no cotidiano comum passa necessariamente pela superação das durezas cinzentas que a urbanidade causa na paisagem veloz contemporânea. Escapar ao sossego da experiência, por exemplo, nas viagens culturais diferenciadas passou a fazer parte do universo dos desejos globalizados. A captura da alteridade pelo capital se dá na sutil leveza das experiências transformadoras do ser que situa a frágil e curiosa condição em uma quase inevitável escolha das travessias possíveis.

A viagem supõe uma experimentação em nós que tem a ver com exercícios costumeiros entre os filósofos antigos: o que eu posso saber de mim? O que posso aprender a descobrir a meu respeito se mudo de lugares habituais e modifico minhas referências? O que resta da minha identidade quando são suprimidos vínculos sociais, comunitários, tribais, quando me vejo sozinho, ou quase, num ambiente hostil ou pelo menos inquietante, perturbador, angustiante? O que subsiste do meu ser quando se subtraem os apêndices gregários? O que será do núcleo de minha dura personalidade diante de um real sem rituais ou conjurações constituídas? A grande volta ao mundo permite nos reencontrarmos da maneira como a eternidade nos conserva. (...). Nós mesmos, eis a grande questão da viagem. Nós mesmos e nada mais. Ou pouco mais. Certamente há muitos pretextos, ocasiões e justificativas, mas em realidade só pegamos a estrada movidos pelo desejo de partir em nossa própria busca com o propósito, muito hipotético, de nos reencontrarmos ou, quem sabe, de nos encontrarmos. A volta ao planeta nem sempre é suficiente para obter esse encontro. Tampouco uma existência inteira, às vezes. Quantos desvios, e por quantos lugares, antes de nos sabermos em presença do que levanta um pouco o véu do ser! Os trajetos dos viajantes coincidem sempre, em segredo, com buscas iniciáticas que põem em jogo a identidade. Também aí o viajante e o turista se distinguem e se opõem radicalmente. Um não cessa de buscar e às vezes encontra, o outro nada busca e, portanto, nada obtém. (...). Ir de um ponto a outro, ontem com hoje, depende menos da experiência histórica ou geográfica quantificável por um historiador como Braudel que da experiência ontológica e metafísica mensurável por filósofos, poetas e artistas. Para além da história quantitativa revela-se, frágil e nova, uma geografia poética. (ONFRAY, 2009, p.75-82).

Na contramão dessa tentativa sutil de captura da alteridade, o capital, em meio ao passo das resistências elaboradas pelas identidades espaciais também é “hackeado”. Cabe recordar a experiência que marca o início dessa travessia em 2010 na cidade de Registro-SP, no Vale do Ribeira no contexto do 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas promovido pelo Governo Federal. Com o objetivo de propor vivências, troca de experiências e articulações com as comunidades quilombolas para discutir políticas do turismo no âmbito de seus territórios e consequente construção de visão de futuro, foi inaugurado um espaço/tempo de apresentações que abriram as primeiras e exposições e debates entre as entidades organizadoras e as 43 Comunidades Quilombolas ali representadas juntamente com o Comitê de Associações de Quilombos do Vale do Ribeira-Paraná.

Após a exposição da representação do Ministério do Turismo sobre a importância de se pensar a elaboração de um “produto turístico quilombola” considerando que daquela data iniciava uma contagem regressiva importante em face da aproximação dos grandes eventos

“da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e Olimpíadas”, a plenária foi interrompida pela fala do Sr. Bonifácio Modesto Pereira – Líder Quilombola da Comunidade de Morro Seco-SP.

Não fomos completos em nenhum de nossos argumentos aqui, mas estamos seguindo conforme precisa. Quem colhe e vende, ganha; quem colhe e dá, perde. Mas é preciso ver o estilo da venda. (...). Tudo bem, o que vende é produto. Mas precisamos primeiro é pensar no nosso território. Se assim não fizermos, vamos estar fazendo um turismo ilegal, já que o território não é nosso, reconhecido³¹⁷.

Naquele momento as Comunidades presentes ao manifestarem a favor do (re)ordenamento das “cadeiras” propondo que a “mesa de honra” fosse destituída das “autoridades” e ocupadas pelas lideranças Quilombolas que ali se encontravam, também sugeriram a ressignificação do evento. A ideia pronunciada ecoou que ao invés de trocarem experiências e articularem a discussão sobre políticas do turismo, construísem uma visão de presente sobre a realidade e desafios de seus territórios tradicionais, especialmente em relação ao posicionamento do Estado brasileiro que, segundo os presentes, parecia estar mais preocupado naquele momento, com a Copa do Mundo e a fetichização da etnicidade Quilombola em seus modos de vida, cultura e meios de viver.

No calor das incertezas e dos consensos conquistados pela luta naquele instante, uma pequena reterritorialização simbólica aconteceu. Um enfrentamento articulado ligeiro reposicionou narrativas de luta que foram postas em uma Carta Manifesto enviada ao Congresso Nacional, a saber:

Carta Aberta das Comunidades Quilombolas reunidas no 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas

Diante da situação criada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN 3.239, proposta em 2004 pelo DEM (Democratas), questionando a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de Comunidades Quilombolas de que trata o art. 68 do ato das

³¹⁷ Grifos do autor.

Disposições Constitucionais Transitórias, e na iminência de julgamento da questão pelo Supremo Tribunal Federal – STF, nós, Comunidades Quilombolas reunidas no 1º. Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, em realização entre os dias 07 a 11 de junho de 2010, na cidade de Registro (SP), solicitamos apoio aos diferentes grupos formadores da nossa sociedade, em especial aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para fortalecer nossa luta, a partir do seguinte entendimento:

1. Que o art. 68 do ADCT/88 constitui norma de direito fundamental, que visa assegurar a possibilidade de sobrevivência das Comunidades Quilombolas - povos dotados de cultura e identidade étnicas próprias – e garantir o exercício dos nossos direitos culturais, tais como as nossas formas de expressão, criações artísticas, nossos modos de criar fazer e viver, à luz do disposto no art. 216 da CF/88, que trata da proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro; **2.** Que o texto do art. 68 do ADCT/88, na medida em que indica a titularidade do direito a ser conferido (Comunidades Quilombolas), a propriedade definitiva das terras ocupadas (objeto do direito) e quem deve conferir esse direito (o Estado), é norma para aplicação imediata, portanto independe de edição de lei específica para sua concretização, cabendo ao Estado fazer valer imediatamente esse direito fundamental; **2.** Que o Decreto Federal 4.887/2003 é o instrumento adequado para a Administração Pública assegurar os direitos que nos foram garantidos pelo texto Constitucional de 1988, e que o critério de “auto-definição” previsto no Decreto é constitucional, que visa promover a conscientização da identidade do próprio grupo quilombola, assim como, é constitucional a definição de terras ocupadas por remanescentes de quilombos constante no Decreto; **3.** Que os direitos Quilombolas estão ainda garantidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT, que vigora no Brasil desde 2003 e assegura que o critério para determinar a identidade do povo quilombola é a “consciência de sua identidade”, além de garantir o direito à propriedade e posse de nossas terras tradicionalmente ocupadas e o direito de consulta livre, prévia e informada conferido ao povo quilombola, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de nos afetar diretamente; **4.** Neste sentido, reafirmamos a importância e necessidade de que o Estado Brasileiro garanta o direito fundamental de acesso ao território quilombola, como instrumento para promoção da igualdade e justiça social, e a promoção e proteção do pluralismo étnico-cultural, aspecto relevante para toda a Nação. Reafirmamos, também, a urgente necessidade de realização de audiências públicas antes que o Supremo Tribunal Federal – STF – julgue a ADIN 3.239, amplamente com os diversos setores da sociedade afetados pela ação, como medida de Justiça e dos ideais de cidadania, assegurando-se, assim, o nosso Estado Democrático de Direito³¹⁸.

Diante das inevitáveis percepções e, retomando a questão abstrata do Sujeito de Direito no conteúdo da norma jurídica ainda amparada nos resquícios potentes do Constitucionalismo Liberal, fica evidente o estranhamento da espacialidade profunda sobre as intencionalidades elaboradas no contexto não apenas da norma, mas de políticas públicas específicas. Em um mundo tão diverso, onde o hibridismo cultural das multiterritorialidades se apresenta a descentrar o ocidente e com isso reterritorializar conteúdos substantivos da

³¹⁸ Durante realização do 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, Registro/SP, 2010.

sociedade neste início de século XXI, as distâncias entre sociedade e Estado permanecem extremamente vulneráveis.

Como então não questionar a lei? Como não refletir o Direito contemporâneo? Como avançar nessas questões sem geografizá-lo? Como esperar que os Povos e Comunidades Tradicionais em suas identidades espaciais não se inquietem dadas as tantas forças desarticuladoras de suas existências legítimas, originais, ancestralizadas? Se estes novos sujeitos e suas territorialidades não estão previstos nas leis centrais do ordenamento jurídico brasileiro, qual o sentido de suas existências ao Estado-Nação? Qual o sentido dos territórios tradicionais para o território nacional? Perguntam as comunidades.

O fato é que neste momento, guardados os casos dos territórios Quilombolas e das Terras Indígenas, assistidas a partir da historicidade colonial imbricada nas categorias, o que as posiciona no texto Constitucional, os demais Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil não existem para o Estado e isso cria um ponto de pressão considerável nas temporalidades da espacialização capitalista no território nacional e, simultaneamente fragiliza diversas dimensões da espacialidade profunda brasileira. Na compreensão de Magdaleno (2013),

Apesar de ser comum pensar de forma quase que imediata na influência das leis nas ações e na organização do espaço, é notório que, por ser um projeto legal, a lei é necessariamente um projeto social e político, devendo ser encartada como socialmente construída e analiticamente inseparável das relações sociais e políticas. Todavia, a lei não apenas orienta e influencia a ação político-social, mas também é um reflexo dessa estrutura. (...). A Política nesse sentido aparece como um guia essencial das nossas considerações, a partir do momento em que podemos defini-la como um conjunto de relações que delimita e define os conteúdos dos territórios [aqui entendidos] como o resultado da apropriação efetiva ou simbólica de uma porção do espaço por um determinado agente social (...) concebido não somente como base material da sociedade, mas também como uma mediação para sua própria existência. (...) evidencia-se que o legal não é, assim, uma “entidade” meramente formal, mas instaura relações de poder e é por meio delas reelaborado. (MAGDALENO, 2013, p.65-68).

Depreende-se de Assis (2014)³¹⁹ que a negligente situação posiciona os operadores do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente os formalistas escolados à luz das premissas idealistas, em um paradigma jurídico sem proporções. Se observado o campo personalista das operações interpretativas, mesmo quando bem intencionado na mediação dos conflitos ou na ambientação de pressões possíveis isso se torna um desafio. Pesando então o campo das parcialidades possíveis, por vezes comuns no Direito brasileiro, isso passa sob os olhos do desprezo e da indiferença, primeiramente pelo tratamento objetivo da norma e, em casos mais desafiadores pelas influências cabíveis. Assim, “apenas são sujeitos de direito aqueles a quem a norma atribui essa capacidade”, afirma.

Não há um pressuposto antropológico, mas apenas o direito positivo que estabelece classificações, qualificações e conceitos, que quando ocorrem na realidade produzem consequências jurídicas (direitos, faculdades, obrigações). Apenas o Direito Positivo que classifica e diz o que é, quais conceitos e, quando ocorrem na realidade produzem consequências jurídicas. Até pouco tempo isso era considerado o que existia de mais avançado, até 1988. O direito tratar todos como iguais. Na idade média o direito expressava as diferenças da realidade, reais. Existia um direito para cada classe. Coisa que não acontece hoje dentro desse Modelo de Constitucionalismo. Todos são tratados como iguais perante a lei. Todo mundo é abstrato, indiferenciado e, portanto, igual. É isso que ensinam nas Universidades e seus cursos tecnicistas de Direito formando simplesmente operadores da norma sob a ótica do Constitucionalismo que pronuncia a igualdade perante a lei. O Constitucionalismo Social é o que há de mais moderno no ordenamento jurídico brasileiro hoje, que a sociologia já superou há muito tempo. Pouco se produz ainda sobre Multiculturalismo Jurídico. A Colômbia já em bem avançado em relação ao mundo e ao Brasil. Multiculturalismo Jurídico parece ainda ser algo ainda distante. (ASSIS, 2014).

Ainda da explanação de Assis (2014) depreende-se que no início do século XX, a força política adquirida pelo proletariado conduz o Estado à assimilação da luta de classes como reequilíbrio dos sistemas democráticos. Nesse contexto, o ordenamento jurídico deixa de ser então compreendido como uma unidade coerente e plena, e a inédita aproximação do Direito com a realidade social proposta pelo Constitucionalismo Social permite o reconhecimento de novos sujeitos históricos, identificados como minorias que possuem

³¹⁹Grifos do Autor.

saberes próprios e formas de ocupação do território que não seguem a lógica do mercado. Com modos de vida e meios de viver diferenciados por tempos invisibilizados pelo Estado e pelo Direito agora são percebidos em suas ‘culturas diferenciadas’. Ao assimilar a realidade social o Direito passa então a reconhecer também as suas contradições, contudo, sem resolvê-las e, como isso exibir suas frestas e fraturas na contemporaneidade que explicitam nesse momento o desafio de reconhecimento dos territórios tradicionais.

As conquistas materializadas na Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabeleceram no Brasil o inédito espaço da Democracia. Essa substância social, ao se constituir conteúdo de um espaço produzido permite também um novo campo para as Geografias cansadas, adormecidas e também para Geografias não realizadas. “Conflitos, disputas, acordos que animam a vida política em geral e o ambiente democrático em particular adquirem sua melhor expressão e visibilidade no espaço. A territorialidade da política é inegável.” (CASTRO; RODRIGUES; RIBEIRO, 2013, p.13). A democracia constitui uma forma/sistema de governo que necessariamente envolve a sociedade como um todo e o território nacional. Para Castro (2013, p. 24-25) “o que a torna um modelo institucional de evidente dimensão geográfica (...) [que] deve ser recuperada no debate contemporâneo entre seus defensores e críticos ou mesmo entre aqueles que opõem os modelos de democracia representativa e direta”.

Democracia e Geografia (...) a primeira, modelo político-institucional com fortes implicações sobre o espaço, objeto privilegiado de investigação da segunda. Ambas se enriquecem nesse encontro. É possível que uma ou outra nem sempre se reconheçam, porém a realidade se impõe sobre perspectivas e vieses ideológicos. O espaço é por excelência o lugar da política, que não existe no vazio da imaginação, a democracia é a política em sua forma mais pura, é a possibilidade do encontro dos indivíduos livre e diferentes, porém tornados iguais pela lei. E a geografia é a análise da ordem espacial desse encontro, dos processos e formas que daí resultam. (CASTRO; RODRIGUES; RIBEIRO, 2013, p.12).

Diante do que apresenta Hall (2000) e considerando todo o panorama de formação sociocultural brasileiro inserido no espaço-tempo da desinvisibilização e simultaneamente da

hibridização de identidades na contemporaneidade, no presente, o fluxo que materializa o reconhecimento e a coexistência de novas sociabilidades na diferença é o das conexões em rede das identidades espaciais que ocorrem desde arranjos locais na luta pelo reconhecimento de lugares de viver, passando por arranjos conectores de regionalismos até então isolados não menos invisibilizados, quando não, reconhecidos na plataforma do território nacional apenas sob estigmas pejorativos que classificavam as múltiplas dimensões socioespaciais do país reduzindo suas realidades, alcançado arranjos de escalas multiterritoriais de definiram novos espaços e formas de conexões.

Esse movimento simbólico e material de ressignificação dos estigmas socioespaciais das identidades territoriais que estão a se desinvisibilizar amplificou os processos de superação das realidades estáticas e as narrativas que atribuíram aos discursos hegemônicos os pejorativos espaciais que por tempos rotularam diversos sertões do país como essencialmente imutáveis, demonstrando assim um total desconhecimento e distanciamento das franjas da expansão desenvolvimentista da realidade brasileira e, ao mesmo tempo das distintas realidades da espacialidade profunda a qual se conectaram.

Cabe salientar que as Comunidades Quilombolas, mesmo consideradas à luz das categorias coloniais, a condição histórica que as situa anteriores, historicamente, ao Decreto 6.040/2007, não garantiu que superassem os pejorativos estigmatizantes no qual se inserem outros povos e comunidades tradicionais, e isso pôde ser visto em vários momentos e situações de campo. Em alguns momentos surgiam representantes de comunidades que demandavam não ser apresentados com “Quilombola” “Kolombola” “Calombola” porque segundo os manifestos o nome os associava a “pretos vagabundos” “gente preta que não quer saber de nada”, “escravo de laço”, “invasor ladrão” ³²⁰. No mesmo contexto, também era real,

³²⁰ Um dos fatos mais marcantes dos campos realizados ocorreu quando no contexto das tradicionais Festas de Agosto, na cidade de Montes Claros-MG, no momento que uma Comunidade Quilombola era convidada a apresentar uma dança típica da Comunidade à população presente, ouvi de uma jovem garota a pergunta que escapava ao locutor do evento: “Mas você vai falar que a gente é esse negócio de Kalombola ai moço? Mexe

porém mais forte e volumoso os diversos discursos, manifestos e narrativas sobre o orgulho de ser Quilombola e fazer parte de um movimento tão forte e importante dos povos tradicionais, conforme registrado nas vozes de diversos moradores de Brejo dos Crioulos.

Na dinâmica das questões onde diversas naturezas espaciais estão se reterritorializando, uma renovadora força de consensos encontra na incorporação da dialética dos conflitos pelo constitucionalismo, a oportunidade de resignificar aos olhos do ordenamento jurídico brasileiro o então abstrato Sujeito de Direitos das premissas liberais de outro espaço-tempo desatualizado da realidade material na produção do espaço. É nesse tempo-espaço que o relacionamento e a articulação das diversas temporalidades multiterritorializadas em rede trazem à realidade o Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007³²¹ que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e conceitua em seu artigo 3º, I os Povos e Comunidades Tradicionais como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; [e, no inciso II os Territórios Tradicionais como] (...) espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, Decreto 6.040, 2007).

com isso não, eles num gostam não. Fala que a gente é o “Povo da Dança de Roça”. Alguns críticos à legitimidade identitária quilombola alegam que a “ressemantização do Quilombo Histórico” (RATTS, 2001) para fins de reconhecimento da identidade espacial Quilombola e consequente titulação do território tradicional constitua um ato de linguagem que objetivamente instaura um dever-ser étnico que funda o Quilombo simbólico abrindo espaço à autoidentificação e autoclassificação identitária e alterando termos constitucionais que perdem razão de ser. Nesse discurso interpretativo da norma se alega que muito da autoidentificação percorre o curso inverídico pura e simplesmente pela assimilação conveniente de interlocutores que almejam a construção de novos espaços políticos pautados por ideologia. Ou seja, pessoas estariam se declarando Quilombolas com pura finalidade ideológica já que os sujeitos não se enquadrariam como escravos fugidos. Tal entendimento desconsidera a ideia de remanescentes de Quilombos. O episódio descrito na contramão de servir ao discurso em questão precisa ser considerado nos termos da histórica inferiorização a qual as comunidades negras rurais foram submetidas justamente em mais uma face cruel da complexa espoliação que justifica a luta pelo reconhecimento. Não por acaso, em meio aos processos de conquistas, reconhecimentos e posituação identitária nas redes elaboradas por territórios relacionais, é cada vez mais raro encontrar narrativas de autodesconstrução subjetiva para proteção objetiva conforme foi notado.

³²¹ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>, visitado em fev. 2014.

Tal conquista dá potência ao Estado brasileiro a se desdobrar pelo reconhecimento do próprio território, um desdobramento desencadeado por desdobramentos em escalas menores. Constitui episódio fundamental à espacialidade profunda brasileira visto que o país reedita a possibilidade de se reconhecer como nação frente ao passado colonial que negligenciou a racionalidades profundas e que com o expansionismo editou nos valores locais um pensamento jurídico imprudente. E, ao mesmo tempo se resignifica na contemporaneidade que lhe imperou a crise moderna de identidade do Estado-nação, que apesar de amenizada permanece.

A revisão epistemológica das identidades para o ordenamento jurídico brasileiro permitiu também o reconhecimento da história dinâmica da luta interessada a partir da sua geograficidade e reposiciona as identidades espaciais no plano categórico de orientação aos processos de reconhecimento. Na compreensão de Assis (2014),

O Direito precisa de conceitos para ser operado. Quem não é tradicional? O Decreto 6.040/2007 foi um avanço muito expressivo para os operadores e para o ordenamento jurídico brasileiro. O conceito de Povos e Comunidades Tradicionais traduz uma estratégia de luta, uma opção interessada de Povos e Comunidades para a realização de direitos coletivos e difusos. É um conceito que tenho denominado *fato-norma* [nas pesquisas de doutoramento] que só pode tornar-se operante juridicamente com o aporte epistemológico das demais ciências sociais. Um encontro da Antropologia com o Direito. O operador do Direito tem que ser capaz de extrair desse fato, dessa realidade normas jurídicas que não estão no sistema. No Ordenamento Jurídico brasileiro, o operador do Direito está preso às amarras do próprio sistema. (ASSIS, 2014)³²².

A fundamental exposição de Assis (2014) a essa leitura geográfica permite um resgate fundamental a questão da espacialidade profunda delimitada pelos limites do constitucionalismo brasileiro, bem como seu distanciamento da Geografia. Como então avançar para além do *fato-norma* proposto por Assis (2014)? Como expandir aprofundamento constitucional necessário se o Constitucionalismo Social/Democrático assimila a dialética do conflito e as contradições da realidade, ainda assim não se propondo no espaço-tempo a

³²² Grifos do autor.

resolvê-las? Considerando a expressiva conquista das identidades espaciais contemporâneas, marcadamente Índios e Quilombolas, em termos territoriais ao terem suas existências assimiladas pelo Estado já que traduzem em essência a própria existência da soberania do território nacional, para além do reconhecimento estão a desinvisibilizar a identidade espacial profunda do país e, nesse caso, ampliando o espaço da democracia juntamente com todos os Povos e Comunidades Tradicionais em questão.

Percebe-se que uma *forma-função-processo-estrutura* possível ao Constitucionalismo Pluralista capaz de ordenar um Estado de Direito Socioespacial possa ser encontrada na admissão da categoria *espaço-fato-norma*, considerando a realidade enquanto resultado do espaço produzido e as ações que nele decorrem. Para além do encontro entre Direito e Antropologia proposto por Assis (2014) ao considerar a categoria composta *fato-norma* em sua tese, o pressuposto aqui apresentado registra a necessidade inevitável pela consideração da categoria *espaço* na construção sugerida. Destaca-se que a elaboração do Constitucionalismo Pluralista, quando levado nas extremidades de seus avanços ao validar a cosmovisão indígena no deslocamento do antropocentrismo ao biocentrismo (BRANDÃO, 2013), dá centralidade ao espaço em sua totalidade relacional expressada pelo vivido.

Para Santos (2012) o espaço reproduz a totalidade se reproduzindo no interior da mesma quando evolui em função do modo de produção influenciando a evolução de outras estruturas, constituindo componente fundamental dos movimentos da totalidade social. Além de informar sobre a importância de tomar as categorias forma, função, processo e estrutura de modo relacional já que isoladamente revelariam realidades parciais, Santos (2012) nos alerta sobre a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade, uma vez que

é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhe um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética. (SANTOS, 2012, p.109).

Então o caminho que se evidencia destaca a possibilidade primeira de se compreender a reterritorialização do conceito de identidade espacial no ordenamento jurídico a partir da possibilidade se inaugurar reflexões sobre um Constitucionalismo Pluralista no Brasil à luz do encontro entre as ciências do Direito, da Antropologia e da Geografia, bem como todas as outras contribuições. Não pormenorizando as contribuições da ciência geográfica, ao contrário, relegando a ela a responsabilidade da centralidade no processo de construção epistemológica, visto que o reconhecimento das sociabilidades dos Povos e Comunidades Tradicionais só parece possível pelo reconhecimento de suas espacialidades e identidades territoriais. Entendendo identidades espaciais como estratégias de luta para além do *ser-o-que-é*, do *dizer-o-que-é* e do *reconhecer-o-que-é* nos processos de reconhecimento, mas permitindo também *saber-(a)onde*³²³-*está* considerando que a geograficidade é fundamental e inerente ao reconhecimento do fato pela norma.

Assim posto e considerando que novos sujeitos produzem novas territorialidades e, a partir de suas geografias produzem seus próprios conceitos e categorias cujas potências relacionais tendem a interferir introduzindo nas epistemologias hegemônicas novas noções da espacialidade, estar atento a essas construções constitui um desvelamento dos rumos da Geografia no século XXI. Para Santos (2012),

Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas providas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. (...). É à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos. (SANTOS, 2012, p.87)

Na contradição que abriga os diversos interesses, o território constitui identidade espacial dotada de soberania especial, indivisível, inalienável e imprescritível. Cabe refletir que a unidade do território tradicional situada no presente se apresenta multiterritorializada,

³²³ Diante dos rigores da gramática, cabe salientar que a preposição neste caso implica o no acumulado das ideias de permanência e movimento ligadas à categoria lugar. Conferindo assim a totalidade dialética da proposição.

sua indivisibilidade é fluida, sua inalienabilidade é compartilhada e sua imprescritibilidade resulta de temporalidades acumuladas na reflexão do passado, na produção do presente e pensamento do futuro. Seu uso está além do público e do privado. As identidades espaciais são guardiãs da condição humana no espaço.

Em que medida o não reconhecimento dos territórios tradicionais implicaria em desequilíbrio estrutural do território nacional? Quais os significados guardam o reconhecimento desses territórios e a consequente expansão da espacialidade profunda? Não residiria a natureza do espaço do Estado-nação no reconhecimento de suas múltiplas identidades espaciais? A compreensão que se evidencia acerca da espacialização do mercado sobre as essências espaciais do território nacional destaca a reconfiguração espacial do capital. Desse modo, se evidencia a dialética da fragmentação-integração que expressa o choque das identidades espaciais brasileiras com as frações mundializadas do mercado.

Quais significados guardam a superação do Constitucionalismo Social/Democrático brasileiro dada a urgente necessidade de consolidação dos direitos territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais do país? Até onde esses espaços desmercantilizados podem expandir sem comprometer o projeto de nação com foco no neodesenvolvimentismo? Qual é o limite da resiliência dos territórios tradicionais na invisibilidade e no não reconhecimento do Estado brasileiro? Quais os desafios e contribuições da Geografia brasileira para estas questões?

Depreende-se de Assis (2014)³²⁴ que o poder discricionário atrelado ao Constitucionalismo Social/Democrático flutua na esfera das conveniências e nele estariam expressos os limites desse modelo. “Ao mesmo tempo em que garante direitos se vale de técnicas na produção de mecanismos dentro do próprio Constitucionalismo para “mantê-lo” em “equilíbrio” a ponto de não ameaçar o sistema”. Nesse caso, não ameaçar o sistema

³²⁴ Grifos do autor.

significa não ameaçar o agronegócio, a mineração, as unidades de conservação, as reflorestadoras, as barragens, as usinas eólicas, as plataformas petrolíferas, a exploração de gás natural, de gás de xisto, significa não comprometer as ordens e arranjos do latifúndio que ocupa grande parte dos cargos políticos na institucionalidade do Estado, variados espaços de poder no mercado e que também expropriou o território Brejo dos Crioulos.

Diante do exposto, as percepções evidenciam que uma vez reféns do poder discricionário, cabem aos povos e comunidades tradicionais ampliar a potência da espacialidade relacional na luta via elaboração colaborativa em rede de narrativas, táticas e estratégias de desinvisibilização frente à toda sociedade e que sejam capazes de “convencer” o Estado brasileiro a reconhecer os territórios tradicionais e titulá-los. Considerando que o Estado pode ou não fazê-lo mediante seus entendimentos e conveniências, principalmente político-partidárias como é observado neste início de século XXI, parece necessário que os territórios articulados na espacialidade profunda construam suas representações a partir da formação e potencialização de lideranças com fins de ocuparem os espaços de direito nos espaços legislativos, executivos e judiciários. Entre a manutenção do *ser* e a transformação do *dever* parece latente a potência relacional dos territórios-em-rede que se desinvisibilizam.

De todo modo, a auto-organização política encontrada no poder da cultura e organizada no pluralismo das especificidades espaciais condiciona um rearranjo anti-retroespacialidade capaz de estabelecer em rede novos ordenamentos espaciais e jurídicos. É razoável dizer que há nesse momento de reflexão sobre os números de violência no espaço rural brasileiro, não pela intimidação cruel e sem freios que o capital financia no território nacional, mas pelo aperfeiçoamento das estratégias territoriais de conquista e validação de direitos, que estão sendo ampliadas as capacidades de articulação em rede das identidades territoriais. Não apenas é crescente a diversidade de territórios tradicionais que se conectam e o raio das conexões em escala regional, nacional e global, mas também está em expansão a

fluidez dos entendimentos, a capilaridade institucional, a velocidade da assimilação das técnicas e das ações nos relacionamentos, bem como o reconhecimento paralelo da sociedade com um todo sobre a espacialidade profunda enquanto identidade legítima do país.

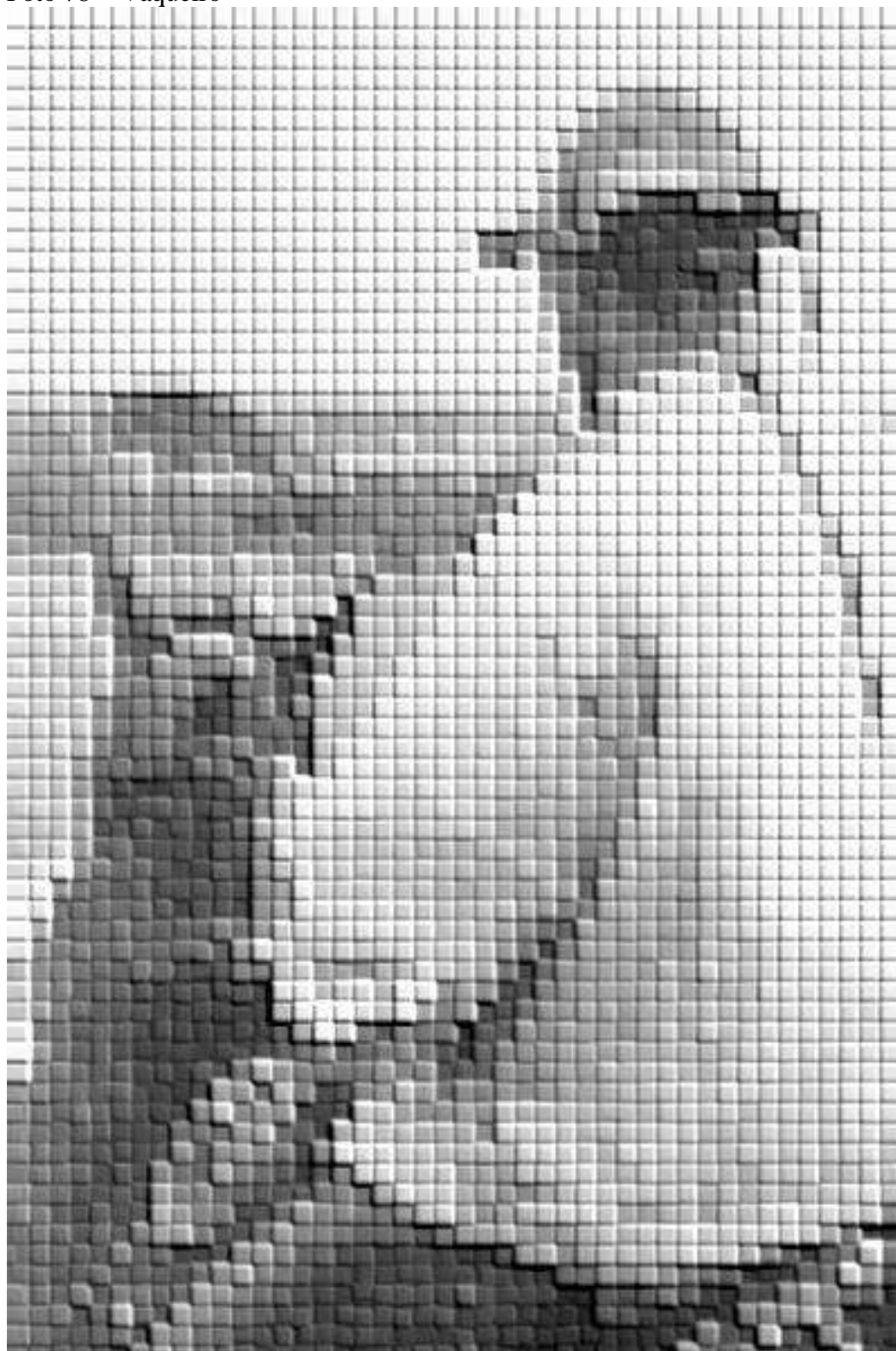
Assim como se verifica o avanço da acumulação por expropriação, também se verifica a consolidação de uma grande rede contra-espacial de territórios relacionais. O conteúdo espaço-tempo então é evidenciado pela espacialidade da rede de territórios nas (des)ordens do territorial nacional e seus conteúdos, formas, funções, processos, estruturas, espaços, fatos e normas que cada vez mais estão conectados pela origem de suas identidades espaciais em desdobramento na existência. Entendendo desdobramento espacial como reterritorialização de suas materialidades resilientes e de suas multidimensionalidades escalares que produzem também a subjetividade de sua espacialidade por meio de rearranjos multiterritoriais relacionais.

Cabe observar que os territórios relacionais dialeticamente se constituem enquanto identidades espaciais autóctones e categorias de análise do espaço geográfico, com é caso do lugar-território Brejo dos Crioulos. As categorias nesse caso incidem como a representação do próprio espaço, servindo a auxiliar a leitura sobre os estágios do desdobramento espacial em que a espacialidade se apresenta à leitura geográfica e, podendo se realizar em diferentes temporalidades. Categorias são filtros de apreensão da totalidade espacial por onde podem ser lidos os processos sociais.

Na compreensão de Claval (2004a, p.40) o aprofundamento das questões contemporâneas e reflexões acerca da epistemologia da geografia e a evidência do paradigma cultural se explicariam pela dinâmica atualizada do pensamento crítico, não refletindo “diretamente os processos e os problemas da globalização”. Segundo o autor “os paradigmas mais antigos, e agora modernizados, permitem entender boa parte dos problemas do mundo atual”.

Nesse caso, pensar a noção de *espaço-fato-norma* enquanto categoria composta a ser instrumentalizada junto às epistemologias autóctones com foco na construção de um arranjo geográfico elaborado a partir da espacialidade profunda e na multiterritorialização constitucional dos Povos e Comunidades Tradicionais brasileiras no espaço da norma, que pode ou não ser lido como espaço da democracia, implica no desafio total de fundamentar as bases conceituais dessa construção, reconhecendo na Geografia Cultural a potência capaz de viabilizar esse projeto mediante a produção espacial dialética dos territórios tradicionais e a potencialização de suas narrativas, determinadas a um projeto maior de conexão ao Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano. Tal arranjo implica diretamente na revisão constitucional do país e consequentemente do ordenamento jurídico brasileiro, de onde salta como maior desafio a elaboração da noção da função social do espaço e do território, tema que será abordado no próximo capítulo.

Foto 78 - Vaqueiro



Fonte: Acervo do autor, 2010.

“Enquanto metade da humanidade não come,
a outra metade não dorme, com medo da que não come.”

Josué de Castro

Geografia da Fome
1980, p.22

Foto79 - Cancela no território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, 2010.

**5 'A VACA FOI PRO BREJO' E O TERRITÓRIO, ENCURRALADO:
TERRITÓRIO, PROPRIEDADE E O DESAFIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO**

5 ‘A VACA FOI PRO BREJO’ E O TERRITÓRIO, ENCURRALADO: TERRITÓRIO, PROPRIEDADE E O DESAFIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

5.1 A questão da terra no Brasil e os territórios tradicionais

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2012), nos últimos 50 anos, o número de habitantes do mundo mais que duplicou, passando de 2 bilhões e 500 mil em 1950 e atingindo 7 bilhões em 2011, considerando que na maioria dos países, ainda que as taxas de natalidade estejam decrescendo, a população mundial segue aumentando com previsões de 8 bilhões e 900 mil pessoas até 2050. O UNFPA destaca que fatores populacionais afetam todos os aspectos do desenvolvimento sustentável, incluindo pobreza, urbanização, HIV/aids, envelhecimento, segurança do meio-ambiente, migração, questões de gênero e de saúde reprodutiva.

Com área de 8.515.767,049 km² (IBGE, 2012) e população estimada em 202.880.505 habitantes (IBGE, 2014), o território brasileiro, a 5ª nação mais populosa do mundo, considerando a média mundial, apresenta em 2014, baixa densidade demográfica³²⁵ com 22,43 hab./km²³²⁶, distribuição populacional bastante desigual, com maior concentração nas regiões Sudeste (86,92 hab./km²) e Nordeste (34,15 hab./km²) e menores índices no Sul (48,58 hab./km²), Centro-Oeste (8,75 hab./km²) e Norte (4,12 hab./km²) conforme índices de Densidade Demográfica apresentados pelo Censo 2010 segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação. O estado de Minas Gerais é apresentado como 14º em população relativa, podendo ser comparada à densidade do Zimbábue, na África Austral, com 32 hab./km².

³²⁵ Densidade demográfica ou população relativa é média da distribuição da população total pelo território (área).

³²⁶ Grifos do autor.

A população relativa de um dado território constitui um importante indicador de desenvolvimento humano e econômico. Existem territórios com baixo IDH e territórios com alto IDH com variadas possibilidades de altas e baixas densidades, direta ou inversamente proporcionais. O fato é que, em meio ao importante debate mundial sobre crescimento populacional pautado, por vezes, por alarmismos, controlismos ou pró-natalismos a análise sobre produção do espaço, uso e ocupação do solo e seus reflexos nos territórios diversos nos moldes da sociedade de consumo constitui fator fundamental para compreensão e ordenamento dos arranjos socioespaciais contemporâneos.

Inserido na mesorregião Norte de Minas, cuja densidade demográfica registra 12,57 hab./km² (IBGE, 2010) e, na microrregião de Montes Claros, cuja densidade é de 27,05 hab./km², o contexto do Território Brejo dos Crioulos dialoga com a realidade socioespacial dos municípios de São João da Ponte, 615º município em população relativa no estado com 13,7 hab./km², Varzelândia, 406º com 23,46 hab./km² e Verdelândia, 803º com 5,31 hab./km².

Para olhar o Território em seus 17.302 ha é necessário considerar uma população de aproximados 3000 habitantes distribuídos em 684 famílias. A realidade territorial expressa no Decreto Presidencial de 29 de setembro de 2011 - que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território de Quilombos Brejo dos Crioulos, situado nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências - ainda não responde a real necessidade espacial demandada pela população do Brejo.

Os desafios e lentidão no processo de regularização fundiária envolvendo desapropriação e indenização de propriedades rurais inseridas na área, considerando especialmente que a realidade ainda expressa uma (des)ordem territorial, com nove proprietários detendo 13.322,54 ha., o que corresponde a 77% do Território, acentuam os conflitos nas diversas relações, tanto entre proprietários e comunidade, quanto na própria

comunidade enquanto unidade social. Nesse caso, se for considerada a densidade demográfica no Brejo, superadas todas as indenizações e consolidação do processo, a população relativa do Território seria de 17,34 hab./km². Contudo, projetada sob uma área de 39,7 km² (23% do Território), correspondendo a atual área ocupada, a densidade real passa a 75 hab./km², bem diferente e alta se comparada com o ordenamento possível face ao decreto que legitima o território e pretende democratizar o uso de direito da comunidade cumprindo o processo de justiça histórica com os Crioulos do Brejo.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, no Brasil, 2,8% do total das propriedades rurais do país são latifúndios e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis. Os minifúndios representam 62,2% dos imóveis e ocupam 7,9% da área total. Diante do quadro, o país apresenta a segunda maior concentração da propriedade fundiária do planeta. Ao olhar de Marés (2003, p.13) "a ideologia da propriedade privada, individualista e absoluta, mesmo contra o texto da lei ainda impera no seio do Estado, ou no seio da elite dominante que dita a interpretação que lhe favorece." Basta observar o movimento hierarquizado de privilégios no seio do Congresso Nacional do Brasil para reconhecer em narrativas, intenções e práticas a confirmação da realidade em questão. Para Žižek (2011a, p.48) "a ideologia não é simplesmente uma operação de fechamento, que traça a linha entre o incluído e o excluído/proibido, mas sim a regulação constante do fechamento." Segundo este autor "cada vez mais a transgressão é imposta diretamente pela própria lei"³²⁷.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, a concentração fundiária brasileira, corresponde um índice Gini de 0,872, ocupando a segunda posição mundial na concentração de terras, perdendo apenas para o Paraguai [destaque para o fato de que a concentração de terras no Paraguai advém da grande participação brasileira no agronegócio do país], com índice de Gini de 0,94 [dados do Banco Mundial, 2007]. Ressalta-se que o índice de concentração fundiária de 2006 demonstrou uma tendência crescente ante aos apurados nos censos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856), confirmando, assim, uma tendência ainda atual de concentração fundiária no Brasil, o que notadamente contribui para o incremento dos conflitos fundiários rurais no país. (SAUER E MARÉS, 2013, p. 11-12).

³²⁷Idem.

Os efeitos do território quilombola de Brejo dos Crioulos na sociedade regional e suas multidimensões extrapolam os limites de sua área, especialmente porque a luta pelo território tradicional constitui uma luta política, engajada, cada vez mais articulada e reconhecida. Suas relações são para além da manutenção de direitos fundamentais e reconhecimento de direitos territoriais, visto que assume e participa de um processo maior de evolução conceitual, inclusive da ideia de propriedade. Parece sensato perceber que os conteúdos do território não podem ser lidos simplesmente na frieza jurídica ou matemática, dos decretos e hectares. O reordenamento do ordenamento jurídico por meio da atualização conceitual da ideia de propriedade inscrita no e pelo território tradicional significa avanços para o próprio campo do direito. Para tanto, leituras geográficas sobre a natureza da existência espacial que funde o espaço brejeiro ao espaço crioulo reúnem no mesmo campo a complexidade e diversidade de lugares e indivíduos, identidades socioculturais e espaciais, de ordem material e subjetiva, social e simbólica.

As relações sociedade-natureza, especialmente no tocante à satisfação de necessidades ligadas à transformação e aproveitamento de recursos, historicamente, encontraram na ideia de propriedade justificativa possível para o equilíbrio da vida em sociedade. A ideia e as multidimensões conceituais que englobam a propriedade enquanto direito, espaço de domínio e instituição socioeconômica definiram os esteios do direito e dos direitos que aparentam ou tentam sustentar as relações e estruturas socioespaciais atuais.

Quaisquer leituras geográficas acerca das alterações materiais, conceituais e simbólicas que ajudam a contar e contextualizar a ideia de propriedade, de certo modo, implicam na intencionalidade das narrativas e suas realidades históricas, que vão desde os primórdios das conquistas que naturalizaram domínios e, que posteriormente serviu à ideia absolutista de exclusividade para manutenção da dominação e perpetuação do poder instaurado numa suposta ordem natural, até o estabelecimento e posterior quebra da

hegemonia patrimonialista com o eco da função social do espaço, requalificando e reordenando domínios, desencadeando processos de justiça histórica para reparação, especialmente simbólica, de danos acumulados à sociedade, revisionando ordenamentos jurídicos, atualizando constitucionalismos e legitimando a conquista de direitos. Ainda assim, o quadro não significa um reparo totalizante que seja intransponível, muito ao contrário segue o contínuo movimento de des-ordem e re-arranjos, mesmo porque o espaço permanece em disputa e sua função social, em especial.

A propriedade é o direito que alguém possui em relação a um bem determinado. Trata-se de um direito fundamental, protegido no art. 5º, inc. XXII, da Constituição Federal, mas que deve sempre atender a uma função social, em prol de toda a coletividade. A propriedade é preenchida a partir dos atributos que constam do Código Civil de 2002 (art. 1.228), sem perder de vista outros direitos, sobretudo aqueles com substrato constitucional. (TARTUCE E SIMÃO, 2010, p.118).

Segundo Tartuce (2011) o conceito de propriedade sempre foi objeto de estudo dos civilistas das mais diversas gerações. No contexto o autor destaca o entendimento de alguns deles, a saber:

Clóvis Beviláqua (2003,p.127) conceitua a propriedade como sendo o poder assegurado pelo grupo social à utilização dos bens da vida física e moral. Caio Mário da Silva Pereira (2004, p.89-90) leciona: "Direito real por excelência, direito subjetivo padrão, ou 'direito fundamental' (Plugliatti, Natoli, Plainol, Ripert e Bouglanger), a propriedade mais se sente do que se define, a luz dos critérios informativos da civilização romano-cristã. A ideia de 'meu e teu', a noção do assenhoreamento de bens corpóreos e incorpóreos independe do grau de cumprimento ou do desenvolvimento intelectual. Não é apenas o homem do direito ou o *business man* que a percebe. Os menos cultivados, os espíritos mais rudes, e até crianças tem dela a noção inata, defendem a relação jurídica dominial, resistem ao desapossamento, combatem o ladrão. Todos 'sentem' o fenômeno propriedade". (...). "A propriedade é o direito de usar, gozar e dispor da coisa, e reivindicá-la de quem injustamente a detenha". Para Orlando Gomes (2004, p.109), a propriedade é um direito complexo, podendo ser conceituada a partir de três critérios: o sintético, o analítico e o descritivo. Sinteticamente, para o jurista baiano, a propriedade é a submissão de uma coisa, em todas as suas relações jurídicas, a uma pessoa. No sentido analítico, ensina o doutrinador que a propriedade está relacionada com os direitos de usar, fruir, dispor e alienar a coisa. Por fim, descritivamente, a propriedade é um direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo, pelo qual uma coisa está submetida à vontade de uma pessoa, sob os limites da lei. Maria Helena Diniz (2010, p.848) define a propriedade como sendo "o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar, dispor de um bem corpóreo ou incorpóreo, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha". Segundo Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2006, p.178) a propriedade é um direito complexo, que se instrumentaliza pelo domínio, possibilitando ao seu titular o exercício de um feixe de atributos consubstanciados nas faculdades de usar, gozar, dispor e reivindicar a coisa que lhe serve de objeto. (TARTUCE, 2011, p.790).

A propriedade está relacionada a quatro atributos previstos no caput do art 1.228 do CC/2002: "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha". É nesse contexto que se admite a classificação da propriedade em *Plena ou Alodial* em que o proprietário tem consigo os atributos de gozar, usar, reaver e dispor da coisa de forma unitária, sem que terceiros tenham qualquer direito sobre a coisa e *Limitada ou Restrita*, onde recai sobre a propriedade algum ônus, caso da hipoteca, da servidão ou usufruto, em que alguns atributos da propriedade passam a ser de outrem, constituindo-se o direito real sobre coisa alheia. No último caso, composta por duas partes, *Nua-propriedade*, despida dos atributos do uso e da fruição e, *Domínio Útil*, correspondente aos atributos de usar, gozar e dispor da coisa. (TARTUCE, 2011, p.791-794). O autor considera propriedade e domínio em um mesmo campo conceitual, mas alerta sobre outros entendimentos.

O domínio é instrumentalizado pelo direito de propriedade. Ele consiste na titularidade do bem. Aquele que se refere ao conteúdo interno da propriedade. O domínio, como vínculo real entre o titular e a coisa, é absoluto. Mas, a propriedade é relativa, posto ser intersubjetiva e orientada à funcionalização do bem pela imposição de deveres positivos e negativos de seu titular perante a coletividade. Um existe em decorrência do outro. Cuida-se de conceitos complementares e comunicantes que precisam ser apartados, pois em várias situações o proprietário - detentor da titularidade formal - não será aquele que exerce o domínio (v.g, usucapião antes do registro; promessa de compra e venda após a quitação). Veremos adiante que a propriedade recebe função social, não o domínio em si. (FARIAS e ROSENVALD, 2006, p.179).

Esses aspectos são aqui apresentados, para além da necessidade de observar o entendimento jurídico ordenador. A aproximação que as definições previstas no ordenamento jurídico promovem quando se trata dos conceitos de propriedade e domínio, em muito tratados sinônimos, são fundamentais para se compreender os ‘bastidores’ da reflexão sobre a função social do território que preciosamente facultam a necessidade de se visitar a aproximação fronteira-limite e seus avessos que permitem ler geograficamente o território relacional. Para Hissa (2006, p.34) “fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites”.

Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (front), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar, o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está voltada para fora com se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato. (HISSA, 2006, p.34).

Para Raffestin (1993, p.164) “entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”. Isso porque, domínio é aqui entendido como o espaço das marcas inscritas pelo poder de diversos agentes, por meio de suas territorialidades que ora expressam limites, ora fronteiras, ou simultaneamente os dois registros a ponto de constituírem uma só expressão do espaço de biocomplexidade. “O limite, a fronteira *a fortiori*, seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência, ser modificada ou até mesmo ultrapassada”³²⁸.

De fato, desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem, no entanto nunca desaparecerem. É evidente que os significados de limite variaram muito no decorrer da História. Não há por que se admirar, pois o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torna-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.165).

Trata-se de um caminho fundamental, uma vez que, o território Brejo dos Crioulos se inscreve em um espaço em litígio, onde fronteiras territoriais estão a enfrentar os limites da

³²⁸ Idem.

propriedade privada. A genética dessa relação espacial é aqui compreendida quando as fronteiras do Brejo anunciam um espaço de uso e viver que também é simbólico representado na unidade socioespacial aberta e, os limites da propriedade privada incorporam o puro desejo pela soberania do ordenamento espacial, fechado, como se o território ali, mesmo que mimetizado não ofertasse seus domínios à dialética des-ordem imposta pela desqualificação da natureza espacial de Brejo dos Crioulos.

A expressão contraditória dessa quadricula, que inscreve na análise o território relacional, segundo Raffestin (1993) é resultante de um projeto social oriundo das relações de produção que se enlaçam nos modos de produção e no campo ideológico. Nesse caso, os limites se apresentam como uma informação que estrutura o território, cujas coerências impressas nessas relações não implicam em ausência de contradições e mutações sensíveis, para além das econômicas, incluindo políticas, sociais e culturais.

Sem dúvida, o limite ou a fronteira não passam de um fenômeno banal e é por isso que não têm sido objeto de um grande interesse. Mas, na realidade, eles nada têm de banal quando retomados na qualidade de sistema sêmico no projeto social. Constituem uma informação *latu sensu* indispensável a qualquer ação. Portanto, a cada vez é preciso estudá-los como portadores de uma informação que consome energia, para ser criada, controlada e mantida. Participam de todo projeto sociopolítico ou socioeconômico e é por intermédio desses projetos que é conveniente situá-los. Constituem uma dimensão que nunca está ausente, pois não concernem somente ao invólucro espaço-temporal, isto é, toda “classificação” deve ser tomado no seu sentido mais genérico, no sentido de partição de qualquer conjunto. Sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura pois não saberia mais como se exercer. (RAFFESTIN, 1993, p.169).

Os resultados do enfrentamento subjetivo-objetivo fronteira-limite, que o caso do território de Brejo dos Crioulos impõe, apontam exigências que precisam ser observadas e consideradas no terreno das buscas pela função social do território. Viver o cotidiano de Brejo dos Crioulos constitui um convite à compreensão da fronteira corporificada por sua unidade, como espaço de proteção dos lugares fímbrios de viver que em contradição limitam e são limitados nas manifestações das múltiplas identidades espaciais e suas dimensões. Conforme Raffestin (1993, p.170), os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos

arbitrários integrando “o jogo de reprodução social [não sendo esta] nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos, consumidos. E basta, nos debruçarmos sobre as quadrículas imaginadas para facilitar, aqui e ali, as atividades sociais, para sabermos que elas são bem ou mal vividas, que dão lugar a relações simétricas ou dissimétricas. É exatamente porque são vividos que os limites participam da territorialidade”.

As fronteiras são parte dos espaços sociais que se constroem como parte dos Estados Nacionais. Subjacente à questão das fronteiras está a questão mais profunda relativa ao significado do espaço social. As fronteiras dividem espaços sociais materialmente articulados, isto é, áreas povoadas, centros de produção, locais de consumo. A localização das fronteiras reflete essa geografia econômica, com seu significado de gestão de poder. Toda controvérsia e todo acordo sobre fronteiras de fato têm diante de si essas áreas ocupadas e organizadas. Por isso, hoje, precisamos de uma conceituação do espaço social politicamente reconhecido, que nos mostre como funcionam essas linhas divisórias. (PEDRÃO, 2004, p.226).

O tencionamento território-propriedade que salta das questões territoriais de Brejo dos Crioulos reflete a realidade de diversos sertões do Brasil onde novas situações de linearização fronteira de territórios tradicionais ganhou vigor por razões diversas que se encontram no esclarecimento de direitos constitucionais, na ampliação da rede de territórios relacionais via compartilhamento de experiências territoriais que se encontravam isoladas e invisibilizadas, e da rede de proteção dos direitos fundamentais, pela intensificação dos conflitos que se apresentam como causa e consequência desses processos. E, na raiz das questões, a intensificação da alteração dos modos de produção que, em especial, apontam para a expansão das fronteiras agrícolas, mas também minerárias, de produção de energia, dentre outras.

Nesse caso, a condição pendular do poder nos processos de demarcação de fronteiras provoca a erupção de relações adormecidas e, o rompimento de silêncios. De um lado, a revolta dos antes amedrontados e coagidos, de outro a reação opressora mais evidente sob a cautela dos poderes institucionalizados, que quando viciada na ordem das contingências agia distante dos holofotes da sociedade e da democracia. Para Raffestin (1993, p.167) a linha fronteira só é de fato estabelecida com a efetiva demarcação. Reflete o autor que “de fato

estabelecida” significa “não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tivessem essa fronteira em comum. Pela demarcação, elimina-se não um conflito geral, mas um conflito do qual a fronteira pudesse ser o pretexto”.

A reflexão contribui à análise, considerando que, se por um lado, a materialização da linearização apresenta o que o autor entende como “perversão política”, a sua imaterialidade, quando lida no contexto dos enfrentamentos território tradicionais-territórios do capital não guardam distâncias maiores sobre este fim. Para tanto, poder-se-ia considerar que a materialidade da linearização de fronteiras do Estado moderno, suas “linhas rígidas” e “impermeabilidade” constituiriam uma representação da mesma substância que estrutura a rigidez da propriedade, explicitando apenas uma questão de escala. O autor entende que “a demarcação (a delimitação também, mas com riscos de contestação) permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal. Com efeito, a linha fronteira adquire diferentes significados segundo as funções das quais foi investida” ³²⁹.

A função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política. É, sem dúvida, a função mais estável e também a mais essencial, pois não tem uma conotação negativa. Em contrapartida, a função do controle tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral, o que vale dizer, desde já, que o controle da informação se mostra muito mais difícil, na maioria dos casos. Quanto a função fiscal, por muito tempo ela representou o papel de instrumento de política econômica, por meio do protecionismo. A liberalização das trocas diminui muito a sua importância. As funções ideológicas e militares da fronteira poderiam completar essa enumeração. A função ideológica é muito marcante hoje em dia e esconde os conflitos armados potenciais. Enquanto a função militar é ambígua, pois só pode ser assumida num contexto estratégico convencional. Os armamentos sofisticados a esvaziaram, em grande parte, de todo significado. (...). A função legal está sempre presente, mas a função de controle e a fiscal podem ser virtuais. (RAFFESTIN, 1993, p.168).

O percurso que se pretende como o exposto diz-se da energia produzida nas trocas, tencionamentos e enfrentamentos entre as funções da linha fronteira e as características da propriedade que, no espaço das fronteiras simbólicas tecem o território relacional. A

³²⁹ Idem.

demarcação que reconhece sua identidade espacial e suas multidimensões aponta para o reordenamento da natureza espacial desses territórios e a legitimação de suas existências. Nesse caso, as fronteiras impressas pelas multidimensões de um território que também é simbólico avançam no desafio de territorializar no espaço da democracia e seus limites constitucionais, a função social do território.

O encontro dessas substâncias e a atualização de suas linguagens e contextos, somadas à intencionalidade das narrativas de futuro que tendem a reorganizar os limites para a modificação de um “sistema sêmico no projeto social” (RAFFESTIN, 1993), que reconhece territórios tradicionais, em especial quilombolas, é marcado pelo referencial dos territórios relacionais, complexos, elásticos, resilientes, fundamentais e, cuja função social passa à essencial e, sempre presente junto à função legal. De acordo com Tartuce (2011), a propriedade, como direito real por excelência, apresenta as seguintes características:

direito absoluto, em regra, mas que deve ser relativizado em algumas situações. No sentido de certo absolutismo, o proprietário pode desfrutar da coisa como bem entender. Porém existem claras limitações dispostas no interesse do coletivo, caso da função social e socioambiental da propriedade (art.1.228 §1º do CC); *Direito exclusivo*, sugere que determinada coisa não pode pertencer a mais de uma pessoa, salvo os casos de condomínio ou copropriedade, hipótese que também não retira o seu caráter de exclusividade. É correto afirmar que, apesar de ser um direito exclusivo, a propriedade envolve interesses indiretos de outras pessoas, e até de toda a sociedade, que almejam o atendimento à sua função social. *Direito perpétuo*, reza que o direito de propriedade permanece independente do seu exercício, enquanto não houver causa modificativa ou extintiva, seja elas de origem legal ou convencional. *Direito elástico*, a propriedade pode ser distendida ou contraída quanto ao seu exercício, conforme sejam adicionados ou retirados atributos que são destacáveis. Na propriedade plena, o direito se encontra no grau máximo de elasticidade, havendo uma redução nos direitos reais de gozo ou fruição e nos direitos reais de garantia. *Direito Complexo*, por tudo que envolve e exposto, constitui um direito complexo em demasia, especialmente pela relação com os quatro atributos constantes do caput do art. 1.228 do CC. *Direito fundamental* - não se pode esquecer que a propriedade é um direito fundamental, pelo que consta do art. 5º, XXII e XXIII da Constituição Federal. Esse caráter faz que a proteção do direito de propriedade e a correspondente função social sejam aplicados de forma imediata nas relações entre particulares, pelo que consta do art. 5º, §1º do Texto Maior. Em reforço, o direito de propriedade pode ser ponderado frente a outros direitos tidos como fundamentais, caso da dignidade humana (art.1º, III, de CF/1988), particularmente naqueles casos de difícil solução (técnica de ponderação). (TARTUCE, 2011, p.795-797).

Além das disposições constitucionais que asseguram o direito individual à propriedade, no ordenamento jurídico brasileiro, a propriedade está prevista como um direito real no Código Civil, art. 1.225, inciso I. No entendimento de Tartuce (2011, p.757) os direitos reais constituem relações jurídicas entre uma pessoa e uma coisa, na qual o sujeito passivo não é determinado, mas toda a coletividade; é regido pelo princípio da publicidade (exige tradição e registro); os seus efeitos são *erga omnes* (oponíveis contra todos); o seu titular tem direito de perseguir a coisa onde quer que esteja e tem caráter permanente.

O direito à propriedade é constitucionalmente protegido, previsto à luz das garantias fundamentais e, ordenado pela função social que lhe é exigida, é apresentado sob o indicativo de propriedades relativizadas enquanto propriedade urbana, propriedade rural, propriedade intelectual.

Na Constituição Federal de 1988, a propriedade é prevista em diversos dispositivos. O artigo 5º, caput, inserido nos Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais e Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos dispõe: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”; o inciso XXII prescreve “é garantido o direito de propriedade”; o inciso XXIII relativiza esse direito ao estabelecer que “a propriedade atenderá a sua função social”; o inciso XXVI afirma “a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento” e o inciso XXIX prescreve acrescenta “a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país”.

O artigo 170, caput, inserido no Título VII – Da ordem Econômica e Financeira, Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica assevera que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social” [deve observar, dentre outros princípios], inciso II – a propriedade privada e, inciso III a função social da propriedade.

Ainda, o artigo 187, caput, inserido no mesmo Título VII, Capítulo II – Da Política Urbana, dispõe em seu §2º que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. No mesmo Título VII, Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária - o artigo 184 caput trata do imóvel rural ao prescrever que “compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”.

Por fim, o Artigo 185, caput, informa que “são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: inciso I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; inciso II – a propriedade produtiva; Parágrafo Único: a lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social”. E, no Artigo 186, caput, “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: inciso I – aproveitamento racional e adequado; inciso II-utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; inciso III-observância das disposições que regulam as relações

de trabalho; inciso IV-exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.

A mesma Constituição determina no Artigo 68³³⁰ do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, nesse caso, anunciando, segundo Rios (2006, p.66) um tipo de propriedade especial, com diferencial que permeia todo o texto constitucional apontando para “uma forma específica de propriedade que tem em seu cerne o caráter coletivo”.

No cenário atual da academia brasileira, as comunidades rurais negras têm sido tratadas procurando-se enfatizar sua condição de “remanescente de quilombos” tendo em vista a necessidade de demarcação de seu território, em decorrência do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal promulgada em 1988. Arruti (1997) discutindo a emergência dos “remanescentes”, ao contrapor dialogicamente a trajetória de grupos indígenas para pensar os grupos negros, afirma que a história do Brasil passa por momento privilegiado de gênese de categorias sociais, pela formação de grupos como “sujeitos políticos”. Desde que novos sujeitos de interesses entraram em cena pela potencialização das lutas já existentes ou pela criação de novas figuras legais, os chamados “direitos insurgentes”³³¹. É por meio deles que as “populações tradicionais” referidas no Artigo 68 passaram a reivindicar a regularização fundiária de seu território como direito inerente ao fato de serem reconhecidas como “remanescentes” de comunidades “tradicionais”. (COSTA, 1999, p.22).

No contexto do reconhecimento de domínio dos territórios remanescente de quilombos e suas identidades espaciais, novas redes se formam e novos sujeitos políticos se conectam na plataforma de lutas contra os artifícios da exclusão no espaço universal, onde novas paisagens

³³⁰ O artigo é regulamentado pelo Decreto. nº 4.887, de 20-11-2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata esse artigo e, pelo Decreto. nº 6.040, de 7-2-2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

³³¹ Diz-se também do uso alternativo do direito ou do direito alternativo e apontam para novos entendimentos e concepções sociais do direito. Sua maturação advém de práticas jurídicas consolidadas a partir das narrativas que ocupam os quadros de exclusão, opressão e marginalização de sujeitos e suas comunidades. Suas raízes apontam para as lutas da classe trabalhadora, passando pelos movimentos de resistência aos regimes ditatoriais de Estado e, são atualizadas por movimentos sociais de diversas naturezas nas quais se inclui a luta dos remanescentes de quilombo. Trata-se de uma expansão progressista frente à ideologia jurídica dominante e os descompromissos sociais legitimados pelo direito oficial. Atualmente apontam para a prática de assessorias jurídicas populares, associativas e colaborativas, por juristas ativistas. (Grifos do autor).

de racismo ambiental e de destruição de substâncias simbólicas se alastram em velocidades monetárias. Olhar para a Geografia desses territórios insurgentes que estão a (re)ordenar os espaços da democracia e a desenhar o Constitucionalismo Pluralista no país exige perceber as narrativas elaboradas à luz de um pluralismo jurídico ainda não efetivado.

Nesse caso, cabe lembrar sobre os processos de educação jurídica popular e a formação de juristas leigos que geram potência significativa aos movimentos de reconhecimento, demarcação, consolidação dos territórios tradicionais, bem como a formação de lideranças. Um exemplo desse processo é encontrado na existência da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR). No caso de Brejo dos Crioulos o apoio de juristas populares também é uma realidade. A renovação do poder simbólico territorial e a expansão das franjas dessa fronteira sêmica também são efetivadas no espaço do reordenamento jurídico brasileiro.

Depreende-se de Costa (1999, p.30) que o encontro das representações subjacentes aos discursos da sociedade subordinadora dos processos sociais territoriais de Brejo dos Crioulos com o universo das práticas sociais do grupo acaba por erguer fronteiras que comunicam a particularidade social ali instalada. Sendo assim, os processos de perda da autonomia, subordinação e espoliação territorial são visitados por meio da articulação da trajetória histórica do grupo em três tempos inerentes à concepção particularizada dessa categoria pelo grupo, “tempo da fartura, tempo dos fazendeiros e tempo da penúria”, para visitar suas condições de reprodução social. A contribuição da cosmovisão territorial por meio de suas temporalidades acumuladas e expressas nas noções sobre os tempos do lugar de viver em nas “categorias nativas” ³³² permite uma melhor compreensão, não apenas sobre as práticas sociais, mas também e, especialmente, das dinâmicas e práticas espaciais do território, bem como dos percursos acumulados em suas transformações funcionais.

³³² Ibid., p.68.

Se as fronteiras passam por fases de funcionalização ou de disfuncionalização, isso em geral é determinado, ou comandado, por modificações socioeconômicas ou sociopolíticas. A funcionalização ou a disfuncionalização não afetam somente o território, mas também o tempo social no interior desse território. Com frequência, o espaço e o tempo sociais se fazem e se desfazem simultaneamente. O invólucro espaço-temporal no qual se originam as relações de poder é um todo. Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração. Essa construção simultânea do espaço e do tempo tem sido muito esquecida ou, talvez, não evidenciada o bastante, resultando daí um tratamento formal dos limites. Assim, eles são abordados ligeiramente, por vezes sem rigor, e no entanto constituem uma das bases das práticas espaciais. (RAFFESTIN, 1993, p. 168-169).

Assim, a atualização das fronteiras do território a partir das suas multidimensões, passa pela atualização das fases de funcionalização do território dialogadas com os tempos do lugar. Nesse contexto, atualizar o percurso anunciado por Costa (1999) preza por considerar o *tempo da luta* que iniciado no ano 2000, após a conclusão do trabalho do citado Antropólogo, confecciona o ponto de ruptura entre o território invisível, mimetizado territorialmente e, atualiza os códigos até então expressos nas alianças locais que irão corporificar o território relacional. O território moreno passa a território quilombola, relacional, por meio do encontro das territorialidades crioulas do espaço brejeiro com a dimensão relacional da ação acadêmica, instaurando o *tempo da luta*.

De terra responsável pela reprodução de diversas famílias a bem para especulação imobiliária, o território *moreno* mudou radicalmente sua função e determinou rupturas na vida social das pessoas que aí existem. Transformações foram processadas na forma de vida, na concepção de mundo e nas práticas sociais desses grupos familiares que atualizam valores tradicionais que os agregam como partes de uma mesma unidade. Por não estabelecerem alianças externas com forças populares que lhes poderiam dar sustentação — estratégia política para vínculos intraestamentos. Os morenos do médio Arapuim mantêm-se à margem de conquistas sociais e políticas inerentes à cidadania brasileira, pela falta de acesso e consequentemente impossibilidade de usufruto. Este estudo ao trazer a luz a realidade dos *morenos* pode transformar-se em uma janela para que movimentos sociais urbanos, ao tomarem conhecimento de sua história, possam com eles estabelecer alianças que lhes possibilitem conquistar o status de cidadãos, que a condição de brasileiros requer. Pelo menos é essa a expectativa do grupo que tem visto este pesquisador como um intermediário, um broker, conforme conceituação de Wolf (1980), através do qual novas alianças externas possam ser articuladas. A

ampliação da conquista de direitos pode significar a restituição do orgulho a seus membros para passarem a se considerarem cidadãos, plenamente, não mais seres inferiorizados, não mais submetidos a poderes que os fazem pensar-se como sub-homens. (COSTA, 1999, p.66).

Assim posto, como a propriedade, em sua concepção constitucional, inserida junto aos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, permite na relativização de seu plural, dadas as diversas citações, pensar o território como propriedade? A reflexão que convida a analisar diferenças possíveis entre as dinâmicas socioespaciais que transformam a terra em território e, as que transformam a terra em propriedade, talvez permita um campo ameno para compreender a realidade projetada no lugar-território Brejo dos Crioulos, os desdobramentos das identidades espaciais na existência crioula, a des-ordem territorial brejeira e re-arranjos espaciais almeçados nas narrativas relacionais.

5.2 Territórios Quilombolas: processos territoriais especiais

Conforme os entendimentos de Rios (2006) a reconstituição jurídica do território quilombola advinda da norma constitucional, por onde percorrem as experiências de reconhecimento, demarcação, titulação e registro do território permitem refletir a configuração dessa propriedade especial ou propriedade territorial como uma possibilidade emancipatória do grupo na luta pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito em uma dada região.

Ao reconhecer que a propriedade pode ser legítima e ilimitada quando transformada em capital, Locke justifica a acumulação capitalista e se afasta de São Tomás de Aquino, para quem não pode existir um bem particular que não esteja em função da coletividade e, tampouco, que um indivíduo possua mais do que necessita para sua própria subsistência. Mas, embora Locke admita a existência de terra em abundância e que sua propriedade esteja ligada à produção, "o capitalismo a transformou em bem jurídico sujeito a uma propriedade privada estabelecendo valor de troca". A partir daí, a terra assume o lugar de provedora de capital. (...). No que se refere ao processo de apropriação da terra e consequentemente expropriação dos povos nativos, faz-se necessário lembrar que as sesmarias em Portugal eram usadas para as terras que já haviam produzido e que deveriam voltar a produzir alimentos, enquanto no Brasil o sentido dado às sesmarias era o de ocupação e conquista, desrespeitando

qualquer tipo de uso indígena ou ocupação preexistente. No Brasil, o processo foi de conquista e garantia de capitais, com a certeza de que a mão-de-obra escrava nunca viria a ser proprietária da terra. Esse sistema, em nossa pátria, prosperou a custo do trabalho escravo. Esse modelo de concessão acabou, no Brasil, por constituir-se em fonte para o surgimento do latifúndio presente até hoje em nossa história camponesa. O primeiro documento comprovador da propriedade privada foi o título de concessão de sesmarias. A Constituição de 1824, ao garantir o direito de propriedade privada, determina a nova forma de aquisição, pondo fim ao sistema de sesmarias. (...). Dessa forma, ficava consolidada e legitimada constitucionalmente a transformação da terra em propriedade privada. (RIOS, 2006, p.68-69).

A paisagem histórica das dinâmicas territoriais geografizadas de Brejo dos Crioulos, cujas estações e temporalidades acumuladas em marcas, feridas, memórias e travessias, expõe aspectos essenciais aos seus próximos estágios visto que, uma vez percebidas e reconhecidas sua identidade territorial, primeiramente internamente pela unidade social, segundo, à luz do ordenamento jurídico brasileiro em seus princípios constitucionais, pela sociedade regional e, avançando para as redes com as quais se conecta e relaciona. Cabe destacar que a sociedade regional, participa realizando a repetição de processo contraditório de reconhecimento e negação da existência dos Crioulos do Brejo.

As imagens que ainda hoje são construídas regionalmente sobre o grupo refletem um distanciamento temporal do mesmo, como se vivessem em um outro tempo e aí continuassem a ser mantido por ter sido excluído da sociedade em que se encontra inserido municipalmente. Essas imagens falam de um sistema de vida diferenciado, da preservação de uma língua tido como “língua da costa” legada por seus ancestrais africanos e a recusa em aceitar a convivência com a sociedade que o circunda e as ações das agências governamentais na tentativa de cooptá-los como a distribuição de bens de consumo coletivo. Coma a população de São João da Ponte (...) fui descobrindo uma outra imagem dos morenos, que informava a violência como prática social vivenciada por eles que se constituía no atributo que os fazia diferentes dos outros grupos, também negros, que os circundavam. A sociedade pontense focalizava neles a origem da sua imagem regionalmente enunciada como a mais violenta do sertão Norte do Gerais. (COSTA, 1999, p.20).

É fato que os olhares lançados em 1999, sofreram algumas mudanças, especialmente os internalizados no território, visto que a própria comunidade, em virtude do estudo do Professor Dr. João Batista³³³, reconhecendo a conquista da própria história, se abriu a lutar

³³³ COSTA, João Batista. Antropólogo. Doutor pela Universidade de Brasília (UNB). Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Desenvolveu importantes trabalhos de pesquisa sobre a diáspora dos Negros no Norte de Minas e, também junto à Comunidade de Brejo

por seus direitos territoriais e, com isso se desinvisibilizar frente à sociedade regional. É nesse contexto que será tratada adiante, a gênese e consolidação do atual estágio do território relacional Brejo dos Crioulos.

Há aqui, uma ligeira imersão nos desafios aparentes que destacam especialmente a necessidade do reconhecimento, legitimação e operacionalização da função social do território tradicional. Isso porque, constitui premissa objetiva fundamental a reflexão que aproxima território e propriedade privada, Crioulos do Brejo e parte da sociedade regional que ainda nega sua existência material, sociocultural e simbólica, a compreensão de que a natureza espacial do território Brejo dos Crioulos já não comporta em suas substâncias as pressões e coações pela coexistência de identidades espaciais antagônicas. O que não significa compatibilizar no espaço territorial os arranjos que desestruturaram a natureza do lugar-território Brejo dos Crioulos. A coesão entre propriedade privada e direitos coletivos guarda interesses diversos que podem ser reconhecidos, legitimados e possibilitados.

O signo do espaço é dado pelas relações que nele são estabelecidas, nesse caso coesas aos valores constitucionais que permitem interpretar articular esses interesses. Para tanto, outra questão fundamental diz-se da construção e condução das políticas públicas orientadas a operar os ajustes necessários. A questão sugere então a superação dos vícios do Estado que só encontrarão caminho nas profundas reformas de sua estrutura desconexa e anacrônica. O caso brasileiro parece esbarrar na urgência de revisões aprofundadas da estrutura fundiária, judiciária e política.

Hoje é visível a crise deste modelo de Estado e propriedade. Esse Estado contemporâneo e seu Direito trazem como marca fundamental em sua construção o individualismo jurídico que levou à transformação do homem em titular de direitos individuais em detrimento da coletividade. O referencial jurídico que fundamenta a propriedade moderna é construído, pode-se assim dizer, pela Revolução Francesa e pela elaboração das constituições nacionais. (...). O Estado moderno foi teoricamente construído com o intuito de garantir liberdade, igualdade e propriedade. Propriedade, que precisa da liberdade e da igualdade para existir.

Igualdade, que é essencial para a relação entre homens livres - condição básica para validade do contrato entre iguais. Nessa construção, o escravo não se enquadra, porque não possui capacidade jurídica para contratar. (RIOS, 2006, p.66).

No Brasil, mesmo considerando as expressivas conquistas³³⁴ da sociedade, o direito à propriedade privada, previsto na Constituição Federal como garantia individual, direito subjetivo do proprietário e direito fundamental orquestrado pela função social que lhe é devida, em meio à complexidade de sua natureza jurídica frente à intencionalidade interpretativa de sua efetividade, é sequestrado da própria evolução, sob os resquícios do império da escravidão, da colonização monarquista, do absolutismo coronelista oligárquico, do patrimonialismo cordial e seus paternalismos, do conservadorismo despótico, do patriarcado, do liberalismo renovado na oligarquia midiática, do republicanismo americanizado, dos golpismos elitistas reacionários, dos cabrestos e coações, da justiça hereditária e seus espólios políticos.

Na lisura forjada dos amparos o direito à propriedade é legitimado na ordem das conveniências históricas, à luz de uma significativa concentração de poder sobre áreas por um número restrito de pessoas. Nesse contexto, quando previstos direitos territoriais resultantes das mencionadas conquistas a cooptação evolutiva da ideia de propriedade à questão do território, se agrava. Quando territorialidades são reclamadas pelos proprietários, tudo é feito à luz do direito, mas quando reclamadas pelos trabalhadores rurais e comunidades, são tratadas como afronte.

Não por acaso as paisagens do conflito fundiário e seus cenários de terror se ampliam proporcionais ao entendimento coletivo, sobre a necessidade de aperfeiçoamento das garantias

³³⁴ Não consigo vislumbrar que a maturação da ideia de propriedade esteja desvinculada da produção dos múltiplos territórios em suas territorialidades específicas, estabelecidos na história brasileira. Nesse caso, os processos e movimentos de ocupação, contestação e revoltas populares que marcam e inscrevem o país na própria realidade, como aldeamentos, insurreições, sublevações, intentonas, independências, confederações, levantes, rebeliões, conjurações, motins, guerras, sedições, movimentos, greves, manifestações, jornadas, mutirões, revoluções, em muito contribuíram e continuam a fazer, resignificando espacialidades a partir das sociabilidades em questão. Para Raffestin (1993, p.165-166) “não há nenhuma grande revolução no período contemporâneo que não se tenha traduzido por uma modificação dos sistemas sêmicos. Basta pensar a Revolução Francesa ou na Revolução Russa para se constatar que todos os sistemas sêmicos sofreram transformações e, em particular, o sistema de limites”.

individuais relacionais envolvidas nos limites do território, que segundo Raffestin (1993, p.170) participam das territorialidades justamente por serem vividos. Para o autor, não resta dúvida sobre a “perversão” política que se configura a linha materializada capaz de dissimular um estado latente de guerra que acaba refletindo numa incapacidade de aliar as “relações de poder das quais a violência seja excluída e na incapacidade de aliar relações negociadas de poder. Isto é, de fato, um paradoxo político e geográfico, pois a cada demarcação linear extremamente precisa corresponde uma zona geográfica tanto mais impermeável. Trata-se, enfim de uma zona camuflada em linha. Isso significa que as funções da fronteira entre os blocos surgidos de ideologias diferentes adquirem uma forma extrema” ³³⁵.

Eis o porquê de a territorialidade constituir um obstáculo para as divisões. Sendo “convencionais”, tais divisões nem sempre são satisfatórias do ponto de vista existencial. Quando a malha é “desejada” por um poder, este se esforça por escolher o sistema que melhor corresponda ao seu projeto, pronto a transformar a existência daqueles que a ele estão submetidos, a menos que estes recuperem o seu poder para se oporem ao outro poder. Todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. Isso se torna a nova quadriculação na qual se instaura, por bem ou por mal, uma nova territorialidade. Toda mudança de malha implica uma nova estrutura de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.170).

No contexto, cabe ressaltar que o Censo IBGE (2010) aponta que as Terras Indígenas correspondiam naquele ano a 12,5% do território nacional. Em 2009, a Cartografia Étnica dos Territórios Tradicionais Quilombolas (ANJOS, 2009) sistematizou 3000 registros municipais distribuídos em todas as unidades do país que, considerando o movimento de desinvisibilização estarão aptos a reivindicarem o reconhecimento de suas existências e o número é crescente. Soma-se a isso o Movimento de Demarcação dos Territórios Pesqueiros, Veredeiros, Vazanteiros, Geraizeiros, das Quebradoras de Coco, Caiçaras, Marisqueiros, Chapadeiros, Pescadores Artesanais, Barranqueiros e, tantos outros.

³³⁵ Ibid., p.167.

De outro, dados do Instituto Chico Mendes e de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) apontam que o país possui atualmente 1.828 Unidades de Conservação que somam 1.494.989 km², cerca de 17,5% do território nacional. Dos 75 milhões de hectares que compõem UC's federais, cerca 10 milhões de hectares são de áreas privadas e que ainda 'precisam' ser desapropriadas e indenizadas pelo governo. Dos 850 milhões de hectares do território a agricultura ocupa cerca de 80 milhões de hectares e as pastagens 180 milhões de hectares. O Censo aponta que 85% da população brasileira é urbana, estando apenas 15% nas áreas rurais.³³⁶

Depreende-se do livro "*O partido da terra*" de Castilho (2012) que a dimensão da posse da terra por políticos eleitos em 2008 e 2010, é aproximadamente 1,2% do território nacional ou 4,4 milhões de hectares controlados por estes políticos, sendo que 2,3 milhões de hectares foram declarados pelos próprios proprietários à Justiça Eleitoral. Acontece que, estes 2,3 milhões de hectares apresentados equivalem a apenas R\$ 1,37 bilhões dos R\$ 2,16 bilhões declarados em imóveis rurais, os R\$ 785 milhões restantes, seguindo a mesma lógica, corresponderia a 1,3 milhões de hectares não informados somados a 1,1 milhão de hectares de empresas controladas por estes políticos.

Segundo Martins (2000b, p.90) "o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura". Graziano da Silva (1981, p.36) afirma que a centralidade da grande propriedade no desenvolvimento capitalista brasileiro constitui a questão central para se compreender a presença dessas relações de produção, o que segundo o autor, revela "uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra" no contexto da agricultura no país.

³³⁶ Grifos do autor.

A Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto Terra, Título I – Disposições Preliminares, Capítulo I – Princípios e Definições, Artigo 4º, caput, inciso II, define propriedade familiar como “o imóvel rural que, direta ou pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros”. O mesmo artigo, inciso III, define “módulo rural” como “área fixada nos termos do inciso anterior”. Desse modo, compreende-se o módulo rural como menor unidade parcelar da terra que, objetivamente sirva à dignidade da força de trabalho de uma família de trabalhadores rurais. Na mesma Lei, no Título III – Da Política de Desenvolvimento Rural, Capítulo I – Da Tributação da Terra, Seção II – Do Imposto Territorial Rural, Artigo 50, §2 – “o módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores: [dentre outros] d) o conceito de “propriedade familiar” definido no item II do artigo 4º da lei.

O módulo fiscal, de acordo com redação dada pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979³³⁷, é instituído como unidade de medida agrária, expressa em hectares e, correspondendo à área mínima de uma propriedade rural para que seja viável economicamente suficiente para exploração e, conseqüentemente para o sustento de uma família de trabalhadores. Ainda, é variável para cada município brasileiro a partir de critérios que consideram o perfil produtivo do município, da área em questão, situação geográfica, qualidade do solo, atividades circunvizinhas à região localizada, relevo, acesso, a expressão e função da renda derivada e os conceitos de propriedade envolvidos. Os critérios, nesse caso, são fixados por Instruções Especiais (IE) expedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, aprovadas pelo Ministério da Agricultura. Conforme as IEs os módulos fiscais variam de 5 a 110 hectares.

³³⁷ A Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979 é regulamentada pelo Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980 que em seu Artigo 4º define Módulo Fiscal.

A Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993³³⁸, que trata sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, dispõe em seu art, 1º, caput, “regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”; no art. 2º, caput “a propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais”.

A mesma lei em relação aos conceitos de propriedade envolvidos dispõe no art. 4º, caput, “para efeitos da Lei conceituam-se: I- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial; inciso II - Pequena Propriedade - o imóvel rural: a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; inciso III - Média Propriedade - o imóvel rural: a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural. E no art. 5º, caput, dispõe “a desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária”.

De acordo com Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, os módulos fiscais de São João da Ponte-MG, Varzelândia-MG e Verdelândia-MG são de 50 ha., conforme fixado pelas Instruções Especiais (IE) expedidas pelo INCRA, ou seja, configurando um espaço de grandes propriedades conforme classificação fundiária quanto a dimensão dos imóveis rurais. (grifos do autor). Em 2000, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) criou a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra como convite à reflexão e debate sobre propriedade privada.

³³⁸ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>, visitado em dez. de 2013.

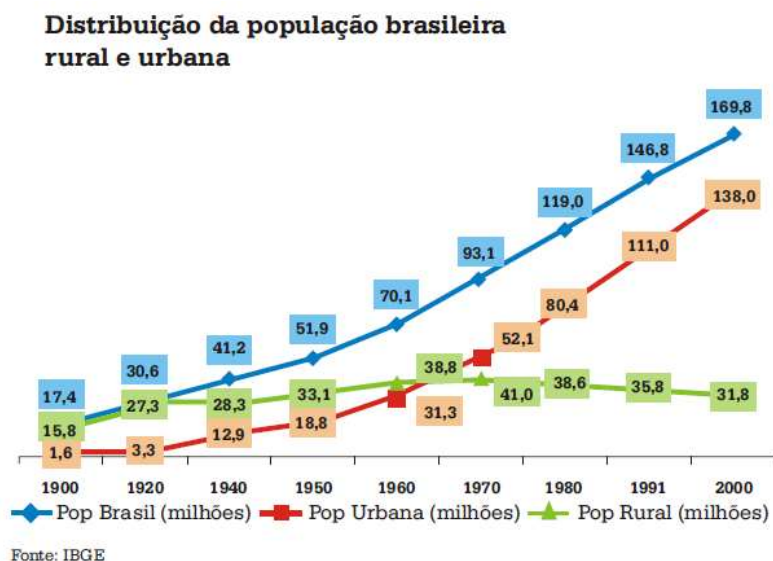
Por meio de plebiscito popular, realizado em 2010 que registrou mais de meio milhão de pessoas e coleta de assinaturas para uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e, com foco na defesa da reforma agrária, na soberania alimentar e na mobilização da sociedade frente ao agronegócio e hidronegócio e seus reflexos na natureza e na vida de populações rurais, tradicionais e, indígenas, teve como objetivo a tentativa de pressionar o Congresso Nacional para inserção de um inciso no artigo 186 que trata da função social da propriedade na Constituição Federal, mas não estabelece um teto para área de uma propriedade, com fins à limitação do tamanho da propriedade rural em até 35 módulos fiscais. (CANUTO *et al.*, 2010).

Segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006³³⁹, quase 50% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil têm menos de 10 hectares e ocupam somente 2,36% da área. Na outra ponta do espectro fundiário, menos de 1% dos estabelecimentos rurais (46.911), tem área acima de 1 mil hectares cada, e ocupam 44% das terras. Os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares são só 15.012 e ocupam 98.480.672 hectares. Vinte e oito milhões de hectares a mais do que os quase quatro milhões e meio de estabelecimentos com até cem hectares. A elevada concentração fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural. O modelo de desenvolvimento adotado hoje para o campo, que estimula o agronegócio com suas imensas monoculturas, gera um crescimento econômico perverso que empobrece a maioria da população e as expulsa do campo, inchando as grandes cidades, e jogando grande parte de sua população em situações de extrema pobreza e necessidade. Sobre esse processo de urbanização, os dados do IBGE são impressionantes e demonstram que em 1890 o Brasil possuía 14 milhões de habitantes e apenas 6,8 da população vivia nas cidades, em 1900, este número aumenta para 10%, em 1940 para 23%, em 1970 para 60%, e em 2002 este número passa para mais de 80%, com mais de 50 milhões de pessoas vivendo nas regiões metropolitanas. (CANUTO *et al.*, 2010, p.9).

³³⁹Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>, visitado em ago. de 2014.

Gráfico 1 - Distribuição da População brasileira rural e urbana (1900-2000)



Fonte: CANUTO *et al.*, 2010.

O quadro que evidencia crescente concentração de terras e expansão do latifúndio é o mesmo que expressa os reflexos diretos da espoliação dos direitos a terra dos trabalhadores rurais, nas cidades, suas urbanidades deficitárias e convulsões ingovernáveis. A precarização da urbanidade em face da precarização da ruralidade dá luz a questões fundamentais para se pensar a complexidade das relações rural-urbano.

Contudo, a complexidade da dinâmica campo-cidade não será alvo aqui de aprofundamento, visto que incorreria em prolongamento e fuga demasiada das considerações necessárias ao proposto. De todo modo, cabe dizer que o olhar sobre a relação urbanidade-ruralidade no caso do Brejo dos Crioulos é profundamente interessante e precisa ser investigado. Desconsiderá-lo é incorrer na negação de uma de suas fundamentais multidimensões.

O processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados “minorias”. O *fazer* a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social. A violência, que grassa no tecido sócio-espacial urbano de algumas

metrópoles brasileiras, tem como uma de suas origens a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial. Tal estrutura é consequência da legislação discricionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos-chave do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distâncias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos. A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso a parte das terras, ela possibilitou a existência de um *exército* de miseráveis que vive das sobras da sociedade. Hoje, os problemas sofreram agravamento em função da complexificação da sociedade brasileira. (CAMPOS, 2007, p.19-20).

O fato do território tradicional Brejo dos Crioulos situar-se em uma trijunção municipal³⁴⁰ caracterizada por diversos fluxos sócio-produtivos relacionais que influenciam a vida e o cotidiano local, aponta em vários aspectos para questões complexas acerca do futuro territorial. Uma delas é alvo de especulações entre os próprios moradores, narrativas que transitam entre a possibilidade e a inevitabilidade do território se tornar um quilombo urbano. A manifestação do morador de Brejo dos Crioulos, Sr. Divino, registrada³⁴¹ durante uma reunião dos quilombolas com o INCRA, diz bem dessas percepções.

Aderval [Pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)] novamente chamou atenção dizendo que a prerrogativa da gestão do território era dos quilombolas. *“Não é o INCRA e nem os assessores. O que tem que ser resolvido aqui, são as estratégias e funções de cada um. É um momento de discutir estratégias e gestão”*. Divino [Morador de Brejo dos Crioulos] falou sobre as mudanças no território e lembrou da proporção de crescimento da comunidade. *“Nós estamos pensando no futuro, daqui uns dias teríamos um quilombo urbano”*³⁴².

A percepção exposta por Divino guarda uma questão fundamental das dinâmicas espaciais complexas da atualidade, especialmente no que diz respeito à questão quilombola, suas relações com as urbanidades e seus reflexos na cidade enquanto espaço em construção,

³⁴⁰ São João da Ponte-MG, distante 36 km do território Brejo dos Crioulos, Varzelândia 24 km e Verdelândia, aproximadamente 35 km.

³⁴¹ Ata da relatoria feita pelo Pesquisador Antropólogo Pedro Henrique Mourthé, mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre reunião dos quilombolas de Brejo dos Crioulos com INCRA, ocorrida no dia 21 de maio de 2014 na sede regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), localizada no bairro Major Prates em Montes Claros. Entre os presentes, representantes do território, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM), Professores Universitários, Pesquisadores, Prefeitura Municipal de Varzelândia-MG, técnicos e Superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

³⁴² Ibid.

movimento e de direito. De acordo com Lefebvre (2001, p.52) “se há uma produção da cidade, e das relações sociais, na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”. Entre a “ordem próxima” e a “ordem distante” está o território de Brejo dos Crioulos e o direito de seu grupo social acessar a cidade, ou as cidades com as quais, de algum modo compartilha sua existência.

Lideranças de Brejo dos Crioulos, atualmente, já se candidatam à representação nos legislativos dos três municípios, reivindicam políticas públicas das gestões municipais, votam nas eleições municipais, etc. São conquistas e direitos à cidade expressos no cotidiano territorial. O território também reserva e protege o direito à cidade que “se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociabilização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”. (LEFEBVRE, 2001, p.134). Para este autor, a cidade “tem uma história, ela é obra de uma história”.³⁴³ A afirmação não anula entender a cidade como obra das espacialidades socializadas nos seus domínios e, para além deles onde esbarram suas sertanias³⁴⁴.

No entendimento de Campos (2007, p.63) os grupos hegemônicos produziram historicamente o inusitado: “a “estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras. (...). O estigma, apesar de ser generalizado, atinge, sobremaneira, o negro e, de modo mais virulento, o negro favelado”. No entender do autor a favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro, descontextualizada de um processo social, como resultado de fatos espaciais e temporalmente delimitados.

Nesse caso, sugere o autor que uma das possibilidades é compreender a favela como uma transmutação do espaço quilombola que se tornará território criminalizado, pois, “no

³⁴³ Ibid., p.47.

³⁴⁴ Aqui entendidas como a representação de suas fímbrias que, no caso, se encontram com as franjas territoriais de Brejo dos Crioulos. A compreensão se dá a partir das proposições do Professor Milton Santos acerca das fronteiras enquanto espaço dialético da proteção-coação e do controle-emancipação.

século XX, a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções históricas, vêm integrando as “classes perigosas”: os quilombolas por terem representado, no passado, ameaça ao Império; e os favelados por se constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a instalação da República”³⁴⁵. Restaurando as memórias particulares enunciadas no início do trabalho, o entendimento de Carril (2006) aponta que no espaço da cidade

o cotidiano encontra-se, assim, assentado nas relações próximas aos indivíduos: sentimentos, família, trabalho, sonhos, aspirações e frustrações; enfim, tudo aquilo que marca a existência humana na Terra. No entanto, na Modernidade, estes níveis se encontram mediados por outras instâncias distantes e até ausentes, as quais tecem a vida social não mais baseada em relações de proximidade, conhecimento e vizinhança porque introduzem lógicas externas aos grupos sociais. Representados pelo próprio Estado, que cria legislação e normativa a vida social, esses níveis são parte imprescindível do viver a cidade, a saber, a estrutura que faz a cidade existir como racionalidade técnica, fazendo parte do corpo jurídico, da regra que precisa do corpo urbano. Não obstante, a socialização de todos no período atual, em todos os lugares é ainda dada pela instância do mercado, espaço abstrato que enreda a cidade, anula os vínculos comunitários e substitui-os por signos fluidos da troca e não mais do uso. Com a circulação do capital e a consolidação do valor monetário como totalidade social, criam-se estilos de vida e modelos de comportamento. Entretanto, no plano da vida imediata, contraditoriamente aparece a unidade nos fragmentos. Essa proposição teórica [que] permite estudar o quilombo urbano como um dos fragmentos que induzem à compreensão da unidade abstrata dada pela cidade. (CARRIL, 2006, p.22).

Problematizar e aproximar no processo de formação social e econômica brasileira, a etnicidade da urbanização na formação de hiper-periferias para refletir as representações sociais dos quilombos urbanos dá luz ao reaparecimento contínuo do fator etnorracial como reposição de fatores coloniais para acumulação capitalista. (CARRIL, 2006). Nesse contexto a autora afirma que as periferias produzem um campo de resistência do negro, onde o imaginário quilombola é restaurado e restaurador dos processos de inclusão do negro brasileiro. Enquanto Seabra (2006, p.17)³⁴⁶ analisa, por exemplo, que ao pensar a presença dos negros na urbanização brasileira, já não é possível negligenciar os aspectos da etnicidade

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ IN: (CARRIL, 2006)

na formação e na manifestação das periferias metropolitanas. Nesse diapasão, na análise de Leite (1990) é importante

observar que, na área rural, a ocupação residencial está ancorada na posse e utilização da terra e na área urbana, o território, mesmo que interacional e simbólico, também é definido no jogo de permanência, ocupação e utilização de um espaço físico, embora circunstancial. Talvez este seja o aspecto mais relevante e que tem inspirado uma utilização genérica, quando se trata de identificar territórios negros. (...) creio ser importante pensar não apenas as especificidades do rural e do urbano, mas as formas de ocupação (...) e as diferentes estratégias de constituição e manutenção, seja enquanto território residencial ou interacional. (LEITE, 1990, p.44).

Existem vários quilombos urbanos no Brasil, o primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil foi o da Família Silva, em Porto Alegre, o segundo foi o da Maloca em Aracajú, o terceiro do país e primeiro da região nordeste a ser reconhecido foi o Terreiro Santa Bárbara. Em Minas Gerais, existem vários que continuam a restaurar dinâmicas adormecidas e silenciadas, como é o caso dos Luízes e Mangueiras em Belo Horizonte, dos Árturos em Contagem, dos Baú em Araçuaí, dos Amaros em Paracatu e dos Palmeiras em Teófilo Otoni.

Não causa estranhamento a percepção do Sr. Divino, especialmente se consideradas as relações que aproximam as territorialidades brejeiras do cotidiano das cidades em interface com o território, sua memória, suas tradições, suas geograficidades e sua histórias de algum modo dialogam. Parte do que é produzido no Brejo é consumido nas cidades da trijunção, em meio às trocas simbólicas e dádiva, o Brejo se encontra com as cidades nas feiras e mercados.

Ao estudar as relações de trocas materiais e simbólicas presentes no mercado municipal de Araçuaí, em Minas Gerais, Servilha (2008) analisa o “espaço mercado” como um espaço comercial de trocas econômicas, mas guardião da circulação de experiências socioculturais e relações não-econômicas estabelecidas no vivido simbólico que constroem uma identidade coletiva processada nas dinâmicas culturais regionais e inscritas nas diferentes representações sociais e relações que os frequentadores do mercado ali estabelecem. Para o Geógrafo, compreender o “espaço mercado” significa antes de tudo, o entendimento de que o

mesmo se encontra inserido em um contexto carregado de signos, representações e relações socioespaciais.

Somente através de olhares presentes dentro deste contexto podemos analisar, entender e "decifrar" as relações construídas, destruídas e/ou reconstruídas historicamente entre o homem e o seu meio. Através de processos de valorização social e de produção de significados e símbolos, as relações socioculturais fazem de alguns espaços um lugar de importância fundamental para a produção e reprodução de práticas sociais. Ao analisarmos mercados municipais como um desses espaços, podemos compreender que eles participam da vida comunitária da população local de forma mais complexa do que unicamente através das relações de produção, compra e venda neles encontradas. Compreende-se, nesta ótica, que sua função social e comunitária vai além de suas funções econômicas de escoamento da produção agrícola, artesanal e industrial, o que significa dizer que ali as transações econômicas estão correlacionadas a diversos outros fatores e arranjos socioculturais. (SERVILHA, 2008, p.28-29).

Fronteirizado na trijunção municipal, o território Brejo dos Crioulos evidencia sociabilidades complexas, simultaneamente conflituosas e solidárias com a sociedade regional. É possível perceber que entre as relações econômicas que produzem estão diretamente ligadas aos processos de desinvizibilização de suas identidades, étnica e espacial, em desdobramento. O isolamento que vivenciaram na condição de subalternidade socioespacial em mimetismo territorial, por vezes ainda os acompanha nas travessias urbanas. “O povo ainda aponta nós na cidade de vez em quando” afirmava um dos moradores do Brejo. Ainda assim, comercializam excedentes de produção e, participam das relações comerciais no cotidiano comum das cidades. Aos poucos os estigmas elaborados pelo afastamento são superados na aproximação.

De todo modo, aqueles que migram para as urbanidades relatam o mesmo sentimento do passado quando imersos nas lógicas da cidade, o que se altera então é a escala do afastamento, inversamente proporcional às atenções estigmatizadas que, sobretudo permanecem. Na cidade a invisibilidade ainda os persegue. Segundo Carril (2006, p.24) “a vivência em um local permite aos seus moradores uma ligação cultural e um sentimento de pertencimento a um grupo e a uma base física e simbólica. Mas, na cidade, percebem-se

marcadas diferenças, pois os negros se localizam nas periferias das cidades, enquanto os demais se encontram em zonas rurais relativamente isoladas”.

O que o tema quilombos rurais e quilombos urbanos apresenta em comum com outras comunidades? Em situação de desenraizamento, os membros de um grupo buscam soluções ou formas de inserção social. Neste caso, tratam-se de formas de organização sociopolítica e cultural com características diferenciadas. No rural, a base territorial é imprescindível para a coesão interna e é em torno da territorialidade fixada em um ecossistema, e até preservando este, que os quilombos lutam para seu reconhecimento. No urbano, a luta é travada a partir de uma base territorial marginalizada dos investimentos urbanos e, nesse contexto, a questão étnica parece responder denunciando a realidade com as letras do rap e com o hip hop, dando visibilidade pública aos grupos que tentam inserir-se no mercado vendendo essas músicas. A base territorial em ambos os casos ampara a formação de uma identidade? Torna-se base para a sobrevivência da cultura, servindo também para uma tentativa de reenraizamento social e espacial ou de criação de nova territorialidade? Em todos os casos, estamos diante de representações da realidade, uma vez que os seres humanos constroem símbolos e significados sobre si próprios e sobre o mundo. (CARRIL, 2006, p.67).

Se na metrópole frações territoriais do espaço de exclusão estão expressas na periferia, nas favelas, os Territórios tradicionais, por sua vez, se reafirmam como novas periferias na região sertaneja dos Gerais, que se articulam em contraposição à condição parcelar a qual foram historicamente submetidas, desordenadora de seus modos de vida. Imaginar os novos desenhos das cidades norte-mineiras parece apontar para uma nova paisagem cultural e, que a conexão entre dois mosaicos complexos de periferias urbanas e rurais, de onde podem ser lidos os territórios tradicionais, assume a centralidade do contraponto às ordens hegemônicas.

Para Santos (1988, p. 54) “quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance”. Se aproximado o entendimento à realidade espacial de Brejo dos Crioulos, é possível afirmar que a ampliação das relações e a radiação de suas substâncias no contexto da luta territorial, potencializando e confirmando a capilaridade do território relacional, se dá pela modernização, não de suas atividades agrícolas, mas de suas tecnologias sociais que permitem novas conexões em redes colaborativas que tendem à legitimação da função social do território e sua gestão.

No caso do território de Brejo dos Crioulos as franjas territoriais que se conectam à mundialização por meio dos três municípios, dizem da conexão rural-urbano por meio da interface dos fragmentos territoriais com dinâmicas urbanas próprias de cada lugar, ainda assim similares, mas também particularizadas na regionalidade. A dialética das multidimensões territoriais na radiação das relações territoriais para além do território físico, em meio as contradições e identidades espaciais que se reúnem, se reconhecem e se mundializam sob os critérios da resistência assimilada, destaca a consolidação de redes que promovem a tendência desses territórios mimetizados no espaço contemporâneo, e estão a se desinvisibilizarem, a potencializarem seu aspecto relacional, sobrepondo às escalas, as suas multidimensões.

A compreensão dos territórios quilombolas por meio da resignificação do território usado a partir da tradicionalidade que lhe é impressa associada à lógica funcional dos sistemas semânticos operados nos quilombos urbanos evidencia questões essenciais às percepções de novas ordens impregnadas na formação socioespacial rural-urbana contemporânea. Para Santos (1988) a explicação das novas realidades mundiais em seus processos de transformação exige a elaboração de novas categorias de análise. Segundo o autor “A análise, para ser válida, não pode ser vazia da história concreta. Como resposta às novas redes de relações é que podemos, hoje, falar de uma nova hierarquia urbana”³⁴⁷.

Concebo a presença da universidade/particularidade nas relações sociais na metrópole que manifesta frações territoriais deparadas como periferia. Estudo essa fração procurando compreender o todo, pois nenhum processo social pode ser analisado separadamente, uma vez que traduz o sentido das relações sociais. A história, assim analisada, é movimento dinâmico, no qual o reaparecimento do quilombo traduz o significado do encontro dos acontecimentos sociais que envolvem o negro em quase todas as suas dimensões. Por isso, a busca de metodologia de análise pode recair sobre a questão da escala. Não se trata apenas da escala do conflito capital/trabalho ou da questão étnica, mas como estas se impõem. As categorias geográficas espaço-tempo definidas na escala atual (da globalização) encontram-se ligadas aos elementos que funcionam em uma escala bem mais localizada: “É esse o sentido em que o corpo que trabalha tem de ser visto como uma relação interna dos processos histórica e geograficamente concretizados da circulação do capital” [cita Harvey, 2004]. (CARRIL, 2006, p.25).

³⁴⁷ Ibid., p. 57.

Cabe salientar que as questões que se apresentam acerca dos desafios que se ligam a uma necessária reforma agrária no país, não constituem pretensões de maior análise nesse momento, assim como não serão aprofundadas as relações campo-cidade, rural-urbano. No caso da reforma agrária, em especial, porque o desafio de Brejo dos Crioulos se difere dos desafios, por exemplo, do Movimento Sem Terra considerando que o primeiro referencia a luta por terras originais e o segundo pelo acesso a terra. O que não significa hierarquizar, privilegiar ou preterir alguma análise. A questão destaca a indisponibilidade de aprofundamento momentâneo e avanço no conteúdo, mesmo que suas relações de luta e existência estejam material e simbolicamente conectadas.

O fato é que isso não impediu que a condição relacional que habilita o Brejo no processo de luta encontrasse no MST espaço aberto de diálogo, intercâmbio de tecnologias diversas e apoio no que diz respeito tanto à luta pela Reforma Agrária quanto na luta pelo território, fortalecendo a condição relacional do Brejo. O que salta da complexa questão conduz a reflexão sobre um território que passou a existir sem terra e, nesse caso, registra-se um novo encontro possível dessas diferentes dimensões da luta.

Como imaginar um território tradicional quilombola existir sem terra? Dai a possibilidade de tratá-lo sob a ótica dos mimetismos territoriais, uma vez que, o território enquanto identidade espacial de uma unidade sociocultural permaneceu a existir mesmo ausente de sua conformidade materialmente ordenada. Para efeito de reflexão, observemos o quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Território “Atual” e Território “Real” em Módulos Fiscais: Brejo dos Crioulos

Brejo dos Crioulos; Território “Atual”, Território “Real”		
Área Total (ha) do Território /Decreto	100%	17.302 (ha)
Área atual ocupada Propriedades	77%	13.322,54 (ha)
Área atual ocupada Comunidade	23%	3.979,46 (ha)
	Território “Atual”	Território “Real”
Área Total (ha)	3.979,46	17.302
População	3000	3000
Número de Famílias	648	684
Densidade Demográfica	75,56 hab./km ²	17,34 hab./km ²
Número de Módulos (área total)	79,58	346,04
Módulo Fiscal por Família	0,11	0,50
Hectare por Família	5,81	25,2
Hectare por pessoa	1,32	5,76

Fonte: Autor, 2014.

Analisar a realidade territorial de Brejo dos Crioulos a partir dos números que atualizam a anatomia da espoliação diz apenas de uma das multidimensões que podem contribuir para a leitura mais profunda sobre as fissuras da natureza espacial do território relacional. Não há pretensões em resumir a complexidade que envolve e, muito menos desconsiderar os fatos que estão em curso, especialmente processos sob a tutela do INCRA ligados à desapropriação de terras e indenização de proprietários.

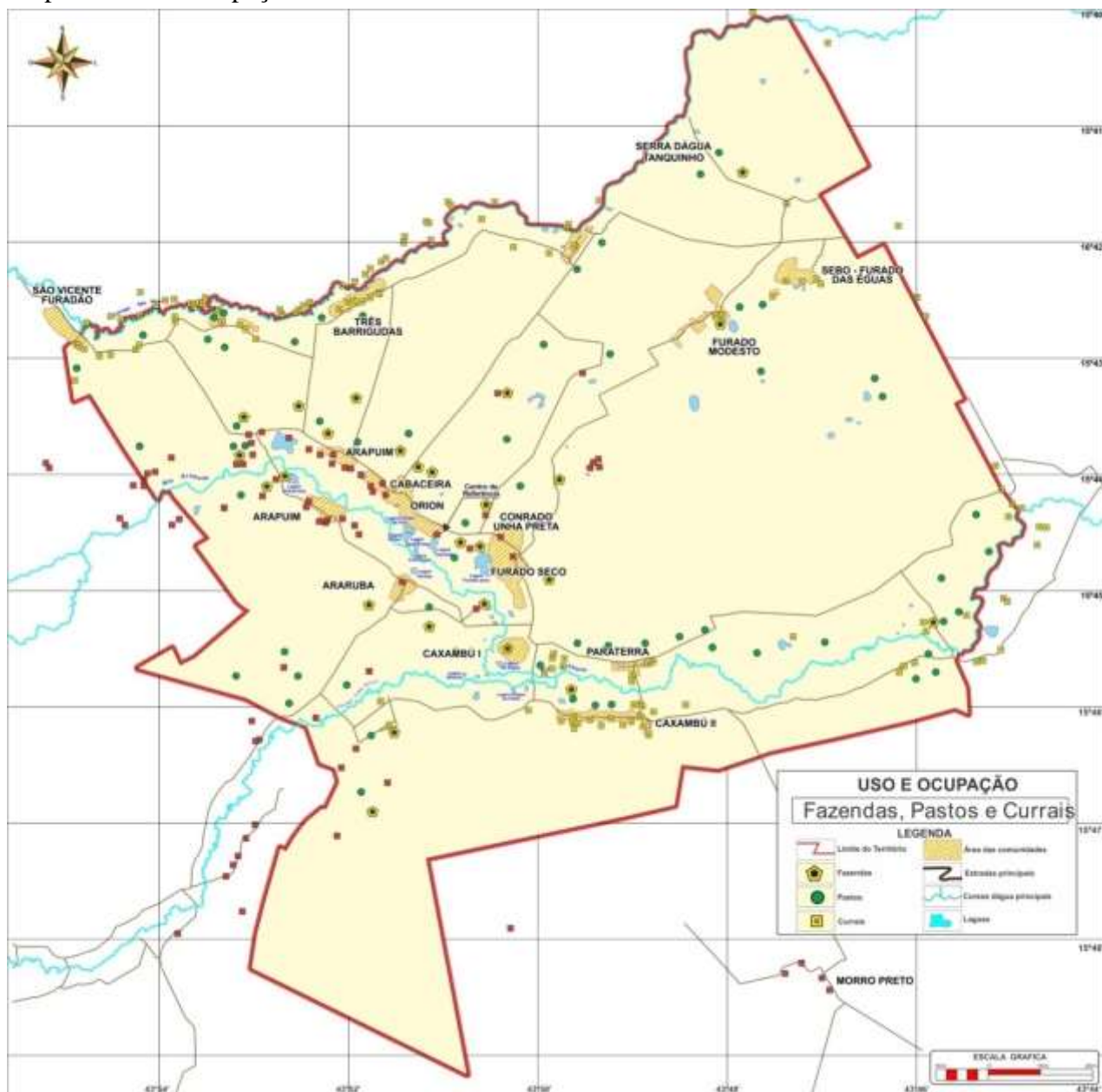
O quadro surge como convite à reflexão diante do exposto acerca das questões nacionais que servem, por exemplo, às análises sobre os módulos fiscais. É por meio deles que, nesse momento, se lança um olhar. Para tanto, a sugestão dialética dos dois cenários, o território “atual”, inscrito nos 23% da área total decretada e, atualmente ocupados pela unidade social e, o território “real”, que corresponde à projeção da atuação população na totalidade decretada, representa o contexto territorial da socioespacialidade brejeira e as limitações de seu desdobramento. Diante do exposto, como refletir sobre as condições territoriais ideais na realidade regional?

Nesse caso, uma diferenciação entre o que vem a ser módulo rural e módulo fiscal serve à reflexão, especialmente considerando o desafio de relacioná-los para efeito de aproximação da subjetividade espacial instrumentalizada pelo território. De todo modo, a simples simulação que acompanha a projeção objetiva não seria capaz de reunir e traduzir as dimensões e possibilidades do território, principalmente se consideradas as questões subjetivas de um espaço simbólico produzido socialmente. Parece ainda necessário reconhecer o desafio do próprio ordenamento jurídico em resolver as aproximações que se dão entre módulo rural e módulo fiscal.

Assim posto, a investigação sobre um território que existe sem terra, para além da dimensão simbólica e mimetizado no próprio espaço consegue justificar sua materialidade a partir da (des)ordem territorial e das territorialidades (re)arranjadas em suas temporalidades acumuladas, deve passar pela microfísica do poder territorial. E, aos entendimentos aqui guardados, visitar a complexidade que atualiza as compreensões sobre o ordenamento jurídico ligado a terra, mesmo que minimamente e, para efeito das intenções aqui expressas, distanciados da precisão das interpretações jurídicas possíveis, não constitui tarefa crucial nesse momento, visto que a escolha pretende uma leitura geográfica que, ainda assim atualize seus desafios.

No mapa 7 apresentado a seguir, é possível encontrar uma aproximação em representações da realidade de ocupação territorial no contexto da espacialidade encurralada com os registros de fazendas, pastos e currais. Cabe salientar que a representação não efetua precisão efetiva da expressão territorial visto que é latente o dinamismo registrado nas territorialidades empreendidas no espaço territorial. De todo modo, os elementos identificados, tanto via satélite, quanto em trabalhos de campo auxiliam no dimensionamento de parte das territorialidades encurraladas identificadas em Brejo dos Crioulos.

Mapa 7 - Uso e Ocupação – Fazendas Pastos e Currais



Fonte: Autor, 2014.

5.3 O desafio da função social do território

A área total do território decretado é precisamente de 17.302 hectares³⁴⁸, onde coexistem em pequena oscilação 3000 pessoas em 684 famílias e 88 propriedades com nove fazendeiros detendo aproximadamente 77% dos limites do território conforme informações colhidas em campo junto à Associação dos Moradores de Brejo dos Crioulos. Por critérios simples se chega aos números de módulos fiscais no território, ao número de módulos fiscais por família, de hectares por família e de hectares por pessoa. Ganha destaque o desafio imerso na subjetividade de compreensão sobre a fixação do que possa ser considerado digno nos termos de uma pequena propriedade rural e, que o seja na mesma medida a uma análise territorial. Para o caso, o correspondente que resolve momentaneamente o entendimento aponta objetivamente para o módulo fiscal que corresponde ao módulo rural local.

Assim, é considerada a menor área parcelar voltada à dignidade familiar dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Brejo, os 50 hectares do módulo fiscal definido pelas IE's expedidas pelo INCRA e apresentadas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. A soma dos números ligados à distribuição populacional levantada resulta na apresentação às reflexões disposta no quadro 6 a seguir.

Cabe destacar que a densidade demográfica na área lida sobre o território “atual” aponta para uma pressão intensa sobre a porção do território ocupado, o que justifica o entendimento de diversos moradores entrevistados sobre a não fixação de pessoas na terra onde nasceram, especialmente e, cada vez mais, de jovens que deixam o território em busca de oportunidades de trabalho. Outra percepção manifestada por eles diz dos quadros de insegurança alimentar que tendem a crescer caso não sejam acelerados os processos de titulação efetiva do território.

³⁴⁸ A saber, 1 hectare corresponde à $10.000 \text{ m}^2 = 0,01 \text{ km}^2$

Conforme já apresentada, em relação à média mundial, a população relativa brasileira flutua em 22,43 hab./km² e assim, considerada baixa, populoso, mas não povoado.

Quadro 6 - População Relativa e IDH

Quadro – População Relativa e IDH		
Unidade Territorial	População Relativa	IDH³⁴⁹
Brasil	22,43 hab./km ²	0,744
Minas Gerais	33,41 hab./km ²	0,731
Mesorregião Norte de Minas	12,57 hab./km ²	0,65
Microrregião Montes Claros	27,05 hab./km ²	0,66
São João da Ponte	13,7 hab./km ²	0,626
Varzelândia	23,46 hab./km ²	0,631
Verdelândia	5,31 hab./km ²	0,602
Brejo dos Crioulos	75,56 hab./km ²	----

Fonte: PNUD (2010) (2013); IBGE (2010); PDRS (2013).

A população relativa do território Brejo dos Crioulos atual aponta para uma realidade socioespacial de 75,56 hab./km². Se comparada à realidade brasileira, 159º do ranking mundial e considerada baixa, a realidade do território destaca um alto índice. Se levada à realidade de outros lugares do mundo, a densidade pode ser aproximada a de países como Egito, Catar, Camboja, Marrocos, Malásia e Timor-Leste.

Dos entendimentos sobre a limitação da propriedade rural a 35 módulos fiscais, domínios conceituais do ordenamento sobre propriedade rural, módulo rural e módulo fiscal, ao considerar o Território de Brejo dos Crioulos, com suas 684 famílias, como legitimar a dignidade para além da assinatura do decreto que titula as terras ancestrais, para que se faça valer, cumprir e respeitar a função social do espaço territorial? Existe um número real que possa confortar as dimensões objetivas e, ao mesmo tempo as multidimensões subjetivas do território quilombola?

³⁴⁹ O conceito de Desenvolvimento Humano foi oficialmente apresentado pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990. A partir do conceito de alargamento das escolhas das pessoas, foi desenvolvido um indicador sintético, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado em três indicadores: longevidade, nível educacional e padrão de vida. Em 1998, o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (MG) apresentaram o primeiro Atlas de Desenvolvimento compreendendo o IDH municipal para todo o Brasil com dados do Censo de 1991; mais tarde, foi atualizado com dados do Censo de 2000. Em 2013 foi lançado o Atlas Brasil 2013 com dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Declarar o território como área de interesse social para fins de desapropriação não significa atestar sobre a função social do espaço territorial propriamente dito e, nesse caso o interesse social pode servir a intenções diversas e distintas dos interesses da própria comunidade. Não por acaso o decreto deixa em aberto a possibilidade de se interpretar o território como área de interesse público cumprindo dispositivos constitucionais que atropelariam sua sacralidade ancestral e inviolabilidade defendida e pretendida. O decreto sem número de 29 de setembro de 2011, (colocar nota rodapé falando do que trata o decreto) art. 4º dispõe sobre a não interferência do mesmo nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como nas atividades minerárias, ao mesmo tempo em que seus incisos I, II e III apontam para a preservação dos valores históricos e culturais, direitos previstos em lei ao superficiário, salubridade, segurança e integridade física em face da atividade minerária.

Cabe salientar que a região Norte de Minas, a partir de 2008 foi apresentada como nova fronteira minerária do Estado de Minas Gerais, após diversos estudos de prospecção minerária, de petróleo e gás natural do Governo Federal e empresas licenciadas. O cenário já é impactado pelos reflexos da “descoberta” de grande jazida minerária na região do Alto Rio Pardo na Serra Geral do Norte de Minas com reservas estimadas em 20 bilhões de toneladas de minério de baixo teor em área que abrange 20 municípios. Não distante, o quadro se torna mais complexo com a identificação de linhas de gás natural na margem esquerda do médio rio São Francisco, especialmente no município de Buritizeiro-MG, dentre outros, cujas especulações apontam para a produção siderúrgica. A paisagem que se corporifica à sombra dos grandes projetos regionais destaca um complexo cada vez mais intenso de conflitos ambientais.³⁵⁰

³⁵⁰Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); MACHADO E SILVA. Programa Geologia do Brasil. Levantamento da Geodiversidade. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Belo Horizonte, 2010. (Grifos do autor).

Na ordem do desenvolvimentismo capitalista brasileiro o boicote conveniente, seletivo e histórico à função social do espaço, cujas matrizes simbólicas e princípios de idealização antecedem a materialização constitucional e concepção legislativa, associado à invisibilização e desconstrução de sujeitos de direito, traduz em certa medida a realidade da formação espacial do país. A atualização desses processos no contexto das políticas governamentais, com objetivo na manutenção de lógicas afins e essenciais ao fraturamento democrático dos direitos espaciais, evidencia uma estrutura anacrônica, amparada por um Estado Social, desconexo com as multidimensões de sua realidade sociocultural e cotidiano.

A histórica instalação da exceção e hierarquização da exclusão de volumes populacionais frente aos espaços de direito, especialmente se tratando de pessoas cujos modos de vida e meios de viver estão ancestralmente alinhados às lógicas produtivas ligadas ao preparo e cultivo da terra, tendem a dar potência a reestruturação produtiva das lógicas hegemônicas que determinaram e continuam a determinar a reestruturação do espaço brasileiro, que segundo Moreira (2012a) ocorre em três eixos: modernização da agricultura, redistribuição territorial da indústria e a despatrimonialização-desestatização que privatiza a gestão do espaço.

Por onde passa o eixo modernizante da urbano-industrialização, os velhos núcleos de assentamento são encarados como de efeito inercial, não raro a industrialização dissolvendo-os, desalojando seus habitantes ou mesmo extinguindo seus arranjos de espaço. Daí advindo conflitos de reordenamento urbano que se acrescentam aos de origem fundiária rural. (MOREIRA, 2012a, p.17)

O território objetivamente não difere da propriedade em sua função essencial, servir à vida, à dignidade da pessoa humana, mas a distância que os separa parece proporcional ao resultado de suas funções sociais operados na coletividade e, na individualização socioespacial que prescrevem respectivamente. Os desafios da aplicabilidade efetiva e imediata das proteções constitucionais relativas aos direitos sociais previstos nos artigos 6º e

7º da Constituição Federal, em face dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil em construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme o artigo 3º do mesmo texto esbarram na história da formação espacial do país e, os reflexos de sua ocupação.

No entendimento de Moreira (2012a, p.9) a partir das “formas de relação sociedade-espço no Brasil e no tempo” esse processo pode ser apresentado em cinco fases: “dos vetores fundacionais; dos ciclos de assentamento; da maturação do arranjo capitalista; da redesconcentração e privatização da gestão do espaço; e da articulação das sociabilidades e as tendências de uma formação espacial complexa”. Segundo afirma, esta última é marcada por novas sociabilidades e as instituições de regulação da complexidade, traduzindo a articulação “público-privada de gestão do território em que o Estado entra com o recurso e a segurança pública e a empresa privada com a rentabilidade, a reestruturação redundando numa amplificação para o plano da administração do espaço a prática de socialização das despesas e privatização dos lucros, cujo exemplo é a institucionalização das agências de regulação”.

Todo um desdobramento, todavia, se abre nessa conjunção de regulação e interesses assim institucionalizados. De um lado, um mecanismo de regulação de rentabilidade estável basicamente para o capital em sua busca exclusiva de novos nichos de lucro. De outro, um quadro de aumento da restrição dos excluídos. Dois modos distintos como o novo formato da formação espacial brasileira chega aos quadros de tensões até então enjaulado. O capital nele entra tal qual um bicho voraz, descartando e transferindo para o Estado inteiramente as componentes que pesam no custo espacial da nova cartografia. Já a energia do movimento popular solta as amarras dum desejo histórico de autorregulação em formas coletivas e individuais de organização da produção e da vida longamente amortecidas ou presas no âmbito da regulação antiga. Tudo indica tratar-se de uma nova fase do espaço e contraespaço, cujas personagens estão melhor exemplificadas de um lado nos complexos agroindustriais [cita Araújo, Wedekin e Pinazza, s/d; Pinazza e Araújo, 1993; Lopes, 1996; e Blik, 2001)] – a nova face dos monopólios – e de outro nos complexos de economia popular urbana [cita Reijntjes, Haverkorte Waters-Bayer, 1999; Kraychte, Lara e Costa 2000; Gaiger, 2004; e Pacheco, 2004). Contraponto que encaminha a formação espacial brasileira rumo ao formato de uma organização social mais complexa, em que, de modo claramente explícito, a sociabilidade capitalista e as sociabilidades não capitalistas coexistam num perfil societário ainda incerto, mas que sugere tratar-se de sujeitos estruturais

efetivamente presentes (Moreira, 2005). Paradigmas de um mundo do trabalho e da política contrarrestantes, sobretudo face à regulação do espaço. (MOREIRA, 2012a, p.22-23).

Refletir a natureza da propriedade como caminho capaz de lançar luz sobre a função social do espaço e, do território exige um exercício para além do que aqui é pretendido, é preciso que se diga de todo modo que, o tencionamento de duas dimensões fundamentais parece essencial à apresentação dos pilares reflexivos nos quais ancoram a tese. De um lado, a função social da propriedade como princípio da ordem econômica e a propriedade privada como garantia individual. De outro, a função social do espaço como princípio da ordem sociocultural e o território como garantia coletiva.

O caso territorial de Brejo dos Crioulos permite perceber o choque das duas dimensões espaciais complexas em suas especificidades conceituais, materiais, sociais e simbólicas: o território quilombola enquanto espaço desmercantilizado e, o Latifúndio ao avesso. Essa paisagem contraditória de interesses aparentemente antagônicos em essência, é que permite de modo primário o entendimento sobre a possibilidade de distanciamento prévio entre território e propriedade privada no contexto analisado, para efeito da compreensão sobre a função social do território. Organização espacial complexa que Moreira (2012a) reflete a partir da coexistência incerta entre a sociabilidade capitalista e as sociabilidades não capitalistas.

De outro modo, verificar a complexidade territorial de Brejo dos Crioulos enquanto espaço indivisível, inalienável e imprescritível, refletindo um campo produtivo de sociabilidades espacializadas em temporalidades diferentemente acumuladas na ordem dos indivíduos e lugares diversos, sob narrativas que apresentam uma unidade social, material e simbólica autoproclamada em uma mesma identidade socioespacial, anunciada capaz de definir, acordar e gerir espaços produtivos coletivizados, reordenando dimensões desestruturadas, especialmente a partir do ano de 1930, em meio a um processo de

redesconcentração³⁵¹ de terras, conflitos, desinvizibilização sociocultural, ampliação da capilaridade comunitária mobilizadora, disputas jurídicas e, imersão em redes de engajamento político, exige refletir sobre as distâncias que guardam as ideias circundantes aos conceitos de território usado e propriedade privada, por isso a leve imersão que seguiu.

Para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando, levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonizados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. Os atores hegemonizados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade. (SANTOS, 2000, p.261).

Nesse caso, mais do que apontar para a legitimação total do território, percorrer sua complexidade passa pelo reconhecimento no desafio da gestão de sua área, se consideradas as especificidades expostas na unidade social do território. Como repensar a natureza da propriedade no seio do território? Como reestabelecer áreas coletivas que promovam o uso comum em lugares por tempos silenciados dessa função? Como equilibrar interesses individuais que tendem ao parcelamento invisível em um espaço juridicamente indivisível territorialmente, porém materialmente parcelado? Como dizer de proprietários em um espaço coletivizado, uma vez possível a superação hegemônica de ordem puramente monetária da propriedade privada conforme anuncia o território tradicional em suas narrativas e ações?

³⁵¹ Se analisado o processo de conquistas da sociedade em relação aos direitos territoriais acumulados, creio ser possível visualizar dois processos de desconcentração expressos no espaço da luta, conforme é pronunciado pelos sujeitos do Brejo. Primeiramente, do ponto de vista constitucional com destaque para as garantias legais. Segundo, já afirmando sobre redesconcentração, o entendimento sobre o pragmatismo que envolve a efetivação dos direitos conquistados, nesse caso, os processos de ocupação seguidos da titulação das terras originais, ancestrais. Não houve aqui opção pelo aprofundamento da questão, não sendo, contudo o fato desconsiderá-la.

O território do Brejo é nosso porque nós é que vivemos aqui desde o começo, nós e nossos ancestrais, o povo mais velho sabe. Essa casa aqui é minha e é de todo mundo que quiser nós bem por aqui. Pode entrar. A casa aqui também é sua. Chega que a casa é sua, quantas vez precisar. Você quer morar aqui mais nós? Pode vir Neca, sempre vai caber o bem aqui Neca, o território é uma casa. Para sempre? [leva as mãos ao céu]...amém. (...). Romeu Cardoso de Oliveira, o ‘Nequinha’.³⁵²

Se a interpretação da própria realidade guarda nas narrativas do Sr. Romeu a ideia de um território aberto para a própria existência, que independe dos limites oficiais para ser livre como abrigo, como casa que acolhe, que registra a memória local de ocupação e pertencimento, não se pode dizer o mesmo das impressões que registram na história do lugar as marcas de um conflito fundiário aos olhos de seus algozes. O que se inscreve aponta para a negação da identidade social do grupo, ao mesmo tempo em que almejam se apropriarem [e se apropriaram] da identidade espacial brejeira para transformação de território tradicional em um espaço ocupado pela propriedade privada expressa no latifúndio.

A construção da estrada de ferro nos eixos da Serra Geral, ligando o Centro-Sul ao Nordeste, a modernização da economia regional, o interesse na amplidão das terras, suas potencialidades produtivas, com destaque para as terras pantanosas das vazantes do médio rio Arapuim e suas Matas Jaíba de pastos largos animaram o grande interesse que historicamente desconsiderou a existência Crioula do Brejo. Para Cariil (2006, p.23) o cenário aponta para “formas preexistentes às novas relações econômicas, que se instalam e impõem demandas espaciais modernas e, por isso, geram conflitos entre apropriação e propriedade”.

A natureza econômica fundante e impregnada no conceito de propriedade, mesmo que desague em conceitos jurídicos, em especial na esfera do direito privado que tendem a cumprir a impressão da ordem constitucional atualizada nos princípios da função social da propriedade, reproduz e, contraditoriamente é transformada a confirmar uma finalidade expressamente útil ao capital. O sequestro de suas outras dimensões possíveis e, de sua ofuscada evolução, leva a sua ideia a assumir uma ordem refém da satisfação puramente

³⁵² Entrevista realizada em 11 de julho de 2011 durante trabalho de campo no Território Quilombola de Brejo dos Crioulos.

economicista como um fim em si mesmo e, a partir daí provocar o reordenamento destrutor de identidades territoriais guardiãs da vida e da dignidade da pessoa humana, sobrepondo interesses ocultos aos interesses de uma coletividade que historicamente qualificou o espaço territorial de Brejo dos Crioulos.

Nesse caso, a propriedade, quando negada às suas multidensões outras que existem para além de sua instituição econômica e, assim afirmada, passa a ser incessantemente arquitetada na esfera obtusa dos poderes políticos que optam por contrariar as existências coletivas que almejam no século XXI, a evolução da função social do espaço. A força individualizante que projetou a propriedade privada no território original logra a incapacidade de reconhecer o território enquanto expressão espacial coletivizada, bem como a maturação da função social do território quilombola, mesmo quando mimetizado em face da histórica opressão silenciosa ao qual foi submetido.

O Direito moderno tem seu cerne na concepção dos direitos individuais. O Estado estava organizado para garantir direitos individuais. Assim, tem-se o homem livre para contratar e teoricamente livre para adquirir propriedade. Portanto, temos homens livres e legítimos para vender o seu trabalho a qualquer pessoa, comprar trabalho alheio, e legítimos para adquirir bens. Este ideal está presente em Locke, quando reconhece que legítima é a propriedade que seja resultado do próprio trabalho. Mais tarde, Marx vai demonstrar, em sua construção teórica, que o que é vendido, na verdade, não é o trabalho, mas a força de trabalho como um potencial de produção de bens (...). A constituição francesa (1793), em seu artigo 2º, declina: "Igualdade, liberdade, segurança e propriedade". A portuguesa (1822), por sua vez, define: "A propriedade é um direito sagrado e inviolável de se dispor à vontade de todos os bens" (artigo 6º). Segundo a mesma concepção, a brasileira de 1824 determina, em seu artigo 179, XXII: "É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude". (...). O que está garantido e protegido constitucionalmente é, na verdade, "o direito de propriedade, porque a liberdade, a igualdade e a segurança são pressupostos da propriedade moderna e significam: contrato de homens livres e iguais, garantida sua execução pelo Estado". Com isso, a propriedade comum a todos passou a ser do próprio Estado, criando assim a dicotomia entre público e privado. Dicotomia esta de criação dos Estados constitucionais. A partir daí, no caso brasileiro, a propriedade reconhecida pela Constituição de 1824 é privada e individual, sendo a pública exceção. Na ideia da cultura constitucional do século XIX, os direitos coletivos não podem ser admitidos porque ofuscam os individuais e deixam a liberdade contratual em dificuldade. (Rios, 2006, p.69).

Moradia, conforto, produção, sobrevivência, realização, reconhecimento, compartilhamento, representação, dignidade. O território, que já existia em seus limites

reconhecidos independente das limitações jurídicas e do respaldo político e constitucional exterior às suas multidensões, mesmo sob um estranhamento estrangeiro às suas lógicas, resistiu às sobreposições e permaneceu mimetizado no espaço prescrito da propriedade privada.

Cabe salientar que o território tradicional, guardião de modos de vida empíricos e artesanais, é negado por parte da região sob a narrativa de ameaçar a manutenção da função social da propriedade privada que nele se instalou impactando o poder do capital que mercantiliza o espaço invisibilizando suas outras dimensões possíveis em virtude de uma política e de uma tecnologia científica jurídica historicamente doutrinadora dos ordenamentos territoriais brasileiros e que, ao sacralizar a inviolabilidade da propriedade privada soterrando a realidade territorial de diversos grupos país afora impediu que fosse considerada a função social dos territórios tradicionais.

A evolução dos direitos territoriais a luz da Constituição aponta para a denúncia do sequestro espacial promovido pelo capital, bem como a incompatibilidade da função econômica da propriedade privada com sua função social esperada, uma vez legitimada sobreposta à outra propriedade, territorial. O território sequestrado pela propriedade privada expressa o espaço sequestrado pelo capital, que não liberta ao mesmo tempo em que substitui o valor da dignidade da pessoa humana, pela coisificação do lugar de viver das pessoas de Brejo dos Crioulos. A articulação dos diferentes poderes, que reúne “espólios políticos”, especulação imobiliária e atividade agropecuária expressam a arquitetura do capital voltada para a desintegração da unidade social crioula, para a deslegitimação do lugar de viver brejeiro, e para o reordenamento da função social do espaço territorial ao ser, quase em totalidade, reconfigurado às novas funções.

O mesmo poder que legitimou o sequestro do espaço territorial pelo capital, instaurou estruturas para a sua reprodução. A captura da unidade social, material e simbolicamente, pela

propriedade privada, referendou a mera satisfação de liberdades individuais particularizadas à custa da opressão a uma coletividade territorial em seu espaço original, ali estabelecida anterior à propriedade privada. Um projeto de espoliação da vida e suas substâncias fundamentais, do seu lugar original. A desarticulação de modos de vida tradicionais abriu caminho para a reversão da natureza produtiva até então ali instalada e, consequente concretização do projeto de coisificação e mercantilização do espaço brejeiro.

No poder político da região também tinha gente difícil, sabe. O coronelismo da história, os compadres e comadres do voto, gente que mentiu pro povo aí com muita covardia, com medo e até com morte, muita gente foi colocada pra correr daqui, depois da divisão das terra. Parecia aquelas história dos capitão do mato, sabe. Tem gente que mata pra ver a queda. Aí muita gente foi deixando a terrinha pra trás, depois uns voltou. Mas nós ficou, resistiu a pressão ³⁵³.

Não seria grosseiro imaginar que o capital, ao assumir as vestes da figura do capitão-do-mato, se apresentou ao Brejo como capitão-do-espaço. É no contexto da alusão que podemos, valendo de um bordão popular, metaforicamente por não dizer literalmente, que ‘a vaca foi pro brejo’ e o território, “encurralado” (ARAÚJO, 2009). As áreas empastadas, grandes domínios vazios e o *espaço confinado*. A restrição aos usos tradicionais da terra pelo ordenamento espacial das cercas de farpado, cancelas e armas acabou por deprimir a espacialidade profunda de Brejo dos Crioulos, bem como contrair as sociabilidades ali historicamente estabelecidas.

Os (des)arranjos produzidos pela retroespacialidade com o encurralamento do território desfiguraram lógicas e dinâmicas de reprodução econômica da comunidade e, ao mesmo tempo destituiu a comunidade local de quaisquer possibilidades positivas de reconhecimento sociocultural para além da realidade estabelecida. O cenário remonta as ordens coloniais e todo o percurso do regime de escravidão em escalas e temporalidades diferentes. Informa Rios (2006) que no Brasil, com o fim das sesmarias, em 1822 ocorreu

³⁵³ Morador local que não quis ser identificado. Entrevista realizada em 11 de julho de 2011 durante trabalho de campo no Território Quilombola de Brejo dos Crioulos.

uma vacância legislativa em relação ao processo de aquisição de terras públicas por particulares, situação que segundo a autora se exaure em 1850, com a Lei Imperial de Terras, Lei 601, período denominado “regime de posse”.

O Poder Público, através da Lei 601, determinou que a terra estivesse efetivamente ocupada com cultivo e moradia habitual seria recebida pelo sesmeiro como propriedade privada com todas as garantias legais. As terras reconhecidas como sem ocupação eram as ocupadas por índios, por escravos fugidos, formando ou não quilombo, e por outros libertos e homens livres que passavam a viver da natureza. Estas terras foram consideradas devolutas pela Lei Imperial e disponíveis para serem transferidas ao patrimônio privado. Para conter a possibilidade de negros, índios e brancos pobres adquirirem terras, a Lei em vigor determinou, em seu artigo 1º, que ficariam proibidas aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra. Mas, além da concessão onerosa de terras devolutas, a mesma Lei criou o instituto da legitimação de posse, no qual aquele que tivesse tornado determinada terra produtiva e nela morasse de maneira permanente passava a ter direito da possibilidade de o Estado reconhecer o seu domínio. Esse modelo de legitimação e concessão tomou conta do Direito Brasileiro. (Rios, 2006, p.70).

A conversão das terras em propriedade e a legalização da violência contra posseiros à luz da Constituição de 1824 e pela Lei de Terras de 1850, segundo a autora³⁵⁴ marcará profundamente o caso brasileiro o século XX, com uma crise no espaço jurídico e político sem precedentes. Recuperar a narração da trajetória histórica de Brejo dos Crioulos apresentada por Costa (1999, p.24) sobre os momentos que elucidam as mudanças na unidade social de Brejo dos Crioulos em três momentos, definidos pelo “tempo da fartura”, pelo “tempo dos fazendeiros” e pelo “tempo de penúria”, onde destaca que “o processo de domesticação a que foram submetidos desde os anos de 1930, quando começara a ser expropriados das condições que asseguravam sua autonomia em alguns níveis de sua reprodução social”, permite contextualizar a espoliação das terras de Brejo dos Crioulos, que estampa a face do modelo brasileiro adotado no século XX. A figura do agrimensor, as legalidades questionáveis, as demarcações, as relações de compadrio, patriarcado, as vigorosas alianças entre as elites abastadas, a violência política e seus terrores costumeiros e os bandos jagunços marcam o tempo de parcelamento das terras originais.

³⁵⁴ Ibid.

Na divisão, às famílias negras são comercializadas pequenas parcelas de terra, em torno de vinte alqueires, a troco de algumas cabeças de gado. O território comum de Brejo dos Crioulos é, então, fragmentando em vinte e oito parcelas de terra, que abrigavam vinte e sete famílias, já que uma das glebas, a que envolvia a lagoa Peroba onde se realizava a festa do Santo Rei, foi doada ao mesmo. Os adquirentes são considerados os fundadores dos grupos locais, por serem legalmente os proprietários de terras que hoje pertencem a cada grupo familiar. O tempo das divisões é uma categoria utilizada em outras áreas do Sertão Norte do Gerais (...). Conforme relata Ambrósio (1976 e Martins (1967), o Padre Gangana o chamou para defender as terras de uma viúva em São João da Ponte. A divisão das fazendas Arapuá e Morro Preto, antigas sesmarias que não tendo sido registradas em 1850 dentro dos novos parâmetros determinados pela Lei de Terras, tornaram-se terras devolutas. Como tal foi solicitada divisão das mesmas por fazendeiros locais, que também ocupavam as terras. Esse momento é o divisor de águas, a partir da qual as condições para a expropriação das famílias residentes no interior do campo negro da Mata da Jaíba estavam dadas. Para os que aí moravam a terra que era solta, ao ser transformada, passa a constituir-se patrimônio, enquanto para as famílias abastadas do sertão, as terras também formavam, legalmente documentadas em cartório, parte do patrimônio familiar. O confronto entre a lógica da *orality* e a lógica da *literacy*, comunicavam aqui concepções de mundo diferenciadas, a partir da qual os conflitos entre comunidades de camponeses e fazendeiros ganharam expressão. Costa (1999, p.54).

A luta pelo território é também uma luta pela legitimação da função social do espaço em essência, voltada ao reconhecimento dos direitos coletivos, atualização e contextualização das funções da norma. Nesse caso, a ruptura sofrida pelo lugar de viver, ao refletir diretamente na natureza da unidade socioespacial de Brejo dos Crioulos, imputa aos sujeitos do lugar a necessidade de reestabelecimento dos seus meios de viver.

Os re-arranjos que são desencadeados a partir daí dizem do (re)ordenamento o qual defendem, subjetivamente à luz da constituição e objetivamente no pragmatismo das reocupações de um espaço perdido. O desafio de reconhecimento do território enquanto instituição legitimadora dos direitos espaciais e socioculturais e, consequentemente dos fundamentais, reescreve sociabilidades e espacialidades apagadas em seu próprio tempo.

Não aparenta existir uma intencionalidade pela conciliação entre passado e presente para efeito da redenção do espaço, o que seria traduzido pela desapropriação-indenização dos proprietários pelo Estado e, a consequentemente “libertação” das terras com a titulação definitiva do território para a comunidade. De todo modo, um movimento nesse sentido indica

a propagação das narrativas de conquistas de direitos acumuladas de forma nada branda, durante difíceis momentos da história brasileira, da democracia.

Foto 80 - Grafite produzido por acadêmicos no Centro de Ciências Humanas da Unimontes



Fonte: Acervo do autor, out. de 2014.

Para Mulatu

Eu jurei que ia voltar, amor
Eu jurei que ia voltar, amor

Mas nessa situação a cor da pele pegou
A perna tinha que correr
E a inocência acabou

Mas nessa situação a cor da pele pegou
A perna tinha que correr
E a inocência acabou

De um ventre livre nasceu
Papai que me criou

Eu jurei que ia voltar, amor
Eu jurei que ia voltar, amor

Mas nessa situação mama
Fugiu de senhor
E a correnteza levou mama
Pros braços de amor

Mas nessa situação mama
Fugiu de senhor
E a correnteza levou mama
Pros braços de amor

E minha voz se formou
Quando a paixão se espaió

Música: Gui Amabis / Letra: Criolo
Disco Memórias Luso/Africanas - Gui Amabis, 2011.

Foto 81 - Dona Justina no Batuque em Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor nov. de 2012.

6 BREJO DOS CRIoulos, UM TERRITÓRIO RELACIONAL QUILOMBOLA

6 BREJO DOS CRIoulos, UM TERRITÓRIO RELACIONAL QUILOMBOLA

6.1 Territórios Relacionais: olhares, ação, devir

Nas multidimensões das percepções, interpretações, análises e projeções, conceituações diversas sobre a natureza dos territórios elaboram um espaço de aproximação-afastamento da real noção sobre o que pode ser considerado, acatado e submetido às ordens e desordens espaciais. No percurso geopistemológico do território, o desdobramento de sua(s) razão(ões) de ser, naturalista, funcionalista, culturalista, e crítica, por exemplo, parecem ainda não conseguir esclarecer a realidade da espacialidade total produzida. A vastidão de estudos e abordagens territoriais em diferentes perspectivas (des)territorializou a categoria geográfica, que passou a ser multiterritorializada em diversas áreas das ciências e do cotidiano.

Nesse contexto, o tensionamento dos novos movimentos pela recomposição socioespacial de suas lógicas capazes de assegurar futuro reflete novas maneiras de apreensão socioespacial. A plataforma crítica evidenciou os limites da geografia para o século XXI, indicando desde os percalços oriundos dos enfrentamentos da globalização, passando pelos questionamentos à ciência, pela reinterpretação das expectativas com as novas formas de experiência consolidadas pela modernidade, até as fragilidades sociais elaboradas pela hegemonia capitalista.

No tempo dos escritos, a emergência da diversidade ganha força e, simultaneamente amplifica contradições complexas. As noções de fronteira, limite e soberania, assim como diversas outras estão sendo questionadas tanto pelas ordens que geohistoricamente as mantiveram, mas principalmente pelas desordens que a elas permaneceram subordinadas em subalternidade e mimetismos territoriais. A ressemantização de diversas noções do espaço banal apresenta o território enquanto categoria (re)estruturadora da espacialidade profunda e,

simultaneamente, (des)estruturadora da espacialidade forjada, ambas reais, concretas, conflitantes e complexas.

Na mesma ordem, o desdobramento da “pluriescalaridade”³⁵⁵ territorial que acompanha a desinvisibilização relacional em multidimensionalidade eruptivamente evidencia o processo de expansão-contracção que produz o território relacional. Em permanente expansão, e o é cada vez mais, o território, paradoxalmente tautócrono também se projeta em contracção, inteiriçando sua indivisibilidade, contrariamente a lógica que o desinvisibiliza. O que não significa a efetivação do movimento desinvisibilização-(re)invisibilização, mas desencurramento-mimetização, onde sua mimese deixa a subalternidade para ser aperfeiçoada na liberdade relacional da diversidade.

Na compreensão de Raffestin (2009, p.24) “os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo”. É a partir desse desdobramento que se consolida o hibridismo identitário socioespacial, possível tanto na perspectiva das categorias conforme é apresentado sobre o *lugar-território, região-mosaico*, espaço-tempo enquanto espacialidades, passando pelas sociabilidades quando se evidenciam, por exemplo, Quilombolas-Vazanteiros, Quilombolas-Veredeiros, Quilombolas-Ribeirinhos, Quilombolas-Urbanos, quanto em relação ao hibridismo das temporalidades destacando *tempo-espaço, tempo-da-fatura, tempo-da-divisão, tempo-da-penúria, tempo-da-luta, tempo-do-reconhecimento, dia-do-mês, mês-do-ano, ano-da-vida, período-da-história, depois-de-amanhã, antes-de-ontem*, dentre outras várias manifestações que também podem ser tratadas à luz das categorias nativas, dos regionalismos, da regionalidade e do conhecimento autóctone. Na compreensão de Santos (2007) a geografia alcançou no fim do século XX a sua era de ouro,

³⁵⁵ (FERNANDES, 2009, p.203).

porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2007b, p.13).

Assim posto, cabe a consideração de Saquet (2007, p.24) quando afirma que “é preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território (s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”. O território Brejo dos Crioulos onde se inscrevem essas leituras geográficas informam o que Ratts (2003) entende como espacialidades subalternas que anunciam uma diferença ressaltada na diversidade e marcada por desigualdades incontestáveis, onde “Negros considerados ausentes ou desconsiderados enquanto segmento étnico diferenciado igualmente voltam à cena como sujeitos políticos”³⁵⁶.

Considerando os cuidados sugeridos por Saquet (2007), cabe o entendimento de Almeida (2003a, p.71) que o espaço “além de ser produto das atividades humanas, tem múltiplas valorizações e caracteriza-se por atributos funcionais, estruturais e afetivos”. O tensionamento dos conflitos se mistura aos sentimentos topofílicos (TUAN, 1980), entre o sonho e a aridez prolongada do tempo da penúria, humanidades imersas na incerteza se lançam a lutar para existirem para além de seus corpos.

A complexidade envolvida na *espacialidade Quilombola* de Brejo dos Crioulos e dos mais de 3000 territórios já identificados no país, revelam em qualquer especulação ligeira a potência de uma construção social, política e, atualmente jurídica coletivizada e geografizada no território nacional. A *espacialidade Quilombola* guardiã dos valores, das geografias, da memória e da história socioespacial da ruralidade brasileira produz um campo de conhecimento multidimensional e multiescalar que só pode ser acessado a partir de

³⁵⁶ Ibid., p.34.

abordagens relacionais sensíveis aos valores fundamentais da vida. Assim considerado, compreende Saquet (2007) que entender o território

apenas como produto de centralidades e autoridades, arealmente, é uma forma reducionista. Evidenciar que *o que é meu não é teu e o que é teu não é meu* é muito pouco diante da complexidade da construção do território. É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade a unidade do mundo da vida, de maneira (i) material, isto é, as interações *no* e *com* o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento. O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *ideia* e *matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de intenções *no* e *do* processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, e nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona fenômenos e processos territoriais. (SAQUET, 2007, p.24).

A conexão das diversas ciências com os conhecimentos tradicionais resulta na ruptura das fronteiras duras das racionalidades viciadas que enfeitam os “jardins da razão”. Está em curso a reprodução da espacialidade profunda “por uma conjunção particular de processos materiais e de processos de significação” (SANTOS, 2012, p.83)³⁵⁷. Ler geograficamente o território relacional implica também na angústia de muitas compreensões imediatamente inexplicáveis e, simultaneamente no sossego dos conhecimentos continuamente abertos e dispostos a se doarem às conexões transformadoras no percurso das “imaginações intuitivas da experiência”.

É feito o Sertão, é feito os Gerais, é feito os Brejos espacializados Brasil adentro, infinitamente acessíveis às trocas e à produção de novos conhecimentos. A conexão-oposição que se manifesta na objetividade-subjetividade dos territórios relacionais versa por sublinhar a existência substancial-relacional da espacialidade que funda o mimetismo da resistência na contra-espacialidade e, simultaneamente produz o espaço relacional universal da diversidade.

³⁵⁷ [Cita WHITEHEAD, 1938, P.139-149].

O tempo histórico somado às temporalidades territorializadas no cotidiano do lugar de viver indicam campos livres às percepções sensíveis, tal como estão ali, a natureza material das espacialidades profundas estabelecidas, condicionadas, delimitadas, bem como os deslimites e suas supremacias inexistentes ofuscadas pelo respeito ao existir alheio. Ao refletir sobre a abordagem relacional do espaço-tempo Harvey (1973) reflete,

mas por que e como eu poderia, como um geógrafo em atividade, considerar útil o modo de abordagem relacional do espaço-tempo? A resposta é simplesmente que certas temáticas, como o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos [acrescento nos processos rurais], somente podem ser abordadas desta maneira. Não posso encerrar as memórias políticas e coletivas dentro de um espaço absoluto (situá-las claramente em uma grade ou sobre um mapa), nem compreender sua circulação em função de regras, ainda que sofisticadas, do espaço-tempo relativo. (HARVEY, 1973, p.14).

Depreende-se dos entendimentos de Alcântara (2008) sobre o patrimônio Afro-brasileiro de Uberlândia, importante contribuição ao entendimento acerca do valor das abordagens relacionais mencionada por Harvey (1973). Segundo a autora, não se trata da identificação das “essências imutáveis” ou de priorizar a subjetividade das origens étnicas sobre a realidade presente, ao contrário, segunda a autora trata-se de um pressuposto ligado a “percepção de que tais fenômenos estão ligados ao passado africano e que se transformam no tempo e no espaço, sem perder aquilo que lhe é peculiar e indispensável. Isto é, o que lhe confere identidade e lhe dá sua própria razão de ser. Assim importa o significado e não apenas a forma exterior.” (Alcântara, 2008, p.248).

Uma leitura geográfica relacional para além da forma busca os conteúdos territoriais de suas multidimensionalidades-multiescalaridades. No espaço produzido por ações, paixões, poderes onde se evidenciam forças e fragilidades, o *olhar-para-fora*, o *olhar-de-fora* e o *olhar-para-a-forma* não resolvem os entendimentos por portarem a objetivação da simplificação que tende às descrições, por vezes densas, presas à concretude dos recortes.

Citado por Almeida (2009)³⁵⁸, as compreensões de Vanier (2008) indicam que “os territórios extravasaram suas escalas para além de seus limites para um mundo inter-territorial, devido às alianças, às ligações e às articulações que os territórios buscam, criando redes e fluxos entre eles e com o mundo planetário”.

Para Saquet (2009) o território é uma construção *coletiva* e multidimensional, com múltiplas territorialidades, se diferenciando do espaço geográfico por três características: relações de poder, as redes e as identidades. Para o autor, a abordagem multidimensional, relacional e processual reconhece a unidade dos tempos históricos e coexistente, as descontinuidades e continuidades, a unidade ideia-matéria e aspectos da relação sociedade natureza. “A relação dialética entre ideia-matéria está no seio da relação espaço-tempo e da constituição dos territórios e das territorialidades”³⁵⁹.

A territorialização constitui e é substantivada (...) por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição de processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades. (SAQUET, 2009, p.83).

Antes de seguir as impressões acerca do que resulta na gênese geográfica do território relacional Brejo dos Crioulos e suas existências relacionais, é importante ressaltar que o exercício etnográfico de densidade profunda sobre a Comunidade Brejo dos Crioulos, o Campo da Mata da Jaíba, o território Gurutubano e, a diáspora negra do Norte de Minas já foi realizado por pesquisadores como Costa (1999), Costa Filho (2008) e Gonçalves (2007), dentre outros, em trabalhos fundamentais às percepções aqui apresentadas. Não existindo pretensões de esgotar quaisquer questões do conteúdo, mas ampliar olhares sobre a multidimensionalidade da espacialidade Quilombola.

³⁵⁸ (ALMEIDA, 2009, p. 179).

³⁵⁹ Ibid., p.91.

Se a distinção entre as concepções absoluta, relativa e relacional do espaço fosse o único meio para desvendar o significado de espaço como palavra-chave, poderíamos permanecer aí. Feliz ou infelizmente, há outros modos igualmente convincentes de tratar este problema. Muitos geógrafos, por exemplo, recentemente sinalizaram uma importante diferença entre o uso do conceito de espaço como elemento essencial dentro de um projeto materialista de compreensão de geografias concretas sobre o terreno e o emprego geral de metáforas espaciais na teoria social, literária e cultural. (HARVEY, 1973, p.17).

Nesse caso, é fundamental apresentar os esteios das percepções que fundam olhar sobre a condição relacional do território Brejo dos Crioulos, materialidade, conteúdo e projeção-expansão multidimensional. Segundo Raffestin (1993, p.144) o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Para Santos (1988, p.71) “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”. Na compreensão de Harvey (1973),

compreender um pouco o sentido do que é o espaço e como as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades funcionam é crucial para a construção de uma imaginação geográfica diferente. Mas o espaço revela-se uma palavra-chave extraordinariamente complicada. Ele funciona como uma palavra composta e possui múltiplas determinações, de modo que nenhum de seus significados pode ser propriamente compreendido de forma isolada. Mas é precisamente o que faz deste termo, em particular quando associado ao tempo, um termo tão rico em possibilidades. (HARVEY, 1973, p.37).

É da fusão dos espaços brejeiro e crioulo, das naturezas, espacial e social, dos conhecimentos, empíricos e científicos, das ações, materiais e simbólicas, das leituras geográficas, objetiva e subjetiva, das sociabilidades internas e externas, das conexões com outros territórios, com outras instituições, das novas territorialidades, das multidimensões do lugar de viver envolvidas no cotidiano e da multiescalaridade de suas *espacialidades eruptivas* diversas que o espaço banal do território usado se configura relacional. O dinamismo relacional das territorialidades elaborado no arranjo processualidade-simultaneidade-temporalidade a partir da conjugação diacronia-sincronia (SAQUET, 2009)

age a descortinar as dicotomias espaço-território reconhecendo a complementariedade multidimensional que envolve as categorias geográficas.

Na realidade relacional a centralidade é produzida pelas sociabilidades que se arranjam na espacialidade total, traduzida pela espacialidade do poder, onde as configurações territoriais são expressas pela tríade lugar-território-rede. Para Saquet (2009) “há redes de territórios e territórios em redes, territórios nas próprias redes e redes no território, num único movimento que se realiza continuamente em tramas infindáveis que precisam ser maximizadas em favor da justiça social, da preservação da natureza, da valorização dos saberes populares, da autonomia”.

Como todas essas relacionalidades entram na consciência política do sujeito? E quando consideramos outras dimensões – de migrantes, grupos de diásporas, turistas e viajantes e aqueles que assistem à atual mídia global e parcialmente filtram ou absorvem suas mensagens cacofônicas – então a questão primária com que estamos lidando é entender como todo este mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político particular (ainda que individualizado no espaço e tempo absolutos) para suportar esta ou aquela linha de pensamento e de ação. Claramente, não podemos compreender o terreno mutável no qual subjetividades políticas se formam e ações políticas ocorrem sem pensar sobre o que acontece em termos relacionais. (HARVEY, 1973, p.17).

Dos seres pelo meio de Darwin, das sociedades pelo espaço de Ratzel, no contexto da contra-espacialidade é possível dizer das comunidades pelo território de Brejo dos Crioulos. Da territorialidade ao território as diversas escalas de relações elaboram o espaço profundo enquanto, sementeira das espacialidades do vivido. São elas, relacionais que confirmam à política o caminho do equilíbrio espacial enquanto uma das dimensões fundamentais.

As geografias culturais saueriana e brejeira permitem reconhecer que as relações dos Crioulos com os brejos, dolinas, lagoas, rios, carrascos, caatingas, murundus e terras, é cultural e conseqüentemente política, a socialização da espacialidade com a socialização na

espacialidade produz a socialização plural, cultural e política, em equilíbrio³⁶⁰. “É apenas quando a relacionalidade se conecta ao espaço e ao tempo absolutos da vida social e material que a política se torna viva” (HARVEY, 1973, p.37). O encontro da geografia humana lablachiana às humanidades Crioulas permite ler as relações cotidianas a partir dos gêneros de vida, do habitat ao lugar de viver distintas dimensões desenham o lugar-território. Um olhar lefebvriano ao cotidiano brejeiro-crioulo dá foco a representações e mapas mentais diversos. No espaço-tempo da luta, a ação crítica da perspectiva miltoniana permite ler as relações de poder numa perspectiva foucaultiano-raffestiniana.

Da colisão entre espacialidades relacionais e espacialidades impositivas a condição eruptiva da espacialidade profunda frente a espacialidade forjada evidencia outras dimensões relacionais. Para Harvey (1973) as tensões dialéticas não só não devem ser mantidas intactas, mas devem ser continuamente expandidas. O que não implica na manutenção do conflito território, mas o reconhecimento dos conflitos dos territórios e nos territórios localizados na espacialização na sociabilidade e da sociabilidade.

Nos anos recentes, muitos acadêmicos, e entre eles geógrafos, adotaram conceitos e modos de pensamento relacionais (apesar de não muito explícitos com relação àqueles de espaço-tempo). Este movimento, tão crucial quanto louvável, tem estado em alguma medida associado à virada cultural e pós-moderna. Mas do mesmo modo que a geografia tradicional e positivista limitou sua visão ao se concentrar exclusivamente sobre os aspectos absolutos e relativos, materiais e conceituais do espaço-tempo (abstendo-se do espaço vivido e relacional), há agora um sério perigo em apenas se deter ao relacional e ao vivido, como se o material e o absoluto não tivessem importância. (...). A única estratégia que realmente funciona é manter a tensão em movimento dialético através de todas as posições da matriz. Isto é o que nos permite melhor compreender como significados relacionais (como o de valor) são incorporados aos objetos, aos eventos e às práticas (como o processo de trabalho concreto) construídos no espaço e no tempo absolutos. (HARVEY, 1973, 36).

No percurso da mutação do lugar de viver, sob mimetismos territoriais temporalizados na geograficidade coletivizada dos cotidianos entrelaçados, o território Brejo dos Crioulos

³⁶⁰ Cabe considerar que a compreensão sobre esse entendimento só é possível posterior a consideração da necessidade da cultura se sobrepor a política no contexto vigente. As percepções informam sobre avanço da espacialidade profunda sobre a espacialidade forjada em um processo de justiça histórica para o reequilíbrio de forças e, reestabelecimento da natureza do território nacional, profundamente relacional.

atualiza sua existência em desdobramentos espaciais permanentes. A análise do composto espaço-tempo do espaço das representações serve ao entendimento em construção sobre o lugar-território, considerando que “o que realmente importa é a relação dialética entre as categorias, mesmo que seja útil, com vistas ao entendimento, distinguir cada elemento como um momento separado da experiência do espaço e do tempo” ³⁶¹. Não há perdas semânticas, como não há perdas do conteúdo que materializa o território enquanto espaço de uso e vivências.

O território relacional constitui a transfuncionalização do território usado que ao se desinvisibilizar e (re)mimetizando espaço-temporalmente no contexto da globalização e da contra-espacialidade das lutas territoriais em rede, que marcam o desafio de reconhecimento da função social do espaço, a resistência às opressões de Estado, a exclusão sociocultural de minorias étnicas e o combate aos racismos ambientais, reordena e atualiza territorialidades a partir das intencionalidades coletivas focadas na proteção do lugar de viver.

O homem é um dado da valorização dos elementos naturais, físicos, porque é capaz de ação. Usa suas forças intelectuais e físicas contra um conjunto de objetos naturais que seleciona como indispensáveis para se manter enquanto grupo. Assim, o homem é sujeito, enquanto a terra é objeto. E em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado. Para o homem, isto é, para o grupo social que a defronta, a natureza deixa de ser algo que funciona apenas segundo as leis naturais, e passa a ser um grande conjunto de objetos dos quais o homem escolhe alguns que aprende a utilizar. Esses objetos são, para o grupo, a natureza útil, um subsistema do sistema natural total, o seu subsistema eficaz. Esse subsistema é ainda a natureza, mas já é, igualmente, social, porque deliberadamente escolhido pelo homem. (SANTOS, 1988, p.90).

Ao refletir sobre a visão relacional de território Haesbaert (2011, p. 80) destaca que um dos debates centrais sobre o território e, conseqüentemente, sobre a desterritorialização, envolve seu caráter absoluto ou relacional. Informando tratar “absoluto tanto no sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou “coisa” (objeto

³⁶¹ Ibid., p.20.

físico, substrato material), dissociada de uma dinâmica material”. Para o autor “território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder”.

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1973, p.13)³⁶².

O entendimento aqui contido acompanha a compreensão avaliando que, o território, lido sob a ótica relacional integra para além das relações sociais e históricas, relações de poder culturais, políticas, simbólicas, subjetivas e multidimensões. Depreende-se de sua análise que “embora muitos materialistas, em especial os mais mecanicistas, possam simplificar, afirmando que o território se restringe à base espaço-material, sobre a qual se reproduz a sociedade, outros, notadamente muitos materialistas dialéticos, dirão que o território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais”, Haesbaert (2011, p. 80). O mesmo autor, ao destacar a crítica de Souza (1995) à Raffestin (1993) entende que

Souza enfatiza este caráter relacional, tendo o cuidado de não cair no extremo oposto, o de desconsiderar o papel da espacialidade na construção das relações sociais. Diante de uma preocupação com a “espaciologia” ou com o determinismo das formas espaciais (...) devemos justamente ter cuidado para não sugerir um excesso de “socialização” ou de “historicização”, de alguma forma “desgeografizando” o território, abstraído da base social-geográfica como condição

³⁶² Sobre essa natureza (HARVEY, 1973, p.12) destaca que “o conceito relacional de espaço é mais frequentemente associado ao nome de Leibniz que, em uma famosa série de cartas a Clarke (efetivamente uma relação próxima de Newton), faz sérias objeções à visão absoluta do espaço e tempo tão central às teorias de Newton. Sua principal objeção é teológica. Newton dava a entender que até mesmo Deus estava dentro do espaço e do tempo absolutos mais do que no comando da espaço-temporalidade. Por extensão, a visão relacional do espaço sustenta que não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem. (...). Processos não ocorrem no espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo.”

indispensável à realização destas relações. Se a virtude, também aqui, está “no meio”, não é nada fácil encontra-la e, menos ainda, traduzi-la em termos conceituais. (HAESBAERT, 2011, p.81).

No caso do território Brejo dos Crioulos compreender a dimensionalidade relacional de sua espacialidade profunda não permite evitar as determinações naturais e historicidades consideradas pela comunidade. Nesse caso, o espaço brejeiro de terras férteis das vazantes e lagoas marginais do médio rio Arapuim, afluente do rio Verde Grande, localizado na Mata da Jaíba, registrado na história regional como um ambiente outrora hostil pela ocorrência considerável de malária, define a escalaridade das multidimensões materiais.

De outro canto, as dinâmicas sociais que dizem do espaço crioulo, eruptivas na invisibilização, respondem às espacialidades relacionais dialogicamente. Esse percurso diz-se da história regional, da diáspora negra no norte de Minas Gerais, do reconhecimento do grande campo negro da Mata da Jaíba, da história da ocupação regional, dos microprocessos migratórios, dos encontros de identidades diversas, das representações simbólicas sobre Crioulos e Gurutubanos, da genealogia de troncos familiares, do campesinato étnico, da espacialização de ruralidades, da assimilação e internalização cultural da unidade social, da memória social, das multiterritorialidades, manifestações, ritos festivos, reprodução social, material e simbólica no território. A conexão das temporalidades ao tempo histórico do território e suas territorialidades complexas permite a evidência de elementos distintos que permitem ler geograficamente a espacialidade profunda territorial. Para (HARVEY, 1973), é preciso

focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com

eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto (por exemplo, em uma sala de conferência) para definir a natureza daquele ponto. A identidade, nesta argumentação, significa algo bastante diferente do sentido que temos dela a partir do espaço absoluto. (HARVEY, 1972, p.12-13)

Da fusão do espaço brejeiro, enquanto meio, e do espaço crioulo que aponta para o território e seus usos geografizados em territorialidades³⁶³ e temporalidades complexas, a gênese da multidimensão que funda objetivamente o território relacional. A natureza subjetiva de sua existência integra sua identidade espacial desde as primeiras ocupações e usos. A objetiva, material, é localizada no espaço da luta, no tempo-espaço que registra a expansão da consciência coletiva na unidade territorial sobre os limites da ebulição impressos na ameaça real ao lugar de viver, simultaneamente aos movimentos dos poderes exteriores ao lugar-território, que ditavam as ordens da totalização de processos de desterritorialização do lugar de viver. Para Haesbart (2011, p.91) “esta discussão que muitas vezes contrapõe uma dimensão material e uma dimensão imaterial do território é muito relevante” podendo ser lida de duas maneiras possíveis, dentro da esfera ontológica ou numa perspectiva epistemológica.

A multidimensão relacional, apesar de vinculada subjetivamente ao meio de viver em virtude dos processos historicamente internos de lida com o lugar e suas determinações, bem como o aperfeiçoamento histórico de técnicas e potencialização das sociabilidades na reprodução da comunidade, só é objetivada quando a existência socioespacial ultrapassa o limite material do território e de sua unidade sociocultural. Ela constitui resultado da formação de sujeitos políticos que reconhecem conflitos ambientais e fundiários como processos desestruturantes de suas múltiplas identidades integradas, da assimilação de novos poderes, direitos e representações até então não realizadas, do caráter político que materializa o espaço da luta e corporifica novas razões de ser.

³⁶³ Para Haesbaert (2011, p.86) “a territorialidade é definida por Sack [1983, p.6] como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território”.

Ainda, do compartilhamento coletivizado das ações, do esclarecimento sobre a natureza jurídico-normativa do território simbólico, das reuniões, viagens, visitas, da participação de processos eleitorais, da articulação em rede com movimentos sociais, do compartilhamento de desafios e angústias, das parcerias, do acesso a direitos, da produção e democratização da comunicação territorial, da coalisção com instituições de ensino superior e pesquisadores e todo o movimento de desinvisibilização que se efetiva a partir do ano 2000, no caso de Brejo dos Crioulos.

Diante do registro, vale dizer que o território relacional é aqui entendido como uma identidade espacial cuja existência depende dos desdobramentos de sua socioespacialidade nas conexões, materiais, sociais e simbólicas, com outros territórios estabelecidos em uma rede de práticas e representações complexas para além de seus limites físicos e intencionalidades imediatas. Sua natureza é percebida e se manifesta na totalidade de suas multidimensões, cujas materialidades se expressam nos re-arranjos espaciais relacionais da vida cotidiana que evidenciam sociabilidades geograficamente coletivizadas na ação empírica e na coalisção de conhecimentos e experiências plurais originárias da diversidade sociocultural.

No interior de suas ordens sociais, a integração das narrativas de luta cotidiana são canalizadas nos sistemas informacionais autóctones para reprodução-projeção-expansão de suas redes de proteção do lugar de viver por meio da ação geográfica, de onde podem ser lidos os processos de ocupação³⁶⁴ e uso e, da ação comunicativa, de onde saltam as novas formas de poder territorial³⁶⁵. Nesse caso, desdobramentos constituem ações geografizadas de reposicionamento de identidades espaciais originais, conscientemente coletivizadas, operadas

³⁶⁴ No caso do território de Brejo dos Crioulos, a ocupação pode ser lida sob duas distintas categorias de análise: uma se define pelo processo de apropriação e usos que imprimem territorialidades, outra se diz dos processos de retomada das terras expropriadas pelo latifúndio. Para Fernandes (2000, p.279), a ocupação enquanto estratégia de acesso a terra é entendida como uma “ação de resistência inerente à formação camponesa no processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2000, p. 279).

³⁶⁵ Para Raffestin (1993, p.58) “a possibilidade do poder, em não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu. O poder utiliza seus meios para visar os trunfos O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Considerando como trunfos a população, os recursos e o território.

em redes colaborativas situadas nas múltiplas temporalidades do porvir. O fato é que eles ainda não se aconteceram, mas estão acontecendo, por isso se pode dizer do deslocamento temporal dialético de sua totalidade. Na compreensão de Haesbaert (2011a)

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termo de Marx. Além disto, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou “fronteiras”. Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade. (...) este ponto é decisivo na crítica a algumas posições recentes sobre o domínio dos processos de desterritorialização, especialmente aquela que dissocia rede – mais vinculada ao tempo, à mobilidade – e território – que estaria aí mais ligado à estabilidade, a uma noção estática de espacialidade. Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade. Voltando a este atributo, mesmo que consideremos o território ou a territorialidade um constituinte inerente a todo grupo social, ao longo de toda sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico. (HAESBAERT, 2011a, p.82-3).

Por práticas e representações complexas diz-se da diversidade de estratégias, técnicas e tecnologias dialogadas e construídas de maneira integrada e simultânea no espaço da luta. Delas derivam a socialização latente da função social do espaço. Sua evidência é permanente e participa da lógica mimética nas substâncias territoriais, enquanto simulacro e tática. Multidimensões constituem o acumulado de níveis objetivos e ordens subjetivas cuja geograficidade se apresenta na materialidade das relações de ação para a transformação do espaço. Substâncias territoriais são assimiladas como territorialidades naturais envolvidas no uso cotidiano do território.

As (des)ordens territoriais são compreendidas como os desafios da vida cotidiana que se processam no lugar de viver comprometendo a reprodução dos modos de vida e dos meios de viver, bem como a reprodução socioespacial de uma unidade social geograficamente coletivizada. Ainda, tem-se (re)arranjos espaciais como a expressão da multidimensionalidade territorial que guarda a natureza do território relacional. Geograficamente coletivizado diz-se

de uma unidade que se reconheça totalizada sob identidades, culturais e espaciais simultaneamente, bem como seus critérios e/ou combinação de critérios autóctones, assimilados pela representação coletiva do espaço e, que considere sua existência particularizada no meio onde vive, sob códigos coletivos de proteção das lógicas simbólicas e históricas impregnadas em sua espacialidade.

A ação é apresentada como a articulação que se dá entre as formas, critérios e temporalidades de resistência, o reconhecimento dos elementos e possibilidades de poder, a dimensão latente da autonomia territorial e o reconhecimento de limitações do contexto histórico a partir da visão totalizadora, voltada para a conciliação de conhecimentos tradicionais e acadêmicos e, para a prática de utopias enquanto produto territorial. Compreende-se autonomia territorial enquanto dimensão latente de caráter epistêmico e político, voltada a ressignificação e reposicionamento socioespacial, individual e coletivo no mundo.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões do poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico-religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos. (HAESBAERT, 2011, p.93).

A existência do território Brejo dos Crioulos, multidimensionalizado material, social e simbolicamente, se mantém de uma primeira natureza relacional dada pelas conexões complexas entre as sociabilidades do espaço crioulo e as espacialidades do espaço brejeiro. As territorialidades então derivadas é que ambientam a reprodução do poder do que aqui é compreendido como lugar-território. A especificidade dessa qualificação a priori, naturalizada

no lugar de viver, resignifica categorialmente e categoricamente a geograficidade territorial. Primeiramente a partir das determinações do espaço natural, no percurso recente, pela apropriação e usos que marcam as temporalidades nativas e, na atualização contextualizada na globalização, o reconhecimento da função social do lugar de viver expressa no território tradicional.

Vivemos num espaço marcado pela finitude, cujas consequências são múltiplas e necessitam, uma a uma, passar por uma análise específica. A identificação do espaço quase sempre foi tentada em termos de superfície, de distâncias, de propriedades etc. De qualquer forma, uma coisa é comum à maioria dessas análises: o seu caráter geométrico, no sentido em que reconduzimos o espaço aos elementos simples, combináveis e, portanto, manipuláveis. Essa maneira de agir herdada do pensamento grego, obriga a construir representações que supostamente concedem uma grande atenção às escalas. Os atores sociais intervêm no espaço por meio das representações (mapas, croquis, esquemas) concebidas segundo uma escala determinada. O proprietário fundiário, o organizador do território, o militar, por exemplo, não trabalham necessariamente sobre mapas com a mesma escala. O espaço é em primeiro lugar, um dado que acontece à intervenção humana e, seria excessivo dizer que ele é dominado por esta ou aquela noção. Não tem sentido, diante de toda ação, falar de uma hierarquização do centro para a periferia, por exemplo. Só após a projeção de códigos utilizados numa função é que podemos fazê-lo. O espaço tem duas faces: uma é o plano da expressão, constituída por superfícies, distâncias e propriedades e, a outra é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado”. (RAFFESTIN, 1993, p.48).

A compreensão de Raffestin (1993) auxilia reconhecer as duas faces mencionadas, no território de Brejo dos Crioulos. Nesse caso, o “plano de expressão”, mais fácil de ser representado diz do território, que aqui já foi apresentado como território “real”, ambientado nas contradições vigentes cujas materializações registram as marcas de sua identidade espacial corporificada e objetivada no cotidiano. De outro modo, o seu “plano de conteúdo”, se de algum modo representa o aqui mencionado território “ideal”, acaba por traduzir a multidimensão relacional ainda não realizada, cujos compartimentos reúnem não apenas o reordenamento e os (re)arranjos espaciais frente a (des)ordem territorial, mas também a produção permanente de utopias, a materialização de sonhos e os desdobramentos das

identidades espaciais na existência. No quadro 7 mostrado abaixo, é apresentada uma matriz simplificada de observação objetiva das espacialidades em colisão. Seu desdobramento conduz à imersão necessária para o reconhecimento dos desarranjos socioespaciais no espaço-tempo do reconhecimento.

Quadro 7 - Matriz de observação das espacialidades em colisão

Espacialidade Profunda	Espacialidade Forjada
Território relacional	Território impositivo
Sociabilidade plural	Sociabilidade restrita
Espaço heterogêneo	Espaço homogêneo
Diversidade cultural	Homogeneidade cultural
Espacialidade Quilombola	Espacialidade Encurralada
Viver-em-comunidade	Viver-na-comunidade
Liberdades-transformadoras	Liberdades-destruidoras
Visto-de-dentro	Visto-de-fora
Vivido-dentro	Vivido-fora
Vivido-com-os-limites	Vivido-pelo-limite
Conflitos-do-presente	Conflitos-do-passado
Constitucionalismo Pluralista	Constitucionalismo Liberal

Fonte: Autor, 2014.

A análise das relações multidimensionais-multiescalares coloca em evidência a diversidade de possibilidades interpretativas e abordagens possíveis ao devir dos conteúdos envolvidos na elaboração da *espacialidade profunda*. Simultaneamente permite, na mesma condição a aproximação e assimilação da *sociabilidade profunda* e da *temporalidade profunda* que, em coesão parecem indicar uma leitura geográfica possível sobre o espaço relacional onde se movimenta o território relacional.

Da experiência em Brejo dos Crioulos aqui apresentada, se listadas nas oscilações da leitura objetiva-subjetiva do espaço, temos: relações com o espaço (existência; vivência; reprodução); com a natureza (território- origem; determinações; gêneros de vida; meios de viver, habitat); relações sociais internas (reprodução, cultura, troncos familiares); relações sociais externas (reprodução social, material, compadrio, coronelismo, mandonismo.); relações de coletivização da geograficidade (da produção do espaço ao espaço produzido,

cultura); relações simbólicas (natureza, cultura, grupo, comunidade, rede, sociedade, os sentidos do território); com (des)ordem (divisões, opressão, espoliação, expropriação, desterritorialização); com as fímbrias territoriais (mitra, prefeituras, comunidade regional).

Ainda, relações de reconhecimento (universidade, pesquisadores, rede de apoio, outros territórios, instituições); com a desinvisibilização (comunidade, espaço banal, lugar de viver; desencurralamento); com outras comunidades (encontros, congressos, palestras, cursos, universidade, escolas, intercâmbios, trocas, viagens, luta, manifestações); com Instituições (legitimação de direitos, cobranças, denúncias, audiências públicas, processos burocráticos); com a luta (rede, coesão social, ideologia, utopia); contra-relações (auto-identificação, afirmação, identidade, poder, reconhecimento, direitos); com o futuro (pós-futuro, alforria territorial, ressemantização, reordenamento, multiterritorialidades, Constitucionalismo Pluralista).

Nas desordens e ordens, naturalistas, comunitárias, regionais, institucionais, contra-espaciais, ideológicas e utópicas a relacionalidade do território Brejo dos Crioulos rearranja sua espacialidade profunda. Um exemplo disso está na concepção de noções espaciais que permitiram a travessia genética do mimetismo socioespacial, ancestralizado em sua geograficidade e, geohistoricamente reproduzido nos lugares de viver.

As sociabilidades que produzem o território relacional (espacialidade profunda) são informadas pelas noções espaciais do vivido, que vão desde as relações de coexistência, conexão e trocas simbólicas com a natureza (espacialidade Brejeira/Original), passando pela produção cultural/política assimilada e compartilhada pela unidade territorial (espacialidade Quilombola), culminando na profusão multidimensional-multiescalar das relações comunitárias (espacialidade Crioula). O arranjo dessas dimensões é que possibilitam ler geograficamente um caminho de aproximação à totalidade relacional de um território.

Na espacialidade brejeira são movimentadas as ancestralidades naturalizadas nas relações com a natureza, com destaque para as relações de subsistência ligadas ao extrativismo, ao conhecimento de espécies de árvores, tipos de madeiras, frutos, folhas, capins, brotos, flores e ervas com propriedades medicinais, características de texturas, aromas, sabores, endemia, sazonalidade, comportamento nas intempéries, comestibilidade e atratividade de fauna. Ainda, conhecimento sobre sementes crioulas, sua reprodução e partilha comunitária, suas potencialidades, dinâmicas de espacialização, comportamento em relação aos solos, bem como o conhecimento em relação aos solos.

Nesse caso, se destacam as relações topográficas, dinâmica dos solos, preparo e compartilhamento das terras, valorização da agricultura rudimentar de mínimo impacto, com práticas genuínas de agrobiodiversidade e manejos agroflorestais voltados à conservação, cuidado e respeito a terra e à diversidade fauno-florística, com produção de mudas, pequenas hortas, pomares e a proximidade cotidiana das manifestações da natureza, sons, silêncios, chuvas, sol, ventos, fogo, estações. O consórcio da agricultura e do extrativismo à pecuária em escala de subsistência renova a coletivização do lugar de viver, onde se inserem a criação de aves e suínos nos terreiros comunitários. Trocas simbólicas evidenciam conexões ancestrais por meio de reverências ao meio ambiente, da religiosidade e da musicalidade. Os usos coletivos do território, a comunhão dos alimentos, dos instrumentos, das ferramentas.

Do couro dos animais e da madeira das árvores a caixa de batuque, com a qual são cantados os desafios da vida que produz o território que, por sua vez se reproduz. As mãos e as enxadas, o arado, a chuva e a força do corpo. Na espacialidade Quilombola os movimentos ancestrais de uma cultura historicamente coletivizada e geografizada nos costumes, tradições, nas trocas simbólicas, manifestações, ritos, festas, religiosidade conectam a espacialidade Brejeira à espacialidade Crioula.

A cultura enquanto portal dos desdobramentos espaciais territoriais produz o poder e a geograficidade política das territorialidades e temporalidades. O reconhecimento dos Griôs, a evidência das lideranças, o impacto fundamental e determinante das mulheres da produção do espaço e na manutenção do vivido. A construção de conhecimentos geografizados pela coletividade reproduz no espaço-tempo comunitário noções de relações ancestralizadas no cotidiano e, assimiladas em diversas dimensões da unidade refletindo arranjos de convívio, moral, ética, solidariedade, família, economia, tradição e, que são reproduzidos no compartilhamento da casa, do terreiro, das terras, do pomar, da horta, das sementes, do trator, do arado, da enxada, do carro, do telefone, dos bens móveis e imóveis.

No vivido comunitário, a socialização do espaço territorial constitui a produção da espacialidade profunda de Brejo dos Crioulos. É a partir dela que são cultivados os valores multidimensionais-multiescalares que alimentam o vivido das experiências territoriais, como: respeito, liberdade, amor, compaixão, humildade, esperança, alteridade, altruísmo, simplicidade, sonho, utopia.

Por vezes, nos percursos de campo as sensações se tornavam indescritíveis, mas estavam ali em ocorrência e percepções. A tentativa de ler o que ocorria se frustrava antes mesmo de uma abordagem inicial ao vento em um exercício reflexivo. Era com fechar os olhos e imediatamente deslocar espaço-temporalmente para outro lugar, não intencionalmente. Quando o desejo de perceber a natureza do lugar atingia seu ápice, ligeiramente fugaz se mostrava a possibilidade. O território parecia escapar no balé daquelas árvores sopradas ao vento. O geógrafo está condenado a este movimento, a este grande balé das espacialidades escapulidas.

A percepção razoável dessa tentativa de ler o território relacional é traduzida pelos sertões do olhar alheio. As geografias profundas só aparentam possíveis quando se permite se lido pelo outro. Desse modo, aparenta prudente imaginar que uma espacialidade só pode ser

lida a partir de outra, seja em coesão, ou em colisão. As conexões multidimensionais-multiescalares que derivam dos movimentos de retração-expansão/repulsão-absorção projetam contrações socioespaciais produtoras de novas espacialidades. Perceber e reconhecer suas naturezas exige o exercício utópico do geógrafo. Sem ele, a geografia não cumpre seu propósito de ler o espaço e, vulnerável se transforma em uma poderosa e perigosa arma em um espaço-tempo que precisa romper com seu multiparadigma.

Em oposição aos processos de reclusão-precarização territorial (HAESBAERT, 2006) em curso, a disposição e sensibilidade do olhar dos geógrafos à espacialidade profunda internaliza na ciência geográfica a possibilidade da multiterritorialização das ações geográficas transformadoras. Talvez seja esse o clamor do espaço à Geografia no século XXI.

Definitivamente, portanto, não é pela reclusão forçada das populações em espaços inseguros e degradados ou pela exclusão radical de territórios ao usufruto social que iremos criar as condições de uma reterritorialização – e de uma sociedade – ecologicamente “sustentada”, mas “segura”, justa e solidária. Esta só pode se dar, como afirmara Lefebvre, pela restituição de nossos espaços de pleno usufruto, material e simbólico, territórios sobre os quais exercemos nosso controle (nunca exclusivo), deles usufruímos (pela partilha ponderada de seus recursos) e com eles nos identificamos (pelo convívio salutar com a pluralidade de “nossos” diferentes). (HAESBAERT, 2006, p.47).

Apanhadoras(es) de Flores Sempre-vivas, Vazanteiros, Indígenas Xakriabá, Krenak e tantos outro Parentes, Geraizeiros, Veredeiros, Campineiros, Caatingueiros, Caiçaras, Pantaneiros, Pequizeiros, Chapadeiros, Ciganos, Sertanejos-Vaqueiros, Retireiros, Praieiros, Seringueiros, Pescadores Artesanais, Jangadeiros, Babaçueiros, Campeiros, Caipiras, Açorianos, Caboclos-Ribeirinhos Amazônicos, Quebradeiras de Coco, Pomeranos, Agroextrativistas, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Barranqueiros, Comunidades de Terreiro, Sitiantes, Roceiros Tradicionais com suas diversas espacialidades profundas identitizadas e em coesão com outras identidades espaciais, institucionalizadas ou não, como núcleos de pesquisa, redes de apoio, movimentos sociais, núcleos de gestão e esferas de

poder, compartilham com a espacialidade Quilombola a produção novos sentidos e noções de espaço ao território nacional.

Sendo possível vislumbrar a funcionalidade dessa espacialidade coletivamente produzida e geografizada no complexo espacial dos territórios relacionais, a intencionalidade que emerge das sociabilidades contra-espaciais se voltam a combater a quebra permanente dos compromissos constitucionais e internacionais, bem como de obrigações jurídicas do Estado que acabam potencializando os ambientes de conflito e fragilização da espacialidade profunda brasileira. Ao analisar diferentes formas de apropriação territorial, Mizusaki (2011) aponta que na desigual disputa pelo território,

Os territórios conquistados por camponeses e indígenas têm demonstrado que a territorialização do capital não é uma via de mão única, ou seja, tem demonstrado que é possível construir outras formas de apropriação do território. Para entendê-las, é necessário pensá-las a partir do pressuposto de que os diferentes interesses de classe trazem consigo diferentes concepções de propriedade e, dessa forma, diferentes formas de apropriação territorial. Nesse processo, acentuam-se tensões que os homens estabelecem entre si e destes com a natureza, na medida em que se trata de relações que envolvem diferentes formas de uso do território. (...). Essa situação descrita nos coloca a necessidade de pensar o território, a partir do conteúdo das suas relações, pois são diferentes escalas e mediações que se conflituam na dialética de apropriação do território. (MIZUSAKI, 2011, p.257).

Dentre os episódios já mencionados se inscrevem: a indisposição nos processos de reconhecimento e legitimação territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos, de Pescadores Artesanais e tantos outros, a fragilidade das garantias territoriais dos Povos Tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro, bem como as arbitrariedades e a parcialidade jurídica anacrônicas à realidade e descompromissadas com restituição de direitos espoliados dos Povos e Comunidades Tradicionais, quase sempre por entendimentos ideologizados.

Ainda, a morosidade arquitetada pela conveniência das burocracias negativamente politizadas, a perpetuação de quadros de trabalho escravo, à criminalização e assassinatos de lideranças comunitárias, a ampliação dos quadros de vulnerabilidade da sociobiodiversidade e

das economias solidárias historicamente registradas nos territórios tradicionais, aos afrontes irresponsáveis à Constituição brasileira, a intensificação nos processos de fragilização da Educação nas ruralidades brasileiras, a permanente violação dos direitos humanos no contexto dos territórios tradicionais, à realização de grandes projetos de desenvolvimento voltados à homogeneização do território nacional.

No tempo dos reconhecimentos, os Brejos do Brasil entendem sobre a necessidade urgente da regularização de todos os territórios tradicionais Quilombolas. E, para tanto, exigem do Estado brasileiro a conclusão do processo em uma geração (meio século após a proclamação da Constituição Cidadã), indicando a obrigatoriedade de regularização de 160 territórios/ano até 2038. Diante do movimento em curso a Cartografia Quilombola do país tende a superar os 3500 registros muito rapidamente. A velocidade das conexões estabelecidas na *espacialidade Quilombola* evidencia não apenas uma rede de territórios, mas um arranjo de poder sociocultural, político e jurídico que em *desdobramentos de multiterritorialização* produz a reterritorialização da *espacialidade profunda* brasileira.

No tempo da pesquisa o número de territórios identificados, aproximadamente 3000 inicialmente de acordo com Anjos (2009), também correspondia ao número de moradores do território de Brejo dos Crioulos segundo informava a Associação de Moradores. Nesse tempo foram registradas pouco mais de 300 *fluxos relacionais diretos* de articulação para mobilização que se corporifica numa rede de apoios ao território Brejo dos Crioulos.

O fato é que a *Cartografia das Relações Institucionais* que integra a *Cartografia do Território Relacional de Brejo dos Crioulos* se mostrou muito mais complexa do que imaginada inicialmente. Considerando o levantamento inicial, por exemplo, um dos motivos informa um considerável registro de fluxos relacionais diretos/imediatos estabelecidos com redes de organizações, coletivos, ou mesmo redes de territórios elevando o número de representações, em primeira análise para além dos 3000 fluxos relacionais imediatos.

É preciso notar que não estão aqui observadas prioritariamente relações virtuais, desse modo o exagero dos números não traduziria a profundidade das relações que se corporificam no cotidiano da interpessoalidades e transpessoalidades, o que não significou desconsiderá-las. Estão em curso, conexões profundas na consolidação de redes humanizadas nas viagens e no intercâmbio de experiências reais do mundo vivido. A aproximação de espaço-temporalidades multidimensionais-multiescalares celebra a observação do comportamento relacional real, cujo processo produtivo do espaço é objetivo e subjetivo simultaneamente, é material, social e simbólico, é cultural, político e jurídico.

Na década de 1990 a Antropóloga Ilka Boaventura Leite teceu importante reflexão ao sugerir que fosse mais analisada a questão do enfrentamento e da resistência, visto que mesmo situado no âmago da existência dos territórios, o confronto, quando assumido em perspectiva genérica e projeto político tenderia a criar um impasse entre a manutenção da singularidade enquanto conquista e, a manutenção da mesma reproduzindo os processos de segregação. (LEITE, 1990, p.45).

Contudo, não há narrativa territorial ou espacialidade profunda que se desinvizibilize subordinando sua espacialidade às territorialidades opressoras. Terras do território depois de tomadas e “protegidas” de longe, reproduziram em Brejo dos Crioulos uma face do colonialismo imperialista do qual fala Said (2011). Fazendas, colônias em territórios distantes³⁶⁶.

A unidade territorial, até então mimetizada, corporifica sua indivisibilidade a partir do arranjo das territorialidades transformadoras que protegem sua existência. A percepção que segue, diz do desdobramento desse arranjo a partir da desinvizibilização estratégica para manutenção de sua identidade espacial, que pode ser lida pelo "desencurralamento" ou

³⁶⁶ Ibid. p.42.

*desengaiolamento espacial*³⁶⁷ e, daí evidenciando sua espacialidade relacional. No percurso de seus entendimentos Leite (2000) entende que

Não se trata exclusivamente de reconhecer o que já existe, mas de considerar que os procedimentos legais em curso indiretamente priorizam e demarcam novas fronteiras étnicas. A “resistência territorializantes” ao escravismo assumiu uma grande variedade de estratégias e desdobramentos. Parece pertinente aos grupos negros resgatar o esforço organizativo criado através de redes comunitárias de autoproteção e a criação de novas, baseadas nas mesmas estratégias. Sendo assim, a reconstrução do espírito da lei, pelos procedimentos administrativos de sua implementação, vem requerer uma extensão da cidadania a todas as comunidades negras cuja resistência remonta a uma memória da escravidão passível de ser reconstruída pelas redes de parentesco e afinidades que conforma a malha do grupo. A exclusão, de antemão, de alguns grupos que já foram expulsos de suas terras, mas que permanecem articulados a uma mesma experiência e unidos, visando a autoproteção, atualizando as redes de sociabilidade através de várias formas de organização, parece incoerente. (LEITE, 2000, p. 346-347).

A reconstrução do espírito da lei no tempo do reconhecimento acompanha a desinvizibilização territorial em curso e, isso passa diretamente pelos territórios espoliados transmutados em territórios mimetizados que resistiram nas experiências coletivas que reproduziram no tempo da luta suas espacialidades relacionais voltadas à autoproteção, aos rearranjos solidários coletivizados e às sociabilidades em rede. Territorialidades profundas se mostram cada vez mais abertas à compreensão do mundo na perspectiva da transformação de suas autonomias, valores e reconhecimento e, isso acontece também no tempo da luta. Como reflete Lacoste (1989), conhecer o mundo para transformá-lo, pensar o espaço para lutar [a boa luta] de forma mais eficaz.

[A] configuração de “contra-espços” dentro das ordens sociais majoritárias precisa ser analisada, seja na escala mínima das relações cotidianas, seja em escalas mais amplas, pois é neste jogo de contraposições que pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial, capitaneado por uma base democrática que permita o

³⁶⁷ Apesar de servir metaforicamente ao proposto, este autor acredita que o *desengaiolamento* serve mais diretamente à perspectiva metafórica das liberdades construídas nos processos de reterritorialização e multiterritorialização produzidos na urbanidade, especialmente em casos de realocação de indivíduos e grupos que deixam de viver em espaços confinados aéreos ou não, mas principalmente aéreos como é o caso dos condomínios e buscam se estabelecer nas horizontalidades dos bairros em busca de lógicas comunitárias diferentes das conhecidas ou não vivenciadas em ambientes restritos. Já o desencurralamento lido a partir da concepção de (ARAÚJO, 2009) serve tanto na perspectiva material, quanto metafórica para leituras geográficas no contexto das ruralidades.

confronto de identidades, com o florescimento permanente de uma diversidade libertadora. (HAESBAERT, 2002, p.15).

A ação eruptiva das diversas geografias dos Povos e Comunidades Tradicionais parece realizar paradoxalmente, algo que há poucos anos parecia absolutamente distante de ocorrer, impor ao Estado a verdade dos seus direitos em um retorno de encontro à espacialidade profunda brasileira. Na compreensão de Santos (1994, p.15), “o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí a metáfora do retorno”. Nesse sentido, que sirva a Geografia a humanizar o espaço no tempo do (re)conhecimento e, não o estacione enquanto propriedade das adjetivações epistemológicas. Depois da crítica, da esperança e da transformação, há um espaço a ser (re)pensado, (re)criado, (re)significado, (re)produzido, (re)visitado, (re)estabelecido, (re)vivido.

Assim, o desdobramento (espaço / lugar / território / lugar-território / território relacional / mosaico de territórios / região territorizada / território regional / região cultural) supera o arranjo das desordens em seus desarranjos reproduzindo a espacialidade profunda. Metaforicamente é feito flor que espoca as sementes à reprodução, o rebento helicoidal e a vernação circinada, a desconstrução da arquitetura do origami, (des)dobradura por (des)dobradura e, que não se encerra no plano.

A imagem forjada da espacialidade profunda que por tempos invisibilizou os territórios, oprimiu e ofuscou a existência e as sombras dos Povos e Comunidades Tradicionais do real vivido. Andar o dia e noite por ali já não foi tão simples em outros tempos desajustados pelo empreendimento da retroespacialidade. A espacialidade profunda, de tão espoliada, quase foi esquecida e, com ela se fragilizou a identidade daquelas terras, da comunidade. Isso não significou a derrocada de suas estruturas, seus arranjos. As formas foram alteradas, o conteúdo em permanente reelaboração, resignificado, aperfeiçoado no vivido, no existir.

Em suas percepções Costa (2005c) informa que uma característica comum a todas as Populações Tradicionais é o permanente “recomeçar alicerçado pelo padrão cultural a partir do qual a vida desses sertanejos se estrutura e se [re]organiza”. Nas percepções do autor,

Esse recomeçar, considerando a diversidade como um traço cultural organizador da vida, é construído na luta cotidiana no interior de cada território familiar e grupal para adaptar-se às dinâmicas que penetram na vida social a partir das ações advindas da racionalidade hegemônica, ou seja, a racionalidade burguesa. Apoiados em racionalidades onde se considera a diversidade de aspectos como integrante da totalidade social construída, numa perspectiva holista, as populações tradicionais norte mineiras replicam na vida social e na relação com o bioma “cerrados”, o respeito à diferença, assim como numa inter-relação englobante, onde as partes são valoradas tendo como referência a totalidade, mas não havendo no interior da mesma nenhuma relação de poder [cita Dumont (1992 e 1993)]. (COSTA, 2005C, p..314-316).

A transrelacionalidade que desperta das identidades espaciais Quilombolas tal como encontrado em Brejo dos Crioulos auxilia a aproximação dos ordenamentos profundos que regem a superfície dos desdobramentos espaciais modernos. A potência das sociabilidades que atuam na produção-reprodução do território situa o corpo social comunitário na dialética sincronia-diacronia, no intenso balé das temporalidades e territorialidades.

Dizer do território relacional no caso de Brejo dos Crioulos para além das relações sociedade-natureza que fundam seus arranjos socioespaciais locais pelos brejos do médio rio Arapuim, evidencia para além das sociabilidades da e na espacialidade a produção territorial em rede e suas infindáveis relações de poder. As diversas conexões com outros territórios tradicionais, redes de apoio e institucionalidades diversas produziu um espaço relacional que em contato com a espacialidade profunda ali reconhecida, corporificou o território relacional. Na compreensão de Raffestin (1993, p.267) “toda relação está sempre marcada pela poder (...) e toda geografia humana, composta por uma infinidade de relações, é em todos os momentos uma geografia política”. Segundo o autor,

A dimensão política nunca está ausente, pois é constitutiva de toda ação. Toda geografia humana é política, mas essa dimensão raramente é assumida pelo geógrafo, que prefere desempenhar o papel de testemunha mas se recusa quase sempre a desempenhar o papel de uma instância de recursos para aqueles cujo território está ameaçado, modificado, até destruído, em nome de finalidades cujas necessidade não é pertinente. O geógrafo não é um juiz e não tem de desempenhar um papel normativo, muito menos um papel de censor; mas deve explicitar os conhecimentos e as práticas que circulam nas relações. Deve fornecer os elementos teóricos para apreciar o caráter simétrico ou dissimétrico dessas relações. Deve se interrogar sobre a necessidade e a pertinência das “ordens” que enquadram o sistema população-território-recursos, na perspectiva de preservar a autonomia e a duração desse sistema. (RAFFESTIN, 1993, p.267).

A busca por compartilhar algumas inquietudes se liga à experiência das trocas simbólicas no espaço relacional onde se realizam os territórios da modernidade e, simultaneamente corresponde ao exercício dos engajamentos fundamentais que inevitavelmente correspondem ao trabalho do geógrafo no século XXI. Considerando que os conceitos nascem e permanecem inacabados cumprindo suas travessias enquanto pontes epistemológicas, a imanência da ideia no mundo vivido tranquiliza as inquietudes. O encontro das intencionalidades diversas nas dimensões materiais e imateriais do território renova o sentido da realidade rearranjando as bases para novas construções objetivas e subjetivas na ciência geográfica.

No tempo da mobilidade humana e fixidez territorial onde a fluidez das existências forjadas busca traduzir a multidimensionalidade das experiências espaciais, desenhos multiterritoriais modernos apresentam formas-conteúdo, temporalidades e territorialidades concebidas na manutenção do ser das identidades espaciais profundas e na transformação do devir dado pelos desdobramentos-conexões da diversidade. A dialética ser-devir, manutenção-transformação, identidade-desdobramento auxiliam a produção da base objetiva real do território e sua espacialidade profunda.

O *afloramento territorial* da espacialidade profunda que pode ser representado pela região territorializada e sua paisagem de *territórios aflorados* cuja interrelacionalidade apresenta multidimensões da totalidade espacial. A concepção de território relacional se evidencia com

singular expressão na reterritorialização-multiterritorialização da diversidade socioespacial culturalizada e coletivamente geografizada, traduzindo o desdobramento da concepção identitária-comunitária à concepção político-estatal. Segundo Haesbaert (2011a)

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, com se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. De dicotomias estamos cheios e o discurso da desterritorialização está repleto delas (...). Expressões clássicas como a da “aniquilação do espaço pelo tempo” foram responsáveis por grande parte do “preconceito espaço-territorial” que envolveu cada vez mais os territórios em uma carga negativa, vistos mais como empecilhos ao “progresso”, à mobilidade, a ponto de (teoricamente pelo menos) submergirem no mar da “fluidez” que tudo dissolve e desagrega. (HAESBAERT, 2011a, p.16-17)

No momento onde novas questões se impõem à geografia dos territórios e à espacialidade profunda brasileira, identidades espaciais de um país escondido em si mesmo, timidamente se desinvisibilizam. Considerando a desterritorialização enquanto mito-discurso do ‘movimento neoliberal que prega o fim as fronteiras o fim do Estado e o fim dos territórios’ (HAESBAERT, 2001a) e, diante das imersões da pesquisa, percebe-se que ao se desinvisibilizarem das profundezas do descaso, do encurralamento e dos preconceitos espaço-territoriais, os territórios tradicionais relacionais vão enterrando o estigma de mito.

A fotografia 82, abaixo apresentada, foi realizada no contexto do primeiro trabalho de campo no território Brejo dos Crioulos em julho de 2010. Na oportunidade, o território era apresentado por lideranças ao autor e a estudantes do Colégio Marista São José que participavam da Missão Marista de Solidariedade. As diversas andanças, informações, narrativas que desenhavam o momento da fotografia permitiram refletir no percurso da pesquisa sobre os processos de invisibilização do território, apresentado como mito no discurso das hegemonias que pretendem a homogeneização e mercantilização do espaço vivido Quilombola. Tal exercício teve como aporte a construção de Haesbaert (2011a) ao analisar o mito da desterritorialização o que permitiu, a partir da fotografia, uma aproximação

reflexiva ao “mito da caverna” para se pensar na desconstrução do mito do território tradicional por meio do reconhecimento de sua realidade. Os escritos derivados desse devaneio específico possibilitaram a construção dos entendimentos sobre a espacialidade profunda e os exercícios reflexivos derivados estão apresentados no corpo do texto³⁶⁸.

Foto 82 - Travessia – Trabalho de Campo no Território Quilombola Brejo dos Crioulos.



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

Diante das imersões, teóricas e empíricas, realizadas ao longo do percurso, considerando a realidade de distintas narrativas comunitárias de Povos Tradicionais, especialmente as narrativas comunitárias de Brejos dos Crioulos onde se realizaram os trabalhos de campo e as conexões dialógicas participantes, constata-se a possibilidade de compreender sua espacialidade à luz do território relacional, visto que o é, material, sociocultural e simbolicamente. As racionalidades multidimensionais-multiescalares que fundamentam a compreensão sobre a produção de seu espaço relacional resultam das percepções em relação às dimensões do desdobramento da espacialidade do território origem

³⁶⁸ Estudos derivados desse empreendimento, quando concluídos serão apresentados nos estudos derivados desse trabalho.

dadas pelas espacialidades originais brejeira e crioula que produzem sua espacialidade profunda, pela espacialidade encurralada derivada da espacialidade forjada e, pela contra-espacialidade; bem como do percurso reflexivo elaborado a partir com os arranjos analíticos: socialização na espacialidade, socialização da espacialidade, espacialização na sociabilidade e espacialização da sociabilidade.

Dessa maneira foi possível reconhecer que a produção do território relacional está diretamente ligada: à relacionalidade, construída internamente (com a natureza e com o grupo) e capilarizada externamente com outras comunidades-territórios, instituições que integram a rede de apoio, instâncias de representação, órgãos oficiais, universidade, pesquisadores, prestadores de serviços, representações do Estado etc.; à complementariedade, evidenciada pelos valores coletivizados na geograficidade do grupo, seus códigos de ética, noções de moral, princípios de coletividade e conectividade; à reciprocidade, que estabelece o campo de discernimento entre os significados do *viver-em-comunidade* e do *viver-na-comunidade*, bem como permitindo a valorização da alteridade, do altruísmo protagonista, cumplicidade, colaboração e solidariedade.

Ainda, à correspondência, na medida em que são reconhecidas e valorizadas, por exemplo, as relações de produção, plantios, colheitas, trocas simbólicas, economias solidárias; à interatividade, representada pelos processos de mobilização, formação de lideranças, ocupações, participações em eventos, feiras, seminários, congressos, manifestações públicas, recepção de autoridades, visitantes, produção e arquivo de documentos, proteção da memória coletiva do grupo, integração em rede junto a outras *comunidades-território*.

Os diversos conteúdos socioespaciais que multidimensionalmente manifestam a espacialidade profunda do território Brejo dos Crioulos se projetam em contínua conexão-dispersão nas temporalidades e territorialidades arranjadas objetiva e subjetivamente nos processos cotidianos tais como: questões de gênero, muito ligadas ao papel da mulher na

família e na comunidade, elaborações pedagógicas para fomento de solidariedades transformadoras e formação de líderes comunitários, guardiões de sementes crioulas, interatividade de conhecimentos junto à Universidade voltada à atualização e otimização de processos de produção, notadamente ligados à socioagrobiodiversidade, à memória e materialização de direitos individuais e coletivos e ao planejamento da gestão territorial e valorização cultural.

Ainda, nas dinâmicas de organização socioespacial comunitária, na estruturação de políticas internas orientadas pela construção participativa dos processos decisórios junto às lideranças e institucionalidade da Associação Comunitária, bem como a participação em instâncias de poder tal como ocorre na representação da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), audiências públicas, reuniões de articulação para mobilizações nacionais.

Em outra perspectiva esses processos também podem ser lidos geograficamente a partir da biocomplexidade cartográfica cujas representações, mapas mentais e realidade material dizem do complexo de biomas, da biodiversidade, da geohistória local, do relevo, dos microclimas, da cartografia social, das áreas de preservação, dos usos do território, das projeções futuras, estruturas espaciais da comunidade a partir das unidades de habitação, áreas de degradação e de uso coletivo. No mesmo contexto, o dinamismo territorial pode ser acessado por abordagens atentas à diversidade econômica de base local a partir das economias criativas, processos de solidariedade produtiva, trocas simbólicas e seus itinerários, espacialização e reflexos, bem como por empreendimentos coletivizados que envolvem ressignificação das noções de cultura e interculturalidade a partir dos diversos relacionamentos estabelecidos com outras *comunidades-território*.

A última questão guarda elementos essenciais à compreensão da relacionalidade à qual se vincula a produção territorial de Brejo dos Crioulos e, nesse caso, cumpre a Geografia

Cultural a necessidade de contribuir com o descortinamento da multidimensionalidade territorial no processo de construção de novos significados e significantes culturais nas socioespacialidades sertanejas. Os vínculos que produzem as simplicidades complexas da natureza espacial dos territórios tradicionais auxiliam a leitura geográfica das espacialidades relacionais que o estruturam, especialmente de suas espacialidades profundas em desinvisibilização e multiterritorialização.

No caso de Brejo dos Crioulos tal leitura pode se realizar a partir da complexidade de suas relações que, coletivizadas no tempo-espço da luta pelo reconhecimento e conectadas pela produção espacial transformadora de outros territórios tradicionais, expressam diversas dimensões de sua materialidade compartilhada. Considerando o ambiente de pressão no qual se insere regionalmente e, a cartografia dos conflitos ambientais da qual participa é preciso observar que a conexão dos efeitos diretos e indiretos de territorialidades e (des)arranjos de outros territórios influem nas dinâmicas e processos de produção e reprodução territorial, isso porque a essência de sua espacialidade relacional eruptiva é reconhecida nas noções de correspondência, reciprocidade, relacionalidade, interatividade, complementariedade e suas dimensões derivadas.

Assim, as narrativas que o território Brejo dos Crioulos produz na espacialidade sertaneja compartilhada junto às outras *comunidades-território*, redes e, colaboradores, instituições de apoio, movimentos sociais, universidades, conselhos, comissões, sindicatos e organizações não-governamentais, destacam numa perspectiva geral, dentre outras questões:

Regularização de Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais

Aceleração dos processos de regularização dos territórios tradicionais com agilidade nos procedimentos de identificação, reconhecimento, emissão de certidão de auto-declaração,

demarcação/delimitação, desapropriação, desintrusão e titulação dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais do país, a exemplo dos territórios Quilombolas Brejo dos Crioulos, Gurutuba no Vale do rio Gurutuba, Buriti do Meio em São Francisco-MG, Campos em Serranópolis-MG e tantos outros.

Suspensão de subsídios estatais a projetos não comprometidos com os Povos e Comunidades Tradicionais

Paralisação de processos de construção de barragens e execução dos planos de revitalização de bacias hidrográficas; suspensão de projetos de mineração; suspensão de emissão de licenças ambientais para PCHs, dentre outros.

Fim da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e recategorização das mesmas

Criação e regularização de Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), regulamentação das atividades tradicionais de Extrativismo, suspensão dos processos de criação e ampliação de áreas de Unidades de Proteção Integral, bem como a transformação de algumas em áreas de RESEX e RDS. A exemplo da Implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais, localizada nos municípios de Montezuma-MG, Rio Pardo de Minas-MG e Vargem Grande do Rio Pardo; da implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tamanduá/Poções, Riacho dos Machados/MG; da recategorização do Parque Nacional das Sempre-vivas como Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, da implementação da Reserva Extrativista Serra do Alemão, em Buritizeiro/MG; e da Reserva Extrativista Curumataí, em Buenópolis/MG.

Compensação do Estado aos Povos e Comunidades Tradicionais pelos prejuízos históricos

Fim imediato da omissão dos órgãos frente aos conflitos ambientais, crimes, coações e perseguição de lideranças das comunidades com punição dos assassinos e agentes agressores dos Povos e Comunidades Tradicionais, ampliação dos recursos para instituições de pesquisa que atuam junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, destinação constitucional às terras devolutas para fins de reforma agrária, implementação do plano nacional de desenvolvimento de assentamentos e assentados, fortalecimento da FUNAI e da Fundação Palmares e demais instâncias de representação e gestão dos processos de Povos e Comunidades Tradicionais.

Ampliação dos espaços de participação nos processos decisórios de implementação de projetos nas regiões dos territórios tradicionais

Democratização dos meios de comunicação no país, investimento nos canais de comunicação, fortalecimento das redes de Povos e Comunidades Tradicionais com investimentos em sistemas de comunicação, implantação dos Conselhos de Participação Popular.

Ampliação dos direitos territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais com a criação de dispositivos jurídicos pluralistas, itinerários técnicos eficientes e ação política contra a espoliação constitucional em relação às conquistas e garantias

Consolidação da Política Nacional e das Políticas Estaduais de Povos e Comunidades Tradicionais; efetivação e apoio à Comissão Nacional e, Estaduais de Povos e Comunidades

Tradicionais; repúdio à proposta de emenda constitucional PEC 215³⁶⁹ e à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/04; suspensão da tramitação no da PEC 53³⁷⁰, que propõe revogar o inciso VII do Art. 20 da Constituição Federal e o parágrafo 3 do Art. 49 dos Atos das Disposições Transitórias; efetivação da Lei nº 21.147, de 14 de Janeiro de 2014; dar destinação constitucional às terras devolutas para fins de reforma agrária, titulação de territórios tradicionais e criação de unidades de conservação de uso sustentável.

Efetivação de Políticas Públicas específicas para Povos e Comunidades Tradicionais

Consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais³⁷¹; fortalecimento da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)³⁷²; intensificação das Políticas de Promoção Nacional da Igualdade Racial; intensificação do Programa Brasil Quilombola³⁷³; efetivação da Lei nº 21.147, de 14 de Janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais; fortalecimento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI³⁷⁴.

³⁶⁹ Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>, visitado em dez. de 2012.

³⁷⁰ Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=47306&tp=1>>, visitado em dez. de 2012.

³⁷¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>, visitado em ago. de 2010.

³⁷² Disponível em <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-cnpct>>, visitado em jul. de 2013.

³⁷³ Disponível em <<http://seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>, visitado entre fev. de 2011 e dez. de 2014.

³⁷⁴ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>, visitado em mar. de 2013.

Realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

Inauguração de um processo efetivo de participação popular para reterritorialização da legitimidade e efetividade da Democracia com foco na totalidade das garantias, direitos e demandas da diversidade por meio do fortalecimento das noções de democracia participativa e parlamentar orientadas por um Constitucionalismo Pluralista voltado ao protagonismo dos Povos e Comunidades Tradicionais e na formação do Estado plurinacional que valorize a função social do espaço e do território.

Se consideradas as questões pontuais que, gestadas no tempo da luta pelo reconhecimento são projetadas enquanto construções geografizadas no desafio coletivo dos movimentos socioespaciais de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, é possível depreender dos documentos³⁷⁵, relatórios, cartas abertas, notas públicas, informativos e entrevistas realizadas que diversas questões específicas são diretamente interferentes e compartilhadas pela realidade do território Brejo dos Crioulos evidenciando diversas dimensões de seu poder relacional a partir de situações diversas externas ao seu território delimitado.

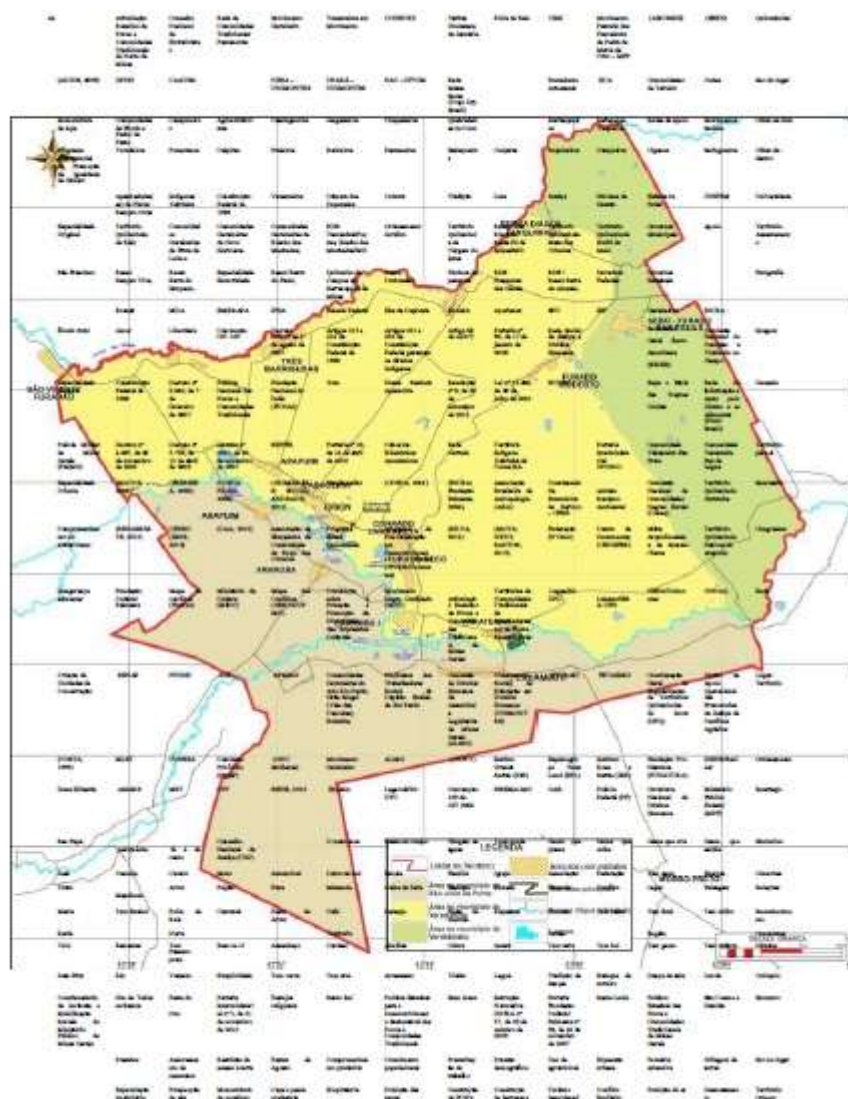
A sinonímia da luta pelo reconhecimento ou do compartilhamento de existências originais elaborada na espacialidade profunda e explicitada na espacialidade sertaneja, no caso dos territórios comunitários tradicionais no Norte de Minas, não necessariamente representa identidade absoluta das espacialidades compartilhadas pela diversidade territorial estabelecida em rede, mosaico, região territorizada ou cultural. As especificidades de suas identidades espaciais é que permitem evidenciar a espacialidade total da totalidade espacial.

³⁷⁵ Diz-se das manifestações e registros em cartas públicas, monções de apoio institucional e documentos finais de eventos promovidos pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, do Movimento Geraizeiro, da Rede Cerrado, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Mapas de Conflitos Ambientais, e diversas outras instituições mencionadas no início do trabalho. Algumas delas estarão anexadas ao final desse trabalho.

Apesar dos sentidos semelhantes, pela produção do espaço da diversidade, se conectam no contexto espaço-tempo e, coletivamente arranjam suas espacialidades para reprodução de suas existências.

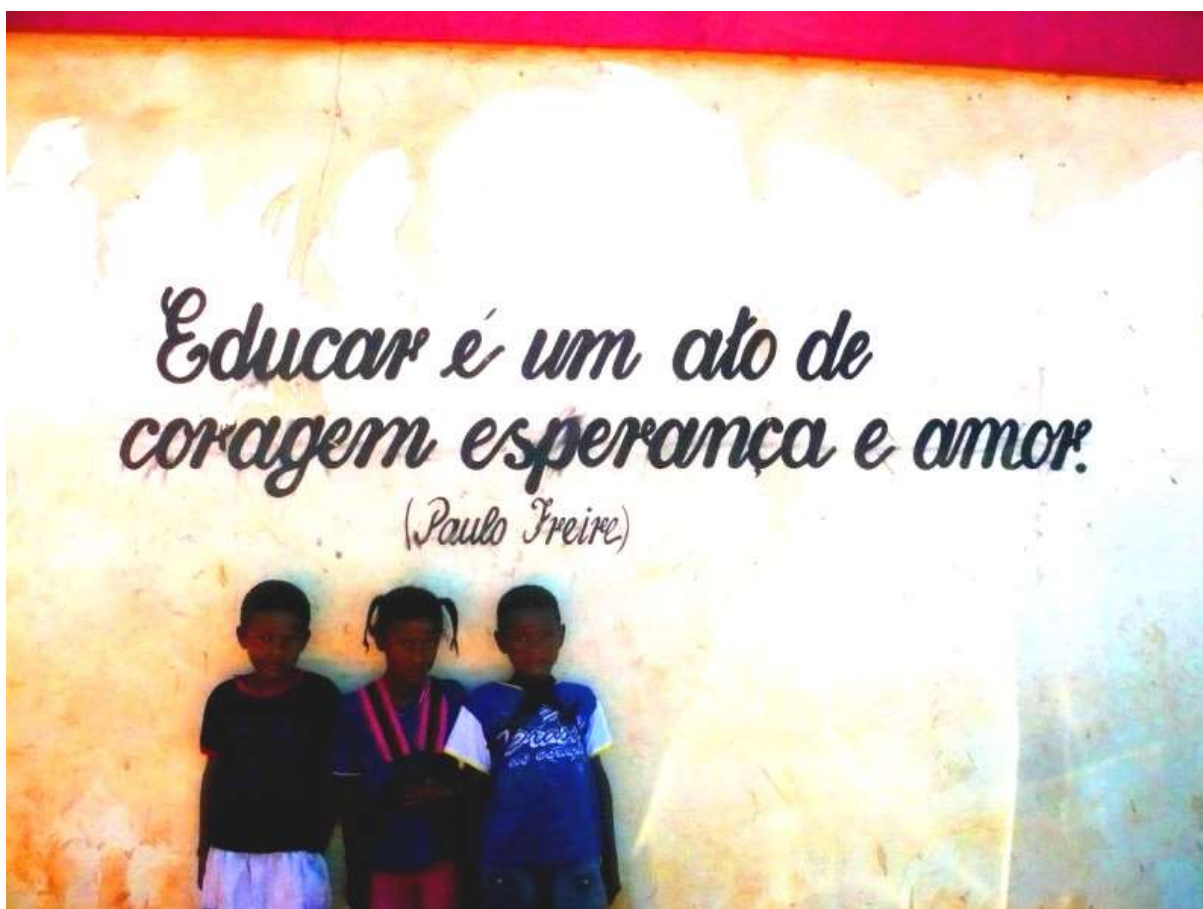
A flexão empreendida aos territórios pela retroespacialidade, cuja natureza conforme apresentada se estrutura na tríade destemporalização-desubjetivação-desreferencialização, tende à desconstrução dos arranjos geografizados coletivamente para o desdobramento de espacialidades compartilhadas que, por exemplo, elaboram o percurso do lugar de viver à região cultural conforme foi apresentado. Na operação é possível refletir a dialética *dobramento-desdobramento* ou mesmo o conflito *espacialidade (forjada) – contra-espacialidade (profunda)* no percurso da representação analisada. A resistência dos territórios tradicionais na diversidade da luta pelo reconhecimento de suas identidades territoriais rearranja na espacialidade profunda a possibilidade de produção do poder relacional dos territórios. É na conexão dos desdobramentos territoriais traduzidos pelos afloramentos comunitários diversos da espacialidade profunda que os territórios relacionais se reproduzem.

Figura 40: Representação da Multirelacionalidade no contexto do território



Fonte: Adaptado pelo autor, 2014.

Foto 83 – Crianças na porta da Escola – Território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, jul. de 2011.

O GRITO DO SERTÃO

(agosto de 1949).

(...)

Mais s'essa gente, patrão,
Matutasse mais um pouco,
Pudia vê, cum razão,
Quanto vale êsse cabôco.
E' bronze de carne humana
Largado neste sertão,
Morrendo à míngua, sem trato,
De febre, de amarelão!...

E' o sofrimento em pessoa,
Qui nem as arve da serra,
Debacho do sol e chuva,
Co'os pé pregado na terra.
Agüenta as timiridade,
Nas costa o sol de agosto.
Moia a terra isturricada
Com o suor do próprio rosto!...

A grebinha onde nasceu
(Pedaço do coração),
Sumiu, depois, qui nem étre
Na quadra da divisão.

Dicumento agarantido,
Si adipuraro, patrão,
Nas unha dos grumensou,
Essas praga do sertão!...

Mais o cabôco regeste.
Surri da dor e da fome.
Vence a crueza dos tempo,
Guenta a injustiça dos home.
Tem alma pura, sem jaça.
Qui o sofrimento lhe dá.
Bebe nas fonte tranquila,
Doçura de perduá.

Mais, porem, esse cabôco
Qui sofre e nunca maldiz,
Ispera calado e soturno
Seu dia santo e filiz.
A Justiça, sei qui é cega,
Porem surda, sei qui não.
E tarde ou cedo ouvirá
O grito do meu sertão!...

In: Cândido Canela. Rebenta Boi. Irmãos
Pongetti Editores. Rio de Janeiro, 1958.
(Nova Edição Coleção Sesquicentenária,
Unimontes, 2007).

Foto 84 - Caixa de Batuque



Fonte: Acervo do autor, nov. 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade socioespacial em desdobramento do território Quilombola Brejo dos Crioulos se apresentou em desinvisibilização e múltiplas territorialidades transformadoras aos olhares lançados durante a imersão e percurso dessa leitura geográfica. De algum modo, o distanciamento do imediatismo descritivo e quantificador permitiu uma aproximação da espacialidade profunda, em especial da cosmovisão territorial processada na poeira dos dias e no cotidiano febril das feições do espaço produzido no presente real do lugar de viver Quilombola.

Ao território Brejo dos Crioulos fica o desafio de efetivação de sua cartografia socioespacial profunda cujas bases se encontram sólidas se considerados os trabalhos que resultaram no Plano de Etnodesenvolvimento territorial. Simultaneamente parece fundamental que os Quilombolas do Brejo encontrem na luta pelo reconhecimento do direito ao lugar original de viver, as possibilidades de construção da paz produtiva e da liberdade comunal que permita o território continuar a acolher e, a ser acolhido pela região na qual existem e a qual dão sentido nas profundezas da espacialidade sertaneja e na superfície dos afloramentos comunitários transformadores.

O protagonismo que produziu nos anos de luta pelo reconhecimento de sua verdade territorial também conduziu novos sujeitos políticos a novos espaços de democracia que exigem participação e envolvimento. Mais desafiador que a titulação dos territórios, parece ser sua gestão e reprodução posterior à luta. Que sejam feitos investimento em escolas, ensino e valorização profissional dos Professores. O espaço geohistoricamente produzido, vivido e reproduzido de Brejo dos Crioulos demanda para os próximos anos um centro cultural que mantenha um núcleo de documentação e memória do território, da comunidade, uma biblioteca comunitária, uma rádio comunitária, um telecentro em cada núcleo de povoamento,

uma creche, um posto de observação e comunicação integrada, uma sala de multimídias para realização de reuniões com apresentação de trabalhos e projeções, um endereço virtual oficial e perfis oficiais em redes sociais, um galpão de estoque, distribuição e abastecimento de alimentos.

O sucesso de Brejo dos Crioulos enquanto território Quilombola reconhecido por suas identidades espaciais e culturais, seus valores históricos e políticos significa o sucesso da trijunção municipal na qual está localizado. Os investimentos na promoção e valorização da cultura local constituem um importante indicador de qualidade de vida para os moradores de toda a região. Reconhecer a totalidade da espacialidade sertaneja dos Gerais, na qual se insere Brejo dos Crioulos significa investir no presente e no futuro do Norte de Minas. Cabe salientar que mesmo ainda resistentes em reconhecer sobre importância dos Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, os planejadores regionais que pretendem a valorização da região, cedo ou tarde deverão estar dispostos à lógica multidimensional da socioespacialidade regional profunda.

Negar e omitir a geohistória de uma região implicará em prejuízos futuros devastadores no que diz respeito à promoção da cidadania ativa, à valorização dos direitos da diversidade e ao equilíbrio social. O mundo colonial se esgotou por lógicas que não plantaram verdade e futuro, repetir os erros acumulados significaria retroceder aos dissabores do passado. Os movimentos da contemporaneidade destacam a necessidade de superar o tempo dos impérios forjados reconhecendo a pluralidade espacial em seus valores profundos voltados à reprodução da vida, às manifestações de visões de mundo diversas e às conexões permanentes das espacialidades transformadoras.

No campo, onde o território se apresenta indivisível, sujeitos fragmentados foram notados, ainda assim humanidades resistentes estão a permitir, na aspereza do infortúnio, o recomeçar dia após dia. O caminho encontrado indicou a leitura crítica ao quadro avesso das

expectativas encontradas nas primeiras viagens, estabelecendo assim as conexões necessárias para novas imersões, as geografias dos lugares e das pessoas nem sempre estão nos livros de geografia. Objetar-se para sujeitar, descobrir-se para igualar no espaço das trocas livres, das conexões profundas, do descompromisso, do coexistir com as diferenças alheias no campo dos respeitos naturais transformadores.

O cotidiano de Brejo dos Crioulos se tornou fundamental na leitura de sua realidade geografizada coletivamente. O desague das interpretações geográficas possíveis constitui o próprio processo que dá sentido ao lugar vivido, despretensiosamente e permanentemente mutável. Nessa travessia, os respiros da identidade cultural brejeira que ainda mantêm em mimetismos territoriais, a expressão de seus acúmulos socioespaciais e, os suspiros da cultura crioula que colocam em movimento narrativas de vida e de luta evidenciando um longo percurso mostraram uma vazante que concilia o próprio espaço vivido à uma espacialidade maior, profunda, capaz de revolucionar suas territorialidades na política e, simultaneamente preparar a terra para o reordenamento territorial verdadeiro, que tanto almejam.

Não há porquê na ansiedade de explicar a cultura, ela sim nos explica enquanto fonte vital. A cultura é uma professora dedicada que espera o silêncio das percepções aguçadas para dizer de sua existência, denunciar o que é e não é e, transformando o que está, inaugurar possibilidades. A cultura é um sem controle livre a permitir o equilíbrio das diferenças que significam a nossa existência e a potência da transformação do real em incrível, cartografando às nossas percepções os desejos, os simulacros, as táticas e as estratégias de coexistir com a realidade, escapando e transformando suas multidimensões. Reconhecer a cultura Quilombola significa reconhecer o valor da vida, em seus infinitos lugares possíveis. E, nesse sentido traduz o reconhecimento de uma construção política voltada à proteção da reprodução socioespacial.

Diante da complexidade que envolve os territórios Quilombolas, cabe considerar que os abolicionismos tardios também não se resolvem e não se resolverão apenas nos conflitos diretos ou nos confrontos estratégicos no campo político. Se o território ocupou outras ciências de pensar suas construções, a Geografia deve assumir seu poder de conceituar e, na ação, pautar o difícil caminho do ordenamento jurídico brasileiro que ainda se perde na realidade do vivido. Pensar a função social do espaço refletindo em essência sua natureza traduz não a urgência dos tempos acumulados ou das ordens que se impõem invariavelmente, mas a necessidade de interpelar as funções outras atribuídas por força do desenvolvimentismo capitalista e seus (des)arranjos. Conceituá-la frente à função social da propriedade privada, que em tese deve atender ao interesse da coletividade, oportuniza a expansão dos critérios e a revisão das normas, contrapondo os interesses sociais do território tradicional geograficamente coletivizado na própria história à autonomia privada de uma dada propriedade.

Os dilemas impostos pelo projeto de modernização intensiva da estrutura latifundiária e expansão das fronteiras agrícolas amparados pelos resquícios coronelistas e pelas estruturas arcaicas do Estado, do Constitucionalismo de premissas coloniais e do mercado em fraturas refletem de modo mais cruel seus desarranjos nos espaços onde sociabilidades rústicas foram invisibilizadas no último século, como é caso de Brejo dos Crioulos. Contrapor a função social do territorial tradicional para além dos seus limites decretados à função social da propriedade privada constitui um desafio da Geografia para refletir a função social do espaço. A potência conceitual que abriga o território expressa seu poder transformador e função espacializadora. Negar sua disposição e missão científica à realidade que se apresenta é negar à Geografia suas possibilidades de avanço e confirmação de sua grandeza. As inquietudes atualizadas devem cumprir com o desdobramento das virtudes impressas na história pelas categorias geográficas.

O território está em disputa em diversas escalas. Sua potência natural é disputada, águas, sementes, madeira e terras. Seus valores socioculturais são disputados pela comunidade e por diversas noções de fé e suas institucionalidades. Seu poder simbólico é disputado, inclusive por instituições que apoiam Brejo dos Crioulos em suas diversas intencionalidades. Sua disposição em produzir e compartilhar conhecimentos é disputada por instituições de ensino. Seus CPF's e RG's são disputados pelos municípios no curso e nos custos de projeção a propensão das políticas públicas imaginadas. Os Títulos dos Eleitores da comunidade são disputados por partidos políticos e pretensos candidatos. Mais recentemente a Presidência da Associação de Moradores passou a ser disputada pelos próprios Quilombolas, o que pode significar um livre exercício democrático em uma disputa de diferentes perfis de gestão comunitária dados os diferentes perfis de liderança encontrados, como também pode constituir uma pista sobre o rompimento da resiliência da unicidade do grupo em virtude das diversas influências de disputas outras que estão a agir no núcleo do território.

Os (des)arranjos da dominação elitista que se empresta na convenção às tragédias do capital cada vez mais ligeiros assuntam o desmonte dos territórios relacionais edificadores das estratégias e expectativas que estão a socializar espacialidades complexas que simbolicamente e politicamente enfrentam cada vez mais a realidade homogeneizante imposta pela globalização perversa, as violências da exclusão e a dominação silenciosa. Os (des)arranjos dessa dominação ecoam na contramão dos (re)ordenamentos expressados pelos territórios tradicionais, como alarmes que anunciam sismos. Não por acaso, é possível perceber as territorialidades relacionais metaforicamente como um combinado de *ondas mecânicas* e *efeitos doppler* estruturando um arranjo-rede de círculos concêntricos cuja frequência e comprimento de onda tende a ampliar-se na medida em que suas potências profundas se conectam na adversidade das influências da espacialidade forjada.

A Geografia que confia seus entendimentos à ação política transformadora se inscreve na realidade dos homens e reterritorializa seu percurso atualizando seus compromissos com a coletividade e com a multidimensionalidade-multiescalaridade do espaço geográfico. A travessia que situa o território relacional no espaço da democracia, guardião dos enfrentamentos possíveis, mesmo que passe pela atualização de direitos constitucionalmente garantidos expressos na modernidade institucionalizada das estruturas do Estado nacional aponta para além das amarras e armadilhas que a condição refém do sistema representativo produziu.

As conexões interrelacionais aperfeiçoadas pelos territórios complexos geografizam a realidade e a virtualidade como estratégia e tática qualificadora dos reordenamentos territoriais contemporâneos. A libertação do tempo geográfico reconhecedor de percursos e da pluralidade das memórias coletivas representadas na diversidade dos domínios, dos regionalismos, das regionalidades, da etnicidade, das cartografias sociais, das temporalidades, das territorialidades e, das multidimensões identitárias e escalares liberta a Geografia da linearidade cronológica e suas versões dominantes prescritas pelos discursos homogeneizantes, pelas narrativas desconstrutoras de futuro que editam os espaços de morte e seus territórios de dominação e terror socioespacial.

O ordenamento jurídico brasileiro encontra desafios fronteiriços para garantir o exercício do direito fundamental ao território. E o caso concreto da questão espacial do território relacional Brejo dos Crioulos reflete cada vez mais em outras realidades territoriais, que também reclamam a função social do território enquanto direito subjetivo. Considerando a ausência de normas específicas no ordenamento jurídico que garantam eficazmente o direito ao território - isso porque as normas existentes partem de conceitos de propriedade privada, o que dificulta o processo de titulação dos territórios quilombolas - e que a maioria dos direitos que ultrapassam a órbita individual, como os direitos transindividuais, coletivos e insurgentes,

só passam a ser garantidos por meio de luta e mobilização de setores da sociedade, é necessário que o fato social – necessidade de garantia do direito ao território e reconhecimento da sua função social – passe a ser previsto como direito subjetivo das comunidades tradicionais. Nesse contexto, cumpre a Geografia o dever de interpretar a realidade das identidades espaciais com fins a potencializar o conceito da função social do espaço para além do fato e da norma existentes, expressando a partir da geograficidade dos territórios tradicionais Quilombolas relacionais novas possibilidades a outros territórios e, com isso, convencer o ordenamento jurídico-político a reconhecer a função social do território, cumprindo assim, com a totalidade atualizada no contexto social vigente e, com ato de justiça frente à dívida histórica, a função social do espaço.

Os desafios que se impõem ao Constitucionalismo Democrático brasileiro denotam a precarização e carência conceitual que já não dá conta de reconhecer a diversidade étnica e o pluralismo cultural que emerge junto às conquistas sociais dos últimos anos e, em desinvisibilização junto à potência dos movimentos sociais brasileiros. E aqui são tomados como exemplo os diversos grupos sociais que ancestralmente espacializando a própria cultura em domínios territoriais, ainda não são sequer mencionados na constituição cidadã, caso dos Vazanteiros, dos Pescadores Artesanais, dos Veredeiros e tantos outros que não são reconhecidos pelo ordenamento jurídico e pela Carta Constitucional como sujeito de direito no país. Cabe não perder do entendimento, a engenharia historicamente programada para o funcionamento das estruturas do poder dominante no país com a simples finalidade do desmonte da contestação e, sua arquitetura horizontalizante e homogeneizante, que ao incorporar à nação a gestão das diferenças, iguala pertencimentos negando suas especificidades, multidimensões e multiescalaridades.

A desinvisibilização dos territórios, o afloramento das comunidades e o percurso que rompe com os silêncios e silenciadores estruturais do Estado e seus vícios impera à nação a

atualização de seus softwares socioespaciais e de suas representações simbólicas dado o reordenamento das suas razões de ser expressadas no território nacional socioculturalmente produzido na diversidade. A reterritorialização da soberania nacional por meio da atualização do Constitucionalismo e, do ordenamento jurídico conduz o Estado à renovação de sua personalidade política fortalecida na radicalização da democracia, no protagonismo social, na participação popular e na universalização da cidadania para a diversidade.

Reconhecer a função social do território não significa estabelecer a independência espacial que responda por uma autonomia separatista ou que desconsidere a soberania do país. Ao contrário, a superação da ordem fragmentária, parcelar que minimiza a totalidade do território nacional, via de regra e, cada vez mais pela “modernização globalitária” da qual fala o Professor Milton Santos deve se dar justamente pelo reconhecimento das forças sociais que sempre a espacialidade profunda da realidade brasileira, estabelecendo suas bases, conexões, sentidos e plataformas estruturantes. Reconhecer o povo brasileiro de Darcy¹ e tantos outros, invisibilizado e mimetizado territorialmente pelos poderes institucionalizadores e instrumentalizadores da ordem dos vazios de humanidade e, de suas variadas e convenientes versões de cidadania e progresso, bem como potencializar as capacidades, tecnologias e multidimensões relacionais conectadas e em expansão, definidoras das novas possibilidades mundiais e determinantes das novas narrativas globais se torna, em essência, fundamental para o futuro do presente.

Depreende-se dos gritos de cada lugar visitado, que todo o processo de luta, especialmente, dos últimos 14 anos, é resultado direto da expressão inconformada da identidade espacial brejeira, territorializada originalmente pelos Crioulos do Brejo e, artificializada na engenharia estritamente monetária impressa pelo capital por meio da propriedade privada. A sonoridade das narrativas locais aponta para a necessidade de se

¹ (RIBEIRO, 1995; 2006).

avancar na proteção da função social do espaço. Nesse caso, o território tradicional Quilombola legitimado, tanto nas conquistas constitucionais, quanto no pragmatismo político das ações governamentais, tece contribuições ao contexto dos novos desafios da diversidade neste início de século. A materialização de um território relacional, permanentemente reforçada na ampliação de sua capilaridade espacial e, o consequente reconhecimento do poder simbólico de suas representações referenda uma visão pluralista capaz de localizar o território brejeiro como espaço de vida, promotor da evolução material, conceitual e simbólica da ideia de propriedade, bem como de uso e produção do espaço.

Em meio às contradições, a divisão enquanto ação simbólica voltada ao compartilhamento igualitário das visões de mundo, meios de viver, modos de vida e existências nas diferenças, que avance sobre a visão parcelar que determina, ordena e condiciona existências sacrificando a natureza dos lugares e as possibilidades do espaço na promoção da socialização espacial e das sociabilidades espaciais transformadoras, parece ecoar no território Brejo dos Crioulos como entendimento coletivamente assimilado. A reflexão acaba cumprindo a travessia do convite em imaginar a libertação plástica do território estabelecendo o respeito à estética das territorialidades brejeiras. Esse território imaginado, materializado nos espaços de esperança, que flutua entre os pretéritos imperfeitos, perfeitos, mais-que-perfeitos e o futuro do presente, parece assimilar o poder das relações nas suas multidimensões como plataforma de reconhecimento que, os Crioulos do Brejo territorializaram e territorializarão suas existências, permanentemente.

O ordenamento constitucional em conformidade com a realidade territorial do Brejo só imprime eficácia institucional considerando a função social do território. Caso contrário, a pura ideia e intencionalidade expressa no reconhecimento da função social da propriedade privada *pari passu* a negação do histórico de apropriação alheia às vontades e interesses da unidade social coletivizada ali estabelecida permanece a reproduzir os vícios do ordenamento

jurídico brasileiro, seus silêncios convenientes e sua retórica gloriosa que ainda exclui e massacra humanidades. Por não dizer do desdém para com a potência da Geografia e seu poder de reordenar qualquer ordenamento, inclusive o jurídico conforme registra a história.

As pretensões jurídicas que reconhecem a propriedade privada e negam a natureza identitária e espacial dos territórios tradicionais fragilizam a Constituição Federal, os esforços constitucionais que alimentam a democracia, o Estado Democrático de Direito, o próprio Direito e seus avanços necessários frente ao gongorismo e deducionismo positivista científico que ainda imperam no ordenamento jurídico. De todo modo, não caberia interpretar a realidade sob a crença de que a lei é suficiente para o avanço necessário. O esforço constitucional que flutua entre o ser e o dever ser, por maior que tenha sido frente à realidade sociocultural brasileira ainda esbarra nas indeterminações do sentido real do território tradicional e dos Povos e Comunidades Tradicionais que traduzem originalmente a natureza profunda do território nacional.

Análises sintáticas e semânticas sobre territórios tradicionais Quilombolas não resolvem a necessidade de interpretação e codificação territorial para além do ato conceitual-racional. O desafio epistêmico-político impresso nas vontades de sujeitos reais convidam à conciliação verdadeira entre comunitarismos e universalismos pela renovação do mundo por meio do enfrentamento à pasteurização cultural em curso nos veios da globalização perversa e, cada vez mais gera potência às democracias que vislumbram o Constitucionalismo Pluralista aberto à influência social por meio da participação popular com fins à funcionalidade socioespacial criativa para o exercício das liberdades e resolução de problemas do cotidiano vivido pela diversidade.

A propriedade e o território em si não traduzem garantias, mas apontam caminhos prudentes aos direitos fundamentais. Seja a função social da propriedade ou as garantias que destacam a indivisibilidade, inalienabilidade e sua imprescrição do território tradicional, não é

possível situar em uma mesma esfera de proteção as garantias desapropriatórias da propriedade e a seguridade territorial frente à espoliação pela qual historicamente é submetido o território. A função social da propriedade não responde às necessidades territoriais para efeitos constitucionais que se pretende e necessita avançar. Estas devem ser pensadas por meio da função social do espaço e, é aí que a Geografia, mais do que outras ciências tem muito a contribuir na produção dos critérios de justiça espacial para territórios tradicionais, instalando as bases analíticas de sua função social. Eis uma importante ação geográfica e geografizante.

A violação do território sagrado que guarda a originalidade e a ancestralidade na mesma medida da proteção que percorre a função social da propriedade privada, deve ser considerada, principalmente por ser o território o espaço produzido da felicidade, do conhecimento, da espiritualidade, das lógicas produtivas e seus sossegos, dos acessos e mobilidades, das diversas seguranças de promoção da vida, incluindo a segurança alimentar e seus guardiões de sementes. Segundo Costa (1999, p.12) a comunidade “Brejo dos Crioulos encontra-se localizada em área de expansão de fronteiras e desde os anos trinta deste século vem sofrendo os impactos decorrentes da vertente prática e desenvolvimentista da modernização das estruturas produtivas sertanejas”. Na luta pronunciada pelas narrativas brejeiras, queixa-se que a ocupação atualizada de propriedades, tratada como invasão no ordenamento jurídico e, que deveria ser lida como reocupação ou reordenamento da tradicionalidade do lugar brejeiro onde se processa a vida crioula, faz com que a historicamente registrada violação do território original, receba tratamento alheio à função social do território e, assim estabelecendo a negação da invasão real da propriedade privada ao território, habilitando apenas a função social da propriedade, legitimando-a e, simultaneamente deslegitimando o território tradicional.

A função social do território não pode ser traduzida pura e simplesmente por seus limites, especialmente ancorados em um decreto. O reconhecimento de sua geograficidade dialogada com sua história cultural e ambiental, também definidoras de sua identidade espacial, precisa ser considerado. Não é válido considerar ao debate que o ordenamento do território pelo viés da norma, resultante dos princípios e interpretação alóctone possibilite resolver a questão. A matriz evolutiva do reordenamento é justamente a consideração sobre a quebra e fragmentação da ordem de algo que será reordenado e, nesse caso, imprimindo a lógica de novos limites, ou, como se atenta a acordar aqui, reconhecendo as multidimensões outrora desconsideradas pelo poder ordenador. No caso do espaço brejeiro, poder-se-ia imaginar o resgate à cosmologia de um território livre expressado noutros tempos no espaço das ‘terras soltas’ ou ‘tempo da fartura’ como definem.

O poder do lugar expresso nas multidimensões do território, espacializadas e definidoras de uma identidade territorial possibilita a desinvizibilização socioespacial do território relacional Brejo dos Crioulos, seu desencurralamento material e, em mimetismo territorial reestabelece seu matiz original. O território juridicamente reordenando, em conformidade com suas novas dimensões e limites decretados evidencia novas dimensões que, amparadas em suas matrizes espaciais multidimensionais, acumuladas em suas temporalidades, faz existir, agora, para fora da unidade socioespacial, o território relacional, suas novas fronteiras simbólicas, suas novas representações. Seu segundo estágio existencial está materializado na interface das relações entre os estabelecidos e os de fora, bem como na ocupação direta de novos espaços de representação material, política e simbólica. A construção de poder territorial para fora de seus limites decretados passa então a provocar novas rupturas requalificadoras de sua unidade socioespacial e, sendo possível pelo desencadeamento de novas territorialidades acordadas nas relações multidimensionais de sua identidade territorial.

As limitações absolutas impostas ao território original de Brejo dos Crioulos pela propriedade privada no passado recente, mesmo que relativizadas à luz dos conceitos jurídicos contemporâneos permanecem a ferir as dimensões materiais, sociais e simbólicas das identidades territoriais Brejeiras e Crioulas. Está considerada a redução ou mesmo o desaparecimento de paisagens originais, naturais e culturais, a diminuição da frequência das manifestações e ritos cotidianos, a fragilização da memória local e da manutenção de seus resquícios, a perda de referências da unidade social, a fragmentação do poder simbólico. Em um ambiente de quase desânimo estabelecido pelos poderes proprietários aos poderes territoriais, os silêncios guardam, na mesma dimensão do território mimetizado, a subserviência amedrontada, o simulacro da subalternidade, as estratégias de resistência e o poder de adaptação às determinações do espaço forjado pela propriedade privada; o mesmo poder que permitiu o território coexistir em face das determinações do espaço brejeiro, no início da sua ocupação.

Corrigir o erro, nesse caso, significa estabelecer novas rupturas, por vezes, fortemente sentidas igualmente foram no passado, são os desdobramentos necessários e inevitáveis da contra-espacialidade visto que o poder do espaço permanece inabalável. Mais difícil talvez, seja explicar à ingenuidade daqueles que desconhecem os episódios que possibilitaram a instalação da propriedade privada no seio do território original em meio às diversas violências registradas na história comunitária, que as territorialidades conhecidas de algum modo precisam ser restituídas a uma história cerceada, na tentativa de reparação dos desacordos que romperam com sua função social daquele espaço, com modos de vida, com os gêneros de viver, com dignidades, com humanidades de inúmeras famílias que foram covardemente expropriadas de seu lugar original de viver, de seus terreiros da infância, de suas casas, de suas famílias.

Linhas materializadas que se disfarçam em fronteiras simbólicas para ancorar e estacionar a geografia na potência crítica que a mantém distante da ação, situam a ciência no mesmo espaço de inferiorização e estigmatização que por tempos marcou o território Brejo dos Crioulos. O desafio reconhecido pela visão panorâmica aqui autorizada, não implica, contudo, no desvencilhamento dos percursos da Geografia e, muito menos a negação de sua preciosa virtude alcançada. As contribuições que deram vivacidade à ciência no século XX e, que permitiram a atualização de suas funções parecem agora confrontadas pelo acúmulo ligeiro das contradições que se intensificaram no início deste século, especialmente pela crise cada vez mais aguda da sociedade capitalista e suas enfermidades adjacentes. Não há no tempo da luta, por aqueles que o concebem, a determinação do espaço de guerra que pretenda submeter à Geografia aos seus sabores e dissabores. Ao contrário, convida ao ambiente transformador no espaço do cotidiano vivido, resultante da atualização e conexão dos espaços de esperança e relacionais.

O percurso territorial de Brejo dos Crioulos é aqui assimilado como aquele que traduz outras realidades similares servindo à totalidade das questões que o envolvem e, por isso prudente à leitura geográfica e, simultaneamente possibilita a reflexão acerca da funcionalização do território científico da Geografia no século XXI. A relação com outras ciências se torna então essencial na proteção do espaço do cotidiano vivido e isso só será possível por uma Geografia da Ação que atualize a Geografia Política, com softwares e aplicativos relacionais no cotidiano da luta pelo reconhecimento, como faz o Brejo dos Crioulos. A ação crítica relacional constitui um processo territorial potente e transformador.

Se é fato que o capital se comporta na desestruturação edificante das humanidades vazias, os espaços atualizados de democracia tendem ao reconhecimento plural da diversidade, das novas ordens sociais e suas identidades espaciais. Não se trata do simples reconhecimento étnico apenas, passa por ele também. Primeiramente porque nos

entendimentos considerados, esse reconhecimento deve apontar para a natureza dos territórios relacionais por meio da função social do espaço. Se há um caminho em expansão para a superação da inferiorização cultural e valorização permanente do status de grupo étnico e cultural da unidade social, ele se consolida na função social do espaço.

Inferiorização cultural superada, respeito à cultura e suas dimensões infinitas, na quadra dos desdobramentos espaciais, o atraso civilizatório total não parece incomodar aqueles que ainda não o perceberam profundamente o espaço. Viver as diferentes realidades na diversidade, superando estigmas socioespaciais constitui energia potente às identidades coletivas que ambientam as liberdades individuais, orgânicas, pragmáticas, relacionais. No espaço reservado à conciliação entre pluralismo cultural e multiculturalismo, por exemplo, a potência da diversidade protege a possibilidade da fluidez e da leveza dos consensos, tão contraditórios e, ainda assim necessários até a superação das limitações. A potencia protegida pela diversidade guarda inclusive a noção fundamental de revitalização do espaço público geografizado coletivamente e, produtor de futuro.

A centralidade da questão territorial e sua função social convida o espaço das institucionalidades a refletirem a urgência dos sossegos para os avanços necessários. Fomento a cultura, preservação da memória, Griôs e mestres, valorização e reconhecimento dos cultos afro-brasileiros e comunidades de terreiros, legislação antirracista, políticas afirmativas, titulação de territórios, democratização dos meios de comunicação, educação Quilombola se é notório o passo dado, ainda é cruel a neutralidade do Estado frente aos desafios impostos pela (des)ordem hegemônica que reforça os silêncios que permitiram a incompatibilidade do ordenamento jurídico com a realidade do país e, a condição estacionária dos confortos convenientes sobre o Constitucionalismo brasileiro.

O Estado brasileiro precisa intensificar e ampliar as ações pela espacialidade profunda e seus sertões infinitos expandindo as percepções sobre os horizontes culturais e interculturais

produzidos no espaço da democracia. Isso aponta para o alargamento da compreensão jurídica sobre a realidade brasileira. Territórios relacionais são territórios complexos. Se observada à luz do Quilombismo, a espacialidade relacional profunda tende ao desafiador exercício da imersão no cotidiano para a inversão do escapismo das instituições brasileiras que ainda se esquivam da história do país.

A naturalização das diversas pobreza humanas e a fragilização da dignidade da pessoa humana arquitetada pelo capitalismo vista no século XX, ao mesmo tempo em que escancara a indigência das contradições modernizantes, revela a concretude das possibilidades transformadoras. A liquidação das autonomias absolutistas produzida pela multiplicidade das ações relacionais geografizadas na resistência, na luta e na esperança do reconhecimento espacial identitário permite a Geografia avançar seu percurso na medida em que compreenda a produção do espaço enquanto prática cotidiana das utopias.

A superação de uma crise totalizante e homogeneizadora exige a compreensão da totalidade espacial e sociocultural. Nesse caso, as identidades espaciais contemporâneas ao se desinvisibilizarem, produzem condições potentes que precisam de atenção e cuidados no intercâmbio epistemológico. Cumpre à geografia o desafio de se debruçar sobre a função social do território tradicional relacional para conceituar junto às comunidades a função social do espaço atribuindo à espacialidade novos sentidos. Ou, não haverá rompimento ou poder em essência capazes de alterar os rumos das elaborações modernizantes que sacrificam as humanidades sob o pretexto de evoluí-las. Esta dimensão ainda não realizada, de um novo mundo possível exige do geógrafo e da ação geografizante a promoção do compartilhamento dos dois campos essenciais das ideias e da práxis. A função política resultante constitui a substância do poder transformador real. Os territórios relacionais tendem a ditar apropriações e usos equilibrados que organizam a visão totalizante dos espaços compartilhados no futuro. Não é tempo de desconsiderá-los, e sim desencurralá-los para a verdade da liberdade. É com

eles que se pode aprender a espacializar a esperança, resistindo e produzindo simultaneamente novos arranjos de viver.

O território quilombola Brejo dos Crioulos convida à reflexão sobre o mito da democracia espacial brasileira creditada aos mesmos poderes e narrativas dominantes que, ainda insistem em validar o mito da democracia racial no país. O racismo socioespacial constitui o reflexo e testemunho mais evidente desse encontro conveniente de narrativas. O território Quilombola e a identidade espacial que lhe é própria representam a materialização do poder socioespacial do lugar de viver de novos sujeitos políticos no país frente às forças que historicamente articularam e, ainda mantém diversas formas de racismo. Principalmente o que resulta da interseção dos dois mitos brasileiros que se completam no ordenamento espacial do país, a democracia racial e a democracia espacial, podendo ser lidos no espaço brejeiro e no espaço crioulo respectivamente se considerada a geohistória de Brejo dos Crioulos.

Se considerado o percurso do trabalho, as ações que dele derivam, os desafios da vida cotidiana, o contexto social no qual é produzido, a velocidade das burocracias e seus critérios, os rigores no empreendimento acadêmico, as determinações do recorte temporal, as forças externas às escolhas, vontades e desejos, os entraves epistemológicos e as limitações de um pesquisador em formação é possível considerar que o propósito apesar de não se encerrar, cumpre uma função transformadora do ser. Apresentar bases sólidas para uma formulação que permita articular as duas categorias complexas, lugar e território, para dizer da difícil imersão na busca de ler a socioespacialidade para interpretar o espaço geográfico, se mostrou um processo desafiador e motivador. Não há aqui a intenção por uma interpretação geográfica da realidade espacial de Brejo dos Crioulos para fins de uma proposição categórica e simplesmente conciliadora. Uma leitura geográfica sobre o território usado fornece a possibilidade de se refletir sobre as demandas teóricas e políticas para o aprimoramento e

atualização de esquemas e arranjos epistemológicos que refuncionalizem a realidade territorial de povos e comunidades historicamente ceifados dos princípios e direitos fundamentais assimilados socialmente e determinantes dos produtos e sistemas socioespaciais.

Os desafios que se evidenciam a função social do espaço, aqui lidos a partir dos imperativos e relacionamentos que se intensificam para além do território usado estão distantes de serem resolvidos. A centralidade assumida pelos processos de ocupação e representação no espaço da democracia participativa animam novos olhares sobre a socialização das espacialidades transformadoras, enquanto produtoras de resistência, utopia e esperança. Sequer houve intenção de esgotar algum conteúdo. O mesmo motivo que anima percepções adormecidas não permite o esgotamento de desdobramentos que estão apenas se iniciando ou em continuidade de suas dinâmicas de transformação. A travessia proposta se encerra, mas o percurso no espaço geográfico segue. Sua natureza só pode ser dada pela busca permanente e pela leitura constante de seus rearranjos. Cumpre-se uma interpretação que pretende dar relevo a um lugar-território historicamente negligenciado e, que nos usos que produzem seu cotidiano desdobra sua existência estabelecendo novas referências espacializadoras para uma região.

O contexto não surge como uma fatalidade irremediável. Os diversos conflitos entre as dimensões da propriedade, as multidimensões do território e as multidimensões da globalização, as etnografias, estudos pedológicos, laudos antropológicos, notas taquigráficas, memoriais descritivos, ocupações e despejos, reintegrações de posse, reocupações, desapropriações, titulação, plano de etnodesenvolvimento para gestão territorial, assessorias jurídica, prescrição de normas sem participação, representações hegemônicas da realidade nacional e a necessidade de alteração do curso de ideias, a generalização das particularidades e o desafio do reconhecimento dos novos sujeitos de direito, a inversão da realidade pelo

monopólio da mídia e consequente manipulação das informações, a criminalização de movimentos sociais desconstruindo o reconhecimento de direitos, a naturalização das diversas formas de opressão e violência para com os territórios tradicionais, reificação da realidade, vitórias públicas no ato de reconhecimento territorial estabelecendo caminhos para uma jurisprudência possível na luta de diversos territórios tradicionais país afora, a produção simbólica do espaço de viver, e a renovação dos sentimentos de liberdade foi um caminho complexo e fundamental.

Participar da Universidade, tal como está, dá-nos a impressão atual de que a defesa responsável desse espaço permanentemente resignificado, livre, independente como deve ser, exige uma percepção aguçada sobre a ideia, por muitos abandonada, do saber com um fim em si mesmo e, sua conexão contextualizada às demandas práticas e, porque não, profissionais da sociedade. O caminho de encontro ao pluralismo que essa conexão permite, tão caro por vezes aos dogmatismos e neblinas ideológicas, se apresenta fundamental para aqueles que desejam, não retoricamente, mas objetivamente respeitar a história e, com probidade intelectual, amor ao saber e respeito às humanidades, reconhecendo as contribuições permanentes ao espírito filosófico e crítico reconhecer os diversos meios de viver como pontes de conexão para a transformação do real. (DEMO, 2011; FERRY, 2007; DOMINGUES, 1999; MOURA, 2001; BOBBIO, 1997; CARVALHO, 2003; LAUAND, 1987; FREIRE, 2006; MORIN, 2002). Novas pontes, novas percepções. Os conhecimentos precisam se encontrar no território, empíricos e científicos, estabelecidos e em especulação, visões de mundo e pressupostos. Depreende-se das narrativas da espacialidade profunda no percurso dessa construção que é na conexão das diversas geografias da ação socioespacial transformadora que as novas leituras geográficas encontrarão potência para novos caminhos.

Os territórios são variados e complexos. De um lado o sonho, a utopia, ideologias, pequenas revoluções do cotidiano e evoluções materializadas em fazimentos fundamentais.

De outro, disputas por um espaço quase sempre intocado, rugoso e ao mesmo tempo escorregadio, instável e contraditório. São muitos os lugares da grande casa onde falas competitivas se digladiam por sórdidas conveniências e egos inflados de cinismo e soberba, servindo de modo cada vez mais ligeiro ao produtivismo áspero de conhecimento e a reprodução de desvios históricos que muitas vezes denunciaram a fragilização de seus princípios e propósitos.

A atitude teórica e a ação educacional que se rende aos imediatismos e urgências proclamadas pelas forças produtivas capitalistas do projeto político-econômico neoliberal se de um lado aparente situa o indivíduo no ambiente do lucro e o posiciona nos assentos de seu de sua vontade, por outro deixa a reflexão filosófica amiúde de contribuições maiores se considerarmos os desafios que imperam nesse tempo de acúmulos desorientados e produtivismo vazio de engajamento por toda parte. A liberdade acadêmica para a erudição desinteressada e a educação liberal para o idealismo impraticável que tão fortemente marcam a história da Universidade devem ser reconciliadas permanentemente e conectadas aos novos movimentos de modificação e ressignificação socioespacial do conhecimento transformador frente às demandas da diversidade de existências, pensamentos e sonhos.

Em ebulição permanente a sociedade confronta uma variedade de contradições cujas intensidades parecem avançar sem freios a um projeto vazio, mas apesar de todos os afrouxamentos e liquidez, ainda é capaz de sonhar e construir novas narrativas de futuro. Tal como persistem as injustiças é fácil perceber uma Geografia forte, combativa, generosa na construção de uma sociedade justa. E isso, só é possível neste momento, pelo viés dos objetivos e princípios críticos que convivem com embates díspares e, pela alcançada maturidade.

Os densos territórios que existem na Universidade, legitimados e geografizados em seus lugares, identidades, tradições, histórias são resultado da capacidade de mobilização e

articulação em redes de entendimentos movimentadas por sujeitos desde a *universitas*. As sociabilidades que reconfiguraram o espaço no histórico de reordenamento do conhecimento, materializando bibliotecas, mosteiros, universidades, laboratórios e, atualmente a internet asseguraram a indivisibilidade das razões de ser desses territórios, mesmo que a fragmentação de seus conteúdos em disciplinas pudesse apontar sentido contrário, não é. O ideal de liberdade, legitimação do ser, da existência e seu contato com a realidade, do saber profundo e evolução que assegure a valorização das humanidades aproxima e situa, sob esses entendimentos, no mesmo lugar íntimo de suas razões, a Universidade e o território relacional Quilombola Brejo dos Crioulos. Não há utopia que não seja produzida, é perceptível, real. Os almejos que aparentam novidade nessa corda de desequilíbrios também guardam o encontro desses dois territórios e suas especificidades.

A Geografia se preparou para o século XXI encontrando no percurso os sertões científicos mais desafiadores. Cabe então cumprir esta travessia. As sociabilidades que decorrem do espaço banal produzido na vida simples dos diversos cotidianos da espacialidade profunda, quanto mais ameaçadas foram em sua história, mais resistentes se tornaram. A função social do espaço está ameaçada e, com ela os geógrafos, cabe à Geografia agir.

No percurso de abandono das antigas imaturidades e territorializações das novas percepções encontramos novos desafios e, com eles novos pressupostos. É preciso um sossego depois de andar e, mesmo que as inquietudes não permitam. Reordenar entendimentos, compartilhar dúvidas, reposicionar compreensões para seguir a busca infinita. São reflexões iniciais possíveis de desafio complexo. Os territórios Quilombolas do Brasil tão logo sejam reconhecidos em sua totalidade socioespacial e identitária guardam na espacialidade profunda um desafio ainda maior traduzido pela ampliação das conexões transformadoras. A relacionalidade que marca esses territórios socioespacialmente ancestralizados está por ser aperfeiçoada com a formação de novos sujeitos políticos. É

inevitável e necessário que participem do aperfeiçoamento da institucionalidade brasileira e ocupem cada vez mais os espaços da democracia. No mesmo sentido produzam Geógrafos, Geografias e novas cartografias para o século XXI.

Que os debates sobre a potência das categorias geográficas seja ampliado nos próximos anos e, que a Geografia Cultural brasileira se conecte verdadeiramente à espacialidade profunda em intensas leituras, interpretações e debates. Os novos olhares sobre a natureza territorial a partir da contra-espacialidade em curso e, a ampliação multidimensional e multiescalar das dinâmicas sociais que se projetam para os próximos 500 anos conduzem as percepções à inauguração do mais fundamental paradigma da espacialidade cujos arredores estão marcados por três questões simples: o ficar, o sair e, o onde estará se processada qualquer que seja a escolha. Na espacialidade profunda brasileira, a realidade que se descortina com o reconhecimento e com a desinvisibilidade dos territórios tradicionais precisa ser considerada em seu passado violentado, em seu presente mimetizado e em seu futuro protagonista.

Não há conhecimento que se esgote ou realidade imutável, o espaço está em permanente transformação feito os sujeitos que o produzem. Que o território Brejo dos Crioulos, referência empírica das reflexões aqui contidas, fonte fundamental de conhecimentos diversos compartilhados se consolide enquanto representação dos espaços de esperança e vida dos territórios tradicionais que almejam reconhecimento da própria história, valorização de seu lugar original de viver e liberdade, mesmo que tardia. É fato que a aceleração das pressões frente aos territórios tradicionais se liga diretamente às diversas especulações do capital, especialmente considerando que em grande parte as lógicas atreladas aos gêneros de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais acabam por manter preservadas importantes áreas produtivas, terras de qualidade, bacias hidrográficas, rica biodiversidade,

áreas de floresta e áreas de grande interesse à exploração mineral, do turismo e outras atividades.

Se no tempo da luta pelo reconhecimento pesa a recomposição espacial para reprodução livre das sociabilidades profundas que dão sentido ao território, pensar o futuro para as próximas gerações do recorte espacial evidencia o desafio da reprodução das múltiplas identidades espaciais do lugar de viver que organizam a espacialidade Quilombola. Nesse caso, a pedagogia plural no exercício cotidiano das novas territorialidades está diretamente ligada ao desafio de atualização da geograficidade ancestralizada para o contexto pós-luta vinculado ao paradigma da multiterritorialização dos territórios relacionais. O território usado pós-reconhecimento é o território da juventude desse início de século XXI que assimila produção cultural e resistência identitária na coletivização de suas experiências em rede com fins ao aperfeiçoamento de seus aplicativos socioespaciais para novas territorialidades. A difusão dos conteúdos territoriais exige a revitalização dos projetos de futuro para populações rurais que dão sentido à agricultura familiar no país.

No contexto da resistência contra-espacial que busca proteger a ancestralidade do lugar de viver, a identidade cultural, os valores humanos coletivizados nas relações do grupo, a memória das pessoas assassinadas, torturadas, perseguidas e brutalizadas pelos desequilíbrios humanos forjados nas ordens-desordens do capital. E, também, pelo Estado, que de algum modo tenta resignificar a política alterando procedimentos do passado se adequando às novas demandas da diversidade, mas que ainda é refém da insensibilidade das forças de mercado e da globalização perversa é devedor dos Povos e Comunidades que em seus espaços de viver, organizados e resistindo às diversas pressões seguem acreditando na democracia como grande ferramenta da revolução para um novo mundo possível com o afloramento dos territórios tradicionais relacionais e a promoção da vida.

Isso implica diretamente na realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político para um processo de reforma política que objetivamente encerre as possibilidades de financiamentos privados de campanhas eleitorais que acabam por privatizar o Congresso Nacional tornando-o subserviente e submisso aos interesses obscuros do capital, do mercado, relegando o povo a um papel coadjuvante no projeto da nação e, destinado às misérias sociais, ao definhamento das humanidades e à morte do corpo social em virtude de minorias hegemônicas e privatistas que estão a desconstruir a democracia popular em construção. Ainda, caminhe a reforma política para a implantação da Política Nacional de Participação Social ampliando o espaço do protagonismo social e inaugurando o Constitucionalismo Pluralista aberto a interferência da diversidade sociocultural do país.

A intensificação das ações de combate à fome e à desnutrição postas no centro da agenda política oferta maior atenção aos territórios Quilombolas do país que, apesar dos inúmeros avanços ainda permanecem em situação de vulnerabilidade e risco social. O atendimento básico universal de saúde no âmbito das comunidades que caminhe para 100% de cobertura nos próximos quatro anos, bem como se atinja 100% de cobertura da educação primária e secundária com universalização das ações que assegurem transporte e alimentação escolar às comunidades é urgente, tal como o fomento à implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) Quilombola pelas Prefeituras em municípios que registrarem a identificação de territórios Quilombolas. Ainda, se mostra importante a ampliação do Programa Luz para Todos, o aperfeiçoamento dos sistemas de coleta de lixo nos territórios, a implantação de infraestrutura de água e esgoto, o acesso à água encanada, implantação de bibliotecas e telecentros dotados de acesso à internet.

Diante das demandas e manifestações dos diversos coletivos, pontos de cultura e associações comunitárias que estão sendo criados nos territórios é fundamental a ampliação de editais de valorização e promoção das ações culturais tais como sugerem Projetos, editais e

programas como o “Curta afirmativo: protagonismo de cineastas afro-brasileiros na produção audiovisual”, o ‘Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras’ e os editais “Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros”.

Ainda, a ampliação da cobertura, interface e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombola, bem como o fomento e incentivos à produção agrícola coletiva, investimentos em logística e informação e ampliação dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional precisam ser considerados.

O número de territórios identificados e reconhecidos até 2014 é três vezes maior que do que foi realizado entre a promulgação da Constituição de 1988 e 2003 quando é criada a SEPIR e implementado o Programa Brasil Quilombola (PBQ). Ainda assim, a morosidade dos processos de democratização e acesso à informação, formação, reconhecimento e titulação dos territórios Quilombolas cria um vácuo no poder territorial que está a se desinvisibilizar. O risco ao qual se submetem os diversos territórios até então mimetizados nas lógicas da espacialidade forjada colocam uma sombra sobre o futuro da maior parte dos territórios, visto que o afloramento territorial-comunitário enquanto movimento político ainda se encontra fragilizado no processo de afirmação e em questões estruturais básicas.

Os limites e insuficiências com os quais convivem abrange a fragilidade da autonomia produtiva, os quadros de isolamento e precariedade dos meios e sistemas de comunicação e segurança, a inexistência ou restrição de acesso à cobertura universal do atendimento básico de saúde e educação refletindo diretamente no perfil sociodemográfico, cultural e de salubridade de moradores e lideranças comunitárias que apesar de engajadas ainda apresentam baixa escolaridade. O quadro total desafia a desinvisibilização territorial no tempo da luta

pelo reconhecimento, bem como a constituição, operacionalização e o *modos vivendi* comunitário capaz de fomentar os processos de auto-identificação e pleito por titulação.

De acordo com a Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades quilombolas tituladas (FEC-UFF; DataUFF, 2013) realizada em 169 territórios Quilombolas que obtiveram título de posse coletiva da terra, emitido entre 1995 e 2009 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou por órgãos oficiais estaduais de regularização fundiária faltavam telefones públicos em 66,5% das comunidades pesquisadas e em somente 5,5% das comunidades foram encontrados telecentros do total de 7.755 em funcionamento em todo o país, considerando que destes 5,5% identificados, 30% estavam fechados em 2013 configurando um quadro de isolamento acentuado.

É sabido que historicamente o isolamento, a invisibilidade, a exclusão e a fragilização da capacidade mobilizadora sempre foi a estratégia das hegemonias políticas, das ordens religiosas, do grande latifúndio e mais recente do mercado para manter os territórios na condição de mito, alienados e desconhecidos no próprio lugar de viver. Fragilizaram nos limites insuportáveis da miséria humana os territórios tradicionais em seus espaços de reprodução social, material e simbólica e, com isso foi corporificada a cultura do silêncio que restringiu qualquer liberdade de expressão espacial que fosse avessa à propriedade privada. Não por acaso o espaço público constitui o maior representante da contra-espacialidade na modernidade.

A baixa integração das comunidades na geopolítica municipal e regional e a fragilidade das conexões com órgãos de representação territorial-comunitária ainda desfiam a relacionalidade do território que se consolida no espaço-tempo da luta pelo reconhecimento. Apesar do ainda evidente alto grau de vulnerabilidade e considerando as diversas violências que os territórios tradicionais onde se inserem os territórios Quilombolas brasileiros vivem é

perceptível o compromisso da espacialidade profunda com a democracia na sua expressão mais substantiva.

A diversidade sociocultural brasileira e as identidades espaciais profundas evidenciadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais se conectam em meio às adversidades cotidianas em velocidade jamais vista na geohistória brasileira. A realidade imprime três questões que justificam o potente movimento sociocultural contra-espacial no início de século. Primeiramente, a saturação do sistema político brasileiro que, apesar das conquistas iniciais da democracia popular, ainda distorce a participação popular enquanto expressão fundamental da cidadania e, justamente por isso apresenta um Estado com dificuldades no reconhecimento da espacialidade profunda brasileira.

Segundo, os limites do Constitucionalismo Democrático que se ligam diretamente ao ordenamento do sistema político, visto que não apresentam quaisquer capacidades de absorver as demandas da diversidade em um espaço legal capaz de equilibrar igualdade e diferença. E por fim, a ampliação do acesso à informação promovido pela internet, de onde salta um intenso processo de ressemantização das formas de intervenção socioespacial, cultural e política no contexto da contra-espacialidade com foco na valorização do espaço público, na luta por direitos da diversidade, no combate para a superação do patrimonialismo oligárquico de Estado, do patriarcado, do colonialismo, do conservadorismo fascista, intolerante, etnocêntrico e totalitário que amparados pelas lógicas da globalização perversa conduzida nas desordens do capital insistem na legitimação da sujeição de minorias étnicas, povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Do kilombo à favela, das veredas, vazantes, pântanos e brejos aos viadutos, dos barrancos ribeirinhos, praias e seringais aos bancos das praças, dos fundos de pasto, terreiros e babaçuais às calçadas do país, das campinas, caatingas, cerrados e chapadas às filas do desespero, dos gerais, das falésias, campos de flores e Amazônia aos becos e escadarias, dos

sertões do Brasil profundo à vida. A espacialidade brasileira em desinvisibilização produz um espaço de afloramentos territoriais-comunitários transformadores. As conexões que resultam dos movimentos da diversidade evidenciam a renovação dos sentidos do público, da pluralidade e a valorização das humanidades despercebidas.

O percurso reflexivo aqui apresentado e compartilhado em debates permanentes aponta para a positivação dos territórios tradicionais brasileiros, seus modos de vida, história, cultura e ação política. Diante das possibilidades que vislumbramos com o trabalho, ligadas às alternativas teórico-metodológicas que apontam para os estudos sobre as representações socioespaciais da contra-espacialidade no mundo contemporâneo cabe reafirmar a importância da ciência geográfica, na medida em que seus conceitos e categorias assumem grande responsabilidade na construção da tese e, para além dela e de qualquer outro estudo, na construção de novas propostas que contribuam para a superação dos desafios da socioespacialidade.

Nesse sentido, é reanimado o convite aos colegas que se interessam pelo tema. Dar as costas aos espaços-fatos-normas do século XXI é dizer não à ciência e à sociedade em movimento. O objetivo desse trabalho, para além da discussão sobre alternativas teórico-metodológicas na busca de conceitos que auxiliem novos questionamentos e quiçá novas compreensões, é trazer a luz da importante problemática em questão reflexões contextualizadas capazes de ampliar as possibilidades de respostas frente aos inúmeros (des)arranjos percebidos e seus reflexos nas conexões da diversidade. Os debates não se encerram e cada vez mais se convidam. Naturalmente, outros questionamentos, outras visões, percepções e dimensões passam a compor a profunda quadra de possibilidades. Não constitui pretensão, não seria prudente e, nem seria possível esgotar quaisquer debates aqui percorridos.

Cabe à Geografia constantemente animar a multidimensionalidade-multiescalaridade epistemológica que produz a práxis revolucionária no curso dos infinitos fundamentos,

pressupostos e constatações com os propósitos analíticos voltados ao intenso movimento resultante das leituras e produções socioespaciais da diversidade. Avaliar suas capacidades interpretativas, potências e limites tecendo críticas em rede e promovendo intervenções na realidade conduz à busca por traduzir suas implicações e compartilhar explicações no e sobre o espaço geográfico.

Geografia ‘na sola do pé e no dedo de prosa’.

Correndo trecho.

Travessia.

#brejodoscrioulosvive

#territoriosrelacionais

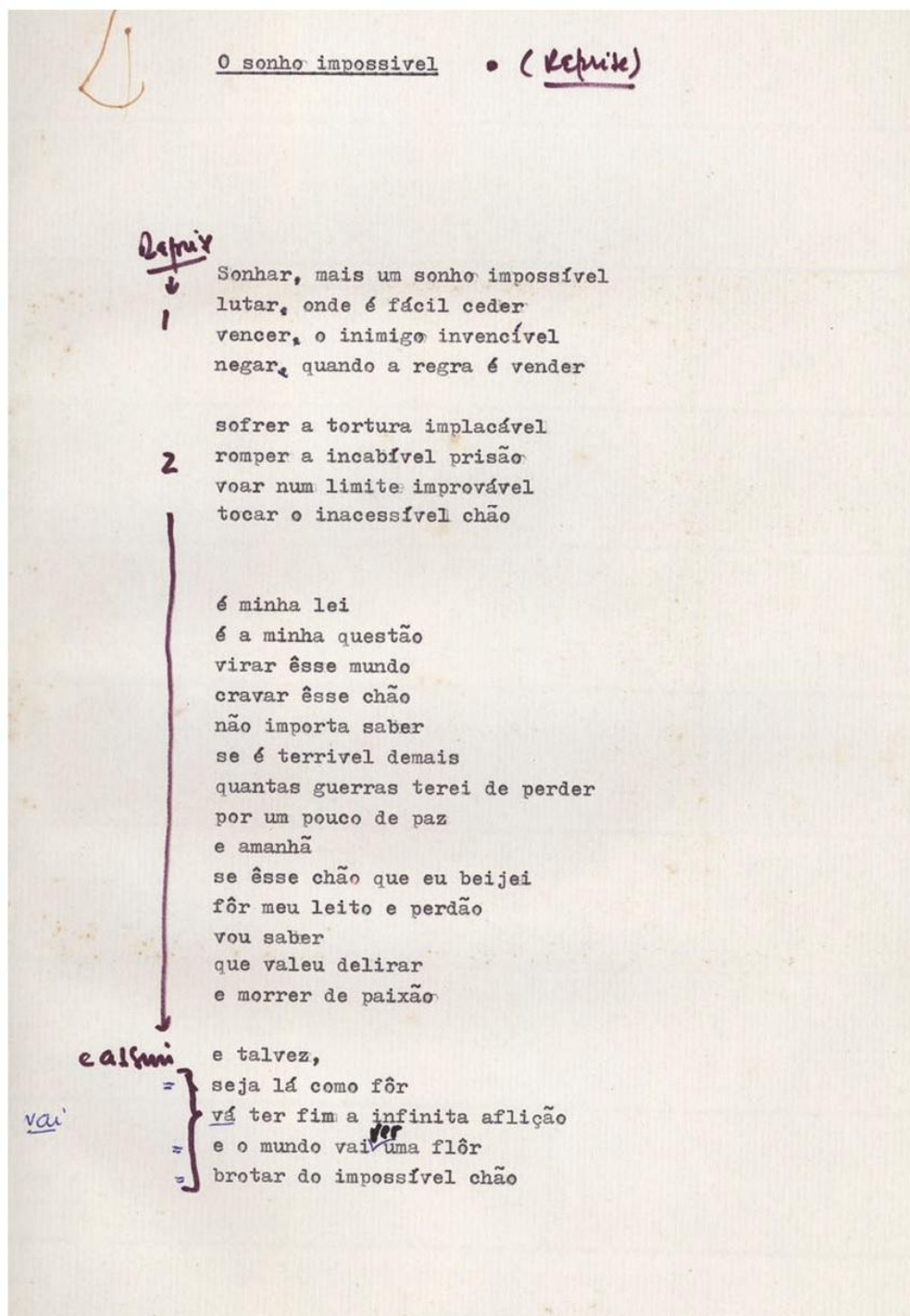
#territoriosaflorados

Foto 85 - Crianças do território Brejo dos Crioulos desejando boa viagem



Fonte: Acervo do autor

Figura 41: Esboço datilografado da letra da canção "Sonho impossível", versão de Chico e Ruy Guerra da canção norte-americana "The impossible dream", de Joe Darion e Mitch Leigh. A canção faz parte da trilha sonora do espetáculo "O homem de la mancha", versão de Paulo Pontes e Flavio Rangel para o musical da Broadway "Man of la mancha", de Dale Wasserman. Foi composta em 1972, mas só foi gravada e lançada em 1975, no disco "Chico Buarque e Maria Bethânia Ao Vivo", na voz de Maria Bethânia, que consagrou a canção.



Fonte: Disponível em <<http://www.jobim.org/chico/handle/2010.2/2210#>>.

Foto 86 –Moradora Quilombola em roda de prosa no território Brejo dos Crioulos



Fonte: Acervo do autor, jul. 2010.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ADCT. **Atos das Disposições Constitucionais Transitórias**. IN: VadeMecum Compacto de Direito Rideel. Obra Coletiva de autoria da Editora Rideel. – 8 ed. – São Paulo: Rideel, 2014. – Série VadeMecum.

AGUIAR, CynaraSilde Mesquita Veloso de. **A prática do coronelismo em São João da Ponte - MG, no período de 1946-1996 - Um estudo de caso**. Dissertação de mestrado em Direito, Florianópolis: Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, 2001.

ALCÂNTARA, Ana Paula (org.). **Congos, Moçambiques e Marinheiros: olhares sobre o patrimônio cultural Afro-brasileiro de Uberlândia**. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda., 2008.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Apresentação**. IN: ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. SCHWEIZER, Peter José. (orgs.) Transformações territoriais: de rural a metropolitano. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. SCHWEIZER, Peter José. (orgs.) **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Os quilombos e as novas etnias**. IN: O'DWYER, ElianeCantarino (Org.). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito**. IN: Humanidades. Ano IV, n. 15. Brasília: UnB, 1988.

_____. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: pessoas de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. IN. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, 'Babaçuais Livres', 'Castanhais do Povo, Faxinas e Fundos de Pasto. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, vol.2, PPGSCA-UFAM, Manaus, 2006.

_____. **Prefácio**. IN: OLIVEIRA, TomasPaollielo Pacheco de. Revitalização étnica e dinâmica territorial: alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações**. IN: ALMEIDA, Maria Geralda. RATTTS, Alecsandro. (Orgs.). Geografia: Leituras Culturais. Editora Alternativa: Goiânia, 2003a.p.71-88.

_____. Et al. **Paradigmas do Turismo**. Goiânia: Alternativa, 2003b.

_____. (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia: ed. Vieira, 2005.

_____. (Org.). **A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos**. IN: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia: ed. Vieira, 2005a.

_____. **Uma leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo**. IN: SERPA, Angelo. (org.); autores: Paul Claval.[et al.]. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. EDUFBA. Salvador, 2008.

_____. **Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas?** IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.175-195.

_____. **Os Encantos de uma Geografia Sertaneja de Patativa do Assaré**. IN: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo e GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (Orgs.), **Geografia e Literatura: ensaios sobre a geogaficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda. RATTS, Alecsandro. (Orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Editora Alternativa: Goiânia, 2003.

ALVES, Fernando Roberto Jayme. **A Dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia**. *Geografia em Questão*. V. 06. N.01. 2013. p.231-245. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6725/5793>, visitado em nov. de 2014.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **A Geografia, a África e os negros brasileiros**. IN: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 3ª edição. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001.

_____. **Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora& Consultoria, 2009.

AQUINO, Leila Cordeiro de. **Quem manda aqui sou eu: mandonismo, clientelismo e tradição familiar na política de Brasília de Minas - 1958 a década de 1980**. Dissertação de Mestrado. Unimontes. 2013.

ARAÚJO, Eliza Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação técnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. Montes Claros: Unimontes. Dissertação de Mestrado, PPGDS/Unimontes, 2009.

_____. **Quilombo da Lapinha: clivagem social, sociabilidade, tempo de expropriação e articulação política**. In: COSTA, João Batista de Almeida & LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. (Orgs.). *Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.

ARENDT, Hannah. **Poder e Violência**. Rio de Janeiro. RelumeDumara, 2001.

_____. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSIS, Daria Maria Martins. **Tirar a nossa essência da natureza: etnografia das principais práticas e das estratégias de trabalho nos espaços da comunidade quilombola Bom Jardim da Prata**. In: COSTA, João Batista de Almeida. LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia (Orgs.). *Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

ÁVILA, Gabriel da Costa. **Epistemologia em conflito: uma contribuição à história das guerras da ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2013.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. **Divisão territorial e democracia: os termos de um debate**. In: CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. (Orgs.). **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

_____. **A poética do devaneio**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

_____. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. **Por uma filosofia do ato responsável**. 2ª ed. São Carlos. Pedro João editores, 2010.

BARBOSA, R.S. Et al. **Conflitos ambientais no norte de Minas Gerais: uma agenda de pesquisa**. IN: GAWORA, Dieter.SOUZA IDE, Maria Helena de.BARBOSA, Rômulo Soares.(Orgs.).Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011.

BARRIOS, Sônia. **A produção do espaço**. IN: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia (Orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito. O triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 851, 1 nov.2005. Disponível em<<http://jus.com.br/artigos/7547>>. Acesso em: dez. 2013.

_____. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. IN: LIMA, Luis Costa. (org.). Teoria de Cultura de Massas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **A retórica da imagem**. IN: **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990a.

_____. **A mensagem fotográfica**. IN: **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990b.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECKER, Elsberth Léia Spode. **História do Pensamento Geográfico**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.

BENEDICT, Anderson. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem ea difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e historia da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio de Oliveira. – São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Direito e poder**. Tradução Nilson Moulin. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

BOSI, Alfredo. **Fenomenologia do olhar**. Novaes, Adauto (org.). O Olhar. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Tao. 1979.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, Pierri. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Marie-Claire. **O camponês e a fotografia.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a04n26.pdf>>, visitado em dez. de 2013.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás.** Goiânia: Ed UnB, 1977.

_____. **Memória Sertão.** Editorial Cone Sul/Editora UNIUBE, São Paulo, 1998.

_____. **A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina.** IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. STREK, Danilo Romeu (Orgs.). Pesquisa Participante: O saber da Partilha. 2ª ed. Aparecida, São Paulo: IdéiasEt Letras, 2006.

_____. **A clara cor da noite escura: escritos e imagens de mulheres e homens negros de Goiás e Minas Gerais.** Uberlândia. EDUFU [Goiânia]: Ed da UCG, 2009a.

_____. **No rancho fundo: espaços e tempos no mundo rural.** Uberlândia: EUDUFU, 2009b.

_____. **A comunidade tradicional.** In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (n prelo). p. 1-365.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUMPCÃO, Raiane. **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora.** – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, Maria A. (org.). elalli. **Milton Santos e o Brasil. Territórios, lugares e saber.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical).

BRANDÃO, Pedro Augusto Domingues Miranda. **O novo constitucionalismo pluralista Latino-Americano: participação popular e cosmovisões indígenas (SumakKawsay e Pachamama).** Programa de pós- graduação em direito da Faculdade de Direito de Recife. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em<<http://repositorio.ufpe.br/jspui/bitstream/123456789/10796/1/Disserta%C3%A7ao%20pedro%20augusto.pdf>>, visitado em jul. de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** IN: VadeMecum Compacto de Direito Rideel. Obra Coletiva de autoria da Editora Rideel. – 8 ed. – São Paulo: Rideel, 2014. – Série VadeMecum.

BRASIL. Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>, visitado em dez. de 2013.

BRASIL. Decreto de 29 de setembro de 2011. **Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território de Quilombos Brejo dos Crioulos, situado nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13120.htm>, visitado em dez. de 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>, visitado em dez. 2013.

BRASIL. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Visitado em dez.2013.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. **Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras**

providências.Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm> , visitado em dez. de 2013.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>, visitado em dez. de 2013.

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais. A longa duração.** In: Escritos sobre a história. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRUNONI, Nivaldo. **Ilegitimidade do direito penal de autor à luz do princípio de culpabilidade.** Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n., dez. 2007. Disponível em <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao021/Nivaldo_Brunoni.htm>, visitado em dez.2013.

BUTTIMER, Anne. **Social space in interdisciplinary perspective.**Geographical Review.Vol.59. nº4. p. 417-426. 1969.

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido.** In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CAA. **Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos.** São João da Ponte/Varzelândia, Minas Gerais, 2012.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural nortemineiro.** IN: COSTA, João Batista de Almeida; LUZDE OLIVEIRA, Cláudia (Orgs.). Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos. Montes Claros/MG, São Paulo: UNIMONTES, Intermédios Cultural, 2012, p. 129-144.

CHAGAS, Ivo das. **Estrutura e funcionamento do Bioma Cerrado.** In: Caderno Geográfico. Montes Claros/MG: Editora da UNIMONTES, 1999, ano III, v. 3.

CABRAL, L.O. BUSS, M.D. **A paisagem como campo de visibilidade e significação: um estudo de caso.** Espaço e Cultura, 13, pp. 47-62, 2002.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. São Paulo: Monsanto, 1964.

CANUTO, Antônio. et al. **Manual do Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra**. Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) - Brasília, 2010.

CARDOSO, José Maria Alves. **A Região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. Dissertação de Mestrado. Recife: PIMES/UFPE, 1996.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão Carneiro. **Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações**. Revista Cerrados – v.1, n.1/(2003). Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003 – p. 1 – 127. jan./dez.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**; V.1. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999 a.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra: 1999 b. v.1.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução de KlaussBrandiniGerhardt.6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. (Orgs). **Espaços de Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. **Para o encontro da Geografia com a Democracia**. IN: CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES,

Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. (Orgs.). **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. **A Democracia como um problema para a Geografia: o fundamento territorial da política**. IN: CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. (Organizadores). **Espaços de Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade**. IN: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e Resistência**. Organizado por Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. BeloHorizonte. Autêntica/CEDEFES, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2 - Morar, cozinhar**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Coleção Primeiros Passos.

CLASTRES, Pierre. **Do Etnocídio**. IN: **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

_____. **A Revolução Pós-Funcionalista e as concepções atuais da Geografia**. IN: MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete. (orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Editora UFPR. Curitiba, 2004a.

_____. **Milton Santos e o pensamento radical**. IN: BRANDÃO, Maria (organizadora). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.

_____. Introdução. **Uma, ou Algumas, Abordagem (ns) Cultural (is) na Geografia Humana?** IN: SERPA, Angelo (org). Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Terra dos Homens: a geografia.** Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, Maria do Socorro Vieira. **Os gorutubanos - Língua, história e cultura.** Tese de doutorado em Letras, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Letras / Puc-MG, 2010.

COELHO NETO, Agripino Souza. **Componentes definidores do conceito de território: amultiescalaridade, amultidimensionalidade e relação espaço poder.** GEOgraphia. V15, 29. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2013. p.23-52. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/603/367>>, visitado em dez.2013.

COMTE-SPONVILLE, André. **O ser-tempo.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Geografia cultural: Passado e Futuro: uma introdução.** In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHLZeny (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58. (Série Geografia Cultural).

_____. **Região e organização espacial.** 7º ed. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Introdução à geografia cultural.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Apresentação.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. Coleção Geografia Cultural.

_____. **A Geografia Cultural no Brasil.** Revista da Anpege. Nº 2. 2005. PP.97-102. Disponível em <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/85>>, visitado em jul. de 2013.

CORRÊA, Maria Laetitia. PIMENTA, Solange Maria. **Abordagem crítica dos espaços e das ideologias. Complexidade e potencialidades.** IN: DEL GADIO, Rogata Soares. PEREIRA, Doralice Barros. (orgs.) Geografia e Ideologias. Submeter e qualificar. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2014.

COSGROVE, Denis. **Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria.** Traduzido por Olívia B. Lima da Silva. Towards a Radical Cultural Geography of Theory. Publicado em Antipode – a Radical Journal of Geography, Worcester, 15 (1). 1983, pp 1-11. Loughborough College of Technology, Inglaterra. p.1-27. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/6313/4506>>, visitado em jul. de 2014.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** IN: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. **Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação.** IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Geografia Cultural: Um Século (2). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

COSGROVE, Denis E. JACKSON, Peter. **Novos Rumos da Geografia Cultural.** IN: Introdução à geografia cultural. CORREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, João Batista de Almeida. **A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas.** IN: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org). Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

_____. **Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos.** Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999.

_____. **Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência.** Brasília: Tese de Doutorado. Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia. Tese de Doutorado, 2003a.

_____. **Quilombos da Jahyba: A Visibilização do Negro no Território Branco Norte Mineiro.** Seminário Temático Novos Atores e Novas Práticas no Espaço agrário Brasileiro Contemporâneo, 2003b.

_____. **A reescrita da história, a valorização dos negros e a atualização das relações ancestrais no Norte de Minas.** p. 12-27. IN: Revista Verde Grande / Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretarias Municipais de Cultura, Educação e Meio Ambiente, - Vol. 1, n.2(set./nov.2005). – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2005a.

_____. **Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da Nação Brasileira.** p.8-45. IN: Revista Verde Grande / Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretarias Municipais de Cultura, Educação e Meio Ambiente, - Vol. 1, n.3(jun.ago.2005). – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2005b.

_____. **CerradosNorte Mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais.** IN: ALMEIDA, Maria Geralda de. Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005c.

_____. **Tomando alho por bugalhos. O Decantado desenvolvimento do Norte de Minas.** Dossiê dimensões múltiplas do desenvolvimento social. Revista Unimontes Científica, Montes Claros, v.7, n.2 - jul./dez. 2005d. p. 47-62. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/189/181>, visitado em out. de 2011.

_____. **Movimento Catrumano: o Norte de Minas como berço de Minas Gerais.** Documento de Apresentação. Montes Claros: Unimontes, 2006.

_____. **As formações quilombolas em Minas Gerais.** IN: CEDEFES. Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e Resistência. Organizado por Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. BeloHorizonte. Autêntica/CEDEFES, 2008.

COSTA, Helouise. SILVA, Renato Rodrigues. **A fotografia moderna no Brasil.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COSTA, Pedro Henrique Mourthé de Araújo. **Entre os documentos e as retomadas: imagens da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG).** Anais do Seminário de Antropologia da Ufscar, Ano 1, Edição 1, 2014. Disponível em <<http://www.seminariodeantropologia.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/09/ANAIS-DO-III-semin%C3%A1rio-de-antropologia-pdf.244-257.pdf>>. Visitado em: dez. 2014.

COSTA FILHO, Aderval. **Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba - Norte de Minas Gerais.** Brasília: [Fundação Palmares], 2005.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. Ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural nortemineiro**. IN: COSTA, João Batista de Almeida & LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. (Orgs.). Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. **Políticas Locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações locais & supralocal**. UniversidadCatolica de Temuco. Tese de Mestrado. Temuco, Chile, 2005.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Gerazeiros y biodiversidad en el norte de Minas Gerais: la construcción de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Huelva: UniversidadInternacional de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.

DAYRELL, Carlos. LUZ DE OLIVEIRA, Claudia. **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. CAA, 2000.

ARDEL, Eric. **O homem e a terra. Natureza da realidade geográfica**. Tradução WertherHolzer. Editora Perspectiva, 2011 [1990].

DEMATTEIS, Giuseppe. Apresentação. **O território: uma oportunidade para repensar a Geografia**. IN:SAQUET, Marco Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.5. Ed. 34, São Paulo, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A Universidade sem condição**. Coimbra: AngelusNovus, 2003.

DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed.34, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antônio C. e ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf>, visitado em dez. de 2013.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. BATELLA, Wagner Barbosa. **O Estado de Minas Gerais e suas Regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez.2005. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9208/5670>>, visitado em jul. de 2010.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Marcia Mansor D'Alessio. Bauru, SP: Edusc, 2007. 2v.

DUARTE, Matusalém de Brito. **O “lugar-território” na complexidade da realidade contemporânea: incursões teóricas a partir da intersubjetividade**. Caminhos de Geografia - revista online. v. 9, n. 26. Instituto de Geografia. Uberlândia. Jun/2008. p. 185 – 192. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>, visitado em dez. 2013.

DUBOIS, Phillippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Volume II: Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FABRIS, A. **A invenção da fotografia: repercussões sociais.** IN: FABRIS, A. (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX.* São Paulo: Edusp, 1991.

FAJARDO. Raquel Z. Yrigoyen. **El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a ladescolonización** GARAVITO, César Roberto (org.). *El Derecho em América Latina. Um mapa para el pesamiento jurídico del siglo XXI.* 1º ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 139-184.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FEC-UFF; DATAUFF. Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF); Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF). **Sumário Executivo. Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e nutricional em Comunidades quilombolas tituladas.** Cooperação técnica internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do Projeto BRA/04/046 (Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS). Realizada entre abril a setembro de 2011. Brasília, outubro de 2013. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_135.pdf>, visitado em nov. de 2014.

FEITOSA, Antônio Maurício Alencar. **A luta pela terra no Norte de Minas e o Processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST: o estudo da Brigada Camilo Torres.** Dissertação de Mestrado. Uberlândia, 2008.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Brejo dos Crioulos: saberes tradicionais e afirmação do território.** Geografias, Artigos Científicos. Belo Horizonte 02(1) 58-77 janeiro–junho de 2006.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** 5ª edição. Salvador/BA: JusPODIVM, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Em: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 nº 16 (jun. 2005). Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>>, visitado em mar. de 2012.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.197-215.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social.** São Paulo, Cia Editora Nacional. 1963. Coleção Biblioteca Universitária.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

FONSECA, Ana Ivania Alves. **Agricultura familiar como sustentabilidade: estudo de caso do Planalto Rural de Montes Claros/MG.** Tese de Doutorado. Rio Claro - SP, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Aula de 17 de março de 1976.** In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-76).** São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **Microfísica do poder.** 14ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 21 ed. Petrópolis: vozes, 1999c.

_____. **“Outros espaços”.** In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III,** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Segurança, Território, População.** Curso dado no College de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes. São Paulo, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** Curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão Claudia Berliner. Martins Fontes, 2008b.

FRANCO, Augusto de. **O lugar mais desenvolvido do mundo. Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário.** Brasília: DF: AED- Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADEA, Carlos A. **Negritude e pós-africanidade: críticas das relações raciais contemporâneas.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

GAWORA, Dieter. IDE, Maria Helena de Souza. BARBOSA, Rômulo Soares. (Orgs). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Montes Claros: Unimontes, 2011. **Ok**
GAWORA, Dieter. **Povos e Comunidades Tradicionais como sujeitos de mudança.** IN: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Org. Dieter Gawora, Maria Helena de Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa. Montes Claros: Unimontes, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Interpretações das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

_____. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Tradução: Vera Mello Joscelyne. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2002.

_____. **Sociologia.** 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIDDENS, Anthony. TURNER, Jonathan. (orgs.) **Teoria Social Hoje.** Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Geografia Cultural: estrutura e primado das representações**. Departamento de Geografia. UFPR. Espaço e Cultura. UERJ: RJ, N°. 19-20, P. 51-59, Jan./Dez. de 2005.

GLINFSKOI THÉ, A.P. **Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. Tese de Doutorado, PPG-ERN, UFSCar, São Carlos, SP, 2003.

GLINFSKOI THÉ, A.P. **Limites da política de participação da gestão dos recursos pesqueiros para comunidades tradicionais do Rio São Francisco, Minas Gerais**. IN: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Org. Dieder Gawora, Maria Helena de Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa. Montes Claros: Unimontes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis. Vozes, 1995.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Natureza e Cultura. Representações na Paisagem**. IN: ROSENDAHL, Zeni. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro, EDUAERJ, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A paisagem Urbana como Cenário de uma Cultura: Algumas Observações a Propósito do Canadá**. Espaço e Cultura, 17-18, pp. 7-16, 2004.

_____. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) Geografia: conceitos etemas. 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 49-76.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume V: direito das coisas**. 6º ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva 2011.

GONÇALVES, Flávio José. **Negros de Poções: Feitiços e Outros Caxangás em seus Processos Sociais: Historicidade, Identidade e Territorialidade em Brejo das Almas-MG**. Dissertação de Mestrado. Programade Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Unimontes: Montes Claros, 2007.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. Editora Ática: São Paulo. Brasil, 1992a.

_____. **Dossiê escravidão. A escravidão reabilitada**. IN: LPH: Revista de História, Deptº de História/UFOP, Ouro Preto, v. 3, n. 1, p. 252, 1992b.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GRAZIANODA SILVA, José. **Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GUATTARI, Félix. **Caosmose um novo paradigma estético**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. SOUZA, Karla Raquel de. ANDRADE, Pablo Guimarães. **Direitos Territoriais e Povos Remanescentes de Quilombos: Mapeamento dos Territórios Quilombolas no Brasil e em Minas Gerais**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. 2012.

Disponível em
<http://www.cecs.unimontes.br/media/k2/attachments/2012_Guimar%C3%A3es,%20Souza,%20Andrade.pdf_d6175af6379771d9b95e11e053bd10ab.pdf>, visitado em out. 2013.

GUMBRECTH, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. Tradução Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto L. *Manifestações da Cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Muros, "Campos" e Reservas: os processos de reclusão e "exclusão" territorial**. IN: SILVA, J. LIMA, L. DIAS, D. (Orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira* (vol. 1). 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. In: ARAUJO, F. G. B de; HAESBAERT, R. (orgs). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

_____. **Prefácio**. IN: RIBEIRO, Maria Teresa F. MILANI, Carlos Roberto S. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea. O território como categoria de diálogo interdisciplinar*, 2009a.

_____. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério.(Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009b.

_____. **E Foucault Continua provocando os geógrafos...**2010.
Disponível em
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/241/228>>, visitado em fev. 2013.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **O território e a nova des-territorialização do Estado.** IN: DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. (Orgs.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011b, p. 17- 37.

HABERMAS. Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos.** Madrid: Catedra, 1997.

_____. **Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002a.

_____. **A inclusão do outro.** São Paulo: Edições Loyola, 2002b.

_____. **Discurso filosófico da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002c.

_____. **Racionalidade e comunicação.** Lisboa: Edições 70, 2002d.

_____. **A ética da discussão e a questão da verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** IN: T.T. SILVA (Org.), Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARDT, Michael. NEGRI, Antônio. **Império.** Tradução Berilo Vargas. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Social Justice and the City.** Londres: Edward Arnold e Baltimore: John Hopkins University Press. 1973. IN: HARVEY DAVID. O Espaço Como Palavra-Chave. Tradução livre; Letícia Gianella. Revisão Técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. IN: GEOgraphia. Vol. 14, nº28, Rio de Janeiro, 2012, p.8-39. Original: Harvey, D. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

_____. **Espaços de Esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ª edição. Edições Loyola Jesuítas. São Paulo, SP. 2011.

_____. **A liberdade da Cidade.** IN: MARICATO, Ermínia. [etal.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Batir, habitar, pensar.** In: HEIDEGGER, M. Essais et Conférences. Paris, Gallimard, 1992. p.170-193.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Conflitos territoriais na estratégia de preservação na natureza.** IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.271-290.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **Territórios de diálogos possíveis.** IN: RIBEIRO, M.T.F. MILANI, C.R.S. (Orgs.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. – Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **Posfácio.** IN: DEL GAUDIO, RogataSoares;PEREIRA,Doralice Barros (orgs).Geografias e ideologias: submeter e qualificar. Belo Horizonte: Editora UFMG,2014.

HOBBS, Thomas.**Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma República Eclesiástica e Civil.** TUCK, Richard (org.). Trad.João Paulo Monteiro etal.São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBS, Eric. **Sobre história.** Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBS, Eric; RANGER,Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições** . 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOGGART, Richard. **La culture d'un pauvre. Paris: Les Éditions de minuit**, 1970. Longman: dictionary of contemporary English. Barcelona: Cayfosa.

HOLZER, Werther. **O Lugar na Geografia Humanista.** Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, jul./dez. 1999.

_____. **Trajeção: Reflexões Teóricas sobre a paisagem vernacular.** IN: ROSENDAHL. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Espaço e Cultura: Pluralidade Temática. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2008.

HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas - Introdução à fenomenologia.** Tradução Frank de Oliveira. São Paulo. Mandras, 2001.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia.** Lisboa, Edições 70, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados. Minas Gerais.** 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>>. Visitado em dez. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060. Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030.** Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/nota_metodologica_2013.pdf>, visitado em dez. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2013. Breve análise da mortalidade nos períodos 2012-2013 e 1980-2013.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completa_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2013/notastecnicas.pdf>, visitado em dez. 2014.

IDE, M.H. de S.; AMORIN, M.M.T. **Educação dos quilombolas: seu contexto e seus desafios.** IN: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. GAWORA, Dieder. IDE, Maria Helena de Souza. BARBOSA, Rômulo Soares (Orgs). Montes Claros: Unimontes, 2011.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** 13 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KOZEL, Salete. **Imagens e linguagens do Geográfico: Curitiba a “Capital ecológica”.** São Paulo: FFLCH-USP, 2001 (tese de doutorado).

_____. **As representações no geográfico.** IN: MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete. (Orgs). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: UFPR, 2002.

_____. **Ressignificando as representações do espaço: as linguagens do cotidiano.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

_____. **Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais.** IN: SEEMANN, J. (Org.) A aventura cartográfica. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

_____. **Mapas Mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas.** IN: KOZEL, Salete. SILVA, Josué da Costa. GIL FILHO, Sylvio Fausto. (Orgs.). Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

_____. **Representação e Ensino. Aguçando o olhar geográfico para os aspectos didático-pedagógicos.** IN: SERPA, Ângelo. Espaços Culturais. Vivências, imaginações e representações. Salvador. EDUFBA, 2008.

KOZEL, Salete. SILVA, Josué da Costa. GIL FILHO, Sylvio Fausto. (Orgs.). **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista.** São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do laser e das viagens.** Tradução Contexto traduções. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Tradução Maria Cecília França. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Perspectivas de sociologia rural.** 1ª. edição 1953. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. In: MARTINS, José de Souza.(org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec, 1981.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Lógica formal. Lógica dialética.** Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 1995.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, IlkaBoaventura. **Terras e territórios de negros no Brasil.** Textos e Debates Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- UFSC. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Departamento Ciências Sociais - CFH - UFSC. Ano I, n 2, 1990.

_____. **Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões.** IN: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). Terras e territórios de negros no Brasil. Textos e Debates Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- UFSC. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Departamento Ciências Sociais - CFH - UFSC. Ano I, n. 2, 1990 a.

_____. **Antropologia de viagem: escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

_____. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>, visitado em jan. de 2012.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: USP, 2003.

LESSA, Simone Narciso. **Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao Sertão.** Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Campinas. UNICAMP, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.

LINERA, Alvaro Garcia. **A potência plebeia: Ação Coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia. N° 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: e outros escritos.** 4 ed. São Paulo: Vozes, 2006.

LUCHIARI, M.T.D.P. **A (re) significação da paisagem no período contemporâneo.** IN: ROSENDAHL, Zeni. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro, EDUAERJ, 2001.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível.** Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. - São Paulo: Boitempo, 2010.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. DAYRELL, Carlos. **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. CAA, 2000.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidades no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação de Mestrado).

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. DAYRELL, Carlos A. D'ANGELIS FILHO, João S. **Economias invisíveis e comunidades tradicionais no Norte de Minas**. IN: Povos e comunidades tradicionais no Brasil. GAWORA, D. IDE, M.H de S. BARBOSA, R.S (Orgs.). Montes Claros, Unimontes, 2011.

LYOTARDE, Jean-François. **A Fenomenologia**. Lisboa, Edições 70, 2008.

MAGDALENO, Fabiano Soares. **Lei e Território em Democracias Político-Representativas**. IN: CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. (Organizadores). Espaços de Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

MASLOW, A. H. Introdução à Psicologia do Ser. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado, s.d. [1962].

MARICATO, Ermínia. [etal.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, Juliana Bastos. **O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga**. Revista de História 158. 1º semestre de 2008. p.43-65. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19074/21137>>, visitado em jul. de 2013.

MARTIN, André Roberto. **A politização da Geografia como alternativa à “crise dos territórios”**. IN: PONTUSCHKA, NídiaNascib. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa [manuscrito]: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**. Universidade Federal de Uberlândia, 2011. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **O vôo das Andorinhas: Migrações Temporárias no Brasil**. IN: Não há terra para Plantar neste verão: o Cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo. Petrópolis, Vozes, 1986a.pp.43-61.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986b .

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000a.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000b.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 [2008].

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). São Paulo, Hucitec, 2002.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global de lugar**. In: ARANTES, Antonio (Org). O espaço da diferença. São Paulo: Papirus, 2000.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATOS, Laudecio Viana. **Conhecimentos na análise de ambientes: a pedagogia e o saber local em comunidade quilombola do norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas. Universidade Federal de Viçosa, 2008.

MATOS, Ralfo. **Espacialidades em rede. População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MAUAD, Ana Maria S.A. **Fotografia e história – possibilidade de análise**. IN: CIAVATTA, M. ALVES, Nilda. (Orgs.). A leitura de imagens na pesquisa social. História, comunicação e educação. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual**. IN: Artcultura, p. 33-50, jan-jun, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil**. IN: SAQUET, Marco Aurélio. SUZUKI, Júlio César. MARAFON, Gláucio José. (Orgs.). Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 201, p.59-65.

MEDRADO, Joana. **Terra de Vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MELO, V.M. **Paisagem e Simbolismo**. IN: ROSENDAHL, Zeni. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro, EDUAERJ, 2001.

MELO, Adriana Ferreira de. **Sertões do mundo uma epistemologia**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011. Disponível em<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8PJKS3/volume_1_sert_es_do_mundo.pdf?sequence=1>, visitado em mai. 2014.

MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salette. (orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Rumo a uma “História Visual”**. IN: MARTINS, J.S.. ECKERT, C. NOVAES, S. C. (Orgs.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Mercado da terra e diferentes formas de apropriação territorial**. IN: SAQUET, Marco Aurélio. SUZUKI, Júlio César. MARAFON, Gláucio José. (Orgs.). Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 201, p.247-259.

MONTEIRO, C. **A pesquisa em história e fotografia no Brasil: notas bibliográficas**. Anos 90, Porto Alegre, v.5, n.28, p.169-195, dez.2008.

MORAES, Antônio C. Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. São Paulo. Hucitec, 1981a.

_____. **A Gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, 1981b.

_____. **Foucault e a Geografia.** In: TRONCA, Ítalo A. (Org.) Foucault Vivo. Campinas/SP: Pontes, 1987.

_____. **A Antropogeografia de Ratzel: indicações.** IN: Ratzel.MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** 5º ed. Rio de Janeiro. Annablume, 2005.

MOREIRA LEITE, M.L. **Imagens e contextos.** BCMU, Campinas, v.5, n.10, jul/dez, 1993, p.45-60.

MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica - O saber posto em questão.** 1º ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

_____. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa.** IN: SANTOS, Milton. BECKER, BerthaK.[et al.]. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Coleção espaço, território e paisagem. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a. 3. ed.

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007b.

_____. **A formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2012a.

_____. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** São Paulo: Contexto, 2012b.

MORELLO Rosângela. OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Uma Política Patrimonial e de Registro para as Línguas Brasileiras.** Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCAR. Ago. de 2008. Disponível em <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_politicapatrimonial.htm>, visitado em maio de 2014.

MOTA, Jhone Phillip F. NETO, Manoel R. R. **Brejo dos Crioulos: Costumes e Tradições de uma comunidade remanescente de quilombolas através da fotografia em quadrinhos.** Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora: Profª. Esp. Lidiane Silva Santos. Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte. Curso de Graduação em Comunicação Social, 2013.

MOURA, André Almeida de. MOREIRA, Maíra dos Santos. VASCONSELOS NETO, Diego Valadares. **A comunidade Brejo dos Crioulos e o programa de proteção a defensores de direitos humanos de Minas Gerais.** Anais do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. COPENE. UFPA. Belém/Pará, 29 de julho a 2 de agosto de 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSER, Paul K. MULDER, Dwayne H. TROUT, J. D. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática.** Tradução Marcelo Brandão. 2ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

MOVIMENTO CATRUMANO: **O Norte de Minas como Berço de Minas Gerais** – Universidade Estadual de Montes Claros – Associação dos Municípios da área Mineira da SUDENE – Prefeitura Municipal de Montes Claros. Imprensa Universitária -Unimontes, Janeiro de 2006.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Apresentação.** Superando o racismo na escola. 3ª edição. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** 2ª ed._ Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira.** IN:NASCIMENTO, Elisa Narkin. (Org.). Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008a.

NASCIMENTO, Elisa Narkin. (Org.) **Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2008b.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local).** 2ªed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NOGUEIRA, Mônica. **Povos do Cerrado: características gerais e desafios comuns**. IN: GAWORA, Dieter; IDE, Maria Helena de Souza; BARBOSA, Rômulo Soares.(Orgs.) Povos e comunidades tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011. p.39-50.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 8ª edição. São Paulo: Método/Forense, 2013.

NUNES, João Arriscado. **Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço (s) e o(s) conhecimento (s) da globalização**. Capítulo 8. IN: SANTOS, Boaventura de Souza. [org.] A Globalização e as Ciências Sociais. 3 ed. São Paulo. Cortez, 2005, p.301-344.

O'DWYER, Eliana C. (Org). **Terra de Quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia - ABA, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos**. IN: O'DWYER, E. C. (Org.). Quilombos: identidade étnica e Territorialidade . Rio de Janeiro: Editora da UFV, 2002a.

_____. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002b.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. **Plurilingüismo no Brasil**. Representação da UNESCO no Brasil. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Brasília. 2008. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>>, visitado em dez. 2013.

OLIVEIRA, José Nunes. OLIVEIRA, Domingos N. **O tempo passa e a História Fica**. 1ª Ed. SEE-MG/MEC.1997. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002744.pdf>>, visitado em out. de 2013.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Orgs). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1ªed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Marcus Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene. (orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Conceito de Homem: mais humanista, mais transpessoal**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

OLIVEIRA, Tomas Paollielo Pacheco de. **Revitalização étnica e dinâmica territorial: alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. (Col. Primeiros brasileiros – n. 2).

O'NEILL, Maria Monica V. C. **Os Aspectos Teóricos do Institucionalismo e as Bases Territoriais Institucionais na Região Nordeste**. IN: CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. (Organizadores). **Espaços de Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

ONFRAY, Michel. **Teoria da Viagem: poética da geografia**. Tradução de Paulo Neves. 1ª edição. Porto Alegre/RS. L&PM Editores, 2009.

ONU. United Nations. Economic & Social Affairs. **World Population Prospects. The 2012 Revision. Key Findings and Advance Tables**. Department of Economic and Social Affairs Population Division. New York, 2013. Disponível em <http://esa.un.org/wpp/documentation/pdf/wpp2012_%20key%20findings.pdf>, visitado em dez. 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011, 1 v. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>, visitado em: dez. 2013.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea; Uberlândia: EDUFU, 2008.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. 2.ed. São. Paulo: Olho d'Água, 1999.

_____. **O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PATTISON, William D. **The Four Traditions of Geography**. The Journal of Geography. Vol. 63, no. 5. p.211-216. 1964. Disponível em <http://www.geog.ucsb.edu/~kclarke/G200B/four_20traditions_20of_20geography.pdf>, visitado em jul. 2010.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. **Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: "A Esperança de Melhoria de Vida"**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. Uberlândia, 2003.

_____. **Travessias...Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. Uberlândia, 2009a.

_____. **Viver sertanejo, criar lugares: diásporas dos sujeitos rurais do Norte de Minas.** Geografia – UFU, Uberlândia, 2009b.

_____. **Entre chegadas e partidas – Representações Migratórias no Sertão do Norte de Minas Gerais.** IN: LEAL, Alessandra Fonseca. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. BORGES, Maristela Corrêa. (orgs.). Beira Vida Beira Rio. Vida, Comunidade e Cultura no Rio São Francisco. Editora O Lutador. Belo Horizonte, 2013a.p.23-29.

_____. **O Espaço do rural: representação socioespaciais do sujeito migrante no Norte de Minas Gerais-Brasil.** IN: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. PEREIRA, Laurindo Mékie. (orgs.). Conflitos sociais na história contemporânea do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2013b.

PAULA, Hermes Augusto de. Montes Claros sua História sua Gente seus Costumes - Parte I. IN: VASCONCELOS, Martha Verônica. Coordenadora. Coleção Sesquicentenária. Volume 1-16. Unimontes: Montes Claros, 2007.

PAVIANI, A. **Dinâmica regional e os desafios para a regionalização.** Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, a. 22, n. 43-44, p. 368-374, 1992.

PARANHOS, Lucíola da Silva. MARTINS, Herbert Toledo. **Redes Sociais e Desenvolvimento Regional: Capital Social no Sertão Norte-Mineiro.** III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Território, Capital Social e Desenvolvimento Regional. UNISC – Santa Cruz do Sul. Outubro 2006.

PDRS. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. Norte de Minas em Ação. Programa Líder. Turma Norte de Minas. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae Minas Região Norte. Montes Claros, outubro de 2013. Visitado em dez.2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** Campinas: Pontes Editores, 1990.

PEDRÃO, Fernando. **Fronteiras móveis, um imperativo do capital**. IN: BRANDÃO, Marina. Milton Santos e Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical).

PEDROSA, Israel. **Da cor a cor inexistente**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Orientação Beatriz Ribeiro Soares. Tese de Doutorado. UFU, Instituto de Geografia. Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. (orgs). Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2002.

PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da & SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINTO, Alexandro Rodrigues. BORGES, Júlio César. NOVO, Marina Pereira. PIRES, Pedro Stoeckli. (orgs). **Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Nº. 2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília-DF, 2014. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/cadernos%20de%20estudos20.pdf>>, visitado em nov. de 2014. ISSN 1808-0758.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979. – Coleção Sesquicentenária –vol.12 - Coordenadora Marta Verônica Vasconcelos – Montes Claros: Unimontes, 2007.

_____. **Serra Geral: diamantes, garimpeiros & escravos**. Belo Horizonte, Cuatiara, 2001.

PITTE, Jean-Robert. **Introduction**. p. 7-14. IN: DULAU, Robert. PITTE, Jean- Robert. Géographie Des Odeurs. Série “Fondements de la géographieculturelle”. Collection “Géographie el Cultures”. Editions L’ Harmattan, 1998, Paris.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010.

Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/são-joao-da-ponte_mg>, visitado em mar. de 2014.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013.

Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>, visitado em mar. de 2014. Visitado em dez. de 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 3 ed. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **As Minas e os Gerais - Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**. IN: GUIMARÃES, P.W.; RIBEIRO, R.F.; COSTA, J.B.A. RODRIGUES, L.; DAYRELL, C.A.; SILVA, C.E.M. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Unimontes. 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003a.

_____. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. Enpublicación: Movimientossociales y conflictosen América Latina. José Seoane. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003b. 288 p. ISBN: 950-9231-92-4. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>>, visitado em dez. de 2010.

_____. **Apresentação da edição em português**. IN: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.17-35.

RATTS, Alessandro J. P. **(Re) Conhecer Quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações**. IN: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). Brasil Afro-brasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados.** IN: ALMEIDA, Maria Geralda. RATTs, Alecsandro. (Orgs.). Geografia: Leituras Culturais. Editora Alternativa: Goiânia, 2003.p. 29- 48.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do Homem** (Antropogeografia) (Traduzido do italiano por FátimaMurad). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1990.

RELPH, Edward. C. **As bases fenomenológicas da Geografia.** Geografia. Rio Claro, v. 4, n. 7, abril, 1979.

_____. **PlaceandPlacelessness.** London: Pion, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Processo civilizatório.** Brasília: UNB, 1995.

_____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras,2006.

_____. **Testemunho.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Aipicuri; Brasília, DF: UNB, 2009.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. (org.). **Histórias dos Gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias.** Trad. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1990.

RICOEUR, Paul. **Si-Mesmo Como Outro, O.** 1ª ed. Editora: WMF Martins Fontes. Coleção: Filosofia. São Paulo/SP, 2014.

RIOS, Mariza. **Veredas do Direito.** Belo Horizonte, V.3. n 5. p. 65-84. Janeiro-Junho de 2006.

RODRIGUES, Luciene. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente.** In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene (Org.). Formação econômicae

social do Norte de Minas. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

RODRIGUES, Luciene. MAIA, Cláudia. **Cerrado em Perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2003.

ROSA, Helen Santa. **Uma aliança do sertão norte-mineiro com os povos do Cerrado em defesa de seus territórios**. p. 76-89. IN: Revista Verde Grande / Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretarias Municipais de Cultura, Educação e Meio Ambiente, - Vol. 1, n.3(jun.ago.2005). – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L.(Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político**. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RISSO, L.C. **Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 23, p. 67-76, jan./jun. de 2008. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/3523/2450>>, visitado em dez. 2013.

ROMANCINI, S.R. **Paisagem e simbolismo no Arraial Pioneiro São Gonçalo, Cuiabá, MT**. Espaço e Cultura, 19-20, pp. 79-85, 2005.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. **O Mandonismo mágico do sertão corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais (1856-1931)**. Dissertação de Mestrado. Unimontes. 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

SACK, RogérioDavid. **Human Territoriality: Its Theory And History**. London: Cambridge Universtiy. 1986.

_____. **O significado de territorialidade**. IN: DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-89.

SAHR, CicilianLuizaLöwen. SAHR, Worf-Dietrich. **Territórios- faxinais – espaços: a problemática “espaço/território” na formação social brasileira**. IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SAHR, Wolf-Dietrich. **Ação e EspaçoMUNDOS a concretização de espacialidades na Geografia Cultural**. IN: SERPA, Ângelo. (org.); autores: Paul Claval..[et al.]. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. EDUFBA. Salvador, 2008.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTAMARÍA, Ramiro Ávila. **El neoconstitucionalismo transformador**. El Estado y el derecho em la Constitución de 2008. Quito, 2011.

Disponível em
<<http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/239/neoconstitucionalismo.pdf>>, visitado em jul. de 2014.

SANTANA, Augustín. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**. Tradução Eleonora Frendel Barreto. São Paulo: Aleph, 2009. (Série turismo).

SANTOS, A. **Da cidade como resposta à cidade como pergunta: a fotografia como dispositivo de representação/apresentação do espaço urbano**. IN: SANTOS A. **A fotografia nos processos artísticos contemporâneos**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura: Editora da UFRS, 2004, p. 38-60.

SANTOS, Elizete Ignácio dos. Et alii. RTID/LA. **Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos**. Fundação Cultural Palmares. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. São Paulo: USP- Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Colab: Denise de Souza Elias. Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. **O retorno do território**. IN. : SANTOS, Milton. SOUZA, Maria A. SILVEIRA, Maria L. Território – Globalização e Fragmentação. São Paulo, Editora Hucitec/ANPUR, 1994, p.15 a 20.

_____. **Espaço e Método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998a.

_____. **Entrevista Milton Santos**. Revista Caros Amigos, nº17. Ago. de 1998. Entrevistadores: Marina Amaral, Sérgio Pinto de Almeida, Leo Gilson Ribeiro, Georges Bourdoukan, Roberto Freire, João Noro, Sérgio de Souza. 1998b.

_____. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. IN: SEABRA, O.; CARVALHO, M.; LEITE, J. C. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

_____. **O papel ativo da Geografia: um Manifesto**. Estudos Territoriais Urbanos. Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000b. p.253-261. IN: BRANDÃO, Maria A. (org.). elalli. Miltons Santos e o Brasil. Territórios, lugares e saber. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Carta à coletividade geográfica solicitando subsídios para atuação na comissão de consultores do Ministério da Educação, 25/4/1981**. IN: BRANDÃO, Maria (organizadora). Milton Santos e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical).

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. – (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007a.

_____. **O dinheiro e o território.** IN: Santos, Milton...[et.all.]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007b.

_____. [et.all.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Da Totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; HARAZIM, Dorrit. **O mundo não existe.** IN: HISSA, Cássio E. Viana (Org.). Conversações: de artes e de ciências. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011[1994].

SANTOS, Boaventura de Souza. **LaGlobalizacióndelderecho: losnuevoscaminos de laregulación y laemancipación.** Bogotá: ILSA, 1998.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Rosselvelt José. **Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico.** IN: Sociedade & Natureza. Uberlândia, Ano11(nº 21 e 22), jan/dez, 1999.

_____. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado. Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais.** Uberlândia: EDUFU, 2008a.

_____. **(Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades.** IN: ALMEIDA, Maria Geralda (Orgs.) Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira. 2008b.

SARTRE, Jean Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro, DP&A. 2002.

_____. **O Ser e o nada**. Vozes, Petrópolis, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepção sobre território**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. **Por uma abordagem territorial**. IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.73-94.

SAQUET, Marco Aurélio. SPÓSITO, Eliseu Savério. (Orgs.).**Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio. SUZUKI, Júlio César. MARAFON, Gláucio José. (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAUER, Carl O. **Geografia Cultural**. IN: CORREA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny.(Orgs). **Introdução à geografia cultural**.2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SAUER, Carl O. **A Morfologia da Paisagem**. IN: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

SAUER, Sérgio. **Mercado de terras: estrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil**. IN: SAQUET, Marco Aurélio. SUZUKI, Júlio César. MARAFON, Gláucio José. (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 201, p. 227-246.

SAUER, Sérgio. MARÉS, Carlos Frederico. **Casos emblemáticos e experiências de mediação: análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de conflitos fundiários rurais**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Pesquisa-Conflitos-Fundi%C3%A1rios-Agr%C3%A1rios-Terra-de-Direitos.pdf>>. Visitado em dez. 2013.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber**. São Paulo, Unesp, 2011.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Zahar. Rio de Janeiro, 1979.

SEABRA, O. CARVALHO, M.; LEITE, J. C. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Prefácio**. IN: CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia**. São Paulo: Annablume, 2006.

SENAES/MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Final Da Pesquisa Quantitativa, O Censo Quilombola**. Brasil Local Etnodesenvolvimento e Economia Solidária. Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária Soltec/Ufrj – Conaq. 2013a. Disponível em <http://www.soltec.ufrj.br/etnodesenvolvimento/files/Censo_Nacional.pdf>, visitado em: dez. 2013.

SENAES/MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Final da Pesquisa Quantitativa em 09 (nove) comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos, MG**. Projeto Brasil Local Etnodesenvolvimento Economia Solidária, 2013b. Disponível em <<http://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2013/11/CENSO-Minas-Gerais.pdf>>, visitado em: dez. 2013.

SEPPPIR. **Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrrorrais : documento síntese**. – Brasília: Ipea, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/images/quilombos/PDFs/livro_quilombo_das_america.pdf>, visitado em dez. 2013.

SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, abril de 2013. 47p.

SERPA, Ângelo. **Como prever sem imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico**. SERPA, Ângelo. (org.); autores: Paul Claval..[et al.]. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. EDUFBA. Salvador, 2008, p.59-67.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **As relações de trocas materiais e simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí-MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SILVA, Armando Correa. **A aparência, o ser e a forma: (Geografia e Método)**. Revista GEOgraphia. Ano II. Nº 3. 2000. p.7-25.

Disponível em
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/27/25>>, visitado em jul. 2013.

SILVA, Cássio Alexandre da. **Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

SILVA, Clayton Luiz da. **A divisão política do território brasileiro: os compartimentos quilombolas no Vale do Ribeira (SP)**. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia. Campinas – São Paulo. Agosto, 2010.

SILVA, Lucivaldo Gomes da. **Políticas públicas de acesso ao território para comunidades quilombolas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2012.

SILVA, José Carlos Gomes da Silva. CAIXETA, Jeane Maria. **Patrimônio: imagem e memória de um território negro em Uberlândia**. IN: Boletim do Lapes, n. 3 (1). Laboratório do Pensamento Social. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 1997, p.7- 32.

SILVA, Jeane Medeiros. **Análise do Discurso e Pesquisa Qualitativa na Geografia**: IN: RAMIRES, Julio Cesar de Lima e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

SILVA. Thiago Rocha Ferreira. **Se não somos ilusões, estamos num teatro: a possibilidade da paisagem como cenário**. Espaço e cultura, UERJ, RJ, N. 25, p. 97-108, jan./jun. de 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3566/2486>>, visitado em dez. 2013.

SIMMEL, Georg. **O Fenômeno Urbano**. Organização Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SOJA, Edward. **History: Geography: Modernity**. In: DURING, Simon. *The Cultural Studies Reader*. Second edition. London & NY: Routledge, 1993.

SORRE, (Max)imilien. **A noção de gênero de vida e sua evolução**. In: MEGALE, J. F. (org.). Max Sorre. São Paulo: Ática, 1984.

_____. **Fundamentos Biológicos de la Geografía Humana**. (Ensayo de una Ecología del Hombre. Barcelona: Provenza, 1995.

SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. [Colaboradores André Grillo...[el al.]. (Humanitas). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Maria Adélia A. de. SANTOS, Milton. orgs. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SOUZA IDE, Maria Helena de. et. al. **O papel do projeto político Pedagógico no fortalecimento da identidade negra**. Anais do I Congresso Norte Mineiro de Pesquisa em Educação – Práticas Educativas: fazer local e pensar global. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Prefácio**. IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 7.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. DUNDES, Ana Cláudia. **A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso**. IN: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da & SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STASZAK, Jean-François. **Pistes pour une géographie des odeurs**. IN: DULAU, Robert. PITTE, Jean- Robert. Géographie Des Odeurs. Série “Fondements de la géographie culturelle”. Collection “Géographie et Cultures”. Editions L’Harmattan, 1998, Paris.

STEINBERGER, Marília (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: volume único.** Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2011.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil. Direito das Coisas.** 2. Ed. São Paulo: Método, 2010, v.4.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, T. **Os inimigos íntimos da democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TUAN, Yi. Fu. **Topofilia - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

VERONESE, Marília Veríssimo. CARVALHO, Maria Luisa. **A emergência de cosmovisões relacionais.** Civitas. Porto Alegre. v. 6. n. 2. jul.-dez.2006. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/61/61>>, visitado em jul. de 2013.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas – Populações Tradicionais e Unidades de Conservação.** 1ª edição. São Paulo. Annablume, 2008.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de Geografia Humana.** Edições Cosmos: Lisboa, 1954.

_____. **As características próprias da Geografia.** IN: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Orgs.). **Perspectivas da Geografia.** 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

VICIANO PASTOR, Roberto; MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. **Aspectos generales del nuevo constitucionalismo latino americano.** Corte Constitucional do Equador para el período de transición. El nuevo Constitucionalismo latinoamericano. 1 ed. Quito, 2010, p. 9-44. Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/34272355/Nuevo-Constitucionalismo-en-America-Latina>>, visitado em jul. de 2014.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. 3 ed. Brasília: EdUNB, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio. (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

YÁZIG, Eduardo. **A alma do lugar – Turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

ZAGNI, Rodrigo Medina. BORELI, Andrea (Orgs). **Conflitos armados, massacres e genocídios: constituição e violação do direito á existência na era contemporânea**. 1 ed. Belo Horizonte, MG, 2013.

ZHOURI, Andrea. **A insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais**. 1 ed. Belo Horizontes: Autêntica Editora, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. Trad. Maria Beatriz de Medina. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

ŽIŽEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farça**. Trad. Maria Beatriz de Medina. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia**. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, 11 (21 e 22), jan/dez, p. 67-87, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. IN: SANTOS, Milton (Orgs.). Território: Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ARRUTI, José Maurício. **Processos Cruzados: configuração da questão quilombola e o campo jurídico no Rio de janeiro**. Boletim informativo NUER, Florianópolis, v.2, n.7, p.77-94, 2005.

_____. **MOCAMBO: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru, São Paulo: EduSc, 2006.

ÁVILA, Gabriel da Costa. **Epistemologia em conflito: uma contribuição à história das guerras da ciência.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Tópicos).

BADUCCI JR, Álvaro. BARRETO, Margarida. **Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica.** Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade.** Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Enigmas da Cultura.** São Paulo, Cortez, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Clássicos das Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. SILVEIRA, Marco Antônio. (Orgs.). **Território, conflito e identidade.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política.** Tradução Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo.** IN: SANTOS, Milton (Org.). **Território Globalização e Fragmentação.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CRUZ, Valter do Carmo. **Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia.** IN: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: Polêmicas de Nosso Tempo**. 6º ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DEMO, Pedro. **Outra Universidade**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. 6ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888**. São Paulo: Editora UNESP, 2005: il.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. GIUCCI, Gillermo. LARRETA, Enrique Rodriguez. FONSECA, Edson Nery da. (Coordenadores). Edição Crítica. 1ª ed. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002.

FRIDMAN, Luiz Carlos, (organizador). **Política e Cultura: século XXI. Coletânea de artigos apresentados no Ciclo de conferências “Vozes do pensamento político contemporâneo”**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: ALERJ, 2002.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Cultura).

GEIGER, Pedro P. **Des-territorialização e espacialização**. IN: SANTOS, Milton (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p.233-246.

GENNARI, Emílio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A, 1989.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LAUAND, Jean Luiz. **O que é uma Universidade?** São Paulo: Perspectiva, 1987.

LEITE, Fábio Rubens da Rocha. **A questão ancestral: África negra**. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida – Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999 .

LUCCI, Elian A. Et al (org). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo, Saraiva/AGB-Bauru/UNESP-Bauru/SINPRO, 2000.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. 3ª ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. Tradução de Anton P. e Lígia Aparecida Cardieri. Abril S.A. Cultural e Industrial. São Paulo, 1976. 2 ed. 1978.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1 – O processo de produção do capital – Volume I. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MOLINA, Sérgio. **O Pós-Turismo**. São Paulo, 2003.

MORAES, Antônio C. Robert. **Território e História no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica.** São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011 (Geografias e Adjacências).

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **Racionalidade em Crise.** Estudos de História da Filosofia Moderna Contemporânea. São Paulo: Discurso Editorial e Editora da UFPR, 2001.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Uma interpretação Fenomenológica na Geografia.** IN: SILVA, Aldo A. Dantas da. GALENO, Alex. (Orgs.) **Geografia, Ciências do complexus: ensaios transdisciplinares.** Porto Alegre: Sulina, 2004, p.209-236.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Orgs.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

PEREIRA, Sergio Nunes. **Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.** Universidade Federal Fluminense – UFF. REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul. dez. 2005.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** Tradução Elcio Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PIERSON, Donald. **O Homem do Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, 3 volumes.

PRANDI, Reginaldo. **Contos e lendas afro-brasileiros: a criação do mundo.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento.** Brasiliense. São Paulo, 1972.

_____. **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SALGADO, Sebastião. **Outras Américas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Um incerto estado de graça.** Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

_____. **Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, A.F.M. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras.** Brasília, UNB: 1997. (Dissertação de mestrado).

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria ^a ^a; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, M. (orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização.** São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Toward a New Common Sense, Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition.** Nova Iorque: Routledge, 1995.

SARAMAGO, José. **Os poemas possíveis.** Editorial CAMINHO, Lisboa, 1981. 3ª edição.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Companhia das Letras, São Paulo-SP, 2000.

SENA, Custódia Selma. **Interpretações Dualistas do Brasil.** Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX.** 2ª ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2011.

SOTTILI, Rogério. **MST: A nação além da cerca – a fotografia na construção da imagem e da expressão política e social dos sem-terra.** São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – PUC (mimeog.).

SOUZA, Álvaro José de. (Org.). **Paisagens território região: em busca da identidade**. Cascavel: EDUNIOSTE, 2000.

SOUZA, Jessé de. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. IN: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Pensamento social brasileiro: de Raul Pompéia à Caio Prado Junior**. Uberlândia, EDUFU, 2011.

STÉDILE, João P. e GORGEN, F. S. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STEIN, Ernildo. **Exercícios de Fenomenologia: limites de um paradigma**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TUBALDINI, M. A.S. GIANASI, L.M. **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

ANEXOS

ANEXO A:

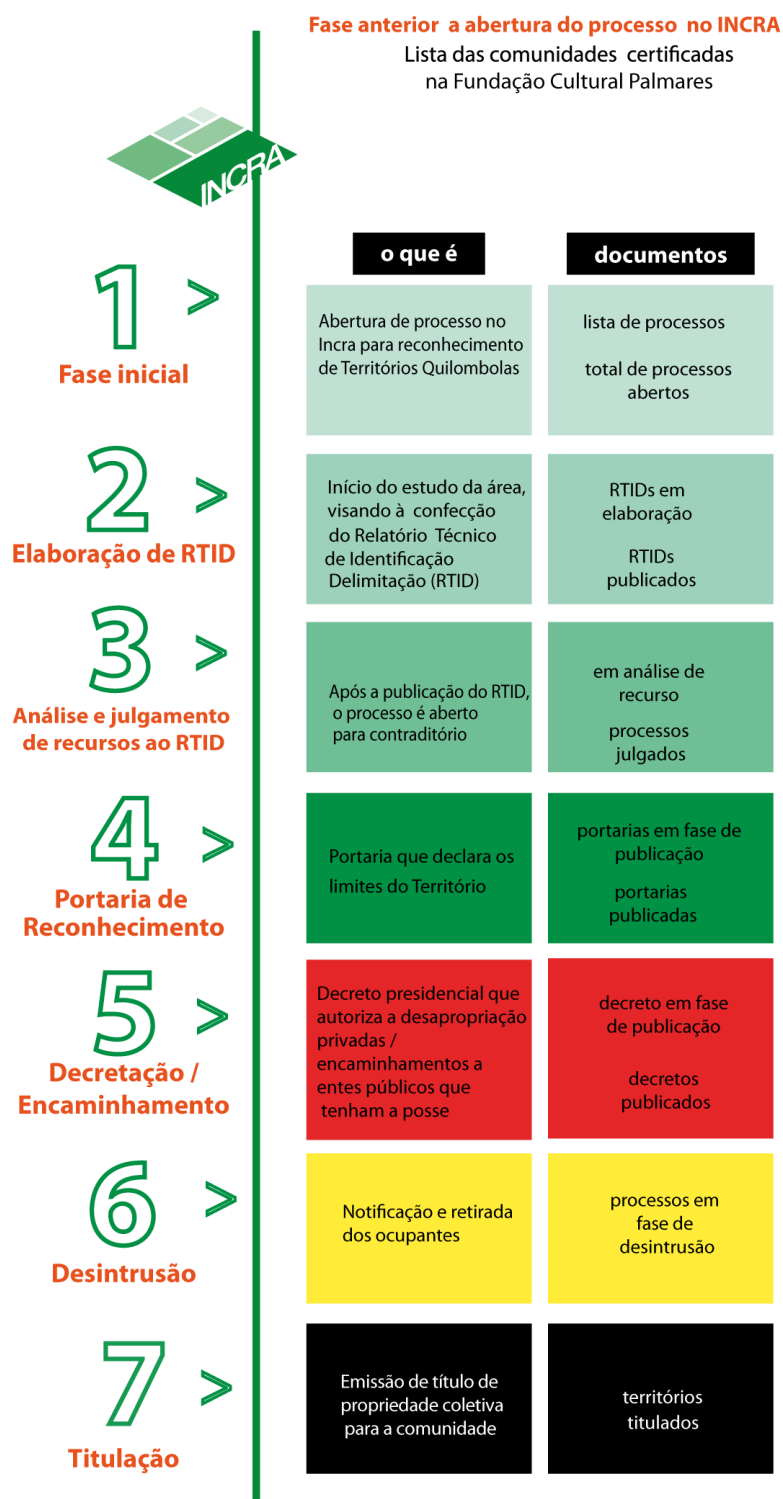
Logomarca Brejo dos Crioulos



Fonte: Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos

ANEXO B

Etapas da REGULARIZAÇÃO QUILOMBOLA



Quadro Geral da Política de Regularização Quilombola

Fonte: INCRA (2013)

ANEXO C

DECRETO DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

DECRETO DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território de Quilombos Brejo dos Crioulos, situado nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 216, § 1º, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, combinado com o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos arts. 5º, inciso XXIV, e 216, § 1º, da Constituição, e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os imóveis rurais sob domínio válido abrangidos pelo Território de Quilombos Brejo dos Crioulos, com área de dezessete mil, trezentos e dois hectares, sessenta ares e cinquenta e sete centiares, situado nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, Estado de Minas Gerais, com o seguinte perímetro: partindo do ponto P-01, situado na margem do Rio São Vicente e com as terras de Felisberto Rodrigues Neto, de coordenadas no sistema UTME=629.891,84 m e N=8.266.790,84 m e de coordenadas geográficas latitude 15°40'24,980" S e longitude 43°47'16,772" Wgr., referidas ao Meridiano Central de 45° WGr e ao Datum SAD 69, segue, confrontando com as terras de Felisberto Rodrigues Neto, com os seguintes azimutes e distâncias: 150°03'38" - 689,55 m, até o ponto P-02, de coordenadas UTM E=630.235,98 m e N=8.266.193,31 m; 149°11'34" - 696,77 m, até o ponto M-05, de coordenadas UTME=630.592,83 m e N=8.265.594,86 m, situado na divisa com o Projeto Assentamento Arapuim/INCRA; deste, segue, confrontando como Projeto de Assentamento Arapuim/INCRA com os seguintes azimutes e distâncias: 152°36'58" - 613,46 m, até o marco M-06, de coordenadas UTM E=630.874,99 m e N=8.265.050,14 m; 152°36'54" - 209,38 m, até o ponto 63, de coordenadas UTM E=630.971,30 m e N=8.264.864,22 m; 153°26'15" - 192,54 m, até o marco M-07, de coordenadas UTM E=631.057,40 m e N=8.264.692,00 m; 154°06'59" - 399,30 m, até o marco M-08, de coordenadas UTM E=631.231,71m e N=8.264.332,76 m; 153°29'38" - 311,84 m, até o marco M-09, de coordenadas UTM E=631.370,88 m e N=8.264.053,70 m; 240°34'54" - 635,23 m, até o marco M-10, de coordenadas UTM E=630.817,56m e N=8.263.741,69 m; 240°31'08" - 447,99 m, até o marco M-11, de coordenadas UTM E=630.427,58 m e N=8.263.521,22 m; 149°16'35" - 830,37 m, até o marco M-12, de coordenadas UTM E=630.851,81m e N=8.262.807,40 m; 149°15'05" - 114,15 m, até o ponto 101, de coordenadas UTM E=630.910,17 m e N=8.262.709,30 m; 149°16'20" - 497,09 m, até o marco M-13, de coordenadas UTM E=631.164,16m e N=8.262.282,00 m; 62°31'24" - 566,28 m, até o marco M-14, de coordenadas UTM E=631.666,56 m e N=8.262.543,27 m, situado na divisa com o Espólio de José Esposo Barbosa; deste,

segue, confrontando com o Espólio de José Esposo Barbosa, com azimuth de 152°18'02" e distância de 1.610,50 m, até o ponto P-03, de coordenadas UTM E=632.415,17 m e N=8.261.117,33 m, situado na divisa com Josino Cândido de Oliveira; deste, segue, confrontando com Josino Candido de Oliveira, com azimuth de 152°18'02" e distância de 933,83 m, até o ponto P-04, de coordenadas UTME=632.849,24 m e N=8.260.290,52 m, situado na divisa com Antonio Rodrigues Pinheiro e outros; deste, segue, confrontando com Antonio Rodrigues Pinheiro e outros, com os seguintes azimutes e distâncias: 243°34'12" - 206,69 m, até o ponto P-05, de coordenadas UTME=632.664,15 m e N=8.260.198,52 m; 151°45'05" - 298,40 m, até o ponto P-06, de coordenadas UTM E=632.805,38 m e N=8.259.935,66m; 152°24'31" - 2.658,49 m, até o ponto P-07, de coordenadas UTME=634.036,69 m e N=8.257.579,51 m; 156°15'56" - 180,92 m, até o ponto P-08, de coordenadas UTM E=634.109,51 m e N=8.257.413,89m; 96°50'27" - 26,28 m, até o ponto P-09, de coordenadas UTME=634.135,60 m e N=8.257.410,76 m, situado na margem do Córrego Arapuim; deste, segue, margeando o Córrego Arapuim numa distância de 4.231,79 m, até o ponto P-10, de coordenadas UTME=632.818,49 m e N=8.254.822,34 m, situado na divisa com Joaquim Ferreira da Silva; deste, segue, confrontando com Joaquim Ferreira da Silva, com azimuth de 166°19'31" e distância de 1.073,45 m, até o ponto P-11, de coordenadas UTM E=633.072,26 m e N=8.253.779,32m, situado na divisa com a faixa de domínio da Estrada Vicinal; deste, segue, pela faixa da Estrada Vicinal com os seguintes azimutes e distâncias: 287°04'42" - 107,26 m, até o ponto P-12, de coordenadas UTM E=632.969,73 m e N=8.253.810,82 m; 253°04'51" - 302,07 m, até o ponto P-13, de coordenadas UTM E=632.680,73 m e N=8.253.722,91 m; 255°19'00" - 318,53 m, até o ponto P-14, de coordenadas UTM E=632.372,60 m e N=8.253.642,17 m; 256°41'40"- 423,13 m, até o ponto P-15, de coordenadas UTM E=631.960,83 me N=8.253.544,79 m; 257°20'32" - 761,98 m, até o ponto P-16, de coordenadas UTM E=631.217,37 m e N=8.253.377,82 m; 258°02'46"- 1.797,36 m, até o ponto P-17, de coordenadas UTM E=629.458,98m e N=8.253.005,55 m; 185°55'05" - 4,94 m, até o ponto P-18, de coordenadas UTM E=629.458,47 m e N=8.253.000,63 m; 239°34'07"- 81,91 m, até o ponto P-19, de coordenadas UTM E=629.387,84 me N=8.252.959,14 m; 255°33'02" - 228,76 m, até o ponto P-20, de coordenadas UTM E=629.166,32 m e N=8.252.902,06 m; 252°45'16- 715,86 m, até o ponto P-21, de coordenadas UTM E=628.482,64 me N=8.252.689,83 m; 252°45'36" - 12,28 m, até o ponto P-22, de coordenadas UTM E=628.470,91 m e N=8.252.686,19 m, situado na divisa com Espólio de Aquiles Diniz; deste, segue, confrontando com Espólio de Aquiles Diniz, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°12'17" - 1.805,96 m, até o ponto P-23, de coordenadas UTME=626.751,36 m e N=8.252.134,26 m; 195°00'37" - 326,11 m, até o ponto P-24, de coordenadas UTM E=626.666,90 m e N=8.251.819,28m; 257°51'14" - 3.859,35 m, até o ponto P-25, de coordenadas UTME=622.893,94 m e N=8.251.007,27 m; 169°26'52" - 4.144,35 m, até o ponto P-26, de coordenadas UTM E=623.652,89 m e N=8.246.933,00m, situado na divisa com Paulo Ruas da Silva; deste, segue, confrontando com Paulo Ruas da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 296°23'47" - 4.560,43 m, até o ponto P-27, de coordenadas UTM E=619.567,94 m e N=8.248.960,49 m; 08°45'33" - 647,66 m, até o ponto P-28, de coordenadas UTM E=619.666,57 m e N=8.249.600,60 m; 15°00'53" - 712,12 m, até o ponto P-29, de coordenadas UTM E=619.851,06 m e N=8.250.288,41 m; 16°05'40" - 235,87 m, até o ponto P-30, de coordenadas UTM E=619.916,45 me N=8.250.515,04 m, situado na

divisa com Espólio de Anastásia de Oliveira Neto; deste, segue, confrontando com Espólio de Anastásia de Oliveira Neto, com os seguintes azimutes e distâncias: 16°06'15" - 385,92 m, até o ponto P-31, de coordenadas UTM E=620.023,50 m e N=8.250.885,82 m; 16°26'00" - 347,79 m, até o ponto P-32, de coordenadas UTM E=620.121,89 m e N=8.251.219,40 m, situado na divisa com Moises Ferreira Gusmão; deste, segue, confrontando com Moises Ferreira Gusmão, com os seguintes azimutes e distâncias: 118°53'35" - 121,98 m, até o ponto P-33, de coordenadas UTM E=620.228,69 m e N=8.251.160,46 m; 34°07'25" - 110,63 m, até o ponto P-34, de coordenadas UTM E=620.290,75 m e N=8.251.252,04 m; 29°51'29" - 162,32 m, até o ponto P-35, de coordenadas UTM E=620.371,56 m e N=8.251.392,81 m; 32°46'15" - 148,72 m, até o ponto P-36, de coordenadas UTM E=620.452,06 m e N=8.251.517,86 m; 41°09'16" - 300,28 m, até o ponto P-37, de coordenadas UTM E=620.649,67 m e N=8.251.743,95 m; 50°17'32" - 357,69 m, até o ponto P-38, de coordenadas UTM E=620.924,85 m e N=8.251.972,47 m; 103°39'13" - 80,32 m, até o ponto P-39, de coordenadas UTM E=621.002,90 m e N=8.251.953,51 m; 25°35'19" - 567,90 m, até o ponto P-40, de coordenadas UTM E=621.248,18 m e N=8.252.465,71 m; 345°32'28" - 264,41 m, até o ponto P-41, de coordenadas UTM E=621.182,16 m e N=8.252.721,75 m; 252°16'17" - 237,53 m, até o ponto P-42, de coordenadas UTM E=620.955,91 m e N=8.252.649,42 m; 340°38'29" - 966,34 m, até o ponto P-43, de coordenadas UTM E=620.635,59 m e N=8.253.561,13 m, situado na margem do Córrego Canabrava; deste, segue, margeando o Córrego Canabrava, numa distância de 287,66 m, até o ponto P-44, de coordenadas UTM E=620.386,62 m e N=8.253.525,80 m, situado na divisa com Raul Ardito Lerário e outro; deste, segue, confrontando com Raul Ardito Lerário e outro, com os seguintes azimutes e distâncias: 310°14'53" - 276,30 m, até o ponto P-45, de coordenadas UTM E=620.175,73 m e N=8.253.704,32 m; 310°32'35" - 12,83 m, até o ponto P-46, de coordenadas UTM E=620.165,98 m e N=8.253.712,66 m; 310°32'20" - 261,91 m, até o ponto P-47, de coordenadas UTM E=619.966,94 m e N=8.253.882,89 m; 337°09'55" - 98,98 m, até o ponto P-48, de coordenadas UTM E=619.928,84 m e N=8.253.974,11 m; 322°39'07" - 70,73 m, até o ponto P-49, de coordenadas UTM E=619.885,62 m e N=8.254.030,34 m; 310°05'02" - 72,20 m, até o ponto P-50, de coordenadas UTM E=619.830,69 m e N=8.254.076,83 m; 296°40'59" - 73,75 m, até o ponto P-51, de coordenadas UTM E=619.764,48 m e N=8.254.109,95 m; 283°21'43" - 71,53 m, até o ponto P-52, de coordenadas UTM E=619.694,89 m e N=8.254.126,48 m; 271°02'08" - 70,26 m, até o ponto P-53, de coordenadas UTM E=619.624,64 m e N=8.254.127,75 m; 257°01'51" - 84,13 m, até o ponto P-54, de coordenadas UTM E=619.542,66 m e N=8.254.108,87 m; 287°02'50" - 544,41 m, até o ponto P-55, de coordenadas UTM E=619.022,17 m e N=8.254.268,47 m; 285°27'11" - 1.610,51 m, até o ponto P-56, de coordenadas UTM E=617.469,88 m e N=8.254.697,59 m; 58°12'46" - 236,78 m, até o ponto P-57, de coordenadas UTM E=617.671,15 m e N=8.254.822,32 m; 62°10'49" - 511,71 m, até o ponto P-58, de coordenadas UTM E=618.123,72 m e N=8.255.061,13 m; 154°56'08" - 346,12 m, até o ponto P-59, de coordenadas UTM E=618.270,35 m e N=8.254.747,60 m; 62°42'56" - 327,37 m, até o ponto P-60, de coordenadas UTM E=618.561,30 m e N=8.254.897,67 m; 50°09'47" - 647,05 m, até o ponto P-61, de coordenadas UTM E=619.058,15 m e N=8.255.312,17 m; 50°21'14" - 149,36 m, até o ponto P-62, de coordenadas UTM E=619.173,16 m e N=8.255.407,47 m, situado na divisa com José Fernandes de Souza; deste, segue, confrontando com José Fernandes de Souza, com azimute de 51°43'34" - 494,03 m,

até o ponto P-63, de coordenadas UTM E=619.561,00 m e N=8.255.713,48 m, situado na divisa com as terras de Joaquim José da Silva; deste, segue, confrontando com as terras de Joaquim José da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 319°36'08" - 279,00 m, até o ponto P-64, de coordenadas UTM E=619.380,18 m e N=8.255.925,96 m; 323°37'58" - 604,73 m, até o ponto P-65, de coordenadas UTM E=619.021,60 m e N=8.256.412,91 m; 323°42'34" - 717,41 m, até o ponto P-66, de coordenadas UTM E=618.596,98 m e N=8.256.991,16 m, situado na divisa com Jovino José da Silva; deste, segue, confrontando com Jovino José da Silva, com azimute de 61°24'01" e distância de 151,79 m, até o ponto P-67, de coordenadas UTM E=618.730,25 m e N=8.257.063,82 m, situado na divisa com Belmiro Ferreira da Silva; deste, segue, confrontando com Belmiro Ferreira da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 61°19'41" - 147,81 m, até o ponto P-68, de coordenadas UTM E=618.859,94 m e N=8.257.134,74 m; 318°27'55" - 398,21 m, até o ponto P-69, de coordenadas UTM E=618.595,90 m e N=8.257.432,82 m; 339°44'27" - 223,24 m, até o ponto P-70, de coordenadas UTM E=618.518,60 m e N=8.257.642,25 m; 350°36'54" - 129,89 m, até o ponto P-71, de coordenadas UTM E=618.497,42 m e N=8.257.770,40 m; 00°23'15" - 255,64 m, até o ponto P-72, de coordenadas UTM E=618.499,15 m e N=8.258.026,03 m, situado na margem do Córrego Arapuim; deste, segue, margeando o Córrego Arapuim, numa distância de 593,45 m, até o ponto P-73, de coordenadas UTM E=618.180,97 m e N=8.257.932,64 m, situado na divisa com Joventino José da Silva; deste, segue, confrontando com Joventino José da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 331°55'17" - 656,69 m, até o ponto P-74, de coordenadas UTM E=617.871,88 m e N=8.258.512,04 m; 332°38'45" - 1.750,56 m, até o ponto P-75, de coordenadas UTM E=617.067,52 m e N=8.260.066,86 m, situado na divisa com Dativo Ferreira dos Santos; deste, segue, confrontando com Dativo Ferreira dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 251°55'04" - 158,19 m, até o ponto P-76, de coordenadas UTM E=616.917,14 m e N=8.260.017,76 m; 249°48'13" - 353,09 m, até o ponto P-77, de coordenadas UTM E=616.585,76 m e N=8.259.895,86 m; 350°57'22" - 375,79 m, até o ponto P-78, de coordenadas UTM E=616.526,69 m e N=8.260.266,98 m, situado na divisa com Altino Orlando dos Santos; deste, segue, confrontando com Altino Orlando dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 04°11'25" - 204,60 m, até o ponto P-79, de coordenadas UTM E=616.541,64 m e N=8.260.471,03 m; 11°37'06" - 139,18 m, até o ponto P-80, de coordenadas UTM E=616.569,67 m e N=8.260.607,36 m; 11°38'18" - 10,26 m, até o ponto P-81, de coordenadas UTM E=616.571,74 m e N=8.260.617,41 m, situado na divisa com Lazaro José da Silva; deste, segue, confrontando com Lazaro José da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 45°14'10" - 53,18 m, até o ponto P-82, de coordenadas UTM E=616.609,50 m e N=8.260.654,86 m; 24°12'55" - 192,87 m, até o ponto P-83, de coordenadas UTM E=616.688,61 m e N=8.260.830,76 m, situado na margem do Rio São Vicente; deste, segue, margeando o Rio São Vicente, numa distância de 20.445,76 m, até o ponto P-01, ponto inicial da presente descrição (Processo INCRA/SR-06/MG/Nº54170.008821/2003-12).

Art. 2º Este Decreto, independentemente de discriminação ou arrecadação, não outorga efeitos indenizatórios a particular, em relação a área de domínio público constituído por lei ou registro público, e às áreas cujo domínio privado esteja colhido por nulidade, prescrição, comisso ou tornado ineficaz por outros fundamentos,

excetuadas as benfeitorias de boa-fé por lei autorizadas, excluindo-se ainda dos seus efeitos os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atestada a legitimidade dominial da área planimetrada de imóvel situado no polígono descrito no art. 1º, fica autorizado a promover e executar a desapropriação, na forma prevista na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, e no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 1º O INCRA, independentemente de declaração judicial prévia, deverá apurar administrativamente as ocorrências referidas no art. 2º, e as invocará em juízo, para fins de exclusão da indenização.

§ 2º Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao INCRA, poderá, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 4º Este Decreto não interfere nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em blocos já citados, bem como nas atividades minerárias nas fases de pesquisa, extração e beneficiamento mineral, assegurando-se à comunidade quilombola:

I - a preservação de seus valores históricos e culturais;
II - os direitos previstos em lei ao superficiário; e
III - a salubridade, segurança e integridade física em face da atividade minerária, nos termos da lei.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Afonso Florence

Fonte: Diário da União -
<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=17&data=30/09/2011> acesso feito em 30/09/2011, às 08h00min.

ANEXO D

Carta Política do VIII Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro

(VIII EnconASA)

Carta Política do VIII EnconASA

Trajetórias de luta, resistência e conquistas para a superação da pobreza e construção da cidadania no Semiárido.

Nós, 700 participantes do VIII ENCONASA, agricultores e agricultoras familiares, povos indígenas, população negra, representantes dos povos e comunidades tradicionais – quilombolas, extrativistas, ribeirinhos(as), pescadores(as) artesanais, geraizeiros(as), caatingueiros(as), vazanteiros(as), comunidades de fundo de pasto, quebradeiras de coco – representantes de organizações da sociedade civil com atuação no Semiárido, nos encontramos de 19 a 23 de novembro de 2012, em Januária – MG, para celebrar as nossas conquistas na construção do projeto de desenvolvimento sustentável da região, fazer uma análise crítica do atual modelo de desenvolvimento e definir orientações e estratégias para o futuro de nossa ação.

I - Celebrar nossas conquistas

O Semiárido vive um importante movimento social de inovação para a convivência com a região. Uma das conquistas mais visíveis se expressa nas mudanças observadas na paisagem com a instalação de uma densa malha hídrica composta por mais de 600 mil cisternas de placa. A democratização do acesso à água potável para mais de três milhões de homens e mulheres, após séculos de exclusão, é o resultado de trajetórias de luta e resistência e se materializa em conquistas na superação da pobreza e a construção de cidadania.

O acesso à água potável exerce papel determinante para a superação da miséria. Segundo a Fiocruz, as famílias que possuem cisternas estão três vezes menos sujeitas aos riscos de diarreia do que aquelas que ainda não a conquistaram. Isso explica em grande medida a diminuição dos índices de mortalidade infantil verificados na região na última década.

Há profundas transformações nas formas com que as famílias agricultoras se reconhecem e são reconhecidas. A participação direta no processo de implementação do programa, a valorização de sua cultura e de suas capacidades vêm fortalecendo a autoestima e autonomia, permitindo que as algemas da sujeição ao poder local, seja ele econômico, social ou político, sejam rompidas.

Um diversificado acervo de inovações está sendo produzido e disseminado com base na valorização dos saberes acumulados pelas famílias e pelos povos e comunidades tradicionais. A sistematização de experiências e a realização de intercâmbios horizontais entre agricultoras e agricultores experimentadores vêm fortalecendo a constituição de redes como espaço privilegiado para mobilização de novos conhecimentos e práticas para a convivência com o Semiárido.

As mudanças estruturais produzidas no Semiárido ganham um contorno ainda mais marcante diante da seca que se instalou na região, considerada a mais severa dos últimos 40 anos. São as cisternas de placas que vêm servindo de suporte para o abastecimento de água potável para milhões de pessoas em todo o Semiárido. A segurança e soberania alimentar das famílias está sendo ampliada graças à rede de infraestruturas de abastecimento de água para produção de alimentos, estruturada pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que dinamiza quintais produtivos, criação de animal, roçados agroecológicos, práticas agroflorestais, manejo da caatinga e o

beneficiamento da produção. A maior evidência de sucesso dessa ação está no fato de que mesmo diante da severidade desta seca, muitas famílias seguem comercializando sua produção nas feiras agroecológicas ou entregando para o PAA e PNAE.

São essas experiências acumuladas na ação da ASA que tem aportado contribuições efetivas para o rompimento dos ciclos de reprodução da pobreza e da miséria. Seus aportes conceituais e metodológicos se constituem num dos alicerces importantes do “Água para Todos” do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal.

A amplitude e consistência desta ação têm contribuído diretamente para a visão do Semiárido como um lugar de fartura de natureza e de cultura popular, contrariando a visão de uma região destinada à pobreza por conta de suas características ambientais. A ASA afirma na prática que a convivência com o Semiárido se faz por meio da agroecologia que valoriza e articula os recursos naturais, a sabedoria e criatividade do povo que vive e trabalha na região.

Iniciativas de promoção da segurança e soberania alimentar, dos bancos e casas de sementes, de educação contextualizada, de assessoria técnica, de auto-organização das mulheres, de acesso a terra e aos territórios, dos fundos rotativos solidários, da comunicação popular, de acesso aos mercados locais e de economia popular e solidária ganham progressivamente qualidade, escala e unidade de ação em rede. Eles apontam para um novo modelo de desenvolvimento para o Semiárido.

Estamos, no Semiárido, diante de uma experiência singular de construção, implementação e gestão de políticas públicas fundada na participação direta e ativa da sociedade. Os programas da ASA não teriam a amplitude e a relevância que alcançaram sem a construção de parcerias com o Estado brasileiro, especialmente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Merece destaque o permanente apoio e compromisso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Compartilhamos estas conquistas com todos os nossos parceiros públicos, privados, organismos de cooperação, dentre tantos outros!

Reafirmamos que estas conquistas são das famílias agricultoras, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais do Semiárido! São quilombolas, extrativistas, ribeirinhos(as), pescadores(as) artesanais, geraizeiros(as), caatingueiros(as), vazanteiros(as), comunidades de fundo de pasto, quebradeiras de coco, dentre outras.

A ASA construiu capacidade gerencial para gestão de recursos públicos de forma rigorosa e transparente, fato que vem sendo unanimemente reconhecido pelos órgãos de controle do Estado. Além disso, seu método de mobilização social para execução das políticas públicas tem assegurado eficácia na alocação dos recursos do Tesouro Nacional. Os resultados alcançados afirmam o papel determinante que a sociedade civil pode e deve cumprir para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável para todo o País. Isso significa que para cumprir sua missão o Estado não pode preterir da participação forte e ativa das organizações das sociais na concepção, na execução e no monitoramento de políticas públicas.

II - Expressões de um outro Desenvolvimento

Celebrar conquistas nos fortalece para enfrentar os grandes desafios que o momento presente impõe, para garantir que as identidades do Semiárido superem as causas da miséria social e devastação ambiental. Somados aos históricos bloqueios estruturais, como a brutal concentração de terras, as famílias, povos e comunidades do Semiárido enfrentam o acirramento de disputas por

seus territórios e pelos bens comuns da região. Estes territórios de impressionante riqueza socioambiental, com suas caatingas, cerrados, várzeas, rios e chapadas foram preservados ao longo do tempo pelos povos que os habitam. Hoje são objeto de interesse de empresas mineradoras, do carvoejamento, dos monocultivos de eucalipto, dos grandes projetos de irrigação, das barragens e grandes obras hídricas, a exemplo da Transposição do Rio São Francisco. O avanço desses grandes empreendimentos, muitos deles operados pelo capital internacional, tem o apoio político e financeiro do Estado brasileiro e criam condições favoráveis para o desdobramento de criminosos processos de grilagem e violação de direitos territoriais das populações do Semiárido.

Assistimos no VIII EnconASA o testemunho dramático de comunidades inteiras ameaçadas de expulsão de suas terras na Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, para que cinco grandes empresas implementem com infraestrutura e recursos públicos, um grande projeto de irrigação. No Norte de Minas Gerais, que sediou o encontro, o povo Xacriabá e populações tradicionais são expulsas e os cerrados são devastados para a implementação de monocultivos de eucalipto. Estas são situações emblemáticas de violação de direitos e são apenas exemplos de situações que se repetem nos territórios do Semiárido. São muitos os registros e testemunhos de violação de direitos, expulsão de famílias agricultoras, povos e populações locais, e destruição ambiental.

A dura estiagem que vivemos, mais do que apenas uma das cíclicas secas já conhecidas pelos povos do Semiárido, evidencia o quanto os efeitos das mudanças climáticas já estão colocados. Na região, esses efeitos podem ser devastadores.

Diante desse contexto, o abandono da agenda da Reforma Agrária e regularização fundiária é contraditório com o justo objetivo de superação da pobreza e da miséria. Programas de distribuição em larga escala de uma única variedade de sementes e a ameaça dos transgênicos produzem perdas de patrimônio genético. A proposta do governo de ampliar as áreas de irrigação sob o argumento de se constituir na grande alternativa para a produção de alimentos e enfrentamento da seca na região reitera a lógica concentradora de água e riqueza e contraria os avanços já conquistados na convivência com o Semiárido. Seguir por este caminho é aprofundar as desigualdades sociais e reeditar os velhos paradigmas da indústria da seca que também se materializa na implantação das cisternas de plástico.

No âmbito das relações do governo com as organizações da sociedade civil enfrentamos, a um alto custo, a ausência de um marco regulatório, que traz como consequência a criminalização e a diminuição de repasse de recursos. Organizações parceiras de ações públicas se veem à mercê da insegurança jurídica em relação a convênios e contratos, que as expõe de forma recorrente a compreensões enviesadas dos órgãos de controle e a uma sistemática tentativa de deslegitimação de nossas ações por parte da grande mídia. Sentimo-nos desrespeitados.

III - Projetar nosso futuro

Depois de 13 anos de construção coletiva, a ASA chega num momento em que a universalização do acesso à água para o consumo humano está num horizonte muito próximo. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) até então fora o carro-chefe das principais ações dessa rede. Torna-se iminente a necessidade de construirmos novas frentes nessa luta constante da convivência com o Semiárido.

Reafirmamos o projeto político da ASA em contraposição ao projeto centralizador e hegemônico do capitalismo e, neste contexto, buscamos fortalecer o protagonismo de agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais. Continuamos apostando em soluções descentralizadas que atendam diretamente às famílias e as comunidades do Semiárido brasileiro na perspectiva da garantia de seus direitos.

Mantemos o nosso processo pedagógico na lógica da educação contextualizada, baseado na troca de saberes e no intercâmbio das experiências, visando à capacitação das pessoas, a formação da consciência crítica, o fortalecimento da mobilização social e a construção de uma identidade em comum na diversidade dos povos do Semiárido.

Assim sendo, apontamos os rumos por onde queremos continuar a nossa caminhada e os compromissos que queremos assumir:

1. Mesmo com a perspectiva iminente de universalização do acesso à água para o consumo humano entendemos que se faz necessário ampliar as ações do P1MC com a inclusão de municípios que necessitam desse programa por apresentarem características semelhantes de privação do acesso à água potável, porém estão fora do chamado Semiárido legal.
2. É necessária também uma vigilância permanente da sociedade civil sobre os recursos repassados aos governos estaduais e outros parceiros do Governo Federal para que eles de fato cumpram o seu papel, realizem os investimentos e garantam o abastecimento de água a toda a população.
3. Ao lado da segurança hídrica é preciso fortalecer as ações de segurança e soberania alimentar e nutricional, investindo em quintais produtivos, criação de pequenos animais, roçados agroecológicos, práticas agroflorestais, manejo da caatinga, beneficiamento de produtos, etc., contribuindo para que as famílias acessem as políticas públicas de inclusão produtiva, facilitando o acesso a crédito e a comercialização de alimentos via PAA, PNAE e outros. Esses programas públicos são uma conquista dos últimos anos e precisam estar cada vez mais consolidados e ao alcance dos pequenos produtores familiares.
4. Reafirmamos a importância de se implementar as ações propostas no ATLAS NORDESTE da Agência Nacional de Águas para garantir o abastecimento de água potável das áreas urbanas.
5. Nos marcos de nossa ação pretendemos fortalecer e ampliar o Programa Uma terra e Duas Águas como ação determinante para seguir avançando na ampliação e diversificação das infraestruturas hídricas voltadas ao atendimento de suas múltiplas demandas, na produção de alimentos e no fortalecimento da assessoria técnica e acompanhamentos voltados para a convivência com o Semiárido por meio da perspectiva agroecológica.
6. Exigimos do Estado brasileiro uma política de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) que de fato fortaleça a agricultura familiar camponesa, que respeite as características culturais e ambientais do Semiárido e tenha como eixo a construção coletiva de conhecimentos baseada no papel das agricultoras e agricultores experimentadores e na troca horizontal de conhecimentos.
7. Sementes crioulas, sementes da paixão, sementes da gente, sementes da fartura, sementes da resistência são alguns nomes com os quais foram batizadas as diversas iniciativas de resgate, preservação e multiplicação das sementes nativas e adaptadas no Semiárido. Esta é uma causa a ser abraçada pelo coletivo da ASA e uma ação prioritária que deve ser objeto de diálogo com o Estado para a criação de um programa a ser financiado e executado nos mesmos moldes do P1MC e P1+2.
8. Não podemos ficar indiferentes às situações de violência que se impõem sobre as mulheres, tendo, como pano de fundo, a divisão sexual do trabalho. Daí a necessidade de retomar e fortalecer a auto-organização das mulheres, com vistas a contribuir com o projeto político

da ASA a partir de uma perspectiva feminista de transformação da sociedade e de superação das desigualdades entre homens e mulheres.

9. Da mesma forma, não podemos ignorar a exclusão que sofrem os povos do Semiárido aos diversos meios de comunicação, especialmente, às rádios e televisões comunitárias, que funcionam como um instrumento de reafirmação da identidade e de fortalecimento das lutas pelos seus direitos. Sonhamos com o dia em que nosso povo exerça o seu direito de comunicar com a mesma autonomia, força e resistência com que constroem sua história de convivência com o Semiárido.
10. Reiteramos que a democratização do acesso a terra e a garantia dos direitos territoriais das diversas populações e identidades do Semiárido é condição determinante para o enfrentamento estrutural das desigualdades históricas que marcam a região. Cobramos do governo da Presidenta Dilma, coragem e determinação para enfrentar os interesses das oligarquias e do agro e hidronegócio.

A ASA entende que avançar nesse caminho só é possível na medida em que avançamos na consolidação das relações entre a sociedade civil e o Estado. Neste contexto exigimos que a proposta de marco regulatório, já elaborada por uma comissão de poder público e sociedade civil seja enviada em caráter de urgência pela Presidenta ao Congresso Nacional. Enquanto rede, vamos continuar investindo na mobilização social e pressionando o Estado Brasileiro pela aprovação do marco regulatório da sociedade civil sem o qual as organizações perderão gradativamente sua capacidade de gestão de projetos com recursos públicos e enfrentando processos de criminalização.

Todos esses passos nos levarão – Estado e sociedade - à construção de uma POLÍTICA NACIONAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.

O VIII ENCONASA nos reencanta, nos revigora e nos compromete cada vez mais a defender a Vida e a dignidade das famílias, dos povos e das comunidades tradicionais do Semiárido brasileiro.

É no Semiárido é que a vida pulsa! É no Semiárido é que o povo resiste!

Januária, MG, 23 de novembro de 2012.

ANEXO E

CARTA DO I ENCONTRO DE AGROBIODIVERSIDADE DOS POVOS DO SEMIÁRIDO
MINEIRO: AGROBIODIVERSIDADE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIREITO DOS
AGRICULTORES E AGRICULTORAS

Carta do I Encontro de Agrobiodiversidade dos Povos do Semiárido Mineiro

Carta do I Encontro de Agrobiodiversidade dos Povos do Semiárido Mineiro: “Para continuarmos vivendo precisamos das águas renascidas, de nossas terras retomadas, das Sementes da Gente!”

Durante a I Feira da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, realizada em Montes Claros, Minas Gerais, foi lida e aprovada a **Carta do I Encontro de Agrobiodiversidade dos Povos do Seminário Mineiro: Agrobiodiversidade, Mudanças Climáticas e Direitos dos Agricultores e Agricultoras**. O documento sintetiza o debate realizado durante os quatro dias do evento, que contou com cerca de 600 participantes, dentre povos indígenas e quilombolas, comunidades vazanteiras, veredeiras, ribeirinhas, geraizeiras, catingueiras, sertanejas e apanhadoras de flores sempre-vivas; representantes de movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil, articulações, redes, universidades e instituições públicas de pesquisa e extensão, com representações de Guatemala, Honduras, México, Colômbia e Costa Rica.

A Carta apresenta o modo de vida e de produção das Guardiãs e Guardiões da Agrobiodiversidade como cuidadores de todas as formas de vida. A expropriação territorial proporcionada pelo avanço dos empreendimentos do agronegócio com suas monoculturas (principalmente de eucalipto no Norte de Minas), das mineradoras, das usinas hidroelétricas e grandes barragens para irrigação é apresentada como grande ameaça à conservação da agrobiodiversidade.

O debate girou em torno do *Plano de ações estratégicas para o uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais do Semiárido de Minas Gerais*, construído durante 12 meses pela Rede de Agrobiodiversidade do Seminário Mineiro.

Leia abaixo a carta na íntegra:



Carta do I Encontro de Agrobiodiversidade dos Povos do Seminário Mineiro: Agrobiodiversidade, Mudanças Climáticas e Direitos dos Agricultores e Agricultoras

OS POVOS DO SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS FALAM: as águas não serão exauridas, contaminadas e degradadas, nossas terras não serão tomadas de assalto, nossas sementes não serão contaminadas, perdidas ou desprezadas! Para continuarmos vivendo precisamos das águas renascidas, de nossas terras retomadas, das Sementes da Gente!

Por isso nós, povos indígenas e quilombolas, comunidades vazanteiras, veredeiras, ribeirinhas, geraizeiras, catingueiras, sertanejas e apanhadoras de flores sempre-vivas; representantes de movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil, articulações, redes, universidades e instituições públicas de pesquisa e extensão, com representações de Guatemala, Honduras, México, Colômbia e Costa Rica, nos reunimos entre os dias de 8 e 11 de outubro de 2013, no I Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, VI Encontro Norte Mineiro da Agrobiodiversidade e I Fórum Internacional de Agrobiodiversidade e Mudanças Climáticas. Somos camponeses/as, quilombolas, indígenas, técnicos/as, pesquisadores/as, professores/as, estudantes e viemos de diferentes regiões culturais do semiárido mineiro em direção a Montes Claros, MG, organizados em Caravanas Agroecológicas. Saímos desde Diamantina, Turmalina, Araçuaí, Itinga, Almenara, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol, Riacho do Machados, Porteirinha, Manga, Matias Cardoso, São João das Missões, Januária, Ibiracatu, Varzelândia, Coração de Jesus e Montes Claros. Percorremos as principais regiões culturais que compõem o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas Gerais para participar dos nossos encontros e como preparação ao III Encontro Nacional de Agroecologia-ENA, que ocorrerá em 2014. Vivenciamos as experiências, a cultura e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais e a diversidade de expressões que constituem a agricultura familiar camponesa.

Ao mesmo tempo, nos deparamos com os desafios e as ameaças enfrentadas pelo campesinato nessa região. Nos encontramos, em Montes Claros, com mais de 600 participantes onde, por meio de Exposições,

Grupos Temáticos, Debates e Manifestações Culturais, compartilhamos nossas vivências e refletimos sobre nossa caminhada, avanços, desafios e perspectivas futuras.

Nossas reflexões foram referenciadas no Plano de ações estratégicas para o uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais do Semiárido de Minas Gerais, construído pela Rede de Agrobiodiversidade do Seminário Mineiro. Finalizamos com um Ato Público e com a realização de uma Feira na Praça da Matriz, onde trocamos sementes e compartilhamos nossos saberes e fazeres relacionados ao uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade.

A diversidade étnica e cultural, associada à diversidade ambiental e ecológica presente no semiárido mineiro confere, a esta região, um vasto patrimônio genético historicamente conservado e mantido pelo (a)s camponeses/as, os Guardiões e as Guardiãs da agrobiodiversidade. Os sistemas de produção desenvolvidos pelas populações tradicionais e camponesas são alicerçados na diversidade de espécies, de arranjos e de estratégias: consórcios e rotações, policultivos, sistemas agroflorestais e sistemas agroextrativistas integrando lavoura-extrativismo-pecuária ou extrativismo-pecuária. A base destes sistemas é a conservação, o uso e o manejo da agrobiodiversidade a partir de saberes tradicionais, conhecimentos e princípios agroecológicos. Várias estratégias de conservação, armazenamento e multiplicação dos materiais genéticos são adotadas pelos Guardiões e Guardiãs da agrobiodiversidade, como as casas e bancos de sementes e os campos de produção e melhoramento de sementes.

A manutenção e permanência dos sistemas de produção e dos modos de vida tradicionais e camponeses sofrem fortes ameaças provocadas pela expropriação territorial proporcionada pelo avanço dos empreendimentos do agronegócio com suas monoculturas (nesta região, principalmente de eucalipto), das mineradoras, das usinas hidroelétricas e grandes barragens para irrigação.

Para compensar estes desmandos, seguindo a lógica da compensação ambiental, o Estado opta pela implantação de unidades de conservação de proteção integral. Cria parques exatamente onde ainda vivem comunidades tradicionais que souberam legar, com seus sistemas de manejo, ambientes produtivos com suas funções ecológicas preservadas. Situação que tem se agravado pela negligência do Estado Brasileiro que, na lentidão de atuação de seus órgãos públicos, retarda o reconhecimento, a demarcação e titulação de territórios tradicionais e a realização da reforma agrária; e pela violação de direitos constitucionais e tratados internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, além das constantes tentativas de parte do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais de retroceder em relação aos direitos dos povos e comunidades tradicionais garantidos na Constituição Federal e Estadual. E em particular, no Estado de Minas Gerais, os seus sucessivos governantes têm favorecido e impulsionado os empreendimentos que expropriam territórios e violam direitos dos povos e comunidades tradicionais.

No mesmo sentido das ameaças aos sistemas de produção tradicionais e camponeses, as tecnologias trazidas pelo agronegócio, como os agrotóxicos e as sementes transgênicas, contaminam e degradam os recursos naturais, comprometem a saúde, a segurança e a soberania alimentar de toda a população e colocam em risco o patrimônio genéticos dos/as agricultores/as.

As mudanças climáticas, observadas e sentidas por toda a sociedade, como a intensidade das estações secas, a concentração das chuvas e o aumento das temperaturas, causam maiores impactos nas regiões áridas e semiáridas. Na região Semiárida de Minas Gerais tem aumentado as perdas de semeadura e de safras pelos agricultores camponeses, assim como, tem se observado mudanças nos ciclos culturais.

Agravadas pelo desmatamento generalizado da vegetação nativa e implantação de monoculturas, ampliando a desertificação e a escassez de água com a morte de centenas de rios e córregos nesta porção do estado de Minas Gerais.

Os sistemas de produção tradicionais e da agricultura familiar camponesa têm demonstrado capacidade de resistir e se adaptar às mudanças climáticas, além de amenizá-las com a maior incorporação e retenção de carbono nos sistemas. Algumas das estratégias utilizadas referem-se à diversificação de espécies e variedades, diferentes arranjos de ocupação do espaço, manejo e conservação dos solos, captação, conservação e utilização da água, dentre outras.

Nos últimos anos, o Governo Federal criou o Fundo Clima e passou a implementar alguns programas direcionados a iniciativas de promoção de sistemas de produção adaptados ou resistentes às mudanças climáticas. Mas, os recursos do Fundo Clima e dos demais programas têm sido direcionados principalmente para os empreendimentos do agronegócio e pouco, ou quase nada, tem sido direcionado às iniciativas de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar camponesa, mesmo estas demonstrando serem mais promissoras e eficientes em relação aos objetivos dos mesmos.

Entendendo que as experiências e iniciativas dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar camponesa presentes na região do Semiárido de Minas Gerais evidenciam que seus sistemas de produção baseados no uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade, nos saberes tradicionais e nos princípios da agroecologia, demonstram capacidades de resistência e adaptação às mudanças climáticas em curso e apontam as possibilidades de garantia de sustentabilidade da vida no campo com segurança e soberania alimentar,

AFIRMAMOS:

- A importância das mulheres que desempenham relevantes trabalhos na direção dos movimentos, das organizações e no uso e manejo da Agrobiodiversidade.

REPUDIAMOS:

- A postura de atrelamento e subordinação do Governo de Minas Gerais, especialmente dos órgãos ambientais, e também de grande parte do Legislativo Mineiro, às empresas mineradoras e do agronegócio que expropriam territórios tradicionais, destroem a biodiversidade e violam direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- Todas as PECs que violam os direitos dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses, tais como a PEC 43 (ALMG) e PEC 215 (Congresso Nacional).

REIVINDICAMOS:

- Agilidade no reconhecimento, demarcação e titulação de Territórios Tradicionais, especialmente em relação aos Territórios Indígena Xacriabá e Pankararu-Pataxó, os Territórios Quilombolas Brejo dos Crioulos e do Gurutuba, a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Nascentes das Gerais e Tamanduá e a Recategorização do Parque Nacional das Sempre-vivas;
- Liberação dos quilombolas de Brejo dos Crioulos, presos na luta pela reapropriação de seu território;
- Segurança alimentar com alimentação saudável, sem agrotóxicos, com valorização da tradição, das manifestações religiosas e outras práticas culturais;
- Chamadas Públicas, com recursos oriundos do Fundo Clima, específicas para o apoio e fortalecimento das iniciativas de uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses;
- Um maior comprometimento das instituições de ensino, pesquisa e extensão com as demandas dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses reconhecendo e interagindo com o saber local e fortalecendo a autonomia desses povos;
- Transparência das informações sobre os conflitos socioambientais;
- Ampliação do número de municípios da região norte de Minas e Vale do Jequitinhonha no mapa oficial do semiárido para permitir o acesso às políticas e programas relacionados à convivência com seca;
- A criação de uma Secretaria Estadual de Governo para a Agricultura Familiar;
- Capacitação dos professores para trabalhar com o tema agroecologia bem como o direcionamento de recursos para fortalecer uma educação contextualizada e popular em todos os níveis;
- Priorização de vagas nas universidades para povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares e camponeses;
- Políticas que viabilizem oportunidades de educação e geração de renda para jovens e mulheres em suas comunidades, fortalecendo circuitos curtos de comercialização;
- Reivindicamos a criação de leis que permitam aos agricultores o plantio em territórios livres de transgênicos e agrotóxicos;
- Um sistema de saúde que atenda às necessidades dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses e que garanta o direito à vida sem risco de contaminação por agrotóxicos;
- Fortalecimento das Escolas Família Agrícola (EFAs) como alternativa para permanência dos jovens no campo;

PROPOMOS:

- O monitoramento da Convenção 169, a criação de espaços de formação sobre PECs, oficinas de direitos humanos e de questões jurídicas que envolvam direitos dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses;
- A criação de uma rede de medição de informações sobre clima (chuva e temperatura) realizadas diretamente pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses;
- Declarar a água como bem de todos e a criação do grupo “guardiões da água”;
- A inclusão dos aspectos culturais e espirituais nas discussões sobre uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade.

POR UMA AGRICULTURA SEM AGROTÓXICOS, SEM TRANSGÊNICOS, E COM A SEMENTE DA GENTE!

Montes Claros, 11 de outubro de 2013.

ANEXO F

Moção de apoio à Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos

Moção de apoio à Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos

Nós, 391 participantes do V Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais *“Direito ao Território e às políticas públicas de educação, saúde e geração de renda”*, agricultores e agricultoras familiares, população negra, representantes dos povos e Comunidades Tradicionais Quilombolas de Minas Gerais, representantes de Organizações da Sociedade Civil, Universidade e outras entidades, nos encontramos no período de 30 de novembro a 02 de dezembro do ano de 2012, na Escola Agrotécnica de Ipocarmo, distrito de Ipoema, município de Itabira-MG, para celebrar as nossas conquistas, reafirmar nossa luta, definir orientações e estratégias reconhecendo nossos desafios, por meio de uma análise crítica ao contexto vigente, na construção, consolidação e continuidade das atividades de mobilização e integração do Movimento Quilombola no Estado de Minas Gerais com objetivos claros de certificação e regularização dos territórios quilombolas, preservação da cidadania, respeito à diversidade étnica e a todos os direitos a nós assegurados pela Constituição Brasileira.

Assistimos e compartilhamos durante todo o evento, além das conquistas, testemunhos dramáticos de várias Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, ameaçadas de expulsão de suas terras originais pela força e pressão dos interesses das oligarquias do agro e hidronegócio. Empresas mineradoras, de carvoejamento, monocultura de eucalipto, barragens e grandes obras hídricas, grandes projetos de irrigação, destruição ambiental, cultural e, socioeconômicas de populações tradicionais, elaborada e/ou apoiada pelo Governo de Minas Gerais e pelo Estado Brasileiro ambientando processos de grilagem e violação de direitos territoriais dos povos quilombolas. São muitas as comunidades que enfrentam o acirramento de disputas por seus territórios e pelos bens comuns da região onde vivem. Estes territórios, de impressionante riqueza sociocultural, ambiental e histórica, enfrentam um contexto de abandono da agenda da Reforma Agrária e desafios de regularização fundiária, quadros que condicionam situações de violências das mais variadas, bem como violação de direitos humanos.

Nesse contexto, apresentamos juntamente com a Carta Política do Evento, esta moção de apoio à Comunidade de Brejo dos Crioulos, situada na região Norte de Minas, entre os municípios de São João da Ponte (MG), Varzelândia (MG) e Verdelândia (MG), Comunidade Quilombola que luta pelo direito às suas terras há mais de 12 anos em permanentes conflitos. Solicitamos a imediata libertação dos cinco quilombolas mantidos em cárcere nos últimos dois meses, uma vez já superado o tempo regulamentar máximo de trinta dias no processo de apuração dos fatos que envolvem o assassinato de um jagunço, episódio contextualizado nesses tempos de retomada do território original de Brejo dos Crioulos. Exigimos que sejam respeitos os direitos, bem como princípios de presunção de inocência e respeito à vida. Para tanto, cobramos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público Federal, intervenção imediata no processo de libertação dos homens de Brejo dos Crioulos. Ainda, contamos com os apoios e manifestos da Fundação Cultural Palmares, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR/MG), da Coordenadoria Especial de Políticas Pró Igualdade Racial, do Escritório de Direitos Humanos-MG.

Entendemos que democratização do acesso a terra e a garantia dos direitos territoriais das diversas populações e identidades quilombolas do Estado de Minas Gerais constitui condição determinante para o enfrentamento estrutural das desigualdades históricas que marcam o Estado o Estado Brasileiro.

Cientes da seriedade e respeito dessas instituições, aguardamos ansiosos a urgente liberdade!

Assinam,

a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), e os 391 representantes das 79 Comunidades Quilombolas participantes do V Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, Morro de Santo Antonio, Barro Preto, São Pedro, Espinho, Maritaca, São Domingos, São José, Canto São João, Bebedouros, Santo Antônio, Borá, Lapinha, Malhadinha, Cuba, Macuca, Idaiá, Carpatos, Sabatinga, Gravata, Brejos São Caetano, Macaúbas, Palmito, Ilha de Ingazeira, Vilas Primavera, Nunes Boavista, Água Limpa Médio, Santa Cruz, Bom Jardim da Prata, Julia Mulata, Buriti do Meio, Moco dos Pretos, Catitu do Meio, Água Preta Mucuri, Alegre, Santa Bárbara, Corrego Mestre, Baú, Ausente, São Felix, São João da Lapa, Palmerinha, Brejo do Amparo, Gameleira, Várzea da Cruz, Salineiras, Água Limpa de Baixo, Alto Catitu Médio, Quebra Guiada, Mumbuca, Santo Isidoro, Cachoeira dos Forros, Sapé, Namastê, Ribeirão, Saco Barreiro, Marinho, Pinheiros, Gomes, Mangueira, Dr. Campolino, Corrego do Feijão, Arraial dos Criolos, Baú Araçuai, Santo Antônio, Carneiro, Riachinho, Grotinha, Gerais Velho, Riacho da Cruz Caluzeiros, Bertos, Barra, Itapoiaganga, Agua Branca, Porto Pontal, Brejo dos Crioulos.

Itabira, MG, 02 de dezembro de 2012.

ANEXO G

Lista dos territórios quilombolas certificados no Norte de Minas até 27-11-2014

Lista dos territórios quilombolas certificados no Norte de Minas até 27-11-2014 Do total de 2431 territórios certificados no país				
N °	Municípios	Comunidade quilombola	Etapa atual processofcp	Data d.o.ufcp
1	Chapada Gaúcha	São Miguel Da Aldeia	Certificada	24/09/2014
2	Cristália	Barreiro	Certificada	01/10/2012
3	Cristália	Paiol	Certificada	16/05/2007
4	Francisco Sá	Poções	Certificada	07/06/2006
5	Gameleiras Jaíba Pai Pedro Porteirinha	Gurutuba	Certificada	24/03/2006
6	Janaúba	Bem Viver De Vila Nova Das Porções	Certificada	19/11/2009
7	Januária	Água Viva	Certificada	03/09/2012
8	Januária	Alegre	Certificada	03/09/2012
9	Januária	Alegre II	Certificada	03/09/2012
10	Januária	Balaieiro	Certificada	01/10/2012
11	Januária	Barreiro	Certificada	01/10/2012
12	Januária	Barreiro Do Alegre	Certificada	03/09/2012
13	Januária	Buritizinho	Certificada	03/09/2012
14	Januária	Cabano	Certificada	03/09/2012
15	Januária	Caluzeiros	Certificada	03/09/2012
16	Januária	Capoeira Grande	Certificada	11/05/2011
17	Januária	Gameleira	Certificada	03/09/2012
18	Januária	Grotinha	Certificada	01/10/2012
19	Januária	Lambedouro	Certificada	03/09/2012
20	Januária	Onça	Certificada	03/09/2012
21	Januária	Pasta Cavalo	Certificada	01/10/2012
22	Januária	Pé Da Serra	Certificada	03/09/2012
23	Januária	Pedras	Certificada	03/09/2012
24	Januária	Picos	Certificada	01/10/2012
25	Januária	Pitombeiras	Certificada	03/09/2012
26	Januária	Pitombeiras	Certificada	03/09/2012
27	Januária	Quebra Guiada	Certificada	09/05/2011
28	Januária	Retiro Dos Bois	Certificada	03/09/2012
29	Januária	Riachinho	Certificada	03/09/2012
30	Januária	Varzea Da Cruz	Certificada	01/10/2012
31	Januária	Vila Aparecida	Certificada	03/09/2012
32	Luislândia	Júlia Mulata	Certificada	06/12/2005
33	Manga	Bebedouro	Certificada	13/12/2006
34	Manga	Brejo de São Caetano	Certificada	12/05/2006
35	Manga	Espinho	Certificada	12/05/2006
36	Manga	Ilha Da Ingazeira	Certificada	12/05/2006
37	Manga	Justa	Certificada	12/05/2006
38	Manga	Justa II	Certificada	12/05/2006
39	Manga	Malhadinha	Certificada	12/05/2006
40	Manga	Pedra Preta	Certificada	12/05/2006
41	Manga	Puris	Certificada	12/05/2006
42	Manga	Vila Primavera	Certificada	07/06/2006
43	Matias Cardoso	Lapinha	Certificada	12/07/2005
44	Matias Cardoso	Praia	Certificada	30/09/2005
45	Monte Azul	Laranjeira	Certificada	25/10/2013

46	Monte Azul	Buqueirão	Certificada	25/10/2013
47	Monte Azul	Língua D'água	Certificada	25/10/2013
48	Monte Azul	Pesqueiro	Certificada	25/10/2013
49	Monte Azul	Poções e Pacui	Certificada	19/09/2013
50	Monte Azul	Roçado	Certificada	25/10/2013
51	Monte Azul	São Sebastião	Certificada	25/10/2013
52	Monte Azul	Socô Velho	Certificada	25/10/2013
53	Monte Azul	Socô Verde	Certificada	25/10/2013
54	Monte Azul	Tira Barro	Certificada	25/10/2013
55	Pedras De Maria Dacruz	Ilha da Capivara e Caraíbas	Certificada	25/10/2013
56	Pedras De Maria Dacruz	Palmeirinha	Certificada	11/05/2011
57	Riacho Dos Machados	Peixe Bravo	Certificada	09/12/2008
58	São Francisco	Bom Jardim Da Prata	Certificada	30/09/2005
59	São Francisco	Buriti do Meio	Certificada	10/12/2004
60	São João Da Ponte	Agreste	Certificada	19/09/2013
61	São João Da Ponte	Boa Vistinha	Certificada	12/07/2005
62	São João Da Ponte	Limeira	Certificada	19/08/2005
63	São João Da Ponte	Sete Ladeiras	Certificada	12/07/2005
64	São João Da Ponte	Terra Dura	Certificada	12/07/2005
65	São João Da Ponte	Vereda Viana	Certificada	13/12/2006
66	João Da Ponte, Varzelândia, Verdelândia	Brejo dos Crioulos	Certificada	04/06/2004
67	Serranópolis Deminas	Brutiá	Certificada	04/08/2008
68	Serranópolis Deminas	Campos	Certificada	04/08/2008
69	Ubaí	Gerais Velho	Certificada	28/07/2006
70	Urucuia	Baixa Funda	Certificada	19/09/2013

Territórios Quilombolas Certificados: 2431

Atualizada em 27/11/2014

Observações:

→ A emissão da Certidão de Autodefinição tem como base legal a Portaria da FCP nº 98/2007 e o Decreto Presidencial nº 4887/2003

→ Código do IBGE obtido através do link: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>

→ A publicação no Diário Oficial da União pode ser obtida através do site: <http://portal.in.gov.br>


Fonte Incra (Adaptado pelo autor)

Disponível em <Http://Www.Palmares.Gov.Br/Wp-Content/Uploads/Crqs/Lista-Das-Crqs-Certificadas-Ate-27-11-2014.Pdf>

Visitado em 29-11-2014

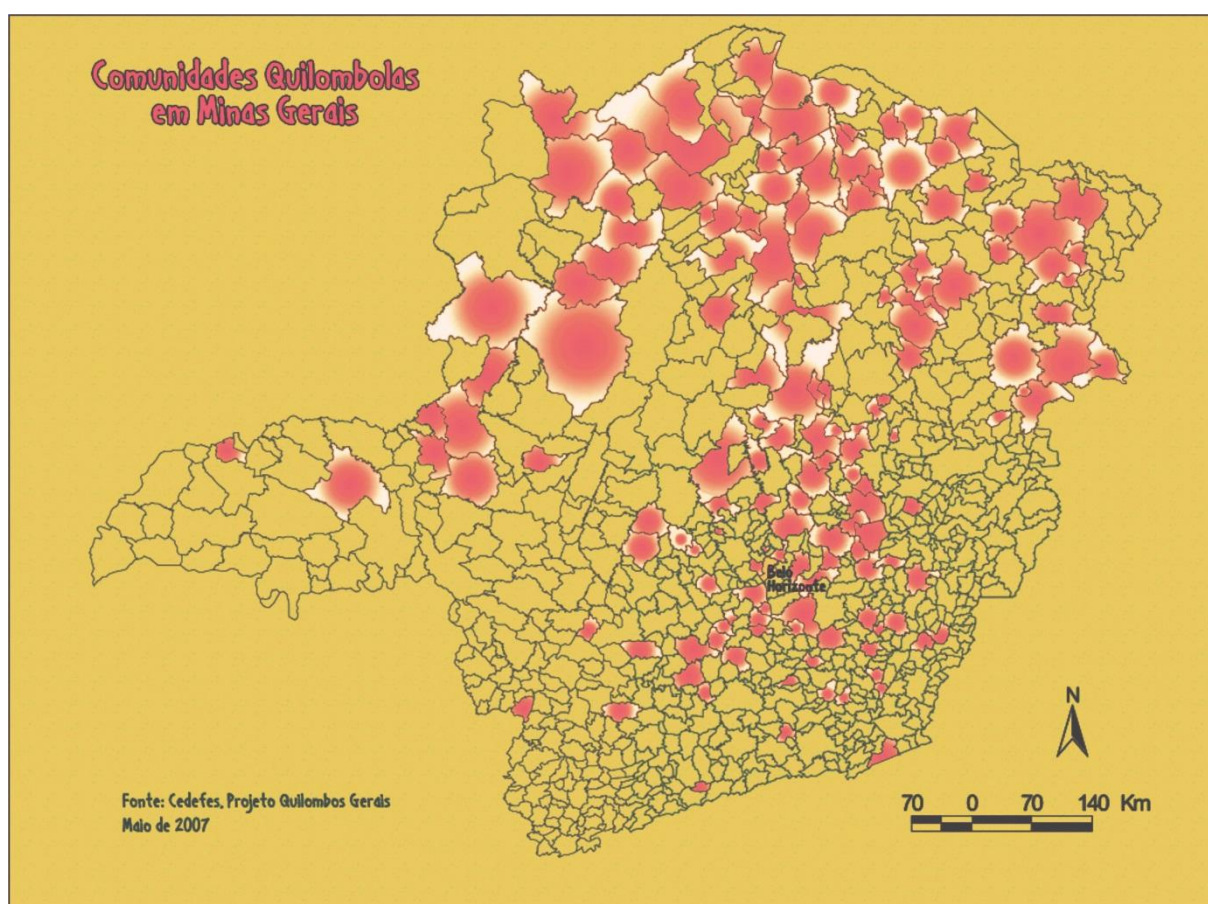
ANEXO H

Quadro Geral por Região até 27/11/2014

		
QUADRO GERAL POR REGIÃO		
Nº	UF	TOTAL DE CRQs
1	NORTE	301
2	NORDESTE	1514
3	CENTRO-OESTE	119
4	SUDESTE	340
5	SUL	157
TOTAL POR ANO:		2431
INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ 27/11/2014		

ANEXO I

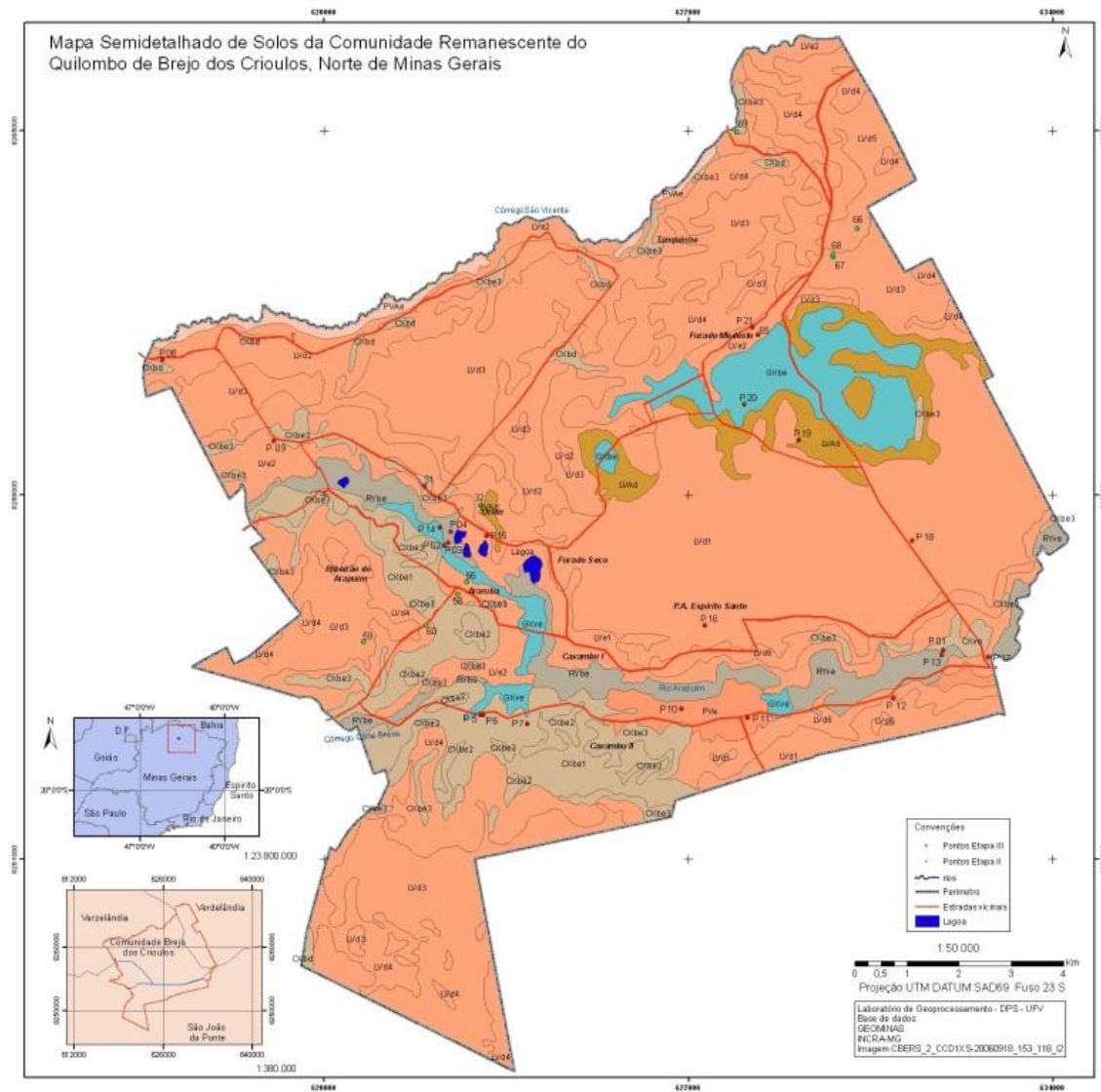
Registros de Territórios em Municípios de Minas Gerais



Fonte: Cedefes (2007)

ANEXO J

Mapa de Solos – Brejo dos Crioulos



Fonte: Matos, 2008

ANEXO K

Unidades de Mapeamento com respectivas áreas - Brejo dos Crioulos

	UA	Área (ha)	%
Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo plano (com murundus) e saturação de bases entre 10 a 20 %.	LVd3	3.666,08	21,21
Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura média, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo plano (com murundus) e saturação de bases entre 0 a 10 %.	LVd1	3.447,44	19,95
Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo suave ondulado (com murundus) e saturação de bases entre 10 a 49%.	LVd4	2.130,52	12,33
Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura média, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo suave ondulado a ondulado (com murundus) e saturação de bases entre 0 a 10 %.	LVd2	1.138,67	6,59
CambissoloHáplico Tb Eutrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo suave ondulado + LVe + PVe + RLe.	CXbe1	1.042,66	6,03
Latossolo Vermelho Eutrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo suave ondulado + CXbe fase rochosa + PVe.	LVe2	909,7	5,26
GleissoloHáplicoTaEutrófico, A moderado, textura argilosa, Fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano.	GXbe	664,45	3,84
CambissoloHáplico Tb Eutrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo ondulado	CXbe3	638,8	3,7
Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico, A moderado, fase transição Caatinga Hipoxerófila e Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano a suave ondulado + LVAe + PVAe + CXbe	LVAd	613,8	3,55
Latossolo Vermelho Eutrófico típico, A proeminente, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano a suave ondulado + LVe A + CXbe + PVe + RYbe	LVe1	558,99	3,23

	UA	Área (ha)	%
Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura média, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo suave ondulado (com murundus) e saturação de bases entre 0 a 10 %.	LVd6	503,21	2,91
NeossoloFlúvico Tb Eutrófico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano + RKk + PVe	RYbe	442,15	2,56
Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo plano (com murundus) e saturação de bases entre 20 a 49 %.	LVd5	372,62	2,16
NeossoloFlúvicoTaEutrófico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano + RYvek textura média.	RYve	266,21	1,54
Argissolo Vermelho Eutrófico típico, A moderado, textura média, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano a suave ondulado + PVe + LVAe	PVe	252,61	1,46
GleissoloHáplicoTaEutrófico, A moderado, textura argilosa, Fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano	GXve	177,39	1,03
Argissolo Vermelho-Amarelo Eutróficolatossólico, A moderado, textura média, fase transição Floresta Tropical Caducifólia e Caatinga Hipoxerófila, relevo plano + PVAe textura argilosa + PVe + CXbe.	PVAe	162,56	0,94
CambissoloHáplico Tb Eutrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano.	CXbe2	148,34	0,86
CambissoloHáplico Tb Distrófico, A moderado, textura média, fase Caatinga Hipoxerófila, relevo ondulado + CXbd textura argilosa	CXbd	96,5	0,56
CambissoloHáplicoTaEutrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Tropical Caducifólia, relevo plano (em dolina).	CXve	49,2	0,28
	Total	17.281,90	100,0
Fonte: Matos 2008			

ANEXO L

Categorização entre solos mais férteis e menos férteis – Quilombo Brejo dos Crioulos.

Categoria	Área (ha)	%
Eutróficos (mais férteis)	5.313,06	30,73
Distróficos (menos férteis)	11.968,84	69,26
	17.281,90	100,0
Fonte: Matos 2008		

ANEXO M

Fluxos Relacionais Diretos para uma Cartografia das Relações Institucionais
Identificação inicial de relações institucionais diretas e indiretas

Fluxos Relacionais Diretos para uma Cartografia das Relações Institucionais	
1	Casa Civil - CC
2	Ministério da Cultura - Minc
3	Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA
4	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
5	Ministério das Cidades
6	Ministério da Educação - MEC
7	Fundo Nacional da Educação - FNDE
8	Ministério da Saúde - MS
9	Ministério da Justiça - MJ.
10	Ministério de Minas e Energia - MME
11	Ministério da Integração Nacional - MI
12	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
13	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
14	Fundação Cultural Palmares
15	Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais
16	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR
17	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
18	Superintendência Regional de Minas Gerais. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
19	Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ
20	Rede de Ação e Reação pelo Direito Humano Alimentar - FIAN Brasil
21	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM
22	Laboratório de Geografia Cultural e Turismo da Universidade Federal de Uberlândia
23	Justiça Federal. Subseção Judiciária de Minas Gerais.
24	Organização das Nações Unidas
25	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais
26	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
27	Fórum De Desenvolvimento Sustentável Do Norte De Minas E Outros
28	Correio Da Cidadania
29	Comissão Pastoral da Terra
30	Combate ao Racismo Ambiental
31	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
32	Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Montes Claros/MG
33	Observatório e Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais e Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG)
34	Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
35	Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil
36	Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais
37	Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais
38	Rede Cerrado
39	Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas
40	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia
41	Associação dos Trabalhadores Rurais do Para Terra I
42	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia
43	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social -Unimontes
44	Fundação Fiocruz
45	Colégio Marista São José
46	Combate ao Racismo
47	UFMG – Mapa dos Conflitos
48	<i>Roberto Rainha, da Rede de Justiça Social/RENAP</i>
49	Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários do Ministério Público de Belo Horizonte

50	Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais
51	Instituto Estadual de Floresta – IEF
52	Hospital de Brasília de Minas
53	Polícia Federal
54	Polícia Civil
55	Polícia Militar
56	Casa Civil
57	Presidência da República: Dilma Rousseff
58	AGU
59	Ministério Público Local e Judiciário Local
60	Comissão Pastoral da Terra
61	Polícia da Delegacia de Conflitos Agrários de Belo Horizonte
62	Prefeituras
63	Ordem de Advogados do Brasil- OAB
64	ICCO Coperación
65	Combate ao Racismo Ambiental
66	<i>Imprensa Oficial de Minas Gerais</i>
67	A Articulação das Pastorais do Campo,
68	Pastoral da Juventude Rural -PJR
69	Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP
70	Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM
71	Conselho Indigenista Missionário - CIMI
72	Cáritas
73	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia
74	Jornais regionais de TV
75	Rádios Regionais e Locais
76	CPT Norte de Minas - Comissão Pastoral da Terra Norte de Minas
77	CAA Norte de Minas – Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas
78	RECID – Rede de Educação Cidadã
79	N’Golo – Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais
80	ASA/MG – Articulação no Semiárido Mineiro
81	Cáritas Regional MG
82	GT combate ao Racismo Ambiental
83	STR Capitão Enéas
84	STR Rio Pardo de Minas
85	STR de Porteirinha
86	Instituto Guarã
87	CPP Norte de Minas (Conselho Pastoral dos Pescadores)
88	Irmãs da Divina Providencia/Região Mineira
89	ADISSER – Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Serra Geral
90	CIMI Regional leste – Conselho Indigenista Missionário
91	Articulação Popular São Francisco Vivo
92	Movimento Pelas Serras e Águas De Minas (MovSAM)
93	AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – Salvador – BA
94	Amigos da Terra Brasil – Porto Alegre – RS
95	ANAI – Salvador – BA
96	APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – PR
97	Associação Aritaguá – Ilhéus – BA
98	Associação de Moradores de Porto das Caixas (vítimas do derramamento de óleo da Ferrovia Centro Atlântica) – Itaboraí – RJ
99	Associação Socioambiental Verdemar – Cachoeira – BA
100	CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) – Belo Horizonte – MG
101	Centro de Cultura Negra do Maranhão – São Luís – MA
102	Coordenação Nacional de Juventude Negra – Recife – PE
103	CEPEDES (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia) – Eunápolis – BA
104	CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) - São Paulo – SP
105	Rede Social de apoio a Brejo dos Crioulos

106	GRAAL
107	Procuradoria Federal especializada junto ao Incra/MG.
108	CPP Juazeiro – BA
109	CPT – Comissão Pastoral da Terra Nacional
110	CRIOLA – Rio de Janeiro – RJ
111	Central Única das Favelas (CUFA-CEARÁ) – Fortaleza – CE
112	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) – Belém – PA
113	CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) Nacional
114	CPP BA – Salvador – BA
115	CPP CE – Fortaleza – CE
116	CPP Nordeste – Recife (PE, AL, SE, PB, RN)
117	CPP Norte (Paz e Bem) – Belém – PA
118	EKOS – Instituto para a Justiça e a Equidade – São Luís – MA
119	FAOR – Fórum da Amazônia Oriental – Belém – PA
120	FAPP-BG – Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara – RJ
121	Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará – Fortaleza – CE
122	Fase Amazônia – Belém – PA
123	Fase Nacional (Núcleo Brasil Sustentável) – Rio de Janeiro – RJ
124	FDA (Frente em Defesa da Amazônia) – Santarém – PA
125	Fórum Carajás – São Luís – MA
126	Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará – Fortaleza – CE
127	FUNAGUAS – Terezina – PI
128	CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) Nacional
129	GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra – São Paulo – SP
130	Grupo de Pesquisa da UFPB - Sustentabilidade, Impacto e Gestão Ambiental – PB
131	GPEA (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da UFMT) – Cuiabá – MT
132	Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado e do Direito: interações sociedade e meio ambiente, da UFBA – Salvador – BA
133	Grupo de Trabalho Observatório e Grupo de Trabalho Água e Meio Ambiente do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) - Belém – PA
134	IARA – Rio de Janeiro – RJ
135	Ibase – Rio de Janeiro – RJ
136	INESC – Brasília – DF
137	Instituto Búzios – Salvador – BA
138	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IF Fluminense – Macaé – RJ
139	Instituto Terramar – Fortaleza – CE
140	Justiça Global
141	Movimento Cultura de Rua (MCR) – Fortaleza – CE
142	Movimento Inter-Religioso (MIR/Iser) – Rio de Janeiro – RJ
143	Movimento Popular de Saúde de Santo Amaro da Purificação (MOPS) – Santo Amaro da Purificação – BA
144	NINJA – Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (Universidade Federal de São João del-Rei) – São João del-Rei – MG
145	Núcleo TRAMAS (Trabalho Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade/UFC) – Fortaleza – CE
146	Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego – Macaé – RJ
147	Omolaiyè (Sociedade de Estudos Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais) – Aracajú – SE
148	ONG.GDASI – Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá – Mangaratiba – RJ
149	Opção Brasil – São Paulo – SP
150	Movimento Pelas Terras e Águas de Minas
151	RENAP – Rede de Advogados Populares
152	Oriashé Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra – São Paulo – SP
153	Projeto Recriar – Ouro Preto – MG
154	Rede Axé Dudu – Cuiabá – MT
155	Rede Matogrossense de Educação Ambiental – Cuiabá – MT
156	RENAP Ceará – Fortaleza – CE
157	Sociedade de Melhoramentos do São Manoel – São Manoel – SP
158	Terra de Direitos
159	TOXISPHERA – Associação de Saúde Ambiental – PR

160	Associação dos Produtores Rurais do Unidos Venceremos – Pedras de Maria da Cruz
161	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte e Região- Marreta
162	Comunidade Brejo dos Crioulos São João da Ponte e Varzelândia,
163	Associação dos Moradores do Bairro São Domingos - Januária
164	Associação Única das Comunidades Tradicionais dos Gorutubanos – Janaúba
165	Associação Brasileira dos Advogados do Povo
166	Colônia dos Pescadores e Aquicultores de Pedras de Maria da Cruz Z16
167	Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar dos Municípios de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho
168	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental
169	Associação Agroecológica da Ilha Jenipapo e Região
170	Associação de Pequenos Produtores e Agricultores Familiares Remanescentes Quilombolas de Alegre – Januária
171	Movimento Feminino Popular
172	Movimento Estudantil Popular Revolucionário
173	Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos
174	Liga dos Camponeses Pobres do Pará e Amazônia Oriental
175	Liga Operária
176	Unidade Vermelha
177	Escola Popular Orocílio Martins
178	Movimento Classista dos Trabalhadores da Educação
179	Frente Independente Popular – SP
180	Frente Independente Popular – RJ
181	Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
182	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
183	Comissão de pais e familiares de presos políticos
184	Prefeituras Municipais
185	Ponto de Cultura Seu Duchin
186	Instituto Rosa e Sertão
187	Movimento Geraizeiro
188	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
189	Articulação no Semiárido Brasileiro
190	Articulação Nacional de Agroecologia e Agricultura Familiar
191	Articulação Mineira de Agroecologia
192	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
193	Ministério Público Estadual
194	Conselho de Segurança Alimentar
195	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
196	Federação de Trabalhadores do Estado de Minas Gerais.
197	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
198	Escola Família Agrícola
199	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
200	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
201	Ministério do Desenvolvimento Agrário
202	Ministério do Desenvolvimento Social
203	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas
204	Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
205	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
206	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Minas Gerais
207	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
208	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
209	Movimento Sem Terra
210	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
211	Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais
212	Ministério do Meio Ambiente
213	Grupo de Trabalho de Humanização do HUCF/UNIMONTES
214	Movimento Wangari Maathai – Salvador – BA
215	www.gazetanortemineira.com.br
216	www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/

217	www.cidadesdomeubrasil.com.br
218	www.anovademocracia.com.br
219	www.fcgt.com.br
220	f5pelomundo.wordpress.com
221	www.bhaz.com.br
222	www.asabrazil.org.br
223	www.pco.org.br
224	www.camara.leg.br
225	www.focandoanoticia.com.br
226	www.radioclubebocaiuva.com.br
227	portalvdl.com.br
228	www.unegro.org.br
229	www.coloiodelinguistica.com.br
230	marista.edu.br
231	www.humanosdireitos.org
232	www.cartamaior.com.br
233	verdelandia.seucontato.com
234	brasiliamaranhao.wordpress.com
235	www.revistareciclarja.com.br
236	www.caa.org.br
237	www.observatorioquilombola.org.br
238	www.otempo.com.br
239	www.achabrasilia.com
240	www.memoria.ebc.com.br
241	www.cimi.org.br
242	www.mndh.org.br
243	www.resistenciacamponesa.com
244	www.ruc.unimontes.br
245	racismoambiental.net.br
246	cspconlutas.org.br
247	www.mst.org.br
248	quilombosconaq.blogspot.com
249	www.emcimadanoticia.com
250	www.ldbarbi.com
251	blogbahianarede.wordpress.com
252	www.incra.gov.br
253	www.agrisustentavel.com
254	jornalggn.com.br
255	www.rets.org.br/
256	tamboresdosmontes.blogspot.com
257	www.movabrazil.org.br
258	asaminas.blogspot.com
259	ufftube.uff.br
260	www.social.org.br/
261	terradedireitos.org.br
262	minaslivre.com.br
263	www.tocnoticias.com.br
264	aspta.org.br
265	fappbg.blogspot.com
266	www.bbc.co.uk
267	www.g1.globo.com
268	www.geraisnews.com.br
269	www.portalintercom.org.br
270	www.freigilvander.blogspot.com
271	www.pt.wikipedia.org
272	www.blog.planalto.gov.br
273	www.dpf.gov.br
274	www.brasildefato.com.br

275	www.palmares.gov.br
276	www.brasildefato.com.br
277	www.dhescbrasil.org.br
278	www.http://global.org.br
279	www.dhnet.org.br
280	www.brasilquilombola.blogspot.com
281	www.mamapress.wordpress.com
282	caritasnorte2.wordpress.com
283	caritasnorte2.wordpress.com
284	www.ifnmg.edu.br
285	pib.socioambiental.org
286	www.ligaoperaria.org.br
287	www.hojeemdia.com.br
288	www.blogln.ning.com
289	www.viomundo.com.br
290	www.stf.jus.br
291	www.iregistradores.org.br
292	www.vimeo.com
293	www.apn.org.br
294	www.mgquilombo.com.br
295	www.saofranciscovivo.org.br
296	http://wiki.mocambos.net
297	www.cpisp.org.br
298	www.quilombolasmg.org.br
299	www.cptnacional.org.br
300	www.gruposerac.com.br
301	www.ecofinancas.com
302	www.montesclarosnorte.com.br
303	www.hojeemdia.com.br
304	www.quilombobrejodoscrioulos.blogspot.com
305	www.irib.org.br
306	www.geledes.org.br
307	www.FIAN Brasil
308	www.andblog.com.br
309	www.luisclaudioguedes.com.br
310	www.blog.cabecadeefeito.com
311	www.hojeemdia.com.br
312	clinicadotexto.wordpress.com
313	EM.com.br
314	ACONERUQ/MA – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão.
315	ACQUILERJ - Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro.
316	Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros;
317	Associação Coletivista Dom Helder Câmara
318	Associação de Afro desenvolvimento Casa Preta.
319	Associação de lavradores da Fazenda Bucoco.
320	Associação dos Pequenos Agricultores de Cangurito.
321	Associação dos Trabalhadores em Call Center
322	Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares.
323	Associação Quilombola dos Fornos – Conde – BA.
324	CECOQ – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas/PI;
325	Centro de Assessoria Popular Mariana Criola.
326	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará.
327	Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB)
328	CERQUICE – Coordenação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Ceará;
329	Comissão Espírito-santense de Folclore.
330	Comissão Estadual dos Quilombos da Paraíba.
331	Comissão Estadual dos Quilombos de Pernambuco;
332	Comunidade Quilombola de Cachoeira – Conde – BA.

333	Comunidade Quilombola de Colônia Coqueiro – Esplanada – BA.
334	Comunidade Quilombola de Coqueiro - Conde-Ba
335	Comunidade Quilombola Jurema – Araçás – BA.
336	CONERQ/AP – Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá.
337	CONERQ/MS – Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso do
338	Bom Jesus da Lapa /BA
339	COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS-CONAQ
340	CONERQ/MT – Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso.
341	Conselho das Associações Quilombolas do Território Sudoeste do Estado da Bahia.
342	Conselho Estadual das Comunidades Quilombolas da Bahia (BA);
343	Conselho Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado da Bahia.
344	Coordenação Estadual das Comunidades Negras de São Paulo;
345	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Tocantins.
346	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo “Zacimba Gaba”.
347	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná.
348	Criola
349	Departamento de Sociologia – DS.
350	Dignitatis - Assessoria Técnica Popular
351	FAQ-RS – Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul.
352	FASE
353	FECOQUI/PR – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná;
354	Federação das Comunidades Quilombolas “N’ Golo” de Minas Gerais.
355	Ile Axé OdéOmimEwá
356	Instituto Elimu Professor Cléber Maciel - ES.
357	Instituto Ganga Zumba.
358	Instituto Palmares de Promoção da Igualdade
359	Instituto Permanente do Afro-Turismo Cultural.
360	Intersindical - Central da Classe Trabalhadora
361	KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço
362	Malungos – Coordenação do Estado do Pará;
363	Movimento dos Sem Tetos da Bahia - Democrático e de Lutas
364	COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS-CONAQ
365	Movimento Enraizados;
366	NEAB-UFES
367	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (NCDH/UFPB)
368	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB).
369	Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres – NEPED.
370	Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
371	Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil.
372	Polo de unidade Camponesa
373	Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).
374	Rede Mocambos.
375	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Bom Jesus – RN.
376	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimada Nova – PI.
377	Terra de Direito.
338	União das Costureiras da Bahia.
339	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.